TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XI • Edição 2571 • Manaus, terça-feira, 12 de março de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000083-67.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração (Cível) - Manaus - Embargante: Cornerstone Brasil Incorporacao Imobiliaria Ltda - Embargada: Felipe Benchaya Marinho Pascarelli Lopes representado por Naiara Benchaya Marinho - Embargada: Darcleide Ferreira de Souza - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 12/14. - Advs: Wilson Eustógio Corrêa (OAB: 200388/SP) - Nárdia Lima de Araújo (OAB: 4423/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0000215-27.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: E. B. de Q. B. - Recorrido: O. T. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 101. - Advs: Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB: 3456/AM) - Plínio Henrique Morely de Sá Nogueira (OAB: 2936/AM) - Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0000256-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração (Cível) - Manaus - Embargante: Videolar S/A - Embargado: Jas do Brasil Transportes Internacionais Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 07/09. - Advs: Paulo Augusto Greco (OAB: 119729/SP) - Orly Santana (OAB: 246127/SP) - Raphael de Moura Ferreira Clarke (OAB: 280974/SP) - Rodrigo Vallejo Marsaioli (OAB: 127883/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0000260-31.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração (Cível) - Manaus - Embargante: Banco Santander (Brasil) S.a. - Embargado: Edison de Paula Santoro - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 06/08. - Advs: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) - Cláudia Simone Praça Paula (OAB: 94953/RJ) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0000458-68.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração (Cível) - Manaus - Embargante: Banco Safra S.A. - Embargado: Alpha Extração de Areia Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 07/08. - Advs: Jose Miguel Garcia Medina (OAB: 21731/PR) - Rafael de Oliveira Guimarães (OAB: 35979/PR) - Nida Saleh Hatoum (OAB: 69827/PR) - Geraldo Fonseca de Barros Neto (OAB: 206438/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0000575-59.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Recorrido: Jose Di Tommaso Donadio - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 57. - Advs: Dra. Sandra Cal Oliveira - Milena Pirágine (OAB: 912A/AM) - Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB: 1339/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0007356-34.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração (Cível) - Manaus - Embargante: Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - Abrainc - Embargado: Esthefison Souza D Almeida - Embargada: Rita Priscila Maciel de Menezes Furtado - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 29/32. - Advs: Rubens Carmo Elias Filho (OAB: 138871/SP) - Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0007664-70.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração (Cível) - Manaus - Embargante: Videolar S/A - Embargado: Jas do Brasil Transportes Internacionais Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 28/30. - Advs: Paulo Augusto Greco (OAB: 119729/SP) - Raphael de Moura Ferreira Clarke (OAB: 280974/SP) - Rodrigo Vallejo Marsaioli (OAB: 127883/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0007712-29.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração (Cível) - Manaus - Embargante: Banco Itaucard S/A - Embargada: Maria Braga de Lima - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 09/11. - Advs: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM) - Pio Carlos Freiria Junior (OAB: 1118A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0007991-15.2018.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Banco do Brasil S/A - Recorrido: E.H. Pavão Distribuidora - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 14. - Advs: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0008130-64.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração (Cível) - Manaus - Embargante: Renizio Guimaraes de Sales - Embargado: Banco Itaucard S.A. - Itaucard Financeira - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 16/18. - Advs: Anderson Sales de Souza (OAB: 8760/AM) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4000220-78.2019.8.04.0000 - Petição (Cível) - Manaus - Requerente: Mafalda Neves dos Santos - Requerido: Unipar Construtora S.A. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 279. - Advs: Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB: 13245/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4000483-29.2019.8.04.0900 - Tutela Antecipada Antecedente - Manaus - Requerente: O Estado do Amazonas - Requerido: Amazon Milk Indústria e Comércio Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 684/685. - Advs: Diogo Diniz Ferreira de Carvalho (OAB: 1273A/AM) - Gina Moraes de Almeida (OAB: 7036/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4000721-48.2019.8.04.0900 - Suspensão de Liminar e de Sentença - Manaus - Requerente: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Iranduba - Requerido: Francisco Gomes da Silva - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 226/229. - Advs: Lucca Fernandes Albuquerque (OAB: 11712/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4005487-65.2018.8.04.0000 - Pedido de Providências - Manaus - Requerente: Centro de Pesquisa e Diagnóstico Especializados Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 18. - Advs: Andrea Claudia Monassa Gomes (OAB: 2117/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4000991-56.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança (Cível) - Manaus - Impetrante: Luciana Santos da Silva - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM), do DESPACHO de fl(s) 639/642, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Assim, em observância ao que disciplinam os arts. 10 e 321 da Lei Adjetiva Civil, INTIME-SE a Impetrante, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, emendar a exordial, providenciando a retificação da narrativa dos fatos e fundamentos jurídicos do pedido e, via de consequência, o pedido com as suas especificações, os quais permitam, de maneira satisfatória, extrair-se os elementos de cognição pertinentes, sob pena de indeferimento da petição inicial. ". Manaus, 11 de março de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno. - Advs: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4000843-45.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança (Cível) - Manaus - Impetrante: Edberto Cavalcante Brito - Impetrante: Renan Nascimento Borges - Impetrado: Ilmo.sr. Prefeito do Município de Itacoatiara/am - Impetrado: Diretor-presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Itacoatiara/am - Impetrado: Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - FICAM INTIMADOS os Impetrantes, por meio de seus representantes legal, Advogados: Drs. Marcio Silva Teixeira OAB (4672/AM) e Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo OAB (9240/AM), da DECISÃO de fls. 52/53, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Pelo exposto, intimem-se os Impetrantes para que paguem as custas do mandado de segurança no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Ainda, concedo medida liminar para prevenir atos de demissão dos Impetrantes, Edberto Cavalcante de Brito e Renan Nascimento Barros, pelo Prefeito Municipal de Itacoatiara, determinando a permanência dos Impetrantes em suas funções como médicos peritos previdenciários no Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Itacoatiara. Notifique-se as autoridades apontadas como coatoras para que prestem informações; e cientifique-se ainda os seus órgãos de representação nos termos do artigo 7º, incisos I e I, da Lei 12.016/09." Manaus, 11 de março de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno. - Advs: Marcio Silva Teixeira (OAB: 4672/AM) - Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (OAB: 9240/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4000903-18.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança (Cível) - Manaus - Impetrante: Alan Kardec de Souza Briglia - Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de sua representante legal, Advogada: Dra. Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM), da DECISÃO de fl(s) 104/107, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador. João Mauro Bessa, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Pelo exposto, sem prejuízo de análise mais aprofundada da questão no julgamento do mérito, indefiro o pedido de liminar. Notifique-se a autoridade impetrada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações que entender necessárias, consoante dispõe o artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.016/09. Dê-se ciência da presente ação ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, Procuradoria Geral do Estado, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para, querendo, ingressar no feito, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei 12.016/09. Após, dê-se vista ao graduado Órgão do Ministério Público Estadual. ".. Manaus, 11 de março de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno - Advs: Veronica Barbosa de Oliveira (OAB: 11335/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

4000865-06.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança
Impetrante : Leury Max Santos Ferreira
Advogado: Nean Jules Costa Pedroso (8655/AM)
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado do Amazonas
Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amazonas

FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Nean Jules Costa Pedroso (OAB/AM Nº 8.655), do DESPACHO de fl. 584, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador Anselmo Chíxaro, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: " (...) Assim, com fundamento no artigo 99,§2.º do NCPC/2015, assinalo ao Impetrante o prazo de 10(dez) dias para que comprove a alegada hipossuficiência por meio de documentos, sob pena de indeferimento do benefício. Intime-se, observando o disposto no artigo 272, §.º, do CPC/2015".. Manaus, 11 de março de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno
11 de março de 2019

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0001403-55.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração (Cível) - Manaus - Embargante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas - Embargado: Ampava Indústria e Comércio de Bebidas Multimarcas Ltda - 0001403-55.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração - Embargante : Fazenda Pública do Estado do AmazonasProcurador : Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM)Embargado : Ampava Indústria e Comércio de Bebidas Multimarcas LtdaAdvogado : Joao Henrique de Paula Alves Ferreira (11354/MT)Advogado : Thalles de Souza Rodrigues (9874B/MT)Intssado : Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGEMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADO o Embargado, por meios de seus representantes legais Dr. Joao Henrique de Paula Alves Ferreira (OAB/MT nº 11.354) e Dr. Thalles de Souza Rodrigues (OAB/MT Nº 9874B/MT) para apresentar CONTRARRAZÕES, nos termos do Despacho de fls. 08 cujo teor é o seguinte: " Tendo em vista que o Embargante requereu a atribuição de efeito modificativo aos Embargos de Declaração, determino a intimação do Embargado para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 1.023 do CPC/15". Manaus, 11 de março de 2019. Conceição Liane Pinheiro Secretária do Tribunal Pleno - Advs: Thiago Araújo Rezende Mendes (OAB: 9416/AM) - Joao Henrique de Paula Alves Ferreira (OAB: 11354/MT) - Thalles de Souza Rodrigues (OAB: 9874B/MT) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4005104-87.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança (Cível) - Manaus - Impetrante: Edson de Oliveira Serrão - Impetrado: Câmara Municipal de Juruá/AM, - 4005104-87.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Impetrante : Edson de Oliveira SerrãoAdvogado : Leandro Rebelo de Paula (11851/AM)Impetrado : Câmara Municipal de Juruá/AM, FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Leandro Rebelo de Paula (OAB/AM Nº 11.851), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Paulo César Caminha e Lima, Relator destes autos, cujo teor

final é o seguinte: " Por fim, analisando o conteúdo do objeto da demanda, reconhecese, desde logo, se tratar de mandado de segurança individual, não havendo qualquer proximidade com a tutela objetiva prestada em ações de controle concentrado de constitucionalidade. Impõe-se, portanto, a correção cadastral junto ao Sistema de Automação do Judiciário - SAJ, devendo constar a referência à classe de mandado de segurança originário como verdadeira referência aos autos. Com arrimo no exposto acima e diante da impossibilidade de obtenção de resultado prático, resta imperioso julgar prejudicado o presente mandamus em razão de sua manifesta perda de objeto". Manaus, 11 de março de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 11 de março de 2019 - Advs: Leandro Rebelo de Paula (OAB: 11851/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente do Egrégio Tribunal Pleno, Exmo. Des. Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 0010108-52.2013.8.04.0000.

Arguinte: **EGRÉGIAS CÂMARAS REUNIDAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS**.

Interessado: **M. DOS S. SILVA - ME** (Xega Mais Show Club 2). Advogados: Dr. Kasser Jorge Chamy Dib (OAB/AM Nº 5.551), Dr. Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB/AM Nº 4.395) e Dr. Alexandre Gomes Ribeiro (OAB/AM Nº 6.199).

Presidente: Des. Yedo Simões de Oliveira. Relatora: Desª. Joana dos Santos Meirelles.

Secretaria do Tribunal Pleno, em Manaus, 11 de março de 2019.

De ordem do Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira**, Presidente do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, torno público que, de acordo com o **artigo 934 do Novo Código do Processo Civil**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

PROCESSO DIGITAL: **Mandado de Segurança nº 4000100-35.2019.8.04.0000,** em que é Impetrante **Bruno Frulopes Quezada,** Advogados Drs. Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB/AM 11.691), Frederico Santos Paiva (OAB/AM 6569), Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB/AM 6236) e Impetrado **Governador do Estado do Amazonas.** Relatora, Exma. Sra. Desdora. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Manaus, 11 de março de 2019**.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusões de Acórdãos

CÂMARAS REUNIDAS

Processo nº 0007969-54.2018.8.04.0000 - Emb. de Declaração - C. Reunidas - Embargante: Estado do Amazonas - Procuradora do Estado:Dra. Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) - **Embargado: João Bosco Fontes Rodrigues** - Advogada:Dra. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Ari Jorge Moutinho da Costa-Relator,** Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa e Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PLEITO LIMINAR EM DESFAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO. 1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso; 2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre os fundamentos relevantes para a concessão de pleito liminar de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública, não havendo obscuridade/omissão a ser sanada; 3. Embargos de declaração rejeitados. **ACÓRDÃO** DECIDE as Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante".

Processo nº 0232903-26.2017.8.04.0001 - Apelação – C. Reunidas - Origem:5ª Vara da Fazenda Pública - Juiz Prolator:Dr. Cezar Luiz Bandiera - **Apelante: Município de Manaus (AM)** - Procuradora:Dra. Edmara de Abreu Leão (4903/AM) - **Litisconsorte:Instituto de Ensino Superior da Amazônia Ltda. (Martha Falcão) -** Advogado:Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE n.º 23.255) - **Apelado:Wanderson Oliveira Freire Albertino** - Advogado:Dr. Wanderson Oliveira Freire Albertino (12862/AM) - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Ari Jorge Moutinho da Costa-Relator,** Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth e Djalma Martins da Costa. **Impedida**: Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PLEITO LIMINAR EM DESFAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. DEVIDAMENTE ANALISADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO NO MÉRITO. 1. Por ser recurso/meio de impugnação de fundamentação vinculada, a simples alegação da omissão e contradição enseja o conhecimento do recurso; 2. Ocorre que a r. decisão impugnada tratou sim, e de modo claro, sobre os fundamentos relevantes para a concessão de pleito liminar de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública, não havendo obscuridade/omissão a ser sanada; 3. Embargos de declaração rejeitados. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.

Proc. Nº 0608477-45.2018.8.04.0001 - Apelação-C. Reunidas Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública - Juiz Prolator:Dr. Ronnie Frank T. Stone - **Apelante: Adejalma Camelo da Silva** Advogado:Dr. Antonio Alves Pereira (2622/AM) - **Apelado:Estado do Amazonas** - Procuradores do Estado: Dra. Kerinne Maria Freitas Pinheiro e Dr. Vítor Barbosa de Oliveira - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exma. Sra. Desa. Onilza Abreu Gerth - Procuradora de Justiça: Exmo. Sr. Dra. Sandra Cal Oliveira. Desembargadores presentes: os Exmos.

Srs. Desdores. **Onilza Abreu Gerth-Relatora**, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira e Délcio Luís Santos. **EMENTA:** APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - DECADÊNCIA RECONHECIMENTO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O direito à impetração do mandado de segurança não foi exercido no prazo legal, porquanto ataca, tardiamente, o ato administrativo que supostamente preteriu o direito do autor. 2. Estando o pedido inicial alicerçado na insubsistência de ato praticado em período anterior aos 120 dias que antecederam a impetração do mandado de segurança, forçoso é concluir pela decadência. 3. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial. **Por unanimidade** de votos, em consonância com o parecer ministerial, as câmaras decidiram conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Processo nº 0620842-05.2016.8.04.0001 - Apelação - Origem: 5ª Vara da Fazenda PúblicaJuiz Prolator:Dr. Cezar Luiz Bandiera - **Apelante:Município de Manaus (AM)** Procuradora:Dra. Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM - **Apelado:Bandeira de Melo & Filhos Ltda -** Advogados(as) - Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo (4331/AM); Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbitato (6975/AM) e Dra. Livia Rocha Brito (6474/AM) - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil - Procurador de Justiça:Exmo. Sr. Dr. José Roque Nunes Marques. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Airton Luís Corrêa Gentil-Relator,** José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa e Sabino da Silva Marques - **Impedida**: Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**. EMENTA**: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LEI MUNICIPAL Nº 180/207. OBRIGATORIEDADE DE FIXAÇÃO DE CARTAZES AVISANDO DA PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE BRINQUEDO. IMPETRAÇÃO CONTRA LEI EM TESE. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O artigo 2º da Lei Municipal nº 180/207, obriga os estabelecimentos empresariais de Manaus que comercializem brinquedos que fixem cartazes com o aviso de que "usar arma, mesmo sendo de brinquedo, provoca pânico e estimula a criança à prática de violência. Evite-a"; 2. Sendo incontroverso que o impetrante foi autuado por descumprimento da norma, o que pretende é a discusão de lei em tese, representando afronta ao enunciado da Súmula 26 do STF; 3. Mandado de segurança extinto sem resolução do mérito, com fulcro no art. 10 da Lei 12.016/07, 4. Recurso conhecido e provido.

Processo nº 4003038-37.2018.8.04.0000-Agravo de Instrumento C. Reunidas Origem:4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta) - Juiz Prolator:Dr. Jean Carlos Pimentel dos Santos **Agravante: Estado do Amazonas** - Procuradora do Estado: Dra. Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM) - **Agravado: Jorge Alberto Graça Assunção Filho** - Advogado:Dr. Kaio Bruno de Souza Oliveira (8613/AM) - Presidente:Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Domingos Jorge Chalub Pereira-Relator,** Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa e Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **EMENTA**: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - EFEITOS FINANCEIROS RELATIVOS A PERÍODO - PRETÉRITO - IMPOSSIBILIDADE - ART. 14, §4º, DA LEI N. 12.016/209 - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 269 E 271 DO STF - NÃO CABIMENTO DO MANDAMUS COMO AÇÃO DE COBRANÇA - AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. Agravo de instrumento. Decisão de piso o qual julgou improcedente a impugnação ao cumprimento de Sentença, declarando a exequibildade do tíulo, exigibildade da obrigação e falta de exceso na execução- Mandado de segurança não é via adequada para pleitear pagamento de vencimentos e vantagens referentes a período anterior ao ajuizamento da inicial, conforme disposto no art. 14, §4º, da Lei n. 12.016/209. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. **Por unanimidade** de votos, as câmaras decidiram pelo conhecimento e provimento do recurso, nos termos do voto do Relator

Secretaia das Colendas Cãmaras Reunidas em Manaus , 11 de março de 2019.

Intimações

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Djalma Martins da Costa**, Relator nos Autos de **Mandado de Segurança nº 0000629-05.2018.8.04.3801 Manaus(AM),** Impetrante **Dinatec Indústria e Comércio Ltda**, advogados Dr. Fernando de Souza Garlet (85375/PR), Dr. José Luiz Farah Kalluf (85374/PR), Dr. Luiz Juliano Gasparin Barros (92342/PR) e Impetrados **Município de Coari(AM) - Prefeitura Municipal e Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Coari (AM)**, Procuradora Drª. Laura Macedo Coelho (11723/AM). Fica a parte Impetrante Intimada, na pessoa de seus advogados, **Dr. Fernando de Souza Garlet (85375/PR), Dr. José Luiz Farah Kalluf (85374/PR), Dr. Luiz Juliano Gasparin Barros (92342/PR),** para que se manifeste sobre o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito, sob o fundamento de que o processo licitatório objeto dos autos restou fracassado. Em 07/03/2019. Desembargador **Djalma Martins da Costa - Relator.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles**, Relatora nos Autos de **Agravo Regimental nº 0008234-56.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Agravantes **Fredson Moraes de Souza Silva, Esmael Normando Rodrigues, Jecton Samott Melo Nepomuceno e Francisco Braga Andriola,** advogados Dr. Jonathan Xavier Donadoni (3390/AC), Dr. João Tota Soares de Figueiredo Filho (2787/AC), Dr. José Fernandes Júnior (1947/AM) e Agravado **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guajará(AM)**. Fica a parte Agravante Intimada, na pessoa de seus advogados, **Dr. Jonathan Xavier Donadoni (3390/AC), Dr. João Tota Soares de Figueiredo Filho (2787/AC) e Dr. José Fernandes Júnior (1947/AM),** para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca da ausência de legitimidade para apresentação do Agravo Regimental, considerando que o feito principal foi apresentado contra a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guajará (AM). Em 27/02/2019. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **João Mauro Bessa**, Relator nos autos de **Apelação N.º 0609294-46.2017.8.04.0001 Manaus(AM)**, em que é Apelantes **Alhena Dias Silva e outros,** Advogado: Dr. Américo Valente Cavalcante Júnior (8540/AM) e Apelado **O Estado do Amazonas,** Procurador: Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM), ficam as partes Apelantes intimadas, na pessoa de seu Advogado, **Dr**. **Américo Valente Cavalcante Júnior (8540/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 376/380. Em 08.03.2019. Desembargador **João Mauro Bessa – Relator.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles**, Relatora nos autos de **Reclamação N.º 4000942-15.2019.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Reclamante **Senai Serviço de Aprendizagem Industrial do Amazonas,** Advogados:

Drª. Heloísa Pontes Maués (9667/AM) e Dr. Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM), e Reclamado **Juízo de Direito da 2ª Turma Recursal do Estado do Amazonas,** fica a parte Reclamante intimada, na pessoa de seus Advogados, **Drª. Heloísa Pontes Maués (9667/AM) e Dr. Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 88/93. Em 08.03.2019. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles – Relatora.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 11 de Março de 2019. Roberval Wilkens Marinho

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. **Jorge Manoel Lopes Lins**, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Conflito de Competência nº 0200893-81.2017.8.04.0015, de 1ª Vara Criminal
Suscitante: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM Precatórias da Comarca de Manaus/AM. Suscitado: Juizo de Direito da 17ª Vara do Juizado Especial Criminal/AM. Interessado: Alison Sena de Souza. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Francisco das Chagas Santiago da Cruz

Mandado de Segurança nº 4002544-75.2018.8.04.0000
Impetrante: Almino Gonçalves de Albuquerque. Advogado: Dr. Kennedy Alves da Silva (OAB: 5519/AM). **Impetrado: Presidente da Câmara Municípal de Tapauá/AM**. Procurador do Município: Dr. Antonio das Chagas_Ferreira Batista(OAB/AM nº 4177) e Dra. Patrícia Gomes de Abreu(OAB/AM nº 4447). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. Relator:Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.Procuradora de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). José Roque Nunes Marques

Mandado de Segurança nº 4006080-94.2018.8.04.0000
Impetrante: Rede Floresta Viva Comunicação Ltda. Advogados(as): Dr.Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB: 7092/AM) e Dra. Giselle F. M. P. Lopes (OAB/AM n.º 3747) **Impetrados: David Antônio Abisai Pereira de Almeida e Ebenezer Albuquerque Bezerra.** Procuradores: Dr. Vander Laan Reis Goés (OAB/AM nº 1380); DR. Robert Wagner F. Oliveira(OAB/AM nº 6529) e Dr. Gerson Diogo da Silva Viana (OAB/AM nº 10.684). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge.** Procuradora de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação / Remessa Necesária nº 0601389-87.2017.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Ricardo Homero Seixas Gomes. Advogada: Dra. Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB: 6328/AM). **Requeridos: Delegado Geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas; Governador do Estado do Amazonas.** Procuradoras do Estado: Dra. Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM) e Dra. Gabriela Muniz de Moura (OAB: 14809/MA). Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira.** Procuradora de Justiça: exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 11 de março de 2019, Dr. Roberval Wilkens Marinho, Secretário.

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. **Jorge Manoel Lopes Lins**, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Apelação nº 0607882-80.2017.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Alexandre Braga Damasceno. Advogados: Dr. Lúcio Antônio Simões Monteiro (OAB: 5446/AM) e Dra. Maria Edileusa Moraes de Mederiros(OAB/AM n.º 7060). **Apelado: Prodam - Processamento de Dados Amazonas S/A.** Advogados(as): Dr. Erlon Angelin Benjó (OAB: 4043/AM) e Dr. Eldio Filho Almeida Barbosa (OAB: 9492/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Públio Caio Bessa Cyrino

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 11 de março de 2019, Dr. Roberval Wilkens Marinho, Secretário.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0634540-49.2014.8.04.0001**, em que é Apelante: **Raphael Luiz Passos da Costa**. (Advogado: Dr. Cesar Luiz Campos da Costa - OAB/AM 8.026). Apelada: **Vanessa Nair Nunes**. (Advogadas: Dra. Maria Eliana da Silva Horohiaque - OAB/AM 9.095 e Dra. Maria Ione dos Santos Rodrigues - OAB/AM 9.521). Ficam **as partes INTIMADAS na pessoa de seus respectivos advogados para comparecerem a audiência de conciliação, designada para o dia 15.03.2019, às 10:00hs, no 6º andar, do Ed. Des. Arnoldo Péres, situado à Av. André Araújo, s/nº - Aleixo (Gabinete do Relator), conforme DESPACHO de fls. 209**, exarado nos autos acima referidos, cujo teor é o seguinte: " **Retifico o despacho de fls. 207, passando a constar como data para audiência de conciliação o dia 15/03/2019. Considerando a proximidade da data, determino que a intimação do Ministério Público seja realizada por intermédio de Oficial de Justiça**". Manaus, 08 de março de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 0001148-97.2019.8.04.0000,** em que é Embargante: **Kelp Serviços Médicos Ltda.** (Advogada: Dra. Natalie Magalhães Coutinho - OAB/AM 12.334). Embargado: **O Estado do Amazonas**. (Procuradora: Dra. Vanessa Lima do Nascimento - OAB/AM 12.334). Fica **o Embargante intimado** na pessoa de sua advogada Dra.Natalie Magalhães Coutinho da DECISÃO de fls. 319/322, proferida nos autos acima mencionados, na qual, "..... Com o apoio das razões

acima fincadas, **defiro o efeito suspensivo aos embargos de declaração (art. 1.026, § 1º, do CPC/2015). Comunique-se ao juízo de primeiro grau. Intime-se o ESTADO DO AMAZONAS para que ofereça resposta, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º, do CPC/2015). Intime-se a parte embargante. Determino à Secretaria, ainda, que adote as providências necessárias à correção dos "dados do processo", fazendo constar como embargante a KELP SERVIÇOS MÉDICOS LTDA e como embargado o ESTADO DO AMAZONAS. Proceda-se, ainda, à exclusão do nome do advogado Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB/AM 11817) como patrono da parte embargante, para o fim de evitar outras eventuais nulidades. À Secretaria para as providências cabíveis".** Manaus/AM, 25 de fevereiro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Habeas Corpus nº 4000648-60.2019.8.04.0000, em que é Impetrante: Raquel dos Santos Gama (10828/AM), Paciente: Hércules de Souza Bruce. Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fl. 28, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Considerando que a prisão civil foi revogada, com expedição de alvará de soltura em favor do paciente, o processo principal já foi julgado em primeiro grau, constato a perda do objeto do presente remédio heróico, razão pela qual determino seu arquivamento. Manaus/AM, 15 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Apelação nº 0642321-83.2018.8.04.0001, em que é Apelante/Apelado: Banco Bmg S/A (Advogados: Drs. Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM). Apelado/Apelante: Thiago Souza do Carmo (Advogados: Drs. Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM), Gustavo da Silva Grillo (7883/AM)). Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 232/241, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, por absolutamente improcedente, nego seguimento aos presentes recursos, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 19 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000757-74.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Carlos Afonso Violante dos Santos (Advogado: Dr. Adson Pinho Pinto (5850/AM). Agravado: Banco Bonsucesso Consignado S.A. Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 43/46, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, nego seguimento monocraticamente ao recurso, por absolutamente improcedente, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 21 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Embargos de Declaração nº 0001032-91.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A (Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM)(86415RJ). Embargado: Joelmir Moraes do Nascimento (Advogada: Dra. Djane Oliveira Marinho (5849/AM)). Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 9/14, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, conheço mas nego provimento aos presentes embargos. Manaus/AM, 21 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 1010613-31.2010.8.04.0000, em que é Agravante: Google Brasil Internet ltda (Advogados: Drs. Daiane Paschoalotti Lemos (6489/AM), José Alfredo Ferreira de Andrade (A-29/AM), Paulo Marcos Rodrigues Brancher (146221/SP) e Pedro Stênio Lúcio Gomes (2604/AM). Agravado: Omar José Abdel Aziz (Advogados: Drs. Anibal Guedes Lobo (1475/AM) e Regiane Mota Soares (6927/AM)). Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fl. 447, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Considerando a certidão de fls. 446, determino a remessa do feito para o juízo de origem para arquivamento do presente, com as cautelas de praxe. Manaus/AM, 21 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000518-86.2019.8.04.0900, em que é Agravante: Paulo Augusto do Carmo (Advogado: Dr. Elimar Cunha e Silva (2098/AM)). Agravado: Michel Torres do Nascimento (Advogado: Dr. Moisés Silva dos Santos (7940/AM)). Fica o Agravado intimado, nas pessoas de seus advogados para, querendo, apresentar Contraminuta ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 25 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Apelação nº 0807922-93.2008.8.04.0001, em que é Apelante: O Município de Manaus (Procurador: Dr. Janary Yoshizo Kato Yokokura (6324/AM). Apelado: Raimundo Nonato Filho. Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 31/36, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, dou provimento monocraticamente ao recurso, modificando a decisão contestada, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 25 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Agravo de Instrumento nº 4000847-82.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Amal Farid Mehri (Advogados: Drs. Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (7793/AM), Raimundo D. Jeronimo (1728/AM) e Ricardo Rodrigues Jeronimo (9354/AM)). Agravado: Manaus Ambiental S/A (Advogados: Drs. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e Thiago Almeida Rebello (12327/AM)). Fica o Agravante intimado da Decisão Monocrática de fls. 186/190, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, por absolutamente inadmissível, nego seguimento ao presente recurso, nos termos acima expostos. Manaus/AM, 27 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Embargos de Declaração nº 0001223-39.2019.8.04.0000, em que é Embargante: O Estado do Amazonas (Procurador: Dr. Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM)). Embargada: Ana Lúcia Pontes Ferreira (Advogados: Drs. Gerson da Silva Paulino (8445/AM) e João Ricardo Braga (7953/AM)). Fica a Embargada intimada, nas pessoas de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso no prazo de 5 (cinco) dias. Manaus/AM, 27 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Embargos de Declaração nº 0001221-69.2019.8.04.0000, em que é Embargante: O Estado do Amazonas (Procurador: Dr. Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM)). Embargado: Alda Alvarenga Oliveira (Advogados: Drs. Gerson da Silva Paulino (8445/AM), João Ricardo Braga (7953/AM) e Jorge Fernandes de Oliveira (8054/AM)). Fica o Embargado intimado, nas pessoas de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso no prazo de 5 (cinco) dias. Manaus/AM, 27 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de Embargos de Declaração nº 0001202-63.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogados: Drs. Adair José Pereira Moura (1251/AM), Bruno Henrique Soré (1010/AM), Cristiane Bentes Teixeira (5283/AM) e Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)). Embargado: Amadeu da Silva Soares Júnior e outro (Advogados: Drs. Alysson Roberto Rocha Ferreira (11860/AM) e Fabrício Catunda da Silva (744A/AM)). Fica o Embargado intimado, nas pessoas de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso no prazo de 5 (cinco) dias. Manaus/AM, 27 de fevereiro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

JCFC

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0248902-34.2008.8.04.0001**, em que é **Apelante: Nobre Seguradora do Brasil S/A.** (Advogada: Dra. Maria Emília Gonçalves de Rueda OAB: 23.748/PE e outros). **Apelado: Leão Transportes Rodoviários de Passageiros Ltda.** (Advogado: Dr. Celso Antônio da Silveira OAB: 5.807/AM). **Fica a Apelante intimada do DESPACHO de fls. 638/639,** exarado nos autos acima referidos na qual "...Diante do exposto, determino seja a parte apelante intimada para que comprove o preenchimento dos pressupostos legais para concessão do benefício pretendido, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Decorrido o prazo, com ou sem manifestações, devolvam-me conclusos. Publique-se. Manaus, 25 de fevereiro de 2019". (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 27 de fevereiro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 0001217-32.2019.8.04.0000**, em que é **Embargante: O Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Janilson da Costa Barros OAB: 13.152/AM). **Embargada: Silvaneide Pereira da Silva dos Santos** (Advogado: Dr. Flávio Rafael Perdigão Guerra OAB: 8.500/AM). **Fica a Embargada intimada**, na pessoa de seu advogado para, querendo, **apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 1º de março de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 0001207-85.2019.8.04.0000,** em que é **Embargante: O Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Vitor Hugo Mota de Menezes OAB: 1.675/AM). **Embargada: Maria Gorete dos Santos Ferreira** (Advogado: Dr. Antônio José Tavares Barbosa OAB: 10.068/AM). **Fica a Embargada intimada,** na pessoa de seu advogado para, querendo, **apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 1º de março de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 1º de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 0001213-92.2019.8.04.0000,** em que é **Embargante: O Estado do Amazonas** (Procuradora: Dra. Sálvia Haddad Gurgel Amaral OAB: 3.529/AM). **Embargado: André Felizardo Ventura** (Advogados: Dr. Félix de Melo Ferreira OAB: 3.032/AM, Dra. Lidiane da Silva Roque OAB: 12.702/AM). **Fica o Embargado intimado**, na pessoa de seus advogados para, querendo, **apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 1º de março de 2019. (as) Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

Inacio de Andrada Oliveira (OAB: 27054/PE), Olavo Jose Ribeiro Bezerra da Silva (OAB: 28422/PE) e outros. Agravado: Telenáutica Indústria e Comércio Ltda. Advogado: Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB: 5324/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004666-61.2018.8.04.0000, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Hapvida Assistencia Medica Ltda. Advogado: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE), Francisco Jose Almeida Severiano (OAB: 21834/CE), Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (OAB: 20266/CE). Advogado: Ronaldo da Silva Bezerra (OAB: 21197/CE), Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE) e outro. Agravada: Tatiane Uchoa Vieira. Advogada: Djane Oliveira Marinho (OAB: 5849/AM) e Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB/AM 5140). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004765-31.2018.8.04.0000, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Bradesco Saúde S/A. Advogado: Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM), Eloi Pinto de Andrade Junior (OAB: 3840/AM), Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM) e Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB: 6566/AM). Agravado: Topazzio Material de Construção Lrda. Advogado: Antonio Carlos de C. Paiva Filho (OAB: 3401/AM) e Marcio do Nascimento Assef (OAB: 13223/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004779-15.2018.8.04.0000, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bmg S/A. Advogados: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE), Dra. Stefani Codeceira R. Vasconcelos Telles (OAB/PE 45.679). Agravada: Maria Luiza Gonzaga de Souza. Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004854-54.2018.8.04.0000, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Cia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil. Advogado: Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB: 7312/AL), Carlo André de Mello Queiroz (OAB: 6047/AL). Agravado: Maria Edna Araújo Mateus. (Advogada: Dra. Maria Edna Araújo Mateus - OAB/AM 3.461). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004899-58.2018.8.04.0000, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bmg S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) e outros. Agravado: Hilton Sales Costa. Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004900-43.2018.8.04.0000, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bmg S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) e outros. Agravado: Nurenberg Osório Nunes. Advogado: Ricardo Nunes Lopes (OAB: 13034/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004955-91.2018.8.04.0000, de 2ª Vara de Tefé. Agravante: Claro S/A. Advogado: Rodrigo Badaro de Castro (OAB: 2221/DF), Tatiana Maria Mello de Lima (OAB: 15118/DF), Ordelio Azevedo Sette (OAB: 13756/MG), Fernando Azevedo Sette (OAB: 58642/MG), Ricardo Azevedo Sette (OAB: 138486/SP) e Roberto Mariano de Oliveira Soares (OAB: 23604/DF) e outros. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotora: Marina Campos Maciel. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004993-40.2017.8.04.0000, de 1ª Vara de Família. Agravante: Carlos Orlando Lopes de Mendonça. Advogado: Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB: 8279/AM) e outros. Agravada: Phámellam Thalita Gonçalves Freire. Advogados: Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB/AM nº. 5.483), Gizelle Silva Albuquerque (OAB/AM nº. 13.376) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0029804-18.2006.8.04.0001, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Benedito de Jesus Bacelar de Oliveira. Advogados: Gilvan Simões Pires da Mota (OAB: 1662/AM), Maiara da Motta Sonntag e outros. Apelada: Norberinda Telman Viana de Oliveira. Advogados: Luiz Serudo Martins Neto (OAB: 3762/AM), Sidney Serudo de Mendonça (OAB: 4891/AM) e Jamil Ribeiro da Silva (OAB/AM 7167). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0611999-80.2018.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Procurador: Fabricio Perrotta da Silva. Apelado: Manoel Raimundo Gomes da Silva. Advogado: Sandro da Silva Santos (OAB: 7523/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0617080-10.2018.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Edmilson Bandeira Comercial Ltda Me., Alcineia Machado dos Santos e Luiz Carlos da Silva Bandeira. Advogados: Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB: 5679/AM), André Luiz Farias de Oliveira (OAB: 2419/AM), Wlisses Mota Bezerra (OAB: 8959/AM) e outros. Apelado: Basa S/A. Advogados: Fabrício dos Reis Brandão (OAB: 726/AM) e Bruno Cesar Bentes Freitas (OAB: 18475/PA). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0621498-59.2016.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Município de Manaus. Procuradora: Ellen Larissa de Oliveira Frota. Apelante: Instituto Municipal de Planejamento Urbano - Implurb. Procurador: Oleisia Maximina Abreu da Silva (OAB: 5513/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Aguinelo Balbi Junior (OAB: 089AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0626145-63.2017.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Francisco Teles dos Santos Advogado: Nelson Matheus Rossetti (OAB: 4063/AM), Cintia Rossete de Souza (OAB: 4605/AM) e outros. Apelado: O Estado do Amazonas. Procurador: Luis Carlos Paula e Souza (OAB: 1667/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0633686-50.2017.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Anete Maria Teles de Souza. Advogada: Rosinalva Gomes Barros (OAB: 8183/AM). Apelado: Elizeu Teles de Souza. Defensora: Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB: 86928/RJ). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0637423-27.2018.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bmg S/A. Advogados: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) e outros. Apelada: Acilete Gomes Magalhães. Advogados: Ana Carolina Souza Cei (OAB: 8348/AM), Emmanuel Sousa Viana (OAB: 12409/AM), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM), Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0641884-13.2016.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogados: Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB: A739/AM), Maria Lucília Gomes (OAB: 313A/AM) e outros. Apelada: Marcia Maria Araujo Silva. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0645327-35.2017.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Minds English School Vieiralves (Centro de Aprendizado Britânico e Americano Ltda.) e Leiza de Oliveira. Advogados: Dino Costacurta (OAB: 16627/PR), Renata Botelho Rezende Sanches (OAB: 75426/PR). Apelados: Maria das Graças Nogueira Haddad, Evelyn Haddad Hamada, Ralph Nogueira Haddad e Vivian Nogueira Haddad. Advogado: Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB: 11333/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Despacho proferido pelo Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4000486-81.2019.8.04.0900**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, ABF Administração e Participação LTDA**, advogado, Marco Aurelio Verissimo (279144/SP) e Roberto Carlos Keppler (68931/SP) e como **Agravado, O Estado do Amazonas**, advogado, Alberto Bezerra Melo (2015/AM). **Despacho:** "(...)Por não vislumbrar, no momento, preenchidos os requisitos legais, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 11 de março de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge. Relatora."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4005959-66.2018.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Defensoria Pública da União No Estado do Amazonas**, advogado, Rosimeire de Oliveira Barbosa (9049/AM) e como **Agravado, Waldick Feitoza de Araújo**, advogado, Maria das Graças Carvalho Monteiro (1964/AM). **Despacho:** "Compulsando os autos, observo que o despacho de fls. 23 foi exarado por equívoco, uma vez que o presente Agravo de Instrumento ainda não foi devidamente apreciado. Diante disso, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fl. 23. Após a publicação da presente decisão, devolvam-me os autos para a análise do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal em caráter liminar. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Cláudio Roessing. Relator."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001397-48.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, O Município de Manaus**, advogado, Dr. Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM) e como **Embargados, Adriano Rodrigues de Souza, Carolynne da Rosa Hernandez, Rafael Antonio de Araujo Barbosa e Rayfan de Araujo Barbosa**, advogado, Antonio José Tavares Barbosa (10068/AM). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2.º, do CPC. Intime-se. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 8 de março de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil – Relator."

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Dr. Antonio José Tavares Barbosa (10068/AM)**, para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Yedo Simões de Oliveira** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração nº. 0006682-56.2018.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Raimunda de Souza Brandão**, advogado, Dr. Talvani Franco Leite Brito (680A/AM) e como **Embargado, Jorge Williams de Mendonça Brandão Júnior**, advogados, Drs.Igor de Mendonça Campos (303002/SP), Priscila

Lima Monteiro (5901/AM), Raphael Heinrich B. de Oliveira (5885/AM) e Silvyane Parente de Araújo Castro (7237/AM). **Despacho:** "(...) Do exposto, determino a intimação das partes para que se manifestem sobre a possível ocorrência de prescrição, prazo de 5 (cinco) dias. Decorrido o lapso temporal assinalado retornem os autos conclusos com ou sem manifestação. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 7 de março de 2019. Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Presidente do TJAM."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4000107-43.2019.8.04.0900**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogado, Jucelino Araújo Lima (8039/AM) e como **Agravado, Mário Adriano Cunha Maia**, advogado, Mário Adriano Cunha Maia (5860/AM). **DECISÃO: "(...)**Pelo exposto, defiro o pedido de tutela antecipada recursal para suspender a decisão que determinou o sequestro dos valores através do bloqueio judicial, via sistema BACENJUD, até ulterior decisão desta Corte. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Após, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil. Relator**."**

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, **Dr. Mário Adriano Cunha Maia (5860/AM)**, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação nº. 0060031-30.2002.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Sidney Gonçalves Nogueira**, advogado, Antônio Miguel Penafort Queiros Grossi (49341/DF), Benedito Cerezzo Pereira Filho (142109/SP), Luiz Eduardo Ruas B. do Monte (41950/DF), Marcelo Leal de Lima Oliveira (21932/DF), Raquel Xavier Vieira Braga (55574/DF) e Thaís Aroca Datcho Lacava (234563/SP) e como **Apelado, Heraldo Soares Viana e Raimundo Nonato Oliveira da Costa**, advogado, Emerson Perkins Lemos de Assis (3715/AM) e Roosevelt Jobim Filho (3920/AM). **DECISÃO: "(...)**O fato de o demandante litigar sob falsa identificação civil enseja apenas a retificação de tal vício por meio da correção do cadastramento e demais informações lançadas no registro do sistema SAJ, motivo pelo qual defiro o pedido formulado às fls. 353/354. A questão relacionada à aventada legitimação processual será apreciada adequadamente quando do julgamento do recurso. Na oportunidade, determino o apensamento do processo nº0060124-90.2002.8.04.0001(2) ao presente álbum processual para julgamento conjunto na forma da lei, no qual, aliás, deverá ser promovida a mesma retificação supra determinada. Feito isso, republique-se o despacho de fls. 345 destes autos. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 1º de março de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes. Relator**."**

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação nº. 0246721-55.2011.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Banco Santander S.a.**, advogados, Drs. Adam Miranda Sá Stehling (750A/AM), Ana Lúcia de Souza Nogueira (5054/AM), André Luiz Rocha Pinheiro (7141/AM), Carlos Maximiano Mafra de Laet (104061A/SP), Gabriel Prates Donato Lopes (6742/AM), Gutemberg Dantas Licarião (801A/AM), Marco André Honda Flores (6171/MS), Pauline Chixaro Voss (6648/AM) e Rejane Passos do Nascimento (694A/AM) e como **Apelado, Andre Takeithi Sakai**, advogada, Dra. Marcilinha Santana de Oliveira (4964/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Por tais razões, mediante flagrante intempestividade, não conheço do recurso de Apelação interposto pelo Banco Santander S/A, às fls. 263/270. À Secretaria para providências. Manaus, 08/03/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury – Relator."

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4000402-80.2019.8.04.0900**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Lucas Mendes Silva**, advogados, Drs. Filipe Mendes Silva (9766/AM) e Rafaela da Silva Gomes (8946/AM) e como **Agravado, Senso Engenharia e Comércio Ltda**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, com fundamento da disciplina do art. 932, II, do CPC, decido desde logo por não conhecer do presente recurso, ante a ausência de requisito intrínseco de admissibilidade, qual seja o cabimento. Intime-se as partes acerca da presente decisão. Decorrido o prazo recursal sem a apresentação de recurso adequado, promova-se a baixa dos autos com sua consequente remessa ao Juízo de primeiro grau. Cumpra-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 07 de março de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury – Relator."

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Apelação nº 0238744-80.2009.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas. Procurador: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM). Apelado: Nironilse Rodrigues Moraes, advogado: Risonaldo de Melo Lima Junior (OAB: 6997/AM). Presidente: Exma. Sra. Des. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação nº 0500025-09.2016.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal. Apelante: O Município de Manaus, advogado: Rodrigo Monteiro Custódio (OAB: 6452/AM). Apelado: Petroleo Brasileiro S/A, advogados: Gustavo Monteiro Rodrigues (OAB: 5150/AM), Angelo Roncalli Osmiro Barreto (OAB: 26766/CE) e Felipe Antonio Lopes Santos (OAB: 7250/AM). Presidente: Exma. Sra. Des. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.

Apelação nº 0603495-22.2017.8.04.0001, de 1ª Vara de Família. Apelante: D. P. C. L., advogado: Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB: 953/RR). Apelada: M. Ú F. C., advogada: Agnes Pelegrin do Nascimento Amorim (OAB: 10916/AM). Presidente: Exma. Sra. Des. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação nº 0611952-09.2018.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: João Batista Afonso da Silva, advogados: Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB: 7664/AM) e Cristiane Maria Pontes da Silva (OAB: 12495/AM). Apelado: O Estado do Amazonas. Procurador: Sálvia Haddad Gurgel do Amaral (OAB: 3529/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0630251-68.2017.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Edna da Silva Costa, advogados: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM), Luciana Lopes Xavier (OAB: 8022/AM), Diogo Coelho de Freitas (OAB: 10733/AM), Lidiane da Silva Roque (OAB: 161799/MG), Kardinallenn dos Santos Ferreira, Alexandre Coelho da Silva (OAB: 5846/AM). Apelado: O Estado do Amazonas. Procurador: Evandro Ezidro de Lima Regis (OAB: 2498/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4000114-19.2019.8.04.0000, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Banco Bmg S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE).**Agravado: Antonio Gonçalves da Silva.**Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0631833-45.2013.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Apelante: Jefferson Cristophe de Lima Botelho. Advogado: Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB: 4315/AM).**Apelado: Rachid Cheik de Oliveira.**Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0633825-41.2013.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Apelante: Porto Seguros Companhia de Seguros Gerais. Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM).**Apelada: Maria do Socorro Pereira da Silva.** Advogado: Elio Francisco de Carvalho (OAB: 493A/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0637666-05.2017.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Manaus Previdência - MANAUSPREV. Advogados: Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM) e Geraldo Uchôa de Amorim Júnior (OAB: 12975/AM). **Apelante: O Município de Manaus.**Procurador: Marsyl de Oliveira Marques (OAB: 1785/AM).**Apelada: Andrea da Rocha Cantuario.** Advogados: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM) e Alexandre Coelho da Silva (OAB:5846/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0638895-05.2014.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Apelante: Banco Bradesco Cartão S/A. Advogado: André Nieto Moya (OAB: 235738/SP).**Apelado: Herivelto Farney de Abreu.** Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Agravo de Instrumento nº 4000520-40.2019.8.04.0000, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Banco Bmg S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 7529/AL) e Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE).**Agravado: José Moises Nonato Correa.**Advogada: Luciana da Silva Couto (OAB: 5339/AM). Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Aristóteles Lima Thury.

Agravo de Instrumento nº 4005802-93.2018.8.04.0000, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: FCA Fiat Chrysler Automeveis Brasil Ltda. Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 76696/MG) e Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 995A/AM).**Agravado: Cleomar de Oliveira Lima.**Advogados: Rômulo Sarmento dos Reis (OAB: 5435/AM) e Jander dos Santos Paz (OAB: 10315/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Aristóteles Lima Thury.

Apelação nº 0612530-06.2017.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Apelante: Carlos Alberto Alves dos Reis Maciel. Advogado: Douglas Herculano Barbosa (OAB: 6407/AM). **Apelado: Banco Bmg S/A.**Advogados: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB:876/AM). Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Aristóteles Lima Thury.

Apelação nº 0650671-60.2018.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Apelante: Banco Bmg S/A. Advogados: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) e Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM).**Apelada: Cirene Lima Lopes.**Advogados: Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB: 11860/AM) e Kleibianno Teles de Souza (OAB: 7098/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Aristóteles Lima Thury.

Apelação nº 0218139-79.2010.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Analícia Cristina Cunha Penalber. Advogado: Roberto Ramos de Castro Junior (OAB: 10467/AM).**Apelado: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB.**Advogados: André Leandro de Lima Santos (OAB: 5805/AM), Beatriz Lima Silvino (OAB: 171799/RJ) e Cleide Amazonas da Silva Alves (OAB: 717/AM). Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0600099-37.2017.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Ivaldete Martins de Souza. Advogado: Ronaldo Santana Macêdo (OAB: 6536/AM).**Apelado: O Estado do Amazonas.** Procurador: Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB: 1675/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0618613-43.2014.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal.Apelante: O Município de Manaus. Procurador: Rodrigo Monteiro Custódio (OAB: 6452/AM).**Apelado: Zeferino Dias de Souza.**Advogado: Kleibianno Teles de Souza (OAB: 7098/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0626394-77.2018.8.04.0001, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ). **Apelada: Telma Farias da Silva.**Advogados: Gustavo Michelotti Fleck (OAB: 21243/DF) e Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787SC). Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0638373-70.2017.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Luciano Pimentel de Lima. Advogados: Eric Pires Benigno (OAB: 9944/AM) e Natan Costa Teixeira (OAB: 10656/AM).**Apelado: Banco Bmg S/A.**Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Nélia Caminha Jorge.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **João Mauro Bessa,** Relator dos autos de **Apelação nº 0205247-65.2015.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Madson Maciel dos Santos, Advogados Drs. Alberto Simonetti Cabral Neto OAB/AM 2.599 e Leonardo Lemos de Assis OAB/AM 6.497** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o **Apelante Madson Maciel dos Santos** na pessoa de seus advogados Alberto Simonetti Cabral Neto OAB/AM 2.599, Leonardo Lemos de Assis OAB/AM 6.497 para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 8 de março de 2019. **(a) Desembargador João Mauro Bessa - Relator.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 8 de março de 2019.**Katt Anne Souza, Secretário em Exercício, M.30112.**

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos,** Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4000981-12.2019.8.04.0000 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Impetrante e Advogado Dr**. **Antônio Monte Júnior OAB/AM 1574**, **Paciente José Heleris Costa Andrade e Impetrado Impetrado Juizo de Direito da Comarca de Nhamundá/AM** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Paciente José Heleris Costa Andrade** na pessoa de seu advogado Dr. **Antônio Monte Júnior OAB/AM 1.574** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA**: "À vista do exposto, **INDEFIRO, *in limine*, a Petição Inicial e EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, conforme o disposto no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil**, aplicado por analogia, de acordo com a norma prevista no art. 3.º do Código de Processo Penal.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de março de 2019. **(a) Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos - Relator.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis,** Relatora dos autos de **Habeas Corpus n.º 4001017-54.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Processo Originário n.º 0212268-58.2016** - **Manaus/AM**, em que é **Impetrante e Advogado Dr**. **Leonardo Anastácio Mascarenhas OAB 27975/BA**, **Paciente Felipe Azevedo dos Santos e Impetrado Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/AM** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Paciente Felipe Azevedo dos Santos** na pessoa de seu advogado Dr. **Leonardo Anastácio Mascarenhas (OAB 27975/BA)** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA**: "Ao exposto, tendo em vista que a estreita via do habeas corpus não abre espaço para dilação probatória, indefere-se-o, in limine, com fundamento no art. 663, do CPP. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de março de 2019. **(a) Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

Pauta de Julgamento Designado

PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO – PROCESSOS VIRTUAIS: De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques - Presidente da colenda Primeira Câmara Criminal, faço público para conhecimento de todos os interessados, que logo após cumpridas as formalidades legais, **serão julgados nas sessões seguintes os processos constantes da pauta.**

Apelação nº 0633707-26.2017.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes
Apelante: M. de O. C.
Defensor Público Dr. Bruno Henrique Soré
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Presidente/Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Revisor: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira
Juíza Prolatora da Sentença: Exma. Sra. Dra. Patricia Chacon de Oliveira Loureiro.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901**.

Apelação nº 0212496-04.2014.8.04.0001 - Manaus/Am.
Origem:11ª Vara Criminal
Apelante: André Ricardo Falcão Brito
Defensor Público Dr. Leonardo Figliuolo
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Presidente/Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Revisor: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Mauro Roberto Veras Bezerra
Juíza Prolatora da Sentença: Exma. Sra. Dra. Eulinete Melo Silva Tribuzy.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901.**

Apelação nº 0000870-38.2017.8.04.4601 - Iranduba/AM.
Origem:2ª Vara de Iranduba
Apelante: Josafa Freitas Oliveira
Advogados: Drs. Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9.347/AM),
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9.689/AM),
Raphaela da Costa Nascimento (OAB 9.861/AM) e
Deyvison Souza Brito (OAB 9.366/AM).
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente/Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Revisor: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Mauro Roberto Veras Bezerra
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Rafael da Rocha Lima.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901**.

Apelação nº 0000570-23.2017.8.04.6300 - Parintins/AM.
Origem:1ª Vara de Parintins
Apelante: Gabriel Dias Fragata
Defensora Pública Dra. Luise Torres de Araujo Lima.
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.

Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.

Revisora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.

Membros: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Rita Augusta de Vasconcellos Dias

Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Fábio Cesar Olintho Souza.

Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019.

Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901.

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusões de Acórdãos

CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO – PROCESSOS VIRTUAIS: Foram lidos e assinados em conferência da Egrégia 2ª Câmara Criminal do dia 11.03.2019, os acórdãos dos seguintes feitos:

1. Processo: 0000095-81.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, Fórum de Lábrea. Impetrante: Claudio de Salles Pupo Dias. **Paciente: Raimundo Nonato Coelho de Souza.** Advogado: Claudio de Salles Pupo Dias (OAB: 1095A/AM). **Impetrado: Juizo de Direito da Comarca de Lábrea/am.** Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. WRIT IMPETRADO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. ORDEM DENEGADA.1.Após o trânsito em julgado da sentença condenatória não há que se falar em custódia antecipada, mas sim, em prisão decorrente do cumprimento de pena. 2. Na espécie, as razões do mandamus tratam acerca da prisão preventiva, contudo, quando da impetração da presente ordem (15/01/2019) o réu já havia sido condenado de forma definitiva, fato ocorrido em 17/09/2018. 3. Outrossim, não se vislumbra qualquer ilegalidade no sistema de cumprimento da sanção imposto pelo julgador monocrático, ressaltando a imperiosa necessidade do efetivo implemento da pena no sistema semiaberto, em cumprimento ao disposto na própria sentença e ao teor do art. 33, §2º, do Código Penal.4.Ordem denegada. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 0000095-81.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2. Processo: 0000110-50.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração, 1ª Vara Criminal. Embargante: Allyson Henrique Pereira da Silva. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Lorena Torres do Rosário (OAB: 8008/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Elis Helena de Souza Nobile. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. POSSIBILIDADE. PENA DEFINITIVA 04 ANOS. REINCIDENTE. FIXAÇÃO DE REGIME FECHADO. SÚMULA N.º 269, STJ. REGIME SEMIABERTO. POSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS. 1. Havendo nos aclaratórios os requisitos do art. 619, do CPP, impõe-se seu conhecimento, uma vez que a via recursal eleita é a indicada; 2. Os embargos declaratórios buscam suprir a presença de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão. Desta forma com eventual ocorrência desses pressupostos, viabiliza-se o acolhimento do recurso, interposto; 3. Nos termos da Súmula n.º 269 do STJ: "É admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judicias."; 4. Embargos Conhecidos e Providos.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER os Embargos Declaratórios ora opostos para sanar as omissões apontadas contra o acórdão, recorrido, e DAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora.".

3. Processo: 0000138-91.2017.8.04.2100 - Apelação, Fórum de Anori. Apelante: Cristiano Cascais da Rocha. Advogado: João Carlos Pinto de Araújo (OAB: 3787/AM). Advogado: Ronélio Cardoso de Lima (OAB: 6432/AM). Advogada: Cirlane Figueredo Albertino (OAB: 8085/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Luiz Alberto Dantas de Vasconcelos. Promotor: José Augusto Palheta Taveira Junior. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ARGUIÇÃO DE NULIDADE. PROVA ILÍCITA. INOCORRÊNCIA. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA AMPARAR A CONDENAÇÃO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. RELEVÂNCIA DOS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE DINHEIRO APREENDIDO. INVIABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Os Reús são assistidos por advogado único, o qual foi regularmente intimado da sentença condenatória e, não obstante a isso, somente apresentou recurso em nome de Cristiano Cascais da Rocha. Contudo, ao oferecer as razões recursais em Segunda Instância, refere-se à Alexandre Lima Brandão como se Apelante fosse, requerendo a sua absolvição. 2. Assim, deixa-se de conhecer o referido pedido, eis que a parte não interpôs o recurso no momento oportuno para tanto. Passa-se, entretanto, ao exame da Apelação ofertada por Cristiano Cascais da Rocha.3. Inexiste ilicitude da prova obtida por meio dos aparelhos celulares dos réus, pois apreendidos em cumprimento à ordem judicial que autorizou a busca e apreensão de substâncias entorpecentes, instrumentos utilizados na prática do crime, bem como objetos ou documentos necessários a comprovar a infração.2. O conjunto probatório produzido nos autos revela-se suficiente para amparar a condenação do Apelante nos moldes do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, razão porque o pedido de absolvição é improcedente. 3. O depoimento dos policiais caracteriza meio idôneo e suficiente para a formação do édito condenatório, porquanto em harmonia com as demais provas e colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.4. Ademais, não há que se falar em restituição do dinheiro apreendido, uma vez não comprovada a licitude da origem.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Criminal nº 0000138-91.2017.8.04.2100, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância parcial com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em NÃO CONHECER o recurso apresentado por Alexandre Lima Brandão e CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO formulado por Cristiano Cascais da Rocha, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

4. Processo: 0000159-27.2017.8.04.4700 - Apelação, 1ª Vara de Itacoatiara. Apelante: Eduardo Souza Lopes. Advogado: Marconde Martins Rodrigues (OAB: 4695/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO. REFORMA DA SENTENÇA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO INCISO I, DO § 2º, DO ART 157, DO CPB. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N.º 13.564/2018. RETROATIVIDADE BENÉFICA. POSSIBILIDADE. REGIME ABERTO PARA INÍCIO DE CUMPRIMENTO DE PENA. IMPOSSIBILIDADE.RETIFICAÇÃO,

DE OFÍCIO, DA CONDENAÇÃO DO APELANTE QUANTO AO CRIME DE ROUBO PARA OS MOLDES DO INCISO I, DO §2º, DO ART. 157, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1- No caso concreto, verifica-se que a pena-base foi fixada acima do mínimo legal, diante da valoração negativa da culpabilidade, em razão do levado grau de censura da conduta, da personalidade do agente e das consequências do delito.2- Basta a presença de uma única circunstância judicial desfavorável ao réu para que a pena afaste-se do mínimo abstratamente cominado em lei.3- É forçoso reconhecer a necessidade de afastamento da causa de aumento decorrente do uso de arma branca (faca), em virtude da superveniência da Lei n.º 13.564/2018, que entrou em vigor no dia 25/04/2018, e, dentre outras alterações, revogou o Inciso I, do §2º, do art. 157 do Código Penal, operando-se abolitio criminis tão somente quanto ao uso de qualquer arma que não seja de fogo, como no caso em tela. Logo, sendo, neste ponto, benéfica ao apelante, a retrocitada Lei retroage.4- Ab initio, faz-se mister, o reconhecimento da constitucionalidade formal da supressão do inciso I, do §2º do art. 157 do CP, vez que a tramitação processual respeitou os ditames constitucionais referentes ao processo legislativo.5- Conforme preceitua o art.33, §2º, "c", do Código Penal, "o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto". 6- Necessário se faz seja procedida à devida retificação, de ofício, da condenação do apelante quanto ao crime de roubo para os moldes do Inciso I, do §2º, do art. 157, do Código Penal.7- Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

5. Processo: 0000208-89.2017.8.04.7700 - Apelação, Fórum de Uarini. Apelante: Alcemir Cileiro Rodrigues. Advogado: Lino Rodrigues Pessoa Neto (OAB: 5423/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Gustavo Van Der Laars. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. ARGUIÇÃO DE NULIDADE. DEFICIÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM AUDIÊNCIA. MERA IRREGULARIDADE. PROVAS DA MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTES PARA EMBASAR UM DECRETO CONDENATÓRIO. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Conforme dispõe o enunciado da Súmula 523 do STF, a ausência de defesa gera nulidade absoluta, mas a sua deficiência somente anulará o ato se dele resultar prejuízo ao réu, o que não é o caso dos autos.2. A orientação de que o acusado permaneça em silêncio durante a audiência de instrução e julgamento é uma garantia constitucionalmente prevista e pode ser utilizada como estratégia defensiva, assim como a ausência de arrolamento de testemunhas não configura negligência por parte da defensora dativa.3. No que diz respeito à ausência do Ministério Público na audiência de instrução e julgamento, trata-se de mera irregularidade, incapaz de conduzir à nulidade do ato, porquanto não causou nenhum prejuízo ao apelante.4. Em crimes de violência sexual, a palavra da vítima é elemento de convicção de alta importância, mormente por ser um crime em que, via de regra, ocorre na clandestinidade, sem a presença de testemunhas. 5. Na hipótese, as alegações da ofendida, além de firmes e coerentes, são compatíveis com as demais provas produzidas ao longo da instrução processual, tornando indubitável a conclusão acerca da autoria do delito. 6. Recurso não provido, com a consequente manutenção integral da r. Sentença condenatória.5. Na hipótese, as alegações da ofendida, além de firmes e coerentes, são compatíveis com as demais provas produzidas ao longo da instrução processual, tornando indubitável a conclusão acerca da autoria do delito.6. Recurso não provido, com a consequente manutenção integral da r. Sentença condenatória.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação nº 0000208-89.2017.8.04.7700, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

6. Processo: 0000327-97.2015.8.04.4700 - Apelação, 2ª Vara de Itacoatiara. Apelante: José Raimundo Belém de Souza. Representa: Marcos Robert D agnessa Trippo. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Marcelo Augusto Silva de Almeida. Procurador: Nicolau Liorio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO QUALIFICADO PELA IDADE DA VÍTIMA. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. VALORAÇÃO EQUIVOCADA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. REDIMENSIONAMENTO DA REPRIMENDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Na análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, ao valorar negativamente a "circunstância" e as "consequências do crime", o julgador monocrático valeu-se de fundamentação ilegítima, amparada em elementos abstratos e comuns à espécie.1. Na análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, ao valorar negativamente a "circunstância" e as "consequências do crime", o julgador monocrático valeu-se de fundamentação ilegítima, amparada em elementos abstratos e comuns à espécie.2. O fato de o acusado não ter usado preservativo durante o ato sexual não autoriza a exasperação da reprimenda à título de "circunstâncias do delito", mas sim quanto à "culpabilidade", uma vez que tal ato eleva o grau de censurabilidade da conduta, diante do risco de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis ou de ocasionar gravidez. 3. Recurso parcialmente provido, para tornar neutro o vetor da "circunstância" e das "consequências", mantendo-se a valoração negativa quanto à "culpabilidade", com o consequente redimensionamento da pena-base.3. Recurso parcialmente provido, para tornar neutro o vetor da "circunstância" e das "consequências", mantendo-se a valoração negativa quanto à "culpabilidade", com o consequente redimensionamento da pena-base.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação nº 0000327-97.2015.8.04.4700, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância parcial com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

7. Processo: 0000718-48.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, 3ª Vara de Parintins. Impetrante: Ernandes Herculano Saraiva. Advogado: Ernandes Herculano Saraiva (OAB: 13198/AM). Advogado: Diogo José Vieira dos Santos (OAB: 10810/AM). **Paciente: Eder Bruno Cecílio Machado. Impetrado: Juizo de Direito da 3ª Vara de Parintins-am.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. SEGREGAÇÃO CAUTELAR. MEDIDA CONSTRITIVA NECESSÁRIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. FATO INSUFICIENTE PARA JUSTIFICAR A SOLTURA. ORDEM DENEGADA.1. A manutenção da prisão preventiva somente se justifica quando restar evidenciado, através de dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.2. In casu, verifica-se que a custódia antecipada é necessária para garantia da ordem pública, sobretudo levando-se em conta a gravidade concreta da infração e a periculosidade do Paciente, revelada através do modus operandi da empreitada criminosa e de sua contumácia delitiva.3. Ainda que o réu reúna condições pessoais favoráveis, tais como a como primariedade e a residência no distrito da culpa, tais elementos, por si sós, são insuficientes

para lhe garantir o direito à concessão da liberdade provisória. 4.Ordem denegada. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 0000718-48.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

8. Processo: 0000719-33.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração, 2ª Vara do Tribunal do Juri. Embargante: Thiago Guedes Campelo da Silva. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Flavia Lopes de Oliveira (OAB: 4382/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 002.898/AM). Procuradora: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, AMBIGUIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Não havendo nos aclaratórios os requisitos do art. 619, do CPP, impõe-se a sua rejeição, uma vez que a via recursal eleita não é indicada para a rediscussão de mérito; 2. Os embargos declaratórios buscam suprir a presença de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão. Desta forma sem a ocorrência desses pressupostos, contudo fica inviável o acolhimento do recurso, interposto exclusivamente para fins de rediscussão e prequestionamento; 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal, ao prever a obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais, não impõe ao Magistrado sentenciante manifestar-se acerca de todos os questionamentos das partes, bastando o pronunciamento acerca daqueles essenciais ao deslinde da causa; 4. Embargos rejeitados.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em REJEITAR os Embargos Declaratórios ora opostos contra o acórdão, recorrido, nos termos do voto da Relatora.".

9. Processo: 0000873-55.2015.8.04.4700 - Recurso Em Sentido Estrito, 1ª Vara de Itacoatiara. Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Leonardo Abnader Nobre (OAB: 3341/AM). **Recorrido: Amarildo Fonseca de Araujo.** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Sérgio Enrique Ochoa Guimarães (OAB: 7834/AM). Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PRISÃO CAUTELAR. RECURSO PROVIDO. 1. Insurgência do Ministério Público contra a decisão do Juízo de Primeiro Grau que concedeu liberdade provisória ao acusado.2. A constrição preventiva é medida excepcional, devendo ser devidamente fundamentada diante das nuances do caso concreto. 3. Na espécie, está comprovado a necessidade da segregação cautelar, diante da dinâmica do crime (alto grau de violência e crueldade) e pelo fundado temor de que o Réu, em liberdade, volte a delinquir, vez que responde a outras ações penais em curso.4. Imperioso, portanto, a reforma da decisão para determinar o encarceramento provisório, como forma de garantia da ordem pública.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Recurso Em Sentido Estrito nº 0000873-55.2015.8.04.4700, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

10. Processo: 0000943-68.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração, 1ª Vara Criminal. Embargante: Kelly Cristine Magalhães Seixas. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Lorena Torres do Rosário (OAB: 8008/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Elis Helena de Souza Nobile. Procuradora: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROPÓSITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA E PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO REJEITADO.1. Nos moldes dispostos no art. 619, do Código de Processo Penal, a oposição de embargos declaratórios exige a presença de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão. 2. Na espécie, não se verifica a ocorrência de qualquer desses pressupostos, sendo impossível o acolhimento do recurso, ainda que interposto exclusivamente para fins de rediscussão e prequestionamento.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Embargos de Declaração nº 0000943-68.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

11. Processo: 0000944-53.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração, 9ª Vara Criminal. Embargante: Sabrina Barbosa Braz. Defensora: Lorena Torres do Rosário (OAB: 8008/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Darlan Benevides de Queiroz. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues (OAB: P/AM). Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL - DOSIMETRIA DA PENA - ALEGATIVA DE SE TRATAR DE QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA - EFEITO DEVOLUTIVO DO RECURSO DE APELAÇÃO - LIMITE - PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - INOVAÇÃO EM SEDE DE ACLARATÓRIOS - VEDAÇÃO - TESE DE OMISSÃO - NÃO OCORRÊNCIA - MATÉRIA NÃO SUSCITADA PELA DEFESA EM SEDE RECURSAL - PRECLUSÃO - PRECEDENTES DO STJ - EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em não conhecer dos Embargos de Declaração, nos termos do voto condutor.".

12. Processo: 0002191-78.2016.8.04.7500 - Apelação, 2ª Vara de Tefé. Apelante: Michael Praia Nogueira. Defensora: Nayara de Lima Moreira (OAB: 9058/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa (OAB: 4589/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Márcio Pereira de Mello. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO. REFORMA DA SENTENÇA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.1- Em respeito ao princípio da unicidade recursal, deve-se observar que, contra cada decisão judicial, em regra, somente pode se interpor um único recurso, em assim sendo, caso sejam interpostos dois recursos contra a mesma decisão, como se verifica no caso em análise, conforme bem pontuou o Douto Representante Ministerial, somente o primeiro deve ser conhecido.2- Restou caracterizada a preclusão consumativa do recurso, pois esse foi interposto posteriormente, ou seja, em 08/02/2019, ensejando assim, o não conhecimento do recurso em observância ao princípio da unirrecorribilidade.3- O princípio em comento deflui de dois fatores substanciais em matéria de processo, a incindibilidade das decisões monocráticas e o respeito à preclusão consumativa. Desse modo, ainda que se dividíssemos o r. acórdão em capítulos, para fins recursais, não se admitiria qualquer divisão em diferentes recursos. Somente se excepciona a

tal regra, a interposição simultânea de Recurso Especial e Recurso Extraordinário a combater acórdão de TJ ou TRF que ofende a um só tempo lei federal e norma constitucional.4- Recurso não conhecido, em harmonia com o parecer do Ministério Público.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, em harmonia com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

13. Processo: 0003305-36.2002.8.04.0001 - Apelação, 2ª Vara do Tribunal do Juri. Apelante: Edivaldo Correa de Lima. Defensora: Denise D'Albuquerque Veiga Lima (OAB: 4565/AM). Defensora: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Cláudio Sérgio Tanajura Sampaio. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PENA BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. CULPABILIDADE ACENTUADA. REDIMENSIONAMENTO DA REPRIMENDA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. NÃO CONFIGURAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE DE DISCUSSÃO EM PLENÁRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Em se tratando de Sentença derivada do Tribunal do Júri, salienta-se que, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos vereditos, prevista no art. 5.º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal, cabe ao Juízo ad quem analisar, de forma ampla, a matéria de competência do Juiz-Presidente do Júri; 2. No que tange à aplicação da pena, da análise pormenorizada das circunstâncias fáticas narradas nos autos verifico a generalidade da fundamentação que implicou a correta valoração desfavorável da culpabilidade do agente; 3. A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que compete ao julgador, dentro do seu livre convencimento e de acordo com as peculiaridades do caso, escolher a fração de aumento ou redução de pena, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade; 4. Nos termos do art. 492, I, "b", do CPP, poderá o magistrado reconhecer atenuantes e agravantes no momento da aplicação da pena, desde que tenham sido objeto de alegação por ocasião dos debates no Tribunal do Júri. Precedentes do STJ; 5. Apelação Criminal CONHECIDA e NÃO PROVIDA, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. PresidenteOnilza Abreu GerthProcurador(a) de Justiça".

14. Processo: 0025642-14.2005.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª Vara do Tribunal do Juri. Recorrente: Erivelton Nunes de Oliveira. Advogado: Adalberto Teixeira Bittar (OAB: 5275/AM). **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Clarissa Moraes Brito. Procurador: Flávio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2.º, INCISOS I E IV do CÓDIGO PENAL. SENTENÇA DE PRONÚNCIA QUE RECONHECE A MATERIALIDADE E OS INDÍCIOS DE AUTORIA - PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE - DECISÃO, DEVIDAMENTE, MOTIVADA. PRELIMINAR - NULIDADE PROCESSUAL – NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO - NULIDADE AFASTADA - PRONÚNCIA - PRETENDIDA A DESCLASSIFICAÇÃO - HOMICÍDIO SIMPLES - IMPOSSIBILIDADE – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O ÓRGÃO MINISTERIAL. I - a Decisão de Pronúncia apresentou fundamentação em harmonia com os ditames legais insculpidos no art. 413, caput e § 1.º, do Código de Processo Penal, pois foram destacados a prova da materialidade do fato delitivo e indicios de autoria. II - Nessa ordem de ideias, havendo a existência da prova da materialidade do crime de Homicídio Qualificado, nos termos do art. 121, § 2.º, incisos I e IV do Código Penal, e dos indícios da autoria delitiva, o conjunto fático-probatório se mostra suficiente para submeter o Acusado a julgamento pelo Corpo de Jurados. III - Lastreando-se a decisão de pronúncia em indícios de autoria e prova irrefutável de materialidade, basta ao Juiz externar as razões de seu convencimento para submeter o recorrente a julgamento pelo Tribunal do Júri, afigurando-se preponderante nesta fase processual o "in dubio pro societate. IV - Nessa vereda, caberá ao Conselho de Sentença, Juiz Natural da causa, deliberar, em um juízo de certeza, a respeito da existência, ou não, do animus necandi, vale dizer, da intenção de matar a Vítima, por parte do Acusado. Precedentes. V - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em concordância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

15. Processo: 0201984-94.2017.8.04.0020 - Apelação, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: F. B. S. Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Davi Santana da Câmara. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMESTICA. PALAVRA DA VÍTIMA. ASSUNÇÃO DE ESPECIAL IMPORTÂNCIA. ELEMENTO IDÔNEO. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PENA-BASE. DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. ELEMENTOS INIDÔNEOS PARA REDUÇÃO DA PENA-BASE. RETIFICAÇÃO. POSSIBILIDADE. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. 1. Em crimes de violência doméstica, a palavra da vítima tem especial relevância probatória, sendo suficiente para o convencimento do Magistrado; 2. Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de violência doméstica, expresso no art. 129, § 9º, do Código Penal, não deve ser acolhido o requerimento de absolvição; 3. A fixação da pena-base é ato de discricionariedade vinculada ao limite estabelecido pelo legislador, cabendo ao julgador a análise das circunstâncias judiciais através do livre convencimento motivado. Todavia, no que tange à aplicação da pena, da análise pormenorizada das circunstâncias fáticas narradas nos autos, verifico a generalidade da fundamentação que implicou a valoração desfavorável da culpabilidade, motivos do crime e comportamento da vítima; 4. Preenchidos os requisitos do art. 77 do Código Penal, deve ser aplicada a suspensão condicional da pena; 5. Apelação criminal CONHECIDA e PROVIDA EM PARTE, dissonância do parecer ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER do presente recurso de Apelação e voto pelo PROVIMENTO PARCIAL, em dissonância da promoção ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

16. Processo: 0202334-57.2008.8.04.0001 - Apelação, 1ª Vara Criminal. Apelante: Ricardo Augusto Luniére Fonseca. Advogado: Sergio Augusto Costa da Silva (OAB: 6583/AM). **Apelante: Jose Antonio Vasconcelos da Costa. Apelante: Daniela Aparecida Saldanha.** Defensora: Laiane Tammy Abati (OAB: 172066/SP). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Marlene Franco da Silva. Procurador: Francisco Cruz. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.

Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÕES CRIMINAIS. PENAL E PROCESSO PENAL.CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO E USO. TIPICIDADE DA CONDUTA. LESIVIDADE AO BEM JURÍDICO. USO DE DOCUMENTO FALSO. CRIME FORMAL. DOSIMETRIA MANTIDA. RECURSOS NÃO PROVIDOS.1. A violação à fé pública decorrente do crime de uso de documento falso é sempre formal e instantânea, consumando-se na utilização ou exibição, sem a necessidade de demonstrar efetivo prejuízo à outra parte ou a terceiros.2. No caso, a identificação do documento como falso não se fez de imediato, mas sim após o intermédio de diligências para o suposto expedidor oficial, a qual atestou sua inveracidade, o que supera qualquer juízo superficial razoável oponível no momento de sua apresentação.3. Dosimetria decorrente da exegese do art. 304 do CP, visto que aquele é norma penal em branco complementada pelo,art. 297 do mesmo códex penalizador.4. Conforme a jurisprudência do STJ, o crime de falsificação de documento público é comum, e não propter officium, pelo que não requer uma característica especial do agente bastando que o documento detenha essa natureza.5. O conceito de funcionário público estabelecido no art. 297, §1º do Código Penal abarca todas as modalidades de agentes públicos, o que não modifica a natureza comum do delito, cujo bem jurídico violado é a fé pública.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos nº 0202334-57.2008.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

17. Processo: 0207559-64.2009.8.04.0020 - Apelação, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Davi Santana da Câmara. **Apelado: D. F. dos S.** Defensor: Marcelo Jorge Martins (OAB: 8634/PI). Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA. INSTITUTO INEXISTENTE. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. 1 – Não há que se falar em extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição antecipada, instituto rechaçado pelo STJ.2 – A extinção da punibilidade deve ocorrer antes do trânsito em julgado, pelo máximo da pena prevista ou, pela pena efetivamente aplicada, após sentença condenatória transitada em julgado. 3 – É possível a interposição de apelação quando cabível o recurso em sentido estrito, desde que demonstrada a ausência de má-fé e sua tempestividade.4 – Recurso conhecido pelo princípio da fungibilidade e, no mérito, provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar provimento, em harmonia com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

18. Processo: 0210855-20.2010.8.04.0001 - Apelação, 1ª Vara Criminal. Apelante: Erbeson de Luna dos Reis. Advogado: Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB: 7181/AM). Advogado: João Fernandes de Azevedo (OAB: 6953/AM). **Apelante: Leonardo Carvalho Rocha Sant'ana.** Advogada: Rita de Cassia Riça de Araujo (OAB: 12787/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Márcio Fernando Nogueira Borges Campos. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÕES CRIMINAIS. EXTORSÃO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. os apelantes, de forma livre e consciente, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, em concurso de pessoas, subtraíram os bens das vítimas. 2. O depoimento da vítima prestado perante a autoridade policial como em juízo são harmônicos como as demais provas carreadas aos autos. No caso em tela, as palavras da vítima têm relevância, junto com o conjunto probatório, para fins de condenação dos denunciados. Neste ponto, vale ressaltar que, em casos como este, a palavra da vítima é preponderante, até porque foi ela quem teve contato direto com os criminosos e vivenciou os fatos, razões pelas quais pode narrá-los com maior clareza e riqueza de detalhes. 3. a negativa dos apelantes restam isoladas ante o coeso substrato probatório produzido ao longo da instrução criminal, sendo insubsistente a alegação de insuficiência probatória. 4. O MM Juiz de primeiro grau, considerando a ausência de circunstâncias desabonadoras, manteve a pena basilar no patamar mínimo legal, qual seja 06 (seis) anos de reclusão, mais o pagamento de 10 (dez) dias-multa. Assim, as penas, porquanto fixadas de acordo com o princípio da legalidade e com critérios de razoabilidade, não merecem qualquer reparo. 5. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0210855-20.2010.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

19. Processo: 0213889-22.2018.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª Vara do Tribunal do Juri. Recorrente: Janson da Costa Pimenta. Defensor: Maurilio Casas Maia (OAB: 6056/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Clarissa Moraes Brito. Procurador MP: Públio Caio Bessa Cyrino. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. IN DUBIO PRO SOCIETATE. COMPETÊNCIA DO JÚRI. IMPRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A sentença de pronúncia caracteriza-se como mero juízo de admissibilidade da acusação, exigindo-se do julgador apenas a verificação de prova da materialidade delitiva e de indícios suficientes de autoria, ainda que inquisitoriais. Nessa fase processual, a dúvida deve ser interpretada em favor da sociedade (in dubio pro societate), de modo a preservar a competência constitucional do Tribunal do Júri; 2. Consoante entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é perfeitamente possível que a decisão de pronúncia do acusado pela prática de crimes dolosos contra a vida seja baseada em elementos colhidos na fase de inquérito, na medida em que esta decisão não possui conteúdo condenatório, sendo mero juízo de admissibilidade, competindo ao Júri Popular a análise do mérito da demanda; 3. O momento adequado para analisar a intenção do agente no momento do crime é na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, haja vista a competência privativa estabelecida no art. 5.º, XXXVIII, da Constituição Federal, ocasião em que os jurados poderão debruçar-se sobre as provas produzidas e decidir, de acordo suas livres convicções, acerca da culpa ou inocência do réu; 4. Recurso CONHECIDO e NÃO PROVIDO, em consonância do parecer ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso em Sentido Estrito, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER do recurso e NEGAR-LHE PROVIMENTO, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

20. Processo: 0214410-35.2016.8.04.0001 - Apelação, 10ª Vara Criminal. Apelante: Felipe da Silva dos Santos. Defensor: Daniel Britto Freire Araujo (OAB: 12641/MA). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do**

Estado do Amazonas. Promotor: André Luiz Medeiros Figueiras. Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. DIREITO PENAL. LATROCÍNIO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA ROUBO MAJORADO. COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA. TESES RECHAÇADAS. COAUTORIA CONFIGURADA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Se o disparo de arma de fogo originou-se do desdobramento natural da conduta adotada por todos os agentes, sendo perfeitamente previsível o resultado mais grave, o acusado deve responder pela autoria deste crime.2. Na espécie, inviável a desclassificação para roubo majorado, visto que as circunstâncias apuradas evidenciam que o apelante aderiu à prática do crime de latrocínio, tendo prévio conhecimento da utilização de arma de fogo por seu comparsa.3. Ademais, restando comprovadas a unidade de desígnios e a divisão de tarefas entre os agentes, não há como acatar a tese da cooperação dolosamente distinta, inteligência do artigo 29, § 2º, do Código Penal .4. Dessa forma, considerando que o resultado morte era totalmente previsível, resta configurado o dolo eventual do agente, impondo-se a manutenção da tipificação imposta na sentença.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação nº 0214410-35.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

21. Processo: 0215763-18.2013.8.04.0001 - Apelação, 8ª Vara Criminal. Apelante: Kleberson Alencar de Oliveira. Defensor: Eduardo Augusto da Silva Dias (OAB: 5857/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Darlan Benevides de Queiroz. Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO LEGÍTIMOS. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Não há que se falar em absolvição, na medida em que o conjunto probatório é suficiente à demonstração da autoria e materialidade do delito imputado ao Apelante.2. Os depoimentos colhidos durante a fase inquisitorial e em Juízo são firmes e coerentes, tornando indubitável a prática do crime de roubo. Portanto, imperiosa a manutenção da sentença em todos os seus termos. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Criminal nº 0215763-18.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

22. Processo: 0222697-50.2017.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Jaime José de Oliveira Costa Júnior. Advogado: Washigton Colares da Silva (OAB: 3244/AM). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Yara Rebeca Albuquerque Marinho de Paula. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME. 1/6 (UM) SEXTO DA PENA ATINGIDA. APENADO REINCIDENTE CONDENADO POR TRÁFICO DE DROGAS. REQUISITO TEMPORAL MAIS SEVERO. EXIGÊNCIA DE 3/5 (TRÊS QUINTOS) DE PENA CUMPRIDA. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. DESNECESSIDADE. RECURSO DESPROVIDO.1. O apenado pela prática de tráfico de drogas que, na data do cometimento do referido crime, registrar condenação definitiva anterior, para ter direito à progressão de regime, deve cumprir 3/5 (três quintos) da pena fixada na sentença, nos termos do §2º, do art. 2º, da Lei n. 8.078/90.2. A Lei de Crimes Hediondos não exige que a reincidência seja específica para adoção de critério temporal mais severo para fins de progressão de regime, bastando tão somente o registro de condenação definitiva anterior. 3. In casu, não cumprido pelo Agravante o lapso temporal de 3/5 (três quintos) da sanção, irrepreensível a decisão recorrida que indeferiu o pleito de progressão do regime fechado para o semiaberto.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Agravo de Execução Penal nº 0222697-50.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

23. Processo: 0225344-91.2012.8.04.0001 - Apelação, 5ª Vara Criminal. Apelante: Rinaldo Silva Garrido. Advogado: Jano de Souza Melo (OAB: 4587/AM). Advogado: Wanderlann Vieira de Souza (OAB: 585/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Evandro da Silva Isolino (OAB: 2264/AM). Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO. ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS.PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA, DESCLASSIFICAÇÃO DE ROUBO PARA FURTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1- Não há como absolver o réu quando as provas produzidas estiverem em completa harmonia com o direito aplicável à espécie.2- Não se pode confundir participação de menor importância com coautoria. In casu, as provas dos autos demonstram cabalmente que o réu teve direta e relevante participação no evento delituoso, tendo conduzido o veículo utilizado para o assalto, além de ter aguardado os agentes para a fuga. Inegável tratar-se, portanto, de hipótese de coautoria.3- No que se refere ao pedido de desclassificação do delito previsto no art.157, §2º, I e II, DO Código Penal para o crime previsto no art.146, do CPB, esse não deve prosperar, pois estando devidamente comprovada nos autos a grave ameaça exercida pelo apelante, dirigida à subtração dos bens das vítimas, não há falar em desclassificação para furto.4- Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e não prover-lhe, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

24. Processo: 0226300-68.2016.8.04.0001 - Apelação, 3º Vara do Tribunal do Juri. Apelante: Ayrton Lopes Cardoso. Advogado: Leandro Rebelo de Paula (OAB: 11851/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Rogerio Marques Santos. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PENA BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS ACENTUADAS. DESCLASSIFICAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE DE DISCUSSÃO EM PLENÁRIO. SOBERANIA DO VEREDICTO POPULAR. DECISUM MANTIDO. TESE DA EXCLUSÃO DE ILICITUDE. NÃO INCIDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Em se tratando de Sentença derivada do Tribunal do Júri, salienta-se que, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos vereditos, prevista no art. 5.º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal, cabe ao Juízo ad quem analisar, de forma ampla, a matéria de competência do Juiz Presidente do Júri; 2. No que tange à aplicação da pena, da análise pormenorizada das circunstâncias fáticas narradas nos autos, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que compete ao julgador, dentro do

seu livre convencimento e de acordo com as peculiaridades do caso, valorar a fração das circunstâncias judicias do agente, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade; 3. Não se pode, em sede de revisão, desconstituir a escolha dos jurados por meio de uma nova interpretação dos fatos, sob pena de afronta à soberania dos veredictos do Júri; 4. Nos termos do art. 492, I, "b", do CPP, poderá o magistrado reconhecer atenuantes e agravantes no momento da aplicação da pena, desde que tenham sido objeto de alegação por ocasião dos debates no Tribunal do Júri. Precedentes do STJ; 5. Apelação Criminal CONHECIDA e NÃO PROVIDA, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. PresidenteOnilza Abreu GerthProcurador(a) de Justiça".

25. Processo: 0226305-61.2014.8.04.0001 - Apelação, 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: E. G. de O. Defensor: João Arlos Bemerguy Camerini. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Elizandra Leite Guedes de Lira. Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CRIME DE LESÃO CORPORAL. RECURSO DE DEFESA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Inviável o pleito de absolvição quando, em situação de violência doméstica, o exame de corpo de delito e o depoimento da vítima são uníssonos e suficientes à comprovação da materialidade e da autoria dos fatos imputados ao réu.2. Conforme entendimento do STJ, em crimes ocorridos no contexto de violência doméstica e familiar, deve ser dado especial relevo à palavra da vítima, principalmente quando corroborada por outros elementos de convicção.3. Recurso conhecido e não provido.Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, em conhecer e negar provimento à apelação criminal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

26. Processo: 0226442-19.2009.8.04.0001 - Apelação, 11ª Vara Criminal. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Valber Diniz da Silva (OAB: 4014A/MP). Procurador: José Roque Nunes Marques. **Apelante: Walace Camarão dos Santos.** Defensor: Leonardo Figliuolo (OAB: 3599/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. SÚMULA 545/STJ. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.1. Restou demonstrado que a magistrada a quo utilizou-se da confissão em fase policial, para formar seu convencimento, razão pela qual o reconhecimento da atenuante de confissão, ora prevista no art. 65, III, "d" do CP, é medida que se impõe.2. Entendimento contrário, confrontaria o disposto na Súmula 545/STJ, a qual expõe: "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal."4. Recurso conhecido e provido.Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer ministerial, em conhecer e dar provimento à apelação criminal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.". .

27. Processo: 0227390-48.2015.8.04.0001 - Apelação, 10ª Vara Criminal. Apelante: Jose Leonardo Monteiro de Jesus. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelante: David Correa Vieira.** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelante: Igor Tiago de Oliveira Pena.** Advogado: João Soares Gomes (OAB: 2545/AM). Advogada: Tassyane Meirino Gomes (OAB: 5563/AM). **Apelante: Felipe Leoncio Souza dos Santos.** Advogado: Mário Porto de Aguiar (OAB: 2296/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Márcio Fernando Nogueira Borges de Campos. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÕES CRIMINAIS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. SÓLIDO CONJUNTO PROBATÓRIO. MODIFICAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA DO FECHADO PARA O SEMIABERTO. INCABÍVEL EM RAZÃO DE SE TRATAR DE RÉU REINCIDENTE. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA PENA DE MULTA. IMPROCEDENTE. IMPRATICÁVEL A REDUÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL. SÚMULA N.º 231, DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL. APELAÇÕES CRIMINAIS CONHECIDAS E DESPROVIDAS. 1. O sólido conjunto probatório confirma a autoria do delito pelos Apelantes e a materialidade do crime. 2. Impossibilidade de cumprimento da pena de 6 (seis) anos de reclusão em regime inicial semiaberto a Réu reincidente, não se amoldando, portanto, à previsão contida no art. 33, §2.º, alínea "b", do CP. 3. Postulação pela isenção da pena de multa, sob o argumento de se tratar de pessoa reconhecidamente pobre, beneficiária da justiça gratuita, no entanto, a pena pecuniária por estar prevista no preceito secundário do art. 157, caput, do Código Penal, integra a condenação, sendo inviável o afastamento da sanção. 4. Impende não olvidar de se resgatar o entendimento já sumulado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, referente à impossibilidade de se conduzir a redução da pena abaixo do mínimo legal, em virtude da incidência de circunstância atenuante. 5. As reprimendas dos Apelantes foram fixadas em quantum necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime praticado, em harmonia com o art. 59, do Código Penal, bem como, respeitando o critério trifásico estabelecido pelo art. 68, da Lei Substantiva Penal, havendo sido adequadamente analisadas e fundamentadas as circunstâncias judiciais; as circunstâncias agravantes e atenuantes; e as causas de aumento e diminuição de pena. 6. Assim, na segunda fase da dosimetria, ao reconhecer a confissão espontânea dos Réus, e a atenuante do art. 65, I, do CP, mas não aplicá-las, o Ilustre Magistrado de origem agiu corretamente, não apenas por força da Súmula n.º 231, do Colendo Superior Tribunal de Justiça, mas, também, de toda a ordem jurídica vigente. 7. Precedentes deste Tribunal de Justiça. 8. Apelações Criminais CONHECIDAS E DESPROVIDAS em consonância com o Parecer Ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os Autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO aos Recursos de Apelação Criminal, em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

28. Processo: 0228756-25.2015.8.04.0001 - Apelação, 2ª Vara Criminal. Apelante: Mario Rodrigues de Oliveira Filho. Defensor: Nilson Gomes Oliveira Meirelles (OAB: 5872/TO). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Luciola Honorio de Valois Coelho. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL.

LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA. NÃO CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO. ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE EVIDENCIAM O DOLO DO AGENTE. LAUDO PERICIAL COMPLEMENTAR. DESNECESSIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. Configura-se o instituto da legítima defesa putativa quando o agente, por erro de percepção, pensa estar em situação de injusta e atual ou iminente risco de agressão e age, dolosamente, para repelir este ato, que só existe em seu pensamento. 2. In casu, os elementos probatórios apurados denotam que o acusado agiu de forma premeditada ao agredir o próprio irmão pelas costas com um golpe de faca, não subsistindo a alegação de erro sobre circunstâncias do tipo apto a tornar sua ação legítima. 3. Ademais, comprovada a conduta consciente e dolosa do autor, refuta-se o pleito de desclassificação para o tipo penal lesão corporal na modalidade culposa, na forma do art. 20, § 1º, segunda parte, do CPB.4. Por fim, é dispensável o laudo pericial complementar quando a gravidade da lesão suportada pela vítima for comprovada de forma suficiente pelo primeiro laudo de exame de corpo de delito, bem como corroborada por outras provas carreadas aos autos. Precedente do STF. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Criminal nº 0228756-25.2015.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

29. Processo: 0231335-09.2016.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 1ª Vara do Tribunal do Juri. Recorrente: Eduardo Sales Soares. Advogado: Átila de Medeiros Affonso (OAB: 1819/AM). Defensora: Raquel El-bachá Figueiredo (OAB: 23953/BA). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Recorrente: Wando de Souza Ferreira.** Advogado: Stephane Varela Garcez (OAB: 9876/AM). Advogado: Nazira Marques de Oliveira (OAB: 8707/AM). Advogado: Davi Martins da Silva Junior (OAB: 11694/AM). **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Igor Starling Peixoto. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVAS DE MATERIALIDADE DO DELITO. PRONÚNCIA DO ACUSADO MANTIDA. AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA. INVIABILIDADE. EVENTUAL DÚVIDA QUE SE DECIDE EM FAVOR DA SOCIEDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Tratando-se de crime doloso contra a vida e presentes indícios satisfatórios de autoria e provas de materialidade delitiva, a sentença de pronúncia é a medida jurídica que se impõe, em homenagem ao princípio do in dubio pro societate, cabendo ao Tribunal do Júri dirimir eventuais dúvidas acerca dos fatos, mediante o exame aprofundado das provas produzidas. 2. In casu, verifica-se a materialidade do delito pelo laudo necroscópico (fl. 169/170) e, embora o acusado sustente a tese de negativa de autoria nesta via recursal, confessou espontaneamente a prática delituosa em juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. 3. Ademais, somente é autorizado ao julgador afastar a qualificadora contida na denúncia caso seja estreme de dúvidas a sua não configuração. Ou seja, não havendo certeza, a questão deve ser dirimida pelo Conselho de Sentença. 4. Na espécie, o próprio recorrente afirma que a vítima foi assassinada pois atuava como soldado do tráfico de grupo rival, fato que caracteriza a motivação torpe do homicídio.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Recurso Em Sentido Estrito nº 0231335-09.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

30. Processo: 0233374-18.2012.8.04.0001 - Apelação, 3º Vara do Tribunal do Juri. Apelante: Paulo Lucivaldo Reina Torres. Advogado: William de Oliveira Ramos (OAB: 18934/PA). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: George Pestana Júnior. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO. LATROCÍNIO. REFORMA DA SENTENÇA. NOVA DOSIMETRIA. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE.RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1- É o próprio Código Penal que assegura ao juiz que a determinação da quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos, far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 do Código Penal, ressaltando-se que os mesmos devem ser avaliados em duas fases: para fixação do montante da pena e para escolha do regime de cumprimento.2- Estando presente alguma das circunstancias judiciais desfavoráveis previstas no art.59, do Código Penal, não há como fixar a pena-base no mínimo legal3- Nessa linha, a sentença recorrida comentou a culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima, asseverando, com todas as letras, a existência de circunstâncias desfavoráveis, consistentes nos motivos e nas circunstancias do crime.4- Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer do Ministério Público.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

31. Processo: 0233565-63.2012.8.04.0001 - Apelação, 1ª Vara Criminal. Apelante: Francisco Chaves Lobo Filho. Defensora: Laiane Tammy Abati (OAB: 172066/SP). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Marlene Franco da Silva. Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. PRESCRIÇÃO RETROATIVA RECONHECIDA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE QUANTO AO CRIME DE ESTELIONATO. FURTO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO IMPROCEDENTE. PROVAS SUFICIENTES DA MATERIALIDADE E AUTORIA DO DELITO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.1. Para aferir a ocorrência da prescrição retroativa, é necessário verificar se entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória, decorreu o prazo previsto em lei para fins de extinção da punibilidade do agente. 2. Na hipótese, a reprimenda estabelecida pela prática do delito de estelionato é de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão. Logo, a prescrição ocorre em 04 (quatro) anos, conforme disposto no art. 109, inciso V, do Código Penal.2. Na hipótese, a reprimenda estabelecida pela prática do delito de estelionato é de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão. Logo, a prescrição ocorre em 04 (quatro) anos, conforme disposto no art. 109, inciso V, do Código Penal.3. Considerando-se, portanto, que decorreu lapso temporal maior que 06 (seis) anos, imperioso o acolhimento da tese defensiva de extinção da punibilidade.4. No que diz respeito ao furto qualificado, verifica-se que o arcabouço probatório é suficiente para embasar o decreto condenatório, considerando o relato firme e coerente da vítima, os depoimentos das testemunhas policiais e, especialmente, pelo fato de que o Acusado foi preso em flagrante na posse dos pertences da ofendida.5. Recurso parcialmente provido, para declarar a extinção da punibilidade do réu em relação ao crime de estelionato, mantendo-se a sentença condenatória nos demais termos.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação nº 0233565-63.2012.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

32. Processo: 0237584-49.2011.8.04.0001 - Apelação, 2ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Tancredo Sales Lobo. Advogado: Raiany Priscila de Souza Feijó (OAB: 12556/AM). Advogado: Rômulo Almeida do Nascimento (OAB: 2150/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM). Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, AM.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em conhecer e dar parcial provimento à apelação criminal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

33. Processo: 0248819-42.2013.8.04.0001 - Apelação, 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Apelante: Z. A. de F. Defensor: Bruno Henrique Soré. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: R. M. L. J. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVÂNCIA NOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS DOS AUTOS. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. A palavra da vítima nos crimes contra a dignidade sexual possui especial relevância, pois estes delitos em regra são cometidos às escondidas, longe da presença de testemunhas. 2. In casu, as declarações da menor revelam-se firmes e coerentes e, além disso, encontram amparo no laudo pericial, que atesta desvirginamento não recente, o que é compatível com o período em que o crime teria ocorrido. 3. O simples fato da vítima não ser precisa em relação a detalhes irrelevantes acerca do crime, se entende pela confusão que é natural, não só pela pouca idade da menor na época, como também por ter sido os atos criminosos perpetrados por certo período. 4. Robusto conjunto angariado nos Autos, apto a sustentar a convicção do julgador a quo, não havendo que se cogitar a fragilidade probatória a ensejar a absolvição do Apelante. 5. Apelação Criminal conhecida e não provida, em consonância com o Parecer Ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os Autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação Criminal, em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

34. Processo: 0251617-44.2011.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª Vara do Tribunal do Juri. Recorrente: Luiz Antonio de Souza Parmelo. Advogado: Alan Vasconcelos Balderrama (OAB: 13630/AM). **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Flavio Mota Morais Silveira. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA DO RÉU. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE MATERIALIDADE E AUTORIA DO DELITO. LEGÍTIMA DEFESA NÃO COMPROVADA. EVENTUAL DÚVIDA QUE SE DECIDE EM FAVOR DA SOCIEDADE.1. Tratando-se de crime doloso contra a vida e presentes indícios suficientes de materialidade e autoria do delito, a sentença de pronúncia é a medida jurídica que se impõe, em homenagem ao princípio do in dubio pro societate, cabendo ao Tribunal do Júri dirimir eventuais dúvidas acerca dos fatos, mediante o exame aprofundado das provas produzidas.2. A tese da legítima defesa carece de comprovação inequívoca e, portanto, não pode ser reconhecida neste momento processual, sobretudo porque há duas vertentes probatórias acerca da dinâmica dos fatos.3. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Recurso Em Sentido Estrito nº 0251617-44.2011.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

35. Processo: 0253312-57.2016.8.04.0001 - Apelação, 2ª Vara Criminal. Apelante: Carolina Freitas da Silva. Defensor: Nilson Gomes Oliveira Meirelles (OAB: 5872/TO). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Luciola Honorio de Valois Coelho. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – LATROCÍNIO – CULPABILIDADE COMPROVADA – COOPERAÇÃO DOLOSA DISTINTA – PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA – INOCORRÊNCIA – RECURSO DESPROVIDO.1.Segundo a dinâmica dos fatos apurada nos autos, a Apelante, acompanhada do corréu Felipe e do menor M.O.F. de A, renderam a vítima em sua residência, quando em seguida, Felipe e o menor amarram-na e Felipe desferiu-lhe duas facadas, ocasionando o óbito. A partir daí, a Apelante saiu do imóvel e contratou um veículo frete para transportar os bens subtraídos da vítima. 2.Nesse contexto, não pairam dúvidas quanto à comprovação do animus furandi e animus necandi pela Apelante, restando, portanto, configurada sua culpabilidade pelo crime de latrocínio. 3.O instituto da cooperação dolosamente distinta, prevista no artigo 29, §2º, do Código Penal, exime o acusado de responder por um fato que não estava na sua esfera de vontade ou de conhecimento, exigindo-se, para tanto, que o resultado final seja imprevisível, do contrário, a pena poderá ser aumentada até a metade. 4.A Apelante, no caso, ciente da prática do roubo mediante o emprego de arma branca e ainda, que Felipe sabia que a vítima tinha Flertado consigo, mesmo que não tenha proferido os golpes que ceifaram a vida da vítima, concorreu efetivamente para a consumação do delito e assumiu o risco do resultado mais grave, razão pela qual recai sobre si a responsabilidade pela prática do crime de latrocínio. Logo, não há como acolher a tese da defesa sobre cooperação dolosamente distinta, pois restou comprovado o nexo causal.5.Configura-se a participação de menor importância do agente pela cumplicidade simples, perfeitamente dispensável, ou seja, que se não exercida, não é capaz de impedir a consumação do delito. 6.Ao caso em voga, da dinâmica dos fatos apurada nos autos, restou demonstrado a efetiva contribuição da Apelante para a consumação do crime, sendo a sua participação de extrema relevância para a empreitada criminosa, porquanto, como já exposto, acompanhou os corréus durante todo o intercriminis e ainda, foi quem contratou o veículo frete para transportar a res furtiva. Logo, desassiste razão à tese para reconhecer sua participação como de menor importância.7.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, conhecer e negar provimento a este recurso de apelação, nos termos do voto que acompanha esta decisão.Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, AM.".

36. Processo: 0257056-65.2013.8.04.0001 - Apelação, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Flavio Viana de Albuquerque. Advogado: Cristiane Gama Guimarães (OAB: 4507/AM) **Apelante: Gabriel Lima Pereira.** Advogado: Efigenia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PERDIMENTO DE VEÍCULO E VALORES UTILIZADOS NO TRÁFICO. PROPRIEDADE EM

NOME DE TERCEIRA PESSOA. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM LÍCITA E DA BOA-FÉ. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Estando claramente comprovado nos autos que o veículo apreendido foi utilizado na prática do crime de tráfico de entorpecentes, correta a decretação de seu perdimento em favor da União, nos termos do art. 243 da Constituição Federal e art. 62 e 63 da Lei n.º 11.343/06; 2. No caso dos autos, fora verificado que tanto o veículo quanto o valor apreendido foram utilizados para a consecução dos objetivos da traficância dos condenados; 3. Apelação criminal CONHECIDA e NÃO PROVIDA, em consonância do Parecer Ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, em consonância com a promoção ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

37. Processo: 0259838-11.2014.8.04.0001 - Apelação, 2ª Vara Criminal. Apelante: Jeuvair da Silva Lima. Defensor: Nilson Gomes Oliveira Meirelles (OAB: 5872/TO). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Luciola Honorio de Valois Coelho. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues (OAB: P/AM). Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – RECEPTAÇÃO SIMPLES – ABSOLVIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – CONJUNTO PROBATÓRIO SEGURO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1.Como relatado, o Apelante alega que não agiu com dolo, vez que não sabia da origem ilícita dos veículos, que desta forma, sua conduta não se subsume ao tipo penal do artigo 180, caput, do Código Penal. Por tal razão, sustenta a tese de atipicidade da conduta delitiva face o reconhecimento do princípio in dubio pro reo.2.Por oportuno, registre-se que a materialidade resta sobejamente comprovada pelo auto de exibição e apreensão às fls. 13/15.3.Quanto à autoria, sabe-se que o crime de receptação tem como elemento subjetivo a expressão "sabe ser produto de crime", a qual, exige-se a comprovação do dolo direto acerca da ciência prévia, pelo réu, da origem ilícita do bem receptado. Todavia, segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, quando o bem é apreendido em poder do réu, gera a presunção de culpabilidade pelo crime de receptação, invertendo-se o ônus da prova, exigindo-se apresentação de justificativa convincente a respeito da origem lícita do bem ou a demonstração clara acerca de seu desconhecimento.4.Insto posto, considerando que os argumentos apresentados pelo Apelante mostraram-se insuficientes para comprovar a origem lícita do bem com ele encontrado, não prospera a tese defensiva de insuficiência de provas, vez que o acervo probatório mostra-se seguro a fundamentar o decreto condenatório.5.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, conhecer e negar provimento a este recurso de apelação, nos termos do voto que acompanha esta decisão.".

38. Processo: 0263295-90.2010.8.04.0001 - Apelação, 2ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Jeanderson dos Anjos Nogueira. Advogado: Efigenia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM). Advogada: Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB: 2557/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Mário Ypiranga Monteiro Neto. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. REFORMA DA SENTENÇA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1- Não há como reformar a sentença a quo quando ausentes os motivos autorizadores desta.2- Quanto as provas colhidas durante a instrução processual, essas demostram-se suficientes para embasar a sentença recorrida, restando comprovado, mesmo diante do contraditório e da ampla defesa, ter sido o Apelante o autor do crime a ele atribuído, no caso, tráfico de entorpecentes.3- No crime de tráfico, não é imprescindível a realização de atos de mercancia, ou seja, o agente não precisa ser flagrado no momento da comercialização da droga, pois basta que tenha a posse ou guarda do entorpecente, cuja destinação comercial é comprovada por indícios e circunstâncias, tais como a forma de acondicionamento, a quantidade e a incriminação de policiais e testemunhas.Seguindo essa linha, e considerando que as drogas foram apreendidas na residência dos réu, e não no interior de um transporte público, não há a necessidade de comprovação da efetiva comercialização da droga, bastando a configuração de um dos diversos núcleos do tipo contidos no artigo 3, caput, da Lei n. 11.343/2006. 4- O depoimento dos Agentes Policiais são de suma importância para elucidar as circunstâncias dos fatos, sendo considerados meio de provas idôneos, quando colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.5- Quanto a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, essa não é cabível, visto que a reprimenda imposta ao apelante não preenche o requisito temporal do art.44, inciso I, do CPB.6- recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação , em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial e nos termos do voto da Relatora.".

39. Processo: 0264965-27.2014.8.04.0001 - Apelação, 5ª Vara Criminal. Apelante: Marcos Antonio Ribeiro da Cruz. Advogado: Ricardo Yano Barros Freitas (OAB: 1248/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Evandro da Silva Isolino. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. DESCLASSIFICAÇÃO DE PORTE DE ARMA DE FOGO PARA POSSE DE ARMA DE FOGO. DISPENSA DA PENA DE MULTA. INCABÍVEL. PENA APLICADA NO MÍNIMO LEGAL. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Juízo a quo, condenou o Apelante à pena de 2 anos de reclusão, 10 (dez) dias multa e regime inicial aberto para cumprimento da pena. 2. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada, considerando que a Magistrada a quo se manifestou claramente acerca dos pontos levantados pelo Apelante; 3. Entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, de que o Órgão julgador não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado elementos suficientes para firmar seu convencimento e motivar sua decisão; 4. Apelante flagranteado portando a arma em tela, no "Bar dos Amigos", localizado na Av. Doutor Theomário Pinto da Costa, Dom Pedro I, Manaus/Amazonas, o que incide claramente na conduta de Porte de arma de fogo, do artigo 14, da Lei n.º 10.826/2003; 5. Portar arma de fogo configura-se delito permanente, podendo o agente ser preso em flagrante a qualquer momento que se encontre um dos verbos tipificados no artigo 14, da Lei n.º 10.826/2003. Além disso, por se tratar de crime formal, não exige um resultado para que fique caracterizado o delito; 6. A fixação da pena de multa pela Magistrada sentenciante decorre de expressa previsão legal, por figurar como preceito secundário do tipo penal; 7. Vulnerabilidade econômica do Apelante levada em consideração pelo Juízo a quo, que fixou a pena no mínimo legal, qual seja, em 10 (dez) dias-multa. 8. Recurso conhecido e não provido em consonância com o Parecer Ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os Autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação Criminal, em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

40. Processo: 0600936-58.2018.8.04.0001 - Apelação, 6ª Vara Criminal. Apelante: E. da S. F. Defensor: Eduardo Cesar Rabello Ituassu (OAB: 3320/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jorge Alberto Gomes Damasceno. Intssada: A. R. da S. F. Assistente: Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB: 10160/AM). Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO. REFORMA DA SENTENÇA.DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1- Estando a autoria e materialidade do crime devidamente comprovadas por meio do conjunto probatório dos autos, não há como ser reformada a sentença.2- Não há como desclassificar o crime quando este estiver devidamente comprovado, tanto pelo depoimento das testemunhas, como pelo Laudo de Perícia Criminal.3- A Sentença encontra-se bem fundamentada não somente no que diz respeito a análise lógica dos fatos apurados na fase Policial, como também em juízo, tendo a nobre juíza demonstrado passo a passo o seu convencimento da prática do delito pelo recorrente e onde tanto o mérito da autoria e materialidade foram analisados, como a dosagem da pena bem aplicada. E ainda, utilizou-se dos ensinamentos da Doutrina no embasamento de sua fundamentação, finalizando com brilho todas assertivas, com fulcro na Lei Penal e Processual Penal.4 – Recurso Conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

41. Processo: 0605529-04.2016.8.04.0001 - Apelação, Auditoria Militar. Apelante: O Estado do Amazonas. Procurador: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM). **Apelado: Aldecy Alexandre Mota.** Advogado: Frederico Gustavo Távora (OAB: 6462/AM). Procuradoria Ge: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO. REFORMA DA SENTENÇA. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A DEFESA. NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1-A substituição de membros do Conselho de Disciplina é possível, isso não se discute! Por isso, a questão suscitado pelo Recorrido foi outra, qual seja a substituição injustificada dos membros. No PAD, de fato, não há prova do afastamento regulamentar dos membros substituídos, nem tampouco que o Corregedor Geral do Sistema de Segurança Pública tenha designado ou solicitado a nomeação dos substitutos (o que inquestionavelmente deveria ocorrer de modo formal, por escrito). Nesse âmbito, os membros não poderiam, sem autorização do Corregedor Geral do Sistema de Segurança Pública, autoridade cuja competência consta da lei, determinar a substituição por vontade própria. 2- O Apelante não fez juntada de documentação para provar o alegado e a designação de substituto demanda ato formal do Corregedor Geral de Justiça do Sistema de Segurança Pública, ocasionando a nulidade quanto à formação do Conselho de disciplina, além de que não houve intimação do Apelado para acompanhar todos os atos do processo.3- A falta de intimação para acompanhar todos os atos do processo gera nulidade. Ao Apelado foi retirado o direito de comparecer a ato de instrução, configurando claramente violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório.4- Há algo que torna a nulidade ainda mais evidente. É que o Recorrente, quando da notificação para apresentar defesa, teve a oportunidade de comprovar a substituição justificada dos membros, autorizada pelo Corregedor Geral do Sistema de Segurança Pública, contudo, nada demonstrou, limitou-se em se utilizar de alegação meramente procrastinatória, repetida no bojo do Recurso de Apelação. 5- Os argumentos do Recorrente não merecem prosperar e sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida, confirmando-se o direito do Recorrido a ser reintegrado às fileiras da PMAM, bem como ressarcido das remunerações que deixou de auferir, desde a data da impetração. 6- Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe parcialmente, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora. **DESPACHO** INDEFIRO o pedido constante da petição de fl. 540, considerando que o feito encontra-se devidamente julgado, conforme Acórdão às fls. 541/51, prejudicando a análise do pedido.".

42. Processo: 0611753-21.2017.8.04.0001 - Apelação, 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Apelante: R. C. C. Defensor P: Bruno Henrique Sore (OAB: 311967/SP). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Rodrigo Miranda Leão Júnior (OAB: 1643/MP). Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO. REFORMA DA SENTENÇA. ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS. DIMINUIÇÃO DO VALOR FIXADO REFERENTE AOS DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO1- Estando comprovadas autoria e materialidade do crime, não há como absolver o réu por ausência de provas.2- A materialidade está seguramente comprovada pelos laudos do exame de conjunção carnal e de corpo de delito às fls. 150/151 e 153 dos autos, os quais constatam a presença de lesões no rosto e na mão da vítima, e pelo laudo do exame de informática, às fls. 163/174, que verificou existência de um vídeo no qual a vítima está amordaçada e sendo agredida pelo acusado, e de um outro vídeo em que o acusado abusa psicologicamente da vítima mandando-a se despedir dos pais e ameaçando-a de morte, o que forma um todo harmônico a determinar a autoria e materialidade delitiva.3- A autoria do crime imputado ao acusado, previsto no artigo 1°, I, "b" da Lei nº 9.45/97, foi comprovada através do modus operandi por ele utilizado, bem como pelas circunstâncias fáticas e pelas declarações da vítima em ambas as fases processuais com relação a tortura física que sofreu por parte do réu, corroboradas pelos laudos periciais de corpo de delito, de conjunção carnal/anal, e de informática.4- O valor indenizatório, no caso concreto, deve ser compatível com a extensão do dano suportado pela ofendida e não com a condição econômica do agente, nos termos do art.387, inciso IV, do CPP.5- O enunciado 54, da Súmula do STJ, discorre que " os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual".6- Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer do Ministério Público.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

43. Processo: 0612728-43.2017.8.04.0001 - Apelação, 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Apelante: F. M. M. Advogado: Pedro Tenaçol Andes (OAB: 2217/AM). Advogado: Paulo Rodrigues de Almeida (OAB: 9533/AM). Advogado: Guttemberg Alencar Viana (OAB: 9698/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Rodrigo Miranda Leão Junior. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. APELAÇÃO. REFORMA DA SENTENÇA. REEXAME DA DOSIMETRIA APLICADA. NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. PROVAS ILÍCITAS. DESENTRANHAMENTO DA CARTA DITADA. TRANSGRESSÃO COMETIDA DE DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS COMETIDAS POR AGENTES ESTATAIS. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PRIVATIVA DE

LIBERDADE EM PRISÃO DOMICILIAR POR SER PORTADOR DE HIV. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO1- O art. 402 prevê que "Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução".Compulsando os autos, verifica-se que às fls. 525, após a audiência de instrução e julgamento, o apelante solicitou prazo para se manifestar sobre as diligências e apresentou os requerimentos de diligências de fls. 529/532 e em momento nenhum suscitou nulidades, o apelante apenas requereu diligências complementares à instrução sem argumentar qualquer tipo de nulidade ocorrida durante a instrução criminal.2- No caso concreto, quanto à nulidade relativa à obtenção da carta ditada pela ofendida, verifica-se tratar de argumentação carente de fundamentação legal, visto que o teor da carta foi obtido pela utilização de técnicas previstas em lei, especificamente no art. 7º, 9º e 10 da LEI n. 13.431/2017, observando todos os direitos e garantias assegurados pelo art. 5º da LEI n. 13.431/2017.3- A vítima indicou a pessoa que a havia infectado com AIDS, restando demonstrado que não houve qualquer nulidade e, ainda que houvesse falha, o apelante aceitou os seus efeitos ao deixar de arguí-la no momento oportuno, conforme preceitua o disposto no art. 572 do Código de Processo Penal.4- No que se refere à existência dos fatos, essa se comprova pelo resultado do Laudo de Exame de Conjunção Carnal e Coito Anal (fls. 160/161), enquanto que a autoria ficou comprovada por meio de escuta especializada (fls. 240/241), onde a vítima afirmou ter sido estuprada pelo acusado.5- Não restam dúvidas quanto à culpa do réu, sendo comprovada por meio dos laudos, pelas evidencias psicossociais e testemunhais, deve o apelante arcar com o pagamento da indenização, não importando que o acusado seja pobre, devendo ser mantida a sentença sem nenhum reparo.6- Quanto à carta ditada, ressalta-se que esta foi periciada com laudo (fls. 726/733) em diligencias requeridas pelo próprio apelante, onde foi confirmada a autenticidade da dedicatória e da assinatura por meio de exame grafotécnico.7- O apelante contraiu a doença há mais de 03 (três) anos, conforme laudo de exame à fl.262, onde constatou-se que ele já sabia estar infectado com HIV desde 27/08/2015, e que o mesmo não possui quadro debilitante, pois, na prisão, possui dieta específica e acesso a medicamentos na prisão, o que impede a substituição da prisão privativa de liberdade em prisão domiciliar.8- Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer do Ministério Público.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

44. Processo: 0626196-74.2017.8.04.0001 - Apelação, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Tancredo Sales Lobo. Advogado: Danielle Queiroz Ribeiro (OAB: 9296/AM). Advogado: Raiany Priscila de Souza Feijó (OAB: 12556/AM). Advogado: Rômulo Almeida do Nascimento (OAB: 2150/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM). Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA : APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - DEPOIMENTO DOS POLICIAIS - VALIDADE - DESCLASSIFICAÇÃO - USO DE DROGAS - INCABÍVEL - DOSIMETRIA - REINCIDÊNCIA - COMPROVADA - APLICAÇÃO DO ART. 33, §4º DA LEI N. 11.343/06 - INCABÍVEL - DEDICAÇÃO À ATIVIDADE CRIMINOSA - SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR RESTRITIVA DE DIREITOS – NÃO CABIMENTO - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, e em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento à presente Apelação Criminal.".

45. Processo: 0630678-36.2015.8.04.0001 - Apelação, Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Apelante: Abelardo Souza de Almeida. Advogado: Diego Américo Costa Silva (OAB: 5819/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jorge Alberto Veloso Pereira. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. LESÃO CORPORAL. CRIME DE TRÂNSITO. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de lesão corporal, insculpido no art. 303 e 306 do Código de Trânsito Brasileiro, não devendo, portanto, ser acolhido o requerimento de absolvição; 2. Na hipótese, a versão dos fatos apresentados pela vítima se coaduna com as demais provas colhidas ao longo da instrução criminal, tais como o Laudo Pericial e os depoimentos prestados pelas testemunhas. 3. Apelação criminal CONHECIDA e NÃO PROVIDA, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER do presente recurso de Apelação e, no mérito, voto pelo NÃO PROVIMENTO do incluso recurso, em consonância com a promoção ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

46. Processo: 0633480-70.2016.8.04.0001 - Apelação, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Alberto Rodrigues do Nascimento Junior. **Apelante: Wirlan da Silva Cruz.** Defensor: Karleno José Pereira (OAB: 9059/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. E M E N T A: APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGAS – NEGATIVA DE AUTORIA – FALTA DE PROVA – CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA CONFIRMAR A CONDENAÇÃO – ABSOLVIÇÃO – INVIABILIDADE - FIXAÇÃO DA PENA DE ACORDO COM O ART. 33, § 4º DA LEI 11.343/06 – REDUÇÃO PARA O MÍNIMO LEGAL – IMPOSSIBILIDADE – DOSIMETRIA JUSTIFICADA – REGIME ABERTO PARA CUMPRIMENTO DA PENA – IMPEDIMENTO - SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS – INAPLICABILIDADE - RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em concordância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em negar provimento ao recurso de Apelação Criminal.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, e em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento à presente Apelação Criminal.".

47. Processo: 0639499-24.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Hilton Serra Viana. **Agravado: Gilson Judson Alves de Sena Vasconcelos.** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (OAB: 9054/AM). Procurador: Francisco Cruz. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. ART. 33, CAPUT, E §4º DA LEI N° 11.343/2006. CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME. CUMPRIMENTO DE 1/6 DA PENA APLICADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que o tratamento penal dado ao tráfico de drogas privilegiado (art. 33, § 4º da Lei n. 11.343/06) apresenta contornos menos gravosos,

não havendo que lhe impor os rigores da Lei n. 8.072/90, logo, não deve ser considerado como crime de natureza hedionda (STF HC 118553, 23/06/2016); 2. Recurso Conhecido e Não Provido, em dissonância do Parecer ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Agravo em Execução Penal, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a colenda Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o graduado Órgão do Ministério Público, em CONHECER e NÃO PROVER, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

48. Processo: 0639704-24.2016.8.04.0001 - Apelação, 10ª Vara Criminal. Apelado: Edson Jatobá da Silva. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Daniel Britto Freire Araujo (OAB: 12641/MA). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Daniel Leite Brito (OAB: 820MP). Procurador: Flávio Ferreira Lopes. **Apelante: Edson Jatobá da Silva.** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Daniel Britto Freire Araujo (OAB: 12641/MA). **Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Daniel Leite Brito (OAB: 820MP). Procurador: Flávio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO TENTADO. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. ABSOLVIÇÃO. PROVAS INSUFICIENTES DE AUTORIA DELITIVA. DOSIMETRIA. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CIRCUNSTÂNCIAS VALORADAS POSITIVAMENTE. FRAÇÃO MÍNIMA DE REDUÇÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. RECURSOS DO MP E DA DEFESA IMPROVIDOS.1. Quanto ao delito tipificado no art. 311 do CP, entendo que os elementos colhidos nos autos, não obstante demonstrem a materialidade do crime, são insuficientes para comprovar a autoria pelo réu, ante a inexistência de provas capazes de apontá-lo como autor da adulteração, devendo, portanto, ser absolvido.2. A dosimetria da pena é matéria sujeita à discricionariedade judicial, cabendo às instâncias ordinárias, mais próximas dos fatos e das provas, fixá-las à luz do princípio da proporcionalidade. Logo, agiu corretamente o juiz a quo ao fixar a sanção – base no mínimo legal, posto que o mesmo não valorou negativamente nenhuma das circunstância apontadas. 3. A redução da pena referente à tentativa deve observar o critério objetivo adotado pelo Código Penal, ou seja, leva-se em consideração as circunstâncias da própria tentativa através do iter criminis percorrido pelo agente, valorando-se o quantum em face da maior ou menor aproximação da consumação; quanto mais o agente esgotar os atos executórios, quanto mais se aproximar da consumação, menor a redução.4. Recursos interpostos pelo Ministério Público e pelo Réu Edson Jatobá da Silva conhecidos e improvidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer ministerial, em conhecer e negar provimento às apelações criminais interpostas pelo Ministério Público e pelo Réu Edson Jatobá da Silva.".

49. Processo: 0642441-97.2016.8.04.0001 - Apelação, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Rafael Farias de Souza. Defensor: Karleno José Pereira (OAB: 9059/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelante: Olinda Silva de Lima.** Advogado: Yvon José Ramalho Gomes (OAB: 2791/AM). **Apelante: Evanilson Costa da Silva.** Advogado: Wictor Flavio de S. Paulo Aguiar (OAB: 8907/AM). **Apelante: Rubem André Silva Figueira.** Advogado: Albert Bastos Andrade (OAB: 5042/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Italo Klinger Rodrigues do Nascimento. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS – ARTS. 33 E 35 DA LEI 11.343/2006 - AUTORIAS E MATERIALIDADES COMPROVADAS – ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE VÍNCULO ASSOCIATIVO – IMPOSSIBILIDADE - PLELIMINAR DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE – NÃO CABÍMENTO - APLICAÇÃO DA REDUÇÃO ESPECÍFICA - ART. 33, §4º DA LEI N. 11.343/06 – QUANTUM MÁXIMO – INAPLICABILIDADE – "BIS IN IDEM" NÃO RECONHECIDO - SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR RESTRITIVA DE DIREITOS – IMPOSSIBILIDADE – REFORMA DA SENTENÇA PARA REDUÇÃO DA PENA DE MULTA – INVIABILIDADE - DOSIMETRIA – MANTIDA - CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA – PEDIDO PREJUDICADO – DETRAÇÃO DA PENA – COMPETÊNCIA JUÍZO DE EXECUÇÃO PENAL - RECURSO IMPROVIDO.ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em concordância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em negar provimento aos recursos de Apelações Criminais.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, e em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento aos recursos de Apelação Criminal.".

50. Processo: 4000037-26.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, Fórum de Benjamin Constant. Impetrante: Francisco Cuesta de Oliveira. **Paciente: Joel Muraiare Flores.** Advogado: Francisco Cuesta de Oliveira (OAB: 13008/AM). **Impetrado: Vara Única da Comarca de Benjamin Constant/AM.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA – IMPOSSIBILIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES – EXCESSO DE PRAZO – INOCORRÊNCIA – ORDEM DENEGADA. 1.No caso em apreço, verifica-se que a custódia do Paciente encontra-se justificada com base no artigo 312 do CPP, diante da necessidade de acautelamento da ordem pública, dada a periculosidade social do agente, demonstrada pelas circunstâncias em que ocorrido o fato criminoso. 2.À luz da jurisprudência Pátria, o fato do Paciente possuir condições pessoais favoráveis, por si só não assegura a concessão do benefício da liberdade provisória, quando preenchidos os pressupostos legais da medida constritiva.3.Por seu turno, quanto à alegação de constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo, reputo não assistir razão ao Impetrante, uma vez que, há que se observar as peculiaridades do caso concreto e não a simples soma dos prazos processuais.4.Assim, nos termos do artigo 648, do Código de Processo Penal, reputo não estar demonstrado constrangimento ilegal capaz de viabilizar a concessão da ordem.5.ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, denegar a ordem de habeas corpus, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, AM.".

51. Processo: 4000065-75.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, Fórum de Lábrea. Impetrante: Irlande José Batista Sereja. Advogado: Irlande José Batista Sereja (OAB: 3062/AM). **Paciente: Weuder Carlos Fernandes de Souza.** Advogado: Irlande José Batista Sereja (OAB: 3062/AM). **Impetrado: Juizo de Direito da Comarca de Lábrea.** Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALVARÁ DE SOLTURA EXPEDIDO PELO JUÍZO A QUO. PERDA DO OBJETO. PEDIDO PREJUDICADO. - Revogada a constrição cautelar imposta ao Paciente, resta prejudicado o julgamento da presente ordem de habeas corpus, ante à perda superveniente de seu objeto. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 4000065-75.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas,

ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em NÃO CONHECER DA ORDEM IMPETRADA, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

52. Processo: 4000070-97.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, 6ª Vara Criminal. Impetrante: Benedito de Oliveira Costa. **Paciente: JOÃO VICTOR DA SILVA RIBEIRO.** Advogado: Benedito de Oliveira Costa (OAB: 13110/AM). Advogado: Jackson da Cruz Andrade (OAB: 2460/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos,em consonância com o parecer ministerial, denegar a presente ordem de habeas corpus, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

53. Processo: 4000173-07.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, 2ª Vara do Tribunal do Juri. Impetrante: Emerson Siqueira Pereira. **Paciente: Glauber Maciel Hauradou Filho.** Advogado: Emerson Siqueira Pereira (OAB: 10338/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am.** Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO NA MODALIDADE TENTADA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. EXCESSO DE PRAZO. SUPERADO PELO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. EXTENSÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO A CORRÉU. INVIABILIDADE. SITUAÇÃO FÁTICA-PROCESSUAL DIVERSA. ORDEM DENEGADA.1. A manutenção da prisão preventiva somente se justifica quando restar evidenciado, através de dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.2. In casu, a segregação cautelar é medida que se revela indispensável ao resguardo da ordem pública, considerada a gravidade concreta do delito e a periculosidade do acusado, consubstanciada através do modus operandi (tentativa de ceifar a vida da vítima com diversos disparos de arma de fogo, por motivo torpe).3. Ademais, a liberdade do acusado representa risco à garantia da aplicação da lei penal, considerando-se o seu corpotamento furtivo, uma vez que o mesmo teve sua prisão preventiva decretada em 05/10/2017 e somente foi efetivada em 14/11/2018.4. Considera-se superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, ante ao encerramento da instrução processual.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 4000173-07.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

54. Processo: 4000200-87.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, Vara Esp. do Meio Ambiente e Questões Agrárias. Impetrante: Monique Cruz Castellani. **Paciente: Moises Siqueira da Silva.** Defensora: Monique Cruz Castellani. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo de Direito da Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias da Comarca de Manaus/am - Vemaqa.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. CRIME AMBIENTAL. ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, III, DA LEI N.º 9.605/98. ORDEM PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO NA FORMA RETROATIVA. ARTS. 109, V C/C 110, §1.º, DO CÓDIGO PENAL. ORDEM CONCEDIDA. 1. Paciente condenado a pena de 1 (um) ano de detenção, convertida em pena restritiva de direitos, na forma de prestação pecuniária, pela prática do delito ambiental previsto no art. 34, parágrafo único, III, da Lei n.º 9.605/98; 2. Alega a Impetrante que o Paciente merece ter extinta a sua punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva do Estado, na sua forma retroativa; 3. A prescrição da pretensão punitiva do Estado é matéria de ordem pública, sendo cognoscível a qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive em sede de Habeas Corpus; 4. Observa-se que entre os marcos interruptivos transcorreu lapso temporal superior a 4 (quatro) anos, aplicando-se os termos dos artigos 107, IV; 109, V c/c 110, §1.º, do Código Penal; 5. Configurada a extinção da punibilidade do Paciente pelo advento da prescrição da pretensão punitiva do Estado, na sua forma retroativa. 6. Ordem de Habeas Corpus CONHECIDA E CONCEDIDA, em consonância com o Parecer Ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os Autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER e CONCEDER a ordem, em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

55. Processo: 4000295-36.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, Fórum de Carauari. Impetrante: Mauro Verçoza Ferreira. **Paciente: Alceni da Silva Ambrosio.** Advogado: Mauro Verçoza Ferreira (OAB: 9079/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da Comarca de Carauari/am.** Procurador: Francisco Cruz. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS - PLURALIDADE DE RÉUS - AIJ PAUTADA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - RESPONDE A OUTRO PROCESSO - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CARACTERIZADO - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

56. Processo: 4000407-05.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, Vara de Execuções Penais (VEP). Impetrante: Marcelo Farias de Oliveira. **Paciente: Jonas Oliveira Guimarães.** Advogado: Marcelo Farias de Oliveira (OAB: 10089/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais (VEP) - Capital.** Procurador: Francisco Cruz. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ORDEM NÃO CONHECIDA. I - Inviável a impetração de habeas corpus como substituto recursal; II - Via inadequada para o exame das questões de mérito, uma vez que existe recurso próprio para tanto, conforme artigo 593, I, do Código de Processo Penal; III - 2. O excelso Supremo Tribunal Federal e o colendo Superior Tribunal de Justiça pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto; IV – Ordem não conhecida.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Habeas Corpus, em que é parte o acima nominado, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em NÃO CONHECER do Habeas Corpus, em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial e nos termos do voto da Relatora.PresidenteOnilza Abreu GerthRelatoraDr. (a) Procurador (a) da Justiça".

57. Processo: 4000417-33.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, 6ª Vara Criminal. Impetrante: Eduardo César Rabello Ituassú. **Paciente: Jhonatan Henrique Ventura Gomes.** Defensor: Eduardo César Rabello Ituassú (OAB: 3320/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo de Direito da 6ª**

Vara Criminal da Comarca da Capital/am. Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO. MEDIDA CONSTRITIVA NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. FATO INSUFICIENTE PARA JUSTIFICAR A SOLTURA. ORDEM DENEGADA. 1. A manutenção da prisão preventiva somente se justifica quando restar evidenciado, através de dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.2. Na espécie, a segregação cautelar é medida que se revela necessária ao resguardo da ordem pública, sobretudo levando-se em conta a gravidade concreta da infração e a periculosidade do agente, revelada através do modus operandi da empreitada criminosa.3. Outrossim, a existência de condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si só, garantir ao Paciente o direito à liberdade provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção do édito constritivo... DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 4000417-33.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

58. Processo: 4000444-32.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, 1ª Vara do Tribunal do Juri. Impetrante: Pedro Cavalcante da Costa. **Paciente: Oseias Gomes de Oliveira.** Advogado: Pedro Cavalcante da Costa (OAB: 7292/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.** Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DE MATERIALIDADE. MEDIDA CONSTRITIVA NECESSÁRIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. FATO INSUFICIENTE PARA JUSTIFICAR A SOLTURA. ORDEM DENEGADA. 1. A manutenção da prisão preventiva somente se justifica quando restar evidenciado, através de dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.2. Na espécie, a segregação cautelar é medida que se revela necessária ao resguardo da ordem pública, sobretudo levando-se em conta a gravidade concreta da infração e o modus operandi do agente.3. Ademais, a manutenção do édito constritivo visa assegurar a aplicação da lei penal, considerando-se o comportamento furtivo do réu, que teve sua prisão decretada em 23/11/2011 e permanece em liberdade há mais de 07 (sete) anos. 4 - Outrossim, ainda que o réu reúna condições pessoais favoráveis, como a residência no distrito da culpa e ocupação lícita, tais elementos, por si só, são insuficientes para garantir-lhe o direito à concessão da liberdade provisória.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos de Habeas Corpus nº 4000444-32.2019.8.04.0900, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

59. Processo: 4000498-79.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, 2ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: Suyanne Soares Loiola. **Paciente: Renan Gabriel Ferreira.** Defensora: Suyanne Soares Loiola (OAB: 9050/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (2ª Vecute).** Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - DENÚNCIA INEPTA - REQUISITOS MÍNIMOS - ART. 41, DO CPP - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E INDÍCIOS DE AUTORIA - NÃO EVIDENCIADAS - MATÉRIA DE MÉRITO - VEDADA - DENEGAÇÃO DA ORDEM.- Não se considera inepta a denúncia que preenche todos os requisitos do art. 41, do CPP;- O trancamento da ação penal mediante Habeas Corpus é viável, somente, em virtude de causa extintiva de punibilidade, ausência de justa causa, ou manifesta atipicidade da conduta dos investigados, ou, caso seja típica, se revele, desde logo, não ser o Paciente o autor do delito;- Vedada nesta via constitucional o exame da atipicidade atrelada à discussão do mérito da ação penal.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em denegar a ordem pleiteada.".

60. Processo: 4000578-43.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, 4ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: Ely Mary Cochrane Abreu Gonzaga. Advogado: Ely Mary Cochrane Abreu Gonzaga (OAB: 7798/AM). **Paciente: Igor Thiago Alves da Silva. Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE).** Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CONFIGURADO - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - COMPLEXIDADE DA CAUSA - PLURALIDADE DE RÉUS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - ALEGAÇÃO DE QUE É USUÁRIO – MATÉRIA DE MÉRITO - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

61. Processo: 4000585-51.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, 4ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: Efigênia Generoso de Araújo. **Paciente: Adenias Terêncio da Silva.** Advogada: Efigênia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE).** Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. PROVAS DA MATERIALIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. ORDEM PÚBLICA. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS E QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. CONSTRIÇÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA. MEDIDAS CAUTELARES. INVIABILIDADE. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da materialidade do delito e dos suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, a necessidade de garantia da ordem pública, devidamente, fundamentada no decreto de manutenção da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Precedentes; 2. No caso vertente, além dos indícios de autoria e da materialidade do delito, há o fundado risco à ordem pública, que caracteriza o periculum libertatis, tendo em vista o modo de execução do delito e a quantidade entorpecente apreendida (16 kg), haja vista que o Paciente foi abordado em via pública, trazendo consigo quantidade considerável de substância entorpecente, tida supostamente como "maconha", a qual, ressalta-se, possui caráter extremamente nocivo à saúde pública, o que demonstra o seu descaso com o bem jurídico tutelado; 3. Estando presentes os

motivos e os requisitos para a manutenção da prisão preventiva, demonstra-se desnecessária a análise acerca da possibilidade de concessão de outras medidas cautelares diversas da prisão. Precedentes; 4. Condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, residência fixa, trabalho lícito e família constituída, não são elementos suficientes para garantir, por si sós, a revogação da prisão preventiva do Acusado, quando presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Precedentes; 5. Ordem de Habeas Corpus CONHECIDO e DENEGADO.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Habeas Corpus, em que é parte o acima nominado, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER da ação e DENEGAR a ordem, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial e nos termos do voto do Relatora.".

62. Processo: 4000591-58.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Impetrante: Thiago Nobre Rosas. **Paciente: jhonny hercullano da fonseca.** Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas . **Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am.** Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PRESENTES OS REQUISITOS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO SUPERADO PELA PRONÚNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. FATO INSUFICIENTE PARA JUSTIFICAR A SOLTURA. ORDEM DENEGADA.1. A presença simultânea dos requisitos fummus comissi delicti e periculum libertatis autoriza o decreto e a manutenção da prisão preventiva.2. A necessidade de resguardo à ordem pública evidencia-se em razão da gravidade concreta do delito, da periculosidade do agente e do risco de que, caso em liberdade, volte a delinquir.3. In casu, houve a pronúncia do acusado, o que encerra a instrução criminal e torna superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, nos termos das Súmulas 21 e 52 do STJ. 4. Por fim, é oportuno enfatizar que condições pessoais favoráveis, tais como primariedade técnica e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao réu o direito a liberdade provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar sua segregação cautelar. 4. Por fim, é oportuno enfatizar que condições pessoais favoráveis, tais como primariedade técnica e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao réu o direito a liberdade provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar sua segregação cautelar. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 4000591-58.2019.8.04.0900, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DENEGAR a ordem, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 11 de março de 2019.

63. Processo: 4000593-28.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, 1ª Vara do Tribunal do Juri. Impetrante: Efigênia Generoso de Araújo. **Paciente: ROBSON DOUGLAS LOPES DA SILVA.** Advogada: Efigênia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.** Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PLURALIDADE DE RÉUS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. MEDIDA CONSTRITIVA NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA. 1. É entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que o lapso temporal previsto para o encerramento da instrução criminal não é absoluto, ou seja, admite prorrogação, desde que justificada pelas peculiaridades do caso e observado o princípio da razoabilidade. 2. In casu, trata-se de ação complexa, envolvendo 04 (quatro) acusados, o que naturalmente ocasiona o retardo da marcha processual, sobretudo em face das sucessivas diligências e manifestações juntadas aos autos. No mais, o feito encontra-se aguardando manifestação do Ministério Público, inexistindo quaisquer indícios de negligência por parte da autoridade judicial.2. In casu, trata-se de ação complexa, envolvendo 04 (quatro) acusados, o que naturalmente ocasiona o retardo da marcha processual, sobretudo em face das sucessivas diligências e manifestações juntadas aos autos. No mais, o feito encontra-se aguardando manifestação do Ministério Público, inexistindo quaisquer indícios de negligência por parte da autoridade judicial.3. De outro giro, verifica-se que a segregação preventiva é necessária para garantia da ordem pública, sobretudo levando-se em conta a gravidade concreta da infração, a periculosidade do agente e o fato do acusado responder a outra ação penal, o que robustece o acerto na manutenção da constrição.4. Outrossim, a existência de condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si só, garantir ao acusado o direito à liberdade provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção do édito constritivo.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 4000593-28.2019.8.04.0900, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

64. Processo: 4000598-50.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Impetrante: Thiago Nobre Rosas. **Paciente: JOSÉ JARBAS RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR.** Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CARACTERIZADO - DENÚNCIA JÁ APRESENTADA PELO MEMBRO MINISTERIAL - RÉU QUE RESPONDE A OUTROS PROCESSOS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

65. Processo: 4000621-93.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, 1ª Vara do Tribunal do Juri. Impetrante: Thiago Nobre Rosas. **Paciente: JOSÉ JÚNIOR MARTINS DOS SANTOS.** Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.** Procurador: Exmo Sr Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA -MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - RÉU MANTEVE-SE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO - EXCESSO DE PRAZO – NÃO CARACTERIZADO - RÉU QUE RESPONDE A OUTROS PROCESSOS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - AIJ PAUTADA - ORDEM DENEGADA.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

66. Processo: 4000666-97.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, 3º Vara do Tribunal do Juri. Impetrante: Thiago Nobre Rosas. **Paciente: Allan David da Silva Lima.** Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca da Capital/am.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. MEDIDA CONSTRITIVA NECESSÁRIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.1. É entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade;2. In casu, não resta caracterizado o constrangimento ilegal, pois o lapso temporal da instrução não destoa do limite de razoabilidade, ressaltando que o feito encontra-se com a instrução criminal finalizada, pelo que fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo, nos termos da Súmula nº 52 do STJ.3. De outro giro, a presença simultânea dos requisitos fummus comissi delicti e periculum libertatis autoriza o decreto da prisão preventiva, nos moldes do art. 312 do Código de Processo Penal;4. Na espécie, a manutenção da segregação cautelar do Paciente é medida que se impõe, para fins de resguardo da ordem pública, averiguada ante a gravidade concreta do delito, a periculosidade do agente e o risco de que, caso em liberdade, volte a delinquir.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 4000666-97.2019.8.04.0900, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

67. Processo: 4000732-77.2019.8.04.0900 - Habeas Corpus, 1ª Vara do Tribunal do Juri. Impetrante: Thiago Nobre Rosas. **Paciente: Jeanderson de Souza e Souza.** Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.** Procurador: Francisco Cruz. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. OFERECIMENTO E RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. MEDIDA CONSTRITIVA NECESSÁRIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.1. É entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade.2. In casu, não resta caracterizado o constrangimento ilegal, em vista da complexidade dos fatos e da quantidade de denunciados, bem como que, com o oferecimento e recebimento da denúncia, resta superada a alegação de excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial.3. De outro giro, a presença simultânea dos requisitos fummus comissi delicti e periculum libertatis autoriza o decreto da prisão preventiva, nos moldes do art. 312 do Código de Processo Penal.4. Na espécie, a manutenção da segregação cautelar do Paciente é medida que se impõe, para fins de resguardo da ordem pública, averiguada ante a gravidade concreta do delito, a periculosidade do agente e o risco de que, caso em liberdade, volte a delinquir.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 4000732-77.2019.8.04.0900, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante .".

68. Processo: 4000890-19.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus, Vara de Execuções Penais (VEP). Impetrante: Manoel Vicente da Silva Neto. **Paciente: Wallace Ferreira Jinkings.** Advogado: Manoel Vicente da Silva Neto (OAB: 13488/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais.** Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PROVAS PRÉ-CONSTITUÍDAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INDEFERIMENTO IN LIMINE. ARTIGO 663 DO CPP. ORDEM NÃO CONHECIDA. I – Ausentes documentos que possibilitem a análise escorreita de seu pleito e por força da natureza jurídica que fundamenta o writ, qual seja, a impossibilidade de dilação probatória, considerando que a petição, ao ser ajuizada, deve vir acompanhada de prova pré-constituída, o seu não conhecimento é de rigor. - WRIT NÃO CONHECIDO, nos termos do artigo 663 do Código de Processo Penal c/c o art. 65, inciso III, da Lei Complementar Estadual n.° 17/1997.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos o presente Habeas Corpus, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer a ordem, em conformidade com o voto da Relatora. Manaus (AM). Desembargador PresidenteONILZA ABREU GERTHRelatora – Portaria 660/2018 - TJAM Procurador(a) de Justiça".

69. Processo: 4006216-91.2018.8.04.0000 - Habeas Corpus, 7ª Vara Criminal. Impetrante: Yvon José Ramalho Gomes. **Paciente: Elton Silas Galvão Leal.** Advogado: Yvon José Ramalho Gomes (OAB: 2791/AM). **Impetrado: Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am.** Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ESTELIONATO. PRESENTES OS REQUISITOS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. DEBILIDADE POR MOTIVO DE DOENÇA GRAVE NÃO COMPROVADA. ORDEM DENEGADA.1. Não obstante a prisão preventiva constitua medida excepcionalíssima, a presença simultânea dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal autoriza a sua imposição.2. In casu, constata-se a existência do fumus comissi delict, diante da comprovação da materialidade do delito e de indícios de sua autoria, bem como do periculum libertatis, evidenciado através da gravidade concreta do delito, da periculosidade do agente e do risco de que, caso em liberdade, volte a trilhar os caminhos da criminalidade.3. Nos termos do art. 318, inciso II, do CPP, imprescindível se faz a comprovação de que o agente se encontra extremamente debilitado por motivo de doença grave, para fins de concessão do benefício da prisão domiciliar4. Na hipótese dos autos, além de inexistirem provas da gravidade da enfermidade do réu, constata-se que a unidade prisional possui condições de fornecer o tratamento adequado, uma vez que tem oferecido acompanhamento médico rotineiro ao interno. 5. Ordem denegada, para manter a custódia preventiva do Paciente.5. Ordem denegada, para manter a custódia preventiva do Paciente.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos do Habeas Corpus nº 4006216-91.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

70. Processo: 4006485-49.2018.8.04.0900 - Habeas Corpus, 1ª Vara Criminal da Comarca de Humaitá. Impetrante: Jorge Andre Santiago Neves. Advogado: Jorge Andre Santiago Neves (OAB: 873/AM). **Paciente: Ronald dos Santos Castro. Impetrado: Juizo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Humaitá.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. GRAVIDADE DA CONDUTA ILÍCITA. INDÍCIOS DE AUTORIA E

MATERIALIDADE COMPROVADAS. RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM DENEGADA.1.Estando presente a necessidade concreta da medida cautelar, com o intuito de resguardar a ordem pública, não há que falar em constrangimento ilegal, mormente diante dos fortes indícios de autoria e materialidade delitiva, nos termos do caso em questão, em que estão preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP.2.Impende esclarecer que a prisão preventiva não caracteriza antecipação de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, quando necessária para proteger a ordem pública, assegurar a conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal, portanto, por possuir natureza cautelar, independe de condenação, exigindo apenas observância aos artigos 312 e 319 do CPP, do que se dispõe no caso dos autos. 3. Diante das demais ações em andamento, nas quais o paciente é réu, torna-se inviável a concessão da liberdade provisória, com aplicação de medidas diversas à prisão, posto que as medidas cautelares diversas da prisão estas não se mostram adequadas e suficientes para a efetividade do processo, de maneira a coibir supostas reiterações delitivas por parte do réu.3. Ordem denegada. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, denegar a presente ordem de habeas corpus nos termos do voto que acompanha a presente decisão.Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.".

Sessão de 11 de Março de 2019. Geysa Marjory Padilha Ramirez- Secretária da 2ª CCRIM

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4001003-70.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Defensora Pública **Suyanne Soares Loiola** e Paciente **Charles Freire dos Santos**, Impetrado **Juízo de Direito da 2ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus/am (2 Vecute),** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** o Paciente **Charles Freire dos Santos** na pessoa de sua Defensora Pública **Suyanne Soares Loiola** para tomarem conhecimento do seguinte **DESPACHO,** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*Não vislumbro o periculum in mora necessário para concessão da liminar vindicada, no sentido de suspender o curso da ação penal primeva, mormente, porque estão sendo assegurados os direitos de contraditório e ampla defesa em favor do Paciente. Por isto,* ***indefiro*** *a liminar vindicada.* ".

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Relator dos autos de **Apelação nº 0233087-50.2015.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é Apelante **Williams dos Santos Barros,** Advogado: Dr. **Rafael Panza França Garcia (OAB: 8425/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Apelante **Williams dos Santos Barros,** na pessoa de seu advogado Dr. **Rafael Panza França Garcia (OAB: 8425/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

Secretaria da Egrégia 2ª Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DECISÃO MONOCRÁTICA

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4000916-17.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Paciente **Bárbara Roberta Silva Simões Rafael,** Impetrante e Advogado **Dr. Augusto Cezar Echenique Ribeiro (13720/AM)** e Impetrado **Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital/ Am.,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADA** a Paciente **Bárbara Roberta Silva Simões Rafael,** na pessoa de seu Advogado **Augusto Cezar Echenique Ribeiro (13720/AM),** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Jorge Manoel Lopes Lins,** cujo teor final é o seguinte: "*Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao Habeas Corpus, com fulcro no art. 932 do NCPC, aplicado subsidiariamente ao processo penal".*

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 8 de março de 2019.

Felipe Augusto Campos de Lima
Secretário em Exercício
M5709-6

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

1. Apelação nº 0601047-82.2018.8.04.0020, de 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)
Apelante: S. O. da S.
DefensorPúblico: Danilo Germano Ribeiro Penha
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: Davi Santana da Câmara

Procurador: Francisco Cruz
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

2. Apelação nº 0601947-65.2018.8.04.0020, de 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)
Apelante: M. A. de L.
DefensorPúblico: João Carlos Bemerguy Camerini
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Elizandra Leite Guedes de Lira
Procurador: Nicolau Libório dos Santos Filho
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Pauta de Julgamento Designado

PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO – PROCESSOS VIRTUAIS: De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Yedo Simões de Oliveira – Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura faço público para conhecimento de todos os interessados, que logo após cumpridas as formalidades legais, serão julgados nas sessões seguintes os processos constantes da pauta.

1. 0206436-20.2011.8.04.0001 - Apelação Cível
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Apelante: Estado do Amazonas
Procurador: Dr. Ticiano Alves e Silva
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Dra. Vânia Maria Marques Matinho
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira
Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles.
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

2. 0609176-41.2015.8.04.0001 – Apelação Cível
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Apelante: Município de Manaus
Procuradora: Dra. Ladyane Serafim Pereira
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Dra. Vânia Maria Marques Marinho
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

3. 0644246-51.2017.8.04.0001 – Apelação Criminal
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Infracional
Apelantes: A. G. dos S. M. ; K. P. de S. ; D. F. de O.
Advogados: Drs. Edvar da Silva Nunes Júnior OAB/AM 13068, Klinger da Silva Oliveira OAB/AM 2000.
Defensor: Dr. Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Apelado: M. P. do E. do A.
Promotora: Dra. Elizandra Leite Guedes de Lira
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Joana dos Santos Meirelles
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

4. 4003983-24.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Agravante: Estado do Amazonas
Procuradora: Dra. Luciana Araújo Paes
Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Dra. Nilda Silva de Souza
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Joana dos Santos Meirelles
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

Secretaria do Egrégio Conselho da Magistratura em Manaus, 11 de março de 2019.

Juliana Andrade David
Secretária
M58815

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0071/2019

ADV: DANIELLA LOPES CAVALCANTE (OAB 4164/AM), ADV: JOSÉ COELHO MACIEL (OAB 633/AM), ADV: LUCIANA GUIMARÃES PINHEIRO VIEIRA (OAB 2859/AM) - Processo 0000538-88.2003.8.04.0001 (001.03.000538-9) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Solamazon Transportes Ltda - REQUERIDO: Usemix Concreto e Fundações Ltda - Intime-se a parte exequente para impulsionar os autos sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Prazo de 5 (cinco) dias. Após, voltem os autos conclusos. À Secretaria para providências.
ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM), ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM) - Processo 0238168-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Antônio Aluizo Silva Martins - Processo se encontra pronto para julgamento, conclua-se para sentença.
ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0602181-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Anastacia Sales da Silva - Processo se encontra pronto para julgamento, conclua-se para sentença.
ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0610591-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jucineide Santana de Oliveira - Processo se encontra pronto para julgamento, conclua-se para sentença.
ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0612140-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Arnaldo Estevão Dias - Intime-se o Autor para se manifestar sobre a proposta de acordo efetivada pelo INSS, fls. 149. Após, conclua-se para sentença.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0623071-64.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - De ordem, intimo a parte interessada para que efetue o recolhimento das custas de diligência do Sr. Oficial de Justiça, para expedidção de novo mandado, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDISON BERNARDO DE SOUSA (OAB 10185/GO) - Processo 0642882-44.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Mix Componentes Automotivos Ltda - De ordem, intimo a parte interessada para promover o recolhimento das custas para expedição do AR, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0657375-89.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - De ordem, intimo a parte interessada para promover o recolhimento das custas do Ato Processual a ser praticado, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, Tabela de Atos Processuais, Item “a”, nº 2, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO FRANCISCO SOARES JÚNIOR (OAB 7569/AM) - Processo 0659786-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Maurício Francisco Soares Júnior - De ordem, intimo a parte interessada para que efetue o recolhimento das despesas (postais e/ou Oficial de Justiça), no prazo de 05 (cinco) dias.

Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Daniella Lopes Cavalcante (OAB 4164/AM)
Edison Bernardo de Sousa (OAB 10185/GO)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
José Coelho Maciel (OAB 633/AM)
Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (OAB 2859/AM)
Maurício Francisco Soares Júnior (OAB 7569/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: SERAFIM PEREIRA D’ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0010765-85.1995.8.04.0012 (012.95.010765-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - De ordem, defere-se o pedido suspensão pelo prazo requerido pela parte autora, devendo, após o transcurso do mesmo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Manaus, 12 de dezembro de 2018. Maria Francisca Garcia Escrivã

Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Serafim Pereira D’Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0074/2019

ADV: MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 4296/AM) - Processo 0209039-85.2019.8.04.0001 (processo principal 0638777-87.2018.8.04.0001) - Embargos Infringentes na Execução Fiscal - Compra e Venda - REQUERENTE: Gabrielle Fernandes Marinho Gonçalves - Petição protocolada de forma equivocada. Proceda-se o imediato arquivamento dos presentes. Intime-se o requerente para que proceda o correto protocolo de sua petição sob pena de conhecimento.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0602729-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Carlos da Costa Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em razão do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial, permanecendo inalterada a relação jurídica e a cobrança objeto da presente ação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0606962-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Energia Elétrica - REQUERENTE: Eneida da Silva Maia - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE ação e, em consequência, extingo o processo, com resolução do mérito, na forma do disposto no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor em custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R$ 800,00 (oitocentos reais), ex vi do artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50, por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0607588-57.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cristina de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0613514-24.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Corsórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0615421-63.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0616219-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inadimplemento - REQUERENTE: Geap Autogestão em Saúde - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM), ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 12066A/AL), ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: CATARINA BEZERRA ALVES (OAB 29373/PE) - Processo 0616825-91.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Maria de Fátima Maia da Silva - REQUERIDO: Itaú Seguros S/A - Banco Credicard S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0621242-19.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0624701-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suelen Rodrigues Achão - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação para o fim de declarar a inexigibilidade do débito decorrente do TOI datado de 23/20/2015 referente à unidade consumidora de nº 0549902-0. Confirmo a antecipação de tutela e condeno a requerida na obrigação de fazer de não interromper o fornecimento de energia elétrica na unidade de consumo de titularidade da autora, em razão do débito objeto do presente litígio. Assim, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência recíproca, cada parte arcará com as custas e despesas processuais a que deu causa, observada a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça à autora. Os honorários advocatícios deverão ser arbitrados conforme regra do CPC. O artigo 85, §14 do CPC veda a compensação dos honorários advocatícios quando ocorrer sucumbência parcial, tornando superada a tese enunciada pela Súmula nº 306 do STJ. Dessa forma, cada parte arcará com honorários advocatícios arbitrados, por equidade, em R$ 1.000,00, nos termos do artigo 85, §8º do CPC, observada, também, a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça à parte autora.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0633522-90.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Manoel Rodrigues do Nascimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte executada para que se manifeste acerca da contraproposta de fls. 225/227, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0645569-91.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: E. de L. e Lima & Cia. Ltda. - ME - ESBAM e outros - Em análise as petições e documentos fls. 219/225, defiro a expedição de alvará em nome da Executada CENTRO DE PESQUISA E ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA, por meio de seu advogado, a fim de que a mesma levante a quantia depositada em juízo para proceder ao pagamento da parcela do acordo através de boleto bancário, forma esta entabulada entre as partes. Após, mantenham-se os autos baixados, podendo, a qualquer tempo, serem reativados em caso de descumprimento do acordo.

ADV: MAYARA ALVES ALMEIDA (OAB 13686/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0656086-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Só Fitas Comércio de Embalagens e Materiais Plásticos Ltda. - Epp - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0656154-71.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0656245-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Carlos da Silva Bentes - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: DIEGO DOS SANTOS RAMOS (OAB 12503/AM) - Processo 0658073-95.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Sergio Eduardo Gomes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ADELCI MARIA IANNUZZI MENDONÇA (OAB 1214/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM), ADV: DOLORES GARCIA RODRIGUES (OAB 1027/AM), ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM), ADV: PATRICIA LEITE PEREIRA DA SILVA (OAB 20695/DF), ADV: VALÉRIA BAGNATORI DENARDI (OAB 201516/SP) - Processo 0708455-05.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional -SENAI/DF - REQUERIDO: J. Toledo da Amazônia Indústria e Comércio de Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, e em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 205/206, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

Adelci Maria Iannuzzi Mendonça (OAB 1214/AM)
Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 12066A/AL)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
Catarina Bezerra Alves (OAB 29373/PE)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Diego dos Santos Ramos (OAB 12503/AM)
Dolores Garcia Rodrigues (OAB 1027/AM)
Edilaine Nogueira Brilhante (OAB 7246/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Maria de Oliveira Fernandes (OAB 4296/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mayara Alves Almeida (OAB 13686/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patricia Leite Pereira da Silva (OAB 20695/DF)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Valéria Bagnatori Denardi (OAB 201516/SP)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0075/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0604552-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: NATHALIA LOUYSE MAGALHAES PEREIRA (OAB 12515/AM), ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM) - Processo 0601646-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Eunice Bandeira de Oliveira - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0602206-83.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cristina Nascimento Silveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0603094-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marco Antonio Pereira da Cruz - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0612428-47.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Meta Comércio de Lubrificantes Ltda. - Eireli - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0614696-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Magazin Comércio de Móveis Ltda. - EPP - REQUERIDO: Amazonas Distiribuidora de Energia S/A - Manifeste-se a parte adversa sobre a proposta de acordo de fls. 204/206, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo recusa ou inércia da parte intimada, tornem os autos conclusos para sentença na mesma posição cronológica em que ora se encontra.

ADV: RICARDO QUASS DUARTE (OAB 195873/SP), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0615675-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: A. J. L. Indústria e

Comércio Ltda. - REQUERIDO: Nordyne do Brasil Distribuidora de Ar Condicionado Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0629149-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Otacilda da Costa Malafaia - REQUERIDA: Genésia Tomé Barbosa e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0636776-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0640640-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisca Félix Pinto - REQUERIDO: Banco Itaú BMG Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM) - Processo 0642987-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Francis Eduardo Sgarbi - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da proposta de acordo de fls. 95-96, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0651768-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Luiz Cordeiro Fogassa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JÉSSICA NAYARA FONSECA PADILHA LOBATO (OAB 10842/AM) - Processo 0655264-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
JÉSSICA NAYARA FONSECA PADILHA LOBATO (OAB 10842/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Nathalia Louyse Magalhaes Pereira (OAB 12515/AM)
Ricardo Quass Duarte (OAB 195873/SP)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0075/2019

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM) - Processo 0245611-21.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Norte Fitness Academia Ltda. - REQUERIDA: José Roberto Pires Equipamentos ME - Meta Sistemas de Segurança Contra Incêncio - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0248437-20.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Elisandra de Souza Piza - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (240), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WALDIR LUIZ BULGARELLI (OAB 217291/SP), ADV: FÁBIO OLIVEIRA DUTRA (OAB 292207/SP), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: ELIETE

SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: AUTRAN ALENCAR ROCHA (OAB 16537/GO), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: CLAUDIO CEZAR DE FIGUEIREDO CARMO DE MORAES (OAB 24810/GO) - Processo 0258896-52.2009.8.04.0001 (001.09.258896-5) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Banco Gmac S.A - REQUERIDO: Ricardo dos Santos Sineiro - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: KARINE VARELLA (OAB 88409/RS), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 123979/RJ) - Processo 0604299-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gustavo Nobre Tapajós - REQUERIDO: Neuton Correa de Souza - Fênix Publicidade e Propaganda Eireli - Me - Marcos Vinicius Pessoa - Google Brasil Internet Ltda - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606165-38.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Carmantino Pofirio de Oliveira - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: MÁRCIO LUIZ SORDI (OAB 134A/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116A/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 115224/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: EDUARDO ABÍLIO KERBER DINIZ (OAB 4389/RO), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0607296-82.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: GLACIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SORVETES LTDA - REQUERIDO: SUPORTE GRÁFICA E EDITORA LTDA - BANCO SAFRA S/A - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (202), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GERALDO FONSECA DE BARROS NETO (OAB 206438/SP) - Processo 0608205-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - REQUERENTE: Petróleo Sabbá S.a. - REQUERIDO: Auto Posto Carneirão Ltda., - José dos Santos Carneiro - Nilza das Dores Barbosa Carneiro - João Batista Carneiro - Selma Santos Oliveira Carneiro - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0608967-04.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Magna Araujo Pessoa - Magna Araujo Pessoa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (98), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609403-31.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: ETELVINA MONICA LOPES BEIRA MAR - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (87), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0611769-14.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Simone Rodrigues Ambrósio - EXECUTADO: Fábio Barros do Nascimento - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte exequente para manifestar-se acerca da Certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0613515-43.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - REQUERIDO: Central Manaus Comercio Serv de Transportes e Equipamentos LTDA - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM) - Processo 0614529-62.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antonia Gomes da Costa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (75), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616564-58.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Laborda Comércio de Alimentos Ltda (Versales Atacado) - Raimundo da Encarnação Gomes - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor de cada consulta), no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista a Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9.

ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037/AM) - Processo 0617382-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria José Alves de Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS DA SILVA (OAB 1002A/AM), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB 182694/SP), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB 131896/SP) - Processo 0618634-82.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: José Almir Ferreira Rebouças - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM) - Processo 0619123-56.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: ANA MARIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ANTONIO CARLOS FERNANDES DE CASTRO - DEPRECADO: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Diante da Carta Precatória de fls. 93, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 183: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." [grifo]

ADV: DAYSE SIGRID HOLANDA ROCHA (OAB 3875/AM) - Processo 0619830-53.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria Ivanilde Silva Araujo - REQUERIDO: ISMAEL BARBOSA CARDOSO - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0622094-43.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: JOSE CEZAR RIBEIRO FILHO - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0622445-21.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622834-64.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: AGACY FERREIRA DA SILVA - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (90), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0624589-94.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Sebastião Azevedo Lopes - Uanderson Azevedo Barbosa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para cada emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0626243-48.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Alex Almeida Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0626514-23.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: Carlos Serudo Chagas - Expeça-se o competente Mandado, conforme pedido formulado pelo autor de fl. 91. Intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça previstas no Provimento nº 261/2015- CGJ/AM, no prazo de 10 (dez) dias Após, expeça-se mandado.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0633888-95.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Linda Jane Silva do Nascimento - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (117), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIANA GOUVÊA LESSA (OAB 11018/AM), ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0634824-86.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Verde Comércio de Peças ee Lubrificantes Ltda - REQUERIDO: F. C. Comércio e Servicos LTDA - ME - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0637118-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Sergio Moreira de Souza Junior - Expeça-se o competente Mandado, conforme pedido formulado pelo autor de fl. 79. Intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça previstas no Provimento nº 261/2015- CGJ/AM, no prazo de 10 (dez) dias Após, expeça-se mandado.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0638108-34.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Edimetal Instalacoes e Comercio Ltda - Edinaldo Serrao da Mata - Irene Ramos da Mata - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- De ordem, defiro pedido de fls.114-117 . II- Expeça-se mandados de citação. III - Custas recolhidas.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0638625-39.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Mota e Lima Festas e Eventos Ltda Me - José Fernandes da Mota Filho - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0638757-96.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - REQUERIDO: M.G.S. - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0643415-71.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: A M Aguiar Mercearias - Arelli Viana de Albuquerque - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para cada emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: VIVIANE MARINO (OAB 325316/SP) - Processo 0646910-21.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Comercial Camav Ltda Epp - REQUERIDO: M e Serviços de Instalação e Manutenção Eletrica Ltda -me - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (51), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0648319-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Jbn Obras de Alvenarias Ltda - Jurandyr de Britto Souza Neto - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0648698-70.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Prince Bike Norte Ltda - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0650642-10.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Preminas Industria e Comercio de Pre-moldados Ltda - Marceones Costa da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (67/68), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0656527-05.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Jsafra Sa - REQUERIDO: Marcelo Perdigao Guerra - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0657648-68.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Milca Mara Vilhena Correa Me - Milca Mara Vilhena Correa - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Autran Alencar Rocha (OAB 16537/GO)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB 131896/SP)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB A1133/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
CLAUDIO CEZAR DE FIGUEIREDO CARMO DE MORAES (OAB 24810/GO)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Dayse Sigrid Holanda Rocha (OAB 3875/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB 4389/RO)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Fábio Oliveira Dutra (OAB 292207/SP)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Geraldo Fonseca de Barros Neto (OAB 206438/SP)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 115224/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Ricardo Braga (OAB 7953/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)

José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116A/AM)
Karine Varella (OAB 88409/RS)
Leandro Souza Benevides (OAB 123979/RJ)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Márcio Luiz Sordi (OAB 134A/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mariana Gouvêa Lessa (OAB 11018/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB 182694/SP)
Taylise Catarina Rogério Seixas da Silva (OAB 1002A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Viviane Marino (OAB 325316/SP)
Waldir Luiz Bulgarelli (OAB 217291/SP)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: JOAO VITA FRAGOSO DE MEDEIROS (OAB 012.058/PE) - Processo 0042176-24.2010.8.04.0012 (012.10.042176-0) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Rio Importações Comércio e Representações Ltda - REQUERIDO: Bcn _ Banco de Credito Nacional S/a - Vistos, etc... Da análise dos autos, verifica-se que a parte interessada foi intimada para providenciar o andamento do feito, porém, quedou-se inerte, sem qualquer justificativa, por prazo superior a 30 dias. ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 485, III do CPC e tendo em vista que não foi oferecido contestação, não sendo necessário requerimento do réu, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em promover os atos de sua incumbência. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor. P.R.I.C.

ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: ANA FLÁVIA CARNEIRO LANDIM (OAB 4257/AM) - Processo 0238509-16.2009.8.04.0001 (001.09.238509-6) - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: I. S. Reis Júnior Comércio e Indústria de Ótica Ltda. - Arlindo Gilberto Viegas Neto - REQUERIDO: Rivoli Veículos Ltda - Intime-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias promova a restauração dos autos. Após, determino que a secretaria faça a baixa definitiva dos presentes autos. P.R.I.C.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: MENDELSSON COSTA DUARTE (OAB 8319/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0253063-87.2008.8.04.0001 (001.08.253063-8) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M C M Tecnologia Ltda - REQUERIDO: Amazônia Celular S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

Ana Flávia Carneiro Landim (OAB 4257/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Joao Vita Fragoso de Medeiros (OAB 012.058/PE)
Mendelsson Costa Duarte (OAB 8319/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0077/2019

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: GIOVANI GIONEDIS (OAB 8128/PR), ADV: MARIA AMÉLIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA (OAB 27109/PR), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE SILVA (OAB 2970/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0051899-81.2002.8.04.0001 (001.02.051899-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: José Enoque Alves da Costa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM) - Processo 0240798-04.2018.8.04.0001 (processo principal 0709539-41.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Waldeniza B Lima Lopes - Marcelo Maia Lopes - REQUERIDO: Patri Doze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Intime-se a parte executada: na pessoa de seu advogado. A fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o

prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes as consultas ao sistemas BACENJUD, conforme tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se as consultas por meio dos sistemas supracitados, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 854, §3, do NCPC. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte exequente e trazendo aos autos bens passíveis de penhora, haja vista ser dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC. P.R.I.C.

Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
GIOVANI GIONEDIS (OAB 8128/PR)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Márcio Alexandre Silva (OAB 2970/AM)
Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB 27109/PR)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGÍLIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0071/2019

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0013690-38.2005.8.04.0001 (apensado ao processo 0310589-46.2007.8.04.0001) (001.05.013690-0) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Unipar Construtora S/A - REQUERIDA: Ana Lúcia Garcia Simões Santos Martins - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 391/408, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 803/RR), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ ROCHA PINHEIRO (OAB 7141/AM), ADV: DEBORAH FIGUEIREDO FÉRRER (OAB 137140/RJ), ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0352515-07.2007.8.04.0001 (001.07.352515-5) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Gislaine Melo de Oliveira - REQUERIDO: Banco Real - ABN AMRO BANK - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 215/220, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0606880-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Antonia do Vale Nunes -me - Alessandra do Vale Nunes - Pelo exposto, determino a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça no estado em que se encontram, com as cautelas de estilo e as homenagens deste Juízo, independente de juízo de admissibilidade. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0613122-21.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Silvatur Transportes Especiais Ltda - ME - José Fortunato da Silva - Valcir dos Reis Maciel - Gabriela da Silva Portilho - (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 178, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC) - Processo 0618841-76.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Credito Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Roosevelt Cavalcante de Souza - (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 48, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0620055-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDA: Maria Lucia Ferreira Botelho - Pelo exposto, determino a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça no estado em que se encontram, com as cautelas de estilo e as homenagens deste Juízo, independente de juízo de admissibilidade. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM) - Processo 0620334-93.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Distrel - Distribuidora Elétrica Ltda - EXECUTADO: V. Araujo do Nascimento - ME - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso V, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620533-13.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Suzanny Carvalho da Silva - Pelo exposto, determino a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça no estado em que se encontram, com as cautelas de estilo e as homenagens deste Juízo, independente de juízo de admissibilidade. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0622940-94.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: OSVALDINO CASTRO DOS SANTOS - REQUERIDO: Invasores inominados - (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 42/43, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 865A/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0623887-17.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDO: Manoel Rodrigues Vieira - Pelo exposto, determino a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça no estado em que se encontram, com as cautelas de estilo e as homenagens deste Juízo, independente de juízo de admissibilidade. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0624469-80.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - EXECUTADO: Jaime Ribeiro de Queiroz - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 84/85, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB 432A/AM), ADV: CARLOS HOSSAINE DA SILVA (OAB 9931/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM) - Processo 0626267-76.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Agostinho Rodrigues Filho - REQUERIDO: Anoar da Conceição Jesus - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos Conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EUNICE SILVA OLIVEIRA (OAB 188718SP) - Processo 0628297-55.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: DAGAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA - EXECUTADO: Erin Estaleiro Rio Negro Ltda - (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 90, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: FÁBIO OLIVEIRA DUTRA (OAB 292207/SP) - Processo 0635181-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Porto Seguro - Portoeg S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Tauara-assessoria e Corret de Seguros Ltda - (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 42, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0635900-19.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: L. J. Guerra e Cia Ltda - EXECUTADO: Somar serviços de Montagem Industrial Ltda. - Intime-se a parte interessada, para no prazo de 5 (cinco) dias manifestar-se acerca da resposta à consulta via Infojud, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0641174-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Tiago Reis de Souza - (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. , no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM) - Processo 0641822-02.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Eliezer Alves Matos - (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 52, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
André Luiz Rocha Pinheiro (OAB 7141/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Carlos Hossaine da Silva (OAB 9931/AM)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Deborah Figueiredo Férrer (OAB 137140/RJ)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
EUNICE SILVA OLIVEIRA (OAB 188718SP)
Fábio Oliveira Dutra (OAB 292207/SP)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 803/RR)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)

Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB 432A/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 865A/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGÍLIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0001753-42.1998.8.04.0012 (012.98.001753-7) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Associacao Amazonense do Ministerio Publico - REQUERIDO: Francisco de Tal - Jose Hilton de Freitas - Trata-se de cumprimento de sentença que julgou procedente o pedido de reintegração de posse e condenou os réus Francisco Queiroz da Silva e José Hilton de Freitas ao pagamento de R$ 1500,00 (mil e quinhentos reais) a título de honorários sucumbenciais. Às fls. 313/314, o requerente pleiteou a expedição de mandado de penhora e avaliação dos bens bloqueados através do RENAJUD no processo 0019639-34.2010.8.04.0012, no qual figuram as mesmas partes. Intime-se o requerido para, em 15 dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 313/314. Após, voltem os autos conclusos para deliberação. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: DAYANE BEZERRA DE SOUZA (OAB 5194/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 002.847/AM), ADV: MARCELO COSTA DOS SANTOS (OAB 003.821/AM) - Processo 0053258-52.2010.8.04.0012/01 (012.10.053258-9/00001) - Execução Provisória de Sentença - REQUERENTE: Isis Rocha Simoes - Anibal Tavares Simoes - Walmir Chaves Prado - Maria Celia S Prado - Walmir Chaves Prado Filho - Petrobras Distribuidora S.A - REQUERIDO: Prado Petroleo e Comercio Ltda - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O feito SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, III e VI, do NCPC, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, caso subsista legítimo interesse nesse sentido (art. 486 do NCPC). Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos a condição prevista em lei para esse fim. Pendendo de pagamento de custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Transitada em julgado esta decisão, independente de novo despacho, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019.

ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR), ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: RENATA LOPEZ ALANIS (OAB 8706/AM), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM) - Processo 0217545-31.2011.8.04.0001 - Imissão na Posse - Posse - REQUERENTE: Deocleciano Vieira Filho - REQUERIDO: Frank Nelson Pereira de Souza - CONCLUSÃO. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados pela parte requerente contra parte requerida, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, determino a imissão do autor na posse do imóvel descrito na inicial, determinando ainda, a desocupação voluntária do bem à Requerida, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de desocupação compulsória, mediante uso de força policial. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Transitada em julgado esta sentença, sem manifestação das partes e tendo sido efetuado o pagamento das despesas devidas, arquivem-se os autos. À Secretaria para providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUIZ CARLOS SILVA (OAB 168472/SP), ADV: JULIANA DE ALMEIDA E SILVA (OAB 21098/PE), ADV: CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO (OAB 20670/PE), ADV: JOSEMAR LAURIANO PEREIRA (OAB 132101/RJ), ADV: MIGUEL CANCELLA NABUCO (OAB 154772/RJ), ADV: ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS (OAB 27215/SP), ADV: NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO (OAB 7701/SC), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0224713-84.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Elza da Silva Souza - Francisca Elias Pereira - Rosa Maria da Motta - REQUERIDO: Federal de Seguros - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 431/ 449, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: THOMAZ DOS SANTOS FARIAS (OAB 8691/AM), ADV: INALDO XAVIER DE SIQUEIRA (OAB 9270/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA) - Processo 0226718-74.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0600542-90.2014.8.04.0001) (processo principal 0600542-90.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Cédula de Crédito Bancário - EMBARGANTE: A. C. C. de Oliveira - Me (Samaro Transportes Internacionais) - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O feito SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, III e VI, do NCPC, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, caso subsista legítimo interesse nesse sentido (art. 486 do NCPC). Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos

a condição prevista em lei para esse fim. Pendendo de pagamento de custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Transitada em julgado esta decisão, independente de novo despacho, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0602539-74.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: ANA SUEL FERREIRA FARIAS - ANA SUEL FERREIRA FARIAS - ANA SUEL FERREIRA FARIAS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610549-10.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Lauro Conceição Oliveira - INTIME-SE a parte autora, por seu patrono habilitado nos autos, para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da resposta às consultas de fls. 79/80, apresentando o que entender de direito, sob pena de extinção do feito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos.

ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 1173A/AM), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE) - Processo 0615064-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: M. das Gracas de Oliveira Gomes - Maria das Graças de Oliveira Gomes - Compulsando os autos, verifico que a parte exequente pleiteou às fls.65/69, o arresto eletrônico do numerário existente nas contas encontradas, antes da citação, tendo em vista que restou-se frustrada a citação da parte executada, conforme certidão do Oficial de Justiça de fls.62. A legislação prevê medidas judiciais constritivas passíveis de deferimento sem a prévia oitiva da parte contrária. O arresto executivo, também denominado de prévio ou pré-penhora, de que trata o artigo 830 do CPC, consubstancia a constrição de bens em nome do executado, quando não encontrado para citação, in verbis: Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Tal modalidade de arresto tem o objetivo de garantir que a futura penhora seja concretizada, não dependendo da citação do devedor, até porque, se houver citação, não haverá o arresto, realizando-se desde logo a penhora. Contudo, após a realização da medida, o executado deverá ser citado, não ocorrendo o pagamento após a citação do executado, que inclusive poderá ser ficta, a medida constritiva será convertida em penhora, conforme interpretação do artigo 830 e parágrafos do CPC. Há ainda, entendimento consolidado, conforme segue: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). 2.- Recurso Especial provido, para permitir o arresto on line, a ser efetivado na origem. (STJ - REsp: 1338032 SP 2012/0167279-6, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 05/11/2013, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/11/2013). Sendo assim, defiro o pedido de arresto, em ato contínuo, proceda-se a citação por edital, nos moldes do art. 830, § 2º do CPC, salientando que qualquer valor arrestado só será levantado após a citação e o respectivo contraditório, com decisão judicial autorizando, se for o caso. Intime-se a parte exequente, para no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas das diligencias do Oficial de Justiça, bem como das diligências de Bacenjud e Infojud requeridas. Comprovado nos autos tal pagamento, proceda-se as consultas.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0615204-88.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0629776-49.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum - Locação de Móvel - REQUERENTE: Vitória do Espírito Santo Pereira Fernandes - REQUERIDA: Consuelo Garcia Rodrigues - CONCLUSÃO Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO O PROCESSO PARA DECLARAR INSUFICIENTE O VALOR DEPOSITADO Na presente Ação de Consignação em Pagamento movida por VITORIA DO ESPIRITO SANTO PEREIRA FERNANDES - EPP contra CONSUELO GARCIA RODRIGUES, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, CONDENO a parte requerente ao pagamento dos valores do aluguel até a efetiva desocupação, acrescidos de juros e correção monetária, facultada ao credor a execução, nos mesmos autos, mediante apuração do saldo devedor inteligência do art. 545, § 2º do CPC. Ressalvo que o cumprimento de sentença relacionado ao saldo devedor, deve ser apurado e executado por meio de cumprimento de sentença nos autos do processo de despejo de n. 062977649.2016.8.04.0001. Condeno, ainda, a parte Requerente em razão da sucumbência, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) a ser calculado com base no valor valor da causa, ou seja, R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).Tal se dá pois, ainda que tenha havido parcial quitação, a Requerente deu causa à ação e houve e declaração de depósito insuficiente. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM) - Processo 0616185-83.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Giuliana Pinheiro Bastos Neves - Ana Selma Rodrigues Pinheiro - EXECUTADO: Francisco Ritta Bernardino - Maria da Conceição Saraiva da Silva - FRB Empreendimentos Imobilários Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação do (X) Requerido/Executado, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os documentos juntados pela parte contrária às fls. 197/201 (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0618792-06.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antonio Amaral Lima Neto - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: I.N.S.S. - Instituto Nacional de Seguro Social -

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: CLEVERSON REDIVO - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: Manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 477, § 1º do NCPC), sobre laudo pericial apresentado às fls. 108/114, conforme art. 1º, inciso XVII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM), ADV: KARDINALLENN DOS SANTOS FERREIRA (OAB 12003/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0622568-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Yara Rodrigues de Sena - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM), ADV: RICARDO SOUZA GUIMARÃES (OAB 8675/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0622574-89.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Prestação de Serviços - REQUERENTE: MATOS ALHO - FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - REQUERIDO: OI MÓVEL S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 177/190, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: JULIANA LIMA BENOLIEL FERREIRA (OAB 11372/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0636209-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neide Bessa Mar - REQUERIDO: Agiplan Financeira S.a. Crédito, Financiamento e Investimento - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: FERNANDO O'REILLY CABRAL BARRIONUEVO (OAB 29022/PR), ADV: EDUARDO AMARANTE PASSOS (OAB 211967/RJ), ADV: FERNANDO O'REILLY CABRAL BARRIONUEVO (OAB 40859/DF), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: LUIZ CLAUDIO GOMES BORGES (OAB 13180/AM), ADV: JAIR AGOSTINHO PEREIRA PINTO (OAB 7846/AM), ADV: EDUARDO AMARANTE PASSOS (OAB 15022/DF) - Processo 0640623-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Romulo Pereira - REQUERIDO: Fundação Habitacional do Exército - Fhe - LITSPASSIV: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), às fls. 37/51 e 159/257 ,conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0654778-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gesabel Carluce Narbaes Leite - Geisabelly Mahara Leite Viana - REQUERIDO: Empresa Global Green - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 08 de abril de 2019, às 11 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647D/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0657478-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Serra Pinto & Kapps Serviçcos de Saude S/s Ltda. - REQUERIDO: Porto Autos Ltda - Nissan do Brasil Automóvel Ltda. - Diante do exposto, entendo que a matéria ventilada não se amolda às hipóteses do art. 1.022, do CPC, motivo por que denego os embargos de declaração opostos, mantenho todas as decisões exaradas na presente demanda. Ressalvo ainda que eventuais medidas protelatórias sofrerão as penas legalmente prevista. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0660641-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Hospital Santa Júlia Ltda - REQUERIDO: J S Equipamentos Médicos e Hospitalares Eireli - Diante disto,defiro o parcelamento das custas inicias em 06 (seis) parcelas mensais sucessivas. Recolha-se a primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (art. 290 do NCPC). Fica desde já cientificado que as parcelas subsequentes deverão ser feitas mês a mês a partir do pagamento da primeira parcela, devendo o autor comprovar nos autos o pagamento. O inadimplemento de qualquer uma delas acarretará automaticamente na extinção do processo e no cancelamento junto a distribuição, independentemente de nova intimação. Certifique o cartório sobre o cumprimento da obrigação. Caso seja constatado a falta do cumprimento das custas, remetam-se conclusos para sentença extintiva (art. 485, IV do NCPC). Recolhidas as custas, venham os autos conclusos para apreciação da liminar. À Secretaria para as providências cabíveis.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 1173A/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 002.847/AM)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)

Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cláudia Virgínia Carvalho Pereira de Melo (OAB 20670/PE)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Dayane Bezerra de Souza (OAB 5194/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Amarante Passos (OAB 15022/DF)
Eduardo Amarante Passos (OAB 211967/RJ)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando O'Reilly Cabral Barrionuevo (OAB 29022/PR)
Fernando O'reilly Cabral Barrionuevo (OAB 40859/DF)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS (OAB 27215/SP)
Inaldo Xavier de Siqueira (OAB 9270/MT)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jair Agostinho Pereira Pinto (OAB 7846/AM)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
Josemar Lauriano Pereira (OAB 132101/RJ)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
JULIANA DE ALMEIDA E SILVA (OAB 21098/PE)
Juliana Lima Benoliel Ferreira (OAB 11372/AM)
Kardinallenn dos Santos Ferreira (OAB 12003/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Carlos Silva (OAB 168472/SP)
Luiz Claudio Gomes Borges (OAB 13180/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Marcelo Costa dos Santos (OAB 003.821/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Mário Marcondes Nascimento (OAB 7701/SC)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647D/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Miguel Cancella Nabuco (OAB 154772/RJ)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO (OAB 61713/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Renata Lopez Alanis (OAB 8706/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Ricardo Souza Guimarães (OAB 8675/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Thomaz dos Santos Farias (OAB 8691/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGÍLIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0256051-76.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: ( ) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.115, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP), ADV: ATHILA RENATO CERQUEIRA (OAB 237770/SP) - Processo 0604089-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Futura Tecnologia, Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos da Amazônia Ltda - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 01 de abril de 2019, às 9 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0604357-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls. 01/04, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-

me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607794-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 62, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0610849-98.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 94, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0614309-35.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 99, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: GLENDA ALVES TAVARES DE MELLO (OAB 4218/AM), ADV: SHISKÁ PALAMITSHCHECE PEREIRA PIRES (OAB 1029/RR), ADV: VANESSA JANNE RODRIGUES DA COSTA (OAB 6645/AM), ADV: ÂNGELO PECCINI NETO (OAB 791/RR) - Processo 0615840-59.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vera Lucia Rolim da Silva - REQUERIDO: Natal Transportes LTDA - Há nos autos sentença homologatória de acordo, transitada em julgado. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls. 161/163). Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da causa, medida cabível conforme 523 § 1º do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0616768-05.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 90, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0617215-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Sa - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 68, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA (OAB 100391/RJ), ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0618322-09.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 94, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM), ADV: DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7690/PA), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA) - Processo 0618801-31.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazonia S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 130, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: HARRISON LIMA DE OLVEIRA (OAB 10132/AM) - Processo 0618881-58.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Juliana Moreira Maciel - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 57/58, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0624868-75.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de

citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.49, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0627230-84.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Endson Ferreira Aquino - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 57, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0627341-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ingo Santos Ferreira - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 67, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE, ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0627883-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciana dos Santos Lopes - REQUERIDO: André Junio Mendes de Oliveira e outro - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 01 de abril de 2019, às 10 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0629651-86.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/ Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 78/79, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0631024-21.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Hyssa Abrahin e Cia Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 55/56, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0633476-33.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/ Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 156, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0635193-12.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Jsafra Sa - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.67, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0643210-42.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 66, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0646904-14.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/ Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 59, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0655009-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: J. L. M. Carvalho - Me (Vértice Engenharia) - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 49, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ângelo Peccini Neto (OAB 791/RR)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Athila Renato Cerqueira (OAB 237770/SP)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Danielle de Jesus Oliveira dos Santos (OAB 7690/PA)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB 11471/PA)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Glenda Alves Tavares de Mello (OAB 4218/AM)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
Harrison Lima de Olveira (OAB 10132/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB 11755/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Ayres Martins de Oliveira (OAB 100391/RJ)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
SHISKÁ PALAMITSHCHECE PEREIRA PIRES (OAB 1029/RR)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vanessa Janne Rodrigues da Costa (OAB 6645/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 000.336/AM) - Processo 0029227-40.2006.8.04.0001 (001.06.029227-0) - Depósito - Depósito - REQUERENTE: Banco Honda S.A - Assim, determino a extinção dos autos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0049161-86.2003.8.04.0001 (001.03.049161-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: HOMERO BELLINI JÚNIOR (OAB 24304/RS), ADV: FERNANDA COSTA DA SILVA (OAB 5511/AM) - Processo 0200621-13.2009.8.04.0001 (001.09.200621-4) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Adbua Moreira Maquine - REQUERIDO: Banco Sabemi - Vistos etc. Os autos ficaram paralisados em cartório por falta de interesse do autor, razão pela qual foi determinada a sua intimação para manifestar interesse no feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Embora devidamente intimado, o autor não se manifestou no referido prazo. Decido. Está claro nos presentes autos o abandono da causa pelo requerente, que, mesmo após sua intimação para manifestar interesse no feito sob pena de extinção, manteve-se silente. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES (OAB 792/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 000.381/AM) - Processo 0204827-60.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0003891-50.1996.8.04.0012) (processo principal 0003891-50.1996.8.04.0012) - Embargos de Declaração - DIREITO CIVIL - EMBARGANTE: Sovel da Amazonia Ltda - EMBARGADO: Amazon Lines Limited - Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Já efetivado os translado das peças ao principal, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0208420-58.2019.8.04.0001 (processo principal 0612114-77.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Celso Marcon - Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC, e determino o translado das peças juntadas nestes autos para o processo principal. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019.

ADV: ALFREDO GLUCK YOUNG (OAB 1838/AM) - Processo 0208625-87.2019.8.04.0001 (processo principal 0251746-54.2008.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fantilde Serudo Nogueira - Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC, e determino o translado das peças juntadas nestes autos para o processo principal. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019.

ADV: MÔNICA CÂMARA DE ALENCAR BRASIL (OAB 13494/AM) - Processo 0209102-13.2019.8.04.0001 (processo principal 0642123-17.2016.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Mônica Câmara de Alencar Brasil - Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC, e determino o translado das peças juntadas nestes autos para o processo principal. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019.

ADV: ÁUREO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 4987/AM) - Processo 0209169-75.2019.8.04.0001 (processo principal 0310028-22.2007.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jocinei Gildo Pereira - Assim, ausentes os pressupostos de

constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC, e determino o translado das peças juntadas nestes autos para o processo principal. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019.

ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0215547-28.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Meire Lene dos Santos Lima - REQUERIDA: Direcional Engenharia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURIANE BEZERRA TEIXEIRA (OAB 10009/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: LÍVIA SÁ PEIXOTO FRAXE DA COSTA (OAB 5113/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM) - Processo 0226447-70.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Centro Educacional Santa Terezinha - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0230657-04.2010.8.04.0001 (001.10.230657-6) - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Poliferro Comércio de Materiais de Construção e Ferragens Ltda - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pela autora, confirmo a liminar concedida e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) declarar a inexigibilidade da cobrança indevida e determinar o cancelamento das fatura dos meses de março, abril, maio e junho de 2010; b) condenar a requerida ao pagamento de R$-5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, quantia que considero equivalente e suficiente para reparar o dano sofrido pelo demandante e punir a demandada por sua conduta antijurídica; c) condenar a requerida em custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Quanto ao dano moral, incidirão sobre o valor correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0232599-90.2018.8.04.0001 - Restauração de Autos - Pagamento - REQUERENTE: E.L.O. - Vistos etc. Verifico que a intenção do autor com a restauração dos autos se resume a solicitar a gratuidade da justiça para cancelamento de cobrança das custas finais a que foi condenado na sentença que extinguiu o processo 0224979-76.2008.8.04.0001. A gratuidade da justiça pode ser solicitada a qualquer tempo e, em geral tem efeitos ex nunc, ou seja, dali para frente, no entanto, dada a comprovação de que o requerente não tem condições de arcar com as despesas finais do processo, fl. 14-19, defiro a gratuidade da justiça quanto às custas finais protestadas por este Tribunal de Justiça nos autos do processo 0224979-76.2008.8.04.0001, vedada a devolução de quaisquer valores já recolhidos. Oficie-se a Contadoria desta unidade judicial para ciência e baixa na cobrança. Oficie-se o Cartório responsável pelo registro do protesto para seu cancelamento e baixa. Homologo, por fim, o pedido de desistência e arquivamento do feito, na forma do art. 485, VIII, do CPC, e determino sua imediata baixa e arquivamento. Desnecessária cobrança de novas custas. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0237767-54.2010.8.04.0001 (001.10.237767-8) - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Sofisa S/A - Assim, julgo inteiramente procedente o pedido formulado pelo autor, confirmando a liminar concedida e extinguindo o processo com resolução do mérito, nos moldes do CPC, 487, I. Custas e honorários, que arbitro em 10%, pelo requerido, dos quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424/AM) - Processo 0266726-98.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - REQUERENTE: Cristina Felix da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c o art. 1º, § 2º, da Portaria nº 2072/2016-PTJ, intimo a parte interessada para que: 1) proceda à gravação dos respectivos autos em mídia (cd-rom); 2) protocole, junto ao setor de Protocolo Judicial do 2º Grau, o ofício requisitório expedido, acompanhado da mídia gravada e documentos constantes do art. 18, §1º da Resolução n 003/2014 desta Egrégia Corte; e 3) promova a juntada do comprovante do protocolamento nos autos deste processo.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB A336/AM) - Processo 0339360-34.2007.8.04.0001 (001.07.339360-7) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0500056-92.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0239031-09.2010.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Coisas - REQUERENTE: METAL ALLOY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - REQUERIDO: Unipar Construtora S.A. - S N Moreira Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LÍDIA BARRETO DE MELO MOREIRA (OAB 98552/MG), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: MATHEUS BONACCORSI FERNANDINO (OAB 88005/MG) - Processo 0600262-22.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: Elizangela dos Santo Lima - REQUERIDO: Ponta Negra Transporte Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0600602-29.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria do Socorro Silva de Andrade e outros - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerido para, em 15 (quinze) dias, juntar os honorários periciais, observando o aceite da proposta oferecida, conforme fls. 233.

ADV: VALTER CAMELO XAVIER FILHO (OAB 18971/MT) - Processo 0603894-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inadimplemento - REQUERENTE: L.C.A.M.E. - Vistos etc. O autor foi intimado para que, em 15 (quinze) dias, recolhesse as custas iniciais. Não houve manifestação da parte no prazo concedido. Decido. Está claro nos presentes autos o descaso do requerente, que, mesmo após sua intimação para pagar as custas iniciais, não o fez no prazo devido, impedindo o prosseguimento da ação. Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO) - Processo 0606510-04.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos etc. Trata-se de busca e apreensão em face de Jozimar da Silva Cunha. Em decisão, às fls. 68, o autor foi intimado para emendar a inicial, visto que não satisfez o requisito de comprovação da mora, sob pena de extinção. Agravou a decisão, fls. 72 . Recurso com provimento negado, fls. 76-85. Após resposta do agravo, autor foi intimado para proceder com a decisão de fls. 68, conforme fls. 88. Findo o prazo concedido, o autor não regularizou o pedido. É o relatório. Decido. O caso dos autos é de indeferimento da inicial, com base nos arts. 319, 320 e 321 do CPC, nos termos que passo a expor. Os artigos 319 e 320 do CPC, informam que a inicial indicará documentos indispensáveis à propositura da ação, para demonstrar a veracidade dos fatos narrados. Na falta deles, o juiz pode intimar o autor para emendar a inicial. Foi concedido o prazo para a retificação devida, sem que o autor tomasse as medidas de seu dever, juntando os documentos necessários, sendo forçoso o indeferimento da inicial, no molde do art. 321. Dito desta forma, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do CPC, em razão do indeferimento da inicial. Custas pelo requerente, na forma da lei. Após o transcurso do prazo recursal, não havendo manifestação da pare, determino a imediata baixa do presente feito e arquivamento dos autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0608172-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual (citação) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM) - Processo 0608664-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marfel Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0608861-71.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Atos Administrativos - RECLAMANTE: Provisa Corretora de Seguros Ltda - Vistos etc. Ação de Obrigação de Fazer cumulada com danos morais e pedido de tutela de urgência provisória. Em decisão de fl. 70, acautelei-me quanto ao pedido liminar. Às fls. 72/87, o requerente pede reconsideração alegando que o requerido ataca sua honra e imagem com dizeres caluniosos, injuriosos e difamatórios, apenas com intuito de o prejudicar junto a clientes de grande potencial bem como junto ao mercado Amazonense, através do sítio http://blogdopavulo.com.Br (https://blogdopavulo.com/blogueira-e-empresariopertencem-a-suposta-mafia-do-plano-de-saude/). Que, além da matéria, o réu agora grava vídeos denegrindo a imagem dos autores, passando a divulgar também no facebook e no instagram, conforme mídia digital anexa. Por tais razões, pleiteia a concessão da tutela antecipada para que os requeridos se abstenham de realizar qualquer publicação em seu blog que envolva o nome do autor. Decido. Para a concessão das tutelas de urgência, o art. 300 do CPC exige a existência de elementos suficiente para evidenciar a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado do processo. No presente caso, vejo atendidos os aludidos requisitos. A probabilidade do direito alegado está evidenciada nos documentos que acompanham a presente demanda. Por sua vez, o perigo de dano está igualmente demonstrado, uma vez que num caso como este, de possível ataque à imagem e honra da pessoa do requerente, a decisão final, caso lhe seja favorável, pode vir tarde, sem possibilidade de evitar os prejuízos já efetivados, em sendo eles imateriais.. Doutro lado, a presente medida tem caráter perfeitamente reversível, podendo o requerido republicar suas postagens, na hipótese de ganho de causa. Necessário, por outro olhar, observar a proporcionalidade e buscar a ponderação alexyana na aplicação do mecanismo constitucional de princípios. Se a liberdade de imprensa, indubitavelmente bastião em uma sociedade democrática de direito, representa princípio indispensável e de alta importância para garantia da democracia - por isso mesmo valor constitucional, do artigo 220 -, a preservação da intimidade e da vida privada, como elementos fundamentais aos princípios de direitos humanos, devem ser preservados, pena de ferimento a elementos minimamente garantidores da própria condição humana, como vida, liberdade, segurança, trabalho... Não se pode, em nome de uma liberdade alegadamente garantidora da democracia, deixar indefesos princípios garantidores da própria vida em sociedade. Assim, com fundamento no art. 300 do CPC, defiro a tutela antecipada pretendida, para determinar ao requerido que, no prazo de 72h, a contar da data de ciência desta decisão, proceda com a imediata exclusão/suspensão de quaisquer publicações caluniosas, injuriosas e difamatórias contra o autor, em blog, facebook ou instagram, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 15 dias. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n°116/2017 PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Ficam as partes advertidas, quanto à audiência de conciliação, que (a) o não comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; e (b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Na hipótese de requerente e requerido manifestarem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se ao CEJUSC. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ADELSON LIMA GONÇALVES (OAB 8175/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0609984-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: GRASIELA MARIA PINHEIRO SARMENTO - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dito isso, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) declarar a inexigibilidade da cobrança indevida e determinar o cancelamento da fatura no valor de R$-4.735,31 (quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos); b) condenar a requerida ao pagamento de R$-40.000,00 (quarenta mil reais) a título de indenização por danos morais, quantia que considero equivalente e suficiente para reparar o dano sofrido pelo demandante e punir a demandada por sua conduta antijurídica; c) condenar a requerida em custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Quanto ao dano moral,

incidirão sobre o valor correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0610086-29.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Antonio Sartunino da Silva - Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC, e determino o translado das peças juntadas nestes autos para o processo principal. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611094-80.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDVANIA BARBOSA OLIVEIRA RAGE (OAB 12244/AM), ADV: ADRIANE VIANA DE VASCONCELOS (OAB 13363/AM) - Processo 0613228-51.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônia Lucia Vieira Viana e outro - Assim, em decorrência da falta de citação, declaro extinto o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0615992-05.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM) - Processo 0617943-05.2014.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A. - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620507-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Lito Oliveira Farias - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pelo autor e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) declarar a inexigibilidade das cobranças indevidas e determinar o cancelamento das faturas dos dias 30/01/2015 e 05/02/2015 referentes à casa principal, unidade C-2, unidade C-3 e unidade C-4; do dia 27/02/2015 da casa principal, unidade C-1, unidade C-2, unidade C-3 e unidade C-4; do dia 19/03/2015 da unidade C-4 e do dia 31/03/2015 referentes à casa principal, unidade C-2, unidade C-3 e unidade C-4; b) condenar a requerida ao pagamento de R$-20.000,00 (vinte mil reais) a título de indenização por danos morais, quantia que considero equivalente e suficiente para reparar o dano sofrido pelo demandante e punir a demandada por sua conduta antijurídica; c) condenar a requerida em custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Quanto ao dano moral, incidirão sobre o valor correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0621731-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Posse - REQUERENTE: João Antonio Amorim de Souza - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0626908-69.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0631980-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S.a. - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0633275-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Valdeci Oseia da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JÚLIO JOAQUIM DE LIMA (OAB 5197/AM) - Processo 0637895-67.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: KEILA MOREIRA MAGALHAES - Dado o total abandono da causa, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641644-87.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0646459-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental - Vistos etc. O autor foi intimado para comprovar a necessidade de justiça gratuita, em 15 (quinze) dias. Não houve manifestação da parte no prazo concedido. Decido. Está claro nos presentes autos o descaso do requerente, que, mesmo após sua intimação para demonstrar sua hipossuficiência, não o fez no prazo devido, impedindo o prosseguimento da ação. Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0646467-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental - Vistos etc. O autor foi intimado para, em 15 (quinze) dias, comprovar a necessidade de justiça gratuita. Não houve manifestação da parte no prazo concedido. Decido. Está claro nos presentes autos o descaso do requerente, que, mesmo após sua intimação para comprovar sua hipossuficiência, não o fez no prazo devido, impedindo o prosseguimento da ação. Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0646542-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental - Vistos etc. O autor foi intimado para, em 15 (quinze) dias, recolher a primeira parcelas das custas iniciais. Não houve manifestação da parte no prazo concedido. Decido. Está claro nos presentes autos o descaso do requerente, que, mesmo após sua intimação para pagar as custas iniciais, não o fez no prazo devido, impedindo o prosseguimento da ação. Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO JOSE FORIN (OAB 128810/SP), ADV: RICARDO MARAVALHAS DE CARVALHO BARROS (OAB 165858/SP) - Processo 0655957-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Limitada - REQUERENTE: Eduardo Henrique Pavão e outro - REQUERIDO: Ricardo Anversa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: RONÉLIO CARDOSO DE LIMA (OAB 6432/AM) - Processo 0706525-49.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Daniel Arante da Silva Lira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pelo autor, confirmo a liminar concedida e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) declarar a inexigibilidade da cobrança indevida e determinar o cancelamento das fatura dos meses de agosto de 2009, dezembro de 2010, junho de 2011, julho de 2011, outubro de 2011 e novembro de 2011; b) condenar a requerida em custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0708231-67.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0708984-24.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0712894-59.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0714662-20.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência

no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: JOFFRE SILVA COULAMY (OAB 10653/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: THAÍS CAROLINE PIRES DE FIGUEIREDO (OAB 8295/AM) - Processo 0716847-31.2012.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Mário Cézar Marinho Lacerda e outro - REQUERIDO: Joaquim Sampaio de Negreiros Neto - INTSSADO: Jose Nonato de Almeida - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Adelson Lima Gonçalves (OAB 8175/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriane Viana de Vasconcelos (OAB 13363/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alfredo Gluck Young (OAB 1838/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Áureo dos Santos Monteiro (OAB 4987/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edvania Barbosa Oliveira Rage (OAB 12244/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 000.336/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB A336/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fernanda Costa da Silva (OAB 5511/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Homero Bellini Júnior (OAB 24304/RS)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João de Jesus Abdala Simões (OAB 792/AM)
JOFFRE SILVA COULAMY (OAB 10653/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Júlio Joaquim de Lima (OAB 5197/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 000.381/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lídia Barreto de Melo Moreira (OAB 98552/MG)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Lívia Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB 5113/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Maurício de Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Jose Forin (OAB 128810/SP)
Matheus Bonaccorsi Fernandino (OAB 88005/MG)
Mauriane Bezerra Teixeira (OAB 10009/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM)
Mônica Câmara de Alencar Brasil (OAB 13494/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Ricardo Maravalhas de Carvalho Barros (OAB 165858/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Ronélio Cardoso de Lima (OAB 6432/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thaís Caroline Pires de Figueiredo (OAB 8295/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Valter Camelo Xavier Filho (OAB 18971/MT)
Vitor Kikuda (OAB 424/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0605433-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Elayne Nascimento Silveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616312-89.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0073/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0240485-58.2009.8.04.0001 (001.09.240485-6) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0244529-52.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios NPL Ipanema III - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0258489-75.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO VASQUEZ RODRIGUEZ (OAB 195578/SP) - Processo 0605729-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Zb do Brasil Serviços de Instalação de Máquinas e Equipamentos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da certidão da oficiala de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0607830-21.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 691A/AM), ADV: ALAN SANTOS DE ALBUQUERQUE (OAB 6815/AM) - Processo 0612533-63.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Hélio Vicente de Matos e outro - REQUERIDO: José Airton Albuquerque - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0612592-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celso dos Santos Pedrosa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0615006-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Natalino Corrêa de Almeida - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0617427-43.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: PETROS - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que indique as diligências necessárias a fim de se consultar novo endereço via sistemas eletrônicos judiciais conveniados. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0621387-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adalberto Silva dos Santos - REQUERIDO: API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0623330-93.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: V. S. Ramos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerido para que se manifeste acerca da Petição de fls. 130, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623767-42.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pesquisas realizadas em fl.118-123. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta

de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0624005-22.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0624429-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Dilson Lima da Fonseca e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0624989-74.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625754-79.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM) - Processo 0627252-50.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Santa Terezinha - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0629675-12.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS (OAB 56526/MG), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0634212-51.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0635427-96.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio. Do mesmo modo, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0652424-52.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: EDUARDO REIS DE MENEZES (OAB 162449/RJ), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE - Processo 0654832-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação e Correção de Provas / Questões - REQUERENTE: Victor Martins de Lira - REQUERIDO: Instituto Brasileiro de Apoio e Desenvolvimento Executivo - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0657521-33.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

Alan Santos de Albuquerque (OAB 6815/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Bruno de Souza Cavalcante
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Cristian Mendes da Silva (OAB 691A/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Reis de Menezes (OAB 162449/RJ)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)

José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marco Antonio Vasquez Rodriguez (OAB 195578/SP)
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 56526/MG)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0074/2019

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: RODRIGO ALVES OMENA (OAB 6840/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM) - Processo 0612165-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Janderson Diniz Pereira Fernandes - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora Ltda. - Aliança Incorporadora Ltda. - A. Tavares Ferreira - ME e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0614130-96.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANTÔNIO CÉSAR SIMONETE CASTELO BRANCO (OAB 8858/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0618826-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Lara Gabrielle Teixeira Chagas e outro - REQUERIDO: Oliveira e Brito Construções Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: ANTONIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM), ADV: ANTÔNIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM) - Processo 0653872-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gabriela Diamantina Goellner - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Antônio César Simonete Castelo Branco (OAB 8858/AM)
Antonio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Antônio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Rodrigo Alves Omena (OAB 6840/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0044/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0200347-44.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Alzelita Monteiro de Souza - Vistos, Defiro o pedido de fl.364. Suspendo o feito pelo prazo de 6(seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1(um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art.921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0201510-20.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Luis Carlos dos Santos Pereira - homologo os cálculos apresentados pela autarquia s fls. 215/217, para reconhecer o crédito da Exequente em face da autarquia, no valor de R$ 1.349,33, nos termos do cálculo apresentado. Considerando tratar-se de autarquia federal, o valor do crédito se enquadra no termo “pequeno valor”, que equivale a 60 salários mínimos, nos termos do art. 17, §1º, da lei nº 10.259/2001. Nesse sentido, determino a intimação da autarquia para depósito em juízo da quantia de R$ 1.349,33, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da entrega da requisição, nos termos do art. 46 da Resolução nº 003/2014 do TJ/AM. A ordem de pagamento deve ser acompanhada de ofício com as informações e cópias dos documentos constantes no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do TJ/AM. Oficie-se ao Tribunal de Justiça via malote digital,

informando acerca da expedição e pagamento das obrigações de pequeno valor, acompanhada de relatório, nos termos do §1º, art. 46 da Resolução 003/2014 do TJ/AM. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0204497-68.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro o pedido de fl.169/170. Suspendo o feito pelo prazo de 6(seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1(um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art.921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP) - Processo 0239114-44.2018.8.04.0001 (processo principal 0227891-41.2011.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Am Card Administradora de Cartões S/C Ltda - Vistos, Indefiro o pedido de fl.36, isso porque a citação por edital não é medida automática. Devem ser empreendidas diligencias mínimas na busca do devedor e seu paradeiro, sendo a citação por edital relegada aos casos em que esgotadas as possibilidades de localização. Inteligência sa sumula 414 do STJ. Seguindo orientação do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e tomando por base determinações aprovadas recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça(CNJ), antes de determinar a citação por edital, deve-se buscar o endereço ou verificar o paradeiro do requerido por meio de convênios disponibilizados pelo Poder judiciário, como BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD. Assim, intime-se o Autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0241896-97.2013.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: ANTONIO CESAR DO NASCIMENTO - Considerando a possibilidade de concessão do efeito modificativo aos embargos de declaração, tempestivos, opostos em fls.166/167. Intime-se a parte embargada para que se manifeste sobre o seu teor, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 1.023, do CPC.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: HELVÉCIO FRANCO MAIA JUNIOR (OAB 76467/MG), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: HELVÉCIO FRANCO MAIA JUNIOR (OAB 77467/MG), ADV: ALESSANDRO MENDES CARDOSO (OAB 76714/MG) - Processo 0600234-78.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigações - REQUERENTE: Yara Priscila Merlo Ramirez - REQUERIDO: Fiat Automóveis S/A - Via Marconi Veículos Ltda. - FCA FIAT CHYSLER AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600237-72.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600571-04.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: LUANA MARIAH FIUSA DIAS (OAB 310617/SP), ADV: ANTONIO DONIZETI PEREIRA (OAB 234326/SP), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM) - Processo 0601761-75.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: F. G. Indústria e Comércio de Refeições Ltda - REQUERIDA: Brazil Mídia Ltda - Considerando a possibilidade de concessão do efeito modificativo aos embargos de declaração, tempestivos, opostos em fls.162/174. Intime-se a parte embargada para que se manifeste sobre o seu teor, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 1.023, do CPC.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602328-38.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro pedido de certidão de crédito, que ficará condicionado ao pagamento no valor de R$30,00(trinta reais) a primeira folha. Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603720-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603741-81.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro o pedido de fl.125/126. Suspendo o feito pelo prazo de 6(seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1(um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art.921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0604573-17.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - RH. Considerando que as informações cadastrais das empresas telefônicas não estão albergadas sob sigilo, bem como, inexistir comprovação nos autos, da recusa de tais empresas em fornecer os dados; Considerando ainda, que os sistemas do BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, são os sistemas mais completos e totalmente disponibilizados ao Poder Judiciário e respectivas partes; Considerando finalmente, que as empresas telefônicas já informaram reiteradamente ao TJ/AM que os dados cadastrais que possuem, não vinculam ENDEREÇOS, mas tão somente CPF dos clientes. Intime-se o autor para informar como deseja prosseguir com o feito.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0605453-72.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Empresarial Adrianópolis - R. H. Tendo em vista a petição e documentos colacionados às fls. 54/75, acolho o pedido de reconsideração de fls. 49/53 para deferir o pedido de gratuidade de justiça, que aproveitará apenas em relação às custas iniciais,

nos termos do art. 98, § 5º do CPC. Via de consequência, torno sem efeito o despacho de fls. 45/46. Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia da mesma, ou, para, no prazo de 15 (quinze) dias, opor-se à execução por meio de embargos. De logo, arbitro honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da dívida (Art. 827 do NCPC), devendo ficar ciente o executado que, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Intime-se o Requerente para realizar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, mediante boleto extraído diretamente do site oficial do TJAM. Comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0605754-53.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0606254-22.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: FERNANDO DENIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP) - Processo 0608215-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que de fato não houve a análise do pedido de citação via postal. Nessa esteira, considerando a possibilidade de citação pelo correio em ações de execução trazida pelo Novo CPC, bem como o disposto no art. 246, I do CPC, ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para tornar sem efeito apenas o último parágrafo do Despacho de fls. 56, permanecendo o restante da decisão inalterado, e determinar que a citação dos Executados se dê através da via postal. Expeçam-se cartas de citação, conforme requerido. Custas já recolhidas (fls. 53/55). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0608504-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco Jose de Aguiar - R.H. Inicialmente, defiro provisoriamente a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. Indefiro o pedido de tutela de urgência. Isso porque, para sua concessão faz-se necessário o preenchimento cumulativo dos requisitos autorizadores trazidos no art. 300, do CPC, quais sejam, o perigo de dano (periculum in mora) e a probabilidade do direito (fomus boni juris). Ademais, não deve haver perigo de irreversibilidade da decisão. De pronto, verifico que pedido carece de elementos fáticos mínimos que evidenciem a probabilidade do direito do autor. Pois, para a concessão imediata, em sede de cognição sumária, a prova dos fatos deve ser robusta. Entretanto, no presente caso é necessário maior lastro probatória, já que a questão envolve quatro requeridos e a própria narração dos fatos é confusa, sendo necessário o aprofundamento da cognição. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM) - Processo 0610521-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Logic Pro Serviços de Tecnologia da Informação Ltda - Vistos, Trata-se de Ação de Execução fundada em contrato de prestação de serviços. Ocorre que, ao contrário do que afirma o autor, o Termo de Alteração de Plano de fls. 17/21 em que fundamenta sua ação, não se enquadra no rol de títulos executivos extrajudiciais, não possuindo força executiva, uma vez que não contém a assinatura de duas testemunhas, portanto, não preenchendo os requisitos do art. 784, III do CPC. Dessa forma, o exequente descumpre o requisito principal da execução, que é seu aparelhamento com o título extrajudicial, que é um requesito de toda execução, nos termos do art. 798, I, “a” do CPC Todavia, a ausência do título não impede o autor de, querendo, emendar sua inicial, conforme o procedimento adequado. Verifico, ainda, que o autor não efetuou o recolhimento das custas iniciais. Sendo assim, INTIME-SE o autor para efetuar o recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC. INTIME-SE o Autor, ainda, para no mesmo prazo, emendar a inicial devendo adequa-la à ação própria cabível, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, CPC.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0610529-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Marcio de Oliveira Moraes - Vistos, etc Trata-se de Ação Revisional com Pedido de Tutela de Urgência, proposta por Marcio De Oliveira Moraes contra Banco Santander (Brasil) S.A. Contudo, em consulta ao sistema SAJ, verifico a existência de ação de Busca e Apreensão, processo nº 0614377-09.2018.8.04.0001, em trâmite na 5ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho. Tratam-se de demandas com as mesmas partes, e mesmo objeto (contrato). Sendo assim, face a conexão entre as causas, bem como a prevenção do juízo da 5ª Vara Cível, nos termos dos arts. 58 e 59 do CPC, uma vez que a busca e apreensão foi distribuída em 11/04/2018, enquanto a presente revisional foi distribuída em 07/03/2019, hei por bem determinar a remessa do feito para à Distribuição, a fim de reunir as demandas no mesmo juízo, até mesmo com o fito de evitar decisões conflitantes ou contraditórias, conforme o disposto no art. 55, §§1º e 3º do CPC. Isto posto, declino da minha competência para presidir o feito em favor da 5ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho. Remetam-se os autos à Distribuição.

ADV: JOSÉ CARLOS GARCIA PEREZ (OAB 104866/SP) - Processo 0610586-95.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Jsl Arrendamento Mercantil S.a - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário

na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0610638-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: L. J. Guerra & Cia. Ltda. - R.H. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 175.344,58 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC. Intime-se o autor para efetuar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJAM.

ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM), ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM) - Processo 0611183-06.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - RECLAMANTE: ANGELA MARIA FREIRE BRAZ - Vistos, Considerando que a Impugnação ao Cumprimento de Sentença discute sobre o índice a ser aplicado nos juros moratório e na correção monetária, decorrentes de condenação contra a fazenda pública. Considerando ainda, que o tema foi afetado com sistemática de repercussão geral no Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema n. 810) e que houve suspensão dos efeitos de decisão proferida, a qual aguardará manifestação do plenário do STF, que se encontra com julgamento pautado para 20.03.2019. Considerando por fim, os termos do art. 927, III do CPC, determino a suspensão do processo até julgamento do plenário do STF, do Recurso Extraordinário n. 870.947. Intimem-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0611472-02.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A. - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DE MORAES TEIXEIRA NETO (OAB 3986/AM) - Processo 0611481-66.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Prince Bike Norte Ltda e outros - Vistos, Analisando os autos verifico que até o momento autor não se manifestou sobre a petição de fls.363/364. Porém, requer a pesquisa no sistema BACENJUD. Portanto, ratifico despacho de fls.445, no sentido de intimar o autor para se manifestar sobre a petição do requerido.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0611595-97.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0613453-37.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: DIEGO LUCAS MACEDO PEREIRA (OAB 7928/AM) - Processo 0613767-17.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Super Terminais Comércio e Indústria Ltda - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: WANDERLANN VIEIRA DE SOUZA (OAB 585/AM) - Processo 0618155-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Luis Gonzaga - REQUERIDO: Jose Pinto dos Reis - Mario Geraldo Pereira da Mota - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487,I do CPC, para reconhecer o direito de propriedade em favor do Autor do imóvel situado na Quadra F, lote 19, Bairro Novo Israel, medindo de frente 80 metros por 120 de fundos, perfazendo um total de 13.077.29m2, limitando-se ao Norte e ao Oeste com terras devolutas; a Leste com o Picado do Rio Branco, ao Sul com Germiniano Alves de Oliveira. Esclareça-se o imóvel encontra-se Matriculado sob o n.º R/02/31488, Livro n.º 2, Registro Geral do Cartório de Registros de Imóveis e Primeiro de Letras (Primeiro Ofício). Expeça-se Carta de Adjudicação, após o Autor efetuar o pagamento do ITBI- Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e emolumentos perante o Cartório de Registro de Imóveis. Condeno o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais) e custas processuais. Transcorrido in albis, dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0618164-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Conversão - REQUERENTE: Jose Roberval Ferreira Carvalho - Vistos, Considerando o ofício (fl. 184) e documentos (fls.185/186) onde o INSS informa o descumprimento da sentença, uma vez que concedeu benefício mais benéfico para o autor, ou seja, aposentadoria por invalidez. Dê-se vista ao Autor, no prazo de cinco dias. Decorrido o prazo sem manifestação, proceda-se a baixa e arquive-se.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0619045-57.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Vistos, Indefiro o pedido de expedição de ofício, em razão da falta de efetividade das medidas, que não irão satisfazer a execução, sendo desnecessária a intervenção judicial nesse sentido. Além disso, os sistemas do BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, são os sistemas mais completos e totalmente disponibilizados ao Poder Judiciário e respectivas partes. Intime-se o autor para informar como deseja prosseguir com o feito.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA

(OAB 109730/MG) - Processo 0619799-33.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Geilda Gomes Coutinho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Remeto os autos a contadoria para atualização do cálculo de custas finais.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0623798-91.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0625052-02.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0625140-74.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: CRISTIAN VIANA COSTA - Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS, pois não existe omissão, obscuridade e contradição razão pela qual a mantenho tal como está lançada. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0625997-86.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0626656-95.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0626766-65.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de fl.130. Suspendo o feito pelo prazo de 6(seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1(um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art.921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE) - Processo 0628817-78.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629670-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0632697-10.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condominio Bem Viver Total Ville Vida Nova - Vistos, Analisando os autos verifico que o autor solicitou pesquisa no sistema INFOJUD, para encontrar bens passiveis de penhora, conforme petição de fls.153. Portanto, Intime-se o autor para informar como deseja prosseguir com o feito.

ADV: FÁBIO OLIVEIRA DUTRA (OAB 292207/SP) - Processo 0633691-09.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Porto Seguro - Portoeg S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633909-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0635633-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Bb Leasing S.a - Arrendamento Mercantil - Vistos, Informo que o resultado da pesquisa se encontra nas fls.162.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0643281-44.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 08 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0644675-81.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos, Indefiro o pedido de arresto executivo na conta dos requeridos, uma vez que não foram citados. Além disso, antes de requerer qualquer medida constritiva, o autor deve diligenciar a fim de buscar o endereço ou verificar o paradeiro do requerido por meio de mandado e de convênios disponibilizados pelo Poder judiciário, como BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Caso os requeridos não sejam encontrados nos endereços informados

pelos sistemas e for incerto ou desconhecido o endereço dos requeridos, o autor pode requerer citação por edital. Assim, intime-se o Autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0660953-60.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Cfy Diagnostico Por Imagem Ltda - Vistos, Defiro pedido de suspensão do processo pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
ALESSANDRO MENDES CARDOSO (OAB 76714/MG)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Donizeti Pereira (OAB 234326/SP)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Diego Lucas Macedo Pereira (OAB 7928/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Oliveira Dutra (OAB 292207/SP)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernando Denis Martins (OAB 182424/SP)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helvécio Franco Maia Junior (OAB 76467/MG)
Helvécio Franco Maia Junior (OAB 77467/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Carlos Bezerra da Silva (OAB 6262/AM)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Antônio de Moraes Teixeira Neto (OAB 3986/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Garcia Perez (OAB 104866/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Luana Mariah Fiusa Dias (OAB 310617/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Wanderlann Vieira de Souza (OAB 585/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0045/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0202629-55.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Considerando que a citação do requerido na fase de conhecimento se deu por edital, DEFIRO o pedido de intimação por edital para que o requerido pague voluntariamente o valor da condenação. A expedição do edital ficará condicionado ao pagamento no valor de R$17,14(dezessete reais e quatorze centavos). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0224165-93.2010.8.04.0001 (001.10.224165-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Defiro o pedido de fl.325. Suspendo o feito pelo prazo de 6(seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1(um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art.921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0600548-97.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: LUIS ANTONIO DE MELO GUERREIRO (OAB 322489SP) - Processo 0602947-31.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: HJ SANTA FÉ COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Indefiro pedido de pesquisa no sistema RENAJUD e INFOJUD, em razão do curto período de tempo em relação a última pesquisa.

Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0611016-23.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/ ERIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0613323-42.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Itapeva Vii Multicarteira Fundo de Ivestimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 10(dez) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0616576-09.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Indefiro o pedido de SIEL, uma vez que a requerida é pessoa juridica o que impossibilita a realização da pesquisa. Intime-se o exequente para informar como deseja prosseguir com o feito.

ADV: ÁLVARO RÉGIS DE MENEZES JÚNIOR (OAB 8899/AM) - Processo 0618024-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Francisco José de Almeida - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II), uma vez que já foi apresentado laudo pericial e manifestação das partes. Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0624802-95.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0624963-47.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0626524-43.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 20 (vinte) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0628637-96.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Indefiro o pedido de oficio ao DETRAN, uma vez que não há efetividade na medida visto que a restrição resulta de alienação fiduciária, o que impossibilita a penhora dos veiculos. Portanto, intime-se o autor para informar como deseja prosseguir com o feito.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629207-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0632720-87.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641621-78.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro pedido de expedição de edital que ficará condicionado ao pagamento no valor de R$17,14 (dezessete reais e quatorze centavos). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0702804-89.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Triângulo S/A - Vistos, Defiro pedido de dilação de prazo por 30 (trinta) dias.

Álvaro Régis de Menezes Júnior (OAB 8899/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Luis Antonio de Melo Guerreiro (OAB 322489SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)

Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROSSELBERTO HIMENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADILSON JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2019

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: MÁRCIA VARANDA GAMBELLI (OAB 203955/SP), ADV: LUIZ ANTONIO GAMBELLI (OAB 25308/SP), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0224143-98.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Henrique Camargo da Silva - Valéria Salazar - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - LITSPASSIV: Sociedade Hospital Samaritano - R.Hoje. Por haver este Juízo realizado o que lhe competia tendo devidamente já esgotado as suas atribuições processuais e estando as custas processuais devidamente recolhidas,conforme certidão da contadoria de fls.586, determino a baixa e arquivamento com as devidas cautelas. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0609886-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alberto Pinheiro de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamento-bmc - Isto posto, DEFIRO o pedido de Tutela de Urgência para determinar a SUSPENSÃO dos descontos mensais, no valor de R$ 362,90, realizados no contracheque da autora, sob a descrição "BANCO BMC S/A -, EMP", no prazo de 72 horas, até o deslinde da demanda ou fato superveniente relevante, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitados a 30 dias/multa. Defiro o pedido de gratuidade de justiça integral, uma vez que restou comprovada a condição de hipossuficiente do autor. EXPEÇA-SE mandado de citação/intimação para cumprimento da liminar. Após, REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE o requerido (a) para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0609929-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Jose dos Santos Alves - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Isto posto, DEFIRO o pedido de Tutela de Urgência para determinar a SUSPENSÃO dos descontos mensais, realizados no contracheque da autora, sob a descrição "BONSUCESSO CARTÃO / OLÉ BONSUC CARTAO (cod. 6076/6132)", no prazo de 72 horas, até o deslinde da demanda ou fato superveniente relevante, bem como defiro a ABSTENÇÃO de inclusão do nome da Requerente nos cadastros do SERASA e SPC, referente ao débito objeto da lide sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitados a 30 dias/multa. Defiro o pedido de gratuidade de justiça, que aproveitará apenas em relação às custas iniciais, nos termos do art. 98, § 5º do CPC. INTIME-SE o Autor para pagar as custas do Oficial de Justiça. Após, comprovado o pagamento, EXPEÇA-SE mandado de citação/intimação para cumprimento da liminar. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM) - Processo 0610404-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Priscila Vanessa Sena Neves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, DEFIRO o pedido de Tutela de Urgência para determinar a SUSPENSÃO dos descontos mensais realizados no contracheque da autora, sob a descrição "BMG CARTÃO / BMG CARTÃO 10 (cod. 5887/6306)", referentes ao empréstimo objeto da lide no prazo de 72 horas, até o deslinde da demanda ou fato superveniente relevante, bem como defiro a ABSTENÇÃO de inclusão do nome da Requerente nos cadastros do SERASA e SPC, referente ao débito objeto da lide sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitados a 30 dias/multa. Defiro o pedido de gratuidade de justiça integral, uma vez que restou demonstrada a condição de hipossuficiência da autora. EXPEÇA-SE MANDADO de Intimação para cumprimento da liminar. Após, REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE o requerido (a) para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC). Considerando ainda a relação de consumo, INTIME-SE o Requerido para juntar aos autos, quando da Contestação, a cópia do contrato firmado entre as partes.

ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM) - Processo 0613287-39.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ovidio Ferreira das Neves - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Dessa forma, entendo que o presente processo é via inadequada para o pedido. Por isso, INDEFIRO, o pedido de fls. 217/219. Intimem-se. Após o decurso do prazo sem manifestação recursal, proceda-se a baixa e arquive-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0616067-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eloi Reis da Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, etc Considerando que não houve condenação da autarquia no presente feito. Considerando ainda, que a autarquia não recolheu honorários perícias, dou por prejudicado o pedido de fls. 66/68, por evidente falta de interesse. Intimem-se. Após arquivem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620544-42.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rosinete da Silva e Souza - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Considerando que a requerida está sendo representada pela Defensoria Pública, ratifico o despacho de fls.79. Intime-se a requerida para pagar voluntariamente o valor da condenação.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0622861-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Trebor Construcoes e Comercio Ltda. - RUI SIQUEIRA NUNES - Robealder Almeida Nunes - Vistos, etc Indefiro, o pedido de liberação do valor de R$ 10.000,00 (dez mil) reais, para o Executado Rui Siqueira Nunes, uma vez que a nulidade de citação não foi reconhecida e não houve acordo entre as partes, conforme decisão de fls. 272/273 e Termo de Audiências de fls. 282/283 e petição do Exequente de fls. 286. Ademais, promessa de acordo é evento futuro e incerto, sem qualquer força jurídica capaz de manter a execução suspensão por tempo indeterminado, ou ainda, determinar a devolução de valores penhorados, regularmente, ao executado. Por isso, determino, o levantamento do valor R$ 10.000,00, em favor do exequente. Expeça-se alvará mediante pagamento da custas. Intime-se o Exequente para pagamento, bem como para informar como pretende prosseguir no feito. Após, dê-se vista ao executado sobre a planilha de débito de fls. 287/282.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: LARISSA VANZIN (OAB 804A/AM) - Processo 0625624-21.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Condominio Privilege Club Residence

- REQUERIDO: Nova Recife Empreendimentos Ltda - Vistos, etc.. Considerando que o acordo foi realizado antes da sentença de mérito, aplico ao feito a dispensa do pagamento conforme art.90 do CPC. Proceda-se a baixa e arquivamento Manaus, 01 de março de 2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0626700-17.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Silvio Antônio Bezerra Batista - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Dessa forma, DEFIRO, o pedido de restabelecimento do benefício desde a data da cessação (11/09/2017), pelo prazo estimado de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da efetiva implantação. Intime-se o INSS, se manifestar sobre os cálculos das competências atrasados de fls. 144/145, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: NÚBIA RAFAELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 11439/AM) - Processo 0630703-83.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDA: ROSICLEIDE VIEIRA LIMA - Vistos, etc Trata-se de IMPUGNAÇÃO apresentada as fls. 180/183, por Aymoré Crédito F. E Investimento S.A., sob alegação de inexigibilidade do título. Em síntese, afirma que a cobrança da multa é indevida, pois cumpriu a determinação judicial tempestivamente. Esclarece que a decisão geradora da multa é data de 19.07.2017 (fls. 137), e que procedeu a retirada do nome da Exequente do SERASA no dia 25.07.2017, conforme docs. Ressalta que a expedição de ofício ao SERASA se deu apenas para comprovar a efetiva retirada, que já havia ocorrido. Afirma que a Exequente tenta induzir este juízo a erro, pois as fls. 146/147, confirma que a exclusão do SERASA foi efetivada e requer apenas baixa do protesto. Ao final, requer o acolhimento da impugnação para reconhecer a inexigibilidade do título e a improcedência da impugnação, nos termos do art. 525, III do CPC. MANIFESTAÇÃO DA EXEQUENTE as fls. 190/194, onde afirma que os embargos devem ser rejeitados liminarmente por não ter apontado valor correto ou apresentado demonstrativo de débito, nos termos do art. 917, §4º do CPC. Quanto ao mérito, alega em síntese que cumpriu sua parte do acordo, mas o banco não, pois apesar de ter assumido o compromisso de excluir o nome da autora dos cadastros de inadimplentes de forma expressa, não efetivou, o que dá ensejo a aplicação de multa e sua respectiva cobrança pela via judicial. Em razão disso, requer o acolhimento da preliminar para extinção dos embargos, ou, subsidiariamente, a improcedência da ação pelos motivos expostos. É o relatório. Decido. Inicialmente, não é caso de rejeição liminar dos embargos. Primeiro, porque não se trata de embargos á execução, mas sim, de mera impugnação. Segundo, a impugnação tem como única matéria de defesa a inexigibilidade do título, que é matéria de ordem pública, passível de apreciação qualquer grau de jurisdição ou até mesmo de ofício. Isso porque, a exigibilidade tem haver com a certeza, liquidez e exigibilidade do título, nos termos do art. 525, III do CPC. Pois bem, quanto ao MÉRITO, entendo que o impugnante tem razão. Isso porque, verifico que a decisão que ensejou a cobrança de multa foi cumprida tempestivamente. Logo, não há que se falar em cobrança de multa. Nesse sentido, a multa cobrada advém do descumprimento da decisão de fls. 134, especialmente a parte que diz: (...) Isso posto, chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 175/176, para reconhecer a inexigibilidade do título e determinar a extinção da execução, nos termos do art. 525, III do CPC

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Larissa Vanzin (OAB 804A/AM)
Luiz Antonio Gambelli (OAB 25308/SP)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Márcia Varanda Gambelli (OAB 203955/SP)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Núbia Rafaela Silva de Oliveira (OAB 11439/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0600139-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seção Cível - REQUERENTE: Maria Cidalia Lira Paiva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC) - Processo 0603678-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/a, Financiamento e Investimento - De ordem, intimo a parte requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. (art. 485, III, do CPC).

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0619683-27.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDO: Jayme Benchaya Marinho - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634377-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curadora especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: MÁRCIA DE SELES BRITO (OAB 271961/SP), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: FERNANDA GABRIELLA FERREIRA E SILVA (OAB 9442/AM) - Processo 0203995-37.2009.8.04.0001/01 - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Caloi Norte S/A - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre os documentos juntados às fls. 140/144, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE (OAB 229A/AM) - Processo 0607978-32.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria Lucia da Silva Ramalho - Vistos e examinados. Tendo em vista a renúncia comunicada às fls. 314/315, aguarde-se o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Requerida constitua novo patrono, nos termos do § 1.º do art. 112 do CPC. Após o decurso do prazo, caso a parte Requerida não faça a nomeação, INTIME-A, eletronicamente, tendo em vista está cadastrada no sistema de intimações eletrônicas, nos termos do parágrafo único do art. 111 do CPC. Por oportuno, DETERMINO a suspensão dos presentes autos, nos termos do art. 76, caput do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Affimar Cabo Verde (OAB 229A/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (OAB 9442/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Márcia de Seles Brito (OAB 271961/SP)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: OLAVO CESAR CASTRO MENDES (OAB 513/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0202110-22.2008.8.04.0001 (001.08.202110-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM - Verifica-se que a Executada fora citada na audiência de conciliação, conforme termo à fl. 54. Logo, não há que se falar em diligências visando a citação. Consequentemente, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito ato ordinatório de fl. 99. Por oportuno, tendo em vista a penhora do imóvel à fl. 38, determino sua avaliação. INTIME-SE a parte Exequente para recolher as custas da diligência do Oficial de Justiça no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a comprovação nos autos, expeça-se mandado de avaliação para o endereço constante no auto de penhora, à fl. 38. Encaminhem-se os autos à Secretaria para certificar quanto ao prazo para pagamento ou apresentação de embargos à execução. Cumpra-se.

ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM) - Processo 0208797-29.2019.8.04.0001 (processo principal 0606613-35.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wilson Miranda Lima - REQUERIDO: Carril e Rocha Ltda Me (Portal do Zacarias) - Tratam-se os autos de petição interposta equivocadamente como se ação fosse, não preenchendo, portanto, os requisitos constantes no art. 319 do CPC, bem como os pressupostos de existência e validade processual. Portanto, não há razão para o andamento destes autos, impondo-se ao caso a aplicação do art. 485, I e IV do CPC, devendo, a parte interessada, peticionar corretamente nos autos principais (n.º 0606613-35.2019.8.04.0001), observando o prazo lá assinalado. Determino o arquivamento definitivo destes autos, com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: RENATO MEDEIROS DE CARVALHO (OAB 9105/AM) - Processo 0208918-57.2019.8.04.0001 (processo principal 0620477-14.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: André Luiz Carone Gomes - Tratam-se os autos de petição interposta equivocadamente como se ação fosse, não preenchendo, portanto, os requisitos constantes no art. 319 do CPC, bem como os pressupostos de existência e validade processual. Portanto, não há razão para o andamento destes autos, impondo-se ao caso a aplicação do art. 485, I e IV do CPC, devendo, a parte interessada, peticionar corretamente nos autos principais (n.º 0620477-14.2017.8.04.0001), observando o prazo lá assinalado. Determino o arquivamento definitivo destes autos, com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: ELOI CONTINI (OAB 51764/BA), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0209033-78.2019.8.04.0001 (processo principal 0627952-60.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ativos S.A Securitizadora de Créditos Financeiros - Banco do Brasil S/A - V. K. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (INSIDE INFO IMPORTS) - Tratam-se os autos de petição interposta equivocadamente como se ação fosse, não preenchendo, portanto, os requisitos constantes no art. 319 do CPC, bem como os pressupostos de existência e validade processual. Portanto, não há razão para o andamento destes autos, impondo-se ao caso a aplicação do art. 485, I e IV do CPC, devendo, a parte interessada, peticionar corretamente nos autos principais (n.º 0627952-60.2013.8.04.0001), observando o prazo lá assinalado. Determino o arquivamento definitivo destes autos, com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: SCOTY DE SOUZA DINIZ (OAB 12424/AM) - Processo 0209093-51.2019.8.04.0001 (processo principal 0608268-76.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel dos Santos Rocha - Tratam-se os autos de petição interposta equivocadamente como se ação fosse, não preenchendo, portanto, os requisitos constantes no art. 319 do CPC, bem como os pressupostos de existência e validade processual. Portanto, não há razão para o andamento destes autos, impondo-se ao caso a aplicação do art. 485, I e IV do CPC, devendo, a parte interessada, peticionar corretamente nos autos principais (n.º 0608268-76.2018.8.04.0001), observando o prazo lá assinalado. Determino o arquivamento definitivo destes autos, com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 178033/SP), ADV: IRMA REISDORFER (OAB 49818/PR), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0223951-05.2010.8.04.0001 (001.10.223951-8) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Reporto-me ao pedido de fls. 318/321, no qual a parte Exequente requer a penhora de vencimentos mensais da parte Executada até a liquidação do crédito exequendo. Pois bem. Ainda que seja facultado ao Exequente a indicação de bens à penhora, a ordem legal para tal procedimento, estabelecida pelo art. 835, do CPC, observará preferencialmente: "Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: I - dinheiro em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; II - títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado; III - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; IV - veículos de via terrestre; V- bens imóveis; (...) grifo meu." Destarte, a fim de evitar qualquer futura alegação de nulidade, DETERMINO o bloqueio

de bens via BacenJud em nome do Executado Jerre Augusto Rodrigues. Ressalta-se que as diligências em questão está sujeitas ao recolhimento de custas, razão pela qual, INTIME-SE a parte Exequente para proceder o pagamento das custas, nos termos da Portaria 116/17 - PTJ, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do número do processo e comprovação nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Por oportuno, INTIME-SE o Exequente para promover diligências visando a citação do Executado Antônio Victor Ramos Marques ou indique novo endereço no prazo de 10 (dez) dias. MANIFESTAR-ME-EI acerca do pedido de penhora de vencimentos em momento oportuno. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0246692-58.2018.8.04.0001 (processo principal 0230426-11.2009.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: BPA Construções e Comércio LTDA. - Tratam-se os autos de petição interposta equivocadamente como se ação fosse, não preenchendo, portanto, os requisitos constantes no art. 319 do CPC, bem como os pressupostos de existência e validade processual. Portanto, não há razão para o andamento destes autos, impondo-se ao caso a aplicação do art. 485, I e IV do CPC, devendo, a parte interessada, peticionar corretamente nos autos principais (n.º 0230426-11.2009.8.04.0001). Determino o arquivamento definitivo destes autos, com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: JOSÉ FRANCISCO LIMA PESSOA (OAB 1897/AM), ADV: LUIZ ROBERTO STAMATIS DE ARRUDA SAMPAIO (OAB 50881/SP) - Processo 0247090-05.2018.8.04.0001 (processo principal 0247401-74.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: JOSÉ ROBERTO PINTO SERRÃO - Tratam-se os autos de petição interposta equivocadamente como se ação fosse, não preenchendo, portanto, os requisitos constantes no art. 319 do CPC, bem como os pressupostos de existência e validade processual. Portanto, não há razão para o andamento destes autos, impondo-se ao caso a aplicação do art. 485, I e IV do CPC, devendo, a parte interessada, peticionar corretamente nos autos principais (n.º 0247401-74.2010.8.04.0001), observando o prazo lá assinalado. Determino o arquivamento definitivo destes autos, com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: WELLINGTON AUGUSTO DE PAULA E SOUZA (OAB 4534/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: SAULO ROCHA VERAS (OAB 5007/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM) - Processo 0333468-47.2007.8.04.0001 (001.07.333468-6) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonilda Gonçalves da Silva - REQUERIDO: Hospital Maternidade e Laboratório Fleming Ltda e outros - De ordem, intimo os Executados para pagarem voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os Executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0600751-93.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - A Ação de Execução deve ser julgado extinta. De acordo com os elementos constantes nos autos houve total pagamento do valor pleiteado nesta demanda, o que gera a extinção da obrigação. Ante o exposto, JULGO EXTINTO a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Custas pagas (fl. 18). DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0603040-96.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0600935-49.2013.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Restaurante Jorge do Peixe ME e outro - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM) - Processo 0603701-65.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Ieda Maria Magalhães Santos - Em que pese a alegação da Requerente em fls. 20/21, existem outros documentos a serem juntados como meio de comprovação da necessidade de concessão dos benefícios da justiça gratuita, dessa maneira, intime-a para que junte: a) os três últimos contracheques e; b) extratos bancários, se houverem. Prazo de dez dias. Cumpra-se.

ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0604844-60.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Antônio Diniz de Souza - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0608229-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Jose Alberto Balbi de Carvalho - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita, ressaltando que a mesma não ficará isenta do pagamento referente as despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. Em detrimento da Portaria n. 2183/2016 - PTJAM e Termo de Cooperação n.º 012/2017-TJ, REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para as providências inicias de processos relativos às ações previdenciárias ou seguro obrigatório DPVAT. Cumpra-se

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0608242-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinados. Estando devidamente comprovado o inadimplemento do devedor, CONCEDO liminarmente a busca e apreensão do bem descrito na Inicial, ordenando a expedição do competente Mandado para os fins explicitados. Após, CITE-SE o Réu, para no prazo do art. 3.º, § 2.º, do Decreto Lei n.º 911/69, pagar a integralidade da dívida ou oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o § 3.º do referido Decreto (alterado pela Lei n.º 10.931 de 02 de agosto de 2004). Conste ainda no mandado que, para efeitos da purgação da mora, deverão ser pagas as parcelas vencidas e vincendas. Diligências conforme o art. 212 e parágrafos do CPC. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo sistema RenaJud. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Réu, mediante pagamento da diligência, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do Réu via BacenJud/RenaJud/InfoJud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EMANUEL ANDERSON DA COSTA MARTINS (OAB 47748PR), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0611531-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Deocidio de Souza Costa - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Vistos e

examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: LARISSA LOBATO CASTRO (OAB 9349/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0611981-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jeferson Ribeiro de Souza - REQUERIDO: GONDER INCORPORADORA LTDA e outro - Da análise dos autos, verifica-se que fora prorrogado o período de suspensão, no processamento da Recuperação Judicial da Requerida, por mais 180 (cento e oitenta) dias. Diante disso, DETERMINO a suspensão destes autos até o fim do referido prazo, devendo a parte Exequente, independentemente de nova intimação, promover o prosseguimento desta demanda. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0617346-36.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0617777-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Cesar Pinheiro Reis - Reporto-me ao pedido de fls. 77/78 em que a parte Autora reitera o pedido de concessão de tutela de urgência, tendo em vista que este juízo se acautelou de decidí-lo inicialmente (fl. 61). Pois bem. Verifica-se que o Requerente não trouxe à baila novos argumentos suficientes pra modificar a referida decisão, mantendo o entendimento de que é necessário o contraditório para melhor apreciação da liminar e segura prestação jurisdicional final. Diante do exposto, MANTENHO a decisão de fl. 61. Oportunamente, INTIME-SE a Requerente para proceder com o pagamento das despesas postais de citação, visto que o polo passivo é composto por duas Requeridas e, às fls. 79/81, consta o comprovante do valor de apenas uma carta. Após, com a devida comprovação nos autos, EXPEÇA-SE cartas de citação. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0620249-39.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0629701-73.2017.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Wagner Jose Naveca Alecrim - Compulsando os autos, verifico que a minuta juntada às fls. 135/137 não possui assinatura física ou digital da parte Autora. Dessa forma, INTIMEM-SE as partes para que apresentem o acordo extrajudicial com a assinatura de ambas as partes, seja ela física ou digital, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, cumprida a diligência, retornem os autos conclusos para homologação do acordo. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ANTÔNIO DA SILVA JÚNIOR (OAB 11811/AM), ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0623560-38.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro de Educação do Saber - Diante do exposto, entendo que a dívida que surge de um contrato de prestação de serviço educacional aos filhos pertence aos cônjuges, havendo solidariedade entre eles. Assim sendo, DEFIRO o pedido de inclusão da Sra. Cláudia Matos de Barros Medeiros no polo passivo desta execução. INTIME-SE a parte Exequente para recolher as custas da diligência do Sr. Oficial de Justiça no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a comprovação nos autos, EXPEÇA-SE mandado de citação na forma do art. 829 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: LUDMILLA MIGLIO CONDE RODRIGUES COSTA (OAB 12298/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0632652-40.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aylz Rodrigues da Costa - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - DECIDO. A execução deve ser julgada extinta. De acordo com os elementos constantes nos autos houve total pagamento de valor objeto de execução, o que gera a extinção da obrigação. Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Em ato contínuo, DETERMINO a expedição de Alvará Judicial em favor da parte Exequente para os seus devidos fins. Por fim: I) INTIME-SE o Executado para proceder o pagamento das custas processuais à fl. 395, no prazo de 10 (dez) dias. II) Não ocorrendo pagamento voluntário, DEFIRO desde já o bloqueio de ativos financeiros via Sistema BacenJud. III - Neste caso, independente de nova intimação, o Executado terá 05 (cinco) dias para oferecer resposta, nos moldes do art. 854, § 3.º do CPC, a contar da data do bloqueio. IV - Na hipótese de não haver manifestação da parte Requerida/Executada no prazo estabelecido, com base no art. 854, § 5.° do CPC, DETERMINO a conversão da indisponibilidade em penhora e a transferência do montante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à conta vinculada a este Juízo, com a consequente liberação do Alvará em favor do Cartório para os seus devidos fins. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com as cautelas legais. Intime-se Cumpra-se.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM), ADV: LEONARDO FRANCISCO RUIVO (OAB 203688/SP), ADV: ANNA LUIZA BANDEIRA GUIMARAES MARÇAL (OAB 295620SP), ADV: HELLEN DA SILVA LIMA DE FREITAS (OAB 10961/AM) - Processo 0632912-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jackson Tavares Aquino - REQUERIDO: Jac Motors do Brasil Automóveis S/A - BRN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA e outros - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o ato ordinatório de fl. 240, posto que Jac Motors do Brasil Automóveis S/A e BRN Distribuidora de Veículos Ltda são pessoas jurídicas distintas e, conforme se vê às fls. 158/239, apresentaram contestação nestes autos. À vista disso, determino a exclusão da Jac Motors do Brasil BRN Distribuidora de Veículos Ltda. Encaminhem-se os autos à Secretaria para que certifique a tempestividade da contestação apresentada e exclua a parte mencionada no parágrafo anterior do polo passivo desta demanda. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM), ADV: SABRIANE GUEDES DA SILVA (OAB 9254/AM) - Processo 0635077-45.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: LUANA LYLAMANE DE SOUZA E SOUZA - RAIMUNDA DE SOUZA E SOUZA - Em análise do caderno processual, verifico que a intimação para pagamento voluntário do débito deu-se no mesmo endereço onde o Requerido foi citado na fase de conhecimento, todavia, consta, no aviso de recebimento de fl. 252, o motivo de devolução “mudou-se”. Pois bem. Cediço que, nos termos do parágrafo único do art. 274 do CPC, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada dos autos do comprovante de entrega de correspondência no primitivo

endereço. Ademais, o § 3.º do art. 513 do CPC prevê que a intimação do devedor para pagamento voluntário do débito também deve observar o referido dispositivo, razão pela qual, CHAMO o processo a ordem para tornar sem efeito o Ato Ordinatório de fl. 253, considerando válida a intimação do Executado realizada à fl. 252, com o consequente prosseguimento do feito. Por oportuno, INTIME-SE a Exequente para apresentar o valor do crédito atualizado, bem como para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0639410-98.2018.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Liminar - REQUERENTE: C.F.B.C. - Ante o requerimento de fl. 24, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se a baixa.

ADV: SILAS AYRTON VINHOTE DE SOUZA (OAB 10035/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0641549-91.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0607046-10.2017.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Rc Recebíveis Ltda - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de de endereço nos sistemas conveniados InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta em nome do Executado São Jorge Transporte Especiais S/A.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0641844-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR que o Requerido se abstenha de realizar novos descontos no benefício previdenciário da Requerente, até ulterior decisão. FIXO a multa de um mil reais, por desconto realizado, para o caso de descumprimento da liminar, limitada a vinte vezes, a qual poderá ser majorada caso demonstrar-se insuficiente ao propósito coercitivo a que se destina. DEFIRO à Requerente os benefícios da justiça gratuita, ressaltando que a mesma não ficará isenta do pagamento referente as despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. DEFIRO ainda a inversão do ônus da prova na forma do CDC. CITE-SE/INTIME-SE o Requerido para oferecer Contestação no prazo legal, bem como para cumprimento da liminar. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM), ADV: GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA (OAB 2482/AM) - Processo 0641870-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Orineth Almeida Rodrigues - REQUERIDO: A da Silva Leite & Cia Ltda - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM) - Processo 0647610-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Comércio de Laticínios e Frios São Jorge Ltda - Por tais razões, ferindo os princípios norteadores do benefício, INDEFIRO a gratuidade da justiça, por não haver subsídios suficientes para a sua concessão. Por consequência, DETERMINO que a Requerente efetue o pagamento das custas judiciais, com a devida comprovação nos autos, sob pena de cancelamento da distribuição ex vi dos arts. 290 e 485, IV, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0648986-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Maria Ires Ferreira Lins - INTIME-SE a requerente para que junte: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de dez dias. Cumpra-se.

ADV: JÚLIA XAVIER ROSA DA SILVA (OAB 405977/SP), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0653592-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: M.S.L. - REQUERIDO: H.A.M. - Analisando os elementos havidos nos autos, DEFIRO o pedido de fls. 730/731, DETERMINO a expedição imediata do Alvará Judicial em favor do Requerente para os seus devidos fins. Ressalto que o Requerente deverá anexar aos autos os comprovantes de pagamento no prazo de 05 (cinco) dias, após a expedição do alvará. Em ato contínuo, INTIME-SE a parte Requerida para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas), proceda com o depósito do valor de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), referente ao tratamento de Fonoterapia para os meses de Fevereiro, Março e Abril, sob pena de penhora online, bem como MANIFESTE-SE acerca da petição de fls. 716/718, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0656611-06.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ante o requerimento de fl. 48, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas às fls. 23/25. Proceda-se a baixa.

Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Anna Luiza Bandeira Guimaraes Marçal (OAB 295620SP)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Contini (OAB 51764/BA)
Emanuel Anderson da Costa Martins (OAB 47748PR)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Gefson Hefer Antiquera Oliveira (OAB 2482/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hellen da Silva Lima de Freitas (OAB 10961/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
IRMA REISDORFER (OAB 49818/PR)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
José Francisco Lima Pessoa (OAB 1897/AM)

José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Júlia Xavier Rosa da Silva (OAB 405977/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 178033/SP)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Lobato Castro (OAB 9349/AM)
Leonardo Francisco Ruivo (OAB 203688/SP)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Ludmilla Miglio Conde Rodrigues Costa (OAB 12298/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Antônio da Silva Júnior (OAB 11811/AM)
Luiz Roberto Stamatis de Arruda Sampaio (OAB 50881/SP)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olavo Cesar Castro Mendes (OAB 513/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
RENATO MEDEIROS DE CARVALHO (OAB 9105/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Sabriane Guedes da Silva (OAB 9254/AM)
Saulo Rocha Veras (OAB 5007/AM)
Scoty de Souza Diniz (OAB 12424/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB 10035/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wellington Augusto de Paula e Souza (OAB 4534/AM)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: WANESSA CATUNDA TAVARES (OAB 7702/AM), ADV: JAIRO MOTA ARAGÃO (OAB 9369/AM) - Processo 0630229-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandra Ale Lopes - REQUERIDO: Manauara Shopping - Recebi hoje no estado. Embora tenha a requerente deixado de comprovar que a viagem marcada tenha relação com a atividade profissional desenvolvida, mas para evitar nulidade, designo o dia 3/4/2019, às 10h30min para realização da audiência de instrução e julgamento, devendo as partes trazerem as testemunhas, independente de intimação judicial, sob pena de preclusão e desistência. Intimem-se.Cumpra-se.

Jairo Mota Aragão (OAB 9369/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Wanessa Catunda Tavares (OAB 7702/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0601077-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Juracy Barroso Araújo - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0604340-25.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0600513-06.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: MARIA EDUARDA PEREIRA DOS ANJOS e outro - REQUERIDO: MEDISERVICE - Administradora de Planos de Saude S/A - Bradesco Saúde S.A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls.231/235 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0605508-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ana Regina de Almeida Cecílio - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0607741-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jucimara da Conceição Martins Machado - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/03/2019, a partir das 08:300 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: THAÍS LINA MONTEIRO DO NASCIMENTO (OAB 12156/AM) - Processo 0607852-74.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Prazo de Validade - REQUERENTE: M.V.C.P. - Compulsando os autos verifico que a petição de fls. 1/2 encontra-se incompleta, razão pela qual determino a intimação do patrono da Autora cadastrado nos autos para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize a Exordial, sob pena de extinção. Apos o decurso do prazo, remetam-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM) - Processo 0608299-62.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigações - REQUERENTE: Soraya Lília Arruda da Silva - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial efetuando a juntada da procuração e demais documentos de representada, bem como dos documentos que comprovem a recusa do parcelamento por parte do Requerido. Apos, retornem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610579-45.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.127/129, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MIGUEL BENTO VIEIRA (OAB 110432/MG), ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES FILHO (OAB 119908/MG), ADV: ELIZABETH SOUZA SILVA CHAVES (OAB 8991/AM), ADV: RODRIGO NUNES DE ABREU (OAB 157472/MG), ADV: EDUARDO GUIDO FERREIRA CAVALIERI D'ORO (OAB 175468/RJ), ADV: JOÃO RICARDO FONSECA E LIMA (OAB 180129/RJ), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0611483-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Daniel de Alencar Pontes e outro - REQUERIDO: Super Barato Total Comércio de Alimentos Ltda - Epp - Companhia Brasileira de Plantações - Antônio Sávio de Oliveira Chaves e outros - Compulsando os autos verifico que a parte Autora requereu a redesignação da Audiência de Instrução e Julgamento datada para o dia 13/03/2019, conforme manifestação de fls. 674/676. Isto posto, ante a confirmação dos fatos com os documentos de fls. 677/680, tenho por bem deferir o pedido da parte Autora e redesignar a Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 27/03/2019 as 10h30hrs na Sala 1 da 1º UPJ, localizada no 7º Andar do Forum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcellos. Intimem-se as partes para comparecimento no ato. Cumpra-se.

ADV: VAGNER SILVESTRE (OAB 275069/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0613499-84.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: S.B.S. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246RO) - Processo 0615200-80.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Credfaz-Cec Serv Secretaria Faz Estado Amazonas Manaus - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617161-61.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido de fls. 113 e, mantenho a decisão de fls. 106. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0619298-79.2016.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR, fls. 155, juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0623106-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Francisco Borges da Silva - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Custas de lei recolhidas. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOANA LOREN DE OLIVEIRA BARBOSA GRANA (OAB 10729/AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0623333-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0624782-12.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - Intimem-se via portal os patronos da parte Autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovem a comunicação previa da renuncia do mandato ao Exequente, nos termos do art. 112 do CPC. Apos, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: VIVIANE FEIJÓ SIMÕES (OAB 198601/SP), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0626112-73.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Sinter Futura Ltda - EXECUTADO: Mglira da Amazônia - Eireli - Me - Fica a exequente intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: LUIZ OTÁVIO DE VERCOSA CHÂ (OAB 148931/RJ), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0627010-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Aldenor R. de Souza - ME e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: GABRIELA ROGGIERO (OAB 299390/SP), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: LUCIANA BUCHMANN FREIRE (OAB 107/SP), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RICARDO ANDREASSA (OAB 195865/SP), ADV: ANDRÉ CORSINO DOS SANTOS JUNIOR (OAB 273769/SP), ADV: EVELYN DE SOUZA LIMA (OAB 226823/SP) - Processo 0627672-84.2016.8.04.0001 -

Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Maria Leuma Cassiano Oliveira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Encaminhe-se os autos à contadoria para efetuarps cálculos. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0630497-64.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento das diligencias a serem cumpridas pelo Sr. Oficial de Justiça. Após comprovado o aludido pagamento, expeça-se o competente mandado da liminar concedida das fls. 73/74. Cumpra-se.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0631099-26.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Quitação - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.171/176 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0631472-86.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0633126-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.92 e 93, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: RICARDO JOSÉ ALVES PORTOS SANDE (OAB 8080/DF), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM), ADV: JÉSSICA LÍLIAN DA COSTA ALVES (OAB 47135/DF) - Processo 0633918-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Marcia Regina Corrêa de Souza - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - Paulo Augusto Miranda Ferreira - Em contato via telefone com a perita nomeada as fls .385, a mesma informa sua impossibilidade de aceitar tal encargo, diante disso nomeio a Dra. Teresinha Santana Ribeiro - Neurologista - CRM/Am 882, com endereço a Rua Rio Javari nº 12 - Bairro Nossa Senhora das Graças - CEP 69053110 - Fone: 3584-1412;3584-1496;3233-9797. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0634582-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Roberta Cristina Belém Mendes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/04/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634741-07.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GIOVANA TONELLO PEDRO LIMA (OAB 34777/DF), ADV: GIOVANA TONELLO PEDRO LIMA (OAB 34777/DF), ADV: MARIA FERNANDA PULCHERIO DE MEDEIROS CAMPOS (OAB 30340/DF), ADV: CRISTIANE LARA DE OLIVEIRA (OAB 20324/DF) - Processo 0635159-37.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea - Caixa de Assistência - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALCIMAR VIDÉO PAES (OAB 3331/AM), ADV: DHEYSON LOBO DA SILVA MIRANDA (OAB 10363/AM) - Processo 0635892-08.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Jederson Lima Reges e outro - EXECUTADO: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Exequente aduz que a parte Executada descumpriu o acordo firmado entre as partes, especificamente quanto à transferência de titularidade do veículo narrado no termo aditivo. Diante disso, uma vez que há multa própria fixada no acordo para garantia de eventual descumprimento das obrigações pactuadas, intime-se a parte executada para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCIA ANDREA COELHO GOMES (OAB 12007/AM), ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM), ADV: MICHELLY BARROSO DA ROCHA (OAB 13109/AM) - Processo 0636411-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Telma Karoline Garcia de Lima - Compulsando os autos, verifico que as partes Requeridas foram devidamente citadas, contudo, quedaram-se inertes. Desta forma, sabe-se que a ausência de contestação ou sua intempestividade, importa em revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, motivo pelo qual decreto a revelia das partes Requeridas nos termos do art. 344 do Código de Processo Civil. Tal fato impõe julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso II do Código de Processo Civil, motivo pelo qual deverão os autos serem remetidos para Sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: JIULIANE MOURA DA COSTA (OAB 9809/AM) - Processo 0638410-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Eliana Torres Cerbaro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0639531-63.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de consulta em fl.91, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0642888-51.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0643612-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Antonio Aguiar de Oliveira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO (OAB 7537/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0646176-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Nazaré Carlos da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca do pedido de desistência formulado nas fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0649423-59.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: C e Alves - Me - Converto a sentença em diligencia determinando a intimação do Requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o pagamento da integralidade das parcelas do contrato firmado entre as partes. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0656565-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Compromisso - REQUERENTE: Indústria de Confecções O&m Ltda. - Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir com a diligencia a si imposta as fls. 32/33. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM) - Processo 0660082-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Lourdes Carioca da Silva - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0661434-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Neurimar Benchimol dos Passos - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ALTAMAR CARDOSO DA SILVA (OAB 16891/PB), ADV: GUSTAVO LANGARO (OAB 55623/RS), ADV: JORGE RICARDO CASTRO DA SILVA (OAB 6584/AM), ADV: ANDRÉ LIMA DE LIMA (OAB 6672/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO LOPES DA SILVA (OAB 1141/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0702943-41.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - EXEQUENTE: Andrey Cavalcanti Machado - EXECUTADO: T&T IMPORT IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - INTSSADA: Aline Alves Azevedo Cavalcanti Machado - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de consulta em fls.311/313, no prazo de 05 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Alcimar Vidéo Paes (OAB 3331/AM)
Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Altamar Cardoso da Silva (OAB 16891/PB)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
andré corsino dos santos junior (OAB 273769/SP)
André Lima de Lima (OAB 6672/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Sávio de Oliveira Chaves Filho (OAB 119908/MG)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Lara de Oliveira (OAB 20324/DF)
Dheyson Lobo da Silva Miranda (OAB 10363/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Guido Ferreira Cavalieri D'oro (OAB 175468/RJ)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elizabeth Souza Silva Chaves (OAB 8991/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
evelyn de souza lima (OAB 226823/SP)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Gabriela Roggiero (OAB 299390/SP)
Giovana Tonello Pedro Lima (OAB 34777/DF)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Langaro (OAB 55623/RS)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jéssica Lílian da Costa Alves (OAB 47135/DF)
Jiuliane Moura da Costa (OAB 9809/AM)
Joana Loren de Oliveira Barbosa Grana (OAB 10729/AM)
João Ricardo Fonseca e Lima (OAB 180129/RJ)
Jorge Ricardo Castro da Silva (OAB 6584/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)

Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luciana Buchmann Freire (OAB 107/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB 7537/AM)
Luiz Otávio de Vercosa Châ (OAB 148931/RJ)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Marcia Andrea Coelho Gomes (OAB 12007/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Fernanda Pulcherio de Medeiros Campos (OAB 30340/DF)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Michelly Barroso da Rocha (OAB 13109/AM)
MIGUEL BENTO VIEIRA (OAB 110432/MG)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raimundo Nonato Lopes da Silva (OAB 1141/AM)
Ricardo Andreassa (OAB 195865/SP)
Ricardo José Alves Portos Sande (OAB 8080/DF)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246RO)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Nunes de Abreu (OAB 157472/MG)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thaís Lina Monteiro do Nascimento (OAB 12156/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Vagner Silvestre (OAB 275069/SP)
Viviane Feijó Simões (OAB 198601/SP)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0073/2019

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609282-95.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos recebido por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: KAREM LÚCIA CORRÊA DA SILVA RATTMANN (OAB 704A/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0611686-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Prestação de Serviços - REQUERENTE: RAL EMPREENDIMENTOS LTDA - REQUERIDO: OI TELECOMUNICAÇÕES - TNL - PCS S.A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelante para, querendo, se manifestar sobre o Recurso Adesivo, nos termos do art. 997, § 2º e 1.010, § 2º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeto os autos à Instância Superior.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623977-93.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Karem Lúcia Corrêa da Silva Rattmann (OAB 704A/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0074/2019

ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM) - Processo 0600809-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Eduardo de Souza Braga - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HEITOR BARBOSA BRUNI DA SILVA (OAB 41422/PR), ADV: JAMES PINHEIRO MACHADO (OAB 138/RR), ADV: JOSÉ FERNANDES NETO (OAB 8257/AM) - Processo 0604273-94.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Troca ou Permuta - EXEQUENTE: SC TRANSPORTES - EXECUTADO: GIOVANI TRANSPORTES E COMERCIO LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta nos sistemas conveniados deferida às fls.616/617 (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0640492-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Evaldo de Andrade Lima - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0644776-55.2017.8.04.0001 - Procedimento do

Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ronilda de Vasconcelos Sena - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0657126-41.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas de AR/ECT e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Heitor Barbosa Bruni da Silva (OAB 41422/PR)
James Pinheiro Machado (OAB 138/RR)
José Fernandes Neto (OAB 8257/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0075/2019

ADV: IVAN MERCÊDO DE ANDRADE MOREIRA (OAB 796A/AM), ADV: CELSO HENRIQUE DOS SANTOS (OAB 795A/AM), ADV: WILLIAM BATISTA NÉSIO (OAB 797A/AM), ADV: IVAN MERCÊDO DE ANDRADE MOREIRA (OAB 59382/MG) - Processo 0615496-10.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDO: J G Brandao ME - Defiro o pedido de fls. 127 para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerido de 30 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: KARINE JUNG GUIMARÃES (OAB 90175/RS) - Processo 0616083-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Dilly Nordeste Indústria de Calçados Ltda - EXECUTADO: Manaus Couros Comercio Ltda Me - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 84, visto que os sócios não fazem parte do polo passivo dos autos. Intime-se o requerente para no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM), ADV: VANILDE DE JESUS DUARTE (OAB 10028/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0628173-04.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Rocélia Batista de Moraes - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Diante do exposto, Julgo Procedente o pedido na presente ação de consignação em pagamento, declarando a quitação do contrato firmado entre as partes, condenando o Requerido ao pagamento de danos morais arbitrados na quantia de R$ 5.000,00 atualizado e acrescido de juros moratórios a contar da publicação da presente sentença. Condeno ainda o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários do advogado da autora, que arbitro em 10% sobre o valor da condenação. Transitado em julgado, expeça-se alvará dos valores depositados em juízo em favor da Requerida. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0630056-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Goreth Gadelha de Souza - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Banco BMG S/A - INTSSADO: SEAD - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - Ante o anteriormente exposto, JULGO EXTINGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o presente processo, de acordo com o disposto no art. 330, I c/c 485, I do referido Diploma Processual Civil. Condeno a parte Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários que fixo em 10% sobre o valor dado a causa, ficando suspensa a cobrança ante o deferimento da gratuidade de justiça. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB 184711/RJ), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0632958-43.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BMW Financeira S/A - Credito Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Arafat Yousseph Mouas - ME - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial considerando o pagamento pela Requerida da totalidade das parcelas fixadas em contrato de cédula de crédito bancário firmado entre as partes. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados no valor de 10% sobre o valor dado a ação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Transitada em julgada, a sentença, expeça-se alvará de levantamento em favor do Requerente dos valores depositados em juízo. Ao final, arquivem-se os presentes autos, observadas as cautelas devidas. P.R.I.C.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0640404-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Eduardo Pereira Melo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0657512-71.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Futura Comercio de Produtos de Consumo Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se

expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Celso Henrique dos Santos (OAB 795A/AM)
CELSO MARCON (OAB 184711/RJ)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Ivan Mercêdo de Andrade Moreira (OAB 59382/MG)
Ivan Mercêdo de Andrade Moreira (OAB 796A/AM)
Karine Jung Guimarães (OAB 90175/RS)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Vanilde de Jesus Duarte (OAB 10028/AM)
William Batista Nésio (OAB 797A/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0223020-02.2010.8.04.0001 (001.10.223020-0) - Execução de Título Judicial - EXEQUENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0243639-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Sandra Regina dos Santos de Oliveira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM), ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM) - Processo 0245326-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Marcos Aurélio Ribeiro - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0261596-30.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0601137-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Eduardo Gomes Mesquita - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0602056-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Lyra Góes & Advogados Associados - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: MAURÍLIO CÉSAR NUNES BRASIL (OAB 4201/AM), ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0604687-92.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0625010-55.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: CARLA LUCIA BISPO DE SOUZA e outro - REQUERIDO: ROSINALDO NUNES DE SOUZA e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0607729-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Celson da Silva e Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/03/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0609506-72.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612738-29.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, uma vez que as custas de fls.288 referem-se a custas por atos processuais.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0614962-61.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617022-46.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424/AM) - Processo 0618580-87.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: DILCIANE VITAL DA COSTA - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0619253-80.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Léo de Souza Sousa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos Mandados juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0625436-91.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0626384-33.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0631095-23.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: REGINA RAMOS DA COSTA - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, na fase de cumprimento de sentença, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0634899-62.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: Familia Labib's Restaurante LTDA. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0636530-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jorge Raimundo Oliveira Barreto - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/03/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0637989-10.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0639549-21.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Bruno de Oliveira Barreto e outros - Compulsando os autos, verifico que na petição de fls. 671 a parte requerente indicou 02 (dois) endereços para fins de citação das partes, sem indicar qual a forma de citação almejada. Havendo interesse na expedição de carta, em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), bem como indique o CEP dos endereços indicados, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo interesse na expedição de mandado, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Precatória ou indicar novo endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias, uma vez que um dos endereços indicados pertence a comarca diversa.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0647559-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Motonorte Motores e Máquinas do Norte Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0650621-34.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 8º, II da Portaria nº 1985/2017, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0658923-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Lucilene Roberto Sarmento - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maurílio César Nunes Brasil (OAB 4201/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Onilda Abreu da Silva (OAB 2288/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vitor Kikuda (OAB 424/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0244022-86.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0626165-93.2013.8.04.0001) (processo principal 0626165-93.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Direito de Vizinhança - EXEQUENTE: Luciane dos Santos Lima - EXECUTADO: Jaime Ferreira do Nascimento - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a petição de fls. 155, na qual a Requerente informa que o Requerido cumpriu com o acordo firmado entre as partes, satisfazendo a contento a obrigação que lastreia o título executivo judicial. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 924, II, do CPC e determino a baixa do gravame junto ao sistema RENAJUD. Transitada em julgado a presente decisão, desentranhem-se as peças que instruem a inicial, devolvendo-as ao autor, caso este assim intente. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM) - Processo 0601435-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Ricardo Almeida - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELIZABETH DE OLIVEIRA MUBARAC (OAB 13423/AM) - Processo 0604430-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Agêncie e Distribuição - REQUERENTE: Vanilde de Jesus Duarte

- R. H. Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos. Verifico que a parte autora não procedeu ao preparo da demanda, motivo pelo qual determino a baixa, com fulcro no art. 290 do CPC. P.R.I.C.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE) - Processo 0604732-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Enfito que o autor não procedeu à emenda da inicial, consoante determinado por este Juízo, na forma do art. 321, caput, do CPC. Sendo assim, sou pelo indeferimento da petição inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, c/c o art. 330, IV, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0607732-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raimunda Arruda Araujo Mendonça - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0608629-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Coisas - REQUERENTE: Marcela Figueiredo Conceição Azevedo e outro - A parte autora peticionou requerendo a concessão de tutela antecipada para suspender o pagamento das parcelas vincendas do contrato objeto da lide, e para que a ré se abstenha de inscrever o nome dos autores perante os órgãos de proteção de crédito. Para concessão desta antecipação, faz-se necessário analisar a "probabilidade do direito", o "perigo na demora" ou o "risco ao resultado útil do processo", requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 300 do Código de Processo Civil. No que tange à probabilidade do direito, verifico seu preenchimento com o contrato de fls. 22/47, que comprova a dita relação; com a notificação de fls. 54/57 e resposta de fls. 58, que comprova que a análise perdurou por mais de 180 dias. Acerca do perigo na demora, também vislumbro a sua existência, na medida em que o pagamento das parcelas em questão acarretam limitações na vida cotidiana do autor, o qual não recebeu o referido imóvel, conforme alegação. Diante do exposto, CONCEDO a tutela pleiteada, determinando a suspensão do pagamento das parcelas vincendas do contrato objeto da lide, bem como a ré se abstenha de cadastrar o nome do autor nos órgãos de proteção de crédito, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 5.000,00, a cada nova inscrição limitado a 30 dias multa, até o deslinde demanda. Ressalte-se que não incide a restrição prevista no §3º do art. 300 do NCPC, na exata medida em que o reclamado não ficará impedido de exercer o seu direito em caso de eventual improcedência da ação em curso perante este juízo. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 29 de abril de 2019, às 9 horas, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a requerida para que, querendo, compareça a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0609756-32.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Carrus Serviços Automotivos - Eireli - Vistos, Para fins de cumprimento da decisão proferida em fls. 509/510, designo o perito Alex Barbosa Gama, cadastrado no banco de peritos do TJAM. Comunique-se ao perito a fim de que estipule o valor referente à honorários. À secretaria.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0609971-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimunda Carneiro de Oliveira - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: MÁRCIA MARIA DA SILVA - Processo 0609993-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: M.B.B. - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: LUIZ GUILHERME DE CASTRO (OAB 8025/RO) - Processo 0610048-17.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Fbl Comércio de Vestuários e Acessórios Eireli - Me - Nos termos da Súmula 481 do STJ (Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais), comprove a parte autora, no prazo de 15 dias, a

impossibilidade de arcar com os encargos processuais por meio de documentos idôneos como balanço patrimonial anual e balancete atual, demonstrando saldos do ativo e passivo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0610126-11.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Manuel Gomes Luiz - R.H. Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJ-PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº. 0609096-38.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, este processo não guarda nenhuma relação com o anterior, tendo, inclusive, parte passiva diferente. Saliento, ainda, que nem o autor da ação pleiteou pela distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não existe conexidade entre as demandas a ensejar a reunião dos processos em questão, nos termos do art 286, I, do CPC Ante o exposto, reputo inexistente a conexidade entre as demandas e determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0610357-38.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: ELISANGELA PRAMIO (OAB 59805/RS) - Processo 0610391-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Ubea - União Brasileira de Educação e Assistência - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0610576-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Augusta Silva Machado - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0610964-85.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Enfito que o autor não procedeu à citação do réu no prazo assinalado por este juízo, nada obstante sua intimação para tanto. Ademais, o verbete sumular de nº 240 do STJ incide quando a relação processual se perfaz triangularizada, hipótese esta que não se coaduna com a dos autos, visto que não há sequer réu citado. É de se notar que, no caso em testilha, afigura-se prescindível a intimação pessoal da parte ou dos próprios patronos, à míngua de previsão legal, a considerar que a figura prevista no art. 485, III, do CPC, não se confunde com aquela vertida no art. 240, §2º também da Lei Adjetiva Civil. Nesse sentido, os seguintes julgados: 0641361-98.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RÉU. ART. 239 DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Considera-se a citação do réu pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo,cabendo ao autor promover os meios para que seja o réu encontrado e citado. 2. A necessidade de intimação pessoal do autor, somente se aplica nos casos do art. 485, inciso II e III do CPC. 3. Recurso conhecido e desprovido. (Relator (a): Maria das Graças Pessoa Figueiredo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 26/11/2018; Data de registro: 27/11/2018) 0633880-55.2014.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. APELAÇÃO DESPROVIDA. - A citação possui natureza de pressuposto processual, de forma que sua não efetivação em prazo razoável autoriza a extinção do feito com fundamento no art. 485, IV, do CPC/15. - Recurso conhecido e desprovido.(Relator (a): Wellington José de Araújo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 08/10/2018; Data de registro: 23/10/2018) 0632762-73.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INÉRCIA DO AUTOR EM PROMOVER AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A CITAÇÃO. PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE DO PROCESSO. AUSÊNCIA. PROCESSO INVÁLIDO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO POR ABANDONO. HIPÓTESE NORMATIVA DISTINTA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(Relator (a): Flávio Humberto Pascarelli Lopes; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível; Data do julgamento: 05/11/2018; Data de registro: 05/11/2018) Deveras, a parte, desde o limiar da ação, tem ciência de que necessita realizar o preparo da demanda no prazo de quinze dias, bem como proceder à correta qualificação do réu para que a citação seja cumprida em dez dias. Desse modo, a contumácia do autor em promover a citação do réu no prazo assinalado elide a responsabilidade da máquina judiciária nesse tocante, rendendo ensanchas à extinção prematura do feito. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC, ante a inexistência de citação, enquanto um dos pressupostos de existência do processo. Custas pelo Requerente. Transitada em julgado a presente decisão, desentranhem-se as peças que instruem a inicial, devolvendo-as ao autor, caso este queira, tudo mediante cópia. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0614457-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Antônio Cleiton Gomes Portela - REQUERIDO: Amil Assistencia Média Interncional Ltda - Ante o exposto, na ação movida por Antônio Cleiton Gomes Portela contra Amil Assistencia Média Interncional Ltda, rejeito a preliminar e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de indenização por danos morais, para condenar a parte ré a pagar ao autor a quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com incidência de correção monetária, a partir dessa sentença (Súmula 362 do STJ), e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC). Condeno a parte ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC, a ser revertido em favor do FUNDEP, nos termos do art. 25, da Lei Complementa Estadual n. 01/90. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou diretamente pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. Atente-se para a forma de intimação da Defensoria Pública. P.R.I.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0618055-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão

do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonio da Silva Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco - Às fls. 180, o Sr. perito nomeado informa a impossibilidade superveniente de atuação. Com efeito, em substituição, nomeio Sr. Hélio do Carmo Magalhães Neto, perito grafotécnico (perito.heliomagalhaes@inpeam.com.br). Intime-se o novo perito para que, no prazo de cinco dias, apresente proposta de seus honorários (art. 465, §2º, I, do CPC). Após a juntada da estimativa do perito, intime-se a parte requerida para se manifestar e, querendo, efetuar o pagamento dos honorários do perito, via depósito judicial, considerando o teor da decisão de fls. 145-149 no que tange a tal pagamento. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ PAULO CITOLIN JÚNIOR (OAB 13311/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0619715-61.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Reporto me à petição de fls. 161, cumpra-se o já determinado às fls. 157/158. Proceda-se a busca por endereços nos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud e bloqueio de bens apenas no sistema bacenjud.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: GRACILENE DA SILVA SOUZA SIERPINSKI (OAB 10693/AM), ADV: ALEXSON BRITO DE SOUZA (OAB 10702/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0623992-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel Juan Lima Jefferson e outros - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R.H. Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentem eventuais propostas de acordo e especifiquem se há provas que pretendem ver produzidas em eventual audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência e anexando rol de testemunhas se for o caso. Em caso de inércia dos litigantes, procederei ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0625614-40.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intime-se o requerente para que apresente demonstrativo de débito atualizado, utilizando-se a calculadora do TJAM.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 967A/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0626123-10.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - REQUERENTE: CLAUTER AUGUSTO PAULA DA SILVA - REQUERIDO: CAIXA CONSÓRCIOS S.A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS - MAPFRE ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A e outro - R.H. Em razão de se ter operado a revelia da ré GOÊS E NASCIMENTO ASSESSORIA DE CRÉDITO LTDA., posto que esvaído in albis o prazo para apresentação de defesa, enfito que os efeitos de presunção de veracidade dos fatos não possam incidir sobre a espécie, visto que se cuida de citação ficta. Nesse soar, intime-se, pessoalmente, o órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas responsável, ao fito de que atue como curador especial dos interesses do revel, na forma do art. 72, II e parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626685-48.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ivaneide Bentes Itapirema - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0635121-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Roberta Costa dos Santos - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0635386-32.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em não havendo comprovação de pagamento das custas da diligência, no prazo estabelecido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Em havendo comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 158. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0637027-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimunda da Silva Rodrigues - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 607.216.355-0 (espécie 91), em sede de tutela antecipada concedida em sentença, a partir do dia 07/08/2017, (fls. 159), calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, permanecendo tal benefício por 180 dias (laudo pericial fls. 130), decorrido tal prazo, tendo em vista o caráter transitório da doença e do benefício, deverá ocorrer nova perícia. Chegada à conclusão de que não há condições de exercer as atividades habituais deverá ser incluída em programa de reabilitação, casa haja capacidade laboral residual, ou aposentada por invalidez. Antecipo, parcialmente, os efeitos do provimento jurisdicional final face à confirmação, após cognição exauriente, das alegações da parte autora para determinar que a Autarquia ré implante o benefício concedido no prazo de 45 dias, sob pena de incidência de multa diária de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, caso o beneficio não esteja sendo pago. Consigne-se, neste passo, que a antecipação da tutela restringe-se às prestações vincendas, devidas a contar da data da concessão da medida, tendo em vista que o seu objetivo é assegurar o recebimento da renda mensal do benefício enquanto a controvérsia permanecer sub judice. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas, se houverem em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição qüinqüenal, se existir. C) Quanto àcorreçãomonetária, devem ser observados os índices relativos a cada períodoerespectivo fundamento legal:-IPCA-Ea partir de 25 de março de 2015, em função da modulação dos efeitos na Questão de Ordem, nas ADIs nº 4.357e4.425. Em relação aosjurosde mora, devem incidir a contar da citação (art. 240, caput, do CPC) e não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano, de acordo com a anterior redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM) - Processo 0644424-63.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: João Ribeiro Pereira - Considerando que as audiências de conciliação pautadas foram frustadas por ausência de citação do requerido, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, postergo a realização da audiência de conciliação para momento oportuno após a contestação. (CPC, art.139, VI e Enunciado nº 35 da ENFAM: “Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades

da causa, observadas as garantias fundamentais do processo"). Quanto ao pedido de aplicação de multa ao Requerido Daniel Vaz de Sá Roriz, pelo não comparecimento em audiência de conciliação, em se tratando de citação pelo correio, "a carta será registrada para entrega ao citando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega que assine o recibo" (CPC, artigo 248, § 1º). No caso em apreço, a carta de citação foi recebida por terceiro. O artigo 280 do Código de Processo Civil define que são nulas as citações quando feitas sem observância das prescrições legais. Dessarte e uma vez que a citação é pessoal (CPC, artigo 239, caput), diga o autor se deseja a renovação do ato citatório pelo correio ou se prefere que seja realizado por oficial de justiça (CPC, artigo 249), no prazo de 10 dias, sob pena de extinção por ausência de citação. Quanto ao pedido de fls. 63/64, expeça-se mandado de citação para o endereço informado. Intime-se a parte autora para que se manifeste, em cinco dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei da Requerida Osvalda de Souza Costa. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0646071-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco de Souza Lima Refrigeração - Me - REQUERIDO: Credfaz- Cec Serv Secretaria Faz Estado Amazonas Manaus - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0649418-37.2018.8.04.0001 - Restauração de Autos - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Juscelino Nunes da Silva - R. H. Cite-se a parte contrária para contestar o pedido, no prazo de 5 dias, exibindo cópias. contrafés e mais reproduções de atos que se encontram em seu poder, nos termos do art. 714 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: IURI ALBUQUERQUE GONÇALVES (OAB 13487/AM) - Processo 0652865-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Fábio Murilo de Oliveira Saunders Fernandes e outro - Ante a certidão de fls. antecedentes, intime-se o(a) Requerente, bem como seu advogado, via correios, para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas devidas, sob pena de emissão de certidão de crédito em seu desfavor. Após o prazo acima assinalado, com ou sem recolhimento das custas processuais devidas, remetam-se os autos para Contadoria para proceder o arquivamento e baixa do processo ou emitir a certidão de crédito. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0657172-30.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - R.H. Em razão da petição de fls. 157, determino a suspensão do feito, pelo prazo necessário ao cumprimento do acordo até 20/02/2021. Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação, intime-se a parte interessada, na pessoa de seu Patrono pelo DJE e pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da execução. Cumpra-se.

ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM) - Processo 0657287-51.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM) - Processo 0658086-94.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Pedro Eduardo dos Reis Caregnato - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Enfito que o embargante não procedeu à emenda da inicial, consoante determinado por este Juízo, na forma do art. 321, caput, do CPC. Sendo assim, sou pelo indeferimento da petição inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, c/c o art. 330, IV, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
ALEXSON BRITO DE SOUZA (OAB 10702/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Daiana Ferreira de Sousa (OAB 8527/AM)
Elisangela Pramio (OAB 59805/RS)
Elizabeth de Oliveira Mubarac (OAB 13423/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Gracilene da Silva Souza Sierpinski (OAB 10693/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Iuri Albuquerque Gonçalves (OAB 13487/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)

José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
José Paulo Citolin Júnior (OAB 13311/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Guilherme de Castro (OAB 8025/RO)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcia Maria da Silva
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 967A/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Vitor Kikuda (OAB 424/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: CARLA MALUF ELIAS TOMMASI (OAB 110819/SP), ADV: EDUARDO FELIPE PEREZ MATIAS (OAB 144471/SP), ADV: TADEU LUIS LASKOWSKI (OAB 22043/SP), ADV: JOSÉ REINALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 146428/SP), ADV: RUBENS CARMO ELIAS FILHO (OAB 138871/SP), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0024047-43.2006.8.04.0001 (001.06.024047-5) - Ação Civil Pública - REQUERIDO: Centro de Ensino Superior Nilton Lins - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não foi intimada da decisão de fls. 682/689. Dessa forma, intimo a(s) para que tome(m) ciência , cujo teor segue abaixo: “Afastadas as preliminares, verifico que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, compreendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do CPC. Intimem-se as partes sobre a presente decisão e após, conclua-se o feito para sentença. Int. Cumpra-se.”

ADV: WALTER FROTA DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 9866/AM) - Processo 0209143-77.2019.8.04.0001 (processo principal 0604418-87.2013.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jozilane Peres Aguiar da Silva - Vistos, Constato que a petição que instrui a presente demanda apenas refere à juntada de documento relativo a processo já em trâmite. Por essa razão, determino sejam transladados os documentos constantes destes autos aos principais de n.º 0604418.87.2013.8.04.0001. Após, arquive-se o presente feito no sistema processual. Int. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA COSTA PACHECO (OAB 4876/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0255050-56.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601816-21.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a Executada, por carta com aviso de recebimento (art.513 do CPC/2015), a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias promova o cumprimento voluntário da sentença no valor indicado pelo Exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha em igual prazo os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a Executada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos no prazo de 05 (cinco) dias os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme os termos da Lei n. 4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da Executada, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo desde logo, ocorra a constrição, através do RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome da devedora. Após, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo “in albis”, intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0602032-79.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Concedo ao Banco Autor - Bradesco S/A, o prazo de 30 (trinta) dias, a fim de que cumpra o inteiro teor do despacho de fls. 173. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0602362-42.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Conforme se observa às fls. 95, o aviso de recebimento foi assinado por terceiro. Dessa forma, considerando que a citação deve ser pessoal, nos termos do art.

242, do CPC, indefiro por ora o petitório de fls. 97/98 e determino seja intimada a empresa Autora a fim de que envide esforços quanto a citação da Requerida, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS (OAB 372010/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: MARCELLUS DE MAGALHÃES CORDEIRO JÚNIOR (OAB 7085/AM) - Processo 0602486-93.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucineide Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Banco PSA Finance Brasil S/A - Ante o exposto, decido por homologar o acordo de fls. 143/145, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, III, "b", do CPC. Oportunamente, ressalto que a presente sentença substituirá em seus efeitos aquela proferida às fls. 136/140. Assevero que o pagamento de custas e honorários dar-se-á nos termos acordados pelas partes, sem que lhes seja permitido beneficiarem-se do comando legal preconizado no art. 90, §3º, do CPC, haja vista a homologação ter ocorrido após proferida sentença de mérito. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: MELYSSA CASTRO DOS REIS (OAB 12631/AM) - Processo 0604418-77.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rc Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0604848-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cibaldo Waughan de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, I, do CPC, para condenar o Réu a pagar ao Autor o montante de R$ 2.412,21, devendo incidir sobre a referida importância juros moratórios, segundo a taxa SELIC, a partir do vencimento de cada parcela indevidamente paga, haja vista o disposto no art. 397 do CC. Nos termos do art. 86, parágrafo único, do CPC, considerando a sucumbência do Réu em parte mínima do pedido, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação. À vista do art. 98, §§2º e 3º, do CPC, suspendendo a exigibilidade do crédito referente aos encargos sucumbenciais pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ADV: ROBERIO CASSIUS SAMPAIO ARAGAO (OAB 16468/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0607956-08.2015.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - Funcef - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIO ULYSSES DA SILVA RIKER (OAB 10171/AM) - Processo 0608312-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Vícios de Construção - REQUERENTE: R.A.S. - Vistos, Analisando os autos, verifico que o segundo Requerido - Oliveira e Brito Construções Ltda, não houve por ser citado, tampouco intimado para a audiência designada ao dia 11/03/2019. Em assim sendo, determino ocorra o cancelamento do referido ato processual, tempo em que o redesigno ao vindouro dia 01/04/2019 às 09:30 horas. Dessa forma, intime-se o Requerente a fim de que proceda ao prévio recolhimento de custas do Oficial de Justiça, nos termos da Portaria n° 116/2017 - PTJ/AM, de 23 de janeiro de 2017. Após a comprovação de pagamento, expeça-se mandado de citação/intimação com a nova data de audiência ora designada, destinando-o ao endereço indicado em fls. 65. Int. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0608699-76.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Nesse cenário, por não visualizar a ocorrência de litispendência entre este feito e o de n.º 0655419-38.2018.8.04.000, nem tampouco visualizar a ocorrência de conexão, avalio por equivocado o direcionamento destes autos a esta serventia, a afrontar o princípio do juiz natural. Em assim sendo, determino ocorra a redistribuição dos autos. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM) - Processo 0610376-44.2019.8.04.0001 - Interdição - Dano - REQUERENTE: Dmp - Design, Marketing e Propaganda Ltda e outro - Vistos, Noticiam as empresas Autoras que seu presidente, Ronaldo Lázaro Tiradentes, também citado e ofendido nas postagens de que cuida a presente demanda, houve por ingressar com as devidas ações de danos no âmbito do juizado especial cível (fl. 2). Assim sendo, visualizo por necessário que as Requerentes informem sobre se as ações propostas referem-se às matérias jornalísticas indicadas na exordial, bem assim sobre se possuem como partes Requeridas as mesmas indicadas nesta ação, de modo que possa o juízo aferir acerca de eventual ocorrência de conexão entre os feitos. Ante o exposto, intimem-se as Autoras para que no prazo de 15 (quinze) dias, esclareçam o ponto acima destacado, indicando, inclusive, os números dos processos a que faz referência na exordial. Int. Cumpra-se.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0610524-55.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REPTANTE: Terezinha Guerreiro Almeida - Nesse contexto, declino da competência deste juízo a uma das Varas de Família desta comarca, com fulcro no art.154, inc. V da LC n.º 17/97, determinando ocorram providências através do setor de Distribuição Processual. Int. Cumpra-se.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM) - Processo 0610616-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anízio Marques Paz - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, §1º, do CPC; c) inverter em prol do Autor o ônus da prova, na forma do do art.6º, VIII, da Lei n.º 8.079/90; e d) determinar que o Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda; e e) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.C.

ADV: RINALDO CUNHA COSTA (OAB 4854/AM) - Processo 0610631-02.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Ny Administração de Imoveis Ltda - Por todo o exposto, não reconheço a alegada conexão entre os feitos a determinar reunião para decisão conjunta, razão pela qual determino a redistribuição dos presentes autos em observância ao princípio do juiz natural. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (OAB 6652/AM) - Processo 0611863-59.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Antonio Ednaldo B. da Costa - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Determino que se intimem as partes a fim de que se manifestem sobre a certidão de fls. 216 no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0613060-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Imissão - REQUERENTE: Maria Luiza de Jesus Ribeiro - Ante o exposto, extingo sem resolução de mérito a presente demanda, nos moldes do art. 485, III, do CPC. Em observância ao princípio da causalidade, condeno a Autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais devidos ao patrono da Ré, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa. Nada obstante, à vista do art. 98, §§2º e 3º, do CPC, suspendo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, a exigibilidade do crédito relativo aos encargos sucumbenciais. Ressalto, entretanto, que nesse período a cobrança se legitimará acaso o Exequente demonstre que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Decorrido o aludido prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0617034-60.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP), ADV: RÔMULO JOSÉ DE BARRO LINS (OAB 3919/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0617422-26.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA - Em complemento à Decisão Interlocutória de fls. 188/189, determino seja intimado o Requerido, a fim de que comprove em 15 (quinze) dias sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda, ou outros documentos idôneos. Int. Cumpra-se.

ADV: MELISSA SOUZA CREDIE BORBOREMA (OAB 3951/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617579-96.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Welthon Allan Alves do Nascimento - Assim, superada a pendência processual ora decidida, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0617766-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Diego Correa Vidal - Ante o exposto, extingo sem resolução de mérito a presente demanda, nos moldes do art. 330, I c/c o art. 485, I, do CPC. Por oportuno, defiro ao Autor os benefícios da justiça gratuita, por entender preenchidos os requisitos elencados no art. 98 do CPC. Em observância ao princípio da causalidade, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais. Nada obstante, à vista do art. 98, §§2º e 3º, do CPC, suspendo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, a exigibilidade do crédito relativo aos encargos sucumbenciais. Ressalto, entretanto, que nesse período a cobrança se legitimará acaso o Exequente demonstre que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Decorrido o aludido prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0620606-82.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Jsafra Sa - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no artigo 485, VIII, do CPC. Em que pese o Autor ter dado causa ao processo, bem como a sua extinção, verifico que procedeu ele com o pagamento das custas processuais, não havendo então qualquer outra despesa processual a ser adimplida. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0621864-35.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Claudiomara Marineide de Souza - Vistos, Determino que se intime o Requerente a fim de que se manifeste em prazo de 10 (dez) dias sobre o requerimento de fls.121, em que a Requerida pleitea ocorra nos autos audiência conciliatória. Int. Cumpra-se.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: JEFERSON ANJOS DA SILVA (OAB 9794/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: SULIANE LIMA VIANA (OAB 10552/AM) - Processo 0624113-22.2016.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Centro Educacional La Salle - REQUERIDA: Tatiane Lima Viana - Vistos, Inicialmente, determino seja intimada a Requerida, ora Embargante, a fim de que comprove em 15 (quinze) dias sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda ou outros documentos idôneos. Doutro giro, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0624949-63.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM), ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM) - Processo 0626789-74.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Lucemir Gomes Andrade - Vistos, Certifique a secretaria da 4ª UPJ sobre a ocorrência do trânsito em julgado da sentença de fls. 71/74. Após, intime-se o Exequente para cumprimento dos termos do art.524 do CPC em prazo de 15 (quinze) dias. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0628365-68.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú Veículos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0633837-84.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM), ADV: VIVIAN MEIRA AVILA MORAES (OAB 81751 /MG), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0634299-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marla Ingridh Rocha Guedes - REQUERIDO: Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas - CNDL - Ante o exposto, extingo sem resolução de mérito o presente demanda, nos moldes do art. 485, III, do CPC. Em observância ao princípio da causalidade, condeno a Autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais devidos ao patrono da Ré, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa. Nada obstante, à vista do art. 98, §§2º e 3º, do CPC, suspendo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, a exigibilidade do crédito relativo aos encargos sucumbenciais. Ressalto, entretanto, que nesse período a cobrança se legitimará acaso o Exequente demonstre que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Decorrido o aludido prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0635089-25.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria da Conceição Pessoa de Araújo - Vistos, Determino que se intime a Requerida a fim de que complete o documento acostado às fls. 94 no prazo de 15 (quinze) dias, eis que vislumbra-se nos autos somente a primeira página do instrumento particular juntado. Em ato contínuo, conclua-se o feito para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0635089-25.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria da Conceição Pessoa de Araújo - Vistos, Determino que se intime a Requerida a fim de que complete o documento acostado às fls. 94 no prazo de 15 (quinze) dias, eis que se vislumbra nos autos somente a primeira página do instrumento particular juntado. Em ato contínuo, intime-se a empresa Autora a dizer em 15 (quinze) dias, ex vi do art.437, §1º do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM) - Processo 0637080-70.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: VANUSA REIS DAS CHAGAS ABINADER - REQUERIDO: Agra Singolare Incorporadora Ltda. - Vistos, As partes acostam petição em fls. 1.699/1.701, informando que celebraram avença extrajudicialmente e requerendo sua homologação. Em assim sendo, decido por homologar o referido acordo e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC. Isento de custas finais remanescentes, se ocorrerem, em atenção ao disposto no art.90, §3º do CPC. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593/GO), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0642324-43.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VANDERLEY DOIN PACHECO (OAB 53543/PR) - Processo 0645750-58.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Citação - REQUERENTE: Rc Cobranças Ltda - Me - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (citação, penhora ou arresto), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0647570-15.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Valcirley Barbosa da Costa - Vistos, Acolho a emenda da inicial de fl. 56. Ato contínuo, determino que a Secretaria desta 4ª UPJ proceda a retificação da autuação processual para procedimento comum. Adiante, defiro ao Autor o beneplácito da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98, §1º, do CPC. Por derradeiro, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do art. 334 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0648681-34.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, As partes acostam petição em fls. 65/68, informando que celebraram avença extrajudicialmente e requerendo sua homologação. Em assim sendo, decido por homologar o referido acordo e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC. Isento de custas finais remanescentes, se ocorrerem, em atenção ao disposto no art. 90, §3º do CPC. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0653034-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Claudio Jose de Sao Paulo Aguiar e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0655701-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luis Eduardo Cunha Costa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SANDRO RAFAEL DA COSTA FREITAS (OAB 12776/AM), ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS (OAB 7944/AM), ADV: IRACEMA DE PAULA MAIA ARAÚJO DE FREITAS (OAB 12386/AM), ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS JÚNIOR (OAB 9321/AM) - Processo 0659331-43.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0637378-23.2018.8.04.0001) - Consignação

em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Hs Comercio Varejista de Artigos de Vestuario - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, à vista do disposto no art. 76, § 1.º, I c/c o art. 485, I, ambos do CPC. À vista do princípio da causalidade, condeno a Autora ao pagamento das custas processuais. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: JULIANE DOS SANTOS SIMÕES PEREIRA (OAB 7624/AM), ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP), ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0702312-97.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valquíria do Carmo Alves Martins e outro - REQUERIDA: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos, etc, Considerando o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR n.º 0005477-60.8.04.0000 - TJ/AM, impõe-se a continuidade deste feito. Ato contínuo, verifico que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, bem assim que as partes dispensaram a produção de novas provas, conforme termo de audiência em fl. 375. Assim, reconheço que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do CPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

Alessandra Costa Pacheco (OAB 4876/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Carla Maluf Elias Tommasi (OAB 110819/SP)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Eduardo Felipe Perez Matias (OAB 144471/SP)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elanil Vanda Miranda dos Santos (OAB 6652/AM)
ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Iracema de Paula Maia Araújo de Freitas (OAB 12386/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
Jeferson Anjos da Silva (OAB 9794/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Reinaldo Nogueira de Oliveira Júnior (OAB 146428/SP)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Juliane dos Santos Simões Pereira (OAB 7624/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593/GO)
Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (OAB 7085/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313/AM)
Mario Ulysses da Silva Riker (OAB 10171/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melissa Souza Credie Borborema (OAB 3951/AM)
Melyssa Castro dos Reis (OAB 12631/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Rinaldo Cunha Costa (OAB 4854/AM)
Roberio Cassius Sampaio Aragao (OAB 16468/CE)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Rômulo José de Barro Lins (OAB 3919/AM)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rubens Carmo Elias Filho (OAB 138871/SP)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 46428/SP)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas (OAB 7944/AM)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas Júnior (OAB 9321/AM)
Sandro Rafael da Costa Freitas (OAB 12776/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Siqueira Castro Advogados (OAB 372010/AM)
Suliane Lima Viana (OAB 10552/AM)
TADEU LUIS LASKOWSKI (OAB 22043/SP)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vanderley Doin Pacheco (OAB 53543/PR)
Vivian Meira Avila Moraes (OAB 81751 /MG)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Walter Frota de Oliveira Júnior (OAB 9866/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: PAULO AUGUSTO GRECO (OAB 119729/SP), ADV: ROSELI MORAES COELHO (OAB 173931/SP), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM) - Processo 0214977-76.2010.8.04.0001 (001.10.214977-2) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Videolar S.A - REQUERIDA: VZ Multimídia, Imp e Exp, Comércio, Dist. e Editora Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Paulo Augusto Greco (OAB 119729/SP)
Roseli Moraes Coelho (OAB 173931/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0640730-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Auto Locadora Repal Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0604346-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/08/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0604597-16.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0610641-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: Luhan de Melo Farah - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/07/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0615645-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0619219-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laudi Felix Marques da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0627286-88.2015.8.04.0001 - Execução de Título

Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0631864-89.2018.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Associação dos Agricultores Familiares do Ramal Bons Amigos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0632195-71.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ (Tabela VII, Atos, I, "b"), complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HAROLDO LOPES LACERDA (OAB 962/RO) - Processo 0633585-81.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Parintins Pneus Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SANDRO DA SILVA SANTOS (OAB 7523/AM), ADV: ANTONIO EVANDRO MELO BALBI (OAB 66418/RJ) - Processo 0639576-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Furtuso Domicio Freitas - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/07/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM) - Processo 0639705-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Suziane Clementino Bezerra - Certifico, para os devidos fins de direito, que em conformidade com o despacho de fls. 147, PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/04/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0639854-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adriana Nascimento da Silva Monteiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: ROBÉRIO RODRIGUES DE CASTRO (OAB 348669SP) - Processo 0640420-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: Jose Elenildo da Silva Melo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/07/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM) - Processo 0641964-06.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Maqtech Motores e Assistência Técnica Ltda Me -

Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0642186-08.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas da citação por hora certa e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, Portaria nº 116/2017-PTJ levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0642768-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Pedro de Sa Dias - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/07/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0642782-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elvio Hugo Bandeira Monteiro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0647614-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Condomínio Residencial Vila das Flores - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/06/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0649575-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio Jorge Oliveira Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0651281-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valdecy Oliveira de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/07/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: MARIA KÁTIA BATISTA MARTINS (OAB 9581/AM) - Processo 0652318-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Ammac Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDUARDA ROSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 8846/AM) - Processo 0652689-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Parente Andrade Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/06/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM) - Processo 0656209-22.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Tatiane Neves da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0656285-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francilda Freitas da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/07/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0656485-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/07/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0656630-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Eloi Filho Freire da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM) - Processo 0658247-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Suziellen Evangelista Santana - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/06/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0659257-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cristina Rodrigues da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/06/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB) - Processo 0659827-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dirce Batista Ribeiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/07/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0661056-67.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado

aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0662074-26.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/07/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antonio Evandro Melo Balbi (OAB 66418/RJ)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduarda Rosa Cavalcante de Oliveira (OAB 8846/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Haroldo Lopes Lacerda (OAB 962/RO)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Maria Kátia Batista Martins (OAB 9581/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Robério Rodrigues de Castro (OAB 348669SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sandro da Silva Santos (OAB 7523/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: FILIPE DE SOUZA LEÃO ARAÚJO (OAB 23973/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647D/PE), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0203716-80.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Toyolex Autos LTDA - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0205040-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: FRANCISCO BARATA DA SILVA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se a Parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição e documentos juntados às fls. 107-115. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIAN ANTONY (OAB 5296/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0265086-60.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Metro Quadrado Engenharia Ltda - REQUERIDO: MCI - Manaus Consultoria de Imoveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULO HENRIQUE KURASHIMA (OAB 305617/SP), ADV: RAFAEL MIRANDA PINTO (OAB 15134/PA), ADV: RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER (OAB 18941/PA), ADV: FELICE BALZANO (OAB 93190/SP), ADV: GERALDO FONSECA DE BARROS NETO (OAB 206438/SP), ADV: ROGÉRIO CAMARGO GONÇALVES DE ABREU (OAB 213983/SP), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: ALEX PFEIFFER (OAB 181251/SP), ADV: JOCIONE DOS SANTOS SOUZA JÚNIOR (OAB 8538/AM), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA), ADV: MATHEUS LUNIÉRE MARTINS (OAB 7013/

AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 4205/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0601021-83.2014.8.04.0001 - Exibição - Liminar - REQUERENTE: LUIZ ROBERTO CALDEIRA - REQUERIDO: BANCO SAFRA S A - Intime-se a parte Requerida, por seu advogado e por nota (art. 513, §2º, I, CPC), para que cumpra a decisão determinada no acórdão julgado pela Terceira Câmara Cível do E. TJ-AM às fls. 3143-3148 dos autos, exibindo os extratos de movimentação de conta corrente, sob pena de multa diária em R$ 1.000,00 (mil reais). Cumpra-se.

ADV: ÍRIO JABES GUERRA DE SOUZA (OAB 9570/AM) - Processo 0605491-55.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: B A Elétrica Ltda. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento à execução, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608791-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdelucia Seixas e - Recebi hoje e no estado. 1 Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. 2. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior re-análise. 3. Tendo em vista o disposto no art. 246, §1º, do Código de Processo Civil, e o Provimento 274/2016 - CGJ/AM, que regulamenta a citação e intimação por meio eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, determino que se proceda a citação da Requerida, via Portal eletrônico, para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609948-04.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Embora citada, a Ré deixou transcorrer o prazo legal sem apresentar qualquer manifestação (fl. 147), razão pela qual decreto a revelia da referida parte, nos termos do disposto nos arts. 344 c/c 355, II, ambos do NCPC. Citada por edital, designo membro da Defensoria Pública para atuar como curador especial no feito, conforme art. 72, II do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: HELLEN CRISTIANE SANTOS SILVA (OAB 6708/AM), ADV: JUDICE ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7165/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: FÁBIO FERNANDO SILVA AZEVEDO (OAB 9144/AM), ADV: RODRIGO ALEXANDRE DE SOUSA (OAB 9176/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: KARLA DE SIQUEIRA CAVALCANTI AZEVEDO (OAB 7020/AM) - Processo 0611948-11.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: IVANI TEIXEIRA DA SILVA - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Intime-se a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 160-161. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0612188-29.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613801-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0615589-65.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Maria de Jesus Miranda - REQUERIDO: Cilio Abel Rodriguez Saborit - Reitere-se o ofício de fl. 38. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0620456-72.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: MICHEL PEREIRA DA SILVA - Intime-se o Sr. Oficial de justiça para que esclareça a certidão de fl. 152, conforme petição de fl. 156. Cumpra-se.

ADV: ARIANI DA SILVA SATURNINO (OAB 48257/SC) - Processo 0624483-64.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Inplac Indústria de Plásticos S/A - I. Defiro o pedido de fl. 128, expeça-se a Carta de Citação para o endereço indicado. II. Intime-se o Autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da Carta fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. Intimem-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ANA PAULA BORGES DE LIMA (OAB 5010/AM) - Processo 0632897-56.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: MAURÍCIO DE SOUZA FALCÃO - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: JOÃO LÚCIO GALVÃO GONÇALVES (OAB 6614/AM) - Processo 0633684-46.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jander Lúcio Gonçalves Loureiro - Reitero a decisão de fl. 90, intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, procedendo com a citação do Requerido, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633811-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0634996-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Rio Solimoes Distribuidora - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA (OAB 12202/AM) - Processo 0635264-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Aila Martins Marruch - Ex positis, INDEFIRO o pedido de citação editalícia, por não ter a parte demandante exaurido todos os meios para a localização da parte demandada, a fim de ser procedida a citação pessoal. INTIME-SE a parte demandante, para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SIDNEY GLADSTONE MACHADO JÚNIOR (OAB 18030/SC) - Processo 0636030-09.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Acqueduto - Saneamento e Tratamento de Agua Ltda - Considerando infrutífera a expedição dos ofícios solicitados, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento à execução, requerendo o que entender necessário, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM) - Processo 0640821-84.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO CASTRO FERREIRA - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0654903-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CASSIO MONTEIRO RODRIGUES (OAB 180066/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008-A/PB) - Processo 0655981-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Meiry Bie de Oliveira - REQUERIDO: Centrape Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre o documento juntado à fl. 55, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Gomes de Oliveira (OAB 12202/AM)
Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008-A/PB)
Alex Pfeiffer (OAB 181251/SP)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Ana Paula Borges de Lima (OAB 5010/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Ariani da Silva Saturnino (OAB 48257/SC)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Caio André Pinheiro de Oliveira (OAB 4205/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Cassio Monteiro Rodrigues (OAB 180066/RJ)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christian Antony (OAB 5296/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB 9144/AM)
Felice Balzano (OAB 93190/SP)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Filipe de Souza Leão Araújo (OAB 23973/PE)
Geraldo Fonseca de Barros Neto (OAB 206438/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hellen Cristiane Santos Silva (OAB 6708/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Írio Jabes Guerra de Souza (OAB 9570/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
João Lúcio Galvão Gonçalves (OAB 6614/AM)
Jocione dos Santos Souza Júnior (OAB 8538/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Judice Ângela Silva de Oliveira (OAB 7165/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo (OAB 7020/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647D/PE)
Matheus Luniére Martins (OAB 7013/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Paulo Henrique Kurashima (OAB 305617/SP)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Miranda Pinto (OAB 15134/PA)
Renan Vieira da Gama Malcher (OAB 18941/PA)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Alexandre de Sousa (OAB 9176/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rogério Camargo Gonçalves de Abreu (OAB 213983/SP)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sidney Gladstone Machado Júnior (OAB 18030/SC)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG), ADV: THIAGO MACEDO CLAYTON (OAB 4804/AM) - Processo 0204152-39.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Intermedium S/A - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0220943-54.2009.8.04.0001 (001.09.220943-3) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: VALDENIRA DE SOUZA AMAZONAS - Venâncio Laranjeira Amazonas - REQUERIDA: Marcilinha Santana de Oliveira - Manifestem-se as partes sobre os cálculos da Contadoria de fls. 397-399.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 16814A/PA) - Processo 0257908-60.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Itau S/A - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0600736-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Sidney Irineu de Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://

www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia19/03/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 12702/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 161799/MG), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: SÍLVIO DA COSTA BATISTA (OAB 3262/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0601227-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arlison Pereira Leite - REQUERIDO: Maria Marcia Bringel Batista -(portal Olm) - O pedido de suspensão às fls. 74-75 não se baseia em nenhuma das hipóteses do art. 313 do CPC. Além disso, gozando de capacidade civil plena, não há qualquer óbice ao Autor para que postule em juízo, estando regularmente capacitado, conforme art. 70 do CPC. Indefiro, portanto, o pedido de suspensão. Reitere-se o despacho de fl. 77. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602281-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Alex Tavares Coricos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Expeça-se o competente alvará de levantamento de honorários em favor do Perito do Juízo.

ADV: GILSON SANTONI FILHO (OAB 217967/SP) - Processo 0603483-37.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Banco Rodobens S/A - Cumpra-se na forma requerida.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0603738-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: DIEGO MONTEIRO DE CARVALHO - REQUERIDO: SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 230-233, firmado entre as partes nos autos da Procedimento Comum ajuizada por DIEGO MONTEIRO DE CARVALHO e em desfavor de SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: LAÍSA GRAZIA LIMA MARTINS (OAB 8064/AM) - Processo 0609055-47.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Laísa Grazia Lima Martins - REQUERIDO: ENGECO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0609354-48.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Maria do Socorro França Alencar - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição, sem custas, e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613611-53.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Prossiga o exequente no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM) - Processo 0614375-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reivindicação - REQUERENTE: Paulo Roberto Chaves do Carmo - REQUERIDO: Hebert Teixeira Lamblet - I. Defiro o pedido de denunciação à lide da JR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. e UNIPAR CONSTRUTORA S/A, com fulcro no art. 125, II do CPC. II. Citem-se os denunciados, por carta com aviso de recebimento, nos endereços indicados à fl. 46, para, querendo, apresentem contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 128 e 335, III, ambos do CPC. III. Intime-se o Réu/Denunciante para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da Carta fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. Razão pela qual, DETERMINO o cancelamento da audiência designada para o dia 12-03-2019.

ADV: FERNANDO DA CONCEIÇÃO GOMES CLEMENTE (OAB 178171SP), ADV: DÉBORA DOMESI SILVA LOPES (OAB 238994/SP) - Processo 0614885-91.2014.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Liberty Seguros Seguradora - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM) - Processo 0614965-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Franciomar Atanazio Martins - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Remetam-se os autos ao CEJUSC, para que informe sobre a realização da perícia médica.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0617317-78.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ante o exposto, com espeque no art. 3º, §1º do Decreto lei nº 911/69, com a redação dada pela Lei Federal 10.931/04, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, convalidando em definitiva a busca e apreensão do veículo objeto da presente ação e consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do referido bem no patrimônio do Autor. Em caso de venda do veículo a terceiro, independente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, apresente a instituição, em 05 (cinco) dias, planilha demonstrando, com clareza, o valor total do débito à época da alienação (incluso as processuais), o preço alcançado com o leilão, e, em havendo valores a serem restituídos ao demandado,

o respectivo comprovante de cumprimento da obrigação, podendo fazê-lo mediante depósito do valor remanescente em juízo (Dec. Lei 911/69, art. 2º). Custas e honorários de advogado pela parte vencida, fixando estes em R$500,00 (quinhentos reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617353-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 90-100, firmado entre as partes na fase de cumprimento de sentença promovida pela Amazonas Distribuidora de Energia S/A em desfavor de Maria Irca Laveira de Oliveira. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0618082-83.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Alcilene Neves de Oliveira e outros - REQUERIDO: Porto Seguros Companhia de Seguros Gerais - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP), ADV: TIAGO PIRES DE ABREU (OAB 12726/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: ALEXANDRE MARQUES SILVEIRA (OAB 120410/SP) - Processo 0619476-96.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Aquisição - REQUERENTE: Banco Itauleasing S/A - Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil - REQUERIDA: FRANCISCA SALES CARDOSO SOUSA - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: TAMIRES CRUZ DO AMARAL (OAB 9282/AM), ADV: WANDERLANN VIEIRA DE SOUZA (OAB 585/AM), ADV: ELTON SOUZA DA CRUZ (OAB 5835/AM) - Processo 0624929-09.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0201428-57.2014.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: DEMIR MOREIRA RODRIGUES - REQUERIDO: TAYRONE DARIO CRUZ DO AMARAL - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, III do NCPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0631474-22.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - REQUERIDO: e P Comércio e Serviços de Pneus Ltda - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 67-68, firmado entre as partes nos autos da Ação Monitória ajuizada por Pneu Forte Ltda. e em desfavor de E P Comércio e Serviços de Pneus Ltda. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: CINTIA MARFIZA DE LIMA MONTEIRO (OAB 8836/AM), ADV: VANESSA CARDOSO (OAB 11077/AM), ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM) - Processo 0632192-58.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: RITA DE CASSIA DE SOUZA FERNANDES - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA), ADV: CÍNTIA HOSSOKAWA (OAB 7437/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ULPIANO MOURA SOARES DE SOUZA (OAB 1139/RN), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: MONIKE RAMOS RODRIGUES (OAB 7877/AM), ADV: NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA (OAB 67460/RJ), ADV: LAYANA CABRAL MARQUES MOREIRA (OAB 7838/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0633021-73.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Previdência privada - REQUERENTE: ASCENTINO DIAS CAVALCANTE FILHO - REQUERIDO: FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS - LITSPASSIV: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634481-90.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinados. Em obediência ao acórdão de fls. 122-130, Homologo, por sentença nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 80-83, firmado entre as partes nos autos da Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Banco Bradesco S/A e em desfavor de Puracola Fabricação de Pré Moldados e Argamassas Importações e Exportação Ltda e Carlos André de Lima Loureiro. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM) - Processo 0634609-76.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcante Moda Import e Comercio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM) - Processo 0635261-35.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: MARCIA LEE DOS SANTOS MARQUES - REQUERIDO: ônix Empeendimentos Imobiliarios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre a petição juntada, de fls. 238/244, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0638202-84.2015.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: Lilian Meire Soares de Freitas - ME - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0641298-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Veículos - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, III do NCPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (OAB 12363/SP), ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM) - Processo 0642213-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elba Coutinho Israel da Silva - REQUERIDO: Consórcio Realiza - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0644652-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Arimateia de Souza Vinhote - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, para: I - DECLARAR a revisão do Contrato de alienação fiduciária celebrado entre as partes, para alterar o seu indexador de juros fixando 24.81% (vinte e quatro virgula oitenta e um por cento) a.A..; II - CONDENAR a parte Requerida na restituição da diferença entre o valor pago e o valor a ser calculado com a revisão das cláusulas contratuais, a qual se efetivará em liquidação, devendo o valor ser corrigido monetariamente com juros legais a partir do seu adimplemento, nos moldes da Súmula n. 54, do STJ. CONDENO o Requerido ao pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios, estes últimos fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0654898-93.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0636291-32.2018.8.04.0001) - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Sinapses Clinica de Reabilitaçao Infantil Ltda Me - Declaro-me suspeito para funcionar no presente feito, nos termos do art. 145, §1°, do CPC. Remetam-se os autos ao meu substituto legal, encaminhando a cópia do respectivo ofício à Corregedoria deste Tribunal, em observância ao art. 8º da Resolução n. 23/2010. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0657720-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra Ii - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fl. 181, firmado entre as partes nos autos da Execução de Título Extrajudicial ajuizada por Condomínio Residencial Ponta Negra II e em desfavor de Sam Comercio de Materiais de Construção Ltda. As partes ficam dispensadas do pagamento das custas remanescentes, nos termos do §3º do art. 90 do CPC/15. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0658310-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compromisso - REQUERENTE: Fundação Assefaz Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Diante destas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, para CONDENAR o Réu ao pagamento de R$ 12.427,95 (doze mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), com correção monetária desde o vencimento de cada prestação e juros de mora a partir da citação, na forma da Portaria n. 1.855/2016-PTJ. Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC. P.R.I.

ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM) - Processo 0658811-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: S.R.N. - REQUERIDO: J.J.C.V.P.A.M. e outros - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0659100-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Nara Nubia Gomes do Carmo - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

Alexandre Marques Silveira (OAB 120410/SP)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)
Cíntia Hossokawa (OAB 7437/AM)
Cintia Marfiza de Lima Monteiro (OAB 8836/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Débora Domesi Silva Lopes (OAB 238994/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)

Elton Souza da Cruz (OAB 5835/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando da Conceição Gomes Clemente (OAB 178171SP)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Gilson Santoni Filho (OAB 217967/SP)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB 12363/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Laísa Grazia Lima Martins (OAB 8064/AM)
Layana Cabral Marques Moreira (OAB 7838/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Lidiane da Silva Roque (OAB 161799/MG)
Lidiane da Silva Roque (OAB 12702/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 16814A/PA)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
Monike Ramos Rodrigues (OAB 7877/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA (OAB 67460/RJ)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Sílvio da Costa Batista (OAB 3262/AM)
Tamires Cruz do Amaral (OAB 9282/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Macedo Clayton (OAB 4804/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Tiago Pires de Abreu (OAB 12726/AM)
Ulpiano Moura Soares de Souza (OAB 1139/RN)
Vanessa Cardoso (OAB 11077/AM)
Wanderlann Vieira de Souza (OAB 585/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600184-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais referente à carta de ciência da citação por hora certa e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610721-44.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0615870-21.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0616404-33.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: BANCO J. SAFRA S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0635102-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0639597-43.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0647752-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosicleide Correa Cardoso de Lima e outros - REQUERIDA: Rosa Maria Ribeiro de Lima e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: WANDERLENE LIMA FERREIRA LUNGAREZE (OAB 2459/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO SIMÕES (OAB 175849/SP), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FABIO (OAB 12913/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0213484-35.2008.8.04.0001 (001.08.213484-8) - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Miguel Barrella Filho - REQUERIDO: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM) - Processo 0613522-98.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aureliano Gomes Junior - ME - REQUERIDO: Martins Import Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: YARA MARÍLIA DE SOUZA QUEIROZ (OAB 3094/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0623591-92.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dionísia Soares Campos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO) - Processo 0636339-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM) - Processo 0642079-95.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista que as custas recolhidas anteriormente são referentes a AR.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0646918-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB 13093/AM) - Processo 0656683-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Cristiano da Silva Amoedo e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/04/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andréa Santos da Silva (OAB 13093/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM)
EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Gabrielle Stoco Fabio (OAB 12913/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Luiz Antônio Simões (OAB 175849/SP)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Wanderlene Lima Ferreira Lungareze (OAB 2459/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Yara Marília de Souza Queiroz (OAB 3094/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: FRANCISCO SÁLVIO BARBOSA MONTENEGRO (OAB 1472/AM), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538/AM), ADV: JOSÉ JOAQUIM TEIXEIRA LOPES NETO (OAB 4929/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA (OAB 2464/AM) - Processo 0208112-95.2014.8.04.0001 (processo principal 0223183-79.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: COENCIL-Comércio, Importação e Exportação Ltda - EXECUTADO: Jackson Magalhães da Conceição - Renove-se a consulta ao sistema BACENJUD, conforme pleito de fls. 84/85. Por oportuno, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das custas de diligências para consulta ao sistema judicial, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após a comprovação, será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. Em relação ao pedido de RENAJUD e INFOJUD, deixo para apreciá-lo em momento oportuno. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0229429-52.2014.8.04.0001 (processo principal 0310583-39.2007.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Posse - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - EXECUTADA: A. D. S. Construções Ltda. - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência do executado, defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0229434-40.2015.8.04.0001 (processo principal 0707803-85.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência do requerido, defiro o pedido de consulta pelo sistema RENAJUD. Proceda-se à consulta acima aludida, devendo ser realizado o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa, intime-se a parte autora para requerer o que de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0231091-17.2015.8.04.0001 (processo principal 0617336-89.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência da executada, defiro o pedido de consulta pelo sistema RENAJUD. Proceda-se a consulta acima aludida, devendo ser realizado o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa, intime-se a parte autora para requerer o que de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0605735-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisca Gonçalves da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/04/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0607390-25.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência do executado, defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após a comprovação será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP) - Processo 0609067-95.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0610302-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Rosivaldo da Silva Tavares e outro - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: PATRÍCIA MANTES DO AMARAL TOLEDO PIZA (OAB 98124/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0611141-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0611324-93.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Alice Krichana da Silva - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que compareça(am) à Secretaria desta 3ª UPJ no dia 20-03-2019, às 11h, a fim de proceder à tomada de grafismo (colheita de assinaturas), para fins realização da perícia grafotécnica.

ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM) - Processo 0611935-07.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: José Eduardo dos Santos - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência da executada Procasa Empresa Imobiliária Ltda., defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. No que se refere ao pleito de citação por edital de Ariane Sena Afonso Galvão, antes da sua análise, necessário o esgotamento das tentativas de localização da ré, inclusive a pesquisa eletrônica de endereço pelos sistemas INFOJUD e BACENJUD, em atenção ao disposto no art. 256, §3º, do CPC. Assim, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das despesas das consultas eletrônicas acima aludidas, sob pena de restar prejudicado o pedido de citação por edital. Comprovado o recolhimento das duas despesas, proceda-se a devida consulta. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o exequente para proceder o recolhimento das custas da diligência do oficial de justiça ou das despesas da carta precatória eventualmente incidentes, conforme o caso; e, após a comprovação, expeça-se o respectivo expediente. Reversamente, retornando resposta negativa das pesquisas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCO AURÉLIO DE CARVALHO MARTINS (OAB 4777/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0617037-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosilene Carvalho Trindade - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Diante disso, deixo de apreciar o pedido de reconsideração (fls. 250/254). Intimem-se. Após, façam os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP) - Processo 0617076-07.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Banrisul - Pelo exposto, indefiro o pedido de arresto, via BACENJUD, vez que o exequente não logrou comprovar que esgotou todos os meios, colocados à sua disposição, para localizar o devedor ou os seus bens. Em prosseguimento do feito, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, diligenciar no sentido de promover a citação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0617313-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Moisés Brito Vieira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da resposta do Ofício às fls. 104/106, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620431-59.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência da requerida, defiro o pedido de consulta pelo sistema RENAJUD. Proceda-se à consulta acima aludida, devendo ser realizado o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva, intime-se a requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa, intime-se a parte autora para requerer o que de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0621436-19.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: MARIA IVONETE ALVES DO NASCIMENTO - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM) - Processo 0622545-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: CLÁUDIA DE FÁTIMA MATTOS DE SOUZA (OAB 6651/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0628483-78.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: GLAUCON IGOR SOUZA DOS SANTOS - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, de fls. 398/511, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM), ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE) - Processo 0631533-15.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nielson Brasão da Gama - REQUERIDO: R. O. dos Santos (Novo Horizonte) - LITSPASSIV: Tamuz Corretora de Seguros S/S Ltda. ME - DENUNCIADO: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM) - Processo 0631705-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Marso Corretora de Seguros Ltda. - Da análise dos autos, verifico que o requerente não indicou o interesse na realização de audiência de conciliação. Diante disso, em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de manifestar-se acerca do interesse na realização da aludida audiência, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0633987-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Ocilene Ferreira Rodrigues - Da análise dos autos, verifico que o requerente não menciona o interesse na realização de audiência de conciliação. Diante disso, em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de manifestar-se acerca do interesse na realização da aludida audiência, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0637981-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Bianca Barbosa Ferreira e outro - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as contestações e documentos.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0640121-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Izabel Cristina Oliveira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JULIANA WITT (OAB 75144RS) - Processo 0640802-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Winners Brasil Produtos Esportivos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, tendo em vista a necessidade de envio de carta de ciência da citação realizada por por hora certa, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0641938-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - Da análise dos autos, verifico que o requerente deixou de registrar o seu interesse na realização da audiência de conciliação. Diante disso, em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de manifestar-se acerca do interesse na realização da aludida audiência, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0642316-61.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Indefiro o pedido de expedição de ofício ao cadastro de inadimplentes, na medida que este Juízo não determinou a inclusão do nome dos executados nos órgãos restritivos ao crédito. Permaneçam os autos suspensos, conforme decisão de fl. 38. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0643935-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Zaqueu Sandro Castro de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/04/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0644945-08.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: JAIRO SANDREY ISRAEL SANTANA (OAB 6765/AM) - Processo 0645082-24.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raquel Marques de Oliveira e outro - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0646978-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Carlos Cavalcante Lima Araujo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/04/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0650934-92.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Herik Cabral Bezerra - Trata-se de Ação Monitória. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos (fls. 40-44) demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Da análise da petição inicial, entendo que foram preenchidos os requisitos dos arts. 319, 320 e art. 700, §2°, todos do CPC, estando a exordial instruída com a documentação comprobatória do débito. Diante disso, determino a citação para pagamento da importância reclamada e dos honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) do valor da causa no prazo de 15 (quinze) dias, consoante dispõe o art. 701, caput, do CPC. Fica o requerido advertido de que será constituído o título executivo judicial se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, conforme o §2° do aludido dispositivo legal. Registre-se, ainda, que o requerido ficará isento das custas processuais se ocorrer o pagamento no mesmo prazo. Caso o(s) requerido(s) não possua(m) cadastro para fins de citação eletrônica e, ainda, considerando o pedido de citação por oficial de justiça, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ ; e, com a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. De arremate, na hipótese do(s) réu(s) não ser(em) encontrado(s) no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0653434-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Lazaro Alves Thomaz - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0656008-30.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Maison de France - Diante disso, deixo de apreciar o pedido de reconsideração (fls.53-54). Tendo em vista que o pedido de reconsideração não produz qualquer efeito quanto ao prazo fixado, aguarde-se em Cartório o término do seu transcurso. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0659233-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/04/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0710259-08.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudia de Fátima Mattos de Souza (OAB 6651/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB 6077/AM)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francinei Moreira de Almeida (OAB 2464/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Francisco Sálvio Barbosa Montenegro (OAB 1472/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)

Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jairo Sandrey Israel Santana (OAB 6765/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Joaquim Teixeira Lopes Neto (OAB 4929/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Juliana Witt (OAB 75144RS)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco Aurélio de Carvalho Martins (OAB 4777/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Patrícia Mantes do Amaral Toledo Piza (OAB 98124/SP)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0062/2019

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: NIVEA FARIAS DA COSTA (OAB 8281/AM) - Processo 0239658-71.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0604019-58.2013.8.04.0001) (processo principal 0604019-58.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Francinete Cardoso Santos - EXECUTADO: EMBRACON ADM DE CONSÓRCIO LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para manifestação acerca do cálculo judicial de fls. 153/154, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: NEWTON SAMPAIO DE MELO (OAB 5306/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0638377-78.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0628983-13.2016.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Fiança - REQUERENTE: ILIAMARA MOTA VIEIRA - REQUERIDO: Geraldo Rodrigues da Silva Junior e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo os executados para que se manifestem acerca da petição de fls. 106, no prazo de 05 (dias) dias.

Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Newton Sampaio de Melo (OAB 5306/AM)
Nivea Farias da Costa (OAB 8281/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0079/2019

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 000.336/AM), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM) - Processo 0216376-14.2008.8.04.0001 (001.08.216376-7) - Depósito - REQUERENTE: Banco Finasa S/A - Vistos em saneador permanente. É imperioso que a Secretaria certifique o trânsito em julgado da sentença de fls. 93 a 95 proferida por Magistrado outro e realize o imediato arquivamento e baixa do feito, sem prejuízo ao seu desarquivamento para o cumprimento da sentença relacionada à verba honorária. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0247767-84.2008.8.04.0001 (001.08.247767-2) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Vistos. Processo em fase de cumprimento de sentença associada à monitória que foi instaurada contra Réu revel que deve suportar as consequências da falta de apresentação de sua resposta. Ordeno ao Autor que traga aos autos, em 5 dias, a memória de cálculo da pretensão executiva a fim de que a Secretaria ultime a penhora de ativos financeiros pela utilização do BacenJud, independentemente de outro pronunciamento judicial. O silêncio implicará o imediato arquivamento do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0601163-53.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0602386-07.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: KELLY DE SOUZA MOREIRA (OAB 208538/RJ), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0603260-60.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jamil Derzi Júnior e outro - REQUERIDO: API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Vistos em saneador permanente. Diversamente do entendimento dos Autores (fls. 1.847 a 1.852), o crédito a eles atribuído pelo Réu é de R$ 113.380,26 e foi incluído na Opção " F" como expressamente afirmado no petitório de fls. 1.847 a 1.852, o que é bastante à determinação para que se pronunciem aqueles em 5 dias. Intimem-se.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP) - Processo 0603854-11.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos em saneador permanente. Não se há falar em conversão da busca e apreensão em execução por pedido posterior ao lançamento de sentença extintiva do feito. Além disso tal pedido é incompatível com o desiderato do recurso já aviado pelo Autor, a quem assinalo o prazo de 5 dias para manifestação, sob pena de, no silêncio ser o feito encaminhado ao Órgão de Segundo Grau, independentemente de outro despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM) - Processo 0604654-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Moises Queiroz de Castro - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FERNANDO JOSÉ GARCIA (OAB 134719/SP), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM) - Processo 0604657-81.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0645884-85.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Rádio Tv do Amazonas Ltda. - EMBARGADO: Sbx Serviços de Apoio Administrativo Ltda. - Me - Compulsando os autos, verifico que o patrono da parte Exequente (BRUNO RODRIGO VALE PALHETA) não foi intimada da decisão de fls. 139, tendo em vista que o patrono desta, não consta na certidão de publicação de fls. 141. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão de fls. 139 , cujo teor segue abaixo: Vistos. Tratam-se de aclaratórios manejados pelo Embargante RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA (fls. 136 a 138), por meio dos quais é atribuída a contradição do decisório de fls. 132 que lhes ordenou o recolhimento das custas da resposta executiva, notadamente porque tais já haviam sido colacionados ao caderno processual. Pois bem é de se acolher os embargos de declaração para admitir que os Embargos à Execução, como meio de defesa autônoma, foram regularmente propostos por RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, a qual, por sua vez se desobrigou de ultimar o recolhimento das custas de seu processamento como se infere de fls. 129 a 131, documentos estes que foram inobservados por esta autoridade judiciária. A discussão a ser espelhada na espécie é orientada pelo apontamento do Embargante de nulidade do título executivo como matéria que lhe seria possível questionar, ante a licitude, em processo de conhecimento por enquadramento no artigo 917, da Lei do Rito Civil. RECEBO os embargos à execução e ordeno seja o Exequente ouvido em 15 dias, na forma estatuída pelo artigo 920, inciso I, daquele Diploma. Intime-se-lhe através do advogado habilitado nos autos da demanda de execução, a saber: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA. "

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607954-33.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0612020-95.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0612365-56.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos. Assinalo ao Autor o prazo de 5 dias para que cumpra o que foi definido pelo Órgão de Segundo Grau, quanto à constituição do Réu em mora (fls. 76 a 78), sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Intime-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0612624-22.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no

contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OAB 894B/PE), ADV: LINIKER CARMO DE HOLANDA (OAB 7893/AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR), ADV: GILBERTO BORGES DA SILVA (OAB 58647/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 16814A/PA), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM) - Processo 0615121-77.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADA: Andreza Sales da Silva - ME e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada no sistema conveniado (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM) - Processo 0616861-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Sinara do Socorro Braga do Nascimento - REQUERIDO: Todeschini S/A Indústria e Comércio e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GIORDANO CEZAR SALGADO BOAVENTURA (OAB 11685/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0627179-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Assembléia - REQUERENTE: Arnaldo Taveira de Souza Júnior - REQUERIDO: Condomínio Conjunto dos Jornalistas e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0632231-55.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0633010-68.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS), ADV: SANDRA MARCIA LERRER (OAB 81783/RS) - Processo 0635677-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Francisco Sales Ribeiro - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM), ADV: ELISETH DO ROSÁRIO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 255A/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0636595-07.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: João Bosco Moreira - Vistos. A parte conta 15 dias para promover a citação do Réu e recolher as custas de processamento da demanda, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intime-se, por meio do advogado. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0638008-84.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Anderson Ferreira Gomes - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Vistos em saneador permanente. Intime-se o Autor, por advogado, a fim de que , em 5 dias, explique a razão pela qual não se fez presente à perícia marcada perante o IML (fls. 191), sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Urgencie-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM) - Processo 0638213-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0656508-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jullien da Silva Lobato - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0656944-55.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J. G. Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0657883-35.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se

acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0701108-18.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos em saneador permanente. O entabulamento do ajuste estabelecido entre as partes e noticiado a Juízo em execução por quantia certa contra devedor solvente traz efeitos indeclináveis, dentre os quais o que se associa ao comparecimento espontâneo e à confissão de dívida dos Executados. Desta feita ordeno que os Exequentes, em 5 dias, tragam aos autos a memória de cálculo do débito remanescente assumidos pelos Executados, desde que dele sejam retirados os valores pagos, a fim de que seja ultimada a penhora de ativos financeiros, a ser desembaraçada pela Secretaria do Juízo. Intime-se. Cumpra-se.

Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 000.336/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eliseth do Rosário Alves de Oliveira (OAB 255A/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fernando José Garcia (OAB 134719/SP)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gilberto Borges da Silva (OAB 58647/PR)
Giordano Cezar Salgado Boaventura (OAB 11685/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Jéssica Cavalheiro Muniz (OAB 107401/RS)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Kelly de Souza Moreira (OAB 208538/RJ)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Liniker Carmo de Holanda (OAB 7893/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 16814A/PA)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Paulo Henrique Ferreira (OAB 894B/PE)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Sandra Marcia Lerrer (OAB 81783/RS)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0080/2019

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0211476-80.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thaysa Kerolayny Melo de Novais - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - LITSPASSIV: Shopping Center Grande Circular - Vistos e examinados. Trata-se de pedido de homologação de acordo após prolação de sentença. DECIDO. Em que pese o presente processo já ter sido julgado, não há de se olvidar o dever do magistrado de, a qualquer tempo, promover a conciliação entre as partes, conforme redação do art. 139, V, do Diploma Processual Cível, verbis: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais; Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona quanto à possibilidade de substituição da sentença previamente prolatada por acordo devidamente celebrado entre as partes, respeitando-se a autonomia das partes: PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. VIABILIDADE. 1. À LUZ DA SISTEMÁTICA PROCESSUAL VIGENTE, A SENTENÇA, AINDA QUE TRANSITADA EM JULGADO, NÃO IMPEDE A HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO SUBMETIDO PELAS PARTES À CHANCELA JUDICIAL. 2. HAVENDO COMPOSIÇÃO DAS PARTES PARA O ENCERRAMENTO DO PROCESSO, É IMPRÓPRIO COGITAR-SE DE QUALQUER EMPECILHO JUDICIAL A SUA HOMOLOGAÇÃO. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-DF - ACJ: 20130110376557 DF 0037655-80.2013.8.07.0001, Relator: EDI MARIA COUTINHO BUZZI, Data de Julgamento: 25/02/2014, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 20/03/2014 . Pág.: 344). AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO REVISIONAL. DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. POSSIBILIDADE. DIREITO DISPONÍVEL. JUIZ DO FEITO É COMPETENTE PARA APRECIAR A HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO, MESMO DEPOIS DE PROLATADA A SENTENÇA. AGRAVO PROVIDO DE PLANO, COM FUNDAMENTO NO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. (Agravo de Instrumento Nº 70059186858, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Julgado em 02/05/2014). (TJ-RS , Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Data de Julgamento: 02/05/2014, Décima Terceira Câmara Cível). Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo (fls. 687 e 688)para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, alínea 'b', do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: GISELE SAMPAIO FERNANDES (OAB 4621/AM) - Processo 0222511-37.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos e examinados. O presente feito se encontra em fase de cumprimento de sentença, a qual teve início depois da certidão do trânsito em julgado do decisório e de ultimado o comando intimatório para

seu cumprimento voluntário pelo Réu revel. Sucede que o Autor pugnou a extinção do feito pela desistência (fls. 163) em virtude da composição extrajudicial, o que é impróprio para a fase em que se encontra o processo. Desta feita recebo o aludido pedido como satisfação integral do crédito satisfativo. Parte dispositiva Ex positis, DECLARO a extinção da execução, pois que satisfeita a obrigação. Faço-o por sentença, à luz do artigo 924, inciso II, da Lei do Rito Civil. A realização concreta do direito consagrado no título executivo foi alcançada, razão bastante ao lançamento desta sentença, de conformidade com o que dita o artigo 925, do Digesto Processual Civil. Custas pagas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se sua baixa por termo nos autos.

ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: REBECA CALDAS FERREIRA (OAB 6586/AM) - Processo 0252315-55.2008.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0252315-55.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Depósito - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos e examinados. Inaugurada a fase de cumprimento da sentença associada à demanda de busca e apreensão, houve o pedido de desistência do Autor à fase aludida (fls. 99). Recebo a referida petição como renúncia ao crédito e, assim DECLARO sua extinção por sentença judicial, tal o que reza o artigo 924, inciso IV, combinado com o artigo 925, da Lei do Rito Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Proceda-se à baixa.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0601518-92.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Fort Indústria e Comércio de Cimento e Argamassa Ltda. - Vistos e examinados. Reconheço o acordo em fase de cumprimento de sentença e, assim DECLARO a extinção do processo sem anuir à gratuidade da justiça pretendida. Faço-o à luz do artigo 924, inciso III, da Lei do Rito Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0606405-51.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606404-66.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Diego da Silva e Silva - Vistos em saneador permanente. Não reconheço, por agora a validade da justificativa de reprodução dúplice desta demanda e daquela que tomou o número 0606404-69.2019.8.04.0001, como buscou justificar o Autor em esclarecimentos que lhe foram judicialmente exigidos (fls. 374). Por conseguinte não homologo a desistência. Ordeno à Secretaria que busque saber, perante o gestor interno do SAJ/PG5 se houve alguma inconsistência do sistema (falta de energia, atualização do sistema ou suspensão temporária por problemas técnicos) no momento do protocolamento das duas ações pelo Autor com identidade de partes, de pedido e de causa de pedir. Faça-o em nome da transparência. Em sendo obtidos os esclarecimentos supramencionados, deverá ser o Autor intimado à manifestação em 5 dias, sem prejuízo ao reconhecimento da litigância de má-fé como já lhe foi apontado no pronunciamento de fls. 369 e 370. Repito esta manifestação no outro processo. Intime-se o Autor. Cumpra-se.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0609479-16.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro - Coisas - REQUERENTE: Abilio Tavares de Lira Junior - Vistos e examinados. Tratam-se de Embargos de Terceiro formulados por ABILIO TAVARES DE LIRA JÚNIOR distribuídos por dependência ao Processo n. 0008161-83.1997, em trâmite junto ao Juízo da 3ª Vara Cível e Acidentes do Trabalho. Pois bem, cuida-se de processo em relação ao qual o exercício do juízo de admissibilidade da demanda diante deste Juízo resta comprometido, isto porque os pedidos mediato e imediato bosquejados pelo Autor/Embargante guardam estreita correspondência ao processo judicial que tem tramitação diante de outra Unidade Judicial. Houve, pois sua inobservância à rotina de tramitação virtual de conformidade com o Sistema de Automação da Justiça - SAJ/PG5 que, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado, instrumentaliza a formação digital dos processos, segundo a ordem técnica sistemática que se lhe impõe. Assim, sob a ótica delineada o Autor deveria ter realizado a atividade de elaboração da inicial e juntada de documentos em vassalagem às categorias informativas relacionadas à petição de ingresso; às peças documentais que a instruem e ao Juízo ao qual se destina a pretensão de direito material, entretanto não se desincumbiu de tais providências por dever legal. Assevero que, nos moldes estatuídos no artigo 2º, da Portaria nº 599/2017-PTJ de 27/03/2017, a distribuição da proemial é realizada de forma automática, sem necessidade da intervenção do distribuidor ou da secretaria do Juízo. Disto decorre que por conduta exclusiva do patrono da parte, os presentes autos foram equivocadamente distribuídos a este Juízo. Parte Dispositiva Do exposto, DECLARO a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, motivo bastante ao JULGAMENTO DE EXTINÇÃO DA DEMANDA sem resolução do mérito, fazendo-o com supedâneo no artigo 485, inciso IV da Lei do Rito Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa no acervo desta Unidade Judicial, após termo nos autos.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0610290-49.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: L..J. GUERRA & CIA LTDA - Vistos e examinados. Trata-se de demanda executiva aviada por L J GUERRA CIA LTDA contra JRG CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA - EPP representada por títulos devidamente protestados em função do inadimplemento. Atribuiu à causa o valor de R$ 31.086,69, sobre cujas custas foi demonstrado o recolhimento pelo Exequente, segundo propriedades do SAJ/PG5. O juízo de admissibilidade da demanda executiva foi realizado com ordem de citação do Executado ao pagamento do débito imputado, sob pena de penhora de tantos bens quanto bastem à satisfação do crédito espelhado e intimação para oferta de Embargos. Expedido o mandado não houve o cumprimento em virtude da informação trazida pelo meirinho de que o Executado havia mudado de endereço (fls. 102). A registrar que a Secretaria, ao seu talante localizou o processo na fila de processos suspensos, isto porque não teria sido submetido à apreciação do Juízo o requerimento do Exequente. Pior foi a emissão do ato ordinatório de fls. 111 que afirmava a suspensão por ordem da signatária, o que não correspondia à verdade, o que levou ao pronunciamento de fls. 121 para que o Exequente, em 5 dias, promovesse a citação do Executado e recolhesse as custas da diligência citatória, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (fls. 121). Regularmente intimado, o Exequente pugnou a desistência do feito (fls. 124). É o relatório. Decido. As circunstâncias acima apontadas são relevantes o bastante para sedimentar o provimento jurisdicional de inobservância aos elementos que se sagram imprescindíveis à constituição regular do feito e sua existência na órbita do direito, isto porque se revela ônus do Autor a indicação fidedigna do endereço da parte adversa a ocupar a angularidade passiva da demanda e, o exaurimento das vias legais citatórias, sem o que o feito se extingue por sentença que não lhe aprecia o mérito, à luz do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Explica-se. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a leitura que se extrai do artigo 6º, do Digesto Processual Civil que consagra o princípio da cooperação. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. O chamamento citatório da parte com quem se vai digladiar na seara judicial é ônus processual da parte que contra ela demanda, à inteligência do que dita o artigo 240, §2°, do novo Digesto Processual Civil. Nunca demais lembrar que a citação formal do Réu é pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sobre o qual o Autor não se desincumbiu do dever, tendo em vista que no momento de comprovar a regularidade da citação ou requerer diligência para que nova citação fosse efetuada, quedou-se inerte. Desta forma,

a parte não foi diligente em cumprir o seu papel e possibilitar a triangulação processual. Fê-lo, é bem verdade, em momento bem posterior à determinação judicial, inclusive quando esta demanda já se achava concluso para sentença. À colação decisões várias do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: "CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação monitória. Sentença de extinção, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, IV, CPC/73, vigente à época. Irresignação da parte autora. Descabimento. Inércia da parte requerente em promover atos que lhe competiam para a citação da parte ré. Configurada a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Desnecessária a intimação pessoal da parte, visto que a hipótese dos autos não corresponde àquela prevista pelo artigo 267, III, CPC/73. Precedentes. Recurso não provido" (Apel. n. 1039057-17.2014.8.26.0002, Relator(a): Walter Barone, 24ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 23/02/2017). "APELAÇÃO Ação monitória - Sentença de extinção do feito com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil - Pretensão de anulação do r. decisum - Inadmissibilidade - Autor intimado a distribuir a carta precatória, bem como, indicar o endereço que pretendia citar uma das requeridas - Citação necessária para constituição e desenvolvimento válido do processo - Desnecessidade de intimação pessoal - Recurso ao qual se nega provimento, por maioria de votos. Ante o exposto, por maioria, nega-se provimento ao recurso de apelação" (Apel. n. 1013304-87.2016.8.26.0002, Relator(a): Claudia Grieco Tabosa Pessoa, 19ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 24/10/2016). "Extinção do processo - Extinção sem resolução do mérito - Ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (artigo 267, IV, do Código de Processo Civil) - Inércia do autor na promoção da citação - Verificação - Observância da aplicabilidade restrita do disposto no §1º deste artigo 267 do Código de Processo Civil às hipóteses declinadas em seus incisos II e III - Sentença mantida - Apelação desprovida" (Apel. n. 0026743-74.2005.8.26.0001, Relator(a): Maurício Pessoa, 14ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 13/07/2015); "Contrato de financiamento com pacto de alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão. É cabível a extinção do processo, sem resolução do mérito, se o autor, apesar de devidamente intimado, pela imprensa oficial, para fornecer os meios necessários para a realização da citação, permanece inerte. Exegese do art. 485, IV, do CPC/2015. Obrigatoriedade de intimação pessoal da parte para dar andamento ao feito somente nas hipóteses previstas nos incisos II e III do aludido dispositivo legal. Ademais, o patrono da autora foi devidamente intimado da decisão, pela imprensa oficial, na forma do art. 272 do CPC/2015. Recurso improvido" (Apel. n. 1008889-61.2016.8.26.0002, Relator(a): Gomes Varjão, 34ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 27/10/2016). O processo não pode tramitar por tantos anos sem que o Autor, em nome do princípio da cooperação, e por vassalagem aos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo não se desobrigue de cumprir os requisitos legais para adequar a angularidade passiva da demanda (artigo 319, inciso II, da nova Lei do Rito Civil). Inafastável, ademais a violação ao princípio da razoável duração do processo por ato que se imputa exclusivamente ao Autor. Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que o Autor haja praticado os atos que lhe competem, inclusive sem cumprir diligências imprescindíveis ao provimento jurisdicional almejado, silenciando a respeito da informação trazida aos autos e que guarda respeito ao desenvolvimento válido e regular do processo. Parte dispositiva Assim, pelas razões jurígenas acima alinhavadas, DECLARO a ausência do pressuposto objetivo de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (promoção citatória do Réu através da indicação do seu endereço para ocupar a angularidade passiva do feito), motivo bastante ao JULGAMENTO DE EXTINÇÃO DA DEMANDA sem resolução do mérito, fazendo-o com supedâneo no artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM) - Processo 0613833-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Osmar Júnio Torres dos Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - TERCEIRO I: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos e examinados. Trata-se e demanda de cobrança de verba securitária remanescente almejada pelo Autor OSMAR JUNIO TORRES DOS SANTOS que a cumulou, judicialmente com a indenizatória por dano moral contra o Réu LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, tudo em virtude de acidente de veículo automotor do qual aquela se sagrou vitimada. Alega o autor que, inobstante tenha sido vítima de acidente de trânsito que resultou em sua invalidez permanente parcial em 03/07/2014, recebeu administrativamente da seguradora requerida a quantia de R$ 2.362,50 em 05/12/2014, valor este tido como aquém do estabelecido no art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/1974, motivo por que acorreu ao Judiciário a fim de que lhe fosse reconhecido o direito ao recebimento de verba indenizatória complementar. Juntou ao caderno virtual a seguinte documentação: procuração (fls. 13), declaração de hipossuficiência (fls. 15 e 16), boletim de ocorrência do sinistro (fls. 23 e 24), prontuário médico (fls. 17 a 19), documentos pessoais (fls. 14, 21 e 22). Decisão proferida por esta julgadora, à época determinou a emenda da exordial para que o autor trouxesse aos autos o processo administrativo para recebimento de seguro, os exames de corpo de delito complementares que se submeteu perante o IML, comprovantes de hipossuficiência para a concessão da benesse jurídica, endereço de seu domicílio e comprovante de pagamento do seguro. Petição às fls. 29 e 30, no bojo da qual argumentou a desnecessidade de laudo complementar do IML, anexando-se comprovante de endereço (fls. 31) e comprovante de pagamento da verba (fls. 32 e 33); trouxe comprovante de situação cadastral junto à Receita Federal (fls. 34). Sentença extintiva proferida às fls. 36 a 41 indeferiu a inicial sem resolução do mérito devido a ausência de documentos indispensáveis à propositura da demanda. Justiça gratuita indeferida. Recurso de apelação deduzido (fls. 44 a 60). Acórdão proferido pela Primeira Câmara Cível reconheceu recurso impetrado pelo Autor e determinou a realização de perícia junto ao IML para enquadrar e quantificação da invalidez e concedeu a gratuidade da justiça. Retornados os autos a este juízo, foi determinada por decisão (fls. 81 e 82), a prova pericial e determinado encaminhamento do processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC. Contestação apresentada às fls. 91 a 104, ao tempo em que deduzida em preliminar a ausência do comprovante de residência que afirma que mera declaração de residência não é o suficiente para comprovação do domicílio. No mérito refutou os fatos articulados na inicial, que por estar presente em processo administrativo o valor pago a título de indenização e com o recebimento, firma a quitação; Informou que o requerente já fora indenizado administrativamente no valor máximo em relação da lesão sofrida de acordo com a Lei nº 11.945/2009, sendo assim não havendo valor a ser complementado; Questionou a veracidade do registro de ocorrência por este não conter assinatura policial; Atribuiu incorreção da atualização monetária visto que o valor máximo indenizável independe de correção monetária; Invalido seria o laudo particular como única prova para decidir o mérito; Em face da ausência do grau da lesão é necessário a perícia complementar a ser realizada pelo IML; O valor indenizatório deve estar em consonância com a Lei nº 11.945/09 e a súmula 474 do STJ onde o DPVAT tem como finalidade amparar as vítimas dos acidentes de trânsito e não ressarcir a vítima de todos os prejuízos que sofreu; No caso de eventual condenação rememora que a correção monetária deve incidir da data da propositura da demanda bem como os juros de mora da citação da requerida; Frisou que por se tratar de justiça gratuita os honorários de sucumbência não podem ultrapassar o patamar de 15%. Processo Administrativo (fls. 105 a 125). O Autor apresentou impugnação à contestação, reiterou os dados, documentos e pedidos apresentados na exordial (fls. 155 a 160). Nesse interim, petição de fls. 164 do Instituto Médico Legal, constatou a ausência do Autor à perícia médica. O aviso de intimação postal apontou como desconhecido o endereço do Autor (fls. 173). A registrar que o advogado particular do Autor foi regularmente intimado acerca da perícia a fim de que informasse àquele. Por ato ordinatório de fls. 166 foi designada nova perícia

médica, para a qual o Autor mais uma vez não compareceu (fls. 174). É o relatório. DECIDO. O seguro obrigatório DPVAT, instituído pela Lei nº 6.194 de 09 de dezembro de 1974, tem por objetivo indenizar todos os envolvidos em acidente de trânsito - pedestres, pessoas transportadas em outros veículos, passageiros do veículo causador do sinistro, condutores, mesmo que proprietários, e dependente - do qual resulte morte, invalidez permanente, além de custear as despesas médicas. Para fins de indenização pelo DPVAT, a invalidez permanente opera-se quando um membro ou órgão sofre perda ou redução irremediável de sua funcionalidade, que pode ser total ou parcial. Nos termos do art. 5º da Lei do DPVAT, exige-se a comprovação do acidente e do dano decorrente para que seja efetuado o pagamento da indenização, daí a razão para que a vítima de acidente seja submetida à perícia técnica com o propósito elucidatório do grau de lesão, de conformidade com a Súmula 474, do STJ, que se sagrou aplicável também aos acidentes ocorridos em momento anterior ao advento da Lei n. 11.945/2009. Logo, considerando-se que o acidente que vitimou o Autor ocorreu em 14 de março de 2015 tem-se que a legislação supramencionada exige o laudo pericial para apuração do grau de invalidez, mesmo permanente. Com efeito, a perícia judicial em casos tais se sagra como prova imprescindível à formação do convencimento judicial acerca do fato, seu efeito e a relação causal, assim como o grau de lesão experimentado pelo Autor. Se de um lado dúvidas inexistem quanto à ocorrência do acidente, tal o boletim de ocorrência e a notícia levada a conhecimento do Segurador, de outro somente se pode afirmar a gradução lesiva através do laudo pericial a cargo do experto judicial integrante dos quadros do IML nesta Capital. Ocorre que, inobstante agendamento e intimação válida dirigida ao advogado particular habilitado pelo Autor aos autos, quanto à data expressamente designada para a perícia não houve o comparecimento do Autor (periciando) àquele órgão, tal o expediente de fls. 164. Assim, houve a remarcação da perícia, a qual não compareceu o Autor pela segunda vez (fls. 174). O destaque quanto à intimação do advogado particular é de mister, pois que se o Autor estivesse assistido pela Defensoria Pública, então neste caso, se excepcionaria a regra geral daquele tipo de intimação para que esta se desse a ambos. O Autor não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo do seu direito em observância ao que dita o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Desta feita, DESACOLHO o pedido formulado pelo Autor e JULGO IMPROCEDENTE a demanda de cobrança do saldo remanescente do seguro DPVAT por não ter ele se desincumbido da prova atinente à graduação da lesão que alega ter experimentado. Faço-o por sentença com resolução do mérito segundo dicção do artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 320, do Digesto Processual Civil. Custas e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, em favor do advogado do Réu (artigo 85, § 2º, CPC), os quais resultam inexigíveis ante a concessão de gratuidade da justiça ao Autor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 115411/MG) - Processo 0615868-27.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Cobrança ajuizada por BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA contra MARY JANE MORAES DE OLIVEIRA, em razão de inadimplemento advindo de negócio jurídico consistente no fornecimento de produtos diversos. Malogradas inúmeras tentativas de citação do Réu (fls. 41, 57, 70, 100), e passados mais de 5 anos do ajuizamento da demanda veio o Autor pugnar a desistência às fls. 105. O Réu, assinala-se, sequer chegou a ser citado, tornando desnecessário o seu consentimento para que a desistência produza os efeitos almejados, nos termos do §4o, do artigo 485, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Assim sendo, HOMOLOGO a presente desistência, à inteligência do que dita o artigo 200, parágrafo único, daquele Diploma legal. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, fazendo-o com sustentáculo no inciso VIII, do art. 485, do Digesto Processual Civil. "Desistência da ação é ato unilateral do autor (incondicionado ou condicionado v. § 4° e art. 298, parágrafo único) pelo qual se abre mão do processo como meio de solução do litígio. Não se confunde com renúncia, que tem por objeto o direito material, sem com ato de disposição do direito de ação, que teria como consequência não permitir a propositura. Do que se abre mão na desistência é apenas do instrumento, a relação processual, nada impedindo que a ação volte a ser proposta (art. 268, caput)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo 12ª. ed. Baueri, SP: Manole, 2013, p. 249). Custas de processamento da demanda que decorrem da sentença de desistência haverão ser suportados pelo Autor, segundo dicção do artigo 90, da Lei do Rito Civil. "Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu." Colaciono: "Trata-se de consagração específica do princípio da causalidade: responde o autor por ter dado causa ao processo e depois desistido dele ou renunciado ao direito material; responde o réu por ter exigido do autor a propositura da ação e reconhecido seu pedido em juízo." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 145) (grifo posterior). Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, e desde que não hajam pendências, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa diante do acervo desta Unidade Judicial.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0619880-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jose Pereira Falcao e outro - REQUERIDO: Revenda Representações e Vendas Comerciais Ltda - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Vistos e examinados. Os Acordantes atravessaram conjuntamente petitório por meio do qual estabelecem cláusulas de ajuste restabelecedor da paz social. Fizeram-no para encerrar a presente demanda de rescisão do contrato cumulado com devolução das parcelas pagas. Pois bem, esta autoridade judiciária entende que o órgão julgador, diante de um pretenso acordo de vontades submetido à sua homologação ou ao deferimento de suspensão da demanda, não pode figurar como um simples espectador, ou árbitro do que houver sido convencionado, mas, ao contrário haverá exercer sobre o pedido, a análise de sua legalidade, inclusive com incursões sobre as cláusulas do pacto, segundo a corrente jurisprudencial da intervenção judicial restrita ao controle da legalidade, a qual me filio sem reservas. Assim, em exercício ao juízo apreciativo a respeito da legalidade das cláusulas avençadas (fls. 589 a 593) esta Julgadora lança este pronunciamento resolutório da demanda. De grande e primorosa valia jurídica o ensinamento que transcrevo acerca da transação: "A característica básica da transação é a reciprocidade de concessões, sendo lícito às partes levar à transação elementos, em princípio, estranhos à lide (nesse sentido, dispõe o art. 515, § 2 º, do NCPC, que é título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que envolva sujeito estranho ao processo e verse sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo). A lide é praticamente redefinida na transação, pois que, do contrário, de transação não se trataria. Por isso é que, segundo pensamos, a transação é possível ainda que a ação tenha sido proposta, pleiteando-se, por meio dela, direito indisponível. Isto porque, como a transação é instituto que envolve necessariamente concessões mútuas, implica necessariamente alteração do mérito, tal como originariamente posto (delineado, delimitado) na petição inicial, já que o autor e réu hão de fazer concessões para que de transação se trate." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 791). Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência JULGO EXTINTA a demanda posta segundo dicção do artigo 487, inciso III, alínea 'b'

da Lei do Rito Civil. Faço-o por sentença com resolução do mérito. Custas quitadas e honorários advocatícios a serem suportados por cada parte em relação a seu próprio advogado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0623445-56.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinados. O Autor ingressou com a presente demanda de execução por quantia certa contra devedor solvente, em virtude do descumprimento das obrigações contratuais pecuniárias pelo Réu decorrentes da Cédula de Crédito Bancário. Inúmeras providências foram tomadas no feito para a citação do Réu para pagamento e satisfatividade do crédito, embora todas hajam restado inexitosas. O Autor pugnou o arquivamento definitivo do feito (fls. 130), pedido este que recebo como desistência. O Réu, assinala-se, sequer chegou a ser citado, tornando desnecessário o seu consentimento para que a desistência produza os efeitos almejados, nos termos do § 4o, do artigo 485, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Assim sendo, HOMOLOGO a presente desistência, à inteligência do que dita o artigo 200, parágrafo único, daquele Diploma legal. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, fazendo-o com sustentáculo no inciso VIII, do art. 485, do Digesto Processual Civil. "Desistência da ação é ato unilateral do autor (incondicionado ou condicionado v. § 4° e art. 298, parágrafo único) pelo qual se abre mão do processo como meio de solução do litígio. Não se confunde com renúncia, que tem por objeto o direito material, nem com ato de disposição do direito de ação, que teria como consequência não permitir a repropositura. Do que se abre mão na desistência é apenas do instrumento, a relação processual, nada impedindo que a ação volte a ser proposta (art. 268, caput)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo 13ª. ed. Baueri, SP: Manole, 2014, p. 242). Custas de processamento da demanda que decorrem da sentença de desistência haverão ser suportados pelo Autor, segundo dicção do artigo 90, da Lei do Rito Civil. "Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu." Colaciono: "Trata-se de consagração específica do princípio da causalidade: responde o autor por ter dado causa ao processo e depois desistido dele ou renunciado ao direito material; responde o réu por ter exigido do autor a propositura da ação e reconhecido seu pedido em juízo." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 145) (grifo posterior). Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, e desde que não haja pendências, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa diante da Distribuição.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM) - Processo 0624147-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Andresson Protazio de Freitas - Vistos e examinados. Trata-se e demanda de cobrança de verba securitária remanescente almejada pelo Autor ANDRESSON PROTAZIO DE FREITAS contra o Réu LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, tudo em virtude de acidente de veículo automotor do qual aquela se sagrou vitimada. Alega o autor que, inobstante tenha sido vítima de acidente de trânsito que resultou em sua invalidez permanente parcial em 14/03/2015, recebeu administrativamente da seguradora requerida a quantia de R$ 2.362,50 em 20/10/2016, valor este tido como aquém do estabelecido no art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/1974, motivo por que acorreu ao Judiciário a fim de que lhe fosse reconhecido o direito ao recebimento de verba indenizatória complementar. Juntou ao caderno virtual a seguinte documentação: procuração (fls. 6), declaração de hipossuficiência (fls. 11), boletim de ocorrência do sinistro (fls. 16 e 17), prontuário médico (fls. 13), documentos pessoais (fls. 7 a 10). Decisão proferida por esta julgadora (fls. 24 a 26) que ordenou a realização da prova pericial e o encaminhamento do processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC que, por sua vez agendou perícia diante do Instituto Médico Legal (fls. 33), para a qual não atendeu. A registrar que o endereço por ele declinado na exordial se sagrou insuficiente, de conformidade com a informação do agente de correios (fls. 32), ainda assim seu advogado particular foi regularmente intimado para que repassasse ao Autor o dever de comparecimento. A tal respeito, a certidão de publicação de fls. 31. Por ato ordinatório foi apontada ao advogado do Autor a obrigação de se manifestar sobre a ausência daquele que o constituiu à perícia, quando então preferiu o causídico o caminho da produção de requerimento de nova perícia e intimação do Autor ao mesmo endereço que se sabe insuficiente. Pior ainda, o causídico formulou tais pedidos intempestivamente, tal o certificado às fls. 39. É o relatório. DECIDO. O seguro obrigatório DPVAT, instituído pela Lei nº 6.194 de 09 de dezembro de 1974, tem por objetivo indenizar todos os envolvidos em acidente de trânsito - pedestres, pessoas transportadas em outros veículos, passageiros do veículo causador do sinistro, condutores, mesmo que proprietários, e dependente - do qual resulte morte, invalidez permanente, além de custear as despesas médicas. Para fins de indenização pelo DPVAT, a invalidez permanente opera-se quando um membro ou órgão sofre perda ou redução irremediável de sua funcionalidade, que pode ser total ou parcial. Nos termos do art. 5º da Lei do DPVAT, exige-se a comprovação do acidente e do dano decorrente para que seja efetuado o pagamento da indenização, daí a razão para que a vítima de acidente seja submetida à perícia técnica com o propósito elucidatório do grau de lesão, de conformidade com a Súmula 474, do STJ, que se sagrou aplicável também aos acidentes ocorridos em momento anterior ao advento da Lei n. 11.945/2009. Logo, considerando-se que o acidente que vitimou o Autor ocorreu em 14 de março de 2015 tem-se que a legislação supramencionada exige o laudo pericial para apuração do grau de invalidez, mesmo permanente. Com efeito, a perícia judicial em casos tais se sagra como prova imprescindível à formação do convencimento judicial acerca do fato, seu efeito e a relação causal, assim como o grau de lesão experimentado pelo Autor. Se de um lado dúvidas inexistem quanto à ocorrência do acidente, tal o boletim de ocorrência e a notícia levada a conhecimento do Segurador, de outro somente se pode afirmar a gradução lesiva através do laudo pericial a cargo do experto judicial integrante dos quadros do IML nesta Capital. Ocorre que, inobstante agendamento e intimação válida dirigida ao advogado particular habilitado pelo Autor aos autos, quanto à data expressamente designada para a perícia não houve o comparecimento do Autor (periciando) àquele órgão, tal o expediente de fls. 33. O ressalto quanto à intimação do advogado particular é de mister, pois que se o Autor estivesse assistido pela Defensoria Pública, então neste caso, se excepcionaria a regra geral daquele tipo de intimação para que esta se desse a ambos. O Autor não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo do seu direito em observância ao que dita o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Desta feita, DESACOLHO o pedido formulado pelo Autor e JULGO IMPROCEDENTE a demanda de cobrança do saldo remanescente do seguro DPVAT por não ter ele se desincumbido da prova atinente à graduação da lesão que alega ter experimentado. Faço-o por sentença com resolução do mérito segundo dicção do artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 320, do Digesto Processual Civil. Custas e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, em favor do advogado do Réu (artigo 85, § 2º, CPC), os quais resultam inexigíveis ante a concessão de gratuidade da justiça ao Autor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO AURÉLIO MOREIRA (OAB 35572/RS), ADV: PAULO ANTÔNIO MILLER (OAB 13449/RS), ADV: PAULO ANTONIO MULLER (OAB 67090/PR), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0628884-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Marlene Bindá Pessoa - REQUERIDO: Cia. de Seguros Prev Sul - Banco Bradesco S/A - Vistos e examinados. A Autora ingressou com a presente demanda declaratória de inexistência de débito cumulada com indenizatória por danos materiais e morais contra o Réu com quem nunca manteve relação jurídica securitária e, apesar disso experimentou descontos em sua conta-corrente. Exercido o juízo

de admissibilidade da proemial foram as partes encaminhadas à audiência de conciliação, assim, embora não ocorrente o ajuste perante aquele setor, resolveram elas - MARLENE BINDÁ PESSOA e COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL - PREVISUL SEGURADORA - entabular ajuste (fls. 210 e 211). De grande e primorosa valia jurídica o ensinamento que transcrevo acerca da transação: "A característica básica da transação é a reciprocidade de concessões, sendo lícito às partes levar à transação elementos, em princípio, estranhos à lide (nesse sentido, dispõe o art. 515, § 2 º, do NCPC, que é título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que envolva sujeito estranho ao processo e verse sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo). A lide é praticamente redefinida na transação, pois que, do contrário, de transação não se trataria. Por isso é que, segundo pensamos, a transação é possível ainda que a ação tenha sido proposta, pleiteando-se, por meio dela, direito indisponível. Isto porque, como a transação é instituto que envolve necessariamente concessões mútuas, implica necessariamente alteração do mérito, tal como originariamente posto (delineado, delimitado) na petição inicial, já que o autor e réu hão de fazer concessões para que de transação se trate." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 791). Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência JULGO EXTINTA a demanda posta segundo dicção do artigo 487, inciso III, alínea 'b' da Lei do Rito Civil. Faço-o por sentença com resolução do mérito. Custas inexigíveis ante a gratuidade da justiça e honorários advocatícios a serem suportados por cada parte em relação a seu próprio advogado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634801-43.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. O Autor ingressou com a presente demanda monitória, em virtude do descumprimento das obrigações recaídas sobre a unidade de consumo de energia elétrica de responsabilidade do Réu que teriam restado inadimplidas. Exercido o juízo de admissibilidade da inicial, diversas providências foram ultimadas no processo para a citação do Réu ao pagamento da dívida, embora todas hajam sido infrutíferas. O Autor pugnou a desistência (fls. 95). O Réu, assinala-se, sequer chegou a ser citado, tornando desnecessário o seu consentimento para que a desistência produza os efeitos almejados, nos termos do § 4o, do artigo 485, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Assim sendo, HOMOLOGO a presente desistência, à inteligência do que dita o artigo 200, parágrafo único, daquele Diploma legal. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, fazendo-o com sustentáculo no inciso VIII, do art. 485, do Digesto Processual Civil. "Desistência da ação é ato unilateral do autor (incondicionado ou condicionado v. § 4° e art. 298, parágrafo único) pelo qual se abre mão do processo como meio de solução do litígio. Não se confunde com renúncia, que tem por objeto o direito material, nem com ato de disposição do direito de ação, que teria como consequência não permitir a repropositura. Do que se abre mão na desistência é apenas do instrumento, a relação processual, nada impedindo que a ação volte a ser proposta (art. 268, caput)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo 13ª. ed. Baueri, SP: Manole, 2014, p. 242). Custas de processamento da demanda que decorrem da sentença de desistência haverão ser suportados pelo Autor, segundo dicção do artigo 90, da Lei do Rito Civil. "Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu." Colaciono: "Trata-se de consagração específica do princípio da causalidade: responde o autor por ter dado causa ao processo e depois desistido dele ou renunciado ao direito material; responde o réu por ter exigido do autor a propositura da ação e reconhecido seu pedido em juízo." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 145) (grifo posterior). Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, e desde que não haja pendências, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa diante da Distribuição.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM) - Processo 0637884-33.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Taicir Mohamed Elemnoufi - Vistos e examinados. O Autor ingressou com a presente demanda de busca e apreensão de veículo contra pessoa física, o que gerou a determinação para esclarecimentos, notadamente em virtude de estar o bem em nome de outrem - RAINNEH MENDONÇA PINTO, assim como lhe foi determinado que provasse sua hipossuficiência. Em resposta, disse o Autor que, por vício de linguagem se qualifica como empresário e insistiu no pedido de gratuidade (fls. 42 e 43) para, em seguida pugnar a extinção do feito pela desistência (fls. 51). O Réu, assinala-se, sequer chegou a ser citado, tornando desnecessário o seu consentimento para que a desistência produza os efeitos almejados, nos termos do § 4o, do artigo 485, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Assim sendo, HOMOLOGO a presente desistência, à inteligência do que dita o artigo 200, parágrafo único, daquele Diploma legal. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, fazendo-o com sustentáculo no inciso VIII, do art. 485, do Digesto Processual Civil. "Desistência da ação é ato unilateral do autor (incondicionado ou condicionado v. § 4° e art. 298, parágrafo único) pelo qual se abre mão do processo como meio de solução do litígio. Não se confunde com renúncia, que tem por objeto o direito material, nem com ato de disposição do direito de ação, que teria como consequência não permitir a repropositura. Do que se abre mão na desistência é apenas do instrumento, a relação processual, nada impedindo que a ação volte a ser proposta (art. 268, caput)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo 13ª. ed. Baueri, SP: Manole, 2014, p. 242). INDEFIRO a gratuidade da justiça por falta de prova da miserabilidade do Autor. Custas de processamento da demanda que decorrem da sentença de desistência haverão ser suportados pelo Autor, segundo dicção do artigo 90, da Lei do Rito Civil. "Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu." Colaciono: "Trata-se de consagração específica do princípio da causalidade: responde o autor por ter dado causa ao processo e depois desistido dele ou renunciado ao direito material; responde o réu por ter exigido do autor a propositura da ação e reconhecido seu pedido em juízo." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 145) (grifo posterior). Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, e desde que não haja pendências, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa diante da Distribuição.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0639662-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Reis Lisboa Comércio Transportes e Serviços Ltda. - REQUERIDO: Allianz Seguros S/A - Vistos e examinados. Trata-se de demanda indenizatória por danos materiais deduzida por REIS LISBOA COMÉRCIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA (empresa transportadora segurada) contra ALLIANZ SEGUROS S.A. (seguradora), com a qual entabulou contrato de seguro para o transporte de cargas (artefatos de aço e ferro) a ser entregue em Goiânia. Atribuiu à carga o valor de R$ 81.833,92, de conformidade com a Nota Fiscal de fls. 69, entretanto o destinatário não a teria recebido em virtude da oxidação nela havida, o que levou o Autor a realizar a comunicação do sinistro n. 192438224 ao Réu (fls. 67), por meio do Protocolo n. 5177-2015-2J-54-0000857, o qual estimou o prejuízo em R$ 52.833,92, na preliminar de vistoria (fls. 70) segundo correspondências

eletrônicas, embora haja recebido apenas R$ 29.000,00 (fls. 71 e 77). Apontou ao Réu a venda dos artefatos por valor bem inferior ao que valia, sem a comprovação das avarias, providência esta que lhe cerceou a defesa, afinal se tivesse o carga em mãos, teria o Autor realizado a venda por preço real e justo. Rechaçou a cobertura securitária, mas apenas o repasse do valor daquilo que se salvou e foi avaliado apenas pelo Réu. Notificado extrajudicialmente (fls. 72), o demandado respondeu que a lona utilizada nos veículos para transporte da carga estava rasgada, daí a falta de cobertura (fls. 73 a 75). Invocou que a seguradora ré não considerou que as chuvas abundantes ocorridas na região podem avariar qualquer carga lonada durante o trajeto que iniciou em 21/05/2015 e culminou com a chegada ao destino em 08/06/2015, daí falar em força maior para que obtenha o recebimento integral do valor estimado. Apontou ao Réu a má vistoria sem a possibilidade de vir o Autor oferecer contrapova; a má-fé da seguradora pela venda de produto avariado em valor inferior. Entendeu que a relação jurídica firmada se resolve pelo Digesto Consumerista. Requereu a restituição do valor de R$ 52.833,92, o que corresponderia à diferença do valor da carga pelo que foi ele vendida e o norteou como valor da causa. Colacionou a proposta de seguro (fls. 37 a 50) e fotografias, dentre as quais a de uma lona com rasgos (fls. 81 a 83) e remendos (fls. 84 e 85) e oxidações várias na carga (fls. 86 a 92). Exercido o juízo de admissibilidade da proemial, foi realizada a citação postal do Réu para audiência de conciliação que foi inexitosa, segundo ata de fls. 180. O Réu ofereceu contestação (fls. 191 a 203) em que afirma a relação jurídica securitária por meio da Apólice indicada pelo Autor, do tipo Transporte RCTR-C Averbável, com vigência de 31/03/2015 a 31/03/2016, e limite máximo de garantia (LMG) de R$ 300.000,00. Esclareceu que, após análises técnicas através de empresa especializada e os envolvidos no transporte e no negócio de compra e venda foi constatado que a oxidação se deu pela passagem da chuva pela cobertura utilizado no transporte da mercadoria, o que seria suficiente para a redução da qualidade do produto e a pertinência na recusa do comprador. O próprio motorista contratado, Senhor William Roberto Sivieri informou que, durante 11 dias, o caminhão foi transportado em balsa durante período chuvoso na região (fls. 307) e que, por vistoria do comprador EIRELI JESUINO PARREIRA METAIS não houve aceitação da mercadoria que se fazia em péssimo estado, tal o certificado de vistoria de fls. 303 a 306. Destacou que o Autor, por troca de correspondência eletrônica manifestou sua anuência à venda (fls. 330 e 331), o que afasta qualquer cerceamento, de modo que pugna o reconhecimento da litigância de má fé. E o comprovante de pagamento (fls. 332). Defendeu a ausência de cobertura em alusão ao objeto do contrato, e, esclareceu que apesar da presença de cobertura adicional para indenização de avarias em virtude das chuvas, havia a condição de acondicionamento adequado. Repudiou os lucros cessantes e os danos emergentes. Juntou a proposta de apólice por endosso, do tipo Transportes RCTR-C (fls. 211 a 268). O Autor replicou (fls. 358 a 368) e ratificou os termos da inicial. Anunciou-se o julgamento antecipado por decisão saneadora (fls. 371 e 372), quando então as partes atravessaram petições em anuência (fls. 375 e 376). É o relato. DECIDO. A pretensão de direito material que fulcra o aviamento desta demanda orienta-se para o recebimento do valor de R$ 52.833,92 pelo Autor o que corresponderia à diferença entre o valor pago pela seguradora em função do sinistro - R$ 29.000,00 - e aquele pelo qual foi realizada a compra da carga segurada de R$ 81.833.92, conforme Nota Fiscal (fls. 69). São fatos jurídicos incontroversos: a relação jurídica securitária celebrada entre Autor e Réu, quanto ao tipo Transportes RCTR-C (Responsbilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga), proposta n. 101819888, Apólice n. 5177-2015-2J-54-0000857, emitida em 15/07/2015 com vigência das 24 horas de 01/06/2015 às 24 horas de 31/03/2016; a ocorrência do sinistro sob o número 192438224; o pagamento da importância de R$ 29.000.00 ao Autor; a realização da vistoria em virtude da recusa ao recebimento da carga pelo destinatário, a qual tomou o número 63053/15 com pontuação quanto à quantidade da carga e a natureza dos danos - molhadura e oxidação (fls. 303 a 306); a declaração manuscrita do motorista responsável pelo transporte da carga quanto às circunstâncias do sinistro (fls. 307). Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor O delineamento legal que serve de ancoragem à pretensão indenizatória de danos materiais formulada pelo Autor (empresa de transporte de cargas) (segurado) não se sustenta nas regras do Código de Defesa do Consumidor, isto porque foi ele contratado para o transporte de artefatos de aço e ferro para a entrega em Goiânia, Estado de Goiás, enquadrando-se como transportadora que simplesmente faz chegar às empresas compradoras os produtos adquiridos. Logo, o transporte de tais mercadorias se caracteriza como insumo necessário dentro do processo de comercialização dos bens transportados de modo que não se há como coadunar a atividade de transporte como relação de consumo. A Nota Fiscal de fls. 69 denota que o Autor, como prestador de serviço, tomou da empresa Amazonaço Ind. e Com. Ltda, artefatos tubulares de ferro para os encaminhar e transportar ao destino da prestação - Jesuino Parreira Metais Eireli - em Goiânia. Neste contexto, a pessoa jurídica somente poderá ser considerada consumidora para fins de aplicação do Código de Defesa do Consumidor, quando vier a adquirir ou utilizar o produto ou serviço como destinatária final, sem incorporá-lo em outro, na cadeia negocial com a finalidade de revendê-lo a terceiros. Assim, a concretização da atividade de transporte como insumo no ciclo de transformação industrial ou comercialização incorpora a cadeia produtiva da confecção do produto, sobre cujo valor se incorpora ao custo que será transferido pelo preço ao consumidor final. Transcrevo parte do voto do Desembargador Cláudio Roessing elucidativo quanto ao conceito de consumidor proferido em Apelação contra sentença proferida por esta Julgadora nos autos da demanda n. 0245066-82.2010, a tal respeito: “O apelante é pessoa jurídica cujo objeto é o comércio atacadista de aparelhos eletrônicos, a qual adquiriu o serviço telefônico profissional para uso por parte de seus funcionários. Esta não re-comercializa tais planos telefônicos, estes não fazem parte de sua cadeia produtiva ou comercial, não integram sua atividade fim, razão pela qual o apelante pode ser enquadrado como destinatário final do serviço de telefonia em comento, enquadrando-se no conceito de consumidor aventado pelo supracitado art. 2º.” Observa-se que o segurado REIS LISBOA COMÉRCIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA nunca se enquadrou no conceito de consumidor trazido pelo artigo 2º da Lei Consumerista. Conforme decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, “o conceito de ‘destinatário final’, do Código de Defesa do Consumidor, alcança a empresa ou o profissional que adquire bens ou serviços e os utiliza em benefício próprio, sem transformação ou beneficiamento na cadeia produtiva” (Processo AgRg no REsp 508889 / DF - Agravo Regimental no Recurso Especial 2003/0018472-0 Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS Terceira Turma Julgado em: 16/05/2006 - Data da Publicação/Fonte: DJ 05/06/2006). Afasto a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à espécie. Reconhecimento da responsabilidade da transportadora autora Certo é que a obrigação do transportador é de resultado, e, assim consiste em entregar a mercadora incólume no seu destino, nos termos dos artigos 749 e 750 do Código Civil. Transcrevo: “Art. 749. O transportador conduzirá a coisa ao seu destino, tomando todas as cautelas necessárias para mantê-la em bom estado e entregá-la no prazo ajustado ou previsto.” “Art. 750. A responsabilidade do transportador, limitada ao valor constante do conhecimento, começa no momento em que ele, ou seus prepostos, recebem a coisa; termina quando é entregue ao destinatário, ou depositada em juízo, se aquele não for encontrado.” A simples análise dos artigos acima nos permite inferir que o contrato de transporte é de resultado, e, como tal criva por incumbência a transportadora de entregar incólume a mercadoria em seu destino, sendo de sua responsabilidade a carga transportada, surgindo daí a obrigação de indenizar, a quem de direito, no caso de falta ou perda da mercadoria transportada. Trata-se de responsabilidade de natureza objetiva, decorrente do risco por ela assumido no contrato de transporte (responsabilidade objetiva do transportador pela inutilidade da carga em função da ação corrosiva da ferrugem). Diz-se, pois que a obrigação do transportador é de resultado, posto que ao receber a mercadoria passa a ter sobre ela o dever de guarda passando a figurar como aquele que: “... se obriga a receber pessoas ou coisas (animadas ou inanimadas) e levá-las até o lugar do destino, com segurança, presteza e conforto.” (Caio Mário da Silva Pereira, Instituições de Direito Civil, Vol. III, 10ª edição,

Editora Forense- p.208). O delineamento legal é imperioso para que se possa ampliar o estudo no caminho da tutela jurisdicional sedimentada no binômio da certeza e segurança jurídicas. A mercadoria a ser transportada pelo Autor foi, porém assegurada diante do Réu (segurador) que se obrigou à cobertura por sinistros que pudessem ocorrer no objeto segurado, o qual foi estatuído no item 2, do instrumento vinculativo: "2. OBJETO SEGURADO Mercadorias pertencentes a terceiros e entregues ao segurado para transportes, consistindo principalmente de METAIS E MINERAIS EM GERAL (AÇO, ALUMÍNIO, BAUXITA, CASSITERITA, COBRE, ESTANHO, FERRO, NÍQUEL, ZINCO E SIMILARES) EM TODAS AS SUAS FORMAS, devidamente acondicionadas em embalagens provenientes à sua natureza e viagem." Inolvidável, pois que os artefatos tubulares de ferro espelhados em Nota Fiscal e entregues ao transporte a cargo do Autor se inseriam dentro da categoria de metais segurados (cobertos) pelo Réu (segurador). Sucede que referida cláusula enliçadora estabeleceu, ao segurado, obrigações próprias que deveriam ser por ele observadas para a consecução bilateral do contrato. Refiro-me ao acondicionamento da carga em embalagens que deveriam considerar a natureza da mercadoria e a viagem. Assim, foi estabelecida ao Autor a obrigação contratual de acondicionar os artefatos tubulares de ferro, adequada e propiciamente, leitura esta que se complementa através da cláusula adicional de avarias estatuída no item 5 e, § 2° do contrato de seguro. O acondicionamento de mercadorias pesadas e cortantes para o transporte a cargo do Autor, embora pudesse ser realizado em veículos abertos - dos quais ele fez uso - não poderia dispensar a lona de proteção, como expressamente apontado na cláusula de cobertura adicional de avarias, providência da qual não se desobrigou ele a contento, sendo suficiente que atentemos às fotografias que o próprio Autor colacionou ao caderno processual. Algumas a apontar rasgos significativos na lona (fls. 81 a 83) e outras a indicar remendos (fls. 84 e 85) que, obviamente, propiciaram a penetração abundante de água e a causação de oxidação (fls. 86 a 92). Não se pode olvidar, quanto à empresa transportadora, que ela se dedica à realização do serviço de transporte nesta região, ou a partir desta, a qual se sabe possuir distâncias continentais que exigem o cumprimento de longos percursos rodoviários e fluviais, o que lhe exige, de forma patente, a superioridade do conhecimento técnico para saber o tipo de lona (espessura, tamanho, resistência, durabilidade) a ser utilizada para a cobertura integral da carga transportada sem que sobre ela incidam os efeitos das duas únicas únicas estações do ano - verão causticante e inverno de chuvas intensas - os quais podem gerar danos nos produtos envolvidos pelo lona. Justamente por ser comum e integrar o cotidiano da vida regional não se pode atribuir às chuvas sua integração como caso fortuito para que seja excluída a responsabilidade do segurado. Acerca dos conceitos civilistas de caso fortuito e força maior cita-se Sérgio Cavalieri Filho: "Entende-se por fortuito interno o fato imprevisível e, por isso, inevitável, que se liga à organização da empresa, que se relaciona com os riscos da atividade desenvolvida pelo transportador...". "O fortuito externo é também fato imprevisível e inevitável, mas estranho à organização do negócio. É o fato que não guarda nenhuma ligação com a empresa, como os fenômenos da Natureza...". "Pois bem, tão forte é a presunção de responsabilidade do transportador, que nem mesmo o fortuito interno o exonera do dever de indenizar; só o fortuito externo, isto é, o fato estranho à empresa, sem ligação alguma com a organização do negócio." (Programa de Responsabilidade Civil, São Paulo, Malheiros Editores, 3ª edição, 2001, p. 246). As provas amealhadas aos autos - documentos e fotos - demonstram que o Autor descumpriu o dever de acondicionar adequadamente o produto transportado, de molde a ter concorrido, sobremaneira para as infiltrações e a penetração de água doce dos rios e de chuvas nos artefatos tubulares de ferro que se oxidaram grandemente até a chegada ao destino. O Réu, na qualidade de segurador, tomou providências imediatas para o desembaraço do sinistro, inclusive elaborando uma estimativa preliminar do prejuízo de R$ 52.833,92 e a encaminhando ao Autor (fls. 70), em 23 de junho de 2015. Fê-lo em boa-fé até que o Autor lhe encaminhasse os documentos solicitados no referido correio eletrônico. Entretanto, o certificado de vistoria n. 63053/15, datado de 25/06/2015 (fls. 304), realizado 2 dias depois daquela troca de mensagem, deixou evidenciado "que a lona que cobria a carga apresentava péssimo estado de conservação, inclusive com vários remendos, rasgos e furos. Após a retirada da lona de cobertura, inspecionamos o carregamento e verificamos que grande parte do material transportado apresentava avarias por molhadura e oxidação. " Ora, o Autor soube que o comprador havia recusado a carga em função da molhadura e oxidação, o que o levou a acionar o Réu que, por sua vez informou a realização da vistoria na carga recusada pelo destinatário e apontou a existência de 4 propostas para a compra do chamado "lote salvado", sendo a R$ 29.000,00 a de maior valor, (fls. 327 e 328), como se depreende da correspondência eletrônica de 12/06/2015, às 10:43, dirigida ao Autor que por seu turno anuiu, expressamente, à venda da mercadoria pelo Réu, tal o correio eletrônico de fls. 330, datado de 12/06/2015, às 15:11. O Autor, por força da responsabilidade objetiva sobre si recaída e, em razão da reconhecida obrigação de resultado não realizou o transporte adequadamente para que pudesse exigir do Réu a cobertura do sinistro a que deu causa. O Autor incorreu em diversas falhas que concorreram para o evento danoso, com destaque à falta de diligência para a realização das atividades de transporte da carga que se fazia assegurada pelo Réu, através da Apólice de Seguro n. 5177-2015-2J-54-0000857. Afasto qualquer conduta ilícita do Réu suscetível de indenizar os prejuízos materiais alegados pelo Autor. "APELAÇÃO - TRANSPORTE DE CARGAS INDENIZAÇÃO Pretensão de reforma da r. sentença que julgou improcedente demanda com pedido de indenização por danos materiais - Cabimento Hipótese em que a autora comprovou o pagamento de indenização à sua segurada, sub-rogando-se em seus direitos Elementos de prova que demonstram que os danos ocorreram após a chegada das mercadorias ao Brasil Responsabilidade do transportador rodoviário reconhecida Pedido deduzido na lide principal procedente Ausência de cobertura que afasta a obrigação imputada à seguradora litisdenunciada Pedido deduzido na lide secundária improcedente - RECURSO PROVIDO." (TJSP - Apelação Cível 0012046-19.2009.8.26.0224 - Relatora:Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca - Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado - Foro de Guarulhos -7ª. Vara Cível - Data do Julgamento: 27/02/2019 - Data de Registro: 27/02/2019). Por fim, há prova, no caderno processual de que o Réu repassou ao Autor o valor de R$ 29.000,00 decorrente da venda do lote salvado. Fê-lo em virtude da autorização expressas que aquele lhe deu para ultimar referida negociação no preciso local de destino da carga, de modo que nada há ser reconhecido ao Autor, por meio desta demanda. Parte dispositiva Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE a demanda indenizatória por danos materiais manejada pelo Autor REIS LISBOA COMÉRCIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA contra o Réu ALLIANZ SEGUROS S.A. pelas razões jurídicas percorridas. Faço-o por sentença com resolução do mérito de conformidade com o que reza o artigo 487, inciso I, do Digesto Processual Civil. DECLARO a extinção do feito, segundo o que prescreve o artigo 316, do mesmo Diploma Legal. Custas e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação a serem suportados pelo Autor. Faço-o com sustentáculo no que apregoa o artigo 85, §2° e incisos da Lei do Rito Civil, considerando o grau de zelo do profissional, o local de prestação do serviço nesta cidade, assim como a natureza e simplicidade da causa descortinada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa. Em caso de abertura da fase de cumprimento da sentença, ordena-se à Secretaria que realize a alteração de classe processual para evitar o cômputo deste processo como em andamento.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0641271-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos e examinados. O Exequente produziu demanda fulcrada em cotas condominiais inadimplidas, com seu enquadramento como título executivo extrajudicial estatuído no artigo 784, inciso VIII, da Lei do Rito Civil. Coube a este órgão julgador o exercício do juízo de admissibilidade da proemial e, assim determinar a expedição do mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário e intimação para resistência à execução

pelo Executado e/ou garantidores por meio de embargos (fls. 72 a 74). O Executado não foi citado por diligência do oficial de justiça que se fez acompanhar do agente de condomínio, eis que fechado o imóvel, como se infere da certidão de fls. 94. Sucede que as partes, desta feita na qualidade de acordantes, atravessaram conjuntamente petitório por meio do qual estabelecem cláusulas de ajuste restabelecedor da paz social. Fizeram-no para suspender a presente demanda de execução de título extrajudicial, com base no artigo 922, do Digesto Processual Civil (fls. 96 a 99). É o relato. DECIDO. Pois bem, esta autoridade judiciária entende que o órgão julgador, diante de um pretenso acordo de vontades submetido à sua homologação ou ao deferimento de suspensão da demanda, não pode figurar como um simples espectador, ou árbitro do que houver sido convencionado, mas, ao contrário haverá exercer sobre o pedido, a análise de sua legalidade, inclusive com incursões sobre as cláusulas do pacto, segundo a corrente jurisprudencial da intervenção judicial restrita ao controle da legalidade, a qual me filio sem reservas. Assim, em exercício ao juízo apreciativo a respeito da legalidade das cláusulas avençadas, algumas delas merecem destacada atenção, dentre as quais a que aponta o parcelamento da dívida até 15/09/2019 e a relativa à suspensão do feito. Ora, a admitir a suspensão pelo prazo aquiescido estar-se-ia a eternizar o andamento do processo executivo, a uma porque no curso suspensivo não corre a prescrição (artigo 921, § 1°, do CPC) e, a duas, violar-se-ia o princípio constitucional da razoável duração do processo. A solução judicial para a questão repousa, a meu sentir, nos vários posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça STJ, os quais são declinados pelo Mestre doutrinador Daniel Amorim Assumpção Neves por ensinamento que se transcreve a seguir e que é mais atual que dantes: "As partes podem acordar em suspender a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigação, sendo entendimento corrente que nesse caso não se aplica o limite temporal de suspensão do processo por 6 meses previsto no art. 313, § 4°, do Novo CPC (STJ, 4ª Turma, REsp 166.328/MG, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 18/03/1999, DJ 24/05/1999, p. 172). O Superior Tribunal de Justiça entende que, mesmo sendo homologado o acordo celebrado pelas partes durante a execução, não há que se falar em novação (STJ, 4ª Turma, REsp 1.112.143/RJ, rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 20/10/2009), de forma que, descumprido o acordo a execução retoma seu andamento pelo valor exequendo originário (STJ, 4ª Turma, REsp 1.034.264/DF, rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 11/11/2008, DJe 11/05/2009)." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 1.481). Idêntico é o entendimento do Mestre José Miguel Garcia Medina: "O art. 922, do CPC/2015 admite a suspensão do processo, a fim de que se cumpra voluntariamente a obrigação. No caso, "não cumprido acordo firmado nos autos da execução, esta prossegue, sem que se possa falar em novação. " (STJ, REsp 1.112.143/RJ, 4ª T., j. 20/10/2009, rel. Min. Fernando Gonçalves). Não se admite, portanto, a extinção da execução em caso de não cumprimento do acordo, (STJ, AgRg no REsp 1.052.960/MG, 4ª T., j. 23/06/2009, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior), devendo a mesma prosseguir pelos valores originários (STJ, REsp 1.034.264/DF, 4ª T., j. 11/11/2008, rel. Min. Fernando Gonçalves). Não se exclui, evidentemente, que as partes convencionem no sentido da extinção da execução. Incidirá, no caso, o disposto no art. 924 do CPC/2015." (Medina, José Miguel Garcia. Curso de direito processual civil moderno / José Miguel Garcial Medina - 3. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 1.126). Estabelecidas as premissas, forçoso destacar que é possível a esta autoridade judiciária proferir sentença, por meio da qual seja homologado o pacto firmado entre as partes acordantes, sem enveredamento sobre o comando de extinção do feito, quando então se tem por irrefragável a retomada da execução pelos valores originalmente apontados como representativos da dívida recaída sobre o Executado que já a confessou, isto quer dizer pelos valores exequendos, sobre cujo juízo de admissibilidade da pretensão executiva já ocorreu quando reconhecidas, pelo órgão judicial, a liquidez, a certeza e a exigibilidade, de conformidade com o disposto no artigo 783, da Lei do Rito Civil. Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Faço-o por sentença de conformidade com o que dita o artigo 487, inciso III, alínea 'b', do Digesto Processual Civil. Entretanto não se há extinguir esta demanda executiva, daí a acolhida do pedido para a suspensão de atos executórios, segundo a exegese do artigo 922, daquele Diploma, sem limite temporal. A tal propósito frisar que, em havendo o descumprimento voluntário do pacto judicialmente homologado, fica desde já assegurado ao Exequente a possibilidade de dar prosseguimento à demanda executiva pelo valor original do débito em desfavor do Executado. Custas recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa sem prejuízo à continuidade do feito, tal como alhures asseverado.

ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB 211324/SP), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: LUCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM) - Processo 0642810-57.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rodrigo Saran Azevedo - ME - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos e examinados. Trata-se de demanda monitória aviada por RODRIGO SARAN AZEVEDO - ME, que ostenta nome de fantasia SAGA MEDICAL e se dedica à atividade de representação e distribuição de produtos médicos com especialização em órteses, próteses e materiais especiais - OPME, o que o levou a manter com o Réu uma relação habitual que, embora não espelhada em contrato, culminava com o fornecimento daqueles materiais em consignação e entrega no local, data e hora programadas à realização do procedimento cirúrgico. Assim, os médicos cooperados do Réu e os enfermeiros responsáveis e também colaboradores do Réu após o encerramento do procedimento, redigiam relatório sobre o gasto cirúrgico e o material utilizado para uma espécie de prestação de contas que culminava com a devolução daquilo que não fosse utilizado. Alega que tais relações com o Réu eram auditadas pelo setor que internamente este possuía, o qual se denominava Superintendência de Provimento em Saúde - SPS que então autorizava a emissão de Notas Fiscais eletrônicas ao Autor dentro de seu portal da internet. Inobstante, o Autor não teria logrado obter o pagamento dos valores consignados e utilizados em procedimentos por médicos cooperados, daí a formulação da demanda para que o Réu assuma o pagamento de R$ 1.699.720,60, valor este que representou o valor da causa, pelo qual foi realizado o recolhimento das custas parceladas, segundo informações perante as propriedades do SAJ/PG5. Juntou diversos documentos, dentre os quais Notas Fiscais de diversos materiais e produtos cirúrgicos e diversos espelhos de venda dirigidos ao Réu, com indicação do paciente; o convênio; o tipo de cirurgia; o profissional médico solicitante; o local de entrega e a forma de pagamento a ser definida (fls. 35, 40, 48, 56 e daí em diante). Exercido o juízo de admissibilidade positivo da demanda, foi ordenada a citação do Réu para o pagamento da dívida e oferta de Embargos à Monitória (fls. 1.553 e 1.554). A resposta do Réu à demanda está às fls. 1.563 a 1.568), de cujo bojo se extrai a falta de prova quanto ao débito, isto porque as Notas Fiscais emitidas careciam de recebimento e não comprovavam a prestação do serviço. Invoca o artigo 368, do Código Civil para dizer que as declarações do documento particular escrito só se presumem verdadeiras em relação a quem a assina. Requer a improcedência da demanda ou, alternativamente, a realização de todas as provas em direito admitidas, inclusive a pericial e contábil. Quanto aos juros remuneratórios que sejam observados os juros e correção monetária pela taxa SELIC, por falta de previsão contratual. O Réu, ante a renúncia da banca de advogados que lhe assistia no feito (fls. 1.632 e 1.633), habilitou outros (fls. 1.638 a 1.759 e 1.758). O Juízo ordenou que o Autor se desobrigasse do recolhimento integral das custas diferidas para o julgamento (fls. 1.770), quando então juntou documentos a tal respeito (fls. 1.780 a 1.783) e requereu a oitiva de testemunhas, dentre as quais médicos cooperados e o Superintendente de Provimento em Saúde (fls. 1.785). Ordenou-se à Secretaria que certificasse o recolhimento integral das custas de processamento da demanda, o que foi feito às fls. 1.791. É o relato. DECIDO. Desnecessidade de instrução e julgamento na hipótese O procedimento especial da demanda

monitória é inteiramente sustentado em prova documental, para a qual se exige do Autor, em juízo de admissibilidade judicial da proemial, a demonstração material do direito, em cognição sumária, segundo o que reza o artigo 320, da Lei do Rito Civil. O processo está suficientemente instruído por documentos, impondo-se o julgamento antecipado, conforme determina o artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Na espécie, o Autor se desobrigou, em parte, de sustentar sua pretensão monitória em sólida e evidente prova documental, o que por óbvio é bastante ao pronunciamento judicial de recepção da demanda para a instauração do processo monitório. Digo-o que a demonstração do direito à conversão em conhecimento não exauriente se deu parcialmente, isto porque em análise à origem das Notas Fiscais com as discriminações e disponibilização do material OPME associados ao orçamento pós-cirúrgico existem diversas emissões que não servem de lastro ao recebimento da verba pretendida, posto que não consideraram o orçamento; limitaram-se a fornecer cotação dentro da plataforma digital do Réu com termos e condições fictícias registradas naquele sistema que se convencionou chamar "opmenexo ". O entendimento desta Julgadora, quanto à desnecessidade de dilação probatória na demanda monitória é firmado porque quando se trata do fornecimento do OPME, é a empresa que detém este tipo de material/produto quem, diante do nosocômio ou hospital responsável pelo plano de saúde, assim a Unimed, no caso concreto, quem faz a oferta para que este possa cotar os preços e realizar a compra a tempo e modo adequados e necessários aos tipos de procedimentos, ou intervenções cirúrgicas. Para tanto, conta ela - a Ré - com um sistema digital para que em havendo a prestação do serviço seja possível ao Autor o recebimento. As despesas, aliás deveriam ter sido por este apresentadas para a internação do paciente/cliente do plano de saúde Unimed. Isso é óbvio, afinal o procedimento só poderia ser realizado pelo médico cooperado se os produtos/materiais houvessem sido entregues ao nosocômio perante o qual internado o paciente. Patente, pois o descuro do Autor quanto aos seus próprios interesses e conveniências. A relação jurídica deve ser sustentada em atendimento às condições da ação, demonstrando, o Autor, o estofo material de sua pretensão, seu interesse de agir pela previsão legal do direito que alega ter e a legitimidade para apontar a parte sobre a qual recaia o dever de suportar-lhe o direito que entende ter ou que lhe possa desdizer. Ao Autor se revela evidente a eficácia endoprocessual reclamada pelo ordenamento jurídico isto porque foi obrigado a deduzir pretensão judicial para obter um provimento jurisdicional que lhe seja útil e que de outra forma não obteve diante do Réu. O pedido monitório formulado pelo Autor está estritamente relacionado à solução judicial ancorada pelo ordenamento jurídico para que se justifique a movimentação do aparato judiciário no rumo da obtenção de tutela jurisdicional, requisito de seu legítimo interesse. A ação monitória ajuizada se mostra adequada e necessária à consecução dos fins colimados pela parte demandante, bem assim útil à prestação jurisdicional postulada, daí restando evidente o interesse processual, mecanismo pelo qual se provoca a jurisdição ou de direito efetivo ao exercício da atividade jurisdicional que merece do Estado-Juiz o equacionamento ou a imposição da solução definitiva à espécie colocada. O descortino fático é claro, sustenta-se na ordem de pagamento insculpida em Notas Fiscais emitidas pelo Autor com informações complementares acerca do paciente; data do procedimento e tipo de convênio de bandeira UNIMED. Além disso, a solicitação por meio do sistema "opmenexo" com indicação do pedido de cotação; nome do paciente; logal de entrega do material; tipo de cirurgia; faturamento em nome da razão social do Réu e médico solicitante e informação de seu CRM; tudo de modo a dar sustentabilidade e força executiva à conversão pleiteada, notadamente quanto ao reconhecimento judicial da liquidez, certeza e exigibilidade dos débitos recaídos na esfera de responsabilidade do Réu. As Notas Fiscais colacionadas ao caderno processual têm origem associada ao fornecimento de materiais necessários à realização da cirurgia indicada por médico cooperado em favor de paciente conveniado pelo plano de saúde administrado pelo Réu. Não é por outra razão que, para evitar glosas foi criado o sistema digital "opmenexo" - única plataforma de gerenciamento dos OPME's - gerido pelo Réu, dentro do qual eram cotados os produtos e materiais para a entrega atempada a cargo do fornecedor (Autor), de acordo com o tipo de procedimento a que se submeteria o paciente por indicação do médico conveniado. Em função daquela plataforma de controle e liberação dos materiais não se havia se falar em seu recebimento nas NF's, afinal o próprio sistema digital cuidava da auditagem para a liberação do pagamento depois de confirmada a prestação do serviço. Assim, são pertinentes e dotadas da necessária força executiva as seguintes Notas Fiscais, com origem válida e fulcrada em procedimento cirúrgico sedimentados em orçamentos pós-cirúrgicos e cotados através do sistema "opmenexo". São elas: - A NF de fls. 08, associadada ao paciente Hevelane da Costa Albuquerque, no valor de R$ 1.800.00 (fls. 08 a 11); - A NF de fls. 18, associada ao paciente José Francisco Batista Caetano, no valor de R$ 3.080,00 (fls. 18 e 19); - A NF de fls. 30, associada ao paciente Francisco Solano Freitas Brito, no valor de R$ 24.553,26 (fls. 30 e 31); - A NF de fls. 34, referente ao paciente Carlos Alexandre Oliveira da Silva, no valor de R$ 765,00 (fls. 34 a 38); - A NF de fls. 55, associada à paciente Heloísa da S S Lobo, no valor de R$ 16.936,87 (fls. 55 a 59); - A NF de fls. 67, associada à paciente Ludmila Alencar Rodrigues, no valor de R$ 4.445,00 (fls. 67 a 73); - A NF de fls. 80, associada à paciente Maria de F A S Silva, no valor de R$ 2.000,00 (fls. 80 a 83); - A NF de fls. 88, associada à paciente Patrícia de Souza Melo, no valor de R$ 12.000,00 (fls. 88 a 95); - A NF de fls. 152, associada ao paciente Marcius André Cruz Santos, no valor de R$ 275,00 (fls. 152 e 153); - A NF de fls. 161, associada ao paciente Wallaci Evilan Gomes Kikunga, no valor de R$ 3.850,00 que, em função da justificativa do médico conveniado pela utilização do cateter guia fargo 6F 115cm (fls. 173) fez pertinente o encaminhamento do orçamento pós-cirúrgico do valor de R$ 5.200,00 (fls. 162), no lugar daquele pelo qual gerado a Nota Fiscal; - A NF de fls. 193, associada à paciente Esther Nataly Veintermilla, no valor de R$ 95,00, a qual não pode estar sustentada no orçamento pós-cirúrgico de fls. 199 a apontar o pagamento de R$ 120,00, porquanto não haja qualquer justificativa médica para sua elevação; - A NF de fls. 200, associada ao paciente Pedro Piovan Silva Cardoso, no valor de R$ 275,00 (fls. 201); - A NF de fls. 213, associada à paciente Sabrina Alves Gonçalves, no valor de R$ 765,00 (fls. 218); - A NF de fls. 229, associada ao paciente José Maria Frota de Menezes, no valor de R$ 765,00 (fls. 230); - A NF de fls. 238, associada ao paciente José Ribamar Guilherme Correia, no valor de R$ 20.800,00 (fls. 242); - A NF de fls. 254, associada ao paciente Pedro Paulo Moraes Assunção, no valor de R$ 190,00; - A NF de fls. 258, associada à paciente Jucineide Ferreira N, com as correções do orçamento pós-cirúrgico quanto ao lançamento de R$ 15.527,16 (fls. 264), este sim devido pelo Réu; - A NF de fls. 271, associada à paciente Darlena Ferreira Gonçalves, com a modificação do valor de acordo com o orçamento pós-cirúrgico para que o Réu pague R$ 17.480,00 (fls. 275); - A NF de fls. 288, associada ao paciente Tarik Lenine Melo de Souza, com a modificação do valor de acordo com o orçamento pós-cirúrgico para que o Réu pague R$ 2.445,00 (fls. 289); - A NF de fls. 293, associada ao mesmo paciente Tarik Lenine Melo de Souza, desta feita para controle do sangramento justificado por médico (fls. 297), de modo que o Réu deve pagar R$ 1.555,00; - A NF de fls. 302, associada ao paciente Luiz Roger Bezerra de Queiroz, no valor de R$ 275,00 (fls. 303); - A NF de fls. 317, associada à paciente Maria Izis Souto Lima, no valor de R$ 12.000,00 (fls. 322); - A NF de fls. 364, associada à paciente Gisele Santos de Souza Nunes, no valor de R$ 21.775,00, deve ser corrigida para o valor de R$ 11.281,25 como esclarecido pelo Réu que, através da troca de correspondência eletrônica de fls. 378, requereu o cancelamento da nota; - A NF de fls. 398, associada ao paciente José Osmar de Oliveira, no valor de R$ 42.800,00 e declinada no orçamento pós-cirúrgico (fls. 399); - A NF de fls. 551, no valor de R$ 988,00, associada ao paciente Antonio Orneles Neto deve ser corrigida para R$ 1.354,90, segundo o orçamento pós-cirúrgico de fls. 552; - A NF de fls. 573, no valor de R$ 7.952,00, associada à paciente Antonia Cleia Menezes de Lima deve estar sustentada no orçamento pós-cirúrgico de R$ 7.704,90 (fls. 575); - A NF de fls. 598, no valor de R$ 16.500,00, associada à paciente Fredson Silva Feitosa deve estar sustentada no orçamento pós-cirúrgico de R$ 15.391,16 (fls. 600); - A NF de fls. 644, no valor de R$ 29.758,74, associada à paciente Julieta Ramos de Oliveira

deve estar sustentada no orçamento pós-cirúrgico de R$ 27.623,00 (fls. 646); - A NF de fls. 697, no valor de R$ 275,00, associada ao paciente Antonio Carlos de Oliveira Lima deve estar sustentada ao orçamento pós-cirúrgico de mesmo valor (fls. 700); - A NF de fls. 757, no valor de R$ 34.635,00, associada ao paciente Sebastião Haghassyz Siqueira Gomes sustentada no orçamento pós cirúrgico de mesmo valor (fls. 758); - A NF de fls. 851, no valor de R$ 14.925,00, associada ao paciente Franciney Soares da Silva deve ser corrigida para R$ 16.054,00, de acordo com o orçamento pós-cirúrgico (fls. 852); - A NF de fls. 889, no valor de R$ 27.411,87 associada à paciente Julieta Ramos de Oliveira deve ser corrigida para R$ 39.989,00, de acordo com o orçamento pós-cirúrgico (fls. 890); - A NF de fls. 921, no valor de R$ 36.329,00, segundo o orçamento pós-cirúrgico de fls. 923; - A NF de fls. 956, no valor de R$ 30.450,00 associado ao paciente Francisco Guinomácio da Silva dever ser corrigida para que o Réu pague a importância de R$ 22.690,00, de conformidade com o orçamento pós cirúrgico de fls. 957; - A NF de fls. 988, no valor de R$ 76.686,46, associado à paciente Glenda Trindade da Silva, de acordo com o orçamento pós-cirúrgico (fls. 990); - A NF de fls. 1.277 e 1.278, no valor de R$ 48.964,52, associada ao paciente Carlos Horácio da Rocha Gama, segundo orçamento pós-cirúrgico de fls. 1.280; - A NF de fls. 1.323 e 1.324 - R$ 36.184,12 - a ser corrigido para R$ 31.210,00, associado ao paciente Wellington Miguel de Melo, de acordo com o orçamento pós-cirúrgico (fls. 1.325). São estes os documentos escritos dotados de idoneidade que alicerçam o direito do Autor, por meio dos quais é possível depreender-se a existência do crédito afirmado, ao menos em parte. O débito reconhecido por factível, a partir das pontuações acima trilhadas, emerge com linear clareza a apontar o resultado da pretensão monitória convertida em execução para a satisfatividade do crédito do Autor por simples operação aritmética, isto quer dizer, tem ele o direito ao recebimento da importância de R$ 555.450,48 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos). O Autor se desobrigou, nesta parte do que dita o artigo 700, § 2°, inciso II, da Lei do Rito Civil e também do inciso III, do mesmo dispositivo. Sucede que, quanto às outras Notas Fiscais, o Autor não logrou instruir a demanda com elementos documentais necessários à sua propositura a fim de se desobrigar do que dita o artigo 320, da Lei do Rito Civil, o que por óbvio fulmina o dever probatório que lhe é definido pelo artigo 373, do Digesto Processual Civil, quanto ao fato constitutivo do seu direito. Não posso deixar de rememorar que o próprio Autor admitiu que o fornecimento dos materiais OPME se dava em consignação e a sua entrega ocorria no local, data e hora programados à realização do procedimento cirúrgico. Assim, arriscou, a seu talante, o fornecimento daqueles produtos sem ter a garantia de que receberia do Réu pela utilização que, aliás se baseava em relatórios dos próprios médicos cooperados ou de enfermeiros colaboradores do Réu. Observa-se, de logo, a precariedade da relação estabelecida entre as partes, e o pior sem o controle do próprio plano de saúde quanto aos materiais utilizados e aqueles devolvidos ao Autor ante a desnecessidade deles para o procedimento cirúrgico. Disse-o, ele próprio, em proemial (fls. 02, primeiro parágrafo): "A título de explicação, a relação entre as partes acontecia da seguinte maneira: a requerida UNIMED MANAUS solicitava a cotação dos produtos da requerente SAGA MEDICAL e, uma vez aprovado, eram entregues em consignação no local, data e hora programados para a realização do procedimento cirúrgico. Após a realização do procedimento cirúrgico, o médico responsável (cooperado da requerida) ou enfermeiro responsável (colaborador da requerida), ainda dentro do centro cirúrgico, elaborava o relatório e o gasto cirúrgico atestando que o material foi empregado na cirurgia e o material não utilizado era devolvido para a requerente SAGA MEDICAL. " (sem o grifo do original). As impropriedades na relação dita habitual são várias e decorrem desde a falta de especificação médica do tipo de materiais/produtos OPME se faziam necessários aos procedimentos; a falta da requisição e responsabilidade técnica do médico requisitante; a falta de controle sobre o material entregue em atenção à requisição médica; a desnecessidade de entrega consignatória de materiais outros que não somente aqueles requisitados pelo médico; a falta de ingerência da Unimed sobre esses materiais, inclusive a fim de que pudesse exercer o direito de os glosar; a precariedade na entrega dos produtos e sua devolução, acaso não utilizados, enfim. A utilização e a disponibilização do material OPME se dava antes da autorização do Réu, o que é impróprio para o resguardo do direito do fornecedor à cobrança. Desta feita não tem, o Autor, direito à conversão da monitória em desiderato executivo quanto às seguintes Notas Fiscais que ostentam valores dissociados da prova de realização dos procedimentos que clamavam do Autor a entrega dos produtos e materiais OPME; o orçamento pós-cirúrgico e a cotação "opmenexo" (plataforma digital de cotação do preço estabelecida pelo Réu) sem termos e condições fictícias. A saber: - NF de fls. 29, no valor de R$ 19.723,26 (paciente: Francisco Solano de Freitas Brito); - NF de fls. 32, no valor de R$ 949,00 (paciente Antonio Omeles Neto); - Cotação em nome da paciente Leonice Vieira de Freitas (fls. 33); - NF de fls. 47 a 54, no valor de R$ 150,00 (paciente Aloisio Mucio Souza Chagas Rodrigues); - NF de fls. 104 a 112, no valor de R$ 275,00 (paciente Gabriel da Rocha Valente); - NF de fls. 113 a 123, no valor de R$ 23.199,00 (paciente Raquel de Souza Lima); - NF de fls. 124 a 139, no valor de R$ 12.000,00 (paciente Henderson Diniz de Amorim) - Termos e condições fictícias perante o "opmenexo" (fls. 126); - NF de fls. 140 a 151, no valor de R$ 4.290,00 (paciente Toby Vicent Barret) - Termos e condições "A data do procedimento é fictícia" (fls. 141); - NF de fls. 178, no valor de R$ 180,00 (paciente Klever de Souza Oliveira) - Termos e condições fictícias (fls. 186); - NF de fls. 300 e 301, no valor de R$ 102.010,00 (paciente Simone da Silva Farias) (Falta de prova quanto à realização do procedimento justificador dos materiais descritos em nota); - NF de fls. 311 a 316, no valor de R$ 570,00 (paciente Flávio Augusto Goes de Carvalho) - Termos e condições "A data do procedimento é fictício" (fls. 316); - NF de fls. 331, no valor de R$ 31.219,20 (paciente Terezinha Silva Barroso) - Falta de prova quanto à autorização para a realização do procedimento e falta de emissão do orçamento pós cirúrgico (fls. 332 a 345); - NF de fls. 346, no valor de R$ 99.524,00 (paciente Ana Ruth Cordeiro Braga) - Falta de prova acercda do deóisto em conta Banco do Brasil com indicação da agência na própria nota; - NF de fls. 380, no valor de R$ 6.765,00 (paciente Rodrigo Ribeiro) - Falta de prova acerca da utilização dos materiais pelo Réu e ausência da emissão do orçamento pós-cirúrgico (fls. 381 a 395); - NF de fls. 419, no valor de R$ 41.691.90 (paciente Sandro Elimar Rocha Mendes) - Falta de prova quanto à utilização dos materiais descritos na nota e ausência de emissão do orçamento pós-cirúrgico (fls. 420 a 445); - NF de fls. 446, no valor de R$ 11.659,00 (paciente Raphael Sena Freitas) - Falta de prova quanto à utilização dos materiais descritos em nota - Termos e condições fictícias perante o "opmenexo" (fls. 454); - NF de fls. 467, no valor de R$ 1.600,00 (paciente Antonia Cleia Menezes de Lima) - Falta de prova quantoà utilização dos materiais descritos em nota - Termos e condições fictícias diante do "opmenexo" (fls. 478) e divergência entre a importância emitida em nota e aquela constante do orçamento pós-cirúrgico (fls. 476); - NF de fls. 485, no valor de R$ 4.170,00 (paciente Gumercinda Moleiro Baima) - Termos e condições fictícias diante do "opmenexo" (fls. 486). O Autor, quanto aos documentos que digitalizou a respeito da paciente supramencionada, juntou outros sem qualquer relação a ela, mas à Raimunda Pereira da Rocha, cujos produtos sequer foram descritoe em Nota Fiscal (fls. 501 a 513). - NF de fls. 514, no valor de R$ 1.490,00, associada à paciente Leonice Vieira de Freitas, com termos e condições da data fictícia do procedimento (fls. 515) e sem prova da entrega dos materiais, tampouco da emissão do orçamento pós-cirúrgico (fls. 516 a 534). Esta mesma situação é verificada quanto à NF de fls. 535, no valor de R$ 36.810,00 (paciente Maria do Socorro dos Santos Farias); na NF de fls. 622, no valor de R$ 3.800,00 (paciente Carlos Vitos Duarte da Silva); a NF de fls. 673, no valor de R$ 46.000,00 (paciente Fabiane Seixas Pedrosa); a NF de fls. 726, no valor de R$ 28.696,87 (paciente Angela maria da Silva Mendes); a NF de fls. 785, no valor de R$ 20.765,00 (paciente William Oliveira Lima); a NF de fls. 814, no valor de R$ 56.124,00 (paciente Nair Alvez Bezerra de Magalhães); a NF de fls. 1.029, no valor de R$ 21.829,26 (paciente Sérgio Caldas Menezes); a NF de fls. 1.080, no valor de R$ 20.002,26 (paciente Maria Auxiliadora Lima de Souza); a NF de fls. 1.134, 1.135, no valor de R$ 33.048,00 (paciente Ruy Garcia de Queiroz) e, a de fls. 1.138, de R$ 980,00, também a ele associada; a NF de fls. 1.177 e 1.178, no valor de R$ 39.781,52 (paciente Natália

Minenkova); NF de fls. 1.229, no valor de R$ 5.375,00, assim como o orçamento pós-cirúrgico de R$ 102.010,00 por falte de associação ao procedimento e à descrição dos produtos e equipamentos utilizados (fls. 1.231). De igual forma devem ser glosados todos os documentos de fls. 1.367 a 1.538.

ADV: CÉSAR AUGUSTO MACEDO MONTEIRO (OAB 11121/AM), ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM), ADV: ELLEN ESTEFANY DE SOUZA BATISTA (OAB 11136/AM) - Processo 0642920-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Valderina Miranda da Silva - Vistos. Não se há falar em possibilidade de vir a Autora desistir da demanda sem colher do Réu que ofereceu contestação, sua anuência. A tal propósito o que dita o artigo 485, § 4°, do Código de Processo Civil. Assinalo ao Réu o prazo de 5 dias para manifestação. Intime-se.

ADV: ADEMAR DE SOUZA SANTOS (OAB 635/AM), ADV: ÉRICO MARCUS VIEIRA RODRIGUES (OAB 12573/AM) - Processo 0644934-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Diana Cavalcante - REQUERIDO: Ótica Santa Maria (Caires e Viana Ltda.) - Vistos e examinados. Os Acordantes atravessaram conjuntamente petitório por meio do qual estabelecem cláusulas de ajuste restabelecedor da paz social. Fizeram-no para encerrar a presente demanda de obrigação de fazer cumulada com indenizatória por danos materiais e morais. Pois bem, esta autoridade judiciária entende que o órgão julgador, diante de um pretenso acordo de vontades submetido à sua homologação ou ao deferimento de suspensão da demanda, não pode figurar como um simples espectador, ou árbitro do que houver sido convencionado, mas, ao contrário haverá exercer sobre o pedido, a análise de sua legalidade, inclusive com incursões sobre as cláusulas do pacto, segundo a corrente jurisprudencial da intervenção judicial restrita ao controle da legalidade, a qual me filio sem reservas. Assim, em exercício ao juízo apreciativo a respeito da legalidade das cláusulas avençadas (fls. 74 e 75) esta Julgadora lança este pronunciamento resolutório da demanda. De grande e primorosa valia jurídica o ensinamento que transcrevo acerca da transação: “A característica básica da transação é a reciprocidade de concessões, sendo lícito às partes levar à transação elementos, em princípio, estranhos à lide (nesse sentido, dispõe o art. 515, § 2 º, do NCPC, que é título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que envolva sujeito estranho ao processo e verse sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo). A lide é praticamente redefinida na transação, pois que, do contrário, de transação não se trataria. Por isso é que, segundo pensamos, a transação é possível ainda que a ação tenha sido proposta, pleiteando-se, por meio dela, direito indisponível. Isto porque, como a transação é instituto que envolve necessariamente concessões mútuas, implica necessariamente alteração do mérito, tal como originariamente posto (delineado, delimitado) na petição inicial, já que o autor e réu hão de fazer concessões para que de transação se trate.” (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 791). Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência JULGO EXTINTA a demanda posta segundo dicção do artigo 487, inciso III, alínea ‘b’ da Lei do Rito Civil. Faço-o por sentença com resolução do mérito. Custas inexigíveis em virtude da benesse de gratuidade concedida à parte autora e honorários advocatícios a serem suportados por cada parte em relação a seu próprio advogado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0653151-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inadimplemento - REQUERENTE: Amazonas Indústria e Comércio de Colchões e Espuma Ltda. - Vistos e examinados. Os Acordantes atravessaram conjuntamente petitório por meio do qual estabelecem cláusulas de ajuste restabelecedor da paz social. Fizeram-no para encerrar a presente demanda de cobrança. Pois bem, esta autoridade judiciária entende que o órgão julgador, diante de um pretenso acordo de vontades submetido à sua homologação ou ao deferimento de suspensão da demanda, não pode figurar como um simples espectador, ou árbitro do que houver sido convencionado, mas, ao contrário haverá exercer sobre o pedido, a análise de sua legalidade, inclusive com incursões sobre as cláusulas do pacto, segundo a corrente jurisprudencial da intervenção judicial restrita ao controle da legalidade, a qual me filio sem reservas. Assim, em exercício ao juízo apreciativo a respeito da legalidade das cláusulas avençadas (fls. 102 a 104) esta Julgadora lança este pronunciamento resolutório da demanda. De grande e primorosa valia jurídica o ensinamento que transcrevo acerca da transação: “A característica básica da transação é a reciprocidade de concessões, sendo lícito às partes levar à transação elementos, em princípio, estranhos à lide (nesse sentido, dispõe o art. 515, § 2 º, do NCPC, que é título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que envolva sujeito estranho ao processo e verse sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo). A lide é praticamente redefinida na transação, pois que, do contrário, de transação não se trataria. Por isso é que, segundo pensamos, a transação é possível ainda que a ação tenha sido proposta, pleiteando-se, por meio dela, direito indisponível. Isto porque, como a transação é instituto que envolve necessariamente concessões mútuas, implica necessariamente alteração do mérito, tal como originariamente posto (delineado, delimitado) na petição inicial, já que o autor e réu hão de fazer concessões para que de transação se trate.” (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 791). Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência JULGO EXTINTA a demanda posta segundo dicção do artigo 487, inciso III, alínea ‘b’ da Lei do Rito Civil. Faço-o por sentença com resolução do mérito. Custas remanescentes, acaso existentes caberão ao Executado e seu fiador (cláusula segunda, alínea ‘c’) e honorários advocatícios a serem suportados por cada parte em relação a seu próprio advogado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMOEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: HELENA DA COSTA CARVALHO (OAB 13688/AM) - Processo 0654093-43.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria das Graças Nascimento Lima - Vistos e examinados. O Autor ingressou com a presente demanda revisional de empréstimo consignado cumulada com repetição do indébito contra a instituição financeira Banco Bradesco Financiamentos - BMC e J.A. Rezende Assessoria em Recuperação de Créditos Ltda, em virtude da falta de indicação do índice de atualização da dívida, tampouco os juros que seriam aplicados. Ocorre que, em virtude do pedido de gratuidade da justiça foi ordenado ao Autor a demonstração de sua hipossuficiência (fsl. 57 a 59), quando então preferiu formular o pedido de desistência (fls. 64). O Réu, assinala-se, sequer chegou a ser citado, tornando desnecessário o seu consentimento para que a desistência produza os efeitos almejados, nos termos do § 4o, do artigo 485, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Assim sendo, HOMOLOGO a presente desistência, à inteligência do que dita o artigo 200, parágrafo único, daquele Diploma legal. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, fazendo-o com sustentáculo no inciso VIII, do art. 485, do Digesto Processual Civil. “Desistência da ação é ato unilateral do autor (incondicionado ou condicionado v. § 4° e art. 298, parágrafo único) pelo qual se abre mão do processo como meio de solução do litígio. Não se confunde com renúncia, que tem por objeto o direito material, nem com ato de disposição do direito de ação, que teria como consequência não permitir a repropositura. Do que se abre mão na desistência é apenas do instrumento, a relação processual, nada impedindo que a ação volte a ser proposta (art. 268, caput).” (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo 13ª. ed. Baueri, SP: Manole, 2014, p. 242). Custas de processamento da demandaque decorrem da sentença de desistência haverão ser suportados pelo Autor, segundo dicção do artigo 90, da Lei do Rito Civil. “Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência,

em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu." Colaciono: "Trata-se de consagração específica do princípio da causalidade: responde o autor por ter dado causa ao processo e depois desistido dele ou renunciado ao direito material; responde o réu por ter exigido do autor a propositura da ação e reconhecido seu pedido em juízo." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 145) (grifo posterior). Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, e desde que não haja pendências, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa diante da Distribuição.

Ademar de Souza Santos (OAB 635/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
César Augusto Macedo Monteiro (OAB 11121/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Diego Campos (OAB 115411/MG)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Ellen Estefany de Souza Batista (OAB 11136/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Érico Marcus Vieira Rodrigues (OAB 12573/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Gisele Sampaio Fernandes (OAB 4621/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Helena da Costa Carvalho (OAB 13688/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Lúcio de Rezende Neto (OAB 211324/SP)
Lucio de Rezende Neto (OAB 512a/AM)
Marco Aurélio Moreira (OAB 35572/RS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM)
Paulo Antônio Miller (OAB 13449/RS)
Paulo Antonio Muller (OAB 67090/PR)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rebeca Caldas Ferreira (OAB 6586/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Timóteo Martins Nunes (OAB 847A/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0081/2019

ADV: ELIZANDRA LACERDA DOS SANTOS (OAB 8529/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0624080-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M. Z. A. Guerra - ME - REQUERIDO: Condomínio Residencial Passaredo - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0629777-34.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: DANIEL DE LEÃO KELETI (OAB 184313/SP) - Processo 0634493-36.2018.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Liminar - REQUERENTE: Estrela do Rio Preto da Eva Nº 2524 - REQUERIDO: Grande Oriente do Estado do Amazonas - Gob/am - Grande Oriente do Brasil - GOB e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0641363-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Deiza de Paula Coimbra - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Daniel de Leão Keleti (OAB 184313/SP)
Elizandra Lacerda dos Santos (OAB 8529/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0071/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0200919-97.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0212465-86.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Itaú S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0212726-85.2010.8.04.0001 (001.10.212726-4) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Zim do Brasil Ltda. - REQUERIDA: A. C. C. de Oliveira - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM) - Processo 0223993-88.2009.8.04.0001 (001.09.223993-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: SILAS ARAÚJO LIMA (OAB 1738/TO) - Processo 0241317-23.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD e RENAJUD Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP) - Processo 0244602-92.2009.8.04.0001 (001.09.244602-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Flytour Agência de Viagens e Turismo Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0252055-75.2008.8.04.0001 (001.08.252055-1) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pesquisa no sistema infojud tornou-se infrutífera. Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 648A/AM), ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0255850-21.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Cledilson da Silva Melo - REQUERIDO: Sinaf Previdencial Cia. de Seguros - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0266504-33.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema E-RIDFT (Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico). Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: OLAVO CESAR CASTRO MENDES (OAB 513/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0361303-10.2007.8.04.0001 (001.07.361303-8) - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0600100-22.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: S. M. Sultan Eireli EPP e outros - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM) - Processo 0600287-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Silvana Martins Soares - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado

de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600301-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM) - Processo 0601206-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Reicon Construções e Comércio Ltda. - REQUERIDO: Vidram Comércio de Vidros Ltda. - ME - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0601765-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Claudevan Guimaraes Gusmao - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da

controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DE MORAES TEIXEIRA NETO (OAB 3986/AM) - Processo 0601893-35.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Rymo Imagem e Produtos Gráficos da Amazônia Ltda. - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM) - Processo 0601991-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cooperativa - REQUERENTE: N.N.O.S. - R. H. Compulsando os autos, verifico que o autor, referente ao pedido de dano moral, deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados nos arts. 292, II e 319, inciso V, do NCPC, senão vejamos: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: I - na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação; II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor; IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido; V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles; VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor; VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal. Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ato contínuo, determino que a secretaria exclua a tarja quanto ao segredo de justiça posto que inexiste motivação para tal tampouco ordem judicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0602078-97.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0609508-37.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Renato Braslavsky Leite - Compulsando os autos, verifica-se que o documento acostado à fl. 20 encontra-se ilegível. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM) - Processo 0602100-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cooperativa - REQUERENTE: L.O.C. - Compulsando os autos, verifico que o autor, referente ao pedido de dano moral, deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados nos arts. 292, II e VI e 319, inciso V, do NCPC, senão vejamos: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: I - na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação; II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor; IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido; V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles; VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor; VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal. Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ato contínuo, determino que a secretaria exclua a tarja quanto ao segredo de justiça posto que inexiste motivação para tal tampouco ordem judicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0602190-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca de Menezes da Rocha - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-

se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYAKARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602212-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria das Graças Lopes Teixeira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vislumbro que o requerido antecipa-se apresentando contestação (fls. 76/83) antes mesmo da petição inicial do autor ter sido recebida pelo juízo, o que tumultua o trâmite processual nos moldes do art. 334, do CPC/15. PROCESSO CIVIL . AGRAVO DE INSTRUMENTO . AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE . DESPACHO QUE DETERMINOU O DESENTRANHAMENTO DE PEÇA CONTESTATÓRIA . INOBSERVÂNCIA AO RITO PROCESSUAL . DEFESA APRESENTADA ANTES DO DEFERIMENTO DA INICIAL . CERCEAMENTO DE DEFESA . INOCORRÊNCIA . ART. 5º, LV, DO CPC . RECURSO NÃO PROVIDO . I - Em observância ao art. 285 do CPC, para que a parte possa apresentar contestação, é indispensável que seja, pelo menos, deferida a inicial e determinado o ato citatório, mormente considerando haver a possibilidade indeferimento da peça de início ou mesmo necessidade do saneamento de algum defeito; II - não há que se falar em cerceamento de defesa na decisão do magistrado que ordena o desentranhamento da peça de defesa apresentada quando sequer foi deferida inicial da demanda, vez que, havido tal ato judicial, poderá a parte exercer, com plenitude, o contraditório e ampla defesa, na forma e prazos previstos na lei processual civil, em observância ao disposto no art. 5º, LV, da CF; III - agravo não provido . (TJ-MA - AG: 369252009 MA, Relator: CLEONES CARVALHO CUNHA, Data de Julgamento: 16/03/2010, CAXIAS). Nesse sentido, considerando que o Juízo de admissibilidade de exordial ainda não ocorreu razão, tal manifestação é extemporânea, determinando a sua exclusão imediata dos autos. Após, tornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0602237-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Jairilene da Mota Nascimento - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0603745-84.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alan Kardec Coelho Marques - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0604003-94.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911,

de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0605517-82.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Luis Nascimento Pereira - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARILEIDE MAIA PINTO (OAB 3667/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0606014-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raul Alves Pinto Neto - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606064-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar

do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM) - Processo 0606540-63.2019.8.04.0001 - Petição Cível - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Guilherme Ribeiro de Castro - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0606631-27.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Meta Comércio de Lubrificantes Ltda. - R.H. À Secretaria, para certificar se houve o recolhimento das custas devidas para o cumprimento da missiva.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL) - Processo 0606791-81.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Gafisa S/A - Intime-se a parte Embargante, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0607137-08.2014.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Japurá Pneus Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0607386-85.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através dos sistemas BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0608277-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Trajano José Garcia Monteiro - A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição

de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Outrossim, examinando os autos, observo que o Autor deixou de colacionar documento hábil a demonstrar a negativação do seu nome junto ao SERASA, como afirmado na exordial, bem como os espelhos das cobranças efetuadas pela empresa Ré, sendo ônus seu comprovar os fatos constitutivos do direito que alega possuir, nos moldes do art. 373, I, do Digesto Processual Civil. Assim , concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: ISABEL CRISTINA GERALDO DA SILVA (OAB 12992/AM) - Processo 0608717-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Albert Ferreira Regis Me - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Nesse sentido preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM) - Processo 0609264-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eudgracilene Aline Leite França - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos II e VII, do CPC/15, ou seja, indicar o seu endereço eletrônico (email) da parte Requerida, bem como declarar a opção pela realização ou não da audiência de conciliação. Entretanto, considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. Antes de manifestar-se no feito, a parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Desta feita, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Autora complete a inicial, atentando para os pressupostos supramencionados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0609315-56.2016.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Sustação de Protesto - REQUERENTE: M. T. Comércio de Alimentos Ltda. - EPP e outros - REQUERIDO: Condominio Civil do Shopping Ponta Negra - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0609455-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0609584-95.2016.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Vitória Régia de Verçosa e outro - EMBARGADO: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra e outro - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0609673-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro

liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0609963-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Edson Gomes da Cruz e outro - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0610438-94.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Inadimplemento - EXEQUENTE: Maria do Perpétuo Socorro Oliveira Leal - R. H. Ocorrendo a citação por edital, dou curador especial ao réu, na forma do art. 72, II do CPC. Notifique-se pessoalmente o Defensor Público que atua junto a este Juízo. Cumpra-se.

ADV: EWERTON SMITH DO NASCIMENTO (OAB 9715/AM) - Processo 0610524-60.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Empacotadora Amazonas Ltda. - EPP - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELLUS DE MAGALHÃES CORDEIRO JÚNIOR (OAB 7085/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: FABRÍCIO GUERRA FURTADO (OAB 346/AM) - Processo 0610612-64.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Ponta Negra Administração e Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Evald Adolfo Drehmer Eireli - EPP - R. H. Antes de me pronunciar sobre o pleito da parte autora de fls. 224 a 225, determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de perito de engenharia florestal no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, na especialidade de geriatria, como requer, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: ANA CAROLINA DE MENEZES CARVALHO (OAB 13583/AM) - Processo 0610630-51.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM) - Processo 0610642-65.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Jardim das Américas - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: NATHAYNI CASTRO BECIL (OAB 9098/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: RAIMUNDO RONALDO DE SOUZA NEVES (OAB 8499/AM) - Processo 0610821-04.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Naiara Rosa Martins Soares - REQUERIDO: Shizen Veículos Ltda. - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0611569-65.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO FILHO (OAB 305088/SP), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM) - Processo 0612677-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: JORGINA GOMES FONSECA - REQUERIDO: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A (BIC - Banco Industrial e Comercial S/A) - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE) - Processo 0614908-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: C. B. Manaus Comércio de Alimentos Ltda. - Coco Bambu - REQUERIDO: Condomínio Shopping Ponta Negra

- Fórmula Acedemia Ltda. - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM) - Processo 0615016-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Andressa dos Santos de Lima Zanelato - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANO RIBEIRO DE LIMA (OAB 201708/SP), ADV: CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE ARRUDA (OAB 133149/SP), ADV: ROGÉRIO AUGUSTO CAMPOS PAIVA (OAB 175156/SP), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0615301-93.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Construtora Marques da Costa Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que traga aos autos o ato constitutivo da empresa Executada para fins de citação na pessoa do sócio, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0615379-82.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0616852-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Berenice Socorro Oliveira Corrêa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM) - Processo 0617139-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: R. S. Indústria e Comércio de Embalagens Eireli - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0617386-13.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Kalce Distribuidora de Calçados Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0618122-36.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pemaza Amazônia S/A - REQUERIDO: EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Telemar Norte Leste S/A - Oi - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM), ADV: FÁBIO AUGUSTO RIGO DE SOUZA (OAB 147513/SP), ADV: HELEN MARA BARROSO GUEDES (OAB 8481/AM) - Processo 0619105-64.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Posto 3000 Ltda. e outros - REQUERIDO: GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM) - Processo 0621040-76.2015.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Sustação de Protesto - REQUERENTE: L. V. M. da Amazônia Comércio e Serviços de Peças Ltda. - REQUERIDO: M. Fernando da Silva Lopes - ME - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO CARMO LIMA DOS SANTOS (OAB 9096/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ÉDER ODILON DE SOUZA BELÉM (OAB 12486/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM) - Processo 0621352-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Mendonça de Souza - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0621779-49.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0621986-14.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Hugo Alves da Silva Júnior - REQUERIDO: Generali Brasil Seguros S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0622712-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0623265-06.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Japurá Pneus Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0623656-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José da Silva Cavalcante - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0624035-33.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CLÁUDIO DE SALLES PUPO DIAS (OAB 1095A/AM), ADV: SAULO DE CASTRO CANTÉ PIMENTEL (OAB 11355/AM) - Processo 0624075-73.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Pontesclin - Clínica Médica e Odontológica Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUÍS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES (OAB 53148/RS), ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 53139/PR), ADV: RODRIGO DURÃES FUGII (OAB 8763/AM) - Processo 0624326-62.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Roberto Soiti Yasugui - REQUERIDO: Jaime Giovany Arnez Maldonado - Prontocord Pronto Socorro Cárdio Respiratório e Hospital do Coração S/S Ltda. - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - R. H. Assim, determino à Secretaria que certifique a existência de peritos médicos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, na especialidade de cirurgia vascular e endovascular, como requer, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0626363-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arlene de Araújo Costa - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que

a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada.

ADV: RAFAEL B. SCUDELLER DE ALMEIDA (OAB 375148/SP), ADV: FERNANDA DE GOUVÊA LEÃO (OAB 172601/SP), ADV: RODRIGO VALADARES GERTRUDES (OAB 19455/DF), ADV: LARISSA MOREIRA DA SILVA (OAB 38989/DF), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM), ADV: MARIA HELENA ORTIZ BRAGAGLIA (OAB 157042/SP), ADV: HENRIQUE ROCHA DE MELO (OAB 406812/SP) - Processo 0626512-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alexandre Inácio Moreira Coutinho - REQUERIDO: BR Road Motors Ltda. - LITSPASSIV: Harley Davidson do Brasil Ltda. - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0626551-50.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: V. C. Coimbra - EPP - EMBARGADO: Banco da Amazônia - S/A - Intime-se a parte Embargada para se manifestar acerca do teor dos embargos à execução e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0626756-50.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fl. 181, visto que lançado equivocadamente. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0627372-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bernardino Sena Paiva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 28/05/2019 às 11:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0627993-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcella Amud Botelho - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0628046-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Flávio Moreira da Silva - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial,

autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0629420-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nilza da Silva e Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0629619-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo S/A - Intime-se a parte requerida para se manifestar acerca da penhora do bem imóvel realizada às fls. 112 a 120, no prazo de lei. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0630815-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0630858-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0631181-28.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0632003-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco Mesquita da Silva Filho - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0632533-21.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0632533-21.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Expeça-se novo mandado para o endereço indicado em fls. 104. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0632589-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Água

- REQUERENTE: Hormencinda Ferreira do Nascimento - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM) - Processo 0632625-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucimar Ferreira da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0632987-93.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: CERES - Fundação de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0633371-85.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Terra Consultoria e Assessoria Ambiental Eireli Me - Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Autora adeque a sua exordial ao procedimento comum, atentando para os pressupostos processuais respectivos, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0635678-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Vânia Cristina Bragança Coêlho - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único,

do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0636994-36.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0638349-13.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0638357-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Singolare - Compulsando o sistema SAJ, verifico que a guia de custas de diligências de oficial de justiça encontra-se “em aberto”, razão pela qual intimo a parte Requerente para que recolha as devidas custas e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM) - Processo 0638945-94.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: José Francisco Pesqueira Lessa - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0639994-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rocicle Maia Martins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 04/06/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0640126-96.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PAULO JÚNIO LEANDRO DE OLIVEIRA (OAB 10250/AM) - Processo 0640990-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Alcir Dantas de Oliveira - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0641287-73.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Real Bebidas da Amazonia Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0642669-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0643291-20.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Nalim Indústria e Comércio de Confecções Ltda-me - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III,

do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: CLÁUDIO NEY COSTA FALCÃO (OAB 8686/AM), ADV: KAREN KAROLINY FERREIRA SANTOS (OAB 10893/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0643342-02.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Vila Engenharia Ltda. - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0646115-49.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0646114-64.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Manoel Fenelon da Silva - Intimem-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que informe nestes autos o andamento processual do agravo de instrumento sob o n° 4001615.42-2018.8.04.0000. Cumpra-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0646164-56.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0647598-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos parcialmente cumprido, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0649542-20.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0651487-42.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda - SAMEC - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0652283-33.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Abc Fomento Mercantil Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0652638-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Anacleto Cássio de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 04/06/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: DÉBORA NASCIMENTO GIFFONI (OAB 12604/AM) - Processo 0653175-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: G.C.M.S. - Compulsando os autos, verifico que os endereços indicados para cumprimento da diligência de citação dos Requeridos localizam-se em outros países: BR. MUNDO PSICOLÓGOS - Espanha; C-DATE - Luxemburgo; MEET UP - Estados Unidos; e, ainda, Requeridos com países não identificados na qualificação: BRAZIL CUPID e ZOOSK. Desta feita, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para informar se há interesse na expedição de Carta Rogatória, apresentando o país dos Requeridos cuja informação não consta na exordial e, ainda, nos termos do art. 7°, §2° da Portaria Interministerial n° 501/2012, que define a tramitação de Cartas Rogatórias, nome e endereço completos do responsável, no destino, pelo pagamento das despesas processuais decorrentes do cumprimento da carta rogatória no país destinatário, dentre outros especificados na referida Portaria, conforme o país em que a diligência será realizada; ou, ainda, indicar endereço de representação dos Requeridos no Brasil, no prazo legal de 05 (cinco) dias, diligências necessárias para posterior envio dos Autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para designação de audiência de conciliação.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0653642-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inadimplemento - REQUERENTE: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0655032-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - R.H. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0655365-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edeval da Silva Carlos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 04/06/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM), ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM) - Processo 0655996-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Davison Dionisio Melo - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM) - Processo 0657347-24.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Nulidade / Inexigibilidade do Título - REQUERENTE: Celio de Oliveira Cordeiro e outro - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, inciso VI, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Dessa maneira, considerando que o autor informa a existência de outra ação em trâmite na 18ª Vara Cível, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial informando o referido número da ação e colacionando a petição inicial a fim de averiguar sobre qual contrato e pedidos versam, atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0659436-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: João Simões Moraes Filho - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§

5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0661053-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0704605-40.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A e outro - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0707552-67.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema E-RIDFT para fins de verê localização de bens imóveis passíveis de penhora em nome do executado. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0715022-52.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0718868-77.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina de Menezes Carvalho (OAB 13583/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)

Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE ARRUDA (OAB 133149/SP)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cláudio de Salles Pupo Dias (OAB 1095A/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cláudio Ney Costa Falcão (OAB 8686/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Débora Nascimento Giffoni (OAB 12604/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Éder Odilon de Souza Belém (OAB 12486/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 53139/PR)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Ewerton Smith do Nascimento (OAB 9715/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Augusto Rigo de Souza (OAB 147513/SP)
Fabrício Guerra Furtado (OAB 346/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Fernanda de Gouvêa Leão (OAB 172601/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helen Mara Barroso Guedes (OAB 8481/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Rocha de Melo (OAB 406812/SP)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isabel Cristina Geraldo da Silva (OAB 12992/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Janaina Leão Braga (OAB 12906/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Lauri Fazioni (OAB 5914/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Antônio de Moraes Teixeira Neto (OAB 3986/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Juliano Ribeiro de Lima (OAB 201708/SP)
Karen Karoliny Ferreira Santos (OAB 10893/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Moreira da Silva (OAB 38989/DF)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lúcio de Rezende Neto (OAB 512A/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Francisco Meneghetti Antunes (OAB 53148/RS)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (OAB 7085/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria do Carmo Lima dos Santos (OAB 9096/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Helena Ortiz Bragaglia (OAB 157042/SP)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marileide Maia Pinto (OAB 3667/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nathayni Castro Becil (OAB 9098/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Olavo Cesar Castro Mendes (OAB 513/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Júnio Leandro de Oliveira (OAB 10250/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)

Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael B. Scudeller de Almeida (OAB 375148/SP)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raimundo Ronaldo de Souza Neves (OAB 8499/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Durães Fugii (OAB 8763/AM)
Rodrigo Valadares Gertrudes (OAB 19455/DF)
ROGÉRIO AUGUSTO CAMPOS PAIVA (OAB 175156/SP)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Saulo de Castro Canté Pimentel (OAB 11355/AM)
Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB 305088/SP)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Silas Araújo Lima (OAB 1738/TO)
Silvana Castro Muniz (OAB 648A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM) - Processo 0600516-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Paulo Cezar Souza da Rocha - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604504-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos parcialmente cumprido,, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0607118-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0608609-73.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0615989-16.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0616066-88.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0624947-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0640286-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Taciano Sampaio Filho - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir,

devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: JOSENIR TEIXEIRA (OAB 125253/SP), ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM), ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 9920/AM) - Processo 0641985-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência À Saúde - REQUERIDO: Antonelly Construções e Serviços Eirelli - Webster Diniz Pereira - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 9920/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Josenir Teixeira (OAB 125253/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB 920A/AM) - Processo 0244549-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Orlandina Ferreira Benjamim - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 17/04/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS NAZARÉ (OAB 8890/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606516-69.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Carlos Augusto Garrido da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0608922-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0626050-38.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAUJO (OAB 10188/AM), ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0626723-60.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Ronnie Von Alves Arouca - REQUERIDO: Odimar Xavier de Carvalho e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0631149-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Marcia Sousa Bezerra - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste sobre a memória de cálculo juntada aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0631179-19.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - REQUERENTE: Entec Guindaestes e Cointeinetes Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/05/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: LENINE YURI SAMPAIO GUEDES CAVALCANTE (OAB 9517/AM) - Processo 0643107-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Nilton Godoy Caprio - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM), ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0646155-94.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Jb Comunicação e Publicidade Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência,

bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0649096-17.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA PAULA DE FREITAS LOPES (OAB 7495/AM) - Processo 0652519-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Mauro Vinícius dos Santos Canavarro e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 17/04/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0653020-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Delcir Caarvalho do Nascimento (pai) e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/05/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO (OAB 309115SP) - Processo 0653349-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compromisso - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora S.a. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 17/04/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB 920A/AM)
Ana Paula Benevides de Araujo (OAB 10188/AM)
Ana Paula de Freitas Lopes (OAB 7495/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jorge Luis Bonfim Leite Filho (OAB 309115SP)
José Antônio dos Santos Nazaré (OAB 8890/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (OAB 9517/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0060/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0203563-18.2009.8.04.0001 (001.09.203563-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Di Felícia Indústria e Comércio LTDA. e outros - Indefiro o pedido de consulta no eRIDTF, pois ainda está em fase de implantação no presente Juízo. Expeça-se Alvará em favor do Exequente. Intime-se ainda o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo medidas concretas para prosseguimento da Execução, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido in albis o prazo, ou não havendo interesse do Exequente em novas medidas executórias, arquivem-se os Autos administrativamente, com base no art. 921, III do CPC, sem prejuízo de reativação a requerimento do Exequente. Cumpra-se.

ADV: REBECA SAMANTHA MARTELET DAVID (OAB 7991/AM), ADV: MARCUS DI FABIANNI FERREIRA LOPES (OAB 358A/AM), ADV: KATIUSCIA RAIKA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5225/AM) - Processo 0239019-58.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Wilian Del Caro - REQUERIDA: Laudar - Serviços de Diagnóstico Médico Por Imagem Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0257228-75.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da consulta/bloqueio via Sistema Renajud às fls. 189, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA COHEN (OAB 3139AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: ANTONIO FABIO BARROS DE MENDONCA (OAB 002.275/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 002.140/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: CARLOS EDUARDO FRANCA (OAB 103.934/SP), ADV: CARLOS EDUARDO RAMOS PEREDA SILVEIRA (OAB 282785/SP), ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO), ADV: CHRISTIANE SANTANELA BRAMBILLA (OAB 173110/SP) - Processo 0316121-35.2006.8.04.0001 (001.06.316121-5) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thiago Damázio Portal - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - LITSPASSIV: Sulina Seguradora S/A - Dou por satisfeita a Execução, mediante depósito integral do valor necessário para realização do procedimento cirúrgico, tendo havido consenso por ambas as Partes. Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LILOMAR QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 2245/AM), ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP) - Processo 0601350-90.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Tenório Roque dos Santos - Martiniano Bezerra Neto - Vista aos Executados da Petição de fl. 166, em 5 (cinco) dias. Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601768-62.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0601924-45.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0602872-21.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Oficie-se à CEF para proceder à transferência dos valores bloqueados para a conta bancária indicada. Intime-se ainda a Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, devendo inclusive apresentar memória atualizada do débito, já abatendo o valor bloqueado.

ADV: DENNIS BARBOSA MAQUINÉ (OAB 10245/AM), ADV: MONIQUE BARBOSA MAQUINÉ (OAB 9043/AM) - Processo 0603236-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcelo Souza de Oliveira - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud e Infojud às fls. 130/177, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0604178-25.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jaciel Braga de Menezes Junior - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se o Requerido para proceder ao pagamento das custas finais, conforme aporte de fl. 148, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0604561-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0604822-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Posse - REQUERENTE: Navegação Nóbrega Ltda. - REQUERIDA: Maria Estelita da Silva Correia e outros - Pelo exposto, defiro a medida liminar na forma do Art. 562 do Código de Processo Civil, determinando a expedição do mandado de manutenção de posse em favor do Requerente, com a garantia de acesso ao imóvel e retirada de obstáculos despojados no local . Cite-se e Intime-se o Requerido deste despacho, nos termos da legislação processual vigente e preenchidos os requisitos essenciais da petição inicial, constantes no art. 319, do Código de Processo Civil vigente, bem como não verificada a hipótese de improcedência liminar do pedido, faz-se necessária a realização de audiência de conciliação, tal como prevista na lei (art. 334 c/c art. 165, §2º, do Código). Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Intimem-se as partes desta decisão . Cite-se o réu com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Cumpra-se.Manaus, 20 de fevereiro de 2019

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605820-09.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: JOÃO BOSCO CORREA OMENA (OAB 9109/AM) - Processo 0606114-51.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: Josival Souza de Oliveira - Declaro-me suspeito por motivo íntimo para funcionar no presente feito. Ao meu substituto legal. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019

ADV: DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 13940/AM) - Processo 0606981-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Jonathan de Azevedo Brandão - Vistos, Defiro o parcelamento na forma pleiteada pelo Autor às fls. 87/88. À Contadoria para emissão das guias, devendo o Autor comprovar o recolhimento, em 15 dias, independente de intimação.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0607102-14.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Proceda-se a consulta junto ao Sistema INFOJUD, nos termos do despacho de fl. 179.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608530-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0608635-66.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGADO: Banco Volkswagen S/A - Vistos, Apense-se aos autos n°0609731-92.2014.8.04.0001. Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Apresente a parte Embargada, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, impugnação aos presentes embargos.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0609851-62.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0610158-16.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGADO: Banco do Brasil S/A - Vistos, Apense-se aos autos n° 0622292-80.2016.8.04.0001. Apresente a parte Embargada, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, impugnação.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO (OAB 7628/AM) - Processo 0610244-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Fabiana de Lima Alves - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Analisarei o pedido de tutela após a formação do contraditório. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Citem-se as Requeridas, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentarem Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0610447-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0610483-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Pedro da Silva Conceição - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Ao CEJUSC-Cível para realização da perícia e, se o caso, designação de Audiência de Conciliação.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0610555-17.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0610666-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008-A/PB) - Processo 0610752-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Rosalia Garcia de Souza - Vistos, Ao patrono para comprovar, em 15 dias, a inscrição suplementar no Conselho Seccional ante a habitualidade, que é considerada a intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano no Estado (art. 10,§2º da Lei n° 8.906/1994). Emendar a inicial, em igual prazo, para que quantifique o valor pretendido a título de repetição de indébito, corrigindo o valor da causa, ex vi do art. 292, V, do CPC, pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0611198-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud às fls. 132, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0611744-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0613414-98.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Defiro o pedido de conversão, embasado no Decreto-Lei nº 911/69. Oportunamente, cite(m)-se o(s) Executado(s) para pagar(em) o crédito em execução, indicado na petição inicial, no prazo legal de 3 (três) dias, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quanto bastem para garantia da dívida e acréscimos legais decorrentes (art. 827 do NCPC). Fixo, de plano os honorários do patrono do Exequente, a serem pagos pelos Executados, no equivalente a 10% (vinte por cento) do valor da execução. No caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, referida verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC) Considerando que, até o momento, o Requerido não foi encontrado, proceda-se previamente à consulta de endereços via Bacenjud, Infojud e Siel. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, relativamente às consultas no Bacenjud, Infojud e Siel nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0614613-92.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cláusula Penal - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: LUCINEIDE MARIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 72973/SP), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0615322-69.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANTONIO COSTA E SILVA e outro - REQUERIDO: VMS Amore EPP - DENUNCIADA: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL - HOMOLOGO o Acordo firmado, para que surta seus efeitos legais, e suspendo a Execução, nos termos do art. 922 do CPC. Proceda-se à alteração da restrição do Renajud de “circulação” para “transferência”, relativamente aos veículo indicados na cláusula (b) do acordo (fl. 563), e proceda-se ao desbloqueio dos demais veículos. Após, arquivem-se os Autos, sem prejuízo de desarquivamento no caso de descumprimento do acordo, ou após cumprido este integralmente, para fins de desbloqueio definitivo dos veículos e extinção formal do feito. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE MOTA (OAB 2334/AM), ADV: LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA (OAB 6276/AM), ADV: JOSÉ ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB 29A/AM), ADV: MARIA DO SOCORRO DANTAS DE GÓES LYRA (OAB 3281/AM), ADV: VICTOR MEDEIROS DANTAS DE GÓES (OAB 7189/AM), ADV: MARIVAN PEREIRA DE MATTOS (OAB 10066/AM), ADV: PAULO CESAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO (OAB 6117/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM),

ADV: VICENTE DE PAULO ARMOND DE MELO (OAB 1828/AM) - Processo 0616228-59.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: HAMILTON MENDES MOTA e outro - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia - Pelo exposto, ACOLHO em parte os presentes Embargos Declaratórios, determinando que os juros de mora fluam do evento danoso (21/01/2013), ficando a decisão Embargada inalterada em seus demais termos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM), ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM), ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM) - Processo 0616367-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria da Conceição Mangabeira da Silva - REQUERIDO: Todeschini S/A Indústria e Comércio e outros - Prevê o art. 494, I do CPC que, depois de publicada a Sentença, pode o Juiz, de ofício, corrigir inexatidões materiais. Analisando a Sentença de fls. 439/444, verifico que foi lançado por equívoco longo trecho às fl. 440/441, transcrito por engano da Decisão que deferiu inicialmente a liminar, que deve ser desconsiderado, a saber: "Relatado. Decido. Defiro o benefício da Justiça Gratuita a Autora. A antecipação de tutela prevista no Código de Processo Civil de 1973 deu lugar à chamada tutela de urgência no Código de Processo Civil de 2015 (artigo 300), sendo requisitos para a sua concessão a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Sobre o tema, comentam Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero: A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica - que é aquela que surge da confrontação das obrigações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória. Os argumentos consignados na inicial são plausíveis estando, em início de cognição amparados pelos documentos acostados às fls. 25/107. Ademais, o mérito da ação é a rescisão contratual, o que é passível de discussão, e que será devidamente submetido ao crivo do contraditório, para disciplinar como se operará esta rescisão. Assim, estando a Autora discutindo o contrato em Juízo, a cobrança e a inscrição do seu nome nos cadastros de maus pagadores não se justifica." Diante disto, corrijo, de ofício, a inexatidão apontada, devendo tal trecho ser desconsiderado. Assim, a fim de evitar qualquer dificuldade na compreensão do decisum, procederei a novo lançamento da Sentença retificada, fluindo os prazos recursais da nova publicação desta. Intimem-se.

ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM), ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM) - Processo 0616367-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria da Conceição Mangabeira da Silva - REQUERIDO: Todeschini S/A Indústria e Comércio e outros - Do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação de Rescisão Contratual c/c Devolução de Valores e Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Maria da Conceição Mangabeira da Silva em face de P.I.de Oliveira Cia Ltda (Residencial Modulados), OH Comércio Ltda ME e Todeschini SA Indústria e Comércio, rescindindo o contrato objeto da lide e aditivos supervenientes, de forma a condenar solidariamente as Requerida a devolverem todos os valores pagos pela Autora, com juros de 1% e correção pelo INPC a partir de cada desembolso. Confirmo a liminar deferida às fls. 159/160, no sentido de impedir quaisquer cobranças referente a parcelas eventualmente remanescentes. Condeno ainda as Requeridas, de forma solidária, a pagarem R$ 10.745,64 a a título de reversão da cláusula penal, como juros de 1% da citação (29.07.2018) e correção pelo INPC do ajuizamento (23/04/2018), assim como ao pagamento de R$ 10.000,00 a título de Danos Morais, igualmente de forma solidária, como juros e correção monetária do arbitramento na presente Sentença. Por fim, condeno as Requeridas a ressarcirem a Autora o seu dispência com as custas do processo, bem como ao pagamento de 15% de honorários advocatícios de sucumbência, fixados sobre o total das condenações. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0618827-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Adriana Vieira dos Santos - REQUERIDO: C&a Modas Ltda e outro - Diante disto, ACOLHO em parte os Embargos de Declaração, no sentido de condenar a Requerida ao pagamento de honorários de sucumbência que fixo em 20% sobre o valor da condenação, assim como condeno a Requerida ao pagamentos das custas processuais aos cofres do TJ/AM. Fica a Sentença inalterada em seus demais termos. No mais, verifico que a Requerida depositou o valor da condenação principal às fls. 173/179, apresentando aquiescência em relação à parte da Sentença que não foi objeto de Embargos. Logo, tratando-se de valor incontroverso, defiro desde já a expedição de Alvará em favor da Autora, pois em relação ao valor principal já ocorreu o trânsito em julgado, em razão da falta de interesse recursal em relação a este ponto, sem prejuízo, evidentemente, do manejo do recurso cabível em relação ao ponto apreciado nos presentes Embargos, do qual não se pode presumir de antemão concordância por parte da Requerida. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0619682-47.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud às fls. 259, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0620280-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradise River - EXECUTADO: Agra Bergen Incorporadora Incorporadora Ltda. e outros - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0622730-38.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud, Renajud, Infojud e Siel. Custas já recolhidas. Cumpra-se.

ADV: FELIPE BATISTA DAS CHAGAS (OAB 12204/AM), ADV: NILCINARA HUERB DE AZEVEDO (OAB 12337/AM), ADV: LUCIANA GUIMARÃES PINHEIRO VIEIRA (OAB 2859/AM), ADV: IASMIN DA SILVA OLIVEIRA (OAB 12342/AM) - Processo 0626459-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eduardo da Silva Melo Junior - REQUERIDO: Cartório do 3º Ofício de Notas de Manaus/AM e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: CHARLES BACCAN JÚNIOR (OAB 2823/RO) - Processo 0627317-06.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Distribuidora de Alimentos Piarara Ltda - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: SERGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JUNIOR (OAB 14182/AM) - Processo 0629322-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alexandre Ludvig e outros - Expeça-se novo Mandado de Citação para o mesmo endereço. Dispenso o Autor do recolhimento de novas custas, tendo em vista que não foram cumpridas as exigências legais na diligência realizada, não podendo ser o Autor penalizado por falha que não lhe é imputável. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: GABRIEL YUNES DA ROCHA (OAB 9623/AM) - Processo 0630131-93.2015.8.04.0001 - Petição Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: SANDRA PROTASIO ASSIS e outro - REQUERIDO: Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE A AÇÃO, nos termos do 487, I, CPC, para: A) RESCINDIR o Contrato de Compra e Venda objeto da lide; B) CONDENAR às Requeridas, solidariamente, a efetuarem a devolução de 100% do valor efetivamente pago pelos Autores, incluindo a comissão de corretagem, nos termos da fundamentação acima, devendo sobre a quantia a ser restituída, incidir correção monetária do desembolso e juros de mora da citação; C) CONDENAR às Requeridas ao pagamento de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem corrigidos monetariamente do arbitramento e com juros da citação; D) RECONHECER como de responsabilidade das Rés a taxa de condomínio; E) CONCEDER a TUTELA ANTECIPADA para que as Rés suspendam a exigibilidade das parcelas contratuais, bem como se abstenham de negativar o nome dos Autores nos cadastros de restrição ao crédito, sob pena de multa. Condeno às Rés, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como nos honorários advocatícios do patrono adverso, ora arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação. P. I. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0631501-05.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632380-51.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a Requerida, via AR, no endereço indicado às fls. 167/168, para proceder ao pagamento do valor do débito atualizado, conforme consta da mesma Petição, sob pena de prosseguimento forção da Execução. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0632693-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Durvan Ailton Pedroso Pereira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0633402-42.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Raimundo Castro Bernardes - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0633456-13.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0642980-29.2017.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: FUNDACAO DE CREDITO EDUCATIVO - FUNDACRED - EXECUTADO: Francisco Wesen Moreira e outro - Satisfeita a Execução, conforme declaração de quitação à fl. 200. Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Proceda-se ao desbloqueio via Renajud. Após arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0634266-46.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Graças Coelho da Gama - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0639328-04.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda - Proceda-se à consulta de endereço via Siel. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0640346-26.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILTON ROVERI (OAB 62397/SP), ADV: MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0643582-88.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - EXECUTADA: AM Log Transportes Ltda-ME - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643747-38.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0643914-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Walter dos Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0644982-69.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da consulta ao Sistema Infojud às fls. 151/180, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0645883-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tókio Marine Seguradora S.a. - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido lançado nos presentes autos da ação Indenizatória ajuizada por TOKIO MARINE SEGURADORA S/A. contra AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., para o fim de condenar a Ré ao pagamento à Autora da importância R$ 25.277,12 (vinte e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e

doze centavos), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, da citação. Em razão da sucumbência, responderá a Ré pelo pagamento das custas e despesas processuais e mais honorários que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil P.I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0646003-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jose Oswaldo Pinto Costa - Vistos, Comprove, o Autor, o recolhimento da primeira parcela das custas iniciais, em 15 dias, sob pena de extinção.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0651508-18.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisca Felix da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se a Autora dos cálculos de fls. 139/142, para deles, se manifestar, em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0651519-47.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Uchôa Veículos Ltda - Pelo exposto, em se tratando de imóvel, em que existe a controvérsia sobre o domínio, e sob o entendimento de que a posse deve ser deferida a quem evidentemente detiver o domínio, Sumula 487 do STF , presentes os requisitos de fumus boni juris e periculum in mora , defiro a medida liminar de imissão na posse em favor do autor, até o final julgamento da ação, com prazo de 05 dias para desocupação voluntária, sob pena de uso de força policial para o cumprimento da medida judicial. Cite-se o requerido para contestar a ação e o notifique da presente decisão para desocupar o imóvel. CUMPRA-SE

ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM) - Processo 0655403-84.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Speed Wireless Servicos de Comunicacao Multimidia Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, tendo em vista a necessidade de envio de carta de ciência da citação por hora certa, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0655747-65.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Isaac Thomé Prado - REQUERIDO: Carlos Galvão do Nascimento - Não conheço da Contestação de fls. 32/35, em razão de manifestamente impertinente ao momento processual. No presente feito já foi prolatada Sentença de mérito, em que a aplicabilidade do art. 220 do CPC ao caso concreto foi expressamente apreciada e rejeitada, de forma que caso se pretenda rediscutir este ponto deve ser manejado o recurso cabível. Diante disto, expeça-se Mandado de Despejo, como já determinado, observando-se a Gratuidade de Justiça. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB), ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0656242-12.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonia Ferreira Vieira - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps - HOMOLOGO o Acordo para que surta seus efeitos legais, e EXTINGO o feito, com fulcro no art. 487, III, “b”, do CPC. Arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0657179-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - HOMOLOGO o Acordo firmado, para que surta seus efeitos legais, e suspendo a Execução, nos termos do art. 922 do CPC. Arquivem-se os Autos, sem prejuízo de desarquivamento no caso de descumprimento do acordo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0657803-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ana Lucia Ferreira Neves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, considerando a verossimilhança das alegações autorais, bem como a estrutura da Requerida e o fato de possuir todos os meios para comprovar a regularidade da contratação. Diante disto, deve ser renovada a oportunidade para a Requerida indicar provas, observando o ônus probatório que lhe foi imposto. Dessarte, intime-se a Parte Requerida para, no prazo preclusivo de 10 (dez) dias, especificar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência e finalidade, sob pena de indeferimento. Caso não hajam provas a serem produzidas, julgarei antecipadamente a lide, nos moldes do art. 355, I do CPC, devendo os Autos voltarem conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO (OAB 7708/AM) - Processo 0660528-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Josenias da Silva Viana - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0661176-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kl Rente A Car - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0701583-71.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: DANIEL FILIPE LOPES DA SILVA e outro - REQUERIDO: JOÃO WANDERLEY ICHIHARA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que se manifeste acerca da resposta ao Ofício, de fls. 277, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0711144-22.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cesar Lopez Yucra e outro - REQUERIDA: ML

de Morais Ltda e outro - Trata-se de Cumprimento de Sentença. À contadoria para realizar os cálculos da condenação em danos morais e respectivos honorários. Quanto ao pensionamento, intimem-se os Requeridos para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se está sendo devidamente cumprido, considerando que foram antecipados os efeitos da tutela na Sentença, devendo apresentar os comprovantes necessários. Cumpra-se.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça Cohen (OAB 3139AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008-A/PB)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antonio Fabio Barros de Mendonca (OAB 002.275/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno de Freitas Salgueiro (OAB 7708/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carlos Eduardo Franca (OAB 103.934/SP)
Carlos Eduardo Ramos Pereda Silveira (OAB 282785/SP)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Charles Baccan Júnior (OAB 2823/RO)
Christiane Santanela Brambilla (OAB 173110/SP)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
DENNIS BARBOSA MAQUINÉ (OAB 10245/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Domingos Nunes de Oliveira (OAB 13940/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Batista das Chagas (OAB 12204/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Gabriel Yunes da Rocha (OAB 9623/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Iasmin da Silva Oliveira (OAB 12342/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jéssica Cavalheiro Muniz (OAB 107401/RS)
João Bosco Correa Omena (OAB 9109/AM)
José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB 29A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Lima Moreno (OAB 3932/AM)
Katiuscia Raika da Câmara Elias (OAB 5225/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva (OAB 6276/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lilomar Queiroz dos Santos (OAB 2245/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (OAB 2859/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (OAB 72973/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (OAB 358A/AM)
Maria do Socorro Dantas de Góes Lyra (OAB 3281/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Rosiane de Brito (OAB 7628/AM)
Marivan Pereira de Mattos (OAB 10066/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
MONIQUE BARBOSA MAQUINÉ (OAB 9043/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 002.140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilcinara Huerb de Azevedo (OAB 12337/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Paulo Cesar Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Porfírio Almeida Lemos Neto (OAB 6117/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rebeca Samantha Martelet David (OAB 7991/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Ferreira de Andrade Mota (OAB 2334/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Samarah Serruya Assis (OAB 6531/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (OAB 14182/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vicente de Paulo Armond de Melo (OAB 1828/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victor Medeiros Dantas de Góes (OAB 7189/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
WILTON ROVERI (OAB 62397/SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA MATOS (OAB 3875/AC) - Processo 0203861-58.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elias Nascimento de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0607321-22.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0620211-61.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: KÁTIA ALMEIDA DA SILVA (OAB 8928/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0623131-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: T.P.S. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Kátia Almeida da Silva (OAB 8928/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Michelle de Oliveira Matos (OAB 3875/AC)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0305186-33.2006.8.04.0001 (001.06.305186-0) - Busca e Apreensão - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Credrio Soc. de Crédito ao Microempreendedor - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0601302-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Patricia Luzia da Silva Nascimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 02/05/2019 às 09:30h, a ser realizada na sala de audiência nº XX do Cartório da 3ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 5, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM. OU

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0601761-70.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM) - Processo 0607477-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Previdência privada - REQUERENTE: Geraldo Costa Filho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 25/04/2019 às 10:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0609314-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gracimar Freire de Souza - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação cumulada com Indenização por Danos Morais e Materiais, proposta por Gracimar Freire de Souza, por meio de seu patrono, em face de Banco BMG S/A, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento de distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0628574-66.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Antônio Nogueira da Silva - REQUERIDO: Fundação Petrobras de Seguridade Social Petros, - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0631330-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Nilton Xavier da Silva - Me (Ifull Informática Ltda) - Ao lume de todo o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito deste feito e JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte Requerida Condomínio do Edifício Tropical Executive Residence Hotel a pagar à parte Requerente Nilton Xavier da Silva - Me (Ifull Informática Ltda) o valor de R$70.681,14 (setenta mil, seiscentos e oitenta e um reais e quatorze centavos), incidindo-se correção monetária e juros de 1% a.m, desde a citação, pelos parâmetros usados pela Tabela de Cálculos do E. Tribunal de Justiça do Amazonas. Diante do não comparecimento injustificado da parte Requerida à audiência de conciliação, CONDENO-A à multa de 2% (dois por cento) do valor da causa, revertida em favor do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, CPC. Pela sucumbência, condeno a parte Requerida no pagamento das custas, despesas processuais e em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, em apreciação equitativa, nos termos do art. 85, §2º, I, do Código de Processo Civil, buscando-se aqui bem remunerar o serviço jurídico prestado pelos patronos da Requerente. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. Proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0640812-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jorge Luis Ramos do Nascimento - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0643464-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Otacilio Gomes Taveira Filho - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: EDVAL MACHADO JUNIOR (OAB 11999/AM), ADV: DANIELA SANTOS BOMFIM (OAB 27431BA) - Processo 0648128-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vitoria Regia Comercio de Petroleo Ltda - Me - REQUERIDO: Petrobras Distribuidora S.a. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Daniela Santos Bomfim (OAB 27431BA)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edval Machado Junior (OAB 11999/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0013143-95.2005.8.04.0001 (001.05.013143-6) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Concretec - Tecnologia de Concreto Ltda - REQUERIDO: Pedro Vieira Sobrinho e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 001.456/AM), ADV: SAUL ROGÉRIO RAMOS DE ATHAYDE (OAB 3264/AM) - Processo 0037962-67.2003.8.04.0001 (001.03.037962-9) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Renata Leiko Yshida - REQUERIDO: Mg Empreendimentos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA NETO (OAB 8953/AM) - Processo 0203776-58.2008.8.04.0001 (001.08.203776-1) - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO (OAB 594A/AM), ADV: JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO (OAB 1529/RO), ADV: KARINA DUTRA PESSOA (OAB 7088/AM) - Processo 0204667-74.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fagê Cursos Preparatórios Ltda-ME - REQUERIDA: Comunidade Evangélica Luterana São Paulo - CELSP - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: OTACÍLIO NEGREIROS NETO (OAB 4069/AM) - Processo 0217525-11.2009.8.04.0001 (001.09.217525-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: A. S. Comércio Cereais Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0222167-61.2008.8.04.0001 (001.08.222167-8) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERIDO: Sul America Companhia de Seguros Gerais - Tendo em vista manifestação de folhas 266/267, intime-se a parte Requerida para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0239471-68.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Almir dos Santos Farias - Vistos. Determino a

intimação da parte Exequente para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, planilha atualizada do débito que compreende ser devido pela Executada. Após a juntada, intime-se a Executada para efetuar o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bastem para satisfação da execução, além do acréscimo de multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM), ADV: FLAMARION CHAGAS BENAION (OAB 5697/AM), ADV: ANTÔNIO ARAÚJO DE MORAES (OAB 5631/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LIMA DOS SANTOS (OAB 5337/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0250063-74.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Rosângela Costa Oliveira - REQUERIDA: Ana Keila Moraes Castelo - Vistos. Verifica-se dos autos a desnecessidade de produção de novas provas, uma vez que o processo está devidamente instruído. Desta feita, anuncio o julgamento antecipado do mérito, com fulcro no art. 355, I, CPC. Após a fluência in albis do prazo recursal, voltem-me os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0603383-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Cynthia Rosa Espindola - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição de fl. 44/48, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: EDUARDO ABÍLIO KERBER DINIZ (OAB 4389/RO), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM) - Processo 0608620-73.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: GRACINETE VIEIRA DE SOUZA - REQUERIDO: HSBC BANK BRASIL S.A . BANCO MÚLTIPLO - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0608686-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Christhian Naranjo de Oliveira - DESPACHO Recebido em razão de averbação de suspeição. Intime-se a parte autora, a fim de efetuar o pagamento das custas judiciais , no prazo de 05 dias , sob pena de cancelamento da distribuição. Cumpra-se.

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM) - Processo 0608750-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Auxiliadora de Souza Menezes - Pelo exposto, com arrimo no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro o pedido de tutela provisória de urgência, de modo que seja intimada pessoalmente a parte Requerida Banco BMG S/A, a fim de que tome as providências necessárias para suspender os descontos realizados na folha de pagamento da Requerente Maria Auxiliadora de Souza Menezes, intitulados BMG CARTAO 10, BANCO BMG EMPRESTIMO e BMG EMP02. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência desta, sob pena de aplicação de multa de R$5.000,00 (cinco mil reais), para cada desconto que venha a ser realizado, em descumprimento a esta decisão, à luz do artigo 297, parágrafo único, e artigo 536, parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil. Defiro ainda o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade dos beneficiários pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação da audiência de conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM) - Processo 0608750-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Auxiliadora de Souza Menezes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 23/05/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM) - Processo 0609408-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Bancários - REQUERENTE: Elenilda Rodrigues Ramos - Pelo exposto, com arrimo no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro parcialmente o pedido de tutela provisória de urgência, de modo que seja intimada pessoalmente a parte Requerida Banco BMG S/A, a fim de que tome as providências necessárias para suspender os descontos realizados na folha de pagamento da Requerente Elenilda Rodrigues Ramos, intitulados BMG CARTAO. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência desta, sob pena de aplicação de multa de R$5.000,00 (cinco mil reais), para cada desconto que venha a ser realizado, em descumprimento a esta decisão, à luz do artigo 297, parágrafo único, e artigo 536, parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil. Defiro ainda o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade dos beneficiários pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação da audiência de conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM) - Processo 0609408-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Bancários - REQUERENTE: Elenilda Rodrigues Ramos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 23/05/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala de audiência nº XX do Cartório da 3ªq UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 5, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM. OU

ADV: MARIA FRANCIDEUZA DA COSTA (OAB 4256/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623961-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Taxa de Iluminação Pública - REQUERENTE: Salustiano Monteiro Gomes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633940-28.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO BRADESCO CARTÕES S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0637073-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: E.C.O. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643786-35.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM) - Processo 0649901-67.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - REQUERIDO: Aldemizio Mendonca de Brito - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0649967-47.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0653575-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Import. e Export. Universal de Material Hospitalar Ltda - Vistos. Versam os presentes autos acerca de Ação de Pedido de Exibição de Documentos e Prestação de Informações, proposta por Import. e Export. Universal de Material Hospitalar Ltda em face de Banco do Brasil S/A, ambos devidamente qualificados, pelos fatos e fundamentos da exordial. Após análise, verifico que a demanda foi inicialmente distribuída para o Juízo da 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, conforme o documento de fl.12, autos n. 0628242-02.2018.8.04.0001. Desta maneira, dispõe o art.286, II do CPC que o processo extinto sem análise do mérito, quando da sua repropositura, deverá tramitar no juízo que dele primeiro conheceu a demanda. In verbis: Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: [...] II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda; Assim sendo, determino que sejam os autos remetidos ao setor de distribuição para que sejam encaminhados à 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, por ser o Juízo prevento. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0658391-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Cristiano Rodrigues Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, com arrimo no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro parcialmente o pedido de tutela provisória de urgência, de modo que seja intimada pessoalmente a parte Requerida Banco BMG S/A, a fim de que tome as providências necessárias para suspender os descontos realizados na folha de pagamento da Requerente Cristiano Rodrigues Ferreira, intitulados BMG CARTÃO e BMG CARTAO 10. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência desta, sob pena de aplicação de multa de R$5.000,00 (cinco mil reais), para cada desconto que venha a ser realizado, em descumprimento a esta decisão, à luz do artigo 297, parágrafo único, e artigo 536, parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil. Defiro ainda o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade dos beneficiários pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação da audiência de conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0659865-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Luiz da Silva Pires, - Pelo exposto, com arrimo no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro o pedido de tutela provisória de urgência, de modo que seja intimada pessoalmente a parte Requerida Banco Bonsucesso S.a, a fim de que tome as providências necessárias para suspender os descontos realizados na folha de pagamento da Requerente Antonio Luiz da Silva Pires, intitulados BONSUCESSO CARTÃO - CÓDIGO 6076 e OLE BONSUC. CARTÃO - CÓDIGO 6132. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência desta, sob pena de aplicação de multa de R$5.000,00 (cinco mil reais), para cada desconto que venha a ser realizado, em descumprimento a esta decisão, à luz do artigo 297, parágrafo único, e artigo 536, parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil. Defiro ainda o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade dos beneficiários pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão

de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação da audiência de conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0660883-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RONNY PETERSON BAIMA PICANÇO (OAB 6175/AM) - Processo 0662282-10.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Bruno Moreira Gomes - Tendo em vista Certidão da lavra do Oficial de Justiça, juntada às folhas 34, determino a intimação da parte Autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar o correto endereço do Requerido, para que seja dado andamento no presente feito, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0719751-24.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Oficie-se a Central de Mandados para que devolva o Mandado nº 001.2015/018513-9 devidamente cumprido imediatamente. Em silente, intime-se pessoalmente o Oficial de Justiça para que proceda a devolução no prazo de 48h (quarenta e oito hora), sob pena de responsabilização penal, administrativa e civil. Cumpra-se.

ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Araújo de Moraes (OAB 5631/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB 4389/RO)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Flamarion Chagas Benaion (OAB 5697/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 001.456/AM)
João Ferreira de Almeida Neto (OAB 8953/AM)
José Cristiano Pinheiro (OAB 1529/RO)
Karina Dutra Pessoa (OAB 7088/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Maria Francideuza da Costa (OAB 4256/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mirtes Rodrigues da Silva (OAB 13432/AM)
Otacílio Negreiros Neto (OAB 4069/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB 5337/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Ronny Peterson Baima Picanço (OAB 6175/AM)
Saul Rogério Ramos de Athayde (OAB 3264/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Vanda Cardoso Graciano Veloso (OAB 594A/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0200049-08.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0608263-59.2015.8.04.0001) (processo principal 0608263-59.2015.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: FRANCISCO EMERSON MENEZES DE ALMEIDA ME - Em assim sendo, percebo, de antemão, a falta de interesse de agir do autor, razão pela qual EXTINGO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI, do CPC. Sem custas processuais. Deixo de condenar em honorários, uma vez que insatisfeitas as condições previstas em lei para este fim. Proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM) - Processo 0200866-72.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0610846-51.2014.8.04.0001) (processo principal 0610846-51.2014.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa - Novação - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que já declarei minha suspeição nos autos principais processo n° 0610846-51.2014, assim em face deste processo obrigatoriamente ser julgado pelo mesmo Juízo dos autos principais, averbo-me suspeito para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do art. 145, §1º do CPC, in verbis: "Art. 145. Há suspeição do juiz: (...) § 1o Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões". (g.m.) Deixo de indicar a causa por não estar obrigado a decliná-la, seguindo entendimento do artigo legal acima aludido. Assim sendo, determino a remessa dos presentes autos ao meu substituto legal. À Distribuição para as anotações pertinentes.

ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: LAILA LACERDA DE SÁ (OAB 20664/CE), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0212387-63.2009.8.04.0001 (001.09.212387-3) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - EXEQUENTE: Simone Aguiar - EXECUTADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c o art. 1º, § 2º, da Portaria nº 2072/2016-PTJ, intimo a parte interessada para que: 1) proceda à gravação dos respectivos autos em mídia (cd-rom); 2) protocole, junto ao setor de Protocolo Judicial do 2º Grau, o ofício requisitório expedido, acompanhado da mídia gravada e documentos constantes do art. 18, §1º da Resolução n 003/2014 desta Egrégia Corte; e 3) promova a juntada do comprovante do protocolamento nos autos deste processo.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: JOSÉ WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 870A/AM), ADV: FRANCISCO OSMÍDIO BRÍGIDO BEZERRA DE LIMA (OAB 871A/AM), ADV: RAFAEL LUIZ NARDI (OAB 12027/AM) - Processo 0242124-72.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Terezinha do Nascimento Silva -

EXECUTADO: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e em cumprimento ao despacho de fl. 158, intimo a parte exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte.

ADV: ANDERSON LOPES FERNANDES (OAB 297057/SP) - Processo 0247308-33.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0610846-51.2014.8.04.0001) - Habilitação de Crédito - Obrigações - REQUERENTE: Ricardo Joari Inacio - Compulsando os autos, verifico que já declarei minha suspeição nos autos principais processo n° 0610846-51.2014, assim em face deste processo obrigatoriamente ser julgado pelo mesmo Juízo dos autos principais, averbo-me suspeito para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do art. 145, §1º do CPC, in verbis: "Art. 145. Há suspeição do juiz: (...) § 1o Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões". (g.m.) Deixo de indicar a causa por não estar obrigado a decliná-la, seguindo entendimento do artigo legal acima aludido. Assim sendo, determino a remessa dos presentes autos ao meu substituto legal. À Distribuição para as anotações pertinentes.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600519-13.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando presentes no feito as circunstâncias autorizadoras do art.256, II, §3º, do CPC, consubstanciadas nas inúmeras tentativas frustradas de citação da parte requerida nos autos, inobstante as várias diligências envidadas pela autora nesse propósito, valendo-se, inclusive, de pesquisas aos sistemas conveniados da Justiça, DEFIRO o pedido de fls. 110/112. Assim o faço por ser medida de mais lídima Justiça, haja vista a perpetuação da querela por mais de quatro anos, em manifesto prejuízo da requerente, por ação escorregadia do réu que segue ocultando-se. Ademais, tendo por relevantes os argumentos autorais para desincumbir-se da publicação do ato editalício nos jornais de grande circulação, em especial os altos custos já dispendidos até o momento nesse processo, bem ainda a falta de exigência legal em sentido diverso constante do atual Compêndio de Processo Civil. Assim, DISPENSO a autora da reprodução do edital nos jornais de grande circulação. A propósito: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CITAÇÃO EDITALÍCIA. PUBLICAÇÃO EM JORNAL LOCAL. DESNECESSIDADE. ART. 257 DO CPC. DISPONIBILIZAÇÃO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. RECURSO PROVIDO. 1. Agravo de instrumento interposto em execução de título extrajudicial. 1.1. Decisão que indeferiu pedido de dispensa de publicação do ato de citação em jornal local de grande circulação. 2. A citação por edital deve atender aos requisitos do art. 257, II, do CPC, que exige a "publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos". 2.1. Ou seja, não pode a exequente ser compelida a cumprir os requisitos do revogado art. 232 do CPC de 1973, que previa "a publicação do edital no prazo máximo de 15 (quinze) dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver". 2.2. Incidência do art. 14 do CPC, segundo o qual a norma processual é " aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada". 3. Jurisprudência: "De acordo com a Resolução nº 234/2016 do CNJ, até que seja implantado o DJEN, as publicações dos atos processuais serão realizadas via Diário de Justiça Eletrônico (DJe) do respectivo Tribunal. Se o edital foi divulgado no DJe; na rede mundial de computadores e no sítio deste Tribunal, é prescindível a sua publicação em jornal de grande circulação." (20140111187460APC, Relator: José Divino 6ª Turma Cível, DJE: 22/08/2017). 4. Agravo provido. (TJ-DF 07057894020188070000 DF 0705789-40.2018.8.07.0000, Relator: JOÃO EGMONT, Data de Julgamento: 13/06/2018, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJe: 20/06/2018.) Expeça-se o competente edital de citação do réu, com prazo de 20 (vinte) dias, nos moldes preconizados pelo art. 257, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600677-68.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise detida dos autos, percebo não assistir razão à requerente no pedido de fl. 94, porque a presente ação consiste em monitória na qual não houve estabilização processual, logo, não há falar em título executivo judicial, tampouco medidas expropriatórias do patrimônio da devedora. Assim sendo, DEFIRO parcialmente o pedido de fl. 94, somente para determinar as consultas aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD para fins de pesquisa de endereços atualizados da parte ré. Remetam-se os autos para a fila de consultas eletrônicas dos sistemas conveniados da Justiça. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600908-95.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise detida dos autos, percebo não assistir razão ao requerente no pedido de fl. 80, porque a presenta ação consiste em monitória na qual não houve estabilização processual, logo, não há falar em título executivo judicial, tampouco medidas expropriatórias do patrimônio da devedora. Assim sendo, DEFIRO parcialmente o pedido de fl. 80, somente para determinar as consultas aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD para fins de pesquisa de endereços atualizados da parte ré. Remetam-se os autos para a fila de consultas eletrônicas dos sistemas conveniados da Justiça. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0602068-19.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Defiro o pedido de liberação da restrição via sistema RENAJUD. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602645-36.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando presentes no feito as circunstâncias autorizadoras do art.256, II, §3º, do CPC, consubstanciadas nas inúmeras tentativas frustradas de citação da parte requerida nos autos, inobstante as várias diligências envidadas pela autora nesse propósito, valendo-se, inclusive, de pesquisas aos sistemas conveniados da Justiça, DEFIRO o pedido de fls. 121/123. Assim o faço por ser medida de mais lídima Justiça, haja vista a perpetuação da querela por mais de quatro anos, em manifesto prejuízo da requerente, por ação escorregadia do réu que segue ocultando-se. Ademais, tendo por relevantes os argumentos autorais para desincumbir-se da publicação do ato editalício nos jornais de grande circulação, em especial os altos custos já dispendidos até o momento nesse processo, bem ainda a falta de exigência legal em sentido diverso constante do atual Compêndio de Processo Civil. Assim, DISPENSO a autora da reprodução do edital nos jornais de grande circulação. A propósito: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CITAÇÃO EDITALÍCIA. PUBLICAÇÃO EM JORNAL LOCAL. DESNECESSIDADE. ART. 257 DO CPC. DISPONIBILIZAÇÃO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. RECURSO PROVIDO. 1. Agravo de instrumento interposto em execução de título extrajudicial. 1.1. Decisão que indeferiu pedido de dispensa de publicação do ato de citação em jornal local de grande circulação. 2. A citação por edital deve atender aos requisitos do art. 257, II, do CPC, que exige a "publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho

Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos". 2.1. Ou seja, não pode a exequente ser compelida a cumprir os requisitos do revogado art. 232 do CPC de 1973, que previa "a publicação do edital no prazo máximo de 15 (quinze) dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver". 2.2. Incidência do art. 14 do CPC, segundo o qual a norma processual é " aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada". 3. Jurisprudência: "De acordo com a Resolução nº 234/2016 do CNJ, até que seja implantado o DJEN, as publicações dos atos processuais serão realizadas via Diário de Justiça Eletrônico (DJe) do respectivo Tribunal. Se o edital foi divulgado no DJe; na rede mundial de computadores e no sítio deste Tribunal, é prescindível a sua publicação em jornal de grande circulação." (20140111187460APC, Relator: José Divino 6ª Turma Cível, DJE: 22/08/2017). 4. Agravo provido. (TJ-DF 07057894020188070000 DF 0705789-40.2018.8.07.0000, Relator: JOÃO EGMONT, Data de Julgamento: 13/06/2018, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJe: 20/06/2018.) Expeça-se o competente edital de citação do réu, com prazo de 20 (vinte) dias, nos moldes preconizados pelo art. 257, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0604208-26.2019.8.04.0001 - Impugnação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Procoating Industrial de Laminado da Amazônia Ltda. - Compulsando os autos, verifico que já declarei minha suspeição nos autos principais processo n° 0610846-51.2014, assim em face deste processo obrigatoriamente ser julgado pelo mesmo Juízo dos autos principais, averbo-me suspeito para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do art. 145, §1º do CPC, in verbis: "Art. 145. Há suspeição do juiz: (...) § 1o Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões". (g.m.) Deixo de indicar a causa por não estar obrigado a decliná-la, seguindo entendimento do artigo legal acima aludido. Assim sendo, determino a remessa dos presentes autos ao meu substituto legal. À Distribuição para as anotações pertinentes.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0604401-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Joaquim Raimundo Mendonça reis - Concedo ao requerente os benefícios da gratuidade judiciária, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, modificada pela Lei nº 7.510/86. A tutela antecipada é uma exceção e, como tal, o juiz deve apreciar os elementos que o capacitem a quebrar o ordenamento ordinário do processo. Para que se adiante a outorga que se busca no processo de conhecimento, há necessidade da verificação dos pressupostos contidos no art. 300, do CPC, que não se restringem somente a prova inequívoca que convença o julgador da verossimilhança da alegação, mas, também, os requisitos do "fumus boni júris" e do "periculum in mora". Como destaca Humberto Theodoro, a antecipação da tutela não constitui uma autorização para o juiz livremente introduzir medidas liminares de mérito em toda e qualquer ação, pois, embora prevista em caráter geral, continua sendo providência de exceção, subordinada a requisitos rigorosamente traçados pela lei. A exceção somente se tolera quando a prestação jurisdicional é posta em risco pela iminência de dano grave e de difícil reparação ou de conduta temerária e inaceitável do réu, frente a direito líquido e certo do autor. (in o Processo Civil Brasileiro no Limiar do Novo Século - Forense - 1999). No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, razão pela qual não fica constatada a probabilidade do direito alegado, motivo porque INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR, nos moldes do art. 298, do Código de Processo Civil. Outrossim, nos termos na Portaria nº 2183/2017 - PTJ e do Termo de Cooperação n° 012/2017 - TJ encaminho os autos ao CEJUSC para providências requeridas no feito. Nomeio como perito judicial o profissional habilitado junto ao núcleo. Apresentado o Laudo no prazo de 30 (trinta) dias, expeça-se o competente Alvará ao Perito nomeado, observadas as devidas cautelas. Designe perícia. Cite-se a parte ré.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0604505-33.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não tendo este Juízo imposto qualquer restrição ao veículo objeto da lide, resta prejudicado o pedido de baixa da restrição. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0604795-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Lusitano - Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Cite-se o réu com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, nos atos respectivamente de citação e intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, CPC/15). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). d) a contestação deverá ser oferecida, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, do CPC/15); II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual - o autor, em sua inicial, e o réu, por petição simples, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 335, inc. II, do CPC/15); III - no caso de litisconsórcio passivo e havendo o desinteresse na realização da audiência manifestado por todos os litisconsortes, o termo inicial previsto no item II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, do CPC/15). Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC/15. Defiro a concessão da gratuidade da justiça na forma do artigo 98 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0604950-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ladislau Macedo Vieira - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos; Declaração de imposto de renda; Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0605220-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Inacimar Pimentel da Silva - Primeiramente, defiro a gratuidade de justiça à parte requerente e deixo para analisar o pedido de tutela de urgência em Sentença, conforme requerido pelo Requerente. Outrossim, nos termos na Portaria nº 2183/2017 - PTJ e do Termo de Cooperação n° 012/2017 - TJ encaminho os autos ao CEJUSC para providências requeridas no feito. Nomeio como perito judicial o profissional habilitado junto ao núcleo. Designe perícia. Cite-se a parte ré. Apresentado o Laudo no prazo de 30 (trinta) dias, expeça-se o competente Alvará ao Perito nomeado, observadas as devidas cautelas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0605269-19.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0633563-91.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Primeiramente, saliento que a atuação da Defensoria Pública como curadora de ausentes não implica de forma automática no deferimento da gratuidade de justiça, ante a ausência de comprovação da real situação hipossuficiente do réu, a qual, inclusive, não se presume, nos termos da Lei nº 1.060/50. Assim, defiro parcialmente a gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98, § 5º, do CPC, para que tal benefício seja aplicado somente no que diz respeito aos atos processuais, com a ressalva de que o réu revel, citado por edital e assistido atualmente pelo Curador de Ausentes poderá eventualmente ser condenado ao pagamento de verbas de sucumbência. Ademais, da análise do processo entendo ser dispensável a instrução processual, vez que as provas já existentes neste apresentam-se suficientes para autorizar o julgamento antecipado da lide (art. 355, inciso I, CPC), aplicando-se, in casu, o princípio da economia processual e o da razoável duração do processo. Desta feita, determino a intimação das partes desta decisão, devendo os autos, após o transcurso de 15 (quinze) dias, contados da efetivação das intimações, e sem recurso das partes, voltarem-me conclusos para julgamento. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605375-20.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou no caso de réu revel (artigo 513, §2º do CPC), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do réu Hollando Guimarães de Oliveira, CPF n° 523.439.362-34. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: RENATA BARROSO VIEIRA (OAB 11230/AM) - Processo 0605381-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thiago Gonçalves Batista e outro - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprovem os requerentes a condição de beneficiários da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Declaração do próprio punho afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, não bastando a mera assinatura no documento gerado pelo advogado; Comprovante de rendimentos de ambos; Declaração de imposto de renda de ambos; Declaração do seu patrono de que renuncia ao pagamento de honorários contratuais. Intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0605498-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jane Santos Gato - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprovem a requerente a condição de beneficiária da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Declaração do próprio punho afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, não bastando a mera assinatura no documento gerado pelo advogado; Comprovante de rendimentos; Declaração de imposto de renda; Declaração do seu patrono de que renuncia ao pagamento de honorários contratuais. Intime-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0605783-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Rio Solimoes Distribuidora - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, os quais fixo, desde já, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 829, caput, do CPC. Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Determino, ainda, na hipótese de o Oficial de Justiça não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC. Faça-se constar no mandado que ocorrendo o pagamento integral no prazo de lei, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% do valor da causa. (artigo 827, § 1°, do CPC). Cumpra-se.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0605805-30.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória

do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme caput do artigo 701, CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento, também no mesmo prazo, o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitada a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0605933-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: André Alves Coutinho - Primeiramente, tendo em vista a notícia de ação anterior idêntica aos presentes autos, a qual foi julgada improcedente, vislumbro possível coisa julgada a inquinar o feito. Desse modo, em observância ao deveres de cooperação e esclarecimento, tão caros ao atual Código de Processo Civil, bem como para afastar decisão-surpresa, INTIME-SE o autor para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando aos autos cópias do processo noticiado, justamente porque a numeração fornecida pelo mesmo na exordial, quando utilizada em pesquisa junto ao E-Saj, aponta o seguinte erro: “processo informado inexistente”. No decurso do prazo, retornem-me conclusos.

ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 11826/PI), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 1173A/AM) - Processo 0607711-55.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0608495-32.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não tendo este Juízo imposto qualquer restrição ao veículo objeto da lide, resta prejudicado o pedido de baixa da restrição. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: MARCELLA HELENA VASCONCELLOS COSTA (OAB 9524/AM) - Processo 0609575-07.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Energia Elétrica - REQUERENTE: Manuel Monteiro Cortez Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data da segunda perícia marcada para o dia 10/04/19, às 9h , no Laboratório da Amazonas Energia. Intimo, ainda, a empresa requerida para disponibilizar os técnicos e as informações necessárias, solicitados pelo perito nomeado nos termos da petição de fls. 222.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610074-54.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse mote, em observância ao dever de esclarecimento entre os sujeitos processuais, assim como para evitar diligências inúteis que apenas retardarão o deslinde desta demanda, em trâmite há quatro anos sem vislumbre de termo, INTIME-SE a autora para manifestar-se quanto ao endereço no qual quer seja cumprido o mandado de citação por hora certa, no prazo de 05 (cinco) dias. Registre-se, desde logo, que DEFIRO a expedição do susoaludido mandado, devendo o autor recolher, no mesmo prazo acima mencionado, as custas das diligências do Oficial de Justiça, nos termos da Portaria nº 116/2017 - PTJ. No decurso do prazo, retornem-me conclusos.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0610174-67.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Reane Santos de Almeida - Ante o exposto, defiro a antecipação de tutela para determinar que a parte requerente seja imitida na posse do imóvel descrito na inicial. Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para desocupação voluntária. Após o decurso do prazo, não tendo a parte requerida desocupado o imóvel, autorizo, se necessário, o uso de força policial. A fim de conferir efetividade à medida, comino multa diária no valor de R$ 500,00(quinhentos reais), para o caso de descumprimento pelo prazo máximo de 15 dias. Expeça-se o respectivo mandado. Ademais, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação preliminar para o dia 16/04/2019, às 09:30, nos termos do Art. 334 do CPC, o qual se realizará no CEJUSC-CÍVEL sala 04. Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Outrossim, conforme regulamenta a Portaria 490/2017 - PTJ, defiro o pedido de parcelamento de custas. Portanto, INTIME-SE a parte autora para efetuar pagamento da primeira parcela das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se

ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM) - Processo 0613703-36.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: ANTONIO FREIRE DE OLIVEIRA NETO - Processe-se o presente incidente de desconsideração da personalidade jurídica apresentado em desfavor de MACEDO E CAMPOS LTDA e seu sócio Carlos Henrique Campos e sua esposa Sra Servula Maria de Macedo Campos, suspendendo-se o andamento da execução no tocante às pessoas alvo do presente incidente, até o seu julgamento. Cite-se para manifestação e apresentação de provas cabíveis, em 15 dias. Expeça-se o necessário. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rogério José da Costa Vieira Juiz de Direito

ADV: ALBERTO BRANCO JÚNIOR (OAB 86475/SP), ADV: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA (OAB 88492/SP) - Processo 0620277-75.2015.8.04.0001 - Monitória - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Caixa Consórcios S/A Administradora de Consórcios - Defiro o pedido de fl. 207 e determino a suspensão do feito pelo período de 90 (noventa) dias. Após o decurso do prazo acima indicado, sem manifestação da parte interessada, intime-se, a requerente para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da ação, nos termos do art. 485, incisos IV e VI, do CPC. Intime-se.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA (OAB 931A/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0626211-82.2013.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO HSBC S.A - Da análise detida dos autos, percebo que a presente ação monitória segue em trâmite desde 27/09/2013, sem êxito na estabilização da lide, porquanto não há falar em título executivo judicial, muito menos em expropriação forçada do patrimônio do réu, como pretende o autor na petição de fl. 218, razão pela qual INDEFIRO tal pedido. No mais, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das pesquisas de endereço disponibilizadas às fls. 212/214, requerendo o que entender de direito para fins de citação do réu, sob pena de extinção nos termos do art. 485, IV, do CPC. No decurso do prazo, retornem-me conclusos.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0632884-86.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada no sistema conveniado (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM) - Processo 0637258-48.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ricardo Mota de Melo - REQUERIDO: Sony Brasil Ltda - Mir Importação e Exportação Ltda (Lojas Ramsons) - Trata-se de pedido de reconsideração formulado pela parte requerente às fls.220/221, o qual pretende a modificação da decisão proferida por este Magistrado às fls. 218. Inicialmente, cumpre destacar, no tocante às decisões interlocutórias, que a parte interessada dispõe de recurso para pugnar pela reforma do decisum. Nessa esteira, não se pode olvidar que o princípio da taxatividade recursal não admite a criação de qualquer espécie recursal sem a existência de lei federal prévia que o faça. Tenho que o pedido de reconsideração nos moldes postos, sem previsão expressa em lei, inova e se reveste de recurso não previsto no ordenamento jurídico. Em razão disso, não conheço o pedido de fls. 220/221, por falta de previsão legal, mantendo-se a decisão de fls. 218. À Secretaria para as providências cabíveis. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641501-69.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fl. 94 e determino a suspensão do feito pelo período de 120 (cento e vinte) dias. Após o decurso do prazo acima indicado, sem manifestação da parte interessada, intime-se, a requerente para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da ação, nos termos do art. 485, incisos IV e VI, do CPC. Intime-se.

ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0642114-89.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: DI FELICIA INDUSTRIA COM. ALIMENTOS LTDA e outros - Processe-se o presente incidente de desconsideração da personalidade jurídica apresentado em desfavor de JFDD Participações e Administração Ltda e Di Felícia Industria Com. Alimentos Ltda, suspendendo-se o andamento da execução no tocante às pessoas alvo do presente incidente, até o seu julgamento. Citem-se para manifestação e apresentação de provas cabíveis, em 15 dias. Expeça-se o necessário. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019. Rogério José da Costa Vieira Juiz de Direito

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643645-16.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise detida dos autos, verifico que há notícia do falecimento da parte ré, consoante certificado pelo Oficial de Justiça às fls. 132/134, razão pela qual determino a suspensão processual, com fulcro no art. 313, inciso I, do CPC, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para a regularização da representação processual no polo passivo da demanda. Outrossim, nos termos dos arts. 110 c/c art. 313, § 2º, inciso I, todos do CPC, é dever da parte autora, na hipótese de falecimento do réu, promover a citação do respectivo espólio ou de quem for o seu sucessor. Desse modo, intime-se a requerente para promover a substituição do réu falecido pelo seu espólio, diligenciando para citação deste na pessoa de seu representante legal, hipótese na qual caberá a interessada comprovar a abertura do inventário do patrimônio do de cujus, indicando seu inventariante, nos termos do art.75, VII, do CPC. Acaso inexista inventário em trâmite, deverá a autora atuar para inclusão de todos os herdeiros conhecidos da falecida no polo passivo, ex vi do art. 313, §2º, II, do CPC, promovendo a citação pessoal de cada um dos indivíduos indicados.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0646909-36.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova as diligências necessárias visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: FERNANDO ALVES POMPEU (OAB 12220/AM) - Processo 0655759-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Wagner Silva dos Santos e outro - Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Citem-se os réus com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, nos atos respectivamente de citação e intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, CPC). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da

parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). d) a contestação deverá ser oferecida, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, do CPC); II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual - o autor, em sua inicial, e o réu, por petição simples, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 335, inc. II, do CPC); III - no caso de litisconsórcio passivo e havendo o desinteresse na realização da audiência manifestado por todos os litisconsortes, o termo inicial previsto no item II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, do CPC). Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC. Tendo em vista ainda a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0656575-61.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0659626-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I. - Ante a certidão exarada à fl. 32, INTIME-SE pessoalmente o autor e seu causídico, via diário eletrônico, para recolher, no prazo de 05 (cinco) dias, as custas necessárias às diligências de busca, apreensão e citação, sob pena de extinção do feito por abandono da causa, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: MAICY BATISTA FONSECA (OAB 6374/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: DÉBORAH LOUREIRO OHANA LAVAREDA (OAB 4643/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0715541-27.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: André Lavareda Fonseca - EXECUTADO: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Vistos, etc. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou no caso de réu revel (artigo 513, §2º do CPC), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente (fls.829), sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Deve a parte executada ainda, na mesma oportunidade, juntar ao processo toda documentação relativa a quitação da unidade imobiliária objeto da lide, sendo tal consequência lógica da sentença, uma vez que houve compensação integral entre débito e crédito determinada na aludida sentença. Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do réu XXXXXXXXXX, CNPJ/CPF n° XXXXXXXXXXX. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM)
Alberto Branco Júnior (OAB 86475/SP)
Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 1173A/AM)
Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 11826/PI)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Anderson Lopes Fernandes (OAB 297057/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Déborah Loureiro Ohana Lavareda (OAB 4643/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Alves Pompeu (OAB 12220/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Osmídio Brígido Bezerra de Lima (OAB 871A/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)

Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Francisco da Silva (OAB 88492/SP)
José Wellington Coutinho Campelo (OAB 870A/AM)
Laila Lacerda de Sá (OAB 20664/CE)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Maicy Batista Fonseca (OAB 6374/AM)
Marcella Helena Vasconcellos Costa (OAB 9524/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Luiz Nardi (OAB 12027/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Renata Barroso Vieira (OAB 11230/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Simone Aparecida Saraiva Lima (OAB 931A/AM)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0057/2019

ADV: RAFAEL DE ALMEIDA PIMENTA PEREIRA (OAB 46859/PR), ADV: LEVI PALMA (OAB 29224/PR) - Processo 0605977-06.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Confecções Mafessoni Ltda - EXECUTADO: Barros e Alburquerque Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: ANDRE SARAIVA DUARTE (OAB 231719/SP) - Processo 0621243-33.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOAO AUGUSTO DE C FERREIRA (OAB 325076/SP), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 18298/GO), ADV: RITA DE CÁSSIA MESQUITA TALIBA (OAB 102186/SP), ADV: DENISE DE CÁSSIA ZÍLIO ANTUNES (OAB 90949/SP), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0637385-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Plastape Indústria de Fitas e Plásticos Ltda. - REQUERIDO: EXATA CARGO LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Andre Saraiva Duarte (OAB 231719/SP)
Denise de Cássia Zílio Antunes (OAB 90949/SP)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
JOAO AUGUSTO DE C FERREIRA (OAB 325076/SP)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 18298/GO)
Levi Palma (OAB 29224/PR)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Rafael de Almeida Pimenta Pereira (OAB 46859/PR)
Rita de Cássia Mesquita Taliba (OAB 102186/SP)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0238618-15.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos em fls. 44, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0610396-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: S.S.R.B. - R. H. Da análise dos autos, verifica-se que até a presente data, o(a) Oficial(a) de Justiça não devolveu o mandado de fls. 56 devidamente cumprido, muito menos justificou a impossibilidade de fazê-lo, apesar de instado(a) para tanto. A par disso, expeça-se ofício ao Coordenador da Central de Mandados, solicitando-lhe seus préstimos para que adote, caso entenda adequado, o procedimento contido no provimento nº232/2014 da CGJ/AM. Após, transcorrido o prazo de 15(quinze) dias, sem qualquer manifestação da Central de Mandados, expeça-se novo mandado, para dar prosseguimento ao feito sem que haja prejuízo a parte, utilize-se as mesmas custas já pagas. À secretaria para as providências de estilo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0614302-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Da análise dos autos, verifica-se que até a presente data, o(a) Oficial(a) de Justiça não devolveu o mandado de fls. 136 devidamente cumprido, muito menos justificou a impossibilidade de fazê-lo, apesar de instado(a) para tanto. A par disso, expeça-se ofício ao Coordenador da Central de Mandados, solicitando-lhe seus préstimos para que adote, caso entenda adequado, o procedimento contido no provimento nº232/2014 da CGJ/AM. Após, transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias, sem qualquer manifestação da Central de Mandados, expeça-se novo mandado, para dar prosseguimento ao feito sem que haja prejuízo a parte, utilize-se as mesmas custas já pagas. À secretaria para as providências de estilo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: MARIANA GRAZIELA FALOPPA (OAB 267501/SP) - Processo 0614500-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Tecniplot Comercial e Serviços Ltda ME - EXECUTADA: Verônica de Gonzalez Pereira Neves e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria

Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON DE LIMA JUSTO FILHO (OAB 6136/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM) - Processo 0616629-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Cheque - EXEQUENTE: BRUNO TUPINAMBÁ DIAS - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616668-79.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIOGO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 10810/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ROBERTO ALESSANDRO DE LIMA NASCIMENTO (OAB 12403/AM) - Processo 0624714-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDO: Civilcorp Empreendimentos Imobiliários Tarumã Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0626724-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - K. L. Rent A Car - R. H. Da análise dos autos, verifica-se que até a presente data, o(a) Oficial(a) de Justiça não devolveu o mandado de fls. 56 devidamente cumprido, muito menos justificou a impossibilidade de fazê-lo, apesar de instado(a) para tanto. A par disso, expeça-se ofício ao Coordenador da Central de Mandados, solicitando-lhe seus préstimos para que adote, caso entenda adequado, o procedimento contido no provimento nº232/2014 da CGJ/AM. Após, transcorrido o prazo de 15(quinze) dias, sem qualquer manifestação da Central de Mandados, expeça-se novo mandado, para dar prosseguimento ao feito sem que haja prejuízo a parte, utilize-se as mesmas custas já pagas. À secretaria para as providências de estilo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 670A/AM) - Processo 0629071-51.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado SIEL, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TATIANE CASTRO SILVA (OAB 185367/MG), ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0634437-71.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0635374-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Smart Trading Administracao Empresarial Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM) - Processo 0651332-39.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Agave - EXECUTADA: Ana Patricia de Oliveira Gomes e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0654958-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Raimundo Fogaça Zambrano - De ordem, intimo o perito para, no prazo de 05(cinco) dias, encaminhar o laudo de perícia realizada, ou informação sobre o não comparecimento da parte. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0656580-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca dos Mandados juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 42915/GO), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0656676-98.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: GABRIEL

HENRIQUE DA SILVA LOPES (OAB 962A/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM) - Processo 0658982-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Singolare - REQUERIDO: Thyssenkrupp Elevadores S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0660179-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Washington Luiz Santos Pereira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Diogo José Vieira dos Santos (OAB 10810/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edney Martins Guilherme (OAB 670A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gabriel Henrique da Silva Lopes (OAB 962A/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mariana Graziela Faloppa (OAB 267501/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 42915/GO)
Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB 12403/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Tatiane Castro Silva (OAB 185367/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson de Lima Justo Filho (OAB 6136/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM) - Processo 0606306-81.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606379-29.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Coisas - EMBARGADO: Itaú Unibanco S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Embargante para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0629356-73.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - EMBARGADO: Paola Vannesa Borda Haydar Eireli - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HERBERTH PINHEIRO MAIA (OAB 8676/AM), ADV: MAURÍCIO CÉSAR LEMOS PEREIRA (OAB 9822/AM) - Processo 0655254-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Fernando Neves Costa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Herberth Pinheiro Maia (OAB 8676/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Maurício César Lemos Pereira (OAB 9822/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0043/2019

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JR (OAB 4947/AM), ADV: CESAR DIRCEU ARAÚJO DA SILVA (OAB 3268/AM) - Processo 0008946-79.1996.8.04.0012 (012.96.008946-8) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Vicente Lopes de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM) - Processo 0208767-43.2009.8.04.0001 (001.09.208767-2) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Accioly de Souza Gonçalves - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls 253/254. , conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 3974/AM) - Processo 0222589-65.2010.8.04.0001 (001.10.222589-4) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Damião Alves da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219,

caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: SIMONE DE OLIVEIRA CAMBEIRO (OAB 2855/AM) - Processo 0353336-11.2007.8.04.0001 (001.07.353336-0) - Procedimento Comum - REQUERENTE: L.L. - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte embargada para que diga, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos declaratórios opostos, tendo em vista os efeitos infringentes perseguidos (Art. 1023, §2° c/c Art. 183, caput, do CPC). Intime-se.

ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: MARIANA DE JESUS RODRIGUES RAMOS (OAB 9702/AM), ADV: BRUNA DE OLIVEIRA CHIXARO (OAB 9216/AM), ADV: WALTER JUNIO ELESBAO DA SILVA (OAB 11427/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM), ADV: FILIPE DE FREITAS NASCIMENTO (OAB 6445/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE CHÍXARO AIRES (OAB 13023/AM) - Processo 0601143-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marinalva Monteiro Freire e outros - REQUERIDO: Umanizzare Gestão Prisional e Serviços Ltda - Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: HÉLCIO RODRIGUES MOTTA (OAB 1994/AM) - Processo 0605033-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: OSÓRIO FONSECA NETO - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0605504-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(s) Requerido(s) para, querendo, apresentar(em) alegações finais (Art. 364, § 2.º do CPC), nos termos da r. Decisão de fls. 834/839. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados conclusos para sentença. Intime-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0606251-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Débora dos Santos Mota - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0606259-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Suzana Lucia de Oliveira Ribeiro e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0606261-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rubens Figueira Rengifo - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: JOSÉ AMARILIS CASTELLO BRANCO (OAB 931/AM), ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0607525-71.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: NUNES COELHO DA SILVA - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 245, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM) - Processo 0618692-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Elzira de Angiolis Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM) - Processo 0619771-02.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Sistema Financeiro da Habitação - EXECUTADO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls 262/263. , conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0622838-04.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: Isonina da Saúde Jordão Figueira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 205, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: THAIS CRISTINY SANTOS DE ARAUJO (OAB 9449/AM), ADV: JONATHAN DE OLIVEIRA LIMA JUNIOR (OAB 9428/AM), ADV: LORENA BEATRIZ ANDRADE DE ARAÚJO (OAB 9424/AM) - Processo 0639164-44.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Emir Fadoul Sobreira - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0645878-15.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Município de Tonantins - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0646848-78.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rio Solimoes Distribuidora - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0661445-52.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Francisco Belchior da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: EDUARDO DE CARVALHO SOARES DA COSTA (OAB 182165/SP) - Processo 0705971-17.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: NETServiços de Comunicação S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas,por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls 728/729., conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Alberto da Silva Oliveira (OAB 3974/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
BRUNA DE OLIVEIRA CHIXARO (OAB 9216/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Cesar Dirceu Araújo da Silva (OAB 3268/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Eduardo de Carvalho Soares da Costa (OAB 182165/SP)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Filipe de Freitas Nascimento (OAB 6445/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hélcio Rodrigues Motta (OAB 1994/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Jonathan de Oliveira Lima Junior (OAB 9428/AM)
José Amarilis Castello Branco (OAB 931/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Lorena Beatriz Andrade de Araújo (OAB 9424/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Luiz Henrique Chíxaro Aires (OAB 13023/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB 9702/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Jr (OAB 4947/AM)
Simone de Oliveira Cambeiro (OAB 2855/AM)
Thais Cristiny Santos de Araujo (OAB 9449/AM)
Walter Junio Elesbao da Silva (OAB 11427/AM)
Wanessa Beltrão da Silva (OAB 12623/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0044/2019

ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: ALINE MARIA PEREIRA MENDONÇA LANDIM (OAB 3242/AM), ADV: RENATA ANDRÉA CABRAL PESTANA VIEIRA (OAB 3149/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0603062-23.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Curso de Formação - REQUERENTE: ERIVAN DE SOUSA NASCIMENTO e outro - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0609856-84.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda - Ademais, deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas e taxas judiciárias iniciais, calculadas sobre o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com as Tabelas anexas à Portaria 116/2017 PTJ. Recolhidas as custas processuais e a taxa judiciária ou decorrido o prazo estabelecido sem o cumprimento desta decisão, retornem os autos do processo conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

Aline Maria Pereira Mendonça Landim (OAB 3242/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Renata Andréa Cabral Pestana Vieira (OAB 3149/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GUSTAVO PORTO DINIZ REIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2019

ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: IGOR CARDOSO VASQUES (OAB 7964/AM), ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM), ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM) - Processo 0206613-47.2012.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Liminar - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas (77ª Promotoria) - 77.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - REQUERIDO: Douglas de Oliveira Beleza - Moacir Couto de Andrade - Oscarino Farias Varjão - Francisco Ferreira da Silva - Luiz Franco de Sá Bacellar - Amadeu Thiago de Mello - Estado do Amazonas - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Secretaria de Estado de Administracao e Gestao do Estado do Amazonas - Sead/am - Ao Ministério Público oficiante na 77ª Promotoria de Justiça, os réus e o Estado do Amazonas para, querendo, manifestar sobre os documentos juntados às fls. 535 a 567, em 15 dias. Em seguida, conclusos os autos para sentença.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0214572-40.2010.8.04.0001 (001.10.214572-6) - Procedimento Comum - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Luiz Henrique do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se a(o) Estado do Amazonas, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM), ADV: SÉLIO JOSÉ MIGLIORANZA (OAB 8867/AM), ADV: BETINA BRENDA GOMES LUNIER (OAB 12370/AM) - Processo 0600905-09.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: CRISTIANE PEREIRA FERRAZ - Dacinea Parente da Silva - DAILCE BARROSO BARRETO - DANIEL AUNARIO JUNIOR - DARLLAN CHRISTIANO GONÇALVES DOS REIS - DEVANILDA ALVES DE LIMA - Edilene Vieira da Silva - EDLENE BARROUSO DA SILVA - Edileuza Oliveira do Nascimento - EDNA MARIA SALOMÃO DE SOUSA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intimem-se os autores da ação, exceto DEVANILDA ALVES DE LIMA, esta já apresentou novo advogado, afim de constituírem novos advogados, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, daqueles que não atenderem a presente determinação, em 5 dias.

ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0604415-25.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Escolaridade - REQUERENTE: Erik Willson Alves Pinto - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Magnífico Reitor da Universidade do Estado do Amazonas Uea - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimado o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

ADV: CARMEM ROSA SOEIRO ABREU (OAB 5879/AM) - Processo 0606942-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Desapropriação - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDA: Marlen de Lima Castro - Vista ao Ministério Público.

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0606978-89.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - IMPETRANTE: Gremio Recreativo Escola de Samba Meninos Levados - IMPETRADO: Fabio Bacry Andrade - Bernardo Monteiro de Paula - Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - Manauscult - Município de Manaus - Assim, não estando presente um dos pressupostos essenciais, fumus boni iuris, não há porque conceder a liminar requerida. Desta forma, INDEFIRO a liminar. Notifique-se a Autoridade Coatora,

para que preste informações no prazo de 10 (dez dias). Ciência ao Município de Manaus para intervir na lide, querendo. Após, vista ao Ministério Público. Em seguida, conclusos para sentença. Intime-se e Cumpra-se

ADV: WILLIAM SAMI RAMOS (OAB 8149/AM), ADV: NAARA BENAIA DA SILVA PINHO (OAB 8170/AM) - Processo 0607159-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aldair Sinezio da Silva - Assim, EXCLUO da lide o DETRAN/AM, por conseguinte, determino a redistribuição do feito para uma das Varas Cíveis desta Comarca, nos termos do artigo 64, § 1º do CPC/2015. Dê-se baixa nos registros e distribuição.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0607407-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Estado do Amazonas - I - Acautelo-me quanto ao pedido de Antecipação de Tutela requerida, devendo ser apreciada após a contestação ou no momento do julgamento de mérito, posto que não vejo prejuízo ao perecimento do direito do(a) autor(a). II- Cite-se.

ADV: CARMEM ROSA SOEIRO ABREU (OAB 5879/AM) - Processo 0607923-76.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDA: Maria Odete Ferreira Guedes - Vista ao Ministério Público.

ADV: MÁRCIA CRISTINA REZEKE BERNARDI (OAB 109493/SP) - Processo 0607983-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Beach Park Hotéis e Turismo S/A - REQUERIDO: Programa Estadual de Protecao e Orientacao do Consumidor (PROCON - AM) - Estado do Amazonas - I - Acautelo-me quanto ao pedido de Antecipação de Tutela requerida, devendo ser apreciada após a contestação ou no momento do julgamento de mérito, posto que não vejo prejuízo ao perecimento do direito do(a) autor(a). I- Cite-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0608833-06.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Graças Ribeiro de Souza - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - À vista do exposto, por ora, INDEFIRO a Tutela de Urgência, não descartando a possibilidade de concedê-la após a contestação ou no decorrer da instrução processual, devidamente comprovada nos autos. Cite-se o Estado do Amazonas para, querendo, contestar a ação, no prazo legal.

ADV: AGUINELO BALBI JUNIOR (OAB 089AM) - Processo 0609954-69.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Ordenação da Cidade / Plano Diretor - REQUERENTE: 62.ª Promotoria de Justiça - Urbanismo - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Estado do Amazonas - Cite-se o O Estado do Amazonas e Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB para, querendo, contestar a ação, no prazo de 30 dias (art. 183 e 335 do NCPC). Cite-se, ainda, por edital, com prazo de 15 dias, terceiros interessados e ao público em geral.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0610076-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Ricardo Cavalcanti Gomes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Cite-se o Estado do Amazonas para, querendo, contestar a ação, no prazo de 30 dias (art. 183 e 335 do NCPC).

ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM) - Processo 0610077-67.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Rsg Comercio Atacadista de Alimentos e Organizador Logistico Ltda - REQUERIDO: Bento Martins de Souza - G. H. Macário Bento - Secretário Executivo da Seduc - Estado do Amazonas - Por este motivo CONCEDO a Liminar requerida para o fim de determinar que o SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SEDUC, imediatamente execute o contrato n. 082/2018-SEDUC, suspendendo a eficácia dos contratos emergenciais firmados entre o Estado do Amazonas/SEDUC e as litisconsortes BENTO MARTINS DE SOUZA EIRELI e G. H. MACARIO BENTO, os quais têm o mesmo objeto do contrato n.082/2018-SEDUC, sob pena de multa de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia de descumprimento, até o limite de 20 (vinte) dias multa, incididos na pessoa do SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SEDUC,e voltados ao Impetrante. Encaminhem-se os autos ao Ministério para: i) apuração de eventual irregularidade/descumprimento desta e da decisão judicial junto ao processo nº.0660681-66.2018.8.04.0001 (fls. 474/476) e tomar as medidas que entender pertinentes; ii) apuração de possível direcionamento da contratação direta a fim de favorecer os litisconsortes passivos, contrariando o disposto nos artigos 24 e 25 da Lei de Licitação. Expeça-se, com URGÊNCIA, Mandado de Intimação e Notificação à autoridade impetrada, SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SEDUC, para cumprimento da presente decisão, bem como para, querendo, prestar as informações, no prazo de 10 (dez) dias. Outrossim, dê-se vista à pessoa jurídica de direito público, para, querendo, intervir no feito. Citem-se os litisconsortes passivos necessários para, querendo, apresentarem contestação. Após, ao Ministério Público.

ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM) - Processo 0610201-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda - REQUERIDO: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Considerando tratar-se de causa cujo valor encontra-se na alçada do art. 2º, da lei 12.153/09, remetam-se os autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0610249-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Licenças - REQUERENTE: João Francisco Oliveira Pereira Neto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Cite-se o O Estado do Amazonas para, querendo, contestar a ação, no prazo de 30 dias (art. 183 e 335 do NCPC).

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0610274-22.2019.8.04.0001 - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - EXEQUENTE: Elauton Guerra Mota de Farias - EXECUTADO: Estado do Amazonas - Intime-se a(o) O Estado do Amazonas, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0610417-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Josefa Veonja dos Santos - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Considerando tratar-se de causa cujo valor encontra-se na alçada do art. 2º, da lei 12.153/09, remetam-se os autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0610424-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Licenças - REQUERENTE: Edivaldo de Paiva Nazareth - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Cite-se o Estado do Amazonas para, querendo, contestar a ação, no prazo de 30 dias (art. 183 e 335 do NCPC).

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0610530-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Naile Sena da Rocha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Cite-se o Estado do Amazonas para, querendo, contestar a ação, no prazo de 30 dias (art. 183 e 335 do NCPC). Após a contestação será avaliada a tutela de urgência ou na sentença de mérito.

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0617622-67.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: MARIA LUIZA SEVERIANO DE BARROS - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, XXXII, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, procedo o arquivamento dos autos.

ADV: MÁRCIA SUZANA OLIVEIRA MENEZES (OAB 10267/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM) - Processo 0618693-36.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - RECLAMANTE: LADMAR OLIVEIRA DOS SANTOS - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Autos advindos da extinta 4ª VFPE. Estando aparelhado, retornem-me para sentença.

ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM), ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM), ADV: ANA LUISA SOUSA FARIA (OAB 7854/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM) - Processo 0620222-95.2013.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: JAIRO ROBERTO FERNANDES CLEMENTINO - ISAAC DUARTE CLEMENTINO - REQUERIDO: Hospital e Maternidade Balbina Mestrinho - Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM - Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM - Assim sendo, com base no art. 499, do CPC, dada a revelada impossibilidade da tutela específica conforme acima abordado, CONVERTO, parcialmente, a obrigação de fazer em perdas e danos e DETERMINO ao Estado do Amazonas que pague o valor mensal que fixo, razoavelmente com base na lista de fls. 314/315, em R$ 1.000,00 (um mil reais), até o falecimento do autor, a fim de que o próprio autor possa adquirir produtos, medicamentos, materiais hospitalares e alimentação especial para seu tratamento, mantendo-se a obrigação de acompanhamento pelos profissionais de saúde do Estado do Amazonas. Ressalte-se que o referido valor complementa aquele deferido a título de pensão nos autos do processo 0621185-69.2014.8.04.0001, subsistindo, para o Estado do Amazonas, nos presentes autos, além do pagamento mensal acima estipulado, exclusivamente a obrigação de fornecimento do pessoal necessário para o acompanhamento do Serviço de Atenção Domiciliar, devendo o autor passar a arcar com todo o material e insumos necessários. Quanto às astreintes, ressalte-se que o valor de três milhões de reais é absurdamente alto, sem qualquer respaldo jurisprudencial. Anote-se ainda que, conforme abordado acima, o Estado do Amazonas não se negou ao cumprimento da ordem jurisdicional, tanto que vem prestando outros insumos e necessidade, tal qual os diversos outros materiais hospitalares e a manutenção da equipe de profissionais, encontrando eventuais dificuldades em uma ou outra necessidade insurgente, conforme se extrai do relato da fl. 314, segundo a qual a única necessidade faltante naquele momento seria a nutrição enteral. Com esse fundamento, reduzo as astreintes para R$ 10.000,00 (dez mil reais), que deverão ser convertidas ao tratamento do autor e ressarcimento com os gastos efetivados. Valor a ser bloqueados via Bacenjud, logo que preclusa a presente decisão, com juros de mora de 1% e correção monetária de 0,5% a partir desta data.

ADV: MAURO CARAMICO (OAB 111110/SP), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0620975-13.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Indusval S/A - REQUERIDO: Transmanaus Transportes Urbanos Manaus - Sociedade de Propósito Específico Ltda. - INTSSADO: Estado do Amazonas - Considerando que a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção (artigo 64, § 1º do CPC/2015), bem como que a causa versa sobre natureza Tributária, hei por bem DECLINAR a competência desta Vara Especializada para processar e julgar o feito, devendo os autos serem encaminhados para a Vara da Dívida Ativa Estadual, na forma do artigo 153, I, "b", da LC nº. 17, de 23.01.1997, com nova redação que lhe deu o art. 9º, da LC nº. 178, de 13.07.2017. Dê-se baixa nos registros. Redistribua-se à Vara competente. Intimem-se.

ADV: ARIANI DA SILVA SATURNINO (OAB 48257/SC), ADV: CLAUDETE CRISTINA NUNES DO NASCIMENTO (OAB 8728/AM), ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA), ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM), ADV: AROLDO JOAQUIM CAMILLO (OAB 474/SC), ADV: TATIANNE VIEIRA ASSAYAG TOLEDO (OAB 3653/AM) - Processo 0639720-07.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0641388-13.2018.8.04.0001) - Mandado de Segurança - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Júlio da Costa Benarrós Neto - REQUERIDO: Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul Ieses - Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Claudete Cristina Nunes do Nascimento - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, fica intimado o(s) apelado(s) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, contados em dobro nas hipóteses legais.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM), ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM) - Processo 0660567-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Stephane Freitas Farias - Sandro Marinho Pinto - REQUERIDO: Município de Manaus - Município de Manaus - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, fica intimado o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

ADV: LUZIENE FERNANDES DE BARROS (OAB 9842/AM) - Processo 0661487-04.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Ensino Fundamental e Médio - REQUERENTE: Luziene Fernandes de Barros - MANTEM-SE O DESPACHO DE FLS. 100. AGUARDE-SE O CUMPRIMENTO DO MANDADO DE INTIMAÇÃO. CUMPRA-SE..

ADV: LUZIENE FERNANDES DE BARROS (OAB 9842/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: JOSÉ PAULO CITOLIN JÚNIOR (OAB 13311/AM) - Processo 0661487-04.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Ensino Fundamental e Médio - REQUERENTE: Luziene Fernandes de Barros - REQUERIDO: Fundação Nokia de Ensino (Matias Machline) - Estado do Amazonas - INTSSADO: Estado do Amazonas - Ciência ao Estado do Amazonas para, querendo, intervir na lide. Após, vista ao Ministério Público. Em seguida, conclusos para sentença.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aguinelo Balbi Junior (OAB 089AM)
Ana Luisa Sousa Faria (OAB 7854/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andréa Pereira de Freitas (OAB 4845/AM)
Ariani da Silva Saturnino (OAB 48257/SC)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Aroldo Joaquim Camillo (OAB 474/SC)
Betina Brenda Gomes Lunier (OAB 12370/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carmem Rosa Soeiro Abreu (OAB 5879/AM)
Claudete Cristina Nunes do Nascimento (OAB 8728/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Eugênio Augusto Carvalho Seelig (OAB 8625/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Igor Cardoso Vasques (OAB 7964/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Paulo Citolin Júnior (OAB 13311/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Karina Lima Moreno (OAB 3932/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Luiz Maurício de Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luziene Fernandes de Barros (OAB 9842/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcia Cristina Rezeke Bernardi (OAB 109493/SP)
Márcia Suzana Oliveira Menezes (OAB 10267/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Mauro Caramico (OAB 111110/SP)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)

Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Naara Benaia da Silva Pinho (OAB 8170/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM)
Sélio José Miglioranza (OAB 8867/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB 3653/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
William Sami Ramos (OAB 8149/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAFAELA CARIELLO DA ROCHA CABRAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0014/2019

ADV: JOÃO VICTOR CASTELLO BRANCO (OAB 9454/AM) - Processo 0208317-51.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Tânia Santos Castello Branco - R.hoje; Trata-se de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 534 do NCPC; Intime-se o Amazonprev, na forma do art. 535 do NCPC, para, querendo, opor impugnação, no prazo legal de 30 (trinta) dias; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: ALLANI PRISCILA ARAÚJO CARDOSO DA SILVA (OAB 4537/AM) - Processo 0208519-28.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Naferson da Cruz Silva - EXECUTADO: Estado do Amazonas - R.hoje; Trata-se de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 534 do NCPC; Intime-se o Estado do Amazonas, na forma do art. 535 do NCPC, para, querendo, opor impugnação, no prazo legal de 30 (trinta) dias; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: SIMONETE GOMES SANTOS (OAB 2516/AM) - Processo 0212945-30.2012.8.04.0001 - Liquidação por Arbitramento - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Ronildo Macedo Gralha - REQUERIDO: Diretor Presidente da Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório para intimar o Estado do Amazonas e a Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 1065 e 1067, respectivamente, conforme Resolução n. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA CARDOSO MOREIRA (OAB 12008/AM), ADV: JOBSON DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 9023/AM) - Processo 0215622-57.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Beatriz de Souza Cardoso Moreira - REQUERIDO: Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos no Amazonas - ARSAM e outro - R. Hoje; Intimem-se as partes, por seus patronos, para requerer o que entender ser de direito, no prazo comum de 10 (dez) dias; Caso não hajam manifestações, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0216202-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Noemi dos Santos Santeiro e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Município de Manaus - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pela Defensoria Pública, fls. 155, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: "Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido." (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0225859-63.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Eli Marques Cavalcante Junior - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R.h; Diante do depósito efetuado pelo Estado do Amazonas, expeça-se o competente Alvará Judicial, em favor do patrono, com as cautelas de praxe; Após, dê-se baixa na distribuição, em cumprimento a Sentença exarada; Cumpra-se.

ADV: JUDICE ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7165/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: JULIANA CORREA TUJI (OAB 6559/AM), ADV: HELLEN CRISTIANE SANTOS SILVA (OAB 6708/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0228473-75.2010.8.04.0001 (001.10.228473-4) - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Hayrton de Souza Pinheiro - REQUERIDO: O Estado Amazonas e outro - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pela parte autora, fls. 303, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: "Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido." (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0229593-27.2008.8.04.0001 (001.08.229593-0) - Cumprimento de sentença - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDO: CARTÓRIO DA COMARCA DO CAREIRO CASTANHO/AM e outro - R. Hoje. Defiro o pedido de fl. 324. Providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: CELSO LUIZ BRAGA DE CASTRO (OAB 4771/BA), ADV: LUÍS HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA (OAB 5953/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM), ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM) - Processo 0231337-23.2009.8.04.0001 (001.09.231337-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução

- REQUERENTE: Cigás - Companhia de Gás do Estado do Amazonas - R. Hoje. Defiro o pedido a fls. 481/483, visto que não restam mais Entes Públicos nos polos desta ação, a justificar sua tramitação perante este Juízo Especializado. Assim, determino a redistribuição deste feito, à 9ª Vara Cível, por dependência ao processo 0251190182009. Cumpra-se. Anote-se onde couber.

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0261339-39.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Arlene de Souza Loureiro Albuquerque - R. Hoje. Concedo o prazo de dez dias para a juntada dos documentos a fls. 428/430 LEGÍVEIS. Cumpra-se.

ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: DANIEL PINHEIRO VIEGAS (OAB 746A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: LENA GUIOMAR CAVALCANTE FREDERICO BARBOSA (OAB 2980/AM) - Processo 0600372-16.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Federação dos Pescadores dos Estados do Amazonas e Roraima Fepesca - IDAM - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENETO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS - INTSSADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I - R. Hoje; II - Analisando os embargos de declaração opostos à fls. 775, e verificando os requisitos descritos no art. 1022, II, do CPC, ATRIBUO-LHES EFEITOS INFRINGENTES, posto que a contradição apontada traz em seu âmbito a modificação do decisum como uma conseqüência necessária, alterando, em certo aspecto, seu conteúdo, havendo a necessidade de manifestação da parte ex adversa. II - Intimem-se a Federação dos Pescadores dos Estados do Amazonas e Roraima Fepesca e IDAM - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENETO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS para se manifestarem no prazo legal, a fim de garantir o resguardo ao princípio do contraditório. III - Cumpra-se, com as cautelas devidas.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0600611-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Cardovan da Silva Soeiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte exequente CARDOVAN DA SILVA SOEIRO, no prazo de quinze dias, para manifestar-se quanto a impugnação apresentada à fls. 110/111 pelo Estado do Amazonas. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0600721-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Rogerio Noronha de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje; Recebo a Impugnação à Execução, oferecida pelo ente público, à fls. 113/115, na forma do art. 535, do Novo Código de Processo Civil; Intime-se a parte impugnada, ora exequente, para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0601472-11.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: CARMEM MENEZES MARQUES - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pela Defensoria Pública, fls. 124, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: "Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido." (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0601712-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Clívia dos Santos Oliveira e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R.hoje; Diga a parte autora, no prazo de quinze (15) dias, sobre o teor da contestação apresentada pelo Estado do Amazonas, na forma dos arts. 350 e 351 do NCPC; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM) - Processo 0602087-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Penedo do Nascimento Filho - REQUERIDA: Município de Manaus - Hospital Pronto Socorro João Lúcio Pereira Machado e outro - .Hoje. Analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que as partes demandadas, PREFEITURA DE MANAUS, SAMU e SUSAM, são órgãos despersonalizados, não possuindo capacidade processual para atuarem em juízo em nome próprio, sendo necessária a representação através do ente público legítimo (Município de Manaus e Estado do Amazonas); Assim, ordena-se a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do NCPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do NCPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, também do NCPC. Publique-se;

ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM) - Processo 0602296-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - R. Hoje. Diga o Estado do Amazonas sobre a certidão negativa a fl. 80, no prazo de dez dias. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0603621-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Elivanda Pinheiro Rodrigues - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R.hoje; Diga a parte autora, no prazo de quinze (15) dias, sobre o teor da contestação apresentada pelo Estado do Amazonas, na forma dos arts. 350 e 351 do NCPC; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0604272-36.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Alcides Viana Caldas - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Diga o exequente, no prazo de dez dias, sobre a proposta de acordo ofertada pelo ente público à fls. 67/70. Cumpra-se.

ADV: NEYDE REGINA DEMOSTHENES TRINDADE (OAB 795/MP) - Processo 0605111-03.2015.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDO: I.P.A.S.D.E.A.I. - INTSSADO: P.J.P.P. e outro - Defiro o requerido a fls. 845/846. Retire dos autos os documentos a fls. 284/844, por não serem pertinentes ao feito. Intime-se o Banco Bradesco da decisão a fl. 277/279 para, no prazo de 20 dias úteis, fornecer cópias dos cheques pagos através da conta corrente nº 0029042-4, agência 2239, Banco Bradesco, durante o período de março de 2009 a abril de 2012, identificando os beneficiários, bem como os beneficiários de eventuais transferências bancárias realizadas. O descumprimento da ordem judicial configura ato atentatório à dignidade da Justiça, disposto no art. 77, § 2º, portanto, fixo em 1% a multa sobre o valor da causa. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: MARA INEZ RIBEIRO DE LIMA (OAB 6449/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0605897-18.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Darison de Souza Ramos - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Indefiro o

pedido a fl. 595, uma vez que as informações foram devidamente encaminhadas para a central de precatórios, conforme ofício protocolado a fl. 593, devendo a parte exequente cumprir a diligencia que fora determinada no despacho a fls. 590/591, sob pena de cancelamento do precatório. Cumpra-se.

ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: YOHANNA JAAMEL SOUSA MENEZES (OAB 9342/AM), ADV: MANOEL MEIRELES BICHARA (OAB 9274/AM), ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM), ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM), ADV: RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM), ADV: MARIA DO SOCORRO SOUSA MENEZES (OAB 10156/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM) - Processo 0606485-20.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB e outro - REQUERIDO: Moacir Barbosa de Castro - Paulo Ferreira da Silva - INTSSADO: Telamon Barbosa Firmino Neto - R. Hoje. Diante da homologação do acordo realizado entre as partes Moacir Barbosa de Castro e Paulo Ferreira da Silva, fls. 699/700 e 710, não vislumbro óbice para o levantamento do valor restante, incontroverso e depositado nestes autos, fl. 215, no valor de R$ 279.983,00, motivo pelo qual defiro o requerido a fls. 725/726, desde que seja apresentado por Moacir Barbosa de Castro, declaração de próprio punho autorizando o levantamento de tal valor por seu advogado Alan Kelson de Lima Fonseca, OAB/AM 10.160, no prazo de dez dias, bem como juntar nos autos, no mesmo prazo, o comprovante de transferência em favor do autor. Cumpra-se.

ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0606692-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Raimundo Alexandre da Silva - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e outro - O requerente Raimundo Alexandre da Silva durante a tramitação do feito, ingressou com pedido de desistência (fl. 27), exercitando faculdade que a lei processual lhe confere. É o relatório. Ante ao exposto homologa-se o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII,CPC. Ocorrendo o trânsito em julgado, proceda-se a devida baixa e posterior arquivamento dos autos, com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0606988-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: I.L.P. - R. Hoje; Petição inicial de acordo com o disposto nos arts. 319 e 320 do NCPC; Defiro o pedido de justiça gratuita; Deixo de realizar a audiência prévia de conciliação (art. 334, §4º, inciso II, do NCPC), porque os Procuradores da Fazenda Estadual não dispõem de poderes para transigir, sendo imprescindível que haja lei ou ato da chefia do poder executivo regulamentando os poderes de cada advogado público visando a celebração de acordos, situação inexistente no Estado do Amazonas; Assim, cite-se o ESTADO DO AMAZONAS, através de seu Procurador-Geral, para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 c/c 183 do NCPC); Mantenham-se os autos em segredo de justiça até posterior decisão; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0607319-28.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - REQUERENTE: Denilson Lima Machado - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - R. Hoje. À Defensoria Pública para manifestar-se no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0608833-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elizabeth Macedo Soares e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pela Defensoria Pública, fls. 119, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: “Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido.” (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM) - Processo 0609085-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: N.B.S.I. - F.N.S.S. - REQUERIDO: I.C.A.I. - G.E.A. - E.A. - R. Hoje. Diante da não localização da perita anteriormente nomeada, VANIA MARIA SILVA DE CARVALHO, nomeio a médica PATRICIA CABREJOS MARQUES, da área de pediatria, cujos dados constam do banco de dados de peritos no sítio eletrônico deste Tribunal. Sendo parte requerente da perícia o Ministério Público Estado do Amazonas e como a parte interessada no objeto da perícia, autora, é beneficiária da justiça gratuita, fixo, desde já, os honorários periciais em R$ 1.000,0 (um mil reais), nos termos da Portaria n. 123/2012. A entrega do laudo deverá ocorrer no prazo de até 30 dias úteis. Intime-se a perita. Cumpra-se.

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP), ADV: LEANDRO VENICIUS FONSECA ROZEIRA (OAB 29991/BA) - Processo 0609205-57.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Enriquecimento sem Causa - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Certifico, para os devidos fins, que a Decisão proferida pela MMª Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, fls. , disponibilizada no DJE do dia 04.12.2018 (Nota/Relação 076/2018), transitou em julgado, sem que as partes recorressem. Compulsando os autos, fora verificado que não constam cópias dos documentos do escritório jurídico, bem como do sócio majoritário (CPF e NIT), indispensáveis para a formalização das requisições de pagamento, nos ditames do art. 18, alínea c, da Resolução n. 003/2014-TJAM. Assim, a presente certidão será publicada para fins de intimação da parte autora, por seu advogado, para junção dos documentos supracitados, no prazo de quinze (15) dias. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM) - Processo 0609221-06.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Licitações - REQUERENTE: Norte Serviços Médicos Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Ao exposto, DEFIRO A LIMINAR no sentido de suspender os efeitos dos atos impugnados (PORTARIA nº 56/2019-GP/CGL (processo nº 01.01.013102.0021670.2018-CGL e PORTARIA nº 64/2019-GP/CGL (processo nº 01.01.013102.0022595.2018-CGL), e, em consequência, determino que a parte Impetrada providencie a imediata retirada do nome da Impetrante do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), salvo se por outro motivo o nome do autor lá estiver registrado. Expeça-se mandado, com urgência. Notifique-se e intime-se o impetrado para, no prazo de 10 (dez) dias, conforme art. 7º, I da Lei de Mandado de Segurança, forneça a este Juízo as informações que julgar necessárias. Intime-se o Estado do Amazonas para, querendo, ingresse no feito, conforme art. 7º, II da Lei do Mandado de Segurança. P.R.I.

ADV: ROSENIL MAXIMO DOS SANTOS (OAB 13970AM) - Processo 0609873-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: João Bosco Barros Peixoto - Ante o exposto, em homenagem à primazia do princípio do juiz natural, encravado no art. 5º, LIII da CRFB, e frente a incompetência inequívoca deste Juízo, os autos deverão ser redistribuídos em favor do juizado especial da fazenda pública estadual e municipal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0609894-96.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Férias - REQUERENTE: Jose Iran Monteiro Ferreira - Pelo exposto

determina-se o retorno dos autos à distribuição para que proceda ao sorteio entre uma das varas da Fazenda Publica Estadual. Cumpra-se.

ADV: CARMEM ROSA SOEIRO ABREU (OAB 5879/AM) - Processo 0610001-43.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação de Imóvel Urbano - REQUERENTE: Município de Manaus - Vistos,etc... HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação a fls. 01/02 celebrada nesta ação de desapropriação, ajuizado pelo Município de Manaus em face de Vera Lúcia da Silva Pinto, no sentido de reconhecer a quitação integral da indenização por desapropriação. Por consequência, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, já distribuídas entre as partes, na transação, custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Após, o trânsito em julgado da decisão homologatória, expeça-se mandado para averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Publique-se. Intime-se. Oportunamente, arquive-se, dando-se a devida baixa.

ADV: LUIS EDUARDO MENDES DANTAS (OAB 28790/CE), ADV: GABRIELLA DE SOUZA DANTAS DA COSTA (OAB 218640/RJ), ADV: LARA MACHADO REIS DE SOUZA (OAB 204337/RJ) - Processo 0610049-70.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Diante do trânsito em julgado, e da satisfação da condenação, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0610075-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Bernardo Walter Lemos de Almeida - R. Hoje. A Constituição Federal no seu Art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Com efeito, a assistência judiciária não se constitui uma mera liberalidade do Estado colocada à disposição de quem não pretende arcar com o pagamento das custas processuais. A comprovação da situação financeira alegada se faz necessária. Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para que comprove a condição de beneficiária da justiça gratuita, devendo apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, documentos idôneos que comprovem sua renda e sua condição de hipossuficiente, a fim de que se verifique, objetivamente, se dispõe, ou não, de recursos bastantes para arcar com as custas processuais. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0610078-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ruimar Moreira de Lima - R. Hoje. A Constituição Federal no seu Art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Com efeito, a assistência judiciária não se constitui uma mera liberalidade do Estado colocada à disposição de quem não pretende arcar com o pagamento das custas processuais. A comprovação da situação financeira alegada se faz necessária. Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para que comprove a condição de beneficiária da justiça gratuita, devendo apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, documentos idôneos que comprovem sua renda e condição de hipossuficiente, a fim de que se verifique, objetivamente, se dispõe, ou não, de recursos bastantes para arcar com as custas processuais. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0610198-95.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Luiz Bernardo da Silva - REQUERIDO: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Acautelo-me quanto à decisão sobre a concessão de liminar, deixando para avaliá-la após a juntada das informações do Impetrado. Notifique-se o Impetrado para, no prazo de 10 (dez) dias prestar as informações que julgar necessárias, bem como intime-se o ente representativo, a teor do inciso II, art. 7, da Lei do MS. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0610242-17.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Licença Prêmio - REQUERENTE: Jose Jorge da Silva Liro - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. A Constituição Federal no seu Art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Com efeito, a assistência judiciária não se constitui uma mera liberalidade do Estado colocada à disposição de quem não pretende arcar com o pagamento das custas processuais. A comprovação da situação financeira alegada se faz necessária. Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para que comprove a condição de beneficiária da justiça gratuita, devendo apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, declaração de próprio punho afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, nos termos da lei 1.060/50, bem como contra cheques e/ou declaração de imposto de renda ou outro documento idôneo que comprove sua renda, a fim de que se verifique, objetivamente, se dispõe, ou não, de recursos bastantes para arcar com as custas processuais. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0610303-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Reginaldo Rocha de Souza - Ante o exposto, em homenagem à primazia do princípio do juiz natural, encravado no art. 5º, LIII da CRFB, e frente a incompetência inequívoca deste Juízo, os autos deverão ser redistribuídos em favor do juizado especial da fazenda pública estadual e municipal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0610343-54.2019.8.04.0001 - Impugnação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Erynath Santos Marculino Lima - Isto posto, e frente a manifesta incompetência deste Juízo, declino de minha competência para Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual, para onde deverão ser remetidos estes autos. Providencie-se o que for necessário, notadamente quanto à intimação das partes e devida baixa na Distribuição.

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0610352-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: André Peixoto Cardoso - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora, nos termos do art. 487, I, CPC/2015. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios ora arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme art. 85, §8º, NCPC, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: SAMMY DE SOUZA SAHDO (OAB 4791/AM) - Processo 0610403-27.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Revisão - REQUERENTE: Maria Celeste de Souza - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - Pelo exposto determina-se o retorno dos autos à distribuição para que proceda ao sorteio entre uma das varas da Fazenda Publica Estadual. Cumpra-se.

ADV: WANDETE DE OLIVEIRA NETTO (OAB 180/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL (OAB 7046/MP), ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM) - Processo 0611156-23.2015.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - 79.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - REQUERIDO: Rossieli Soares da Silva - Nelson Poli Teixeira Filho - ALCENIR DA ROCHA LEITE - Marly Goes Gurgel do Amaral -

Maria Deusdete Oliveira de Lima - R. Hoje; Intimem-se as partes, por seus patronos, para requerer o que entender ser de direito, no prazo comum de 10 (dez) dias; Caso não hajam manifestações, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM) - Processo 0611232-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: KEICIANY VINENTE E SILVA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas e outro - I - R. Hoje; II - Analisando os embargos de declaração opostos à fls. 834, e verificando os requisitos descritos no art. 1022, II, do CPC, ATRIBUO-LHES EFEITOS INFRINGENTES, posto que a contradição apontada traz em seu âmbito a modificação do decisum como uma conseqüência necessária, alterando, em certo aspecto, seu conteúdo, havendo a necessidade de manifestação da parte ex adversa. II - Intime-se a parte requerente para se manifestar no prazo legal, a fim de garantir o resguardo ao princípio do contraditório. III - Cumpra-se, com as cautelas devidas.

ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0611595-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andrea Soares da Silva Coutinho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Em face exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido no sentido de condenar o Estado somente ao pagamento de verbas trabalhistas 13º SALÁRIO na proporção de 12/12 avos, abatendo a quantia de R$448,29 (quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos) e FÉRIAS acrescidas de 1/3 constitucional na proporção de 6/12 avos, com juros contados da citação (fl. 35, 31.05.2017) tendo como índice os de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança conforme art. 1-F da Lei n. 9494/97 e a correção monetária desde quando devido o pagamento (30.11.2016) tendo como índice a TR até 25.03.2015 e, depois (26.03.2015), será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357. O valor devido, decorrente do direito reconhecido acima, como se trata de simples cálculo aritmético, será apurado mediante memória de cálculos (art. 509, § 2º, CPC) por meio de execução do art. 535, CPC. Visto que houve sucumbência parcial (o autor decaiu quanto ao FGTS) condenam-se ambas as partes ao pagamento de honorários advocatícios, conforme art. 85, §14, CPC. Condeno o requerido nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela IPAC-E contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Condeno a autora nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico do Estado, conforme art. 85, § 3º, I - NCPC, diante do tempo da demanda e sua simplicidade, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Sentença não sujeita ao reexame necessário (art. 496, §3º, II, CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0611644-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sheila Rosely da Silva Muller - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora, nos termos do art. 487, I, CPC/2015. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios ora arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme art. 85, §8º, NCPC, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: SEBASTIÃO JERÔNIMO PORTELA (OAB 5159/AM), ADV: TATIANA DA SILVA PORTELA (OAB 3993/AM) - Processo 0613146-20.2013.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - REQUERIDO: José Adalberto Soares Bonfim e outro - D E S P A C H O Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA cumulada com AÇÃO CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA objetivando a condenação do Requerido por infração ao art. 10, incisos V, VII, IX e XI, e art. 11, inciso I, II e VI e art. 13 da Lei 8429 / 92, com aplicação das penalidades previstas no art. 12, incisos II e III, da mesma Lei. NOTIFIQUE-SE portanto, nos termos do § 7º do art. 17 da Lei 8429 / 92, a Requerida para, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, oferecer manifestação prévia por escrito, podendo juntar documentos e justificações. Intime-se e Cumpra-se. Manaus, 04/06/2013 Márcio Rothier Pinheiro Torres Juiz de Direito

ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM), ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM) - Processo 0614847-16.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: J. P. Tavares da Silva - Ferragens ME - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R.hoje; Trata-se de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 534 do NCPC; Intime-se o Estado do Amazonas, na forma do art. 535 do NCPC, para, querendo, opor impugnação, no prazo legal de 30 (trinta) dias; Deixo para avaliar o pedido constante à fl. 415, d, após o oferecimento de impugnação ou o decurso do prazo; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0614941-27.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R.h; Diante da apresentação do Laudo Pericial a fls. 233/256, intimem-se as partes para manifestação, no prazo comum de 15 (quinze) dias; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM) - Processo 0615720-79.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liminar - REQUERENTE: MONYQUE HENDRYA SOUZA DA SILVA - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R.hoje; Intimem-se as partes para, no prazo comum de cinco (05) dias, manifestarem-se acerca dos cálculos elaborados pela 3ª Contadoria deste Fórum, sob pena de serem presumidos como aceitos; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM) - Processo 0616420-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Olintha Marinho Noronha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Em face exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido no sentido de condenar o Estado somente ao pagamento de verbas trabalhistas, 13º SALÁRIO na proporção de 3/12 avos e FÉRIAS + 1/3 na proporção de 10/12 avos, com base na última remuneração percebida, com juros contados da citação (fl. 34, 18.05.2017) tendo como índice os de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança conforme art. 1-F da Lei n. 9494/97 e a correção monetária desde quando devido o pagamento (31.03.2017) tendo como índice a TR até 25.03.2015 e, depois (26.03.2015), será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357. O

valor devido, decorrente do direito reconhecido acima, como se trata de simples cálculo aritmético, será apurado mediante memória de cálculos (art. 509, § 2º, CPC) por meio de execução do art. 535, CPC. Visto que houve sucumbência parcial (o autor decaiu quanto ao FGTS) condenam-se ambas as partes ao pagamento de honorários advocatícios, conforme art. 85, §14, CPC. Condeno o requerido nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela IPAC-E contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Condeno a autora nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico do Estado, conforme art. 85, § 3º, I - NCPC, diante do tempo da demanda e sua simplicidade, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Sentença não sujeita ao reexame necessário (art. 496, §3º, II, CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0616900-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Estelita Pereira Bichara - Vinicius Simoes Mesquita - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - PERITO: Luis Alberto Farias Rosell - R. Hoje. Defiro o requerido pelo Perito a fl. 172. Intime-se a parte autora para trazer aos autos o laudo cadavérico, expedido pelo IML, no prazo de trinta dias. Após, intime-se o Perito. Cumpra-se.

ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0617479-10.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Tônia Maria Leão Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pela parte autora, fls. 195, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: "Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido." (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0618007-10.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0628597-46.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edilo Lúcio da Silva Maciel e outro - R. Hoje; Intimem-se as partes, por seus patronos, para requerer o que entender ser de direito, no prazo comum de 10 (dez) dias; Caso não hajam manifestações, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: VICTOR ALBERTO GRAÇA LINS (OAB 10562/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM) - Processo 0619613-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Adriana Alecrim Pacifico - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Defiro o pedido de dispensa da Perita anteriormente nomeada, fls. 274/275. Nomeio perito judicial o(a) Senhor(a) EDUARDO MARTINS MARQUES, especialista em ginecologia/obstetrícia, o qual deverá ser intimado(a) para, no prazo de cinco (05) dias, cumprir os requisitos descritos nos incisos II e III do § 2º, do art. 465 do CPC. Deve o Perito, ainda, fornecer a este Juízo seus dados bancários, CPF e e-mail para a requisição de pagamento de honorários junto ao TJ/AM. Intimem-se, ainda, as partes para cumprimento dos incisos do § 1º, do supracitado artigo, no prazo de quinze (15) dias. Fixo, desde já, o prazo de trinta (30) dias para a entrega do Laudo Pericial (art. 465, CPC). Considerando que a parte Autora é beneficiária da gratuidade da justiça, conforme despacho à fl. 168, determina-se as providências necessárias da Secretaria desta Vara, junto ao TJAM, a fim de autorizar e liberar o pagamento dos honorários, em favor do(a) perito(a) nomeado(a) acima, que ora fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme limites estabelecidos na Resolução nº 127/2011/CNJ e Portaria 1.233/2012/TJAM. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM) - Processo 0620837-85.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4) - REQUERENTE: Severino Coelho da Cruz - REQUERIDO: AMAZONPREV - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outros - R. Hoje. Remetam-se os autos à Contadoria para a atualização do débito. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM) - Processo 0620869-85.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Benildes Samia Ribeiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (Susam) e outro - R. Hoje. Remetam-se os autos à Contadoria para a atualização do débito. Cumpra-se.

ADV: ADAYLA BARRETO DE MESQUITA (OAB 1729/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: ROBERSON PAULO DA SILVA (OAB 5554/AM), ADV: RÔMULO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 5558/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0621502-67.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Estado do Amazonas - INTSSADO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Dê-se ciência ao Estado do Amazonas e, após, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0621657-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriana da Silva Cruz e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R.h; Diante da apresentação do Laudo Pericial a fls. 127, intimem-se as partes para manifestação, no prazo comum de 15 (quinze) dias; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: GIOVANNI VIANA SALES REIS (OAB 11162/AM) - Processo 0621783-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Oto Trindade Backmann - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Deve o patrono do exequente cumprir o determinado a fl. 190, juntando, NOS AUTOS DO PROCESSO DE PRECATÓRIO, o contrato de honorários. Após, arquivem-se estes autos, visto que já foram prestadas as devidas informações que cabiam a este Juízo à Central de Precatórios, conforme consta a fls. 192 e 199. Cumpra-se.

ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO (OAB 7537/AM) - Processo 0621977-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel Sicsu Silva - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - R. Hoje. Defiro o pedido a fl. 136. Concedo a SUHAB o prazo improrrogável de vinte 20 dias. Cumpra-se.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0622038-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outros - R. Hoje. Defiro o pedido a fls. 148/149. Oficie-se ao Diretor do Hospital Platão Araújo para, que no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a este Juízo os documentos a fls.12/13, legíveis (digitados), a fim de permitir a leitura cristalina deles, uma vez que não correspondem com o que dita o art. 11 do Código de Ética Médica, sob pena de multa diária, que ora fixo em R$ 1.000,00, até o limite de trinta dias multa. Cumpra-se.

ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: MAYCON ABRANTES LIMA (OAB 11307/AM) - Processo 0622337-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sonia Alves de Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outros - I. R. Hoje. II. Antes de avaliar as preliminares arguidas pelo Estado do Amazonas, na contestação a fls. 127/145, verifico que não houve a devida citação da Sra. MARINALVA AROUCHA JIMENES, portanto, cite-se a requerida para responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 do NCPC). III. Defiro o pedido constante na contestação alínea a) a fl. 144. IV. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0622677-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: LUCILENE LOPES DE ARAUJO - REQUERIDO: FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE e outros - R.hoje; Trata-se de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 534 do NCPC; Intime-se a Fundação Hospital Adriano Jorge, na forma do art. 535 do NCPC, para, querendo, opor impugnação, no prazo legal de 30 (trinta) dias; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0624414-32.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0611835-52.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Maria Helena Bricio de Sá e outro - R. Hoje. Defiro o pedido do Estado do Amazonas a fl. 121. Oficie-se à Caixa Econômica Federal, determinando-se a juntada dos documentos descritos naquela peça, no prazo de vinte dias, sob pena de multa. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM), ADV: PRISCILLA NOGUEIRA FRANÇA (OAB 3340/AM), ADV: JORGE LUIZ PEIXOTO DO NASCIMENTO (OAB 2305/AM), ADV: EDINALDO CARVALHO DE AGUIAR (OAB 5982/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: NATALY ACRIS BARROSO (OAB 6475/AM), ADV: FLÁVIA LOURDES MENDES COELHO (OAB 3552/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DOS REIS FERNANDES (OAB 7371/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM) - Processo 0624747-23.2013.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Processo: 0624747-23.2013.8.04.0001 Tipo: Desapropriação Requerente: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB Advogado(a): Jorge Luiz Peixoto do Nascimento Requerido: Maria Terezinha Ferreira O Exmo. Sr. Dr. Etelvina Lobo Braga, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, Maria Terezinha Ferreira, seus herdeiros e ou sucessores, bem como os réus ausentes, ou terceiros interessados, atualmente com endereço em local incerto e não sabido, para, querendo, apresentarem contestação aos termos da ação supra identificada, na qual figura como Requerente, Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB. Devendo as partes citadas apresentarem resposta aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a teor do art. 335 c/c 219 do NCPC, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão revéis e presumidas verdadeira as alegações de fato formuladas pelo autor na petição inicial (art. 344 do NCPC). E para que as partes não aleguem cerceamento de defesa, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado no átrio do Juízo, nos termos da Lei. Manaus, 01 de março de 2019. Eu, Rafaela Cariello da Rocha Cabral, Diretora de Secretaria, digitei.

ADV: FERNANDO CARLOS LUZ MOREIRA (OAB 102385/SP), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM) - Processo 0625059-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Equilíbrio Financeiro - REQUERENTE: Consórcio Sanches Tripolono - Erin - Construtora Sanches Tripoloni Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Procuradoria da União No Estado do Amazonas - R. Hoje. Intimem-se os peritos nomeados para marcarem dia, hora e local para o início da perícia, não inferior à 30 dias, para que haja tempo hábil para a intimação das partes e seus assistentes. Após, dê-se ciência às partes. Autorizo, desde já, a expedição dos alvarás em favor dos peritos, do valor depositado a fls. 619/623, correspondente a 50% dos honorários arbitrados. Cumpra-se.

ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM), ADV: CAMILA MEDEIROS DOS SANTOS (OAB 12025/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO (OAB 7315/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA (OAB 9461/AM), ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: LÚCIO RICARDO QUEIROZ PAES (OAB 3586/AM) - Processo 0626329-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Dulcilene Ferreira da Costa - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora, nos termos do art. 487, I, CPC/2015. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios ora arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme art. 85, §8º, NCPC, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM), ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0627213-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Celia Falcão de Menezes e outros - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Não prestadas as informações solicitadas a fl.304, reitere-se o expediente, REQUISITANDO-AS ao Comandante da Polícia Militar para presta-las no prazo de dez (10), sob pena de multa diária, que ora fixo em R$ 1.000,00, até o limite de trinta dias multa e o devido encaminhamento dos documentos ao MPE para ajuizar ação de improbidade, querendo, decorrente do prejuízo causado ao erário. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ MOUCO FERNANDES (OAB 5017/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM) - Processo 0627878-06.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDA: CELMA MARIA ALVES DE MATOS e outro - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Processo: 0627878-06.2013.8.04.0001 Tipo: Procedimento Comum Requerente: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas Advogado(a): André Luiz Mouco Fernandes e Luciane Barros de Souza Requerido: CELMA MARIA ALVES DE MATOS e outro A Exma. Sra. Dra. Etelvina Lobo Braga, MM. Juíza de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, CELMA MARIA ALVES DE MATOS, seus herdeiros e ou sucessores, bem como os réus ausentes, ou terceiros interessados, atualmente com endereço em local incerto e não sabido, para, querendo, apresentarem contestação aos termos da ação supra identificada, na qual figura como Requerente, AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS. Devendo as partes citadas apresentarem resposta aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a teor do art. 335 c/c 219 do NCPC, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão revéis e

presumidas verdadeira as alegações de fato formuladas pelo autor na petição inicial (art. 344 do NCPC). E para que as partes não aleguem cerceamento de defesa, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado no átrio do Juízo, nos termos da Lei. Manaus, 19 de fevereiro de 2019. Eu, Alexsandro da Silva Simões, Estagiário, digitei.

ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM) - Processo 0628887-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcia Regina dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora, nos termos do art. 487, I, CPC/2015. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios ora arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme art. 85, §8º, NCPC, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO ROSA GILBERTI (OAB 11703/GO) - Processo 0629039-75.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pelo Estado, fls. 192, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: “Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido.” (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0629653-51.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: MARCIA MARIA HASSAN PASSOS - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pela parte autora, fls. 179, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: “Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido.” (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0630066-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Rogerio Souza Rocha - Em face exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido no sentido de condenar o Estado somente ao pagamento da verba trabalhista (13º SALÁRIO) na proporção de 10/12 avos, abatendo o valor de R$ 528,27 (quinhentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), com juros contados da citação (fl. 43, 19.09.2017) tendo como índice os de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança conforme art. 1-F da Lei n. 9494/97 e a correção monetária desde quando devido o pagamento (31.10.2016) tendo como índice a TR até 25.03.2015 e, depois (26.03.2015), será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357. O valor devido, decorrente do direito reconhecido acima, como se trata de simples cálculo aritmético, será apurado mediante memória de cálculos (art. 509, § 2º, CPC) por meio de execução do art. 535, CPC. Visto que houve sucumbência parcial (o autor decaiu quanto ao FGTS) condenam-se ambas as partes ao pagamento de honorários advocatícios, conforme art. 85, §14, CPC. Condeno o requerido nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV’s (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela IPAC-E contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Condeno a autora nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico do Estado, conforme art. 85, § 3º, I - NCPC, diante do tempo da demanda e sua simplicidade, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Sentença não sujeita ao reexame necessário (art. 496, §3º, II, CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM), ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM), ADV: DÉBORAH CAROLINE SANTOS DA SILVA (OAB 12525/AM) - Processo 0630582-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: L.L.R. - M.L.L.R. - L.L.R. - E.L.R. - L.L.R. - L.L.R. - E.L.R. - REQUERIDO: E.A. - E.A. e outro - R. Hoje. Cuida-se de AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE DANOS MORAIS, proposta a fls. 1/16, por ENIO DE LIMA RODRIGUES e outros, contra o ESTADO DO AMAZONAS, objetivando compelir a parte Ré a lhe pagar indenização por danos morais, em virtude de erro médico, o que acarretou o resultado morte da sua genitora, sra. MARIA LIDUINA LIMA RODRIGUES. Compulsando os autos, verifico que, embora os autos estivessem conclusos para sentença, faz-se necessária a produção de prova pericial. Assim, chamo o feito à ordem para proceder com a referida produção de prova técnica,com fulcro no art. 370 do CPC. Não se pode concluir a presença de conduta negligente, imprudente ou imperita sem laudo pericial dos documentos apresentados nos autos. Segundo Cândido Rangel Dinamarco: “perícia é o exame feito em pessoas ou coisas, por profissional portador de conhecimentos técnicos e com a finalidade de obter informações capazes de esclarecer dúvidas quanto ao fato. Daí chamar-se perícia, em alusão à qualificação e aptidão do sujeito a quem tais exames são confiados. Tal é uma prova é real, porque incide sobre fontes passivas, as quais figuram como mero objeto de exame sem participar das atividades de extração de informes.” Cumpre esclarecer que, nas ações judiciais onde o profissional da saúde é acusado de má prática profissional, seja ela qual for, o ideal é exigir-se sempre, a prova pericial, para que seja possível a este obter esclarecimentos que, de ordinário, não se comportam na esfera de seus conhecimentos e que se sujeitam a regras técnicas específicas e complexas de uma determinada área de atuação. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. AUSÊNCIA DE PROVA PERICIAL. PARTO. INFECÇÃO PUERPERAL.

CURETAGEM UTERINA. HISTERECTOMIA DO ÚTERO. RUPTURA DA BEXIGA. IMPRESCINDIBILIDADE DA PROVA PERICIAL. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. 1. Narra a autora que realizou parto sob os cuidados da ré, e que em decorrência de falha no procedimento sua situação pós-parto se complicou, culminando em histerectomia total do útero e ruptura da bexiga. 2. Sendo a questão central da controvérsia suposto erro médico, decorrente de atendimento em parto e seus desdobramentos até a histerectomia total do útero é imprescindível a realização de prova pericial, a fim de subsidiar o convencimento do juiz para o deslinde da controvérsia. É verdade que o julgador não se acha adstrito ao resultado da perícia, sendo-lhe facultado decidir sem considerá-la. Porém, no caso dos autos, em que a causa de pedir perpassa questões eminentemente técnicas, não há como furtar a colheita da prova. O laudo pericial, aqui, é de especial relevância. DE OFÍCIO, DESCONSTITUÍDA A SENTENÇA. APELO PREJUDICADO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70061044475, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Julgado em 29/08/2014) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ERRO MÉDICO. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão que indeferiu a realização de prova pericial. Com efeito, nos casos em que se discute erro médico, a jurisprudência dominante atesta a imprescindibilidade de prova pericial para averiguação da “vexata quaestio”, visto que não é razoável, para chegar a uma conclusão, utilizar-se de conhecimentos próprios, tanto que, nesse particular, a redação do artigo 335 do Código de Processo Civil coloca em ascendência, em relação às máximas de experiência técnica, o exame pericial - “Em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvado, quanto a esta, o exame pericial.” Desta forma, a realização de perícia técnica, a fim de esclarecer as questões referentes à culpa médica (negligência, imprudência e imperícia), mostra-se cabível. Precedentes. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO MONOCRATICAMENTE. (Agravo de Instrumento Nº 70056690365, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 01/10/2013) Ante o exposto, determino de ofício à realização de prova pericial. Nomeio perito judicial o(a) senhor(a) ANDERSON CARLOS SILVA MENEZES, clínico geral, o qual deverá ser intimado(a) para, no prazo de cinco (05) dias, cumprir os requisitos descritos nos incisos II e III do § 2º, do art. 465 do CPC. Intimem-se, ainda, as partes para cumprimento dos incisos do § 1º, do supracitado artigo, no prazo de quinze (15) dias. Fixo, desde já, o prazo de trinta (30) dias para a entrega do Laudo Pericial (art. 465, CPC). Considerando que a parte Autora é beneficiária da gratuidade da justiça, conforme despacho a fl. 96, determina-se as providências necessárias da Secretaria desta Vara, junto ao TJAM, a fim de autorizar e liberar o pagamento dos honorários, em favor do(a) perito(a) nomeado(a) acima, que ora fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme limites estabelecidos na Resolução nº 127/2011/CNJ e Portaria 1.233/2012/TJAM. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0631876-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: AROUDO ALMEIDA PINHEIRO - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Delegacia da Receita Federal no Amazonas - Alfândega do Porto de Manaus - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e outro - R.h; Diante do bloqueio judicial, intime-se a Defensoria para informar a conta bancária para qual o valor deverá ser transferido, no prazo de cinco dias; Após, oficie-se a CEF para proceder a transferência e dê-se baixa na distribuição; Cumpra-se.

ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM), ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM) - Processo 0631970-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reintegração - REQUERENTE: Maria José Arruda Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora, nos termos do art. 487, I, CPC/2015. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios ora arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme art. 85, §8º, NCPC, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0633463-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lacy dos Santos Pereira e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - I - R. Hoje; II - Analisando os embargos de declaração opostos à fls. 134, e verificando os requisitos descritos no art. 1022, II, do CPC, ATRIBUO-LHES EFEITOS INFRINGENTES, posto que a contradição apontada traz em seu âmbito a modificação do decisum como uma conseqüência necessária, alterando, em certo aspecto, seu conteúdo, havendo a necessidade de manifestação da parte ex adversa. II - Intime-se o Estado do Amazonas para se manifestar no prazo legal, a fim de garantir o resguardo ao princípio do contraditório. III - Cumpra-se, com as cautelas devidas.

ADV: CAROLINE MONDEGO MARTINS FERREIRRA (OAB 10663/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM), ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR) - Processo 0633707-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana Alexandra da Silva Neves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora, nos termos do art. 487, I, CPC/2015. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios ora arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme art. 85, §8º, NCPC, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA - Processo 0634614-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alda Guimaraes Branches - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - PERITO: Aluizio Santos do Carmo - R. Hoje. Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho a fl. 164, visto que o Perito ali nomeado, Alcenil Otapiassis, já havia pedido dispensa do encargo, fl. 117, o que foi deferido por este Juízo.. Assim, nomeio perito judicial o(a) Senhor(a) ANDERSON CARLOS SILVA MENEZES, especialista em ortopedia, o qual deverá ser intimado(a) para, no prazo de cinco (05) dias, cumprir os requisitos descritos nos incisos II e III do § 2º, do art. 465 do CPC. Fixo, desde já, o prazo de trinta (30) dias para a entrega do Laudo Pericial (art. 465, CPC). Considerando que a parte Autora é beneficiária da gratuidade da justiça, conforme despacho à fl. 65, determina-se as providências necessárias da Secretaria desta Vara, junto ao TJAM, a fim de autorizar e liberar o pagamento dos honorários, em favor do(a) perito(a) nomeado(a) acima, que ora fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme limites estabelecidos na Resolução nº 127/2011/CNJ e Portaria 1.233/2012/TJAM. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM), ADV: TATIANNE VIEIRA ASSAYAG TOLEDO (OAB 3653/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0634914-31.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reintegração - REQUERENTE: Dieynne de Souza Gomes - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pelo Estado, fls. 192, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: "Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido." (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM) - Processo 0635484-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Vanessa Farias da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Em face exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido no sentido de condenar o Estado somente ao pagamento de verbas trabalhistas (FÉRIAS + 1/3 e 13º SALÁRIO) na proporção de 5/12 avos e 3/12 avos, respectivamente, com juros contados da citação (fl. 240, 06.11.2017) tendo como índice os de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança conforme art. 1-F da Lei n. 9494/97 e a correção monetária desde quando devido o pagamento (31.03.17) tendo como índice a TR até 25.03.2015 e, depois (26.03.2015), será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357. O valor devido, decorrente do direito reconhecido acima, como se trata de simples cálculo aritmético, será apurado mediante memória de cálculos (art. 509, § 2º, CPC) por meio de execução do art. 535, CPC. Visto que houve sucumbência parcial (o autor decaiu quanto ao FGTS) condenam-se ambas as partes ao pagamento de honorários advocatícios, conforme art. 85, §14, CPC. Condeno o requerido nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela IPAC-E contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Condeno a autora nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico do Estado, conforme art. 85, § 3º, I - NCPC, diante do tempo da demanda e sua simplicidade, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças, na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Sentença não sujeita ao reexame necessário (art. 496, §3º, II, CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0635971-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Adriano da Silva Gomes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, em homenagem à primazia do princípio do juiz natural, encravado no art. 5º, LIII da CRFB, e frente a incompetência inequívoca deste Juízo, os autos deverão ser redistribuídos em favor do juizado especial da fazenda pública estadual e municipal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM) - Processo 0636242-30.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERENTE: Wendemberg Cruz de Souza e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas - Estado do Amazonas - R. Hoje. Intime-se o Estado do Amazonas sobre a renúncia de valores dos autores, a fls. 208/216, no prazo de cinco dias. Deve a advogada dos exequentes apresentar seu registro NIT no prazo supracitado. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO VITOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0636449-92.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: Jackson Gama Feitosa - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje; Intimem-se as partes, por seus patronos, para requerer o que entender ser de direito, no prazo comum de 10 (dez) dias; Caso não hajam manifestações, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: JACK GOMES DE SOUZA (OAB 11049/AM) - Processo 0636712-22.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Bartolomeu Aparecido de Albuquerque - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Sendo as partes legítimas, inexistindo nulidades a declarar e estando as questões processuais resolvidas, entendo que a presente lide está pronta para o julgamento, uma vez que a prova é apenas documental, não necessitando de instrução, conforme dispõem os arts. 355, I, 356 II e art. 357, do NCPC. Determino a intimação das partes, por seus procuradores para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem: Se desejam firmar algum acordo; Se concordam com o julgamento antecipado. Caso inexistam as possibilidades supra, indiquem as provas que desejam produzir, caso seja realmente necessária a realização de audiência de instrução e julgamento. Após manifestação das partes, ou não, abra-se vista ao MP. Intimem-se. Publique-se.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM) - Processo 0636973-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Virgilio Cesar Costeira de Mendonça Rosas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pela parte autora, fls. 147, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: "Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido." (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0637130-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Samir Garzedim Freire - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pelo Estado do Amazonas, fls. 175, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo

competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: "Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido." (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: LENA GUIOMAR CAVALCANTE FREDERICO BARBOSA (OAB 2980/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: DALMO DE SOUZA DOS ANJOS (OAB 5597/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0640905-85.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: ANTÔNIO RODRIGUES BRAGA - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do AmazonasIDAM - Banco do Brasil S/A - INTSSADA: Procuradoria da União No Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - PERITA: Angela Maria Viana Azevedo - R. Hoje. Indefiro os pedidos a fls. 459/460 e 443, uma vez que este Juízo não tem como declarar que as custas não foram utilizadas, competindo à contadoria tal procedimento. À secretaria para certificar o decurso do prazo do despacho de fl. 441. Cumpra-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA), ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0640940-45.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Assistência à Saúde - REQUERENTE: DANIELLY REBECA MONTEIRO CARVALHO - POLYANA DE SOUSA MONTEIRO - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Defiro o pedido do Estado a fl. 505. Concedo o prazo para o ente público efetuar o pagamento da RPV até dia 05.03.2019, devendo ser comprovado tal pagamento nos autos até o dia seguinte a esta data, sob pena de bloqueio judicial. Cumpra-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM) - Processo 0641277-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Joaquim da Silva Prestes - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje; Recurso de Apelação interposto pela parte autora, fls. 154, nos termos do art. 1010 do NCPC, sendo competente o relator para dizer em que efeitos receberá o recurso (§ 3º, do art. 1010 do NCPC), conforme entendimento doutrinário, in verbis: "Ato do relator. Declaração obrigatória dos efeitos em que recebe o recurso (CPC 995). Compete ao relator dizer em que efeitos recebe o recurso de apelação. Não pode dar-lhe efeito que, pela lei, não tem - e, pela atual sistemática, o efeito suspensivo só pode ser considerado se, presentes os requisitos para tanto, houver requerimento expresso do recorrente nesse sentido." (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p.2056); Vista ao apelado para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC; Cumpridas as formalidades suso, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas, com as cautelas de praxe (§3º, do art. 1010 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0642050-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Remuneração - REQUERENTE: Alice Reiko Miwa - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R.hoje; Trata-se de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 534 do NCPC; Intime-se o Estado do Amazonas, na forma do art. 535 do NCPC, para, querendo, opor impugnação, no prazo legal de 30 (trinta) dias; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM) - Processo 0642737-51.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Licitações - REQUERENTE: Amadeus Comercio e Representacoes Ltda M - REQUERIDO: Cgl - Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas e outro - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Processo: 0642737-51.2018.8.04.0001 Tipo: Mandado de Segurança Requerente: Amadeus Comercio e Representacoes Ltda M Advogado(a): Darden Klinger Colares Libório Requerido: Cgl - Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo do Estado do Amazonas e outros O Exmo. Sr. Dr. Etelvina Lobo Braga, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, R M MACHADO E CIA LTDA, seus herdeiros e ou sucessores, bem como os réus ausentes, ou terceiros interessados, atualmente com endereço em local incerto e não sabido, para, querendo, apresentarem contestação aos termos da ação supra identificada, na qual figura como Requerente,

ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0645085-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Darci Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Petição inicial de acordo com o disposto nos arts. 319 e 320 do NCPC.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0645125-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Tratamento da Própria Saúde - REQUERENTE: Maria Lindalva Pereira de Sousa - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R.hoje; Diga a parte autora, no prazo de quinze (15) dias, sobre o teor da contestação apresentada pelo Estado do Amazonas, na forma dos arts. 350 e 351 do NCPC; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0646528-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Subsídios - REQUERENTE: Marcelo da Rocha Benlolo - R. Hoje; Petição inicial de acordo com o disposto nos arts. 319 e 320 do NCPC; Custas sendo pagas de forma parcelada, conforme fl. 43; Deixo de realizar a audiência prévia de conciliação (art. 334, §4º, inciso II, do NCPC), porque os Procuradores da Fazenda Estadual não dispõem de poderes para transigir, sendo imprescindível que haja lei ou ato da chefia do poder executivo regulamentando os poderes de cada advogado público visando a celebração de acordos, situação inexistente no Estado do Amazonas; Assim, cite-se o ESTADO DO AMAZONAS, através de seu Procurador-Geral, para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 c/c 183 do NCPC); Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELA NUNES FERREIRA (OAB 10243/AM) - Processo 0648351-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Adelaiza Alves Correa - R. Hoje. Sendo as partes legítimas, inexistindo nulidades a declarar e estando as questões processuais resolvidas, entendo que a presente lide está pronta para o julgamento, uma vez que a prova é apenas documental, não necessitando de instrução, conforme dispõem os arts. 355, I, 356 II e art. 357, do NCPC. Determino, pois, a intimação das partes, por seus procuradores para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem: Se desejam firmar algum acordo; Se concordam com o julgamento antecipado. Caso inexistam as possibilidades supra, indiquem as provas que desejam produzir, caso seja realmente necessária a realização de audiência de instrução e julgamento. Após manifestação das partes, ou caso não hajam manifestações, abra-se vista ao MP. Intimem-se. Publique-se.

ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0648446-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Jose Simael Menezes de Oliveira e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - R. Hoje. Defiro o pedido de fls. 151 quanto à realização de prova pericial. Nomeio perito judicial o(a) Senhor(a) ANDERSON CARLOS SILVA MENEZES, clínico geral, o qual deverá ser intimado(a) para, no prazo de cinco (05) dias, cumprir os requisitos descritos nos incisos II e III do § 2º, do art. 465 do CPC. Intimem-se, ainda, as partes para cumprimento

dos incisos do § 1º, do supracitado artigo, no prazo de quinze (15) dias. Fixo, desde já, o prazo de trinta (30) dias para a entrega do Laudo Pericial (art. 465, CPC). Considerando que a parte Autora é beneficiária da gratuidade da justiça, e patrocinada pela Defensoria Pública, determina-se as providências necessárias da Secretaria desta Vara, junto ao TJAM, a fim de autorizar e liberar o pagamento dos honorários, em favor do(a) perito(a) nomeado(a) acima, que ora fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme limites estabelecidos na Resolução nº 127/2011/CNJ e Portaria 1.233/2012/TJAM. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: INGRID MENDONÇA OSSUOSKY (OAB 7573/AM) - Processo 0650744-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cassandro Matias Alves dos Santos - R. Hoje. Sendo as partes legítimas, inexistindo nulidades a declarar e estando as questões processuais resolvidas, entendo que a presente lide está pronta para o julgamento, uma vez que a prova é apenas documental, não necessitando de instrução, conforme dispõem os arts. 355, I, 356 II e art. 357, do NCPC. Determino a intimação das partes, por seus procuradores para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem: Se desejam firmar algum acordo; Se concordam com o julgamento antecipado. Caso inexistam as possibilidades supra, indiquem as provas que desejam produzir, caso seja realmente necessária a realização de audiência de instrução e julgamento. Após manifestação das partes, ou não, abra-se vista ao MP. Intimem-se. Publique-se.

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0653370-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Lúcia Guimarães Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. H.; Decreta-se a revelia do ESTADO DO AMAZONAS, a teor do artigo 344 do NCPC, uma vez que foi citado validamente da presente ação e não apresentou qualquer manifestação; Deixa-se de aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 345, inciso II, do NCPC; A teor do art. 348 do NCPC, especifique o Autor as provas que ainda pretende produzir, no prazo de dez (10) dias. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM) - Processo 0654243-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Multa Cominatória / Astreintes - REQUERENTE: Maria de Fatima Palheta Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. H.; Decreta-se a revelia do ESTADO DO AMAZONAS, a teor do artigo 344 do NCPC, uma vez que foi citado validamente da presente ação e não apresentou qualquer manifestação; Deixa-se de aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 345, inciso II, do NCPC; A teor do art. 348 do NCPC, especifique o Autor as provas que ainda pretende produzir, no prazo de dez (10) dias. Cumpra-se.

ADV: ALDENAIRA PAULA DE FREITAS (OAB 2191/), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0655462-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nomeação - REQUERENTE: Bruno Cesar Silva Marinho - REQUERIDA: Município de Manaus - R. Hoje. Sendo as partes legítimas, inexistindo nulidades a declarar e estando as questões processuais resolvidas, entendo que a presente lide está pronta para o julgamento, uma vez que a prova é apenas documental, não necessitando de instrução, conforme dispõem os arts. 355, I, 356 II e art. 357, do NCPC. Determino a intimação das partes, por seus procuradores para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem: Se desejam firmar algum acordo; Se concordam com o julgamento antecipado. Caso inexistam as possibilidades supra, indiquem as provas que desejam produzir, caso seja realmente necessária a realização de audiência de instrução e julgamento. Após manifestação das partes, ou não, abra-se vista ao MP. Intimem-se. Publique-se.

ADV: RODRIGO POLLARI CASTELO BRANCO (OAB 7993/AM) - Processo 0655644-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: K.K.D.O. - R.hoje; Diga a parte autora, no prazo de quinze (15) dias, sobre o teor da contestação apresentada pelo Município de Manaus, na forma dos arts. 350 e 351 do NCPC; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: LUIS EDUARDO MENDES DANTAS (OAB 28790/CE), ADV: BENEDITO FERREIRA DE CAMPOS FILHO (OAB 167058/SP) - Processo 0655696-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R.hoje; Diga a parte autora, no prazo de quinze (15) dias, sobre o teor da contestação apresentada pelo Estado do Amazonas, na forma dos arts. 350 e 351 do NCPC; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM) - Processo 0659446-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Flaviane Pinheiro de Souza - REQUERIDO: Maternidade Cidade Nova Dona Nazira Daou - Estado do Amazonas - Ao exposto, INDEFIRO o pedido de justiça gratuita, pelos motivos acima expostos, e determino à autora que proceda o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (dez) dias, sob pena de extinção do feito, com direito ao parcelamento do valor devido em até seis (06) parcelas (§6º do art. 98 do NCPC e art. 1º da Portaria n. 490/2017-PTJ), cabendo à parte autora a emissão dos boletos bancários perante o sítio do TJAM (art. 3º da citada Portaria). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM) - Processo 0661439-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Modalidade / Limite / Dispensa / Inexigibilidade - REQUERENTE: Lbc Conservadora e Serviço Ltda. - R. Hoje. Defiro o pedido constante na promoção ministerial de fls. 63/65. Providências de intimação da empresa requerente, no prazo de quinze dias. Cumpra-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0661621-31.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: José Roberto da Silva Souto - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), da certidão de fl. 86, da designação de audiência de conciliação para o dia 23.05.2019, às 10:00 horas. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0662240-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Francisco de Assis Batista de Oliveira - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, art. 1º, inciso VI, para fins de intimação da parte autora FRANCISCO DE ASSIS BATISTA DE OLIVEIRA, no prazo de quinze dias, para manifestar-se quanto a contestação apresentada à fls. 73 pelo Estado do Amazonas (art. 351 do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM) - Processo 0711989-54.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Samea Daiana Batista Pimentel - REQUERIDO: DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRANSITO - Cleomar Gonçalves da Silva - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - R. Hoje. Defiro o requerido na promoção ministerial a fls. 90/91. Providências de praxe para a consulta perante o infojud. Cumpra-se.

ADV: MELLYNA MARTINS LEONARDO AMORIM DA SILVA (OAB 6588/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0712435-57.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Pedro Henrique Amorim Bandeira - REQUERIDO: Diretor Presidente da Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Indefiro o pedido a fl. 273, uma vez que o ato decorrente do despacho a fls. 264/265, depende unicamente da manifestação do advogado (requerimento de cumprimento de sentença). Cumpra-se.

ADV: NAZIANO PANTOJA FILIZOLA (OAB 294A/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM),

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0713429-85.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wendel Bentes Peixoto - REQUERIDO: FUNDAÇÃO INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA ISAE - Estado do Amazonas e outro - INTSSADO: Estado do Amazonas - R. HOJE. DETERMINA-SE a intimação do patrono da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar nos autos o status de associado do ora representado, para fins de análise da legitimidade processual. P.R.I.

ADV: LUANA BARROSO COLARES (OAB 6864/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB 7159/AM), ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: MARIA ISÉLIA SARAIVA DE OLIVEIRA (OAB 6478/AM), ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM), ADV: ALCINEIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 3887/AM) - Processo 0715905-96.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Pagamento - RECLAMANTE: Gecy Raimundo Menezes dos Santos - Francisco Linco Soares Lima - Francisco Viana Rocha - Francisco de Assis de Lima Cardoso - Francisco Barbosa Nunes - Carlos Alberto Correa da Silva - Luiz Carlos da Silva dos Santos - José Maria Barroso Salgado - Lúcia Braga - R. Hoje. Indefiro o pedido de inversão do ônus da prova, formulado a fls. 193/196, uma vez que o momento processual e improprio, não permitindo mais produção de provas pelas partes, e sim, requerimento de cumprimento de sentença, devendo o exequente formula-lo nos termos dos arts. 534 e ss do CPC, apresentando planilha de cálculos. Fixo o prazo de quinze dias. P.R.I.

Adayla Barreto de Mesquita (OAB 1729/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alcineia da Silva Rodrigues (OAB 3887/AM)
Aldenaira Paula de Freitas (OAB 2191/)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Allani Priscila Araújo Cardoso da Silva (OAB 4537/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
André Luiz Mouco Fernandes (OAB 5017/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB 11703/GO)
ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz de Souza Cardoso Moreira (OAB 12008/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Benedito Ferreira de Campos Filho (OAB 167058/SP)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Medeiros dos Santos (OAB 12025/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carmem Rosa Soeiro Abreu (OAB 5879/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Caroline Mondego Martins Ferreirra (OAB 10663/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Celso Luiz Braga de Castro (OAB 4771/BA)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Clara Maria Lindoso e Lima (OAB 2602/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
DALMO DE SOUZA DOS ANJOS (OAB 5597/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Pinheiro Viegas (OAB 746A/AM)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Déborah Caroline Santos da Silva (OAB 12525/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edinaldo Carvalho de Aguiar (OAB 5982/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Fernando Carlos Luz Moreira (OAB 102385/SP)
Flávia Lourdes Mendes Coelho (OAB 3552/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Gabriella de Souza Dantas da Costa (OAB 218640/RJ)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Giovanni Viana Sales Reis (OAB 11162/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Hellen Cristiane Santos Silva (OAB 6708/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Indra Mara Bessa (OAB 1877/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Ingrid Mendonça Ossuosky (OAB 7573/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jack Gomes de Souza (OAB 11049/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
João Victor Castello Branco (OAB 9454/AM)
Jobson de Oliveira Pereira (OAB 9023/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jorge Luiz Peixoto do Nascimento (OAB 2305/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Judice Ângela Silva de Oliveira (OAB 7165/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Juliana Correa Tuji (OAB 6559/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Lara Machado Reis de Souza (OAB 204337/RJ)
Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB 29991/BA)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)

Lena Guiomar Cavalcante Frederico Barbosa (OAB 2980/AM)
Leylane Ediene Silva (OAB 9461/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Luana Barroso Colares (OAB 6864/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Lúcio Ricardo Queiroz Paes (OAB 3586/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Luis Eduardo Mendes Dantas (OAB 28790/CE)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Henrique Medeiros da Silva (OAB 5953/AM)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB 7537/AM)
Luiz Maurício de Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Manoel Meireles Bichara (OAB 9274/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Mara Inez Ribeiro de Lima (OAB 6449/AM)
Marcela Nunes Ferreira (OAB 10243/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcio Pinheiro Azêdo (OAB 7539/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Marco Aurélio dos Reis Fernandes (OAB 7371/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Maria do Socorro Sousa Menezes (OAB 10156/AM)
Maria Isélia Saraiva de Oliveira (OAB 6478/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Mário Vitor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
MAYCON ABRANTES LIMA (OAB 11307/AM)
Mellyna Martins Leonardo Amorim da Silva (OAB 6588/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Nataly Acris Barroso (OAB 6475/AM)
Naziano Pantoja Filizola (OAB 294A/AM)
Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB 795/MP)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Nilton Mendes Pinto (OAB 7315/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Priscilla Nogueira França (OAB 3340/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberson Paulo da Silva (OAB 5554/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Pollari Castelo Branco (OAB 7993/AM)
RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rômulo Luiz Vieira dos Santos (OAB 5558/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Rosenil Maximo dos Santos (OAB 13970AM)
Sammy de Souza Sahdo (OAB 4791/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sebastião Jerônimo Portela (OAB 5159/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Silvana Nobre de Lima Cabral (OAB 7046/MP)
Simonete Gomes Santos (OAB 2516/AM)
Tatiana da Silva Portela (OAB 3993/AM)
Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB 3653/AM)
Thiago Oliveira Costa (OAB 83060/PR)
Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB 7159/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Victor Alberto Graça Lins (OAB 10562/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wandete de Oliveira Netto (OAB 180/AM)
Wanessa Beltrão da Silva (OAB 12623/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yohanna Jaamel Sousa Menezes (OAB 9342/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0632477-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Davi Maués de Sales e outro - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0632477-12.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Assunto: Autor(a): Réu(s): Indenização por Dano Moral Maria do Nascimento Maués e Davi Maués de Sales Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saude - Susam e Alfredo Walther Raymondi Quispe Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de ressarcimento de danos morais e materiais com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Maria do Nascimento Maués e Davi Maués de Sales (menor impúbere representado por sua genitora) em face de Estado do Amazonas e Alfredo Walther Raymondi Quispe. Aduz a demandante que em 08/01/2017, por volta das 05:30h da manhã, entrou em trabalho de parto, para o nascimento do menor Davi Maués de Sales (também autor desta ação), tendo se dirigido à Unidade Hospitalar de Canutama-AM. Alega que ao chegar no local, foi surpreendida pela ausência de servidores para assisti-la, tendo esperado mais de 3 (três) horas para que se inicia-se o seu atendimento. Informa que inicialmente foi atendida por uma Técnica em Enfermagem, a qual verificou a sua pressão arterial e lhe aplicou soro, para o aumento das contrações. Após, foi atendida pelo médico Alfredo (corréu), o qual apenas verificou que a demandante se encontrava com 6 cm de dilatação e após retirou-se do local. A demandante sustenta, ainda, que a técnica de enfermagem tentou utilizar um aparelho para auscultar os batimentos cardíacos do nascituro, porém não teve sucesso, uma vez que o aparelho se encontrava com defeito. Após, foi deixada sozinha na sala de parto por aproximadamente 60 minutos, quando houve o retorno da Técnica em Enfermagem a qual lhe informou que o bebê já estaria nascendo e lhe pediu que fizesse força. A autora, então, solicitou a presença do médico, não obstante, lhe foi dito que não havia mais tempo para chamá-lo, tendo então dado a luz ao menor Davi Maués de Sales, às 09:30h, sem a presença dos profissionais necessários. Ocorre que o bebê nasceu com aparência de natimorto, com dificuldade em respirar - quadro de hipoxia-, tendo lhe sido prestado socorro apenas às 11h da manhã, com o retorno do médico Alfredo. Diante do quadro do recém nascido, os demandantes foram transferidos para o Município de

Manaus, no dia 09/01/2017, fazendo o percurso através de transporte aéreo, estando acompanhados apenas por uma Técnica em Enfermagem. A autora relata que o recém nascido teve diversas paradas cardíacas durante o vôo e ao chegar em Manaus, foi transferido para a Materinidade Ana Braga, onde foi socorrido de forma emergencial. Não obstante, foi informado à demandante que o recém nascido adquirira "encefalopatia crônica não progressiva", lesão esta provocada pela falta de oxigenação das células cerebrais, mais conhecida como paralisia cerebral, lesão esta irreversível. Diante da condição de seu filho, a demandante teve que se mudar do Município de Canutama para Manaus, para obter os cuidados médicos necessários à saúde do filho, o que lhe causou grave prejuízo financeiro e emocional, na medida em que pertence à etnia indígena Karipuna, e não mais pode conviver em meio destes. Diante da situação acima narrada, os autores ajuizaram a presente ação onde pugnaram pela concessão de tutela antecipada que determine ao a realizar o pagamento mensal de 2 salários mínimos ao menor Davi Maués de Sales, quantia essa necessária para o tratamento neuropediátrico, fonoaudiológico, fisioterápico do menor, além da compra de medicamentos, fraldas, leite, equipamentos, contratação de acompanhante especializado e demais cuidados necessários. Juntou documentos às fls. 36/57. Processo recebido da extinta 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual. É o relatório II.- Fundamenta-se, para ulterior decisão. II.A) Do pedido de antecipação de tutela A demandante alega que o menor Davi Maués de Sales, ao nascer, teve problemas respiratórios, e em virtude da ausência do cuidado necessário pelos médicos e enfermeiros da Unidade de Saúde de Canutama, foi acometido com "encefalopatia crônica não progressiva", que se traduz em paralisia cerebral, necessitando agora de diversos cuidados médicos para a sua sobrevivência. Diante dessa situação, busca tutela jurisdicional que determine liminarmente o pagamento, pelo Estado do Amazonas, de auxílio no valor de 2 salários mínimos, a fim de arcar com os custos despendidos no tratamento de menor Davi Maués de Sales. Inicialmente, é imperioso explicar que para a concessão das tutelas de urgência (satisfativas e cautelares), se faz necessário que a parte que a requereu demonstre elementos que evidenciem a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo, conforme dicção do art. 300, do CPC. Não havendo tal demonstração, impõe-se o indeferimento do pedido in initio litis. No caso narrado dos autos, tem-se que o menor Davi Maués de Sales não recebeu o atendimento apropriado ao nascer, o que culminou com o desenvolvimento de "encefalopatia crônica não progressiva", o que demonstra a responsabilidade do Estado do Amazonas. Isto porque, conforme documento de fls. 52, resta comprovado que o mesmo nasceu com "complicação respiratória", ao tempo que o documento de fls. 38 (declaração de nascido vivo), no item 40, demonstra que o parto do infante foi realizado sem qualquer auxílio médico ou enfermeiro. Evidente que a condição que se encontra o menor Davi é severa, lhe causando grave prejuízo à saúde, o que culmina com a necessidade de diversos cuidados médicos, e gasto excessivo com os insumos diários relativos à saúde, alimentação e cuidados pessoais, devendo, portanto, o causador do infortúnio arcar com estes gastos. Além do mais, é de conhecimento público e notório, amplamente divulgado pela mídia amazonense, quanto ao atendimento precário ao qual é submetida a população dos município do interior do Amazonas, tanto pela falta de medicamentos e insumos médicos-hospitalares, quanto pela falta de preparo dos profissionais da saúde, que atendem os cidadãos com descaso. Por estas provas, mostra-se cristalino a probabilidade do direito pugnado na inicial, bem como o periculum in mora, na medida em que a dificuldade da genitora do menor de arcar com as despesas quanto a este é latente, por ser essa pessoa pobre (fls. 37), afastada de seus familiares e dos integrantes de sua etnia, o que dificulta ainda mais enfrentar a dificuldade que a situação lhe proporciona. Dessa forma, necessário se mostra o acolhimento do pedido de antecipação de tutela. II.B) Da exclusão do réu servidor público Não obstante ao deferimento da medida antecipatória, entende-se necessário, desde já, decretar a exclusão do réu Alfredo Walther Raymondi Quispe do polo passivo da demanda, em atendimento ao que determina a jurisprudência consolidada da Corte Suprema. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal adotou o entendimento de que não é possível a propositura de ação diretamente me face do agente público causador do dano. Isto porque a Constituição Federal, em seu art. 37, §6°, estabeleceu a responsabilidade estatal, garantindo o direito do particular ser indenizado pelos prejuízos que sofreu, mas também concedeu ao agente público a garantia de de somente ser cobrado pelo Estado. É o que a doutrina denomina de Teoria da Dupla Garantia. Confira-se, a propósito a jurisprudência do STF: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO. O § 6º do artigo 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento" (RE 327.904/SP, Rel. Min. Carlos Britto, 1ª Turma). "Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Responsabilidade civil do estado. Inclusão do agente público no polo passivo da demanda. Impossibilidade. Ilegitimidade passiva. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte firmou-se no sentido de não reconhecer a legitimidade passiva do agente público em ações de responsabilidade civil fundadas no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, devendo o ente público demandado, em ação de regresso, ressarcir-se perante o servidor quando esse houver atuado com dolo ou culpa. 2. Agravo regimental não provido" (ARE 908.331-AgR/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma). Por conseguinte, mister se faz a exclusão do réu servidor público do presente processo. III.- Decide-se. Diante do exposto, DEFERE-SE a tutela antecipada requerida, determinando-se ao Estado do Amazonas que efetue o pagamento mensal de 2 salários mínimos ao menor Davi Maués de Sales, até o transito em julgado do julgamento de mérito da causa. A primeira mensalidade - referente ao mês de fevereiro - deverá ser depositada pelo Estado do Amazonas na conta judicial deste processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de multa diária fixada em R$10.000,00 (dez mil reais), no limite de 30 dias. Havendo-se o pagamento, fica a Secretaria já autorizada a expedir o competente Alvará de Levantamento. As demais mensalidades deverão ser depositadas mensalmente, até o dia 05 de cada mês, em conta a ser aberta pela genitora do menor, em nome do mesmo. Determina-se, ainda, que o Estado promova a juntada do comprovante do depósito nos autos, para o fim de comprovação do cumprimento da medida. Ordena-se à autora que forneça os dados necessários ao depósito no prazo de 10 dias. Após à Secretaria para intimar o Estado acerca dos dados para pagamento. Julga-se extinta a ação em resolução do mérito, em face do do réu Alfredo Walther Raymondi Quispe, nos termos do art. 485, VI, do CPC, determinando-se a sua EXCLUSÃO, nos termos da fundamentação, devendo a Secretaria excluí-lo do cadastro de parte do processo. Por fim, deixa-se de pautar a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, em virtude da ausência de notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadimitir a autocomposição. Dessa forma, cite-se o réu para apresentar resposta à presente ação, no prazo legal. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, opondo as considerações que justificadamente entender procedentes. Derradeiramente a manifestação das partes, dê-se vista ao Ministério Público. Ademais, após todos esses trâmites e com a viabilidade do

desfecho da fase postulatória, por motivo de manifestação processual de todos os integrantes da relação jurídica processual, venham-me imediatamente os autos em conclusão. Outrossim, ocorrendo circunstância não definida no presente despacho, por certidão, suscite a Secretaria a devida dúvida, para a tomada de decisão do julgador que este subscreve. Concede-se aos demandantes os benefícios da justiça gratuita. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. IV.- OBSERVAÇÃO Antes de se concluir, ressalta-se que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 68/69, foram inicialmente distribuídos em data de 24/07/2018, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 21.08.2018. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0644846-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alexandre Carneiro Costa - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, fica o autor intimado para, caso desejar, apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,08 de março de 2019.

ADV: ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM) - Processo 0645876-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Paulo Cesar dos Santos Barros - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, fica o autor intimado para, caso desejar, apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus, 08 de março de 2019.

ADV: GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS (OAB 10770/AM) - Processo 0647479-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Doranilde Soares Asciole - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, fica o autor intimado para, caso desejar, apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,08 de março de 2019.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM)
Gilmar Cesar da Silva Santos (OAB 10770/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0038/2019

ADV: ALDIZIO DE SOUZA CARVALHO (OAB 1611/AM), ADV: ÁUREO GONÇALVES NEVES (OAB 1602/AM) - Processo 0205026-24.2011.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Liminar - REQUERENTE: Francisca Silva Rosas Gomes - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos das custas às fl.258 pendentes de pagamento pela impetrante - Francisca Silva Rosas Gomes. Manaus, 08 de março de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva P/Diretora de Secretaria

ADV: JOSÉ CARLOS CHAVES DA SILVA (OAB 7972/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: PAULO AFONSO MORAIS DOLZANES (OAB 1750/AM) - Processo 0209843-97.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nazareno Vasconcelos de Oliveira - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos de fl. 365/375, e abro vista às partes para ciência e manifestação. Manaus, 08 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM), ADV: AMADEU ALMEIDA DE AGUIAR FILHO (OAB 5324/AM), ADV: RUBENIL ROSA DE ALMEIDA (OAB 2670/AM), ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM) - Processo 0229223-48.2008.8.04.0001 (001.08.229223-0) - Procedimento Comum - Propriedade - LITSPASSIV: Centro Educacional 12 de Outubro Ltda - Jacob Barbosa Anijar - Ronaldo de Brito Leite e outros - Defiro o pedido de fl. 1118/1119. Oficie-se a instituição bancária para que proceda a transferência dos valores depositados na conta nº 01649887-0 para a conta indicada pelo Município de Manaus. A seguir, retornem os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0238292-70.2009.8.04.0001 (001.09.238292-5) - Cumprimento de sentença - RECLAMANTE: Antonia Irlanda Alves de Melo - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos de fl.371, e abro vista às partes para ciência e manifestação. Manaus, 08 de março de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva P/Diretora de Secretaria

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0245493-79.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liberação de Veículo Apreendido - REQUERENTE: Carlos Garcia de Souza - Decisão. Diante do exposto, com fundamento no parágrafo único do artigo 321 e inciso IV do art. 330, ambos do CPC, INDEFIRO a petição inicial e, por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I, do mesmo Diploma Legal. Sem honorários advocatícios. Custas na forma da Lei. P.R.I. Manaus, 08 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0606986-66.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - IMPETRANTE: Gremio Recreativo Escola de Samba Unidos da Coophasa - Processo nº:0606986-66.2019.8.04.0001 Classe:Mandado de Segurança Requerente:Gremio Recreativo Escola de Samba Unidos da Coophasa Requerido:Fabio Bacry Andrade e Bernardo Monteiro de Paula DECISÃO Trata-se de Mandado de Segurança, com Pedido de Tutela Liminar, impetrado por Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Coophasa em face de ato supostamente ilegal praticado pelo Presidente da Comissão de Seleção e do Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - Manauscult, todos devidamente qualificados à fl. 01 dos autos. Sustenta o impetrante que, em resposta ao Chamamento Público nº. 001/2019-Manauscult, apresentou proposta para a concessão de apoio financeiro da Administração Pública Municipal para a execução de desfiles das escolas de samba do grupo especial para o Carnaval 2019. No entanto, para a sua surpresa, sua proposta fora eliminada, acarretando, por consequência, na sua inabilitação, sob o fundamento de que a ela não teria atendido o item 4.5 do edital, o qual dispõe acerca da apresentação de certidão de adimplência do proponente com o órgão concedente, no caso, a Manauscult, dado que as contas da agremiação, referentes ao exercício 2014, foram reprovadas. Irresignada com tal situação, a impetrante aduz que não merecem prosperar os argumentos utilizados pela autoridade impetrada, dado que o processo de tomada de contas especiais - em trâmite no Tribunal de Contas do Estado -, referente as contas de 2014, ainda pende de julgamento. À vista disso, requer a concessão de medida liminar para suspender os efeitos da decisão que a inabilitou, considerando como válida e suficiente a certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado. É o breve relato. Passo a decidir. A concessão de liminar em Mandado de Segurança está condicionada ao preenchimento de alguns requisitos objetivamente delineados no art. 7º, III da Lei nº 12.016/2009, a saber: a relevância do fundamento e o risco de ineficácia da medida, acaso concedida ao final, de forma que a medida initio litis exige a demonstração da necessidade de suspensão do ato combatido, a fim de evitar o perecimento do direito até a concessão definitiva da segurança. Analisando os fundamentos do presente writ, vejo que a relevância do fundamentos apresentados, o que consubstanciaria a fumus boni juris do pleito, não se encontra à evidência de modo a autorizar a concessão da medida liminar requestada. O item 4.5 do Edital do Chamamento Público nº. 001/2019-Manauscult

estabelece como um dos documentos necessários para a instrução da proposta para a seleção a juntada de certidão emitida pelo órgão concedente, a Manauscult, com data de expedição inferior a 30 (trinta) dias sobre a situação de adimplência ou não da entidade proponente. Dessarte, não vejo como a pendência do processo de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas pode se afigurar como medida que supra tal exigência, dado que a tomada de contas especial visa, na espécie, à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação pecuniária do dano, acaso existente, não tendo o condão de suprir eventual reprovação de contas. Ademais, defronte aos documentos de fls. 19-23, noto que a inabilitação da impetrante não decorreu exclusivamente do fato de não apresentar a certidão do órgão concedente (item 4.5 do edital), mas, também, pelo não atendimento de uma série de outras exigências previstas no edital, no caso, aquelas previstas nos itens 4.1.2, 4.1.7, 4.1.18 e 4.5. Em virtude do exposto, por não vislumbrar a presença do fumus boni iuris, elemento imprescindível para a deferência, DENEGO A LIMINAR requerida. Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (art. 7°, II, da Lei 12.016/09). Após, dê-se vista ao Ministério Público (art. 12 da Lei nº 12.016/09) para que se manifeste sobre o pedido, retornando os autos conclusos para sentença. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de fevereiro de 2019 Cezar Luiz Bandiera

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0612356-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Helder José Ferreira Lima - Diante do exposto, conheço dos Embargos, porque propostos em obediência ao disposto no artigo 1.022, do Código de Processo Civil, acolhendo-os parcialmente, nos termos dos fundamentos acima esposados, suprimido a omissão na sentença de fls. 170-179, a fim de determinar que, findo o prazo para a interposição para a apelação, sejam os presentes autos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça para reexame necessário, conforme dicção do inciso I, do art. 496, do Código de Processo Civil. No mais, permanece intacta a sentença. Publique-se. Intime-se. Manaus, 07 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: ALESSANDRA ANTONY DE QUEIROZ (OAB 4560/AM), ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM) - Processo 0614239-18.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Julio Cesar Bastos Rodrigues - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos de fl. 681/682, e abro vista às partes para ciência e manifestação. Manaus, 08 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: ANTONIO CARLOS MIRANDA NOGUEIRA (OAB 10105/AM) - Processo 0619523-65.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - Manauscult - À Contadoria par atualização do valor da execução, nele incluindo a multa e os honorários, ambos de 10%, face ao não pagamento da dívida no prazo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0621820-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Raissa de Oliveira Afonso - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos de fl. 231, e abro vista às partes para ciência e manifestação. Manaus, 08 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: LEANDRO GODINES DO AMARAL (OAB 162628/SP), ADV: LEANDRO PARRAS ABBUD (OAB 162179/SP), ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM) - Processo 0629353-94.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: FORCE LINE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos de fl. 214, e abro vista às partes para ciência e manifestação. Manaus, 08 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: PATRÍCIA DA COSTA CHAGAS (OAB 7436/AM) - Processo 0631408-18.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: EDNOR PACHECO - Pelo exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO da presente ação, com base no artigo 290 do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 07 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM) - Processo 0637751-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Instituto Acesso de Ensino, Pesquisa, Avaliação, Seleção e Emprego e outro - Os embargos de declaração de fls. 1165-1175 possuem conteúdo de mérito, longe daqueles que dizem respeito ao cabimento dos Embargos de declaração, qual seja: obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, por isso, de pronto, REJEITO-OS. Já os embargos de declaração de fls. 1179-1186 foram opostos por parte manifestamente ilegítima, portanto, deixo de conhecê-los. O processo se encontra devidamente instruído, nos moldes do art. 355, I, do NCPC, motivo pelo qual decido pelo julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, sem qualquer manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Manaus, 07 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM) - Processo 0643319-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Jardelina Silva Santana - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0645997-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: F.c.c.g Junior - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0648643-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Ricardo Sergio Barreto Moreira - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0649380-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adiel Cardoso Barbosa - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0650522-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Ronaldo Cardoso - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: DIOGO MONTEIRO DE SOUZA (OAB 12567/AM) - Processo 0652515-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reintegração - REQUERENTE: Edmilson Lopes de Souza - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653492-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nomeação - REQUERENTE: Dianna de Sousa Diniz - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653636-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nomeação - REQUERENTE: Shirley Pontes Nogueira - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do

NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653921-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nomeação - REQUERENTE: Heloisa Paiva dos Santos - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0653944-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Augusto Cesar Cavalcante Ribeiro - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0654280-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nomeação - REQUERENTE: Rainey da Silva Rocha - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 07 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0660851-38.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Processo Administrativo Fiscal - IMPETRANTE: Michael Souza Gomes - Analisando os documentos colacionados à inicial, vislumbro a ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, nos termos do art. 320 do CPC. Desta forma, intime-se o Impetrante para que apresente, na forma do art. 321 do mesmo diploma legal, os gabaritos provisório e definitivo do indigitado certame. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0661136-31.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Periclitação da Vida e da Saúde e Rixa - REQUERENTE: Edinora Elizabeth Sena da Silva - Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Edinora Elizabeth Sena da Silva, contra ato do Presidente da Câmara Municipal de Manaus. A Lei de Organização Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado, LC nº 17/97, dispõe no art. 50, II, e, ser das Câmaras Reunidas do TJAM a competência para processar e julgar mandado de segurança contra ato do Presidente da Câmara. Diante de tal prerrogativa, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, para que lá seja o mandamus processado. Intime-se.

ADV: RAIANA CUNHA OLIVEIRA (OAB 7704/AM), ADV: ANA MARIA DA CUNHA OLIVEIRA (OAB 5448/AM), ADV: RENATA MARTINS DA SILVA ALVES (OAB 7772/AM) - Processo 0710518-03.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Samille Apoenna Carvalho Muniz - Diante do exposto, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. CONDENO o Requerido no pagamento dos honorários advocatícios, arbitrados em R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) com fulcro no art. 85, §8º do CPC. Custas processuais na forma da Lei. Defiro à Autora o benefício da gratuidade de justiça. P.R.I. Manaus, 08 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aldizio de Souza Carvalho (OAB 1611/AM)
Alessandra Antony de Queiroz (OAB 4560/AM)
Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB 5324/AM)
Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)
Ana Maria da Cunha Oliveira (OAB 5448/AM)
ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA)
Antonio Carlos Miranda Nogueira (OAB 10105/AM)
Áureo Gonçalves Neves (OAB 1602/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Diogo Monteiro de Souza (OAB 12567/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
José Carlos Chaves da Silva (OAB 7972/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Leandro Godines do Amaral (OAB 162628/SP)
Leandro Parras Abbud (OAB 162179/SP)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Patrícia da Costa Chagas (OAB 7436/AM)
Paulo Afonso Morais Dolzanes (OAB 1750/AM)
Raiana Cunha Oliveira (OAB 7704/AM)
Renata Martins da Silva Alves (OAB 7772/AM)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rubenil Rosa de Almeida (OAB 2670/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0032/2019

ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0241560-54.2017.8.04.0001 - Petição Cível - REGISTROS PÚBLICOS - INTSSADA: Marilucia Cunha Rodrigues - Reitera-se o Despacho de fls. 186 para que seja dado vistas ao Ministério Público. Aproveite-se a oportunidade para solicitar que o membro do Ministério Público se manifeste sobre pedido de providências de fls. 187. Após promoção ministerial, v. concluso, independentemente de novo despacho.

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM), ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0614841-04.2016.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Francisco Nunes Saraiva - DESPACHO: Dê-se vistas ao M. Público.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0621248-89.2017.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Gustavo Vizzoni - Atenda-se à promoção ministerial de fls. 91/92, exceto no que diz respeito à diligência solicitada no item 1, eis que a parte autora já se manifestou às fls. 94/95 dos autos, quando então pugnou pela intimação do perito nomeado por este Juízo para que complemente o laudo pericial produzido às fls. 59/62, informando se imóvel em questão está inserido na matrícula 4.584, o que se lhe defere neste ato. Dispensada também a intimação da União Federal, porquanto já tenha o ente público se manifestado nos autos, asseverando não haver de sua parte interesse no imóvel objeto da lide (fls. 93). Após, retorne-me o feito em conclusão.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM) - Processo 0634249-78.2016.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Pedro Eugenio de Oliveira Peixoto e outro - DESPACHO Manifestação da Procuradoria Geral do Estado as fls.146/160. Dê-se vistas ao M. Público. Cumpra-se.

ADV: MANOEL GOMES NOGUEIRA (OAB 1196/AM) - Processo 0634383-76.2014.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: RAIMUNDA NILZETE GIL NOGUEIRA e outro - Defiro a gratuidade judiciária bem como a prioridade de tramitação processual pleiteadas na inicial, devendo a secretaria tomar as providências para a efetivação desta última.À Secretaria,

que regularize a citação por edital do requerido, haja vista no edital de fls. 90 não citar herdeiros, sucessores, e demais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, bem como não constar a descrição correta do imóvel, a qual deverá ser feita de acordo com memorial descritivo de fls. 117/118, devendo a secretaria certificar quanto a afixação, publicação e decurso do prazo.Após, na ausência de manifestação dos requeridos, seja designado curador de ausentes, nos termos do art. 72, II, CPC, devendo a secretaria proceder com a intimação eletrônica da defensoria.Por fim, após o cumprimento integral das diligências acima determinadas, a designação de data para audiência de instrução e julgamento com o objetivo de ouvir o depoimento da parte requerente e de pelo menos duas testemunhas, devendo estas ser arroladas nos autos, no prazo de 15 dias, em conformidade ao art. 357, §4º, CPC.Após, vista ao Ministério Público e v. concluso.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM) - Processo 0635987-09.2013.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: PAULO ROBERTO ÉDER MARTINS - DESPACHO: Verifico que, apesar de haver sido expedido ofício ao Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), fls. 178, não consta protocolo de envio. Assim, determino seja certificado se de fato o ofício foi encaminhado ao destinatário. Em negativo, reitere, urgente.

ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM) - Processo 0654830-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio Carlos da Silva Ribeiro - DESPACHO: Dê-se vistas ao M. Público.

Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Manoel Gomes Nogueira (OAB 1196/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)

1ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELDINÉIA SENA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2019

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0204848-02.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADO: Evelyn Queren Costa Nogueira e outro - Intime-se a causídica da acusada Evelin Queren Costa Nogueira, a fim de que esclareça, no prazo de 10 (dez) dias, as circunstâncias do pedido de fls. 175/177, considerando-se que não há nos autos notícias acerca de nova ordem de prisão contra a denunciada.

ADV: CARLOS HOSSAINE DA SILVA (OAB 9931/AM) - Processo 0209910-15.2015.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - DENUNCIADO: Jander Alves do Nascimento - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos e com fundamento no art. 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, para, em consequência, ABSOLVER o acusado JANDER ALVES DO NASCIMENTO, já qualificado nos autos, da imputação que lhe foi feita nos presentes autos. Transitada em julgado esta sentença e, realizadas as anotações necessárias, arquive-se com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM) - Processo 0214440-46.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - RÉU: Flor de Maria Mendonça Jinkings - Não foram requeridas outras diligências na fase do art. 402 do CPP, face à complexidade do processo, determinou a MM. Juíza, fosse aberto vista às partes para apresentação de Memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem os autos conclusos para sentença. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: FABRICIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM) - Processo 0215687-86.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Mergson Reis de Oliveira - Vista à defesa para manifestação na fase do art. 402 do CPP. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: FABRICIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM) - Processo 0215687-86.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Mergson Reis de Oliveira - Indefiro requerimento do patrono do Réu (fl. 191) de notificação do seu cliente sobre renúncia unilateral, haja vista (i) que o patrono não cumpriu a prévia comunicação de seu cliente a qual está legalmente obrigada (CPC, art. 112, caput); que (ii) não cabe ao Poder Judiciário interferir na relação entre advogado/réu, tampouco ignorar forma solene legalmente prevista à resilição de mandato advocatício; e (iii) o advogado, Dr. Fabricio Burgin da Cunha OAB 9845/AM, foi constituído voluntária e regularmente pelo réu (fl. 56), sendo destino de confiança daquele para exercer sua defesa. Notifiquem-se. Manaus (AM), 07 de março de 2019. Rivaldo Matos Norões Filho Juiz de Direito

ADV: ARIOSTO CARDOSO PAES JÚNIOR (OAB 6469/PA) - Processo 0219685-62.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Daniela Fenneffyr da Silva Farias - No mais, intimem-se as partes para os fins do art. 402 do CPP, pugnando, caso entendam necessárias, as diligências cabíveis. Cumpra-se. Manaus (AM), 07 de fevereiro de 2019.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0233515-95.2016.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Beto Gonçalves de Souza - Sendo assim, diante dos aspectos fáticos e jurídicos anteriormente expostos, SUSCITO O CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA entre este Juízo e o Juízo do 3º Tribunal do Júri, nos termos do art. 115, III, do CPP e art. 157, da Lei Complementar nº 17 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Por fim, quanto ao pedido de restituição da arma apreendida no presente feito, abstenho-me quanto à análise do seu mérito até a decisão do juízo ad quem a respeito do presente conflito. Remetam-se os autos à Superior Instância deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0237874-88.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Charles Ferreira Farias - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR o réu CHARLES FERREIRA FARIAS, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 16, parágrafo único, IV, na modalidade “portar”, da Lei n.º 10.826/2003. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria da pena em relação ao acusado, atento aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do CPB. A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudeser a pena. Os elementos que constam nos autos revelam que o nominado acusado possuía maus antecedentes à época do fato, uma vez que condenado por sentença transitada em julgado após o fato ora apurado, mas por prática de crime praticado antes do ora sentenciado (processo n. 0250217-58.2012, com sentença transitada em julgado no dia 10/07/2018, junto à 1ª VECUTE, por fato ocorrido no dia 20/11/2012. Não há nos autos registros seguros para aferir sua conduta social ou sua personalidade. Os motivos, as circunstâncias e as consequências são os comuns do tipo. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que é desfavorável. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base acima do mínimo legal, qual seja, 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, pena essa que torno definitiva face a ausência de atenuantes, agravantes ou causas de diminuição ou aumento

de pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o aberto, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, letra "c", do CP. Considerando a natureza do delito, a quantidade da pena e os requisitos legais, a pena privativa de liberdade pode e deve ser substituída por pena restritiva de direito, vez que suficiente e proporcional à infração praticada (art. 44, do Código Penal, tendo em vista ser este um direito público subjetivo do acusado, segundo a melhor doutrina de Luiz Flávio Gomes, na sua obra "Penas e Medidas Alternativas à Prisão", ed. Revista dos Tribunais, 1999, p. 177 e Damásio E. de Jesus, in Código Penal anotado, ed. Saraiva, 9ª ed., 1999, entendimento este corroborado pelo STJ, rel. Min. Vicente Cernicchiaro, in DJU 06.05.1996, p. 14.479), em razão do que, atendendo a regra do § 2º, segunda parte, do art. 44, substituo a pena privativa de liberdade por uma de prestação pecuniária, no valor de R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), e uma restritiva de direito, qual seja: Prestação de serviço à Comunidade, a ser realizada na forma do art. 46 do Código Penal, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, sem prejuízo da jornada de trabalho normal do Réu, facultando-lhe cumpri-la em menor tempo, nunca inferior, porém, à metade da pena privativa de liberdade fixada. Poderá apelar em liberdade, pela própria natureza da pena ora imposta. O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subseqüentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Condeno o réu ao pagamento de custas processuais, na forma da lei. Com o trânsito em julgado: 1 Expeça-se guia de recolhimento definitiva, para a execução da pena; 2 Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF; 4 Remetam-se as peças necessárias destes autos à VEMEPA desta capital, para as providências cabíveis em relação ao cumprimento da pena. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Por fim, encaminhem-se a arma e a munição apreendidas, nos termos do art. 25, da Lei nº 10.826/2003. Manaus, 08 de fevereiro de 2019. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO TAVARES JÚNIOR (OAB 5704/AM) - Processo 0240887-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Extorsão - RÉU: C.P.S.V. e outros - Considerando-se que a decisão de fls. 495/496 não estabeleceu perímetro para o trânsito do acusado Smayil Souza dos Santos dentro da comarca de Manaus/AM, deixo de me manifestar acerca do pedido de fls. 617/618. No mais, intimem-se as defesas dos acusados Smayil Souza dos Santos, Delmar da Silva Nogueira e Brunno Cezzane Pereira, a fim de que apresentem resposta à acusação, no prazo legal, visto que os referidos acusados já foram devidamente citados às fls. 490, 576 e 597. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0251983-15.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsidade ideológica - RÉU: Raimundo Rafic Lyra Walois - Designo o dia 22/04/2019, às 08:00h, para realização da audiência de instrução e julgamento.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0256342-71.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Osvaldo Santos Costa Neto e outro - Foi redesignado o dia 25/04/2019, às 08:00h, para realização da audiência de instrução e julgamento.

ADV: JORGE CUNHA LIMA (OAB 7820/AM) - Processo 0604895-37.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Raimundo Coimbra Lima - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR o réu RAIMUNDO COIMBRA LIMA, como incurso nas penas do art. 15, na modalidade "disparar", da Lei 10.826/2003. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria da pena em relação ao acusado, atento aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do CPB. A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo e não deva recrudescer a sua pena. Os elementos que constam nos autos revelam que a nominado acusado é primário e de bons antecedentes. Não há nos autos registros seguros para aferir sua conduta social ou sua personalidade. Os motivos são incertos. As circunstâncias não devem agravar o crime. As consequências não foram graves. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que é desfavorável. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 02 (dois) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar a atenuante que militar em favor do réu (confissão espontânea), uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231, do STJ), pena essa que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento de pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o aberto, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, letra "c", do CP. Considerando a natureza do delito, a quantidade da pena e os requisitos legais, a pena privativa de liberdade deve ser substituída por pena restritiva de direito, vez que suficiente e proporcional à infração praticada (art. 44, do Código Penal, tendo em vista ser este um direito público subjetivo do acusado, segundo a melhor doutrina de Luiz Flávio Gomes, em sua obra, "Penas e Medidas Alternativas à Prisão", ed. Revista dos Tribunais, 1999, p. 177 e Damásio E. de Jesus, in Código Penal anotado, ed. Saraiva, 9ª ed., 1999, entendimento este corroborado pelo STJ, rel. Min. Vicente Cernicchiaro, in DJU 06.05.1996, p. 14.479), em razão do que, atendendo a regra do § 2º, segunda parte, do art. 44, substituo a pena privativa de liberdade por uma de prestação pecuniária, no quantum de R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), e uma restritiva de direito, qual seja: Prestação de serviço à Comunidade, a ser realizada na forma do art. 46 do Código Penal, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, sem prejuízo da jornada de trabalho normal do Réu, facultando-lhe cumpri-la em menor tempo, nunca inferior, porém, à metade da pena privativa de liberdade fixada. Poderá apelar em liberdade, pela própria natureza da pena ora imposta. O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime ora imposto a titulo de detração penal. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subseqüentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Condeno o réu ao pagamento de custas processuais, na forma da lei. Com o trânsito em julgado: 1 Expeça-se guia de recolhimento definitiva, para a execução da pena; 2 Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF; 4 Remetam-se as peças necessárias destes autos à VEP desta capital. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Por fim, encaminhem-se a arma e a munição apreendidas, nos termos do art. 25, da Lei nº 10.826/2003. Manaus, 01 de fevereiro de 2019. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: KEILA REGINA DE ALMEIDA RÊGO (OAB 7478/AM) - Processo 0610133-03.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo Majorado - RÉU: Charles Daniel Souza da Silva e outros - Intime-se a advogada do réu Charles Daniel Souza da Silva, a fim de que junte procuração, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de desentranhamento da peça de fls. 70/76. Manaus (AM), 08 de março de 2019. Rivaldo Matos Norões Filho Juiz de Direito

ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM) - Processo 0618457-50.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - RÉU: Carlos Andrade da Costa - Intime-se o advogado do réu Carlos Andrade da Costa, a fim de que junte procuração, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de desentranhamento da peça de fls. 135/139. Manaus (AM), 27 de fevereiro de 2019. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM) - Processo 0620118-30.2018.8.04.0001 - Petição Criminal - Disposição de coisa alheia como própria - RÉU: Carlos Andre Costa da Silva - Diante dessa certeza, INDEFIRO o presente pedido de restituição de valor apreendido, nos termos do art. 118 e seguintes do CPP, e, via de consequência, considerando-se a complexidade envolvendo a dúvida acerca da propriedade do veículo ora requerido, DETERMINO que a parte interessada em reaver o bem se dirija ao Juízo Cível para que lá resolva o mérito da presente questão, nos termos do § 4º, do art. 120, do CPP. Por fim, após as intimações, dê-se baixa no presente feito. Cumpra-se. Manaus, 18 de fevereiro de 2019 Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: MATEUS SOUZA CUNHA (OAB 10921/AM) - Processo 0634992-20.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Handerson Leal Costa e outro - Indefiro requerimento do patrono do Réu (fl. 129) de notificação ao réu sobre renúncia unilateral, haja vista (i) que o patrono não cumpriu a prévia comunicação de seu cliente a qual está legalmente obrigada (CPC, art. 112, caput); que (ii) não cabe ao Poder Judiciário interferir na relação entre advogado/réu, tampouco ignorar forma solene legalmente prevista à resilição de mandato advocatício; e (iii) o advogado, Dr. MATEUS SOUZA CUNHA OAB 10921/AM, foi constituído voluntária e regularmente pelo réu (fl. 120), sendo destino de confiança daquele para exercer sua defesa. Notifiquem-se. Manaus (AM), 27 de fevereiro de 2019. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: ALDERICO DE AQUINO SILVA JÚNIOR (OAB 4014/AM) - Processo 0635926-75.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: André Carlos Carvalho dos Santos - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fl. 62, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 26/04/2019, às 10:15h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 13 de fevereiro de 2019. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

ADV: MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0651630-31.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Eulem Souza Ambrósio - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em conseqüência, CONDENAR o réu EULEM SOUZA AMBRÓSIO, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, II, do Código Penal (duas vezes) e art. 244-B, da Lei nº 8.069/90, c/c os artigos 70 e 71, ambos do CP. Passo, por conseguinte, a analisar a dosimetria da pena do acusado, atento aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do CPB. A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudescer a pena. O réu é reincidente, uma vez que condenado por sentenças transitadas em julgado antes do fato ora analisado, o que não será analisado nessa fase preliminar da dosimetria. No que concerne a conduta social e à personalidade do denunciado à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos, as circunstâncias e as consequências foram os comuns dos tipos. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não é desfavorável. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base de cada um dos dois roubos e da corrupção de menor no mínimo legal, qual seja, 04 (quatro) anos de reclusão para cada um dos roubos e 01 (um) ano para a corrupção de menor, pena essa que majoro em 09 (nove) meses para cada roubo e 02 (dois) meses para a corrupção de menor, face a manifesta preponderância da agravante da dupla reincidência (o réu foi condenado por sentenças transitadas em julgado, no processo n. 0229803-05.2013, com trânsito em julgado no dia 18/10/2013, junto à 1ª Vara Criminal, e, processo n. 0214459-13.2015, com trânsito em julgado no dia 29/01/2016, junto à 7ª Vara Criminal, ambos por roubo majorado) em relação à única atenuante da confissão espontânea, já considerada a atenuante como fator de retenção para a majoração da fração das duas agravantes, o que corresponde à uma pena de 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses de reclusão para cada um dos roubos e de 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão para corrupção de menor. Sobre o assunto: STJ - PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RÉU MULTIREINCIDENTE E EM LIVRAMENTO CONDICIONAL. COMPENSAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA COM A REINCIDÊNCIA. MULTIREINCIDÊNCIA QUE AFASTA O BENEFÍCIO. PRECEDENTES. I - Esta Corte tem entendimento pacificado no sentido de que não se há falar em atipicidade material da conduta pela incidência do princípio da insignificância quando não estiverem presentes todos os vetores para sua caracterização, quais sejam: (a) mínima ofensividade da conduta; (b) nenhuma periculosidade social da ação; (c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento, e; (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada (precedentes). II - In casu, verifica-se que, apesar de ser de pequeno valor a res furtiva, - duas caixas de martelo -, o crime ter sido tentado e a coisa ter sido devolvida à vítima, a absolvição por atipicidade material mostra-se incompatível com o princípio da insignificância considerando-se o quadro de reincidência anotado no v. acórdão ora vergastado e, ademais, o fato de o recorrente estar em livramento condicional. III - Ademais, conforme consignado no v. acórdão recorrido, o réu possui mais de uma condenação definitiva transitada em julgado o que, na linha da jurisprudência deste Tribunal Superior, afasta a possibilidade de compensação total entre a confissão e a reincidência, por se tratar de réu multirreincidente. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1307157/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018). (Destaquei). Considerando-se a causa de aumento de pena previstas no §2º, do art. 157, inciso II, do CP, majoro as penas dos roubos em 1/3 (um terço), o que corresponde a uma pena de 06 (seis) anos e 04 (quatro) meses de reclusão para cada um dos dois roubos. Ocorre, contudo, que os dois crimes de roubo majorado, como visto, foram praticados em manifesta continuidade delitiva, razão pela qual aumento a pena em 1/6 (um sexto), nos termos do art. 71, do CP, computando uma pena de 07 (sete) anos, 04 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de reclusão. Considerando-se, ainda, que a espécie trata de crimes de roubo majorado em concurso formal com o crime de corrupção de menor (art. 70, do CP), elevo a pena em 1/6 (um sexto), totalizando, portanto, uma pena de 08 (oito) anos, 07 (sete) meses e 13 (dias) dias de reclusão, pena essa que torno definitiva face a ausência de demais causas de diminuição ou aumento de pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o fechado, uma vez que o réu o reincidente e pela própria quantidade da pena ora imposta. O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. Ademais, levando-se em conta a pena e o regime prisional ora imposto, e o fato de que o acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal e que ainda se fazem presentes os requisitos de sua custódia cautelar, concedo-lhe o direito de recorrer nos moldes do regime prisional ora imposto, máxime se considerarmos a gravidade da infração, adicionada ao perigo que o condenado representa para a coletividade se solto ficar, tornando-se ameaça

para a ordem pública, sem mencionar a possibilidade de evadir-se da Comarca quando ciente da condenação, dando azo assim, à presença dos fundamentos para a decretação da prisão preventiva, a saber, a garantia da ordem pública e a segurança da aplicação da lei penal, nos termos do art. 311 e 312 do CPP. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subseqüentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Condeno o réu por custas processuais, na forma da lei. Com o trânsito em julgado: 1 Expeça-se guia de recolhimento definitiva, para a execução da pena; 2 Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF; 4 Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Manaus, 19 de fevereiro de 2019. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

Alderico de Aquino Silva Júnior (OAB 4014/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Ariosto Cardoso Paes Júnior (OAB 6469/PA)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Antônio Tavares Júnior (OAB 5704/AM)
Carlos Hossaine da Silva (OAB 9931/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Fabricio Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jorge Cunha Lima (OAB 7820/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Keila Regina de Almeida Rêgo (OAB 7478/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM)
MATEUS SOUZA CUNHA (OAB 10921/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0048/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM) - Processo 0230389-08.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: JAIR DE SOUZA BATISTA - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado JAIR DE SOUZA BATISTA, já qualificado nesta ação penal que lhe move a Justiça Pública, a PENA INDIVIDUAL DE 05:04:00 (CINCO ANOS E QUATRO MESES) DE RECLUSÃO E 16 (DEZESSEIS) DIAS-MULTA, por INFRAÇÃO AO ARTIGO 157, § 2º, II DO CÓDIGO PENAL.

Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM)

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0103/2019

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM), ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: MARIANA VALENTE MAIA (OAB 7749/AM) - Processo 0201333-61.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Elder Santos da Costa - DENUNCIADO: Jonas Junior Dieb Feitosa e outro - Instrução e Julgamento Data: 18/03/2019 Hora 11:00 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: ALDENIR CASCAES NOGUEIRA (OAB 6540/AM), ADV: WILSON CAMPOS RIBEIRO (OAB 6848/AM) - Processo 0218474-93.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Seqüestro e cárcere privado - INDICIADO: Rosinaldo Mota dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 18/03/2019 Hora 10:00 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM), ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0223958-21.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Alessandro Nogueira dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 20/03/2019 Hora 09:00 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM) - Processo 0260502-42.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Fabiano Ribeiro da Silva e outro - Interrogatório Data: 18/03/2019 Hora 09:30 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0261037-68.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - INDICIADO: Rogério Lima do Nascimento e outros - Instrução e Julgamento Data: 19/03/2019 Hora 09:00 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: SUELLEN BOTELHO MARQUES (OAB 12872/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0602027-52.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Janderson de Souza Guimarães - Instrução e Julgamento Data: 21/03/2019 Hora 11:30 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: SUELLEN BOTELHO MARQUES (OAB 12872/AM) - Processo 0602027-52.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Janderson de Souza Guimarães - CERTIFICO para os devidos fins que a audiência de Instrução e julgamento foi pautada para o dia o 21/03/2019 às 11:30h.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM), ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM) - Processo 0602421-93.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado - ACUSADA: Fabiana Ferreira Pereira e outros - Instrução e Julgamento Data: 19/03/2019 Hora 11:30 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0631803-39.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: VALTERNEI ALVES DE OLIVEIRA e outro - Instrução e Julgamento Data: 18/03/2019 Hora 10:30 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0631888-54.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Davi da Silva Rocha - Instrução e Julgamento Data: 19/03/2019 Hora 09:30 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0635180-13.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Alisson Diego da Silva Oliveira - Instrução e Julgamento Data: 20/03/2019 Hora 11:30 Local: padrão Situacão: Pendente

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0643053-64.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Pedro Soares Chafre Junior e outros - CERTIFICO para os devidos fins que a audiência de Instrução e julgamento foi pautada para o dia o 18/03/2019 às 11:30h.

ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Aldenir Cascaes Nogueira (OAB 6540/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
guilherme Scherakman Siqueira (OAB 10385/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Mariana Valente Maia (OAB 7749/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Suellen Botelho Marques (OAB 12872/AM)
Wilson Campos Ribeiro (OAB 6848/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0100/2019

ADV: GABRIEL PRATES DONATO LOPES (OAB 6742/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM), ADV: ALEXSANDER DO NASCIMENTO CORDEIRO (OAB 13832/AM) - Processo 0646558-63.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Rafael Lucas Rodrigues de Melo - Arlisson Andrade da Silva e outro - Defiro o pedido de fl. 333, devendo o causídico apresentar a este Juízo dispositivo do tipo pen drive para ser realizada cópia da mídia requerida. À Secretaria, observadas as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM), ADV: ALEXSANDER DO NASCIMENTO CORDEIRO (OAB 13832/AM) - Processo 0646558-63.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Rafael Lucas Rodrigues de Melo - Arlisson Andrade da Silva e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa dos advogados 6458/AM - Márcio Figueiredo Pessoa 13832/AM - Alexsander do Nascimento Cordeiro , devidamente constituídos nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para Apresentação de Alegações Finais em Forma de Memoriais no prazo de 05 (cinco) dias.

Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB 13832/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Gabriel Prates Donato Lopes (OAB 6742/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0102/2019

ADV: ELIZIANE CRISTINA MALUF MARTINS (OAB 23398/PR), ADV: ELIZIANE CRISTINA MALUF MARTINS (OAB 23398/PR) - Processo 0248662-69.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - INDICIADO: Carlos Jorge Cury Mansilla - Acolho a Promoção Ministerial. Intime-se a defesa para especificar o pleito, conforme exposto pelo parecer retro. À secretaria para as cautelas de praxe.

ADV: ELIZIANE CRISTINA MALUF MARTINS (OAB 23398/PR), ADV: ELIZIANE CRISTINA MALUF MARTINS (OAB 23398/PR) - Processo 0248662-69.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - INDICIADO: Carlos Jorge Cury Mansilla - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado 23398/PR - Eliziane Cristina Maluf Martins , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, Para que especifique o rol de Testemunha , contendo nomes e endereços .

Eliziane Cristina Malu
f Martins (OAB 23398/PR)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MATEUS GUEDES RIOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0009014-41.2010.8.04.0011 (011.10.009014-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: Maria Antônia Henrique de Lima - Messias Silva Caranha - Marcos Ferreira Moreira - Jean Carlos Oliveira de Souza - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia : 12/04/2019 às 10:30h.

ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM), ADV: ZILMARA MARCELA DE SOUZA GUEDES (OAB 10392/AM) - Processo 0023344-20.2003.8.04.0001 (001.03.023344-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Marcus James Frota Lobato - Autos de nº0023344-20.2003.8.04.0001 Acusado: Marcus James Frota Lobato DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando os autos, determino o cumprimento da Decisão de fls. 554/587. Desta feita, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Devidamente cumpridas tais diligências, remetam-me os autos novamente conclusos. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 13 de fevereiro de 2019. Mateus Guedes Rios Juiz de Direito

ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM), ADV: ZILMARA MARCELA DE SOUZA GUEDES (OAB 10392/AM) - Processo 0023344-20.2003.8.04.0001 (001.03.023344-6) -

Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Marcus James Frota Lobato - DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes, registrando, por oportuno, o inteiro teor do art. 461 do CPP, in verbis: Art. 461. O julgamento não será adiado se a testemunha deixar de comparecer, salvo se uma das partes tiver requerido a sua intimação por mandado, na oportunidade de que trata o art. 422 deste Código, declarando não prescindir do depoimento e indicando a sua localização. § 1o Se, intimada, a testemunha não comparecer, o juiz presidente suspenderá os trabalhos e mandará conduzi-la ou adiará o julgamento para o primeiro dia desimpedido, ordenando a sua condução. § 2o O julgamento será realizado mesmo na hipótese de a testemunha não ser encontrada no local indicado, se assim for certificado por oficial de justiça. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: LOREN AMORIM GOMES (OAB 7553/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0044007-82.2006.8.04.0001 (001.06.044007-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Francisco de Oliveira Rodrigues - Maria do Socorro Brasil da Costa - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia : 24/04/2019 às 11:00h.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0200620-47.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0237278-70.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes Militares - INDICIADO: Mauro Barroso do Nascimento e outros - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 09/05/2019, às 11H, para inquirição da testemunha ELAINE CRISTA MARINHO FONSECA.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM), ADV: PAULO HENRIQUE SAMPAIO CESTARO (OAB 6323/AM) - Processo 0207430-82.2010.8.04.0001 (001.10.207430-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Roberto Costa Barroso - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia : 25/04/2019 às 10:30h.

ADV: ROSEMI FERREIRA DA SILVA (OAB 4983/AM), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM) - Processo 0215004-20.2014.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - RÉU: Kidson Maia de Souza - Alexandre da Silva Salazar - MÁRCIO SCHINYDER DOS SANTOS SUDÔ - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia : 08.04. 2019, às 08h30min.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0215773-62.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Magno Lopes da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Loren Amorim Gomes (OAB 7553/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mauro de Siqueira Queiroz (OAB 2360/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Henrique Sampaio Cestaro (OAB 6323/AM)
Rosemi Ferreira da Silva (OAB 4983/AM)
Zilmara Marcela de Souza Guedes (OAB 10392/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0042/2019

ADV: HIRON FERREIRA LIMA (OAB 2304/AM) - Processo 0002862-94.1998.8.04.0011 (011.98.002862-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Rossiney Ramos da Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0002862-94.1998.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra Rossiney Ramos da Silva, por infração Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime \<\< Informação indisponível \>\>, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP , o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Hiron Ferreira Lima, OAB 2304/AM, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, a seguir transcrita Isto posto, em consonância com o parecer ministerial, e observado o exaurimento do prazo prescricional, julgo extinta a punibilidade do acusado ROSSINEY RAMOS DA SILVA, já qualificado nos autos, pela prescrição da pretensão punitiva, relativamente ao fato que deu origem a este processo, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 109, I, ambos do Código Penal Brasileiro. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se.Registre-se.Intime-se. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito , no PRAZO DE 05 (cinco) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 08 de março de 2019. Eu, Rhaony de Lima Caldas, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM) - Processo 0003703-69.2010.8.04.0011 (011.10.003703-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Amaro Pereira de Castro Filho, Vulgo ‘armarinho’ e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0003703-69.2010.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra Amaro Pereira de Castro Filho, Vulgo ‘armarinho’, por infração Art. 121 “caput” do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do

Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Pedro Celestino da Silva, OAB 9758/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 26/04/2019 às 10:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 08 de março de 2019. Eu, Lucas Victor Gonçalves Assunção, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0209190-61.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: M.P.S. - T.C.A.J. - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0209190-61.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Taylor Corrêa de Azevedo Júnior e Maxwell Paulo da Silva, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP e Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 29 “caput” ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Diego Américo Costa SilvaHelena de Oliveira GalvãoÍkaro Pereira Amore, OAB 5819/AM2753/AM6350/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 08 de março de 2019. Eu, Rhaony de Lima Caldas, Assistente Judiciário o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0237816-61.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Dineilson Joaquim Ferreira de Oliveira - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0237816-61.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Dineilson Joaquim Ferreira de Oliveira, por infração Art. 121 “caput” do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Deldson Souza de Oliveira, OAB/AM 8848, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, de fls. 182/186 nos AUTOS, no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 08 de março de 2019 Eu, Rhaony de Lima Caldas, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: THAYSA DE SOUZA NEVES (OAB 8144/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: CALIRIA MAIA HAYEK (OAB 2858/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: MARIA LUIZA CASTELO BARROS (OAB 6904/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0336797-67.2007.8.04.0001 (001.07.336797-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Joseney das Neves Morais e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0336797-67.2007.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Joseney das Neves Morais e Everton da Silva Paulo, por infração Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime \<\< Informação indisponível \>\> todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Frederico Gustavo Távora, Thaysa de Souza Neves, Elcinete Cardoso de Almeida, Franrobson Rodrigues Ribeiro, Caliria Maia Hayek, Marcelo Oliveira Lopes, Maria Luiza Castelo Barros, Daisy Feitosa Coutinho, Sidney José Vieira de Souza, Jesualdo Ferreira Monteiro, Joísa Maciel Guerra de Souza, OAB/AM 6462, OAB/AM 8144, OAB/AM 6946, OAB/AM 5441, OAB/AM 2858, OAB/AM 6083, OAB/AM 6904, OAB/AM 6989, OAB/AM 5798 OAB/AM 7935, OAB/AM 7774, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados EVERTON DA SILVA PAULO e JOSENEY DAS NEVES MORAES, já qualificados nos autos, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, §2º, inciso I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima) c/c o art. 29, caput, do Código Penal, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca. Ademais, considerando que os acusados permaneceram soltos durante toda a instrução processual, e inexistindo nos autos qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais, a ensejar um novo decreto prisional nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-OS em liberdade por este processo, até ulterior julgamento em plenário. Não obstante, em caso de exaurimento do aludido prazo, bem como a condição de foragido se perpetue, desde já determino a contínua renovação do ato prisional. Intimem-se pessoalmente os pronunciados, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências

consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Com relação ao réu Ikeilon Ribeiro de Araújo, oficiou-se ao Comando da Policia Militar para que informasse os motivos da sua ausência, os quais respostaram dizendo que este encontrava-se de férias e viajando, consoante fls. 597/598. Neste contexto, é cediço ser dever do réu informar este Juízo sobre qualquer impossibilidade de comparecer nos atos processuais designados, não tendo agido de tal modo, demonstrando assim desinteresse pelo processo e desrespeito a este Poder Judicante. Portanto, considerando que o interrogatório é simultaneamente meio de prova e defesa, sendo, portanto, o réu livre para optar se tem interesse (ou não) em expor sua versão sobre os fatos narrados na peça acusatória, ante o direito constitucional deste permanecer calado e de não produzir provas contra si, e aliado ao fato deste poder judiciário ter realizado todos os esforços necessários, tanto no que diz respeito a tentativa de inquiri-lo, como na diligências para encontrá-lo, declaro a ausência processual do aludido. na forma do artigo 367 do CPP, visto a preciosidade de se respeitar os princípios da celeridade processual e eficiência, de modo que a carência de depoimento judicial, na atual conjectura, não pode ser utilizado como argumento da defesa para uma posterior arguição de nulidade processual. Sendo assim, abra-se vista às partes para apresentação de memoriais no prazo de 05 (cinco) dias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 21 fevereiro de 2019. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito , no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 08 de março de 2019 Eu, Rhaony de Lima Caldas, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: EDSON DE MOURA PINTO FILHO (OAB 5609/AM) - Processo 0350555-16.2007.8.04.0001 (001.07.350555-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Ivison Silva Malta - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0350555-16.2007.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ivison Silva Malta, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Edson de Moura Pinto Filho, OAB 5609/AM, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado IVISON SILVA MALTA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, caput, c/c art. 14, inciso II,todos do Código Penal Brasileiro. Por fim, considerando que o ora pronunciado permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar um novo decreto prisional, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Intimem-se pessoalmente o acusado pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Não havendo recurso desta decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 15 de janeiro de 2019 .", no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 08 de março de 2019 Eu, Lucas Victor Gonçalves Assunção, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAUJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0609599-30.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: S.A.B. e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, Processo nº 0609599-30.2017.8.04.0001 FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu SUZANY ANTUNES BARRETO, Brasileiro(a), RG 2178299-7/AM, CPF 925.774.662-34, pai não declarado, mãe Silvana Antunes Barreto, Nascido/Nascida 27/09/1990, natural de Manaus - AM, Rua 03, 247, Mundo Novo , por infração no Art. 121 "caput" do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 08 de março de 2019. Eu, ANA BEATRIZ NUNES COLARES, Estagiário(a) o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM) - Processo 0612758-78.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Leandro Alves Albuquerque - Luciano Rafael Silva da Conta - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juiza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos

quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0612758-78.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Luciano Rafael Silva da Conta e Leandro Alves Albuquerque, por infração Art. 121 § 2º, V, VII c/c Art. 14, II e Art. 157 § 2º, I, II e Art. 29 "caput" do CP e Art. 121 § 2º, V, VII c/c Art. 14, II e Art. 157 § 2º, I, II e Art. 29 "caput" todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MMª. Juiza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Cloves Queiroz de Medeiros, Larissa Montenegro de Medeiros, Wictor Flávio de São Paulo Aguiar, Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro, Cândido Honório Ferreira Filho, Cândido Honório Soares Ferreira Neto, Giselle Cristina Monteiro Ferreira, André Luiz Duarte da Cruz, Kleibianno Teles de Souza, OAB 525A/AM, 12196/AM, 8907/AM, 10088/AM, 1270/AM, 5199/AM, 11159/AM, 7694/AM, 7098/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 05/04/2019 às 08:00h, no AUDITÓRIO DO PLENÁRIO DO JÚRI, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 08 de março de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0613355-13.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: M.B.S. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0613355-13.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Maurício Belarmino da Silva, por infração Art. 121 § 2º, VI do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP , o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Jackson da Cruz Andrade, OAB 2460/AM, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PARCIAL PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado JOSÉ OSMAR DOS SANTOS, já qualificados nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, inciso I (motivo torpe) e IV (feminicídio) c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal Brasileiro. Outrossim, em consulta à Certidão de Antecedentes Criminais em anexo, verifica-se que o acusado apresenta extensa ficha delitiva, demonstrando, portanto, o comportamento inclinado à prática criminosa, revelando-se perigoso e nocivo ao meio social. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e seu, respectivo, antecedentes criminais, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão do ora pronunciado, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Após o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 22 de fevereiro de 2019.", no PRAZO DE 05 (cinco) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 08 de março de 2019. Eu, Maria Cristiane Ferreira Barreto, Assistente Diretor, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Ana Paula Benevides de Araujo (OAB 10188/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Caliria Maia Hayek (OAB 2858/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edson de Moura Pinto Filho (OAB 5609/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hiron Ferreira Lima (OAB 2304/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Maria Luiza Castelo Barros (OAB 6904/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Thaysa de Souza Neves (OAB 8144/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0052/2019

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0231860-88.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Helio Veras Castro - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 27/08/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0200882-60.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer - DESPACHO Recebidos e vistos. Acolho a promoção ministerial de fls. 63, mantenha-se o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Manaus,07 de março de 2019 Mauro Moraes Antony Juiz

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0202289-20.2013.8.04.0020 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - ACUSADO: A.F.S. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização da vítima GILMARA SOUSA DA SILVA arrolada na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação do MINISTÉRIO PÚBLICO e da DEFENSORIA PÚBLICA para indicar endereço(s) DIVERSO do(s) outrora utilizado(s) (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da vítima, outrora não localizada, a que insiste, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM) - Processo 0202410-37.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Jander dos Santos Bezerra e outro - Recebidos e vistos. Consta dos autos decisão proferida por este juízo oportunizando ao Ministério Público consignar endereço diverso da testemunha de acusação ANTONIO EVANGELISTA de ARAÚJO, substituta da ÚNICA testemunha de acusação inicialmente arrolada na denúncia (Simone Ribeiro de Souza), consoante consta das fls. 416/417. Em manifestação ministerial, o Parquet apenas requerer a faculdade de manifestar-se em audiência (p. 419) De fato, não consta expedição de mandado à testemunha de acusação ANTONIO EVANGELISTA DE ARAÚJO para a audiência do dia 06 de dezembro de 2018, uma vez que a referida testemunha de acusação fora notificada pessoalmente em cartório acerca da referida data. (p. 369) Contudo, a testemunha não compareceu à audiência do dia 06 de dezembro de 2018. Assim sendo, o impulso processual da instrução preliminar reclama a drástica providência da condução coercitiva. Diante da realidade processual, ORDENO a expedição do mandado de CONDUÇÃO COERCITIVA à TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO ANTONIO EVANGELISTA DE ARAÚJO requerida pelo Ministério Público para o oficial de justiça cumpri-lo dentro do período do seu plantão criminal, de modo a conceder-lhe prazo para cumprir a diligência. Consigne-se no mandado que, em caso de localização da testemunha, o oficial de justiça fica incumbido de conduzi-la e apresentá-la em cartório no horário de 08:00hs às 14:00hs, dentro do período de exercício do seu plantão criminal. A outrora certidão do oficial de justiça que anteriormente localizou a testemunha deverá constar em anexo ao mandado de condução coercitiva, a ser expedido, de modo a direcionar o cumprimento do referido mandado coercitivo. Em caso de cumprimento positivo, mediante a apresentação do destinatário em cartório, fica a secretaria desde já autorizada a designar data para a continuidade da instrução preliminar. Em caso de retorno negativo da diligência, em razão da impossibilidade de apresentação do destinatário, seja pela não localização do endereço ou da não localização do destinatário, fica a secretaria desde já autorizada a intimar o Ministério Público para consignar endereço diverso nos autos ou apresentar a referida testemunha em cartório, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão e continuidade da instrução preliminar, com a realização dos ulteriores atos processuais necessários. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0207000-18.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - RÉU: C.C.S. - Recebidos e vistos a carta precatória. Finalidade: Interrogar o acusado CLEMERSON COSTA DE SENA. Adotem-se as seguintes providências: 1) em se tratando se réu preso, à secretaria pararequisita-lo, mediante ofício, e, na mesma oportunidade, designar data para seu interrogatório; 2) em se tratando de réu em liberdade, expeça-se mandado de notificação ao réupara comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no mandado oendereço constante da cartaprecatória; 3) em caso de não localização do réu solto, conforme certificado pelo oficial de justiça, à secretaria para imediata devolução da carta mediante malote digital, e-mail, carta ou outro recurso disponível; 4) intimado o acusado, à secretaria para designar data para seu interrogatório. Considerando que as audiências são gravadas no sistema de automação do judiciário - SAJ, à secretaria para encaminhar os arquivos audiovisuais mediante compartilhamento de link pelo google drive ou envio de mídia contendo os arquivos ou por outra alternativa segura e viável. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0207499-86.2012.8.04.0020 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.M.B. - A resposta do réu Adriano Monteiro Bastos não arguiu preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não foram oferecidos documentos e justificações, consoante oportuniza o art. 406, §3º CPP. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e

solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0209303-73.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a vida - VÍTIMAFATO: Terezinha Ferreira da Silva (falecida) - Recebidos e vistos. Arquive-se.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0214129-79.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: R.M.M. - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 9641/AM - Elzu Sousa Alves , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0214833-58.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: F.M.M.C. - A promoção de fls. retro desiste das testemunhas de acusação JOSE ADENILSON ALBARADO BAIA e JANE LÚCIA SILVA DOS SANTOS. Ná há outras deliberações a serem tomadas. Isto posto, encerro a instrução criminal e ordeno vista às partes para oferecimento de alegações finais, no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JARDEL MOTA MAGALHÃES (OAB 11869/AM), ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: OLIMPIO GUEDES OLAVO JUNIOR (OAB 10865/AM) - Processo 0215968-08.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Alzenir Alves Mesquita e outro - Ante o exposto, com fundamento no art. 109 do CPP e nas razões retroexpostas, declino da competência para processar e julgar os fatos narrados na denúncia e, por via de consequência, remeto os autos ao juízo da seção da Justiça Federal do Município de Tabatinga-Am, a quem caberá conhecer dos fatos. Intime-se. Demais providências pela secretaria. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0216748-11.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Gilson Dias de Sá - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Júlio Alves Gonzaga Júnior, pai Júlio Alves Gonzaga, mãe Francisca das Chagas dos Santos, nascido em 06/12/1987, Rua 18, N°29, Lot Agnus Dey, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 09/04/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0216748-11.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 08 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0217118-92.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Salomão Souza de Oliveira - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização da testemunha SERGIO NAZARÉ DE OLIVEIRA arrolada na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação da DEFENSORIA PÚBLICA para indicar endereço(s) DIVERSO do(s) outrora utilizado(s) (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da testemunha, outrora não localizada, a que insiste, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0217674-94.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: DANIEL TEIXEIRA DOS SANTOS - DENUNCIADO: Duan da Silva Alves e outro - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pelas mortes de DUAN DA SILVA ALVES e JANDERSON MONTEIRO DA SILVA, qualificados nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa dos nomes dos acusados DUAN DA SILVA ALVES e JANDERSON MONTEIRO DA SILVA, no sistema SAJPG, e o consequente arquivamento dos autos.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0226669-91.2018.8.04.0001 (processo principal 0241936-40.2017.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Crimes contra a vida - EXCIPIENTE: Rafael Costa da Silva - Recebidos e vistos. O incidente de insanidade mental fora instaurado para apurar o grau de higidez mental do acusado Rafael Costa da Silva. Ao acusado fora nomeado como curador a Defensoria Pública do Estado do Amazonas (fls. 6/7). O Ministério Público e o curador do acusado foram intimados para formular quesitos, bem como da data de realização do exame e da juntada do laudo de exame de insanidade mental, conforme consta do incidente processual. Com a juntada do laudo, fora aberta vista às partes, caso em que ambas pugnaram pelo prosseguimento do feito nos autos principais. Dessa feita, HOMOLOGO o laudo de exame de insanidade mental do acusado Rafael Costa da Silva e determino o prosseguimento do feito, nos autos principais. Intimem-se. Após, arquivem-se estes autos.

ADV: ROSQUILD AZEDO OMENA (OAB 605A/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0228094-37.2010.8.04.0001 (001.10.228094-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral - RÉU: Vicente Augusto Cruz de Oliveira, p. 2 e outro - Reporto-me à petição de fls. 480 em que a testemunha solicita autorização para acesso aos autos. Indefiro o requerimento por ausência de previsão legal, uma vez que somente podem se habilitar nos autos as partes e eventual assistente de acusação, quando comprovada a sua legitimidade. Initmem-se. Cumpra-se.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: MARIA LUCIANE COÊLHO ITUASSÚ DA SILVA (OAB 12456/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0228696-52.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Rodrigo Martins Rubem e outros - ASSISTIDA: Dulceides de Oliveira Nogueira - Recebidos e vistos. Intime-se a defesa do acusado Rodrigo Martins Rubem para providenciar a juntada de documentos que atestem a evolução do estado de saúde do referido acusado, no prazo de 5 dias, de modo a oportunizar a apreciação da promoção de fls. 995/996. Cumpra-se.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM) - Processo 0233875-69.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: James Sousa da Silva - ACUSADO: Antônio Brito Mota e outro - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização da testemunha MONIQUE DE OLIVEIRA VERÇOSA arrolada na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação do MINISTÉRIO PÚBLICO para indicar endereço(s) DIVERSO do(s) outrora utilizado(s) (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da testemunha, outrora não localizada, a que insiste, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0237980-84.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: H.H.O.M. - Cumpra-se

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM), ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM) - Processo 0239549-91.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Diogo Correia Barros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado DIOGO CORREIA BARROS, Brasileiro, pai Francisco Galdez Barros, mãe Lúcia Cistina Correia Barros, natural de Manaus - AM, com endereço à Travessa Anchieta (antiga rua 03), N° 10, Conjunto Vila Rica, Novo Aleixo, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MODIFICADORA DE COMPETÊNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0239549-91.2013.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 08 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0240320-93.2018.8.04.0001 (processo principal 0650473-23.2018.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Homicídio Qualificado - EXCIPIENTE: Jerônimo Pereira da Silva Neto - EXCEPTA: Domingas Joseane Andrade Carvalho - Recebidos e vistos. O incidente de insanidade mental fora instaurado para apurar o grau de higidez mental da acusada Domingas Joseane Andrade Carvalho. À acusada foram nomeados como curadores seus advogados habilitados no processo a fls. 10 (deste apenso). O Ministério Público e os curadores da acusada foram intimados para formular quesitos, bem como da data de realização do exame e da juntada do laudo de exame de insanidade mental, conforme consta do incidente processual. Com a juntada do laudo, fora aberta vista às partes, caso em que pugnou-se pelo prosseguimento do feito nos autos principais. Dessa feita, HOMOLOGO o laudo de exame de insanidade mental do acusado Domingas Joseane Andrade Carvalho Intimem-se. Após, arquivem-se estes autos.

ADV: ELANE LABORDA DA SILVA (OAB 11222/AM) - Processo 0240448-84.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Gilvan Jackson Ferreira de Freitas Júnior e outro - Isto posto, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de Caiki Regis de Nazaré, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado Caiki Regis de Nazaré no sistema SAJ, e o regular prosseguimento do feito com relação ao outro denunciado.

ADV: ELANE LABORDA DA SILVA (OAB 11222/AM) - Processo 0240448-84.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Gilvan Jackson Ferreira de Freitas Júnior e outro - Intime-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0241201-75.2015.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - INDICIADO: A Esclarecer - Recebidos e vistos. Arquive-se.

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0242502-91.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Feliphe Gonçalves Pereira - Recebidos e vistos. Considerando o término da instrução criminal, entendo conveniente a abertura de vista às partes para o oferecimento de alegações finais, no prazo legal. Por ocasião do ato sentencial, apreciar-se-á o pedido de revogação de prisão preventiva. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0244625-91.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: J.L.S. e outro - Recebidos e vistos. O impulso processual da instrução preliminar reclama a drástica providência da condução coercitiva. Diante da realidade processual, ORDENO a expedição do mandado de CONDUÇÃO COERCITIVA à TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO de fls. 31 requerida pelo Ministério Público para o oficial de justiça cumpri-lo dentro do período do seu plantão criminal, de modo a conceder-lhe prazo para cumprir a diligência. Consigne-se no mandado que, em caso de localização da testemunha, o oficial de justiça fica incumbido de conduzi-la e apresentá-la em cartório no horário de 08:00hs às 14:00hs, dentro do período de exercício do seu plantão criminal. A outrora certidão do oficial de justiça que anteriormente localizou a testemunha deverá constar em anexo ao mandado de condução coercitiva, a ser expedido, de modo a direcionar o cumprimento do referido mandado coercitivo. Em caso de cumprimento positivo, mediante a apresentação do destinatário em cartório, fica a secretaria desde já autorizada a designar data para a continuidade da instrução preliminar. Em caso de retorno negativo da diligência, em razão da impossibilidade de apresentação do destinatário, seja pela não localização do endereço ou da não localização do destinatário, fica a secretaria desde já autorizada a intimar o Ministério Público para consignar endereço diverso nos autos ou apresentar a referida testemunha em cartório, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão e continuidade da instrução preliminar, com a realização dos ulteriores atos processuais necessários. Cumpra-se.

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM) - Processo 0247938-31.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Michel Pinheiro Rodrigues de Souza - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Michel Pinheiro Rodrigues de Souza, pai Aloizio Rodrigues de Souza, mãe Lucivanilde Pinheiro da Silva, nascido em 25/08/1991, Rua Presidente Kennedy, 10, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 08/04/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0247938-31.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 08 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM) - Processo 0250882-74.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Laerte Maciel Lopes Junior - Desta forma, indefiro o pedido Laerte Maciel Lopes Júnior por fugir das regras estabelecidas pelo CNJ e pela Portaria 1272/2015.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0251354-36.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: S.A.P. - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado SEBASTIÃO AMARAL DE PINHO, Brasileiro(a), Solteiro, RG 10510265, pai Raimundo de Oliveira Pinho, mãe Maria Alice de Amaral Pinho, Nascido/Nascida 10/12/1965, natural de Codajas - AM, com endereço à Rua Olavo Bilac, N° 17-A, Próximo ao Grupo Baiano, Compensa 2, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MODIFICADORA DE COMPETÊNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0251354-36.2016.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 08 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0261640-44.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Alexandre Wendel Oliveira Lima - Isto posto, remetam-se os autos à fila de processos suspensos, reativando-se os autos tão logo o acusado seja citado ou o Parquet ultime a diligência pendente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM) - Processo 0500033-83.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: Janilson Monteiro da Frota e outros - Por motivo de foro íntimo declaro-me suspeito para atuar nos presentes autos. À Secretaria, para proceder nos termos do Art. 157, § 3º da Lei Complementar nº. 17/97.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM) - Processo 0500037-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Dorval Junio Carneiro de Mattos e outros - Por motivo de foro íntimo declaro-me suspeito para atuar nos presentes autos. À Secretaria, para proceder nos termos do Art. 157, § 3º da Lei Complementar nº. 17/97.

ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: LÍDICE MAYO LANGBECK (OAB 9475/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: JÚLIO ALBERTO NEVES DE CARVALHO (OAB 9011/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: ROBINSON EUTEMIO SELESKI FILHO (OAB 9973/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: LAURO BENEDICTO DE AMORIM VALIM FRANCO (OAB 14147/MT), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0500040-75.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: Dorval Junio Carneiro de Mattos e outros - Por motivo de foro íntimo declaro-me suspeito para atuar nos presentes autos. À Secretaria, para proceder nos termos do Art. 157, § 3º da Lei Complementar nº. 17/97.

ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: JÚLIO ALBERTO NEVES DE CARVALHO (OAB 9011/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: ROBINSON EUTEMIO SELESKI FILHO (OAB 9973/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM) - Processo 0500042-45.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Dorval Junio Carneiro de Mattos e outros - Por motivo de foro íntimo declaro-me suspeito para atuar nos presentes autos. À Secretaria, para proceder nos termos do Art. 157, § 3º da Lei Complementar nº. 17/97.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM) - Processo 0500044-15.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Italo Gutemberg Macedo Ferreira e outros - Por motivo de foro íntimo declaro-me suspeito para atuar nos presentes autos. À Secretaria, para proceder nos termos do Art. 157, § 3º da Lei Complementar nº. 17/97.

ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0500045-97.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Magno Azevedo Mafra - Por motivo de foro íntimo declaro-me suspeito para atuar nos presentes autos. À Secretaria, para proceder nos termos do Art. 157, § 3º da Lei Complementar nº. 17/97.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: LAURO BENEDICTO DE AMORIM VALIM FRANCO (OAB 14147/MT), ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM) - Processo 0500104-85.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Bruno Cezanne Pereira e outros - Por motivo de foro íntimo declaro-me suspeito para atuar nos presentes autos. À Secretaria, para proceder nos termos do Art. 157, § 3º da Lei Complementar nº. 17/97.

ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: IVAN LIMA DA SILVA (OAB 3847/AM) - Processo 0601259-29.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: F.T.S.J. - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA o ADVOGADO Antônio Ivan Olímpio da Silva OAB 3110/AM e Ivan Lima da Silva OAB 3847/AM, devidamente constituído nos autos, conforme PROCURAÇÃO às fls. 92, VIA NOTA DE INTIMAÇÃO, para APRESENTAR a RESPOSTA ESCRITA do(a) Réu Francisco Tome de Souza Junior, no prazo legal.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR (OAB 66521/RJ), ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM) - Processo 0601895-63.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: T.J.N.C. e outros - Isto posto, DECRETO A REVELIA e a incidência dos seus efeitos ao acusado MAGDIEL BARRETO VALENTE, na forma do art. 367 do CPP, 2ª parte. Ressalto que consta nos presentes aUtos decreto de prisão preventiva, datado do dia 10 de fevereiro de 2017, a qual MANTENHO em todos os seus termos. Publique-se. Registre-se. Intime-se

ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR (OAB 66521/RJ), ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM), ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0601895-63.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: T.J.N.C. e outros - Diante do estado dos autos, não havendo mais medidas a serem deliberadas, encerro a instrução criminal e ordeno vistas às partes para oferecimento de alegações finais na ordem e no prazo legal. Decorrido o prazo da acusação para oferecimento de alegações finais, ordeno vista à defesa. Decorrido o prazo sem o oferecimento de alegações finais, tornem os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0602035-63.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: Rodrigo Azevedo Gaia e outro - Recebidos e vistos. Adoto integralmente os sólidos fundamentos constantes da promoção ministerial de fls. antecedentes os quais passam a integrar esta decisão. Pelo exposto, não conheço o pedido de fls. 99/115. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0603706-87.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Patrícia da Cunha Leite e outros - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados

poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM) - Processo 0603706-87.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Patrícia da Cunha Leite e outros - Recebidos e vistos. Reporto-me ao pedido de habilitação como assistente de acusação formulado por Maria Rosângela Pereira da Cunha (p. 261) Ocorre que o pedido exige a comprovação do parentesco, nos termos do art. 268 do CPP. Isto posto, diante da não comprovação do parentesco, conforme consta do art. 268 do CPP, NÃO CONHEÇO do pedido de habilitação como assistente de acusação. Intimem-se.

ADV: FRANCISCA HELENA DE SOUZA DA SILVA (OAB 12420/AM), ADV: EWERTON BARROSO DE SOUZA (OAB 13425/AM) - Processo 0603872-22.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: D.S.N. e outro - Recebidos e vistos. A renúncia ao mandato outorgado é um direito do advogado. No entanto, verifico que muitos causídicos insistem em que o seu constituinte tome ciência da renúncia pelo Cartório, o que contraria frontalmente o CPC e o EOAB. Nesse sentido dispõe o art. 112 do CPC (Lei Nº 13.105/2015) que advogado pode renunciar o mandato a qualquer tempo; no entanto, deverá provar ter cientificado o mandante para nomear um substituto. Ainda assim, durante os dez dias seguintes à ciência, o advogado renunciante continuará a representar o mandante para lhe evitar prejuízo. Da mesma forma, o EOAB em seu art. 5º, § 3º acompanha a redação do CPC, igualmente prevendo que o advogado que renunciar ao mandato, continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo. Portanto, claro está que não cabe a este juízo cientificar o cliente da renúncia, sendo obrigação do advogado, sob pena de se submeter às sanções legais, inclusive aplicação de multa do art. 265 do CPP, caso seja caracterizado o abandono do processo sem qualquer motivo imperioso. Intime-se o advogado renunciante acerca desta decisão e para juntar, no prazo de 10 (dez) dias, comprovação da notificação ao seu constituinte, sob pena de continuar patrocinando a causa, e não incorrer nas sanções previstas no art. 34, XI, do Estatuto do Advogado e da multa prevista no art. 265 do CPP. À Secretaria para providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0605773-25.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Ione Costa dos Santos - INDICIADO: Eliezio Santana Pereira - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art.

112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0607510-63.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - RÉU: K.M.M. - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10

(dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00

hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0607510-63.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - RÉU: K.M.M. - Não obstante a previsão legal, a análise detida dos autos revela a presença dos requisitos constantes do art. 312 do CPP, o que torna inadequada e insuficiente a aplicação de qualquer das medidas diversas da prisão. Pelo exposto, INDEFIRO o pedido formulado pelo(s) acusado(s) KELSON MARINHO MESQUITA, por reconhecer a presença dos requisitos da custódia cautelar. Intime-se.

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM), ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0611876-82.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: M.A.M.P.J. e outros - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de Fabrício da Silva Bezerra, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado Fabrício da Silva Bezerra no sistema SAJ, e o regular prosseguimento do feito com relação ao demais denunciados.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0617490-68.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Manoel Moreira Leal - Considerando a certidão de fls. 135, esta secretaria, com base no item VII do recebimento da denúncia, abre vista à Defensoria Pública para REPRESENTAR o(a) acusado(a) Manoel Moreira Leal e apresentar sua RESPOSTA ESCRITA.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0617617-06.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Melquisedec Memória de Araújo - Ante o exposto, considerando o mais que dos autos consta, com supedâneo no art. 415, I, CPP, quanto ao homicídio tentado em face de Manoel Álamo Navarro Neto, e no art. 415, III, CPP, quanto ao homicídio tentado em face de Neurilene Aguiar de Souza, julgo IMPROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por via de consequência, ABSOLVO SUMARIAMENTE o acusado MELQUISEDEC MEMORIA DE ARAUJO, qualificado nos autos, das imputações contidas na denúncia de fls. 99/100.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: PAULA CAROLINE GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 10175/AM) - Processo 0619870-98.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: L.S.C. - Recebidos e vistos. Ao me debruçar sobre a promoção Ministerial de fls. 241, verifiquei que não consta dos autos qualquer termo de exibição/apreensão de celular da vítima, de modo que resta prejudicada, por ora, a realização de qualquer perícia requerida pela parte. Assim, postergo a apreciação do requerimento do Ministério Público para após a indicação, nos autos, do respectivo termo referente à res, ou ainda, para após a sua juntada nos autos, por meios próprios, da comprovação da existência do referido celular em poder da autoridade policial. Intime-se.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM) - Processo 0629187-86.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: A.M.N. - De ordem do Magistrado Mauro Moraes Antony, Juiz de Direito, Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de CITAR o acusado Ageu da Mota Nogueira, RG 27030075, pai Ademar Batista Nogueira Junior, mãe Maria Ivaldete Figueira da Mota, Nascido em 07/06/1995, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, tão logo tome conhecimento do presente edital, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito a Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, 2º andar, setor 04 - São Francisco, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, no horário das 08:00 h às 14:00 h, com o fim de ser cientificado da DENÚNCIA formulada pelo Ministério Público, nos autos do processo nº. 0629187-86.2018.8.04.0001, a qual lhe imputa o crime capitulado no art. Art. 121 "caput" do(a) CP, do Código Penal. O prazo de 10 (dez) dias para responder à acusação por escrito constar-se-á a partir do comparecimento do acusado ou do defensor constituído, ou mesmo da ciência pessoal, nos termos do art. 406, caput e §1º do CPP. Fica o(a)(s) acusado(a)(s) intimado(a) a requerer a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. Cópia da DENÚNCIA ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e da apresentação da resposta escrita, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri. A citação valerá para todos os atos e termos do processo, até o final julgamento. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 08 de março de 2019. Giuliana Archanjo Fraxe Estagiária

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0637949-91.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Maicon Souza de Araujo - Considerando a certidão de fls. retro, esta secretaria INTIMA Defensoria Pública para REPRESENTAR o(a) acusado(a) Maicon Souza de Araujo.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0638185-43.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer - Recebidos e vistos. Arquive-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0640060-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.S.G. e outro - De ordem do Magistrado Mauro Moraes Antony, Juiz de Direito, Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de CITAR o acusado Marcelino da Silva Monteiro, RG 2989961-3, CPF 036.328.602-03, mãe Enedina da Silva Monteiro, Nascido em 10/03/1998, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, tão logo tome conhecimento do presente edital, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito a Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, 2º andar, setor 04 - São Francisco, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, no horário das 08:00 h às 14:00 h, com o fim de ser cientificado da DENÚNCIA formulada pelo Ministério Público, nos autos do processo nº. 0640060-48.2018.8.04.0001, a qual lhe imputa o crime capitulado no art. Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II e Art. 121 § 2º, I todos do(a) CP, do Código Penal. O prazo de 10 (dez) dias para responder à acusação por escrito constar-se-á a partir do comparecimento do acusado ou do defensor constituído, ou mesmo da ciência pessoal, nos termos do art. 406, caput e §1º do CPP. Fica o(a)(s) acusado(a)(s) intimado(a) a requerer a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. Cópia da DENÚNCIA ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e da apresentação da resposta escrita, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri. A citação valerá para todos os atos e termos do processo, até o final julgamento. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 08 de março de 2019. Giuliana Archanjo Fraxe Estagiária

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0640060-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.S.G. e outro - De ordem do Magistrado Mauro Moraes Antony, Juiz de Direito, Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de CITAR o acusado Johnata dos Santos Guedes, RG 29036631, pai Jorlis Franco Guedes, mãe Roberlane Carvalho dos Santos, Nascido em 26/09/1999, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, tão logo tome conhecimento do presente edital, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito a Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, 2º andar, setor 04 - São Francisco, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, no horário das 08:00 h às 14:00 h, com o fim de ser cientificado da DENÚNCIA formulada pelo Ministério Público, nos autos do processo nº. 0640060-48.2018.8.04.0001, a qual lhe imputa o crime capitulado no art. Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II e Art. 121 § 2º, I todos do(a) CP, do Código Penal. O prazo de 10 (dez) dias para responder à acusação por escrito constar-se-á a partir do comparecimento do acusado ou do defensor constituído, ou mesmo da ciência pessoal, nos termos do art. 406, caput e §1º do CPP. Fica o(a)(s) acusado(a)(s) intimado(a) a requerer a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. Cópia da DENÚNCIA ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e da apresentação da resposta escrita, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri. A citação valerá para todos os atos e termos do processo, até o final julgamento. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 08 de março de 2019. Giuliana Archanjo Fraxe Estagiária

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0641284-55.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: L.F.R.J. - A certidão de fls. retro atesta que o(a) ré(u) citado(a) regularmente por edital, não compareceu, em Juízo, para tomar ciência da ação penal nem constituiu advogado para representá-lo, não constando dos autos a resposta à acusação, conforme propugna o art. 406 e ss do CPP. Isto posto, nos termos do art. 366 do CPP e da Súmula 415 do STJ, SUSPENDO O PROCESSO E O CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. O(a) ré(u) NÃO fora localizado(a) para ser CITADO pessoalmente, o que denota a intenção de furtar-se à aplicação da lei penal, o que causa, inclusive, intempéries à marcha processual, sobrelevando-se o periculum libertatis. Isto posto, nos termos do art. 312 do CPP, DECRETO, DE OFÍCIO, A PRISÃO PREVENTIVA Jacio Quintino Marques. Expeça-se o competente Mandado de Prisão Preventiva, e encaminhe-se à autoridade policial para cumprimento. Caso já conste expedido mandado de prisão nos autos, aguarde-se o cumprimento do mesmo. Registre-se o referido mandado de prisão no Banco Nacional de Mandados de Prisão. Caso o mandado

de prisão seja devidamente cumprido, desde já fica a secretaria autorizada a REVOGAR a SUSPENSÃO do processo e REATIVAR os autos no sistema SAJ e tomar as providências necessárias para, caso ainda pendente, CITAR pessoalmente o(s) referido acusado(s). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM), ADV: YURI BENTES GUIMARÃES (OAB 10778/AM) - Processo 0647200-36.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTANTE: D.E.E.H.S. - RÉU: F.A.V. e outros - As respostas dos réus Douglas Conceição de Souza (Chico Rato), Felipe Alfaia Vieira e Welison da Silva Batista (pereles) não arguiuram preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não fora(m) oferecido(s) documentos e justificações, consoante oportuniza o art. 406, §3º CPP. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0647527-78.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - VÍTIMAFATO: Patricia Santos de Almeida - RÉ: Vanda do Rosario de Souza - Considerando a certidão de fls. retro, esta secretaria, com base no item VII do recebimento da denúncia, abre vista à Defensoria Pública para REPRESENTAR o(a) acusado(a) Vanda do Rosario de Souza e apresentar sua RESPOSTA ESCRITA.

ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ROBERTO SÁ DOS SANTOS (OAB 9530/AM), ADV: EDVANIA BARBOSA OLIVEIRA RAGE (OAB 12244/AM), ADV: ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA (OAB 12202/AM), ADV: ANA SÍMIRA CARVALHO PEREIRA (OAB 12441/AM), ADV: MÁRIO VITOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM) - Processo 0650442-03.2018.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: E.O.H. e outros - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90.

VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente

informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

Adriana Gomes de Oliveira (OAB 12202/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Símira Carvalho Pereira (OAB 12441/AM)
Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Edvania Barbosa Oliveira Rage (OAB 12244/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Elane Laborda da Silva (OAB 11222/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Ewerton Barroso de Souza (OAB 13425/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Francisca Helena de Souza da Silva (OAB 12420/AM)
Francisco Felipe Leal Pereira (OAB 9923/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Ivan Lima da Silva (OAB 3847/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Jardel Mota Magalhães (OAB 11869/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jéssica do Nascimento Correa (OAB 10254/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jose Mauricio Neville de Castro Junior (OAB 66521/RJ)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Júlio Alberto Neves de Carvalho (OAB 9011/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Lauro Benedicto de Amorim Valim Franco (OAB 14147/MT)
Lídice Mayo Langbeck (OAB 9475/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Luciane Coêlho Ituassú da Silva (OAB 12456/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Mário Vitor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Olimpio Guedes Olavo Junior (OAB 10865/AM)
Paula Caroline Galvão dos Santos Silva (OAB 10175/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
ROBERTO SÁ DOS SANTOS (OAB 9530/AM)
Robinson Eutemio Seleski Filho (OAB 9973/AM)
Rosquild Azedo Omena (OAB 605A/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Yuri Bentes Guimarães (OAB 10778/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0201232-14.2019.8.04.0001 (processo principal 0641461-53.2016.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Crime Tentado - APELANTE: Márcia de Almada Santos - Recebidos e vistos, RECEBO O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO tendo em vista sua tempestividade (art. 593, I, do CPP). Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0203014-27.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: MAGIDE XAVIER DO CARMO - Diante do exposto, INDEFIRO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do acusado MAGIDE XAVIER DO CARMO, por vislumbrar presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, constantes do art. 312, do CPP.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB 920A/AM) - Processo 0204217-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Robson Moraes Rodrigues - DENUNCIADO: AMÓS INHUMA MORAES e outros - Desse modo, amparado no art. 419 do Código de Processo Penal, e por entender que os acusados Leandro Simão de Lima, Isaías Moraes Rodrigues, Amós Inhuma Moraes e Thiago Melo Gonçalves Barbosa devem ser julgados por crime diverso do capitulado na denúncia e não sendo este Juízo competente para julgá-lo, determino a remessa dos autos ao Juízo competente. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à distribuição, para proceder à baixa e redistribuição do feito. As medidas cautelares eventualmente impostas aos réus ficam, desde já, revogadas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM) - Processo 0207629-65.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: WAGNER DA SILVA CRUZ - Diante do exposto, INDEFIRO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do acusado WAGNER DA SILVA CRUZ, por vislumbrar presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, constantes do art. 312, do CPP.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0210285-24.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: M.E.P. - Não obstante a previsão legal, a análise detida dos autos revela a presença dos requisitos constantes do art. 312 do CPP, o que torna inadequada e insuficiente a aplicação de qualquer das medidas diversas da prisão. Pelo exposto, em consonância com o representante ministerial, INDEFIRO o pedido formulado pelo acusado MARCÍLIO EGAS PASSOS, por reconhecer a presença dos requisitos da custódia cautelar. Intime-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0213344-88.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Nislander Gomes Almeida - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 17/09/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0220778-26.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: L.S.B. - Recebidos e vistos, Em atenção à Decisão de Regressão de Regime nos autos 0265529-06.2014, referente a LUCAS DOS SANTOS BRÁS, informo que o acusado encontra-se preso preventivamente nos autos nº 0220778-26.2017 desde 27.09.2018, com sentença de pronúncia preclusa, autos em fase de diligências do art. 422 do CPP. Recebidas as diligências requeridas pelas partes, os autos serão incluídos em pauta para sessão de julgamento. É o que me cumpre informar.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0223718-95.2016.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Crimes contra a vida - REPTANTE: D.P.C.D. - REPTADO: L.C.N. e outro - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0229294-69.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: P.W.R.S. - RÉU: L.M.S.G. - Considerando a certidão de fls. 527, esta secretaria INTIMA DEFENSORIA PÚBLICA para REPRESENTAR o acusado LUIS MULLER DA SILVA GODINHO.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0230392-60.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: W.P.S. - Pelos motivos expostos, e diante do descumprimento das medidas cautelares que foram impostas a acusado, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do nacional Wedem Pereira Soares, conforme o art. 312, parágrafo único, CPP. Expeça-se mandado de prisão. Registre-se o mandado de prisão no Banco Nacional de Mandado de Prisão do Conselho Nacional de Justiça. Expeça-se o mandado cuja validade limitar-se-á à validade do prazo de prescrição do delito. Expeça-se Edital em nome do acusado para intimação da Decisão de Pronúncia. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0231583-72.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: Adriano dos Santos Gomes - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado ADRIANO DOS SANTOS GOMES, Brasileiro, Convivente, Auxiliar Administrativo, pai Mário Antônio Cavalcante Gomes, mãe Maria Lucimar dos Santos Silva, Nascido 02/12/1988, natural de Itacoatiara - AM, com endereço à Rua Rio Jordão (ou Rua Antônio Leão), N°98, Nossa Senhora de Fátima I, Novo Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MODIFICADORA DE COMPETÊNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0231583-72.2016.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º

andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 08 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0232048-23.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - VÍTIMAFATO: Glauciney Oliveira do Carmo e outro - Recebidos e vistos, Diante das informações constantes das fls. 776/778, oriundo da Vara de Execuções Penais, expeça-se mandado de prisão em desfavor de HERION DE LIMA TEIXEIRA, para que após o devido cumprimento, inicie-se a execução de pena. Cumpra-se.

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0233338-05.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: J.M.F.J. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 19/09/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0235025-51.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Pedro Max Silva de Sena e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA o ADVOGADO Jefferson Cristophe de Lima Botelho OAB 4315/AMJefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia OAB 154/AM, devidamente constituído nos autos, conforme PROCURAÇÃO às fls. 184, VIA NOTA DE INTIMAÇÃO, para APRESENTAR a RESPOSTA ESCRITA do(a) Réu Pedro Max Silva de Sena, no prazo legal.

ADV: WAGNER SILVA DE OLIVEIRA (OAB 6116/AM) - Processo 0245507-53.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Yuri Rodrigues de Siqueira - Recebidos e vistos. A renúncia ao mandato outorgado é um direito do advogado. No entanto, verifico que muitos causídicos insistem em que o seu constituinte tome ciência da renúncia pelo Cartório, o que contraria frontalmente o CPC e o EOAB. Nesse sentido dispõe o art. 112 do CPC (Lei Nº 13.105/2015) que advogado pode renunciar o mandato a qualquer tempo; no entanto, deverá provar ter cientificado o mandante para nomear um substituto. Ainda assim, durante os dez dias seguintes à ciência, o advogado renunciante continuará a representar o mandante para lhe evitar prejuízo. Da mesma forma, o EOAB em seu art. 5º, § 3º acompanha a redação do CPC, igualmente prevendo que o advogado que renunciar ao mandato, continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo. Portanto, claro está que não cabe a este juízo cientificar o cliente da renúncia, sendo obrigação do advogado, sob pena de se submeter às sanções legais, inclusive aplicação de multa do art. 265 do CPP, caso seja caracterizado o abandono do processo sem qualquer motivo imperioso. Intime-se o advogado renunciante acerca desta decisão e para juntar, no prazo de 10 (dez) dias, comprovação da notificação ao seu constituinte, sob pena de continuar patrocinando a causa, e incorrer nas sanções previstas no art. 34, XI, do Estatuto do Advogado e da multa prevista no art. 265 do CPP, haja vista configurar-se o abandono da causa. À Secretaria para providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0245546-84.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: L.S.S. - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado LEONARDO SALES DA SILVA, Brasileiro(a), RG 2467021-9SSP/AM, pai VALCINEY LEMOS DA SILVA, mãe HILDA SALES DA SILVA, Nascido/Nascida 12/04/1995, natural de Manacapuru - AM, Outros Dados: 99533-0808/99426-8927, com endereço à RUA GRANDE UVA (FINAL DA RUA), N° 89, PX. AO CAMPO ARENA DO MONTE, MONTE DAS OLIVEIRAS, CEP 00000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MODIFICADORA DE COMPETÊNCIA , proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0245546-84.2015.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 11 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0247792-87.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: John Lenno Araujo da Penha - Recebidos e vistos, Ofício às fls. 746, informando que o acusado encontra-se recolhido na Unidade Prisional do Puraquequara. Às fls. 724, ofício encaminhado para as unidades prisionais solicitando apresentação do acusado na Sessão de Julgamento designada para o dia 22.04.2019 às 08:30 horas. Aguarde-se a realização da sessão de julgamento já designada.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM) - Processo 0257263-69.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Mauro Maciel Freitas e outros - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 18/09/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: JÚLIO ALBERTO NEVES DE CARVALHO (OAB 9011/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: BRUNO GOMES ALVES (OAB 10718/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: ROBINSON EUTEMIO SELESKI FILHO (OAB 9973/AM), ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0500030-31.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Dorval Junio Carneiro de Mattos - Bruno Cézanne Pereira - Silvio José Silva de Oliveira - Klebert Cruz de Oliveira e outro - Para fins de impulsionar o feito e com base nas informações que constam da Certidão de fls. retro, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 12/04/2019 às 09:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, INTIMA OS ADVOGADOS, por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0500088-29.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - DIREITO PENAL - REQUERENTE: Juízo de Direito da 3ª

Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM - Do exposto, com fundamento no Art. 437, X, do CPP, DEFIRO o requerimento de dispensa do(a) servidor(a) MARIALVA DOS SANTOS MARQUES da função de Jurado(a) no Tribunal do Júri.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: MÁRIO JORGE REIS VÍTOR (OAB 7386/AM) - Processo 0600369-90.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - RÉU: Joselito Pessoa Anselmo - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente

pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0604011-71.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - REPTANTE: P.C.E.A. - INVESTIGAD: Felipe Tadeu de Souza Ramires e outro - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis,

de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que

necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0604011-71.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - REPTANTE: P.C.E.A. - INVESTIGAD: Felipe Tadeu de Souza Ramires e outro - Ante o exposto, em consonância com a PROMOÇÃO do Ministério Público, por força do art. 312 do CPP, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos nacionais abaixo Felipe Tadeu de Souza Ramires e Josias Xavier Santana. Expeça-se Mandado de Prisão em desfavor dos acusados, por meio do Banco Nacional de Mandado de Prisão do Conselho Nacional de Justiça. Acaso existente, encaminhe-se, via malote digital ou outro recurso cabível, cópia desta decisão às varas em que os acusados respondam a processo-crime, para fins de conhecimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0662225-89.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Latrocínio - VÍTIMAFATO: Francisco Otaviano Pinto - RÉU: Amaury Eugenio Nonato - Portanto, caracterizado o conflito de atribuições, este deve ser dirimido pela douta Procuradoria-Geral de Justiça, órgão hierarquicamente superior aos reais conflitantes, por aplicação análoga do artigo 28 do Código de Processo Penal, bem como por força do artigo 10, inciso X, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público). Em assim sendo, consubstanciado nas razões acima, determino a remessa dos autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça, adotando-se as providências de praxe. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019.

Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB 920A/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Bruno Gomes Alves (OAB 10718/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Júlio Alberto Neves de Carvalho (OAB 9011/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Mário Jorge Reis Vítor (OAB 7386/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Robinson Eutemio Seleski Filho (OAB 9973/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Wagner Silva de Oliveira (OAB 6116/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2019

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0201929-06.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Arlair da Silva Paixão - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Arlair da Silva Paixão em 55 Dias.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO - Processo 0205251-44.2011.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Diego Bruno de Souza Moldes - Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 3900/AM) - Processo 0206173-41.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Cristiano Monteiro de Melo - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Cristiano Monteiro de Melo.

ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM) - Processo 0220161-37.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Marcos Railson da Encarnação Coutinho - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Marcos Railson da Encarnação Coutinho.

ADV: MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0230774-92.2010.8.04.0001 (001.10.230774-2) - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - APENADA: Maria Ferreira Farias - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Maria Ferreira Farias em 184 dias.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0230949-42.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Izaquiel Temixton Silva Souza - Diante do exposto, cumpridos os requisitos do art. 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, em consonância com o parecer ministerial, CONCEDO LIVRAMENTO CONDICIONAL A Izaquiel Temixton Silva Souza, mediante aceitação e sujeição às seguintes condições, consoante artigo 132 da LEP: a) Obter ocupação lícita no prazo de sessenta dias; b) Comparecer MENSALMENTE ao Juízo da Vara de Execuções Penais, informando suas ocupações; c) Proibição de mudar de endereço e de ausentar-se desta Comarca sem prévia autorização judicial; d) Não andar armado e nem portar

instrumentos capazes de ofender a integridade física de outrem; e) Não ingerir bebidas alcóolicas, não frequentar bares, boates, casas de jogos e locais congêneres; f) Proibição de visitar internos do sistema penitenciário, salvo parentes legítimos ou com autorização deste juízo. Deve a presente decisão servir como CARTA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, para que, após a sua leitura, o apenado seja posto imediatamente em liberdade, nos termos do Art. 136 da Lei de Execução Penal, se por outro motivo não estiver preso. Quanto ao pedido de transferência da execução para a Comarca de Nhumundá/AM, acompanho Parecer Ministerial para deferir o pedido. Dê-se ciência ao Ministério Público. À secretaria para que remeta a execução à Comarca de Nhamundá/AM, com as cautelas de estilo. Após, dê-se baixa nos autos junto ao SAJ/PG5.

ADV: JAYME BENCHAYA MARINHO (OAB 4287/AM) - Processo 0236713-09.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Marcel Preste Silva - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Marcel Preste Silvaao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se ao Juízo de Direito da 3.ª V.E.C.U.T.E., autos n.º 0643317-81.2018, do teor da presente decisão, bem como para que informe sobre soltura/condenação de Marcel Preste Silva. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0241009-45.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Raimundo de Souza Martins - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Raimundo de Souza Martins.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0243114-87.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Roubo - APENADO: Paulo Leite da Silva - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Paulo Leite da Silvaao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se ao Juízo de Direito da 9.ª Vara Criminal, autos n.º 0605332-44.2019, do teor da presente decisão, bem como para que informe sobre soltura/condenação de Paulo Leite da Silva. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM), ADV: FABRÍCIO DOS SANTOS LIMA (OAB 8638/AM) - Processo 0243995-35.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: NATANAEL BRENDO MONTEIRO DOS SANTOS - Diante do exposto, cumpridos os requisitos do art. 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, em consonância com o parecer ministerial, CONCEDO LIVRAMENTO CONDICIONAL A NATANAEL BRENDO MONTEIRO DOS SANTOS, mediante aceitação e sujeição às seguintes condições, consoante artigo 132 da LEP: a) Obter ocupação lícita no prazo de sessenta dias; b) Comparecer MENSALMENTE ao Juízo da Vara de Execuções Penais, informando suas ocupações; c) Proibição de mudar de endereço e de ausentar-se desta Comarca sem prévia autorização judicial; d) Não andar armado e nem portar instrumentos capazes de ofender a integridade física de outrem; e) Não ingerir bebidas alcóolicas, não frequentar bares, boates, casas de jogos e locais congêneres; f) Proibição de visitar internos do sistema penitenciário, salvo parentes legítimos ou com autorização deste juízo. Deve a presente decisão servir como CARTA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, para que, após a sua leitura, o apenado seja posto imediatamente em liberdade, nos termos do Art. 136 da Lei de Execução Penal, se por outro motivo não estiver preso.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0244917-42.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Paulo Renato Bittencourt da Silva - er

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0246851-74.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Gledson Campos da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Gledson Campos da Silva.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0248236-18.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - DIREITO PENAL - APENADO: Yago Robert Maia Pereira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Yago Robert Maia Pereira.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0648762-80.2018.8.04.0001 - Pedido de Providências - Tratamento Ambulatorial - REQUERENTE: L.A.A. e outro - Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao custodiado. No entanto, demonstrando-se a necessidade de tratamento médico, notifique-se a SEAP para que proceda com os devidos trâmites médicos, como forma de garantir a saúde do sentenciado, dever do Estado. Ainda, para que, em caso de marcação de consultas públicas ou particulares, bem como para realização de exames, que seja o apenado conduzido mediante escolta. Encaminhe-se a presente decisão, que vale como ofício, à SEAP. Cientifique-se o Ministério Público. Intimem-se. Após, dê-se baixa no pedido de providências e arquive-se.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabrício dos Santos Lima (OAB 8638/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jayme Benchaya Marinho (OAB 4287/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 3900/AM)
Tereza Carmo de Castro
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0073/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0201906-36.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - INDICIADO: José Ailton Damasceno de Souza - José Pereira da Silva - José Edilson Miranda Fragoso e outro - Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade dos acusados JOSÉ AILTON DAMASCENO DE SOUZA, ALDEMAR MAGALHÃES RIBEIRO, JOSÉ PEREIRA DA SILVA e EDILSON MIRANDA FRAGOSO, policiais militares, o que faço com base no artigo 123, IV, combinado com o artigo 125, VI, do Código Penal Militar, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0206890-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Mahatma Farias Ribeiro - Interrogatório Data: 06/06/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ADEMAR FEITOZA RAMOS (OAB 1465/AM) - Processo 0208971-19.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - OFENDIDO: EDUARDO DE SOUZA SENA - Nelivan Carvalho de Lena e outros - ACUSADO: Marcio Ronaldo da Silva Cruz - Paulo da Cruz Brito Lima - Mario Jorge Braga de Castro - MARCELO RODRIGUES DE SOUZA - Michel Anderson Meneses Leite - Francisco Lima da Cunha Filho - Hevertoh Ribeiro de Brito - José Samuel Spener e outros - Interrogatório Data: 21/05/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0213225-30.2014.8.04.0001 - Petição Criminal - Crimes Militares - ACUSADA: Diana Gomes de Moraes Fernandes - Leonardo Felipe Alves - Jerônimo da Silva Coutinho e outro - Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade dos acusados Leonardo Felipe Alves, ora 2º sargento, Diana Gomes de Moraes Fernandes, ora 3º sargento, e Jerônimo da Silva Coutinho, ora cabo, todos da Polícia Militar do Amazonas, o que faço com base no artigo 123, IV, combinado com os artigos 125, inciso VI, todos do Código Penal Militar, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. O feito persiste contra os acusados em relação ao crime do artigo 303 do Código Penal Militar, pelo que deverão vir conclusos após o cumprimento dessa decisão. Junte-se aos autos o Ofício nº 21.08/2018/DJD-1/PMAM, em cumprimento ao despacho de fls. 249. P.R.I.C.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0215283-40.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - DENUNCIADO: Alberto Barros Cavalcante Neto - INDICIADO: César Soares de Souza - Daniel Moriz de Queiroz - Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade dos acusados Alberto Barros Cavalcante Neto, então tenente da Polícia Militar do Amazonas, César Soares de Souza, então soldado da Polícia Militar do Amazonas e Daniel Moriz de Queiroz, então soldado da Polícia Militar do Amazonas, o que faço com base no artigo 123, inciso IV, combinado com artigo 125, inciso VI, todos do Código Penal Militar, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, relativamente aos crimes do artigo 222 c/c artigo 70, II, "g" e ainda no artigo 209 do Código Penal Militar, em coautoria, artigo 53 do Código Penal Militar. P. R. I.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0217239-23.2015.8.04.0001 - Petição Criminal - Crimes Militares - ACUSADO: Rafael da Costa Vieira - Instrução, Debates e Julgamento Data: 16/04/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0223539-64.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Rick Fabio Santos de Souza - Inquirição - Audiência Data: 06/06/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0237525-22.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Desacato - ACUSADA: Celeste Magalhães Brasil - Instrução, Debates e Julgamento Data: 04/06/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB A1280/AM) - Processo 0600587-21.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Prisão em flagrante - ACUSADO: David Valentim Leandro - Cristiano Barroso da Silva - Tendo em vista que o réu não apresentou nenhum fato novo capaz de sustentar a sua tese, diante dos fatos, mantenho a decisão de fls. 122/124, no aguardo de que se perfaça com celeridade a instrução, pelo que determino o prosseguimento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0604295-79.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Prisão em flagrante - INDICIADO: Jhonatan Ferreira de Melo - Inquirição - Audiência Data: 04/06/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Ademar Feitoza Ramos (OAB 1465/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB A1280/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397A/RN)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0045/2019

ADV: NELSON MATHEUS ROSSETTI (OAB 4063/AM), ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM), ADV: LUCIA PORTO VEIGA MALAVASI (OAB A485/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0605627-91.2013.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.H.C.O. - REQUERIDO: P.J.S.B. e outro - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0610245-69.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.F.C. - Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para adequar sua petição inicial, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de ser indeferido liminarmente parte dos pedidos por carência de legitimidade.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0610445-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.N.M.D. - Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para adequar sua petição inicial, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de ser indeferido liminarmente parte dos pedidos por carência de legitimidade.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM), ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: JOÃO ANTONIO DA MOTA SEIXAS (OAB 10046/AM) - Processo 0611680-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: P.Y.R.P. - ALIMENTANT: P.P.S. - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se à baixa.

Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
João Antonio da Mota Seixas (OAB 10046/AM)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
Lucia Porto Veiga Malavasi (OAB A485/AM)
Nelson Matheus Rossetti (OAB 4063/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)

6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA AUXILIADORA SANTANA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0010/2019

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116A/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: GILVAN SIMOES P. DA MOTTA (OAB 001.662/AM), ADV: JOSÉ ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB 29A/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0018850-15.2003.8.04.0001 (001.03.018850-5) - Cumprimento de sentença - Alienação Judicial - REQUERENTE: Helena Maria Olivo - REQUERIDO: Churrascaria Bufalo Ltda e outro - Diante da juntada de fls. 1408 e 1410, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM) - Processo 0200925-65.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: B.A.M. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 35), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANE CAROLINE DOS SANTOS SILVA (OAB 10053/AM) - Processo 0201987-38.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Fixação - REQUERENTE: Larissa Rocha Soares - REQUERIDO: Lázaro Guerra Soares - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 22/07/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM) - Processo 0203469-89.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.R.P. - REQUERIDO: J.P.R.P. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 10/05/2019 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR PARTES E DEFENSORA.

ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: MAELIR RODRIGUES DA SILVA (OAB 12977/AM) - Processo 0203640-80.2016.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: J.C.M. - TERCEIRA: B.S.M. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 24/05/2019 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR PARTES E DEFENSOR.

ADV: RONNY ONETI LIMA (OAB 13040/AM) - Processo 0206346-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Valdenice de Souza Gama - REITERO o despacho de fls. 432, que determina que seja pautada audiência de conciliação entre os litigantes. Cumpra-se.

ADV: RONNY ONETI LIMA (OAB 13040/AM), ADV: FERNANDO NUNES DA FROTA (OAB 1527/AM) - Processo 0206346-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Valdenice de Souza Gama - REQUERIDO: R.B.A.L. - TERCEIRO I: Universidade Federal do Amazonas - HITEC COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA - Q.M.E.C.E. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 05/08/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDOS.

ADV: PRISCILLA RIBEIRO PATRICIO (OAB 20524/PA) - Processo 0207281-71.2019.8.04.0001 (processo principal 0637943-21.2017.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Revisão - REQUERENTE: Silvonei Lopes Pinto - 01. Em razão de que a petição inicial, deveria ter sido juntada dentro da ação principal nº 0637943-21.2017.8.04.0001, bem como porque o peticionamento eletrônico é de inteira responsabilidade do advogado; INDEFIRO o pedido supra. 02. Intime(m)-se a parte interessada para a(s) providência(s) que entender (em) necessárias. 03. Após, PROCEDA-SE a efetiva baixa na distribuição e, oportunamente, ARQUIVE-SE. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0207304-17.2019.8.04.0001 (processo principal 0601758-47.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Antonia Zildomária Maia Moura - 01. Em razão de que a petição inicial, deveria ter sido juntada dentro da ação principal nº 0601758-47.2018.8.04.0001, bem como porque o peticionamento eletrônico é de inteira responsabilidade do advogado; INDEFIRO o pedido supra. 02. Intime(m)-se a parte interessada para a(s) providência(s) que entender (em) necessárias. 03. Após, PROCEDA-SE a efetiva baixa na distribuição e, oportunamente, ARQUIVE-SE. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0208068-03.2019.8.04.0001 (processo principal 0646092-69.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Seção Cível - REQUERENTE: Tiene Vitor da Silva - Intime-se a parte exequente para emendar o requerimento de fls. 01/06, devendo: a) comprovar a exigibilidade do título de alimentos,

produzindo prova da citação e data em que ocorreu (CPC, 231, § 3º); b) restringir as parcelas executadas às três últimas vencidas, contadas do ajuizamento da execução, com opção de inclusão das vincendas, conforme prescreve o art. 528, § 7º, do CPC e a Súmula 309 STJ; e, c) juntar demosntrativo atualizado do crédito, nos termos do art. 524 do NCPC. Prazo de 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput, c/c 801).

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM), ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0218773-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERENTE: W.R.P. - REQUERIDA: E.C.S. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: RADSON ROCHA DE ARAÚJO (OAB 6740/AM), ADV: RAFAELA ROCHA BEZERRA (OAB 12824/AM), ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0221137-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Transação - REQUERENTE: S.S.M. - REQUERIDO: A.C.O. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 15/07/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: FÁBIO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 12006/AM) - Processo 0224630-58.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - REQUERENTE: A.C.S. - EM TEMPO: Defiro a expedição do competente alvará requerido às fls. 105. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS COLLYER FERREIRA (OAB 10012/AM), ADV: ELLEN WANDRIENNY DE LIMA TAVARES (OAB 10122/AM) - Processo 0233811-83.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.O.S.F. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC. 3. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOÃO ALVES FILHO (OAB 52073/DF) - Processo 0234998-92.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Felipe Augusto Coimbra Garcia e outro - Vistos, Trata-se de uma Ação de Interdição, que foi proposta pela requerente F. A. C. G. e F. M. G., pessoas devidamente identificadas e qualificadas nos autos, onde elas pede tal providência em relação a interditanda F. D. C. de A., segundo alegações da vestibular. Ocorreu que, durante a regular tramitação do processo, os citados autores ingressaram com a peça de fls. 68-69, informando o recente falecimento do interditando. EM SUMA, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Em razão da certidão de fls. 70, decorrente de juntada do patrono da requerente e que se relaciona ao óbito da interditanda F. D. C. de A., exatamente, no dia 16 de janeiro de 2019, dentro do Hospital Santa Julia, nesta capital, verifica-se que a hipótese se enquadra com perfeição no que dispõe o inciso VI do artigo 485 do Estatuto Processual Civil. Isto posto, fundamentado no mencionado artigo 485, inciso VI, do NCPC, considerando intransmissível a ação, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROCEDA-SE a efetiva baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0235264-79.2018.8.04.0001 (processo principal 0635942-34.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Revisão - REQUERENTE: ARTHUR VIANA FRANKLIN DE MATOS - Diante da juntada da defesa de fls. 15/17 e documentos anexos, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0238222-72.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Oferta - REQUERENTE: A.P.G.S. e outros - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação por hora certa do requerido. Int. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0239497-22.2018.8.04.0001 (processo principal 0205309-52.2008.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: Luzinete Damacena Pereira - REQUERIDO: R.S.S. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0240415-94.2016.8.04.0001 (processo principal 0239456-60.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Guarda - REQUERENTE: Jeyce Monteiro de Holanda - Diante da juntada de fls. 53, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM), ADV: GERSON LUIZ MARTINS DOS SANTOS (OAB 6778/AM) - Processo 0240795-83.2017.8.04.0001 (processo principal 0041712-09.2005.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Alimentos - REQUERENTE: Matheus de Carvalho Pita - EXECUTADO: David Alcântara de Oliveira Pita - Atenda-se a manifestação ministerial retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0246575-72.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.A.X. - Diante do requerimento retro, DILIGENCIE-SE, por ora, junto ao SIEL e ao Sistema INFOJUD, para a possível obtenção do endereço da parte requerida. Após, voltem conclusos para nova deliberação. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0246919-87.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0601450-84.2013.8.04.0001) (processo principal 0601450-84.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: Abel Eduardo Souza de Souza - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 55), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: LÚCIA PORTO VEIGA MALAVASI (OAB 485A/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0254254-02.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0237732-94.2010.8.04.0001) - Embargos à Execução - Alimentos - REQUERENTE: Maria Lúcia Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Ramildo Silva - 1. INTIME-SE a parte autora, por seus procuradores, para darem regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (juntar cópia da decisão do Agravo de Instrumento nº 4002840-39.2014.8.04.0000), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: MARCELO CAMPOS SCHRODER (OAB 002.499/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: HELSO DO CARMO RIBEIRO FILHO (OAB 10489/AM) - Processo 0343758-24.2007.8.04.0001 (001.07.343758-2) - Interdição - REQUERENTE: M.G.C.A.S. - B.C.F.A. - V.C.F.A. -

R.C.F.A. - REQUERIDO: M.J.C.F.A. e outro - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0343758-24.2007.8.04.0001 Ação:Interdição/PROC Requerente: Advogado: Maria das Graças Cortez Alencar dos Santos, Benjamim Cortez Fernandes de Alencar, Virgílio Cortez Fernandes de Alencar e Rosangela Cortez Fernandes de Alencar Marcelo Campos Schroder Requerido Advogado: Maria Jose Cortez Fernandes de Alencar Moisés Duarte da Silva Alencar O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, Maria das Graças Cortez Alencar dos Santos, titular do RG n.º 2003956 SSP/DF e do CPF n° 019.908.532-34, Benjamim Cortez Fernandes de Alencar, titular do RG nº 214.514 SESEG/AM e do CPF nº 049.966.742-53 , Virgílio Cortez Fernandes de Alencar, titular do RG nº 267383/AM e do CPF n° 405.883.862-00 e Rosangela Cortez Fernandes de Alencar, titular do RG nº 832599/AM e do CPF sob o n.º 313.774.322-20, todos residentes e domiciliados na Avenida Pedro Teixeira, n° 52, Dom Pedro - CEP 69040-000, Manaus-AM, atualmente por não promoverem e abandonarem a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Interdição/PROC n.º 0343758-24.2007.8.04.0001, na qual figuram como requerentes, devendo manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz.

ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0600433-37.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.G.S. - Aguarde-se data já aprazada (15/10/2019, às 11 horas) para a realização da audiência de instrução processual, na forma já determinada nas fls. 89. Cumpra-se.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0600491-74.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: O.R.C. - 1. Não sendo o caso de nenhuma das providências preliminares previstas no artigo 347 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO o prosseguimento do feito, iniciando-se a fase de produção de provas. 2. DEFIRO a produção de prova oral, testemunhal, documental e pericial. 3. PAUTE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). Intimem-se e CUMPRA-SE.

ADV: JOSE WERLES BORGES DA SILVA (OAB 11092/AM) - Processo 0600626-18.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.S.M. - F.F.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 21/03/2019 às 11:45h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CINTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: SALIN RIBEIRO ALVES (OAB 8135/AM) - Processo 0600750-35.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.C.C.B. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: ANA PAULA SIMÕES BANDEIRA ROCHA (OAB 12917/AM) - Processo 0600769-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: F.C.L.N. - Diante da certidão retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0600813-65.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.C.F. - REQUERIDA: N.M.Q. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 30/07/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA E DEFENSORA.

ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM), ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0601776-68.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.C.C. - REQUERIDA: M.I.M.S. - Isto posto, considerando a mencionada manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, DECRETO o divórcio de L. C da C. e M. I da C., a qual permanecerá usando o nome de casada e HOMOLOGO na íntegra o acordo de fls. 39/40, para que surta todos os efeitos legais; , JULGANDO O PROCESSO, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, b do Código de Processo Civil. Isento de custas, na forma do art. 98 do CPC e da Lei nº 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o competente mandado de averbação para o Cartório de Registro Civil e Pessoas Naturais. Tudo providenciado, DÊ-SE baixa e proceda-se o devido arquivamento.

ADV: JÚLIA RAYANE MARINHO CORREIA (OAB 11337/AM) - Processo 0602005-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Casamento - REQUERENTE: M.V.B.P. - REQUERIDO: G.A.P.G. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 18/03/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DA PATRONA.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM), ADV: THIAGO CORREA CUNHA (OAB 12807/AM) - Processo 0602031-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.S.S. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de

ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM) - Processo 0602200-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: K.P.S. - 1. Tendo em vista a natureza do litígio, não incidem os efeitos da revelia (NCPC, 345, II), de modo que a parte deve comprovar o alegado. 2.DEFIRO a produção de prova documental, testemunhal e depoimento pessoal. 3. DESIGNE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC.

ADV: RICARDO RODRIGUES JERÔNIMO (OAB 9354/AM), ADV: KETHLEEN REGINA DE OLIVEIRA NEGREIROS (OAB 12535/AM), ADV: FRANCELIA GOMES LIMA (OAB 12049/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0602269-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Leda Gomes dos Santos - Maria Zenaide Pinto de Pinho - Antério Gomes dos Santos - Alex Gomes dos Santos - Leila Gomes dos Santos - Carminha Gomes dos Santos - REQUERIDA: Jaqueline de Andrade Moreira - Rogério Rodrigues Moreira - João de Andrade Moreira - Alba Waleria Andrade Moreira - Maria Suely de Andrade Moreira - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 04/11/2019 às

10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM) - Processo 0602424-19.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Y.A.C. - REQUERIDA: A.L.V.B. - Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 54/55, pelo Magistrado Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da 6ª Vara de Família, onde foi HOMOLOGADO NA INTEGRA, o acordo firmado entre as partes de fls. 52/53, DECRETANDO O DIVORCIO DE Y. A. C e A. L. V. B., e a GUARDA COMPARTILHADA DA INFANTE EM LUME, EM FAVOR DE SEUS GENITORES. Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação por parte do Requerida às fls. 67-77, sem contrarrazões, onde no segundo grau a apelação da Requerida foi conhecida e provida. No acórdão proferido no 2º grau, juntado às fls. 97-100 o Recurso de Apelação foi conhecido e provido, a fim de determinar que a sentença homologatória de acordo, atenha-se aos pedidos da exordial. É o que me cumpre certificar.

ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: CARMEN KARINE STEIMBACH (OAB 8524/AM) - Processo 0602664-76.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: O.C.J.J. - REQUERIDA: T.B.J. - Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 412-414, pelo Magistrado Dr. Alexandre Lopes Lasmar, juiz da (antiga) 2ª Vara de Família, onde foi JULGADO PROCEDENTE o pedido, DECRETANDO O DIVORCIO DAS PARTES, HOMOLOGADO O ACORDO DE GUARDA E ALIMENTOS, determinando a partilha dos bens adquiridos e das dividas contraídas na constância do casamento. Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação por parte da Requerida às fls. 419-442, contrarrazões às fls. 455-461, onde no segundo grau a apelação do Requerido foi conhecida e negada provimento.. No acórdão proferido no 2º grau, juntado às fls. 475-482 a sentença de primeiro grau foi mantida em sua integralidade, uma vez que o Recurso foi negado provimento. É o que me cumpre certificar.

ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM) - Processo 0603042-56.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Família - REQUERENTE: R.V.L. - REQUERIDO: C.L.M. - R.F.M.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 01/08/2019 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDOS.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: EZEQUIAS VASCONCELOS DE PAULA (OAB 9284/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0603133-54.2016.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: D.B.O. - REQUERIDO: O.A.S.O. - Certifico para os devidos fins, de Registro de sentença, que foi prolatada a sentença às fls. 84-87 pelo MM. Juiz Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da antiga 6ª Vara de Família, onde foi ACOLHO O PEDIDO FORMULADO PELA PARTE AUTORA EM AUDIÊNCIA, para o fim de condenar o réu ao pagamento de pensão alimentícia, num montante de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, através do referido desconto em folha de pagamento da PM, a ser especificado por ofício e cópia do presente ato processual, e incidindo - no mesmo valor - sobre o 13° salário e férias do alimentante; E JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Da sentença foi interposto Recurso de Apelação às fls. 91-100 por parte do Requerido sem contrarrazões. No Segundo Grau, o Recurso de Apelação foi conhecido e negado provimento. É o que me cumpre certificar.

ADV: AMANDA DIAS SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 12445/AM) - Processo 0603370-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: Leonardo de Arruda Pereira - Diante da juntada de fls.50/51, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0603395-33.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: S.C.S.S. - Diante da certidão retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: MARCOS DANRLEY DA SILVA LIMA (OAB 13512/AM) - Processo 0603639-59.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.O.C. - REQUERIDO: R.N.M.B. - Diante da juntada retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM) - Processo 0603699-95.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.G.S. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, ou seja: para juntar aos autos cópias legíveis dos documentos de fls. 13,14,20, 30 e 31, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: SAMARA BEATRIZ DA SILVA MENDONÇA ALVES (OAB 14076/AM) - Processo 0604025-55.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: D.G.A. - REQUERIDO: R.O.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 30/07/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: TATYANE PRAIA EVANGELISTA (OAB 13374/AM) - Processo 0604203-04.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.F.S.B. - A.S.B. - DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM), ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM) - Processo 0604251-94.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.M.T. - CERTIFIQUE a Secretaria quanto à citação do Requerido. Sendo negativa, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para apresentar a qualificação completa do requerido, ou requerer as diligências que entender necessárias, no prazo de 15 (quinze) dias (artigo 319, § 1.º do NCPC). Cumpra-se.

ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0604334-81.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: R.P.E. - EXECUTADO: C.A.A.N. - Assim, com fundamento no que dispõe o art. 513, combinado com o art. 924, II, ambos do Código de Processo Civil, DECLARO satisfeita a obrigação alimentícia e JULGO EXTINTO o presente cumprimento de sentença. CONDENO o executado ao pagamento das custas do processo (se houver), bem como de honorários de advogado, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da parcela remanescente (novembro/2017), o que faço com fulcro nos parágrafos 1º e 2º do art. 523 do Código de Processo Civil, devendo ser observado, ainda, o disposto no § 3º do art. 98 do mesmo codex, caso a parte vencida seja beneficiária da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. Oportunamente, procedidos os levantamentos e as baixas de estilo, arquivem-se.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM), ADV: ALFRÂNIA BALBINO DE OLIVEIRA (OAB 9319/AM) - Processo 0604373-15.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - AUTOR: N.S.R.J.N.M. - REQUERENTE: J.M.O. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação do requerido (H. N. S. R. J.) na forma e local ali indicados. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0604481-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: K.K.M.S. - ALIMENTAND: M.K.B.S. - EM TEMPO: Consigno que a presente ação está tramitando com os benefícios da Justiça Gratuita, conforme declaração da parte e nos termos do art. 98, caput, § § 2º e 3º do NCPC. CUMPRA-SE.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM) - Processo 0604582-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: C.A.C.S. - o MM. Juiz a proferir a seguinte SENTENÇA: "Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de Exoneração de Alimentos, que foi proposta pelo Sr. C. A. C. DA S. , em face de L. C. DA S. , onde ambos estão devidamente identificados e qualificados, desde o início. Sendo que, acompanhando a petição inicial, foram juntados os documentos de fls. 07/20. Então, por ocasião da presente audiência, as partes chagaram ao acordo acima detalhado, pondo fim ao litígio que ensejou a propositura da ação. Finalmente, por não envolver menor e/ou incapaz tornou-se desnecessária a abertura de vista ao Ministério Público. EM SUMA, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Diante do quadro narrado nos primeiros parágrafos desta decisão, constata-se que o acordo citado ficou razoável para os dois lados e atende aos interesses dos dois pólos, sendo assegurado à requerida pensão alimentícia até conclusão de Ensino Superior, conforme manifestação de vontade das partes disposta no iten 01. Ante o exposto, fundamentado no artigo 487, inciso III, do CPC/2015, HOMOLOGO, NA ÍNTEGRA, O ACORDO firmado nesta audiência para que surta seus jurídicos e legais efeitos, convertendo a presente Ação de Exoneração para Ação de Revisão cujos Alimentos serão devidos na forma pactuada no item 01, ao tempo em que JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito. Assim, EXPEÇA-SE ofício ao Órgão Empregador para cessação dos descontos que vinham sendo realizados, anexando cópia desse termo de audiência. Sem custas, por força da Lei nº 1060/50 c/c Art. 98 do NCPC. Em tempo: FIXO o prazo de 05 (cinco) dias, para juntada de instrumento procuratório, em nome da Requerida (acordante) Cientes as partes e patrono, presentes em audiência; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, uma vez que os acordantes dispensaram o prazo recursal, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe."

ADV: ELIZA PAES ARAÚJO (OAB 5162/AM), ADV: SHIRLEY DA C. A. DO C. FERREIRA (OAB 5161/AM), ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM) - Processo 0605215-87.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.J.A.R. - ATENDA-SE o requerimento retro. Int. CUMPRA-SE.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0605756-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: B.L.C.P. - 1. DEFIRO os suscitados benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC; DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS 2. Outrossim, considerando os argumentos da vestibular e os documentos de fls. 14/15, fundamentado no artigo 4º da Lei nº 5.478/68 e demais dispositivos da espécie, FIXO alimentos provisórios (em favor do autor B. L. C de P.) num valor correspondente a 01 (um) salário mínimo, o que faço à míngua de maiores elementos de prova a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades da parte alimentada, que deverão ser pagos mediante recibo ou deposito em conta bancária, conforme requerido, a primeira parcela dez dias após a citação e as demais a cada 30 dias. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 3. REMETAM-SE ao CEJUSC - Família, para tentativa de conciliação prévia e, se necessário, implementação de práticas restaurativas com vistas à abordagem do conflito interpessoal subjacente da família. DELIBERAÇÕES PROCEDIMENTAIS 4. Com a designação de data para o ato de conciliação por referido órgão, diligencie-se a citação da parte requerida e intimação da parte autora para comparecimento, constando expressamente dos expedientes o seguinte: 4.1) o não comparecimento da parte autora ensejará o arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º); 4.2) o não comparecimento da parte requerida, desde que devidamente citada com antecedência mínima de 10 dias, importará em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (Lei 5.478/68, art. 7º); 4.3) comparecendo ambas as partes e havendo conciliação, será tomada por termo, retornando os autos a este juízo para a respectiva homologação; 4.4) comparecendo ambas as partes mas frustrada a conciliação, o feito seguirá curso perante este juízo; 4.5) se a parte requerida não comparecer por não ter sido citada, deverá ser designada nova data de audiência, renovando-se as diligências. EXPEDIÇÃO DOS ATOS 5. Determino que a serventia, ao expedir os atos de citação/intimação para comparecimento ao CEJUSC- Família consigne em destaque que a audiência de conciliação não será realizada na sede do Juízo da 6ª Vara de Famílial, mas no Centro Judiciário de Solução Jucicial de Conflitos das Varas de Família, que se localiza à Av. Paraíba, s/nº, bairro São Francisco - 5º andar, setor 6 do Forum Ministro Henoch Reis, em Manaus/AM. RETORNO DOS AUTOS 6. Retornando os autos com conciliação exitosa, façam-se previamente com vista ao Ministério Público, quando se tratar de caso de intervenção obrigatória. 7. Caso contrário, conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0605973-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.N. - REQUERIDO: W.L.V.S. - E.V.S. - L.V.S. - G.M.S. - N.M.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 01/08/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDOS.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0606049-56.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.F.C. e outro - Analisando o presente Alvará Judicial e diante do que prevê o artigo 154, V da Lei Complementar nº 17/97 - conforme redação dada pela LC nº 190 de 10/08/2018 -, que alterou a competência das Varas de Família para processar somente os pedidos de alvarás quando o(s) requerentes estive(rem) assistidos pela Defensoria Pública; DETERMINO a redistribuição dos presentes autos ao respectivo Juízo de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões, devendo a Secretaria diligenciar a respeito.

ADV: LENIVALDO FERREIRA (OAB 13438/AM) - Processo 0606171-69.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.S.S. - então o MM. Juiz a proferir a seguinte sentença: "Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de Exoneração de Alimentos, que foi proposta pelo Sr. S. S. DA S. , em face de S. DE L. S., onde ambos estão devidamente identificados e qualificados, desde o início. Sendo que, acompanhando a petição inicial, foram juntados os documentos de fls. 07/31. Por ocasião da presente audiência, as partes chagaram ao acordo acima detalhado, pondo fim ao litígio que ensejou a propositura da ação. Finalmente, por não envolver menor e/ou incapaz tornou-se não houve intervenção do ilustre membro do Ministério Público. EM SUMA, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Diante do quadro narrado nos primeiros parágrafos desta decisão, constata-se que o acordo citado ficou razoável para os dois lados e atende aos interesses dos dois pólos, considerando que a requerida está residindo no lar paterno bem como continuará a ter ajuda de seu genitor, observando-se o disposto pelo Princípio da Solidariedade do Parentesco, conforme manifestação de vontade das partes disposta no item 01. Ante o exposto, fundamentado no artigo 487, inciso III, do CPC/2015, HOMOLOGO, NA ÍNTEGRA, O ACORDO firmado nesta audiência para que surta seus jurídicos e legais efeitos, ao tempo em que JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito. Assim, EXPEÇA-SE ofício ao Órgão Empregador (vide item 02) para cessação dos descontos

que vinham sendo realizados, anexando cópia desse termo de audiência. Sem custas, por força da Lei nº 1060/50 c/c Art. 98 do NCPC. Cientes as partes, patronos/defensores presentes em audiência; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, uma vez que os acordantes dispensaram o prazo recursal, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe."

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0606937-30.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Fernanda Ribeiro dos Anjos e outro - DEFIRO o pedido de dilação de prazo de fls. 48. Prazo: 60 (sessenta) dias. Transcorrido o prazo ou havendo manifestação da parte interessada, VOLTEM - ME os autos concluso. CUMPRA-SE.

ADV: KENNEDY ALVES DA SILVA (OAB 5519/AM) - Processo 0607584-20.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.O.L.F. - ALIMENTAND: M.H.S.L. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CAZUNA MAGALHÃES (OAB 8568/AM), ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0607656-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: C.E.P.F. - ALIMENTANT: E.P.F. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JESSICA ANNE AMARAL OLIVEIRA (OAB 164280/MG) - Processo 0607675-13.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.M.R. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JESSICA ANNE AMARAL OLIVEIRA (OAB 164280/MG) - Processo 0607675-13.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.M.R. - REQUERIDO: M.V.M.F.R. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 05/08/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: JOCINEIDE MARIA DE SOUSA RAMOS (OAB 4152/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM) - Processo 0607743-94.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - AUTOR: C.D.R.M. - REQUERENTE: M.N.S.R. - AUTORA: C.S.R.M. - REQUERIDO: E.C.R. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: LÚCIA DE FÁTIMA LLANOS AGUIRRE (OAB 11948/AM) - Processo 0608291-85.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: P.O.M.R. - M.A.P.R.P. - DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0608309-77.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDA: M.O.A. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2º, parágrafo 2º, do Provimento nº 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: CRISTIANE SOARES DE SOARES (OAB 8859/AM) - Processo 0608546-43.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: L.G.M.S. - DESPACHO 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil c/c Lei nº 1.060/50. DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS 2. Considerando o(s) documento(s) juntado(s) às fls. 08, ARBITRO alimentos provisórios em 15 % (quinze por cento) dos rendimentos brutos da parte requerida incluídas as férias, o terço constitucional, também o 13º salário, deduzindo-se da base de cálculo apenas as parcelas descontadas compulsoriamente, a exemplo da contribuição previdenciária e do imposto de renda, o que faço considerando o que consta a respeito da situação da parte alimentante e da parte alimentada . 3. Os alimentos deverão ser descontados em folha de pagamento e repassados à parte alimentada, como de praxe. 4. OFICIE-SE ao empregador (cujo nome e endereço deve ser informado pela parte autora) para que desconte a pensão em folha de pagamento, na forma do art. 529 e seus parágrafos, do CPC, sob pena de responder pelo crime de desobediência (§ 1º); também para que informe, em 20 dias, os ganhos auferidos pelo empregado nos últimos três meses, sob as penas do art. 22 da Lei de Alimentos. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 5. REMETAM-SE ao CEJUSC - Família, para tentativa de conciliação prévia e, se necessário, implementação de práticas restaurativas com vistas à abordagem do conflito interpessoal subjacente da família.

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0608905-90.2019.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: E.L.A. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0608943-10.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: V.S.M.M. - Devolvo os autos à Secretaria, a fim de que providencie o integral cumprimento da deliberação de fls. 202. Cumpra-se.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE - Processo 0608974-25.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Maria Eliane Alves da Costa - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: SANDRO ROMERO PINTO BARBOSA (OAB 13001/AM) - Processo 0609158-49.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: N.S.A. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 86-88, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: MARIANA PINHEIRO GONÇALVES (OAB 13906/AM) - Processo 0609247-04.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.A.S.C. - C.M.R.A. - 1. INTIME(M)-SE a(s) parte(s) requerente(s) para produzir(em) prova de seus rendimentos, para os fins do disposto no art. 99, § 2º, parte final, sob pena de indeferimento da gratuidade da justiça.

ADV: EVANDRO SOUSA ALVES (OAB 13420/AM) - Processo 0609320-73.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.R.S. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0609472-24.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Liquidação - REQUERENTE: H.G.A. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do NCPC. 2. RECEBO a inicial para processamento de partilha de bens, na forma do art. 731, par. ún., c/c arts. 647/658, todos do Novo Código de Processo Civil. 3. Para atuar como inventariante nomeio a parte requerente, Heitor Gonzaga de Araújo , independentemente de compromisso. 4. CITE-SE a parte requerida para, em 15 dias, dizer sobre a relação de bens e; igualmente, formular pedido de quinhão. 5. Na hipótese de haver dissenso, intime-se a parte inventariante para manifestação, seguindo-se conclusão. 6. Caso contrário, conclusos para deliberação acerca da partilha.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0609768-51.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.G.S. - Diante da juntada de fls. 80, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARIANA MONTE GIOVANAZZI (OAB 12076/AM) - Processo 0609881-34.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.V.L. - REQUERIDA: D.T.A. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 29/07/2019 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA.

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0609965-98.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fixação - REQUERENTE: R.S.T. - Considerando o dever de mútua assistência do casamento (CC, 1.566, inc. III), também o dever de sustento do poder familiar, ARBITRO alimentos provisórios para a mulher e filhos menores do casal (N. T. O., L. T. O e L. T. A. O.)em 01 (um) salário mínimo nacional, o que faço considerando o que consta a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades da parte alimentada, que deverão ser pagos mediante recibo ou depositados em conta corrente da parte autora, conforme requerido, até o dia 30 (trinta) de cada mês.. 3. Após, encaminhe-se ao CEJUSC para designação de data para audiência de mediação e conciliação, na forma do que prescrevem os arts. 694/695, do CPC. 4. Em seguida, cite-se o réu (R. T. A. O) e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, acompanhados de seus advogados/defensores

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0610033-48.2019.8.04.0001 - Guarda - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: G.S.A.N. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0610418-93.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: K.R.N.B. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC. 3. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0610518-48.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Elane Gomes dos Santos - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM) - Processo 0611178-47.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: S.C.S. - REQUERIDO: H.B.C. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: VICTOR ALBERTO GRAÇA LINS (OAB 10562/AM) - Processo 0611678-45.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.S.M. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0611695-86.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: R.M.N. - ATENDA-SE o requerimento retro, INTIME-SE a parte requerente para manifestação pertinente às fls. 95. Int. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: DÍNIA RAIMUNDA MORAES BORGES (OAB 5091/AM) - Processo 0611743-79.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Revisão - REQUERENTE: M.C.A. - REQUERIDO: C.A.F. - PAUTE-SE data para audiência de tentativa de conciliação entre os litigantes, o mais breve que for possível, cientes as partes de que não obtida a autocomposição o processo retomará o procedimento previsto em lei. Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais e com a presteza que o caso concreto reclama.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0611906-20.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.J.F.O. - REQUERIDA: M.A.A. - Diante da certidão retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: TAMILE DE PAULA FREITAS RODRIGUES AMANAJÁS (OAB 8185/AM) - Processo 0612044-89.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: F.B.S. - REQUERIDO: E.M.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 20/03/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM), ADV: POLLIANA RODRIGUES DA SILVA (OAB 9476/AM) - Processo 0612471-81.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: F.N.F.B. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 43, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM), ADV: MICHEL FERREIRA DO VALE (OAB 6283/AM) - Processo 0612656-22.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.F.F. - REQUERIDO: R.N.F.V. - 1. Não sendo o caso de nenhuma das providências preliminares previstas no artigo 347 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO o prosseguimento do feito, iniciando-se a fase de produção de provas. 2. DEFIRO a produção

de prova oral, testemunhal, documental e pericial. 3. PAUTE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC, se for o caso de intervenção obrigatória. Intimem-se e CUMPRA-SE.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0613624-86.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.T.R.S. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 47), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM), ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: RODRIGO RAMOS RODRIGUES (OAB 6701/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM), ADV: DEYVISON SOUZA CASTELO (OAB 9163/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0614161-87.2014.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: N.M.C.M.I.R.P.A.P.M.C. - REQUERIDO: V.P.C. - Certifico para os devidos fins, de Registro de sentença, que foi prolatada a sentença às fls. 181-185 pelo MM. Juiz Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da antiga 6ª Vara de Família, onde foi JULGADO PROCEDENTE OS PEDIDOS formulados na presente ação para, com fulcro com fulcro no art. 27 do ECA, c/c art. 229 da Constituição Federal, também pelo art. 1.634, I do Código Civil, a fim de reconhecer a paternidade de V. P. C, com relação à sua filha N. M de C, assim como condenar o requerido ao pagamento de alimentos de pensão alimentícia que FIXO no mesmo valor dos provisórios, ou seja, em 02(dois) salários mínimos, cujo pagamento permanecerá da mesma forma como vem sendo realizado. Da sentença foi interposto Recurso de Apelação às fls. 187-192 por parte do Requerido e contrarrazões às fls. 198-206. No Segundo Grau, concordando com o parecer ministerial e reconhecendo o cerceamento de defesa, foi conhecido e dado provimento ao recurso a fim de anular a sentença e determinar que os autos retornem à instância de origem para realização de novo exame de DNA, prova que deve ser produzida por um dentre os laboratórios credenciados junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, preferencialmente por laboratório diverso do que promoveu a primeira análise genética nos autos. É o que me cumpre certificar.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0614714-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Carlos Alexandre Esteves Negreiros, representado por sua mãe, Raiani pantoja esteves - REQUERIDO: Carlos Augusto Aquino Negreiros - A apresentação de demonstrativo atualizado do débito é ônus da parte exequente, nos termos do que dispõe o art. 524, do NCPC. Intime-se, pois, a parte exequente, por seu procurador, para que venha em termos.

ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0614718-06.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: C.A.E.N. - REQUERIDO: C.A.A.N. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Execução de Alimentos, que foi formalizada por C. A. E. N., menor representado por sua genitora, a Srª. R. P. E., em face de C. A. A. N., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 04/09. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 66, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 67. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 68, conforme certidão de fls. 69/70, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 07 de março de 2017, conforme juntada de petição de fls. 61, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0615040-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Renata Navarra Torres - REQUERIDA: Ana Luiza Torres Rodrigues e outro - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Justificação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 14/06/2019 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. ATT. PATRONO FAVOR TRAZER PARTES E TESTEMUNHAS PARA AUDIÊNCIA ACIMA DESIGNADA.

ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM) - Processo 0615381-81.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: D.C.F. - REQUERIDO: F.A.M. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 07/10/2019 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0615679-73.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.A.L.L.N. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: WALDIR EUGÊNIO DE SOUZA (OAB 11350/AM), ADV: IGOR BERGSON SILVA ALMEIDA (OAB 11407/AM) - Processo 0615700-49.2018.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antonio de Lima Barboza - REQUERIDA: Ivandete da Silva Seixas - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 21/10/2019 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0615802-71.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.L.S. - AUTOR: P.L.M. - REQUERIDO: A.C.O. - 1. Em razão da juntada de fls. 32-35, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM) - Processo 0615877-13.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.S.N.C. - ALIMENTAND: L.C.A. - REQUERIDO: F.C.M.A. - 1. PROCEDA-SE com a absoluta presteza na forma pugnada pelo Ministério Público na promoção retro. 2. Após, ABRA-SE nova vista ao Ministério Público. 3. Oportunamente, VOLTEM-ME conclusos.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: LEANDRO MENEZES DOS SANTOS (OAB 1115A/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0616069-48.2015.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: HOZANA HENRIQUE DE LIMA ALBUQUERQUE - PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA Ação: InterdiçãoProc.: 0616069-48.2015.8.04.0001 Requerente: Hozana Henrique De Lima AlbuquerqueInterditando: Clecio Pereira Albuquerque SENTENÇA: DECRETO a curadora do Interditando, Nomeando a Sra. HOZANA HENRIQUE DE LIMA ALBUQUERQUE para exercer a curatela de CLECIO PEREIRA ALBUQUERQUE, com poderes para administrar seus bens e para lhe representar em todos os seus atos jurídicos, em especial junto aos Institutos Previdenciários Federal, Estadual e Municipal. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, Juiz de Direito da 6ª Vara de Família. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM), ADV: JOYCE MARQUES DE ALMEIDA (OAB 13087/AM) - Processo 0616522-38.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: I.I.T.O. - Diante da juntada de fls. 80/81, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CLAUDIA PEREIRA LEITE (OAB 9712/AM) - Processo 0616525-61.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.M.D.M. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Guarda, que foi formalizada por A. M. D. de M., em face de R. M. de L., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 08/14. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 56, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 57. Em seguida, foi efetivada a intimação por mandado de fls. 58, conforme certidões de fls. 60/62, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 25 de abril de 2017, conforme ata de audiência de fls. 41, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: DIÊGO RIBEIRO GOMES (OAB 10614/AM), ADV: JOÃO DARCH CLEBISS (OAB 10877/AM) - Processo 0616674-86.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.S. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva citação das requeridas na forma e local ali indicados. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0616974-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.S.C.L.K.C.A.C.S.C.F.F.S. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: RAIMUNDO NONATO ALVES GOMES (OAB 6801/AM) - Processo 0617004-20.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: E.F.T. e outro - Diante da certidão retro, INTIME-SE os requerentes para o recolhimento e pagamento das custas judiciais, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MÁRCIA SUZANA OLIVEIRA MENEZES (OAB 10267/AM), ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0618042-33.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.V.S.O. - REQUERIDO: M.S.O. - Juiz de Direito foi então proferida a seguinte SENTENÇA: "Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de Divórcio Litigioso, contemplando Guarda, Alimentos, Direito de Companhia e Convivência e Partilha de Bens proposta por G. V. DA S. DE O. em face de M. S. DE O. , sendo que os dois estão identificados e qualificados desde o princípio. Por ocasião da presente audiência, as partes celebraram acordo num total de 08 (oito) itens, inclusive convencionando a respeito da partilha, que dar-se-á em ação própria. O ilustre Membro do Ministério Público, em audiência, mostrou-se favorável à homologação do acordo, por restarem, verdadeiramente, preservados os interesses das filhas menores G. DA S. O., uma adolescente de 16 (dezesseis) anos de idade e M. DA S. O., uma adolescente com 14 (quatorze) anos de idade, assegurando-se os direitos insculpidos pelos Principios da Proteção Integral do Menor, bem como da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. É o relatório sucinto. FUNDAMENTO E DECIDO. Tendo em vista que foi formulado, neste ato processual, acordo que resolve as controvérsias da ação, nos termos do parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal, decorrente da Emenda Constitucional nº 66/2010, porquanto o mesmo preenche todos os requisitos legais da espécie e atende os interesses dos dois pólos do litígio. Ante o exposto, fundamentado no artigo 487, III, alínea b, da Lei de Ritos, HOMOLOGO, na íntegra, o acordo feito por G. V. DA S. DE O. E M. S. DE O. , para que surta seus jurídicos e legais efeitos, DECRETANDO O DIVÓRCIO DAS PARTES, voltando a divorcianda a assinar o nome de solteira (vide item 03) e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Ademais, a requerimento conjunto, fica dispensado

o prazo recursal. Sentença publicada em audiência. Cientificadas as partes. Isentos de custas, por força da Lei. EXPEÇAM-SE os competentes Mandado de Averbação, Termo de Guarda Compartilhada das menores G. DA S. O. e M. DA S. O. em favor de seus genitores (vide item 05), inclusive oficio ao empregador do genitor (item 07) . Tudo providenciado, DÊ-SE baixa e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo. CUMPRA-SE."

ADV: FÁBIO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 12006/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0618271-95.2015.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: DULCILENE DE LIMA PEREIRA REIS - REQUERIDO: ELIAS DO NASCIMENTO REIS - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 31/07/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0618278-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Maria Nobre da Silva - DESPACHO: 1. CITE-SE, por edital, para oferecer defesa, no prazo de lei, com as advertências do art. 285, 2ª parte e art. 319, ambos do CPC. 2. Prazo do edital: 30 (trinta) dias. 3. Decorrido o prazo sem manifestação, voltem para nomeação de curador especial. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: JEANE FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 12508/AM) - Processo 0618371-45.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.M.S. - ALIMENTAND: B.Q. - REQUERIDA: M.S.Q. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 05/11/2019 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0618484-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - ALIMENTANT: A.J.D.S. - Diante da certidão retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: TOKUTI YANO (OAB 9206/AM), ADV: NÉLIO GLAUBER DE SOUZA ARAGÃO (OAB 10807/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0618495-96.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: E.P.S. - REQUERIDO: J.B.S. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DIOGO VICTOR BRASIL (OAB 9693/AM) - Processo 0618588-93.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: L.S.C.N. e outro - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: LIAH LIMA CERF LEVY (OAB 7183/AM) - Processo 0618609-64.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.M.L.N. - 1. PROCEDA-SE a citação editalícia com prazo de 20 (vinte) dias, de H. M. L. N., nos termos do art. 335 do Novo Código de Processo Civil. 2. PUBLIQUE-SE o edital no DJE e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, certificando-se nos autos, conforme disposto no inciso II do art. 257 do NCPC 3. Não sendo o caso de beneficiária da justiça gratuita, INTIME-SE, ainda, a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a prova da publicação do edital de citação em jornal de grande circulação nesta comarca.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARAUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0618692-17.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.R.B.S. - Diante da juntada retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0618917-37.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: T.A.D. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0619335-09.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Execução Provisória - EXEQUENTE: M.B.I. - Diante da certidão retro, EXPEÇA-SE o contramandado necessário. CUMPRA-SE.

ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: ROBSON PARENTE RIBEIRO (OAB 10470/AM) - Processo 0619512-02.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.D.P. e outro - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE. Att. Patronos da Requerente, atendam o Parecer do Ministério Publico de fls. 32. URGENTE.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM) - Processo 0619790-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: F.S.C. - REQUERIDA: V.N.B.S. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: OTONIEL QUEIROZ DE SOUZA NETO (OAB 8821/AM), ADV: DAFHINE DE ALMEIDA CARNEIRO (OAB 9934/AM), ADV: DIEGO NUNES DA SILVA (OAB 13208/AM) - Processo 0619929-57.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.C.F. - A.K.C.F. - A.C.F. - EXECUTADO: D.O.F. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 29/07/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM) - Processo 0620021-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: Evaldo Batista Zanes - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0620068-38.2017.8.04.0001 - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: J.C.B. e outro - Vistos, Os acordantes, J da C. B. e S. B da S., devidamente representados por advogados, fazem parte da presente AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL c/c, tudo segundo argumentos da vestibular e emenda de fls. 38/39. Processado o pedido na forma do art. 732, do CPC, observada, ainda, evidencia-se desnecessária a intervenção do Ministério Público, uma vez que não estão sendo discutidos interesses de pessoa menor e/ou incapaz. É O RELATÓRIO. DECIDO. Analisando o caderno processual, cujos termos do acordo entabulado pelas partes estão devidamente especificados, verifica-se que os autores tem legitimidade e possuem interesse de agir, na medida em que a intervenção judicial que pretendem consiste em formalidade necessária à eficácia do pactuado, inclusive perante terceiros e que, aliás, diz respeito a todas as controvérsias da ação. Ademais, friso que tal pretensão é juridicamente possível na medida em que a lide não envolve mesmo os interesses de incapaz e comporta fiscalização pelo Poder Público em virtude de sua própria natureza, razões pelas quais não houve nenhum pronunciamento da promotoria de justiça na demanda. A propósito, esse tipo de jurisdição (agora voluntária) consiste em atividade judiciária de administração pública de interesses privados, na qual se confere assistência protetiva a uma relação jurídica unilateral mediante a homologação judicial, através da qual se aprova e autoriza o ato. Ante o exposto, presentes as condições da ação e cumpridas as formalidades legais atinentes à espécie; HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO CONSTANTE DA PETIÇÃO DE FLS. 38/39, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelos requerentes e ex-companheiros acima citados, os quais conviveram em União Estável, ao longo de 19 (dezenove) anos, isto é de fevereiro de 1992 até janeiro de 2011, ocasião de sua dissolução; E JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, letra “b”, do Novo Código de Processo Civil, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei Federal nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: FRANCISCO J.P. MACEDO (OAB 248B/RR) - Processo 0620226-59.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.S.P.B. e outro - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, adequando a peça inicial ao procedimento ordinário. Int. CUMPRA-SE.

ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM) - Processo 0620309-46.2016.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: T.D.L. - Tendo em vista que a intimação dos membros da Defensoria Pública deve ser feita pessoalmente, pelo portal e-SAJ, sob pena de nulidade (CPC, art. 186, § 1º), RENOVEM-SE, pois as providências determinadas no despacho de fls. 89. Int. CUMPRA-SE, com a máxima atenção.

ADV: ADRIANA DE FREITAS FERNANDES (OAB 355674SP) - Processo 0620983-87.2017.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maisa Domingues Brito - PAUTE-SE data para audiência de tentativa de conciliação entre os litigantes, o mais breve que for possível, cientes as partes de que não obtida a autocomposição o processo retomará o procedimento previsto em lei. Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais e com a presteza que o caso concreto reclama.

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0621277-08.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.G.M.A.S. - K.D.M.A. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0621544-14.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: K.F.S. e outro - REQUERIDA: A.L.R. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 15/04/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0621637-40.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.R.F.S. - REQUERIDO: A.G.C.S. - A.R.O.C. - CERTIFICO que nesta data foi a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO que estava pautada para o dia 26/11/2019 às 10:00 horas, foi REDESIGNADA, para o dia 22/04/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: WASHINGTON LUIZ COSTA DE JESUS (OAB 3172/AM) - Processo 0621685-67.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.S.L. - REQUERIDO: E.F.T. - INTIMEM-SE o requerente (P. da S. L.), conforme requerimento de fls. 402, na forma e local ali indicados. ATENDA-SE o requerimento de fls. 405/406, ou seja, com a efetiva intimação do requerido (E. de F. T.). Prazo: 10(dez) dias, pena de extinção. (NCPC, art. 485, VIII) Int. CUMPRA-SE.

ADV: EDUARDO DA SILVA QUEIROZ (OAB 13301/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: DEIVID LEANDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO (OAB 13731/AM) - Processo 0622201-19.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.C.S. - REQUERIDO: A.K.M.S. - 1. ABRA-SE vista - obrigatória - ao Ministério Público (NCPC, art. 178, II). 2. DESIGNE-SE data para audiência de instrução e julgamento, com a brevidade que for possível, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 3. DEFIRO a produção de prova documental e testemunhal. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARCO ANTÔNIO DA SILVA KISIOLAR (OAB A357/AM) - Processo 0622535-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERIDO: Messias Lourenço de Souza - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no “item 1” serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM) - Processo 0622600-82.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERIDA: I.M.A.S. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, que foi formalizada por R. R. das C. B., em face da menor I. S. dos S. B., representada por sua genitora, a Srª. I. M. A. dos S., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 05/17. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso

do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 60, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 61. Em seguida, foi efetivada a intimação por mandado de fls. 63, conforme certidão de fls. 65/66, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 06 de janeiro de 2018, conforme juntada de petição de fls. 42, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM) - Processo 0622649-89.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: S.J.S.S.B. - 1. Em razão da juntada de fls. 42, INTIME-SE a patrona da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: JAQUELINE ABREU CARVALHO (OAB 11166/AM) - Processo 0623276-30.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.S.R. - REQUERIDA: J.D.A. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 18/11/2019 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA E DEFENSORA.

ADV: CAMILA DA SILVA MELO (OAB 10293/AM) - Processo 0623301-14.2015.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Francisca Costa da Silva - REQUERIDA: Vanessa da Silva Chaves - ATENDA-SE o requerimento retro. INTIME-SE, as partes a comparecer nas Divisões de Psicologia e Serviço Social para realização de estudo psicossocial dos envolvidos. URGENTE.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0623434-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: G.M.P. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte requerente para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WEBER DOS SANTOS RÊGO (OAB 4951/AM), ADV: PAULA LOPES DE LIMA CAMPOS (OAB 8072/AM) - Processo 0623674-45.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - ALIMENTAND: BRENDO WESLEY MACHADO GOMES (MENOR) - REQUERIDO: W.S.G. - Diante da juntada de fls. 90/91, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0623761-98.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M.C. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0624462-54.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.C.B. - REITERO a deliberação de fls. 61, devendo ser observadas as informações de fls. 72/73 para a citação da parte Requerida. Cumpra-se.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0625128-26.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.O.C. - RENOVEM-SE as diligências junto às Divisões de Serviço Social e Psicologia, para as providências necessárias a juntadas dos respectivos laudos social e psicológicos, num prazo de 30 (trinta) dias; ou para que justifiquem - por escrito - a este Juízo a impossibilidade de fazê-lo, considerando que o processo encontra-se aguardando os respectivos pareceres técnicos desde julho de 2018.

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: MARIA KÁTIA BATISTA MARTINS (OAB 9581/AM) - Processo 0625271-44.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Maria Karolina Martins Barreto - EXECUTADO: Sergio Ricardo de Oliveira Barreto - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM) - Processo 0625705-72.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - REQUERIDO: C.A.A.N. - Diante da juntada de fls. 291/292, INTIME-SE a parte requerida, por seu patrono, para manifestação pertinente, conforme já determinado nas fls. 286. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM) - Processo 0625705-72.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - REQUERIDO: C.A.A.N. - JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a impugnação em comento

ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0625920-09.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - AUTOR: W.T.B.N. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: REYNOLD SALES CALEFFI (OAB 9948/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0626117-66.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.N.F.O. - REQUERIDO: R.N.G. - Vistos, Narram os presentes autos acerca de uma AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS, que foi formulada por RAIMUNDO NONATO FREITAS DE OLIVEIRA, em face da Sra. ROSANGELA DO NASCIMENTO GONÇALVES, ambos devidamente qualificados e identificados desde a peça inicial. Então, após a apresentação da defesa de fls. 26/42 e como não foi obtida a conciliação entre as partes nas tentativas levadas a efeito, realizou-se a audiência de instrução retro, com a tomada do depoimento da requerida e que contou as participações das respectivas patronas. Ademais, ao tempo em que foi declarada encerrada a fase de instrução processual e por não envolver os interesses de pessoa menor e/ou incapaz, os autos vieram conclusos para sentença. EM SUMA, É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Desde logo, no que diz respeito ao requerimento para declaração judicial de união estável, afora a documentação simples e unilateral que acompanha a vestibular,

denoto que tal pleito contou com a concordância parcial da própria demandada, dona Rosangela do Nascimento Gonçalves. Destarte, considerando-se, ainda, o fato de que as partes não tiveram filhos em sua relação, não há como deixar de reconhecer a existência de união estável entre eles. Assim, os elementos essenciais caracterizadores estão presentes, quais sejam, a convivência familiar pública, contínua e duradoura, reforçada pela ausência de prova de que outro era o estado civil, tanto de um, quanto da outra pessoa em tela, sendo que tal relacionamento perdurou por 10 (dez) anos, exatamente do ano de 2005 até 2015, quando aconteceu a sua efetiva dissolução. Por outro lado, compulsando o processo e à par dos elementos de prova apresentados pela suplicada, em especial diante do "TÍTULO DEFINITIVO" de fls. 36, em nome de "ROSANGELA DO NASCIMENTO GONÇALVES" e que foi assinado pelo então PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS e pela BENEFICIÁRIO(A), ora demandada, entendo que deve ser indeferido o requerimento para a possível divisão de bens. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Estatuto Processual Civil, ACOLHO PARCIALMENTE A PRETENSÃO AUTORAL; DECLARO QUE OS LITIGANTES VIVERAM EM UNIÃO ESTÁVEL DURANTE 10 (DEZ) ANOS, entre 2005 e 2015, ocasião de sua dissolução; REJEITO O PEDIDO DE PARTILHA DE BENS; E, finalmente, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar conforme seja necessário. Sem custas e honorários, por força do que prevê a Lei nº 1.060/50 e pelo teor do dispositivo supra. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: JESSE JEAN OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 12016/AM) - Processo 0626477-30.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDO: B.S.J. - Vistos, Trata-se de uma Ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, que foi proposta por J. C. A. S., em face de B. S. J., todos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Ocorreu que as partes resolveram por fim ao litígio, juntado o acordo de fls. 116/118 o qual submetem à homologação deste juízo. Instado a se manifestar, o Ministério Público, por seu digno representante, exarou o r. parecer de fls. 126 e 142. É O RELATÓRIO. DECIDO. A partir da narrativa dos autos, denota-se que os acordantes resolveram chegar num consenso suficiente para que a lide venha a ser finalizada, assim como a regularidade de tal pretensão e, também, a legitimidade dos três interessados, segundo restou especificado às fls. 116/118. Ademais, em consonância com a Promotoria de Justiça e como ponto principal desta sentença, ressalto que a referida conciliação preserva os interesses do menor envolvido. Isto posto, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes (fls. 116/118), com o qual concordou expressamente o Ministério Público, o que faço com amparo no artigo 487, inc. III, "b" do NCPC; ficando - assim - resolvido o mérito do processo. P. R. I. Cumpra-se. Sem Custas, por força da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98 do NCPC. Após o trânsito em julgado, procedidas as comunicações de estilo e cumpridas as formalidades do legais, baixe-se e arquive-se.

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0626687-47.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.N.C.G. - Ao tempo em que mantenho a decisão de fls. 19, DETERMINO a intimação da parte autora, para querendo apresentar réplica, no prazo legal. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0627122-21.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: M.V.L.P. - REQUERIDO: A.C.A.S. - Não obstante a juntada de fls. 49, INTIME-SE a parte autora, por sua patrona, para manifestação pertinente ao segundo paragrafo do despacho de fls. 47. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DÁRIO DA SILVA GONZAGA (OAB 10661/AM) - Processo 0627386-38.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.E.O. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 48, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: ERIKA CRISTHINE DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 8273/AM) - Processo 0627494-38.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: EWERTON DE MORAIS PEREIRA - REQUERIDA: JULIANA LINDIANE SANTOS - ALIMENTANT: Isabella Pinheiro Pereira - Att: PATRONOS E PARTES, favor comoparecerem com a máxima URGENCIA na Secretaria da 6a de Família, para assinarem o Termo da Audiência realizada no dia 14/11/2018 .

ADV: GISCARD CRUZ TINOCO (OAB 12857/AM), ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0627709-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: Marialvo Barbosa de Paiva - REQUERIDA: Elzinara Taveira da Silva - 1. Em razão da juntada de fls. 64, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: KÁTIA OLIVEIRA SANTOS DA COSTA (OAB 8260/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: RAIMUNDO LÁZARO MARTINS DA SILVA (OAB 10640/AM) - Processo 0628088-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.K.S.C. - REQUERIDO: C.B.S. - CUMPRA-SE o despacho de fls. 81, integralmente.

ADV: CLAYTON DIAS SOARES (OAB 8793/AM) - Processo 0628113-94.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Ricardo Tupinamba Prestes Cohen - EM TEMPO: Tendo em vista o que dispõe o inciso I do art. 494 do NCPC, CORRIJO o erro material do termo de audiência de fls. 37/38, para que, onde se lê, no terceiro parágrafo: " Iniciada a audiência, o MM. Juiz passou a examinar a interditanda chegando à conclusão de que esta não possui lucidez, não entendendo algumas perguntas e não respondendo com coerência", LEIA-SE: "Iniciada a audiência, o MM. Juiz passou a examinar a interditanda chegando à conclusão de que esta possui lucidez, entendendo algumas perguntas e respondendo com coerência", mantidos os demais termos. INTIMEM-SE e CUMPRA-SE.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMOEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: PAULA FREITAS DE CARVALHO (OAB 13414/AM) - Processo 0628138-10.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.A.O. - REQUERIDA: D.F.O. - J.F.O. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 02/05/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR JETRO FEITOSA DE OLIVEIRA E INTIMAR DRIELY FEITOSA DE OLIVEIRA.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0628235-78.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.A.C.S.M. e outro - DILIGENCIE-SE, junto ao SIEL e ao Sistema INFOJUD, para a possível obtenção do endereço da parte requerida. CUMPRA-SE.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM), ADV: IMBERGMAN MAIA LITAIFF (OAB 5699/AM) - Processo 0628835-70.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.S.L.C. - REQUERIDO: L.M.C. - Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 91/92, pelo Magistrado Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da 6ª Vara de Família, onde foi ACOLHIDA NA INTEGRA A PRETENSÃO AUTORAL E JULGADO EXTINTO O PROCESSO, com resolução de mérito. Tornando definitiva a deliberação judicial da página 17, onde foi arbitrado provisoriamente os alimentos em um salário mínimo. Determinando que após o Transito em Julgado fosse expedido o Mandado de Registro de Nascimento do menor em razão do DNA POSITIVO. Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação por parte do

Requerido às fls. 108-110, sem contrarrazões, onde no segundo grau a apelação do Requerido foi conhecida e negado provimento.. No acórdão proferido no 2º grau, juntado às fls. 144-151 a sentença de primeiro grau foi mantida em sua integralidade, uma vez que o Recurso foi negado provimento. É o que me cumpre certificar.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM), ADV: IMBERGMAN MAIA LITAIFF (OAB 5699/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0628835-70.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.S.L.C. - REQUERIDO: L.M.C. - Diante da juntada do acórdão de fls. 144-151, após as providências necessárias, PROCEDA-SE a baixa e arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0628870-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERIDA: Krisa da Silva Braule Pinto - Tendo em vista que o presente processo encontra-se sentenciado às fls. 45/48, conforme certidão de fls. 60, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento. Sem custas. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0628900-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Aldemir de Lima Nogueira - ATENDA-SE o requerimento retro, INTIME-SE a parte requerente para manifestação acerca da juntada de fls. 40. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: ISABELLE DOS SANTOS PERASA RIBEIRO (OAB 12079/AM) - Processo 0628907-18.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: T.C.S.S. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM) - Processo 0629119-39.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: V.H.R.S. - AUTORA: M.C.C.S.M. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: PEDRO EMIDIO LIMA DA SILVA (OAB 10413/AM) - Processo 0629157-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.A.D.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 06/05/2019 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 397B/RR), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0629261-14.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: V.S.G.S. - REQUERIDA: M.L.A.S. - AGUARDE-SE a audiência aprazada (fls. 82).

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0629408-74.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0604228-22.2016.8.04.0001) - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERIDO: P.M.A. - Diante contraproposta de fls. 436/437, INTIME-SE a parte Requerida (P. De M. A.), por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: SARAH DE SOUZA LOBO (OAB 5971/AM) - Processo 0629607-28.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.O.C. - REQUERIDO: D.V.C. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 29/07/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: JÚLIO CÉSAR RUBIM DE MORAES (OAB 4727/AM), ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM) - Processo 0629876-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.J.R.A. - REQUERIDA: A.D.C. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 30/09/2019 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERENTE.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM) - Processo 0629934-70.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.F.U.M. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0630367-40.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.S.C. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte requerente para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: IVANA DE ALMEIDA SALGADO (OAB 49858/RJ) - Processo 0630416-52.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: R.S.M. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Cumprimento de Sentença, que foi formalizada por R. S. M., menor representada por sua genitora, a Srª. K. C. da A. S., em face de K. S. N. M., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 07/11. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 91, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 92. Em seguida, foi efetivada a intimação por mandado de fls. 95, conforme certidão de fls. 96/97, sem qualquer manifestação por parte da autora. Apois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 12 de abril de 2018, conforme juntada de petição de fls. 82, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide

sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0630452-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: P.M.U. - MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: "1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao feito, praticando os atos que lhe competir, ou seja: informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (NCPC, 485, III); 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE o autor pessoalmente, por mandado, e para a mesma finalidade, num prazo de 5 (cinco) dias (idem, 485, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do disposto no art. 274, parágrafo único, também, do NCPC. CUMPRA-SE."

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM) - Processo 0630904-70.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: L.S.S. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0631378-46.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: M.C.O. - REQUERIDO: N.C.T.M. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 01/08/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR PARTES E DEFENSORA

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: HENRIQUE SANTOS CANET (OAB 45691/BA), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0631489-25.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.A.S. - ALIMENTAND: L.A.S. - REQUERIDO: O.A.S. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM), ADV: PANTHEV DA TRINDADE MACIEL (OAB 11053/AM), ADV: NINA BRANDAO SIQUEIRA (OAB 9012/AM), ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM) - Processo 0631685-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: Zuldimar Bonates da Cunha Junior - REQUERIDO: Paulo Victor Brandão Soares Bonates - Larissa Didia Bradão Soares Bonates - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 05/08/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM), ADV: ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 3974/AM) - Processo 0631719-04.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: E.A.C. - Diante da certidão retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0631730-33.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.C.S.G. - Vistos, Cuida-se de AÇÃO DE ALIMENTOS, que foi proposta por J. C. DA. S. G., menor representado por sua mãe E. C. DA S., contra o demandado M. P. G., onde ambos os pólos da lide encontram-se regularmente identificados e qualificados na vestibular. Sendo que, acompanhando a peça citada, a autora carreou os documentos de fls. 7 e seguintes. Então, durante a realização da presente audiência, as partes resolveram por fim ao litígio formulando o acordo supra, referente ao único filho que eles tiveram em sua relação. Dada a palavra ao Ministério Público, seu representante declarou-se favorável à homologação ora buscada. É O RELATÓRIO. DECIDO. De início, inclusive à par da posição adotada pela Curadoria de Família e Sucessões e do que disseram os litigantes, perante este juízo e os respectivos advogados, verifico que o acordo entabulado pelas partes atende os interesses de todos os envolvidos na ação, em especial os da menor J. C. DA S. G., um menino de pouco mais de 06 (seis) anos de idade. Ante o exposto, fundamentado no artigo 487, inciso III, letra "b", do Novo Estatuto Processual Civil e demais normas da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO EM TELA; e JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução de mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. À Secretaria para as diligências pertinentes. Sem custas, por força da Lei 1.060/50. Publicada em audiência, dispensado o prazo recursal, saindo cientes os acordantes e seus patronos. Diligencie-se e CUMPRA-SE. Oportunamente, providencie-se a baixa e o arquivamento dos autos.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0632111-70.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.P. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, que foi formalizada por G. da S. L., menor representada por sua genitora, a Srª. M. da S. P., em face de D. R. L. de O., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 08/12. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 26, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo. Em seguida, foi efetivada a intimação por mandado de fls. 27, conforme certidão de fls. 28/29, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 03 de dezembro de 2018, conforme ata de audiência de fls. 26, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade

do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB 920A/AM), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0632408-14.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.S.G. - 1. DESIGNE-SE data para audiência de instrução e julgamento, com a brevidade que for possível, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 2. DEFIRO a produção de prova documental e testemunhal. 3. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 4. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MUEMA MAÍRA DE MIRANDA SALES (OAB 8265/AM), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM) - Processo 0632593-86.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.F.P. e outro - 1. PROCEDA-SE a citação editalícia com prazo de 20 (vinte) dias, de D. F. P., nos termos do art. 335 do Novo Código de Processo Civil. 2. PUBLIQUE-SE o edital no DJE e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, certificando-se nos autos, conforme disposto no inciso II do art. 257 do NCPC. 3. Não sendo o caso de beneficiária da justiça gratuita, INTIME-SE, ainda, a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a prova da publicação do edital de citação em jornal de grande circulação nesta comarca.

ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM) - Processo 0632881-97.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: P.S.S. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: SAMANTHA DA CUNHA MARQUES (OAB 253747/SP), ADV: LORENA MAREGA ANDRADE (OAB 111363/MG) - Processo 0632892-29.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Karina Barbosa de Freitas Silva - REQUERIDO: Custodio Celio da Silva - Diante do trânsito em julgado certificado nas fls. 128, DILIGENCIE a Secretaria para o efetivo cumprimento da sentença de fls. 121/122. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0633031-78.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.M.S. - 1. Nos termos do art. 319, § 1º, do CPC, procedam-se buscas do endereço da parte requerida, no sistema SIEL, intimando a parte autora para manifestação com o resultado. 2. Sobrevindo pedido de citação mediante apontamento de endereço certo e determinado, defiro desde já, observados os termos do despacho inicial.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0633296-80.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: S.B.M.S. - R.G.S.J. - ATENDA-SE o requerimento retro, INTIME-SE a parte requerente para manifestação pertinente às fls. 44. Int.CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: DIEGO ANTONIO DA COSTA VIEIRA (OAB 10402/AM) - Processo 0633401-23.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.J.A.V. - REQUERIDA: S.R.P.L. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 31/07/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDA.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0633617-81.2018.8.04.0001 - Tutela - Seção Cível - REQUERENTE: S.R.N. - REQUERIDO: S.M.N. - Isto posto, considerando a mencionada manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, DECRETO o divórcio do de S. M. do N. e S. R do N., a qual voltará a usar seu nome de solteira (S da S. R.) e HOMOLOGO na íntegra o acordo de fls. 356/363, para que surta todos os efeitos legais; , JULGANDO O PROCESSO, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, b do Código de Processo Civil. Isento de custas, na forma do art. 98 do CPC e da Lei nº 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o competente mandado de averbação para o Cartório de Registro Civil e Pessoas Naturais, inclusive no que tange ao nome conjugal; OFICIE-SE ao órgão empregador (se necessário) e, ao final, EXPEÇA(M)-SE o(s) termo(s) de guarda. Tudo providenciado, DÊ-SE baixa e proceda-se o devido arquivamento.

ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM) - Processo 0633651-90.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Dissolução - REQUERENTE: Sandro Bernades da Mata - REQUERIDA: Mayra Miguel de Oliveira - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 01/07/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: JANDERLI CAVALCANTE COSTA (OAB 12550/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: BIANCA PRISCILLA ANJOS DE SOUZA (OAB 13526/AM) - Processo 0633763-25.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: J.P.A.S.R.S.G.J.A.F. - EXECUTADO: E.N.S. - 1. Diante da juntada da IMPUGNAÇÃO de fls. 37/41, INTIME-SE o patrono da parte impugnada (J. P. A. De F.), para, querendo, contestar, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem contraditório, VOLTEM-ME conclusos para decisão sobre a impugnação. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 2772/AM), ADV: JOÃO BOSCO RAMOS BATISTA (OAB 2739/AM) - Processo 0634655-02.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0620689-06.2015.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.C.P.J.D. - REQUERIDO: A.C.J.D. - CERTIDÃO REGISTRO DE SENTENÇA Processo n.°0634655-02.2016.8.04.0001 Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/ PROC : Edsionea da Conceição Pinheiro Joseph Dib : Adolfo Charles Joseph Dib Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 122-124, pelo Magistrado Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da 6ª Vara de Família, onde foi ACOLHIDA E PARTE A PRETENSÃO AUTORAL, com resolução de mérito, para CONDENAR o requerido A.C.J.D., ao pagamento temporário de alimentos à autora, num valor correspondente a 02 (DOIS) SALÁRIOS MÍNIMOS e DURANTE OS PRÓXIMOS 02 (DOIS) ANOS, quando acontecerá a exoneração automática de tal encargo, ao tempo em que torno sem efeito os provisórios que foram fixados no inicio da lide. Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação por parte do Requerido às fls.

196-225, contrarrazoado às fls. 261-267, onde no segundo grau a apelação do Requerido foi conhecida e provida. No acórdão proferido no 2º grau, juntado às fls. 319-324 a sentença de primeiro grau foi declarada nula, onde foi determinado o retorno dos autos à instância inferior para regular processamento e instrução do feito É o que me cumpre certificar. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0634682-82.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: FRANCISCO CLAUDIO ARAUJO DA COSTA - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0634849-65.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.L.M. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: CAMILA DA COSTA ALMEIDA (OAB 8877/AM) - Processo 0634936-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.L.P. - S.T.L. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM) - Processo 0635342-08.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.R.M.S. - Diante da DE CERTIDÃO de fls. 36, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte requerente para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0635635-12.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.G. - Antes de deliberar requerimento retro, certifique-se sobre a disponibilidade da pauta, apos voltem imediatamente concluso. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: LARISSA VILAS BOAS FEITOZA (OAB 13299/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB 8290/AM) - Processo 0636275-49.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0628044-67.2015.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.B.S.S. - REQUERIDA: A.S.B. - ATENDA-SE a manifestação ministerial de fls. 616/617. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM) - Processo 0636321-38.2016.8.04.0001 - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: M.F.C. - INTIME-SE o executado, E de L. C., para o pagamento da dívida apontada pelo polo ativo, num prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, sob pena da incidência de multa e, também, de honorários advocatícios (idem, art. 523, § 1º) e penhora de bens, além de custas e honorários pela presente fase do processo.

ADV: ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA VERAS (OAB 210781/SP) - Processo 0636616-75.2016.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Luciana Ferreira Veras - EM TEMPO: CHAMO PROCESSO À ORDEM para determinar que seja cumprido o item "3" do despacho de fls. 19. CUMPRA-SE.

ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM) - Processo 0637431-04.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.R.F.B. - Trata-se de ação de Investigação de Paternidade, em que, no curso do feito, as partes, mediante concessões mútuas, lograram resolver o conflito que ensejou a propositura da ação, apresentando para homologação judicial a transação juntada às fls. 30/31. As partes têm legitimidade para o pedido e o(s) direito(s) sobre o(s) qual transige(m) lhes é disponível, no âmbito do acordo (destaque-se que não é porque se trata de direito indisponível que é vedado aos seus titulares regulamentar o seu exercício e/ou modo de cumprimento). Os termos do pacto, por sua vez, apresentam-se com regularidade formal, não cabendo ao juízo entrar no mérito das disposições. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado". Em face do exposto, na forma do art. 487, inc. III, "b"; do Código de Processo Civil, cumpridas as formalidades legais, HOMOLOGO, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo formalizado na petição de fls. 79/8. Isento de custas, nos termos da Lei 1.060/50. Publique-se, registre-se, intimem-se e, oportunamente, após expedição dos atos necessários, inclusive mandado de averbação/desconstituição do registro civil e o competente termo de guarda. Ciência ao Ministério Público, se for o caso de intervenção obrigatória (CPC, 178, II)

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0637468-31.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.V.C.R.N. - REQUERIDA: M.G.G.C.R. - 1.Vistos, 2.Desde logo, tendo em vista que a questão de direito relevante para a decisão de mérito em apreço consiste na efetiva partilha dos bens adquiridos pelos litigantes após ter sido decretado o seu divórcio no início dos presentes autos; nos termos do que prescreve o artigo 357 e seus parágrafos do CPC, considerando a peculiaridade da causa e sua(s) controvérsia(s), também porque se trata de matéria de família, "em que se priorizam as soluções mais apaziguadoras e consensuais", inclusive na esfera das questões processuais, DETERMINO A DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE SANEAMENTO COMPARTILHADO. 3.Nesse caso, até porque, "a audiência de saneamento e organização do processo em cooperação com as partes poderá ocorrer independentemente de a causa ser complexa" (Enunciado 298, do Fórum Permanente de Processualistas Civis). 4.Dessa maneira, DESIGNO O PRÓXIMO DIA 28/03/2019, às 11:30 horas, intimando-se para comparecimento, NAS PESSOAS DOS RESPECTIVOS ADVOGADOS, onde será permitido que as partes apresentem "delimitação consensual das questões de fato e de direito" para homologação judicial (art. 357, § 2º ,do CPC) - sendo claro, porém, que o consenso entre as partes não afasta a possibilidade de o juiz determinar prova diversa daquela acordada.; BEM COMO PARA APRESENTAREM A RELAÇÃO COMPLETA E INDIVIDUALIZADA DE TODOS OS BENS QUE INTEGRAM O PATRIMÔNIO A SER PARTILHADO; formularem pedido de quinhão e, ainda, para as juntadas de certidões de matrículas imobiliárias atualizadas e negativas fiscais, observada - no que couber - a forma prevista no artigo 620, inciso IV, também da vigente Lei de Ritos. 5.Intimem-se, DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE, com a presteza que o caso reclama.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0637468-31.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.V.C.R.N. - REQUERIDA: M.G.G.C.R. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de SANEAMENTO COMPARTILHADO para o processo em epígrafe, a ser realizada em 28/03/2019 às 11:15h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0637476-13.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: N.L.S.B. - N.B.S.B. -

REQUERENTE: B.S.N. - EXECUTADO: N.B.F. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 30/07/2019 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0637592-48.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0603145-34.2017.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.K.I. - Devolvo os autos à Secretaria, a fim de que seja efetivamente cumprida a deliberação de fls. 74, com a REMESSA ação para a Comarca de Arcos, no Estado de Minas Gerais. Cumpra-se.

ADV: PRISCILLA RIBEIRO PATRICIO (OAB 20524/PA) - Processo 0637943-21.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.L.P. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0637945-54.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Família - EXEQUENTE: J.P.D. - EXECUTADO: A.G.D. - Não obstante a juntada de fls. 63, INTIME-SE a parte autora, por seu (sua) patrono(a), para manifestação solicitando providências que entender necessário ao prosseguimento do feito. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM) - Processo 0638046-28.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0625705-72.2014.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.A.A.N. - Vistos, Trata-se de uma Ação de Modificação de Domicílio de Referência do Menor c/c Exoneração de Alimentos, que foi formulada pelo Sr. C. A. A. N., em face de dona R. P. E., numa lide que tem relação com o único filho que as partes tiveram, ou seja o menor C. A. E. N., sendo que todas as pessoas envolvidas estão devidamente identificadas e qualificadas desde o princípio. Acompanhando a peça vestibular, foram carreados os documentos de fls. 10/19. Citada regularmente (fls. 42), a ré encartou a peça contestatória de fls. 47/49, ocasião em que, a rigor, concordou com quase todos os pleitos autorais. Instado a se manifestar, o representante ministerial requereu providências, às fls. 61, as quais foram atendidas através da certidão da lavra da Sra. Diretora de Secretaria, conforme documento oficial de fls. 72, quando foi atestada a inexistência de conexão. Às fls. 79, consta despacho determinando a realização de audiência de conciliação, que resultou infrutífera. RELATEI O MAIS RELEVANTE. DECIDO. 1.Desde logo, deixo consignado que este juízo de direito vai antecipar o julgamento da demanda, o que será efetuado na forma permitida e disciplinada pelo artigo 355, inciso I, do Estatuto Processual Civil, inclusive haja vista o teor da peça contestatória de fls. 47/49, onde a parte requerida anuiu expressamente com o pedido de modificação da residência (de referência) do menor C. A. E. N. para o domicílio do seu genitor, ora autor, sendo desnecessária a produção de outras provas. 2.Destarte, examinando o caso em exame, depreendo que a guarda do menor C. A. E. N., um adolescente de 15 (quinze) anos de idade, permanecerá na forma compartilhada, devendo tal menor manter residência com o pai, com quem mantém estreita relação de afetividade e respeito, circunstância que conta com a concordância da requerida/genitora; sendo que os contatos materno-filial poderão ser feitos de forma livre e ampla, inclusive com pernoites ilimitados, conforme rotina já estabelecida na família, respeitados os compromissos educacionais do filho e sempre mediante prévia comunicação entre os acordantes. 3.Passando a análise do pleito exoneração de alimentos e do respectivo pedido contraposto, ENTENDO SER PERFEITAMENTE POSSÍVEL A COMPLETA EXONERAÇÃO (o que em parte contempla o requerimento da defesa) DA PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA ESTABELECIDA NA SENTENÇA ANTERIOR E AO ENCARGO DO SUPLICANTE, considerando que a obrigação de prestar alimentos aos filhos menores decorre do dever de sustento dos pais em relação a prole (art. 1566, IV do CC) e tem sua origem no poder familiar; até porque ela, normalmente, é recíproca entre o pai e a mãe, bem como pelo fato de que o adolescente sob foco - com certeza - continuará sendo bem assistido pelos dois lados e, ainda, pelo detalhe de que o autor/odontólogo, dr. C. A. A. N., tem uma melhor condição sócio-econômica de que sua ex-companheira R. P. E., a qual foi qualificada na exordial como técnica de enfermagem. 4.Ante todo o exposto, ACOLHO O(S) PLEITO(S) DA VESTIBULAR, para: a) MANTER a guarda compartilhada do adolescente em tela, em favor de seus pais (C. A. A. N e R. P. E.); b) ESTABELECER como domicílio de referência do menor a residência paterna, e; c) EFETIVAR A EXONERAÇÃO MENCIONADA NOS AUTOS; E, por último, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO (CPC, art. 487, I). 5.EXPEÇAM-SE os competentes Termos de Guarda Compartilhada e OFICIE-SE ao órgão empregador, se for o caso. 6.DÊ-SE ciência ao Ministério Público, via portal e-SAJ. 7.Sem custas e honorários, em razão do dispositivo da sentença, que em (grande) parte acolheu e atendeu os argumentos da contestante. 8.P. R. I. Cumpra-se. 9.Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0638401-38.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.M.F.S. - INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para apresentar a qualificação completa do requerido, ou requerer as diligências que entender necessárias, no prazo de 15 (quinze) dias (artigo 319, § 1.º do NCPC). Cumpra-se.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0638772-36.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.S.A. e outros - Face o teor da certidão de fls. 44, PROCEDA-SE a cobrança respectiva, a fim de que seja juntado aos autos o laudo solicitado através do ofício de fls. 42, datado de 01.08.2018, e/ou para que seja solicitado um prazo maior para a sua efetiva conclusão. Transcorrido 10 (dez) dias, com ou sem resposta(s), voltem conclusos.

ADV: ELCINEY CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR (OAB 6443/AM), ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM) - Processo 0639790-58.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.C.R.M. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM) - Processo 0640166-44.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: K.L.M. - Transcorrido tal prazo, abra-se vista à parte requerente para manifestação pertinente.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM) - Processo 0640453-07.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.L.O.B. - ATENDA-SE o requerimento retro. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 397B/RR), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0640835-34.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.P. - REQUERIDA: E.B.O.P. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 08/07/2019 às

10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: PRISCILA DUARTE OZÓRIO (OAB 10902/AM) - Processo 0640963-20.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.J.S.O. - 1. Em razão da juntada de fls. 70/103, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0641206-27.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.C.S.C. - REQUERIDO: M.A.A.C. - HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes (fls. 42/43), o que faço com amparo no que dispõe o art. 226, § 6º da Constituição Federal e na forma do artigo 487, inciso III, "b", do NCPC e nas demais normas da matéria; DECRETO, POR SENTENÇA, O DIVÓRCIO DE M. A de A. C e C da C. S. C., a qual voltará a usar seu nome de solteira (C da C. S.); ficando - assim - resolvido o mérito do processo.

ADV: AMANDA LARAY GAMA (OAB 10960/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0641212-39.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nulidade e Anulação de Partilha e Adjudicação de Herança - REQUERENTE: D.S.C. e outros - REQUERIDO: J.R.C. e outro - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Procedimento Comum, que foi formalizada por D. S. C.; D. C. L.; D. S. C. e G. B. C, em face de J. R. C. e G. M. M. P., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 07/40. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 129, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 130. Em seguida, foi efetivada a intimação por mandado de fls. 131/132, conforme certidão de fls. 133/134 e 138, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 12 de setembro de 2017, conforme ata de audiência de fls. 116/117, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: PAULO HENRIQUE LIMA DE MELO (OAB 12433/AM), ADV: ALINE LEITE PEREIRA (OAB 13643/AM) - Processo 0641585-65.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.S.E. - REQUERIDO: C.A.O.M.J. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 05/08/2019 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR AUTORA E DEFENSORA.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0641696-83.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.S.C. - Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ALAIR RODRIGUES FREIRE (OAB 9548/AM) - Processo 0641951-07.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: V.M. - Isto posto, nos termos do artigo 53, II do NCPC, DECLARO a incompetência absoluta deste Juízo da 6ª Vara de Família e Sucessões, determinando a remessa dos autos ao juiz competente, com as nossas homenagens.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0642534-89.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Maria Kelry da Silva Lima - REQUERIDO: Caio Carmilo Figueira - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 25/07/2019 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: IZABELA MAR DOVAL (OAB 12524/AM) - Processo 0642941-95.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - ASSISTIDA: V.S.M. - 1. DEFIRO o processamento do cumprimento de sentença de fls. 39/42. 2. PROCEDAM-SE no SAJ/PG-5: a) a evolução da classe processual para "Cumprimento de Sentença"; b) as retificações necessárias em relação as partes e seus representantes e, c; a reativação dos presentes autos. 3. CONCEDO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, § 1º do NCPC. 4. INTIME-SE a parte executada, pessoalmente, para, no prazo de 03 (três) dias efetuar o pagamento das parcelas referentes aos meses de dezembro/2018, janeiro/2019 e fevereiro/2019, no valor reclamado, acrescido das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de faze-lo, sob pena de prisão (art. 528, caput do NCPC). Int. CUMPRA-SE.

ADV: NONATO VINÍCIUS DOS SANTOS FRANÇA (OAB 13703/AM) - Processo 0643025-96.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.R.A. - Diante da juntada de fls. 23/24, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0643026-18.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.M.C. - REQUERIDA: E.L.G.C. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 11/11/2019 às

10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0643396-94.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: F.C.S.S. - REQUERIDO: F.W.S.S. - V.S.S. - V.S.S. - ATENDA-SE o requerimento retro, CITE-SE E INTIME-SE os requeridos na forma e local ali indicados. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM), ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM) - Processo 0643424-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: G.G.S. - ALIMENTAND: Y.E.G.S. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM), ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM) - Processo 0643846-03.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.P.A. - REQUERIDO: M.P.O.S. - Diante da juntada retro, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: EDUARDO DA SILVA QUEIROZ (OAB 13301/AM) - Processo 0643948-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.C.S. - REQUERIDO: A.K.M.S. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM) - Processo 0644100-73.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.S.R. e outro - MM. Juiz de Direito foi então proferida a seguinte SENTENÇA: "Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de Divórcio Consensual, contemplando Guarda, Alimentos, Direito de Companhia e Convivência e Partilha proposta por J. DA S. R. e R. V. R. , sendo que os dois estão identificados e qualificados desde o princípio. Por ocasião da presente audiência, as partes celebraram acordo num total de 08 (oito) itens. Em relação à partilha de bens adquiridos na constância do casamento, as partes ajuizarão ação própria. O ilustre Membro do Ministério Público, em audiência, mostrou-se favorável à homologação do acordo, por terem sido, verdadeiramente, preservados os interesses dos filhos menores, assegurando-se os direitos insculpidos pelos Principios da Proteção Integral do Menor, bem como da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. É o relatório sucinto. DECIDO. Tendo em vista que foi formulado, neste ato processual, acordo que resolve todas as controvérsias da ação, nos termos do parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal, decorrente da Emenda Constitucional nº 66/2010, porquanto o mesmo preenche todos os requisitos legais da espécie e atende os interesses dos dois pólos do litígio. Ante o exposto, fundamentado no artigo 487, III, alínea b, da Lei de Ritos, HOMOLOGO, na íntegra, o acordo feito por J. DA S. R. e R. V. R. , para que surta seus jurídicos e legais efeitos, DECRETANDO O DIVÓRCIO DAS PARTES, voltando a divorcianda a assinar o nome de solteira (vide item 03) e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Ademais, a requerimento conjunto, fica dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência. Cientificadas as partes. Isentos de custas, por força da Lei. EXPEÇAM-SE os competentes Mandado de Averbação, Termo de Guarda Compartilhada dos menores J. V. V. R, C. A. V. R., P. H. V. R. e L. M. V. R., em favor de seus genitores (vide item 05) . Tudo providenciado, DÊ-SE baixa e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo. CUMPRA-SE."

ADV: RAQUEL TAVARES NEVES (OAB 13315/AM) - Processo 0644289-51.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.S.C.L. - DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0644825-62.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: G.C.B.M. e outro - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA, com fulcro art. 300, §2º, do Código de Processo Civil, para o fim de nomear o Sr. Reizo Felício da Silva Castelo Branco Maués, como CURADOR PROVISÓRIO do interditando, Sr. Raimundo Sabino Castelo Branco Maués. Expeça-se termo de compromisso, intimando-se o requerente, para prestá-lo, no prazo de 05 (cinco) dias e, após, expeça-se o Termo de Curatela Provisória, com validade de 01 (um) ano, em favor do autor, com a ressalva de que o curador, ora nomeado, administrará apenas os atos de natureza patrimonial e negocial do interditando, com exclusividade. Fixe-se data para audiência de entrevista pessoal do interditando. Cite-se e intime-se o interditando, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência, poderá impugnar o pedido. Intime-se o requerente, notificando-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0646884-23.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.M.L. - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, PAUTANDO-SE audiência de instrução e julgamento. 2. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM) - Processo 0647129-34.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: R.J.M.B.F. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0647196-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: José Maria Teixeira da Silva - MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: 1. CONCEDO a parte requerente o prazo de 15 (quinze) dias para informar o endereço atualizado da requerida ou requerer as diligências que entender necessárias (artigo 319, paragrafo 1º NCPC). 2. CIENTE patrona da parte autora presente em audiência. CUMPRA-SE.

ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM) - Processo 0648403-33.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.R.S.V. - Indefiro o pedido formulado às fls. 278/280, considerando que a requerida poderá ser representada por advogado com poderes específicos para transigir, na referida Audiência de Conciliação. Aguarde-se a realização da audiência já designada. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM), ADV: MEIREJANE RODRIGUES RIBEIRO (OAB 14091/AM) - Processo 0648512-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.V.M. - REQUERIDA: F.O.L. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 35, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: ÁLEFE JEMIMA MATOS MOZAMBITE (OAB 9584/AM) - Processo 0648922-08.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTANT: M.A.N.F. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: EVANDRO THIAGO CID SANTOS (OAB 13915/AM), ADV: ELIEL DE SOUZA VIEIRA (OAB 14037/AM) - Processo 0649140-36.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.M.C.M. - REQUERIDO: C.C.S. - ATENDA-SE o requerimento de fls. 46/47. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMOEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0651009-34.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: V.B.S. - ALIMENTAND: K.S.S. - K.S.S. - ALIMENTANT: I.N.S. - o MM. Juiz de Direito passou a proferir a seguinte SENTENÇA: Vistos, Inicialmente, narravam os autos sobre uma de uma Ação de Alimentos, proposta por K. S. DOS S. e. K. S. DOS S., devidamente representados por sua genitora Srª V. B. DA S. em face de I. N. DOS S., ambos devidamente identificados e qualificados na vestibular. Em audiência, as partes celebraram acordo, convencionando acerca da Guarda e Responsabilidade, bem como do Direito de Companhia e Convivência, onde fixou-se o lar paterno como domicilio de referência dos menores, celebrando acordo, num total de 04 (quatro) itens. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando pela homologação do acordo, por restarem preservados os interesses dos filhos menores K. S. DOS S. e K. S . DOS S., havidos da união estável, que perdurou por um lapso temporal de 28 (vinte e oito) anos. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram êxito em resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram mesmo preservados os interesses dos menores, preservando o melhor interesse dos mesmos. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado", uma vez que, conforme ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, "transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840), ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, na forma do art 487, III, "b" do CPC, cumpridas as formalidades legais HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes, em audiência; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Processo nº 0651009-34.2018.8.04.0001 Oportunamente, após expedição dos atos necessários, Termo de Guarda Compartilhada dos menores K. S. DOS S. E K. S. DOS S., em favor dos genitores (vide item 02), CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: CLÁUZIO HEITOR DA SILVA JÚNIOR (OAB 6348/AM) - Processo 0651504-78.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.A.L. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE PARTILHA DE BENS POSTERIOR AO DIVÓRCIO, que foi formulada por Sr. A. F. De M. L. e V. A. L., na qual ambos estão devidamente identificados e qualificados desde a vestibular. Sendo que, acompanhando a peça citada, foram juntados os documentos de fls. 04-36. Deixo consignado, que por não se tratar de interesses de menores e/ou incapazes não houve intervenção do Ministério Público no feito. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Pois bem, ao tempo em que deixo assinalado que o representante do Ministério Público declinou de sua intervenção, verifica-se que as partes pedem homologação do acordo de fls. 01-03, a respeito da suscitada divisão de patrimônio do ex-casal. Ademais, devo consignar que as questões tributárias submetem-se às regras dos artigos 659, § 2º, e 662, também em seu parágrafo 2º, ambos do CPC/2015, não havendo, pois, pendências a serem dirimidas neste momento. Ante o exposto, cumpridas as formalidades legais da matéria e com fundamento no aludido artigo 659 c/c a norma processual do 487, caput, inciso III, letra "b", os dois da vigente Lei de Ritos; HOMOLOGO NA ÍNTEGRA (salvo erro ou omissão, ressalvados eventuais direitos de terceiros e/ou fiscais e para que surta os seus jurídicos e legais efeitos) A PARTILHA DE FLS. 01-03; E, destarte, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Sra. Diretora de Secretaria certificar e diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50. P. R. I. CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais e as cautelas de praxe. Após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE O COMPETENTE FORMAL DE PARTILHA, observadas as regras do art. 659, § 2º e do art. 662, § 2º, ambos do CPC e, ao final, DÊ-SE baixa e arquivem-se.

ADV: MAMEDE GEBER PAULO (OAB 11861/AM), ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM) - Processo 0651877-12.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.N.F.N. - G.L.N. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 29/03/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC) - Processo 0651913-54.2018.8.04.0001 - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Seção Cível - REQUERENTE: Nilton Ribeiro de Afonso Barros - REQUERIDA: Nildiane Ribeiro de Afonso Barros - Raimundo Amorim Barros - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 24/05/2019 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDOS.

ADV: RAIMUNDO SIMAO JERONIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0653844-92.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.A.B. - 1. DEFIRO os suscitados benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC; DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS 2. Outrossim, considerando os argumentos da vestibular e os documentos de fls. 07/09, fundamentado no artigo 4º da Lei nº 5.478/68 e demais dispositivos da espécie, FIXO alimentos provisórios (em favor dos autores L. B do N., G. B do N. e D. J. B do N.) num valor correspondente a 01 (um) salário mínimo, o que faço à míngua de maiores elementos de prova a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades da parte alimentada, que deverão ser pagos mediante recibo ou deposito em conta bancária, conforme requerido, a primeira parcela dez dias após a citação e as demais a cada 30 dias. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 3. REMETAM-SE ao CEJUSC - Família, para tentativa de conciliação prévia e, se necessário, implementação de práticas restaurativas com vistas à abordagem do conflito interpessoal subjacente da família. DELIBERAÇÕES PROCEDIMENTAIS 4. Com a designação de data para o ato de conciliação por referido órgão, diligencie-se a citação da parte requerida e intimação da parte autora para comparecimento, constando expressamente dos expedientes o seguinte: 4.1) o não comparecimento da parte autora ensejará o arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º); 4.2) o não comparecimento da parte requerida, desde que devidamente citada com antecedência mínima de 10 dias, importará em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (Lei 5.478/68, art. 7º); 4.3) comparecendo ambas as partes e havendo conciliação, será tomada por termo, retornando os autos a este juízo para a respectiva homologação; 4.4) comparecendo ambas as partes mas frustrada a conciliação, o feito seguirá curso perante este juízo; 4.5) se a parte requerida não comparecer por não ter sido citada, deverá ser designada nova data de audiência, renovando-se as diligências. EXPEDIÇÃO DOS ATOS 5. Determino que a serventia, ao expedir os atos de citação/intimação para comparecimento ao CEJUSC-Família consigne em destaque que a audiência de conciliação não será realizada na sede do Juízo da 6ª Vara de Famílial, mas no Centro Judiciário de Solução Jucicial de Conflitos das Varas de Família, que se localiza à Av. Paraíba, s/nº, bairro São Francisco - 5º andar, setor 6 do Forum Ministro Henoch Reis, em Manaus/AM. RETORNO DOS AUTOS 6. Retornando os autos com conciliação exitosa, façam-se previamente com vista ao Ministério Público, quando se tratar de caso de intervenção obrigatória. 7. Caso contrário, conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0653908-05.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Osivaldo de Vasconcelos Barros - REQUERIDA: Rafaela Lima Soares - Paulo Ramom Neves Barros - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 29/07/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDA.

ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0654802-78.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.C.S. - A.S.C.S. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 45, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0654841-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: B.B.S.S. - Vistos, etc. RECEBO a emenda de fls. 28, devendo a secretria providenciar as retificações necessárias no cadastro do SAJ/. Outrossim, considerando os argumentos da vestibular e os documentos de fls. 22, fundamentado no artigo 4º da Lei nº 5.478/68 e demais dispositivos da espécie, FIXO alimentos provisórios (em favor do menor C. H. A de S.) em 20% (vinte por cento) dos rendimentos brutos do Requerido, incluídas férias, 13º salário e o terço constitucional, deduzindo-se da base de cálculo apenas as parcelas descontadas compulsoriamente, a exemplo da contribuição previdenciária e do imposto de renda. Os alimentos deverão ser descontados em folha de pagamento e repassados à genitora dos alimentados, como requerido. OFICIE-SE ao empregador para que desconte a pensão em folha de pagamento, na forma do art. 529 e seus parágrafos, do CPC, sob pena de responder pelo crime de desobediência (§1º); também para que informe, em 20 dias, os ganhos auferidos pelo empregado nos últimos três meses, sob as penas do art. 22 da Lei de Alimentos. Pelo prosseguimento, PAUTE-SE data para realização da audiência de conciliação (mediação), prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil. CITE-SE e INTIME-SE o réu deste despacho e para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II).

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0655878-40.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.B.S.L. - Isto posto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação formalizado no requerimento de fls. 21, o que faço por sentença sem resolução de mérito e na forma do que dispõe o artigo 485, inciso VIII, do Estatuto Processual Civil, revogada, de consequência, eventual medida de tutela de urgência concedida.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0656522-80.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.C. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: FABRÍCIO DE SOUZA ROCHA (OAB 6861/AM) - Processo 0658978-03.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: D.C.C. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOÃO ROBERTO DOS ANJOS FILHO (OAB 12389/AM) - Processo 0660018-20.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.O.S. - INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0660670-37.2018.8.04.0001 - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: E.R.P. - REQUERIDO: R.F.P. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Justificação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 11/06/2019 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: ANA MARIA DOS ANJOS TAVARES (OAB 5865/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0708046-29.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.O. - REQUERIDA: A.G.O. - Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 150-153, pelo Magistrado Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da 6ª Vara de Família, onde foi JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE, com resolução de mérito, o pedido formulado, para fim de reduzir em 1/3 (um terço) a pensão paga pelo autor à ré, ao tempo em que DETERMINOU que tal obrigação persista, como vem sendo feito, até o mês de maio de 2015. Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação por parte da Requerida às fls. 157-165, contrarrazões às fls. 177-180, onde no segundo grau a apelação do Requerido foi conhecida e provida. No acórdão proferido no 2º grau, juntado às fls. 212-217 a sentença de primeiro grau foi reformada, mantendo a pensão alimentícia nos termos anteriormente fixados. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: ANA MARIA DOS ANJOS TAVARES (OAB 5865/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0708046-29.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.O. - REQUERIDA: A.G.O. - 1. Tendo em vista o resultado do julgamento do recurso de (dizer se é apelação ou agravo) de fls. 212/217, PROCEDA-SE a correção da certidão de registro de sentença de fls. 150/153, dando-se ciência as partes. 2. Nada sendo requerido, CUMPRA-SE a decisão do órgão “a quo”, obedecidas as regras legais e com a presteza que o caso reclama. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: ANA MARIA DOS ANJOS TAVARES (OAB 5865/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0708046-29.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.O. - REQUERIDA: A.G.O. - RETIFICANDO A CERTIDÃO DE FLS. 256 Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 150-153, pelo Magistrado Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da 6ª Vara de Família, onde foi JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE, com resolução de mérito, o pedido formulado, para fim de reduzir em 1/3 (um terço) a pensão paga pelo autor à ré, ao tempo em que DETERMINOU que tal obrigação persista, como vem sendo feito, até o mês de maio de 2015. Outrossim, informo que consta na página 01, que o Requerente em razão da Ação de Alimentos que tramitou na 4ª Vara de Família da Capital, desde 19/09/1999, é obrigado a pagar pensão alimentícia a sua ex-mulher Sra. ALDENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA, que hoje, devido a .Ação Rervisional de Alimentos, está no patamar de 10% de sua aposentadoria, conforme prova a cópia da sentença e contracheques, em anexo. Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação por parte da Requerida às fls. 157-165, contrarrazões às fls. 177-180, onde no segundo grau a apelação do Requerido foi conhecida e provida. No acórdão proferido no 2º grau, juntado às fls. 212-217 a sentença de

primeiro grau foi reformada, mantendo a pensão alimentícia nos termos anteriormente fixados, ou seja, ficando a pensão no patamar de 10% (dez por cento) de sua aposentadoria. Consta às fls. 228-234 Acórdão do Agravo Interno no Recurso Especial, interposta por J C DE O, contra decisão unipessoal que conheceu do recurso especial que interpusera, onde foi NEGADO PROVIMENTO ao presente agravo interno no recurso especial. É o que me cumpre certificar.

ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: MARIA DE CÁSSIA RABELO DE SOUZA (OAB 2736/AM) - Processo 0713769-29.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Livia Nascimento de Lima - EXECUTADO: F.J.M.R. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM) - Processo 0715168-93.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: S. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no “item 1” serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA, ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM) - Processo 0717015-33.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.M.B.R. - ATENDA-SE o requerimento retro, INTIME-SE o tradutor K. N., para dizer se aceita o encargo de fazer a tradução dos autos. Int. CUMPRA-SE.

Abrahão Lyncon Nunes Dantas (OAB 8125/AM)
Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)
ADRIANA DE FREITAS FERNANDES (OAB 355674SP)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alair Rodrigues Freire (OAB 9548/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alberto da Silva Oliveira (OAB 3974/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Álefe Jemima Matos Mozambite (OAB 9584/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB 920A/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Alfrânia Balbino de Oliveira (OAB 9319/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Aline Leite Pereira (OAB 13643/AM)
Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Amanda Dias Simões de Oliveira (OAB 12445/AM)
Amanda Laray Gama (OAB 10960/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Maria dos Anjos Tavares (OAB 5865/AM)
Ana Paula Simões Bandeira Rocha (OAB 12917/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Ane Caroline dos Santos Silva (OAB 10053/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bianca Priscilla Anjos de Souza (OAB 13526/AM)
Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno de Souza Cavalcante
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Camila da Costa Almeida (OAB 8877/AM)
Camila da Silva Melo (OAB 10293/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Carlos Collyer Ferreira (OAB 10012/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Carmen Karine Steimbach (OAB 8524/AM)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cazuna Magalhães (OAB 8568/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Claudia Pereira Leite (OAB 9712/AM)
Cláuzio Heitor da Silva Júnior (OAB 6348/AM)
Clayton Dias Soares (OAB 8793/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 397B/RR)
Cristiane Soares de Soares (OAB 8859/AM)
DAFHINE DE ALMEIDA CARNEIRO (OAB 9934/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Dário da Silva Gonzaga (OAB 10661/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Deivid Leandro Nascimento de Araújo (OAB 13731/AM)
Deyvison Souza Castelo (OAB 9163/AM)

Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Antonio da Costa Vieira (OAB 10402/AM)
Diego Nunes da Silva (OAB 13208/AM)
Diêgo Ribeiro Gomes (OAB 10614/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dínia Raimunda Moraes Borges (OAB 5091/AM)
Diogo Victor Brasil (OAB 9693/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo da Silva Queiroz (OAB 13301/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA VERAS (OAB 210781/SP)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Elciney Corrêa de Souza Júnior (OAB 6443/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Eliel de Souza Vieira (OAB 14037/AM)
Eliza Paes Araújo (OAB 5162/AM)
Ellen Wandrienny de Lima Tavares (OAB 10122/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
ERIKA CRISTHINE DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 8273/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB 8290/AM)
Evandro Sousa Alves (OAB 13420/AM)
Evandro Thiago Cid Santos (OAB 13915/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Ezequias Vasconcelos de Paula (OAB 9284/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Rodrigues do Nascimento (OAB 12006/AM)
Fabrício de Souza Rocha (OAB 6861/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Fernando Nunes da Frota (OAB 1527/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francelia Gomes Lima (OAB 12049/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Francisco J.P. Macedo (OAB 248B/RR)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Gerson Luiz Martins dos Santos (OAB 6778/AM)
Gilvan Simoes P. da Motta (OAB 001.662/AM)
Giscard Cruz Tinoco (OAB 12857/AM)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Helso do Carmo Ribeiro Filho (OAB 10489/AM)
Henrique Santos Canet (OAB 45691/BA)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Igor Bergson Silva Almeida (OAB 11407/AM)
Imbergman Maia Litaiff (OAB 5699/AM)
Isabelle dos Santos Perasa Ribeiro (OAB 12079/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivana de Almeida Salgado (OAB 49858/RJ)
IZABELA MAR DOVAL (OAB 12524/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Janderli Cavalcante Costa (OAB 12550/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
JAQUELINE ABREU CARVALHO (OAB 11166/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jeane Fernandes de Almeida (OAB 12508/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jesse Jean Oliveira Almeida (OAB 12016/AM)
Jessica Anne Amaral Oliveira (OAB 164280/MG)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Alves Filho (OAB 52073/DF)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Bosco Ramos Batista (OAB 2739/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Darch Clebiss (OAB 10877/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Roberto dos Anjos Filho (OAB 12389/AM)
Jocineide Maria de Sousa Ramos (OAB 4152/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB 29A/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Carlos Pereira de Oliveira (OAB 2772/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
José Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB 4682/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
JOSE WERLES BORGES DA SILVA (OAB 11092/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Joyce Marques de Almeida (OAB 13087/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Júlia Rayane Marinho Correia (OAB 11337/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Júlio César Rubim de Moraes (OAB 4727/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116A/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Kátia Oliveira Santos da Costa (OAB 8260/AM)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Kennedy Alves da Silva (OAB 5519/AM)
Kethleen Regina de Oliveira Negreiros (OAB 12535/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Lais Mota de Souza Costa (OAB 8503/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larissa Vilas Boas Feitoza (OAB 13299/AM)
Leandro Menezes dos Santos (OAB 1115A/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Lenivaldo Ferreira (OAB 13438/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Liah Lima Cerf Levy (OAB 7183/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lorena Marega Andrade (OAB 111363/MG)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB 11948/AM)
Lúcia Porto Veiga Malavasi (OAB 485A/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Maelir Rodrigues da Silva (OAB 12977/AM)
Mamede Geber Paulo (OAB 11861/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcelo Campos Schroder (OAB 002.499/AM)
Márcia Suzana Oliveira Menezes (OAB 10267/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
MARCO ANTÔNIO DA SILVA KISIOLAR (OAB A357/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)

Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Marcos Danrley da Silva Lima (OAB 13512/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria de Cássia Rabelo de Souza (OAB 2736/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Maria Kátia Batista Martins (OAB 9581/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Mariana Monte Giovanazzi (OAB 12076/AM)
MARIANA PINHEIRO GONÇALVES (OAB 13906/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Max Eduardo Vieira Saraubi (OAB 9540/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Meirejane Rodrigues Ribeiro (OAB 14091/AM)
Michel Ferreira do Vale (OAB 6283/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Muema Maíra de Miranda Sales (OAB 8265/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Nélio Glauber de Souza Aragão (OAB 10807/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Neusa Dídia Brandão Soares (OAB 2342/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)
Nina Brandao Siqueira (OAB 9012/AM)
Nonato Vinícius dos Santos França (OAB 13703/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Orlando Patrício de Sousa
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Otoniel Queiroz de Souza Neto (OAB 8821/AM)
Panthev da Trindade Maciel (OAB 11053/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Freitas de Carvalho (OAB 13414/AM)
Paula Lopes de Lima Campos (OAB 8072/AM)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Paulo Henrique Lima de Melo (OAB 12433/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
pedro emidio lima da silva (OAB 10413/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Polliana Rodrigues da Silva (OAB 9476/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Priscila Duarte Ozório (OAB 10902/AM)
Priscilla Ribeiro Patricio (OAB 20524/PA)
Radson Rocha de Araújo (OAB 6740/AM)
Rafaela Rocha Bezerra (OAB 12824/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Raimundo Lázaro Martins da Silva (OAB 10640/AM)
Raimundo Nonato Alves Gomes (OAB 6801/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raimundo Simao Jeronimo Filho (OAB 13056/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raquel Tavares Neves (OAB 13315/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Reynold Sales Caleffi (OAB 9948/AM)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Ricardo Rodrigues Jerônimo (OAB 9354/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Robson Parente Ribeiro (OAB 10470/AM)
RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM)
Rodrigo Ramos Rodrigues (OAB 6701/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Ronny Oneti Lima (OAB 13040/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Salin Ribeiro Alves (OAB 8135/AM)
Samantha da Cunha Marques (OAB 253747/SP)
Samara Beatriz da Silva Mendonça Alves (OAB 14076/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sandro Romero Pinto Barbosa (OAB 13001/AM)
Sarah de Souza Lobo (OAB 5971/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Shirley da C. A. do C. Ferreira (OAB 5161/AM)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tamile de Paula Freitas Rodrigues Amanajás (OAB 8185/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tatyane Praia Evangelista (OAB 13374/AM)
Telma Maria Silva de Mello (OAB 10202/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Correa Cunha (OAB 12807/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Tokuti Yano (OAB 9206/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victor Alberto Graça Lins (OAB 10562/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Waldir Eugênio de Souza (OAB 11350/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Washington Luiz Costa de Jesus (OAB 3172/AM)
Weber dos Santos Rêgo (OAB 4951/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0005/2019

ADV: FELIPE FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7981/AM) - Processo 0241305-38.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Romario Oliveira de Souza - Rogério Oliveira de Souza - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 304, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Vista ao Ministério Público para as contra-razões no prazo da lei, após remetam-se os autos à Instância Superior, com as homenagens de estilo. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM) - Processo 0245589-89.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Renato Couteiro Sales e outro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Renato Couteiro Sales, Dr.(a) Abrahim Jezini Júnior OAB 8073/AM e Marcelo Ferreira da Costa Filho OAB 7023/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/02/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 08 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM), ADV: CAIQUE CLEYDSON ALENCAR DE CARVALHO (OAB 12993/AM) - Processo 0254059-12.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alisson de Oliveira Barbosa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Alisson de Oliveira Barbosa, Dr.(a) Brendo de Castro Martins OAB 13009/AM e Caique Cleydson Alencar de Carvalho OAB 12993/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/02/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 08 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: WALTER DA CUNHA AZEVEDO FILHO (OAB 3828/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA (OAB 6378/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0611192-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas Batista Gurgel - Felipe Antônio Pereira Araújo - Edimilson Oliveira de Lima - Matheus Rodrigues Ribeiro de Araújo e outro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Felipe Antônio Pereira Araújo, Edimilson Oliveira de Lima, Matheus Rodrigues Ribeiro de Araújo e Lucas Batista Gurgel, Dr.(a) Leandro Rebelo de Paula OAB 11851/AMTiago Brito Mendes OAB 7814/AMNilton Mendes Pinto Júnior OAB 10346/AMEmerson Siqueira Pereira OAB 10338/AMWalter da Cunha Azevedo Filho OAB 3828/AM e Carla Louanny de Andrade da Silva OAB 6378/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/02/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 08 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM), ADV: WILLIAM LINS DE ALBUQUERQUE (OAB 13440/AM) - Processo 0637030-05.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wellington Nunes Siqueira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Wellington Nunes Siqueira, Dr.(a) William Lins de Albuquerque OAB 13440/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/02/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 08 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0640973-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jeanderson de Souza e Souza e outro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Jeanderson de Souza e Souza, Dr.(a) Adriano Alves de Lima OAB 7398/AMADRIEL LOPES MOTA OAB 9320/AMAndréa Marques Telles de Souza OAB 3283/AMAntônio Frazão Amaral OAB 3042/AMAniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AMAmanda Karla Paiva da Silva OAB 12229/AMCamila Bertolini de Paiva OAB 8223/AMJoelma Takeda de Moraes OAB 8432/AMCHARLENE DUARTE MAIA OAB 8504/AM e Cíntia Albuquerque Brito OAB 5596/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/02/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 08 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Caique Cleydson Alencar de Carvalho (OAB 12993/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carla Louanny de Andrade da Silva (OAB 6378/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)

CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7981/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Walter da Cunha Azevedo Filho (OAB 3828/AM)
William Lins de Albuquerque (OAB 13440/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0006/2019

ADV: GENILCE SIQUEIRA VIANA (OAB 8467/AM) - Processo 0203305-32.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Charles Henrique Viana Pinto - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Charles Henrique Viana Pinto, Dr.(a) Genilce Siqueira Viana OAB 8467/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/02/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: ALDECY DE ARAÚJO MAIA (OAB 1421E/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0209792-52.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Paulo Roosevelt Gomes Pacheco - Maria Karolina Cortez da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Maria Karolina Cortez da Silva, Dr.(a) João Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AM e Cirlane Figueredo Albertino OAB 8085/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/02/2019 às 13:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM), ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM), ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0213334-10.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: V.O.C. - G.S.S. - R.S.S. - G.O.C. e outros - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Robson Santos da Silva, Grasiela de Oliveira Cabral e Valciclei Oliveira Cabral, Dr.(a) Edieri Maria Mousinho Abitbol OAB 7862/AMDiego Américo Costa Silva OAB 5819/AMSulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira OAB 2557/AMLUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO OAB 5338/AMSidney José Vieira de Souza OAB 5798/AMSâmia Brena Furtado Monteiro OAB 11988/AMAgassiz Rubim da Silva Reis Filho OAB 6552/AM e Robson Carvalho Ferreira OAB 12268/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/02/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: JORGE ALBERTO SILVA DE MELO (OAB 5916/AM), ADV: EMMANUEL CHACON RODRIGUES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 7758/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: RENAN RIBEIRO NASCIMENTO (OAB 10191/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0219418-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Anderson Broni de Almeida - Ramon Carvalho de Oliveira - Breno Andrade Tucci - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Breno Andrade Tucci, Ramon Carvalho de Oliveira e Anderson Broni de Almeida, Dr.(a) Aldemir da Rocha Silva Júnior OAB 5445/AMEmmanuel Chacon Rodrigues Carneiro de Albuquerque OAB 7758/AMElzu Sousa Alves OAB 9641/AM e Renan Ribeiro Nascimento OAB 10191/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/02/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM) - Processo 0223470-37.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Cristina Moreira da Silva - DENUNCIADO: Thiago Onorato do Nascimento - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Thiago Onorato do Nascimento, Dr.(a) Wladimir da Cunha Aleli OAB 7084/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/02/2019 às 09:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0242879-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wender Paulo Fernendes Marialva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Wender Paulo Fernendes Marialva, Dr.(a) Breno de Almeida Rodrigues OAB 8121/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/02/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro

de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0247861-22.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Marcelo Junior da Silva Cabral - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Marcelo Junior da Silva Cabral, Dr.(a) Rafael Panza França Garcia OAB 8425/AM e Cristiane Gama Guimarães OAB 4507/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/02/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0248016-25.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Flavio Rogerio Cantanhede dos Santos - Kellen Cristina Lima Feitosa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Flavio Rogerio Cantanhede dos Santos, Dr.(a) Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AMFrancisco Souza de Melo OAB 7808/AMKal-El Bessa Nascimento Salem OAB 6389/AMMaria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio OAB 6541/AM e Wladimir da Cunha Aleli OAB 7084/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/02/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM) - Processo 0254566-70.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Arlem Rodrigues da Silva e outros - Diante do exposto, ACOLHO os presentes Embargos de Declaração, para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE dos acusados Arlem Rodrigues da Silva e Cosme Tavares da Silva, com fundamento nos artigos 107 c/c 109 e 115 do Código Penal. Custas pelo Estado. À secretaria para dar baixa no nome sistema SAJ-PG5.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM), ADV: SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS (OAB 1852/AM) - Processo 0257826-58.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Liodenilson Paixão de Castro - Marcelo Filemom da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Marcelo Filemom da Silva e Liodenilson Paixão de Castro, Dr.(a) Marcelo Nobre de Souza OAB 7089/AMSidney José Vieira de Souza OAB 5798/AM e SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS OAB 1852/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/02/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0602052-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Willy Gamarra Catalin - Pelo exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA em favor de Willy Gamarra Catalin, nos termos do art. 321, do CPP, devendo comparecer a todos os atos do processo, não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo e deve permanecer em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga, inclusive não comparecer à bares ou outros locais que comercializem bebida alcoólica, sob pena de revogação do benefício. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA E TERMO DE COMPROMISSO, constando naquele a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II e IV do CPP, e que seu descumprimento acarreta na revogação do benefício. Determino, ainda, que o réu compareça a este juízo mensalmente para assinatura do referido Termo de Compromisso. Deverá ainda comparecer às Reuniões do Grupo dos Narcóticos Anônimos, devendo apresentar declaração de frequência sempre que retornar a este Juízo para assinatura do termo de comparecimento mensal, deve permanecer em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga, inclusive não comparecer à bares ou outros locais que comercializem bebida alcoólica. ENCAMINHE-SE Willy Gamarra Catalin ao PROJETO REEDUCAR. Intime-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0603403-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antonio Marcos Estevao Caciano - Francirlene de Souza Estevao - Bruno Vieira Cassiano - Mario Dawan Estevao - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Antonio Marcos Estevao Caciano, Francirlene de Souza Estevao, Bruno Vieira Cassiano e Mario Dawan Estevao para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0604406-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Ingrid Isabelly da Silva Ramos - Elielson da Silva Campos - Santiago da Silva Campos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0604406-97.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Manoel Dias Barbosa OAB 6736/AMManoel Dias Barbosa OAB 6736/AMManoel Dias Barbosa OAB 6736/AMAnderson de Souza Lima OAB 10190/AMAlex de Souza Cabral OAB 12096/AM e Carlos Alberto Barros Ferreira OAB 12374/AM, advogado(a) de Ingrid Isabelly da Silva Ramos, Elielson da Silva Campos e Santiago da Silva Campos, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: FRANCISMARY DA SILVA ANDRADE (OAB 11089/AM) - Processo 0605251-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Athos Santos Vargas - Wesley Cleidson da Silva Souza - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0605251-03.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Francismary da Silva Andrade OAB 11089/AM, advogado(a) de Wesley Cleidson da Silva Souza, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0615101-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Anderson Duarte dos Santos - DENUNCIADO: Michael Franz Soares Barbosa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Michael Franz Soares Barbosa, Dr.(a) Eduardo de Souza Rodrigues OAB 5559/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/02/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0629186-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Bárbara Bastos Galdino - Matheus Alves dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Bárbara Bastos Galdino, Dr.(a) Luana Lima Caresto OAB 6235/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/02/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0633888-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Estelionato - RÉU: Antônia Florencio de Oliveira - Janderson Aguiar Carneiro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0633888-90.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Átila de Medeiros Affonso OAB 1819/AMLuana Lima Caresto OAB 6235/AM e Átila de Medeiros Affonso OAB 1819/AM, advogado(a) de Antônia Florencio de Oliveira e Janderson Aguiar Carneiro, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: KALEL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM) - Processo 0636796-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: ALESSON DOS SANTOS SANTANA - ERNANDES DOS SANTOS SOARES - DIEGO BARBOSA BRAGA - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) DIEGO BARBOSA BRAGA, Dr.(a) Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AMBelmiro Gonçalves Vianez Neto OAB 6846/AMJennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira OAB 8383/AMKal-El Bessa Nascimento Salem OAB 6389/AM e Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio OAB 6541/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/02/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0640663-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Adriana Pereira Meireles - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Adriana Pereira Meireles, Dr.(a) Jerônimo Pereira da Silva Neto OAB 9509/AM e Joelma Takeda de Moraes OAB 8432/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/02/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0644938-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Carina da Cruz Souza - Iury Ribeiro de Oliveira - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 15/04/2019 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0652338-81.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renato Felix da Silva - INDICIADO: André Luiz Vasconcelos da Silva - NOTIFIQUE-SE o Denunciado André Luiz Vasconcelos da Silva para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública

do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0653899-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabricio Santos da Silva - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 09/04/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: JONATHAN CAMPOS CUTRIM (OAB 9855/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM) - Processo 0657562-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Rodrigo Correa Leal - RÉU: Francisco Ferreira de Freitas - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 15/04/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0660800-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Bárbara Bastos Galdino - Leandro Ribeiro Freire de Sena - Samuel Junio dos Santos Nonato - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 15/04/2019 às 10:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0661766-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wellington Ferreira da Costa - Nilton Ferreira da Costa - Adauto Serrão de Melo - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 09/04/2019 às 11:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0662362-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Isanias Lima da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Isanias Lima da Silva, Dr.(a) Alex de Souza Cabral OAB 12096/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/02/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Aldecy de Araújo Maia (OAB 1421E/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Emmanuel Chacon Rodrigues Carneiro de Albuquerque (OAB 7758/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Francismary da Silva Andrade (OAB 11089/AM)
Genilce Siqueira Viana (OAB 8467/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jonathan Campos Cutrim (OAB 9855/AM)
Jorge Alberto Silva de Melo (OAB 5916/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Renan Ribeiro Nascimento (OAB 10191/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS (OAB 1852/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.

JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0007/2019

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0203636-38.2019.8.04.0001 (processo principal 0652338-81.2018.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Jordania Egler Braga Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0203636-38.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) George de Melo Monteiro OAB 8466/AM, advogado(a) de JORDANIA EGLES BRAGA SILVA para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 16. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 15 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: BENJAMIN DO COUTO RAMOS NETO (OAB 8483/AM) - Processo 0210408-61.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Sebastião Lima Martins Filho - Jose da Silva Rodrigues - J.S.S. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0210408-61.2012.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Cirlane Figueredo Albertino OAB 8085/AMJoão Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AMBenjamin do Couto Ramos Neto OAB 8483/AMRômulo Almeida do Nascimento OAB 2150/AMCaroline Ribeiro Frota Moreira OAB 5670/AM e Rômulo Almeida do Nascimento OAB 2150/AM, advogado(a) de Sebastião Lima Martins Filho, Jose da Silva Rodrigues e José dos Santos Silva, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0215436-73.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jimmy Cliff Vieira Turibi - Luan Moreira Pereira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Luan Moreira Pereira, Dr.(a) Edinei Lourenço de Carvalho OAB 9689/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 12/03/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0220896-70.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Franco Soares Sarmanho - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Franco Soares Sarmanho, Dr.(a) ADRIEL LOPES MOTA OAB 9320/AMDavi Rodrigues de Oliveira OAB 8550/AMFábio Assunção Pavesi OAB 8754/AMGeysa Caroline de Souza Machado OAB 6149/AMNathália Pimentel Bione de Souza OAB 8027/AM e Raphael Coelho da Silva OAB 7998/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 12/03/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: JORGE ALBERTO SILVA DE MELO (OAB 5916/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM) - Processo 0222130-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Amos Alves de Souza - Eduardo Queiroz de Araújo - Heliuton Cabral do Carmo - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0222130-53.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Jorge Alberto Silva de Melo OAB 5916/AMJorge Henrique Silva de Melo OAB 7999/AMDjacy das Neves Benevides Filho OAB 11994/AMJorge Henrique Silva de Melo OAB 7999/AMJorge Alberto Silva de Melo OAB 5916/AMElzu Sousa Alves OAB 9641/AMPaulo José Pereira Trindade Júnior OAB 4992/AM e Clodoaldo Cavalcante dos Santos OAB 9888/AM, advogado(a) de Amos Alves de Souza, Heliuton Cabral do Carmo e Eduardo Queiroz de Araújo, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0223655-75.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Celson André dos Santos e outro - DECIDO. Apesar da materialidade do fato delituoso estar devidamente comprovada no auto de exibição e apreensão e no laudo preliminar de constatação de drogas, que positivou a substância apreendida, os réus, em juízo, negaram a autoria do fato delituoso. Ademais, verifica-se as testemunhas de acusação, quando ouvidas em Juízo, não trouxeram maiores elementos informativos do flagrante. Destarte, verifico não haver indícios de que os réus estavam na mercancia de substância entorpecente. Assim, a materialidade restou comprovada pelo Laudo de Exame de Substância Entorpecente, contudo, a autoria dos crimes imputados aos réus não se configurou. Assim, por tudo mais que consta nos autos, verifica-se que na instrução não há prova suficiente. Diante do exposto e com fundamento no art. 386, VI, do CPP, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA, ABSOLVENDO os réus Milene Alves de Souza e Celson André dos Santos dos crimes do art. 33 e 35 c/c art. 40, III, Lei 11.343/06. Custas pelo Estado. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus, oficie-se à autoridade

competente para que proceda à incineração da droga, ficando consignado que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservado uma quantidade necessária para uma eventual contraprova. Desnecessidade de alvará, visto que os acusados encontram-se soltos. O Ministério Público e a defesa abrem mão do prazo para recurso. Publicação e intimação em audiência. Com o trânsito em julgado e permanecendo esta decisão, arquive-se. Registre-se.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: ARY SÉRGIO DA MOTTA (OAB 82A/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: MÁRIO VITOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: WASHINGTON LUIZ COSTA DE JESUS (OAB 3172/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0228203-51.2010.8.04.0001 (001.10.228203-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Carlos Henrique Pereira da Costa - Cilineide Rodrigues Bastos e outros - INDICIADO: Carlos Emilio Buenos - RÉU PRESO: Pedro da Cunha Ferreira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0228203-51.2010.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Emília Carolina Mello Vieira OAB 3872/AMShelby Moreira Finicelli OAB 5684/AMSulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira OAB 2557/AMEmília Carolina Mello Vieira OAB 3872/AMRômulo Almeida do Nascimento OAB 2150/AM e Rômulo Almeida do Nascimento OAB 2150/AM, advogado(a) de Maurício da Silva Pinto, Carlos Henrique Pereira da Costa, Cilineide Rodrigues Bastos, Carlos Emilio Buenos e Wenceslau Rodrigues Filho, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 245/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0240224-83.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Amir David Cohen - Reiry Matos Soares - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Reiry Matos Soares e Amir David Cohen, Dr.(a) Maria Santana de Freitas OAB 5708/AMNelson Sapha Kizem OAB 245/AMNelson Abdon Souto Kizem OAB 5454/AM e Ricardo Leite Menezes OAB 10110/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 12/03/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0242244-18.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ataide Leal Menezes - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Ataide Leal Menezes, Dr.(a) Diego Américo Costa Silva OAB 5819/AM e Antônio Coimbra Filho OAB 3252/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 13/03/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0243143-45.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Andrey Ramon dos Passos França - Lucas dos Santos Rocha - Paulo Henrinque Bento dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Lucas dos Santos Rocha, Dr.(a) Edmilson Freitas Mesquita OAB 10115/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 12/03/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0243699-81.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Bruno Lima Ferreira - Iury Pereira Bezerra - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Bruno Lima Ferreira, Dr.(a) Marleide Saraiva do Amaral OAB 6167/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 11/03/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: VICTOR PORTO ALMEIDA (OAB 9266/AM) - Processo 0250040-26.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Sousa do Vale - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA, para CONDENAR JOCASSIA DE PAULA TAVARES DOS SANTOS e Felipe Sousa do Vale às penas do art. 33, da Lei 11.343/2006 e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas do art. 35 da Lei 11.343/2016 e 180 do CP. Passo à dosimetria da pena. 1) Quanto à Acusada Jocassia De Paula Tavares Dos Santos as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, não se mostram desfavoráveis ao réu. Por isso, fixo a pena base do crime do art. 33 da Lei 11.343/2006 no mínimo, isto é, em 5 (cinco) anos de reclusão. Não há agravante. Milita a favor do Réu a atenuante da confissão, pelo que atenuo a pena em 06 (seis) meses. Tal atenuante, contudo, não tem o condão de levar a pena aquém do mínimo legal (Súmula 231 do STJ). O réu preenche os requisitos insculpidos no § 4º do art. 33, da Lei nº 11.343/2006, por isso reduzo a pena de 2/3 (dois terços), tornando-a definitiva em 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, a serem cumpridos em Regime Aberto, à míngua de causa de aumento de pena. Tendo em vista o princípio da proporcionalidade, fixo a pena de multa em 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, com o valor de cada dia-multa de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo. Presentes os requisitos dos arts. 43 e seguintes do Código Penal, substituo a pena de reclusão por restritivas de direitos dos tipos prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana e terapias comunitárias (STF - HC 97.256). Tendo em vista que o lapso do prazo prescricional de 02 (dois) anos transcorreu sem que houvesse causa suspensiva ou interruptiva do andamento, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE da acusada, com fundamento nos artigos 107 c/c 109 e 115 do

Código Penal. 2) Quanto ao Acusado Felipe Sousa do Vale as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, não se mostram desfavoráveis ao réu. Por isso, fixo a pena base do crime do art. 33 da Lei 11.343/2006 no mínimo, isto é, em 5 (cinco) anos de reclusão. Não há agravante. Milita a favor do Réu a atenuante da confissão, pelo que atenuo a pena em 06 (seis) meses. Tal atenuante, contudo, não tem o condão de levar a pena aquém do mínimo legal (Súmula 231 do STJ). O réu preenche os requisitos insculpidos no § 4º do art. 33, da Lei nº 11.343/2006, por isso reduzo a pena de 2/3 (dois terços), tornando-a definitiva em 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, a serem cumpridos em Regime Aberto, à míngua de causa de aumento de pena. Tendo em vista o princípio da proporcionalidade, fixo a pena de multa em 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, com o valor de cada dia-multa de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo. Presentes os requisitos dos arts. 43 e seguintes do Código Penal, substituo a pena de reclusão por restritivas de direitos dos tipos prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana e terapias comunitárias (STF - HC 97.256). Com o trânsito em julgado desta condenação, o Réu será considerado culpado, nos termos do art. 5º, inciso LVII, da CF. Com referência a droga apreendida, DETERMINO que a mesma seja incinerada. Em decorrência do crime de tráfico de drogas e por não haver comprovação da boa origem da importância monetária apreendida, DECRETO, nos termos dos arts. 243, parágrafo único da CF e 63 da Lei 11.343/06, o perdimento da dita importância monetária apreendida, em favor da União, por intermédio do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD). Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1. Lance-se o nome do Réu Felipe Sousa do Vale no rol dos culpados; 2. Dê-se baixa no nome da ré Jocassia De Paula Tavares Dos Santos no sistema SAJ-PG5; 3. Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; 4. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do Réu, com suas devidas identificações, acompanhadas de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 5. Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; 5. Aplique-se a detração no que couber. Publicação e intimação em audiência

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: FERNANDO FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7593/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: NINA CRUZ ANTONY HOAEGEN (OAB 8217/AM), ADV: THEO EDUARDO RIBEIRO FERNANDES MOREIRA DA COSTA (OAB 14088O/MT) - Processo 0251608-14.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Rui Rummeningg Duarte Júnior - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Rui Rummeningg Duarte Júnior, Dr.(a) Cristiano Leitão Tapajós OAB 5826/AMMaria Elizabethe Rodrigues Jeronimo OAB 7229/AMThiago Rodrigues Gomes OAB 8198/AMNina Cruz Antony Hoaegen OAB 8217/AM e Antônio Frazão Amaral OAB 3042/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 13/03/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ALESSANDRA DE LIMA OLIVEIRA (OAB 7547/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0261847-43.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Robson Eufrázio Pimentel - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Robson Eufrázio Pimentel, Dr.(a) Alessandra de Lima Oliveira OAB 7547/AM e Davi Mafra dos Anjos OAB 9694/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 13/03/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0601397-93.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Richarles Medeiros de Souza - Wellington Oliveira de Freitas - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Richarles Medeiros de Souza e Wellington Oliveira de Freitas para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0602990-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gabriel Batista da Silva - Thiago Nazaré Araujo - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Gabriel Batista da Silva e Thiago Nazaré Araujo para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0603403-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antonio Marcos Estevao Caciano - Francirlene de Souza Estevao - Bruno Vieira Cassiano - Mario Dawan Estevao - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 17/04/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0603677-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Izabele Marrie Cristine Silva de Albuquerque - NOTIFIQUE-SE a Denunciada Izabele Marrie Cristine Silva de Albuquerque para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar a acusada e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: VANILDE DE JESUS DUARTE (OAB 10028/AM) - Processo 0605021-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cleidson Silveira dos Passos - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Cleidson Silveira dos Passos para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes. Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0605068-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Miley da Silva Nascimento - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Miley da Silva Nascimento para apresentar defesa prévia no prazo de 10

(dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM) - Processo 0605098-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcelo da Silva Ramos - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Marcelo da Silva Ramos para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes. Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0606308-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jofre Lopes da Silva - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Jofre Lopes da Silva para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0606434-04.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Joab Picanço Barbosa - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO de Joab Picanço Barbosa, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0607978-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson Euclides Araujo Souza - Carlos Antonio Tavares de Souza - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 293, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0634127-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Carlos Victor da Silva Ribeiro e outros - Posto isso, INDEFIRO o pedido de relaxamento de prisão de Carlos Victor da Silva Ribeiro, pelas razões expostas alhures. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM), ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0634127-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Felipe Borges Bruce - RÉU: Carlos Victor da Silva Ribeiro - Juciele da Costa Barbosa - Marcilene da Silva dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0634127-94.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Efigênia Generoso de Araújo OAB 4508/AMJoao Evangelista Generoso de Araujo OAB 12394/AMHermeson dos Santos Rodrigues OAB 8245/AM e Eder Carlos Ribeiro Pires OAB 7901/AM, advogado(a) de Carlos Victor da Silva Ribeiro, Juciele da Costa Barbosa e Marcilene da Silva dos Santos, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM), ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM), ADV: TIAGO JOÃO SALLES BOTELHO (OAB 11873/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0636598-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ronison Lima da Silva - Heverton Lucas de Castro Lima - Janderson Rocha do Nascimento - Alexssandro Gomes Rocha - Jaqueline Rocha Nascimento - Jose Augusto Costa de Souza - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0636598-83.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Tiago João Salles Botelho OAB 11873/AMEwerton Carneiro da Silva OAB 11062/AMAna Bárbara Martins Bacelar OAB 11404/AMKaren Regina Nogueira Ramalhosa OAB 9101/AMAdriano Alves de Lima OAB 7398/AMCyro Roberto Pereira da Costa OAB 9836/AMAndréa Marques Telles de Souza OAB 3283/AMAntônio Frazão Amaral OAB 3042/AMMarcos Dino da Rocha Marinho OAB 9346/AMAdriano Alves de Lima OAB 7398/AMCyro Roberto Pereira da Costa OAB 9836/AMAndréa Marques Telles de Souza OAB 3283/AM e Camila Bertolini de Paiva OAB 8223/AM, advogado(a) de Ronison Lima da Silva, Heverton Lucas de Castro Lima, Janderson Rocha do Nascimento, Alexssandro Gomes Rocha, Jaqueline Rocha Nascimento e Jose Augusto Costa de Souza, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: ANDREZA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9241/AM) - Processo 0637111-56.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: KEVIN EMANUEL DA SILVA AIRES - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) KEVIN EMANUEL DA SILVA AIRES, Dr.(a) Andreza Silva de Oliveira OAB 9241/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 11/03/2019 às 13:30h. E para que

não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0657654-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago de Andrade Barbosa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Thiago de Andrade Barbosa, Dr.(a) Jackson da Cruz Andrade OAB 2460/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 11/03/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0659841-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Andrerlan Tiago de Lira Batista - Andresson de Lira Batista - Alex Lima da Gama - Brendo Correa Rolim - Adriana Peres de Castro - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 16/04/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0661766-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wellington Ferreira da Costa - Nilton Ferreira da Costa e outro - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Wellington Ferreira da Costa e Nilton Ferreira da Costa, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Alessandra de Lima Oliveira (OAB 7547/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andreza Silva de Oliveira (OAB 9241/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Ary Sérgio da Motta (OAB 82A/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Benjamin do Couto Ramos Neto (OAB 8483/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7593/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jorge Alberto Silva de Melo (OAB 5916/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mário Vitor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson Sapha Kizem (OAB 245/AM)
Nina Cruz Antony Hoaegen (OAB 8217/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB 14088O/MT)
Thiago Rodrigues Gomes (OAB 8198/AM)
Tiago João Salles Botelho (OAB 11873/AM)
Vanilde de Jesus Duarte (OAB 10028/AM)
Victor Porto Almeida (OAB 9266/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Washington Luiz Costa de Jesus (OAB 3172/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.

JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0008/2019

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA COUTO (OAB 8351/AM) - Processo 0200539-35.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Expedito Bernardo Filho - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Expedito Bernardo Filho, Dr.(a) Kal-El Bessa Nascimento Salem OAB 6389/AM e Rodrigo da Silva Couto OAB 8351/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 14/03/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0202263-74.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: M.F.S. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Marcelo Ferreira de Souza, Dr.(a) Charles Ribeiro da Silva OAB 5694/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 13/03/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0203442-77.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Orley de Souza Alves - ORLEANE DE SOUZA ALVES - Patrícia Thiara dos Santos Braga - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) ORLEANE DE SOUZA ALVES, Patrícia Thiara dos Santos Braga e Orley de Souza Alves, Dr.(a) Antônio José Barbosa Viana OAB 5750/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 13/03/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: JOSÉ LÚCIO CARNEIRO VIEIRA (OAB 10888/AM), ADV: JOICE KELER DE JESUS BRINCKMANN (OAB 54829/PR), ADV: ELVIS PERON ENÉAS DE ALMEIDA (OAB 21475/PB), ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM), ADV: LEANDRO OLAVO DA COSTA (OAB 10565/AM), ADV: LORENA PRINTES HENRIQUES (OAB 11196/AM) - Processo 0205786-94.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Outras fraudes - RÉU: P.S.P. - V.S.S. - B.F.S. - M.C.F. - J.R.S.C. - R.C.B.C. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) MARTHA CARDELLY FERREIRA, JOÃO RICARDO SANTOS DA COSTA, Rayna Cristina Braga Carneiro, BRUNO FIGUEIRA DA SILVA e VINÍCIUS DA SILVA SARMENTO, Dr.(a) Emerson Siqueira Pereira OAB 10338/AMJairo Rafael Moraes Munhoz OAB 8703/AMJosé Lúcio Carneiro Vieira OAB 10888/AMMaria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel OAB 4700/AMLeandro Olavo da Costa OAB 10565/AMLORENA PRINTES HENRIQUES OAB 11196/AMJoice Keler de Jesus Brinckmann OAB 54829/PRJanderson Fernandes Ribeiro OAB 7750/AM e Otávio Dias Pedrosa Filho OAB 9559/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 14/03/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0207232-06.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alcinei Pinheiro Tenório - Fábio Gomes Vieira e outro - INDICIADA: Liliane Soriano do Nascimento - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) YURI VICTOR LUCAS MORAES e Fábio Gomes Vieira, Dr.(a) Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AMFrancisco Souza de Melo OAB 7808/AMKal-El Bessa Nascimento Salem OAB 6389/AMMaria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio OAB 6541/AM e Wladimir da Cunha Aleli OAB 7084/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM) - Processo 0208861-49.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renan Pontes Maquine - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 22/04/2019 às 08:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: LUKE PACHECO DA SILVA (OAB 10158/AM) - Processo 0211397-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcos Adriano Viana de Azevedo - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Marcos Adriano Viana de Azevedo, Dr.(a) Luke Pacheco da Silva OAB 10158/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 14/03/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de fevereiro

de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM), ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0223559-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: José Martins de Souza Junior - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 305, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Vista ao Ministério Público para as contra-razões no prazo da lei, após remetam-se os autos à Instância Superior, com as homenagens de estilo. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: RENAN RODRIGUES LIMONGI (OAB 12413/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0228621-13.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Alex da Silva Costa - Jarlisson de Sousa Santos - Jonas Gomes Pinto - Leonardo Ramalho Diogo - MARLON MARREIRA PEREIRA - Rudinele Ferreira Sales - Tiago Melo Albuquerque - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Tiago Melo Albuquerque, Dr.(a) Renan Rodrigues Limongi OAB 12413/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2019 às 13:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MILTON LITAIFF GONÇALVES (OAB 10220/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0229110-50.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: João Carlos Ferreira Batista - Vitor Brasil da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Vitor Brasil da Silva, Dr.(a) MILTON LITAIFF GONÇALVES OAB 10220/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM) - Processo 0241629-57.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: André Nilo Duarte de Oliveira - Edinilma dos Anjos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Edinilma dos Anjos Santos e André Nilo Duarte de Oliveira, Dr.(a) Frank Ferreira Dantas OAB 10195/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 14/03/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0242110-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Klinger dos Santos Conrado - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Klinger dos Santos Conrado, Dr.(a) Orandle Redman Ambrosio OAB 10646/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 14/03/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0243080-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: HELIONE FERNANDES COSTA - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) HELIONE FERNANDES COSTA, Dr.(a) Átila de Medeiros Affonso OAB 1819/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: ROBERTO DE SOUZA SIMONETTI NETO (OAB 8454/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0243823-30.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: Crisangela Castro de Melo - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Crisangela Castro de Melo, Dr.(a) Cândido Honório Ferreira Filho OAB 1270/AMCândido Honório Soares Ferreira Neto OAB 5199/AMAndré Luiz Duarte da Cruz OAB 7694/AMKleibianno Teles de Souza OAB 7098/AMRoberto de Souza Simonetti Neto OAB 8454/AM e Igor Costa de Souza OAB 10608/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB 1092/AM) - Processo 0244001-76.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Marilene dos Santos Marialva e outro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Marilene dos Santos Marialva, Dr.(a) Sérgio Samarone de Souza Gomes OAB 1092/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: THEO EDUARDO RIBEIRO FERNANDES MOREIRA DA COSTA (OAB 14088O/MT), ADV: JÚLIO CÉSAR ADAMI BERNEIRA (OAB 6302/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 2419/AM), ADV: LUCIANY MOTA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 5679/AM) - Processo 0247364-08.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: MARCELO DE OLIVEIRA MELO - ALEXSANDER WILLIAM DO ROSARIO FRANÇA - DENUNCIADO: WEBER FRAZÃO FAÇANHA FILHO - ROMER VELA SHUPINGAHUA - RICHARDSON LEANDRO RODRIGUES - FRANCISCO CLEUTER MACHADO ARAUJO - INDICIADO: ADRIANO PAZ BARBOSA - Alan de Souza Castimario - Gregório Graça Alves - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) ALEXSANDER WILLIAM DO ROSARIO FRANÇA, WEBER FRAZÃO FAÇANHA FILHO, ROMER VELA SHUPINGAHUA, RICHARDSON LEANDRO RODRIGUES, FRANCISCO CLEUTER MACHADO ARAUJO, ADRIANO PAZ BARBOSA e MARCELO DE OLIVEIRA MELO, Dr.(a) Edinelson Alves de Sousa OAB 8225/AMMoisés Elias da Silva OAB 6887/AMRaimundo Nunes Amazonas OAB 7379/AMFabiano Cortez de Negreiros OAB 9281/AMJúlio César Adami Berneira OAB 6302/AMKlinger da Silva Oliveira OAB 2000/AMDeldson Souza de Oliveira OAB 8848/AM e Fabiane Rodrigues de Castro OAB 6031/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 14/03/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0261394-48.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ezequiel de Mendonça Torres - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 428, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO CARDOSO MAIA (OAB 6971/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: ROBERTO DE SOUZA SIMONETTI NETO (OAB 8454/AM), ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM), ADV: NEILA MARIA DANTAS AZRAK (OAB 10584/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0600845-36.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: DANIELE ROQUE DA COSTA - RONALDO ANDRADE DE CASTRO - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) RONALDO ANDRADE DE CASTRO e DANIELE ROQUE DA COSTA, Dr.(a) Cândido Honório Ferreira Filho OAB 1270/AMCândido Honório Soares Ferreira Neto OAB 5199/AMAndré Luiz Duarte da Cruz OAB 7694/AMKleibianno Teles de Souza OAB 7098/AMRoberto de Souza Simonetti Neto OAB 8454/AMIgor Costa de Souza OAB 10608/AMNeila Maria Dantas Azrak OAB 10584/AMLuiz Gustavo Cardoso Maia OAB 6971/AM e Fabiano Cortez de Negreiros OAB 9281/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 14/03/2019 às 13:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RALLES DE ARAUJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0603145-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Arnoudo Pereira da Silva - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 17/04/2019 às 08:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0605068-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Miley da Silva Nascimento - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 17/04/2019 às 10:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0605098-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcelo da Silva Ramos - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 22/04/2019 às 11:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0607324-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Moacir Batista Costa Junior - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 22/04/2019 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: ALICE ARLINDA SANTOS SOBRAL (OAB 3884/AM) - Processo 0636868-15.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Majory Alexsandra Bezerra Lameira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Majory Alexsandra Bezerra Lameira, Dr.(a) Alice Arlinda Santos Sobral OAB 3884/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2019 às 09:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0640085-32.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: C.A.V.C. - E.L.S. - J.B.A.M.S. - B.D.M. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Edson Lopes da Silva, Dr.(a) Sidney José

Vieira de Souza OAB 5798/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM), ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0643729-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabricio Bandeira Moraes - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Fabricio Bandeira Moraes, Dr.(a) Bruno Cortez Canuto OAB 12230/AMAdriano Alves de Lima OAB 7398/AMCyro Roberto Pereira da Costa OAB 9836/AMAntônio Frazão Amaral OAB 3042/AMAniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AM e Andréa Marques Telles de Souza OAB 3283/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 13/03/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: ROMARIO MARCOS NUNES TRINDADE (OAB 13525/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0651601-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Keyt Anny Carvalho Palheta - Alessandra Pereira Rodrigues - Adriana Pereira Rodrigues - Valéria Pereira Lima - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 22/04/2019 às 13:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0652359-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Windlin Luiz Aquino dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0652359-57.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Emília Carolina Mello Vieira OAB 3872/AM, advogado(a) de Windlin Luiz Aquino dos Santos, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 19 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alice Arlinda Santos Sobral (OAB 3884/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
André Luiz Farias de Oliveira (OAB 2419/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elvis Peron Enéas de Almeida (OAB 21475/PB)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Igor Costa de Souza (OAB 10608/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Joice Keler de Jesus Brinckmann (OAB 54829/PR)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Lúcio Carneiro Vieira (OAB 10888/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Júlio César Adami Berneira (OAB 6302/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Leandro Olavo da Costa (OAB 10565/AM)
LORENA PRINTES HENRIQUES (OAB 11196/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB 5679/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB 6971/AM)
Luke Pacheco da Silva (OAB 10158/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
MILTON LITAIFF GONÇALVES (OAB 10220/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Neila Maria Dantas Azrak (OAB 10584/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Ralles de Araujo Baldez (OAB 12429/AM)
Renan Rodrigues Limongi (OAB 12413/AM)
Roberto de Souza Simonetti Neto (OAB 8454/AM)
Rodrigo da Silva Couto (OAB 8351/AM)
Romario Marcos Nunes Trindade (OAB 13525/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)

Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB 1092/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB 14088O/MT)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0009/2019

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM) - Processo 0203513-50.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Josimar Cardoso da Costa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Josimar Cardoso da Costa, Dr.(a) Elson Mouzinho de Almeida OAB 6294/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/03/2019 às 09:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0204620-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Jefferson Marques Nunes - Fredson Soares Figueiredo - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Fredson Soares Figueiredo, Dr.(a) Charles Ribeiro da Silva OAB 5694/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2019 às 13:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0204620-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Jefferson Marques Nunes - Fredson Soares Figueiredo - O Excelentíssimo Senhor Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Autos nº 0204620-61.2015.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o réu Jefferson Marques Nunes, por estarem em lugar incerto e não sabido, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2019 às 13:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MANOEL VICENTE DA SILVA NETO (OAB 13488/AM) - Processo 0205030-80.2019.8.04.0001 (processo principal 0622815-58.2017.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - QUERELANTE: DIRLENE DOS SANTOS LIMA - QUERELADO: Delegado de Policia Civil da Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0205030-80.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Manoel Vicente da Silva Neto OAB 13488/AM, advogado(a) de DIRLENE DOS SANTOS LIMA, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 34. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 25 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0206767-21.2019.8.04.0001 (processo principal 0605098-62.2019.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - QUERELANTE: A Coletividade - QUERELADA: Alessandra Pereira de Sousa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0206767-21.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Samuel T. Furtado Monteiro OAB 13377/AM, advogado(a) de ALESSANDRA PEREIRA DE SOUSA, CPF 02761227204, RG 27497887, com endereço à Rua do Bombeamento, 01, Compensa, Compensa, CEP 69029-160, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 16. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 25 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: FRANCISCO RICARTE DE SOUSA (OAB 7287/AM), ADV: FABIAN ASSIS BENOLIEL DA SILVA (OAB 7284/AM) - Processo 0215023-89.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTORFATO: ALCIDES MIKAELL SOUZA FREITAS - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) ALCIDES MIKAELL SOUZA FREITAS, Dr.(a) Fabian Assis Benoliel da Silva OAB 7284/AM e Francisco Ricarte de Sousa OAB 7287/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20/03/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAUJO (OAB 2845/AM) - Processo 0216689-62.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Vanderley Lima de Vasconcelos - Orlando Rodrigues de Oliveira - Moisés Bitencourt Vidal - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Orlando Rodrigues de Oliveira, Moisés Bitencourt Vidal e Vanderley Lima de Vasconcelos, Dr.(a) Efigênia Generoso de Araújo OAB 4508/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch

Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/03/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: WERNER AUGUST KARLS PRAETORIUS (OAB 1357/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM) - Processo 0216843-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: CARLEILSON FREITAS DO NASCIMENTO - INDICIADO: RAFAEL SILVA DO NASCIMENTO - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) RAFAEL SILVA DO NASCIMENTO e CARLEILSON FREITAS DO NASCIMENTO, Dr.(a) Mario Porto de Aguiar OAB 2296/AMAntônio Gonçalves da Costa OAB 1240/AMWerner August Karls Praetorius OAB 1357/AMLídia Maura Lopes da Costa OAB 6399/AM e Deborah Moreira da Costa Souza OAB 4956/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/03/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM) - Processo 0217284-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Andre Lopes dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Andre Lopes dos Santos, Dr.(a) Edgar Dias Filho OAB 4788/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20/03/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0218071-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Max Gois dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Max Gois dos Santos, Dr.(a) Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior OAB 9004/AMVeraci Torres da Silva OAB 3162/AMCHARLENE DUARTE MAIA OAB 8504/AMMarcos Dino da Rocha Marinho OAB 9346/AMAndréa Marques Telles de Souza OAB 3283/AM e Camila Bertolini de Paiva OAB 8223/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0223700-40.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Eduardo dos Santos Reis - Pelo exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA em favor de Eduardo dos Santos Reis, nos termos do art. 321, do CPP, devendo comparecer a todos os atos do processo, não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo e deve permanecer em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga, inclusive não comparecer à bares ou outros locais que comercializem bebida alcoólica, sob pena de revogação do benefício. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA E TERMO DE COMPROMISSO, constando naquele a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II e IV e V do CPP, e que seu descumprimento acarreta na revogação do benefício. Determino, ainda, que o réu compareça a este juízo mensalmente para assinatura do referido Termo de Compromisso. Deverá ainda comparecer às Reuniões do Grupo dos Narcóticos Anônimos, devendo apresentar declaração de frequência sempre que retornar a este Juízo para assinatura do termo de comparecimento mensal. ENCAMINHE-SE Eduardo dos Santos Reis ao PROJETO REEDUCAR. Intime-se.

ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0230551-32.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: H.C.F. - C.R.L.R. - J.F.N.N. - R.P.C. - G.N.C. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) João Ferreira Novo Neto, Gênesis Nascimento da Costa e Hélio Cavalcante Ferreira, Dr.(a) Luciana da Silva Terças OAB 4121/AMAllan Yunes da Rocha OAB 12748/AM e Janderson Fernandes Ribeiro OAB 7750/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/03/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0235357-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: RAPHAEL MATEUS GOMES DA SILVA - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) RAPHAEL MATEUS GOMES DA SILVA, Dr.(a) Luís Magnum Barros Santos OAB 8512/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/03/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0235370-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alex Henrique Gonçalves Frutuoso - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Alex Henrique Gonçalves Frutuoso, Dr.(a) João Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AMStephanie Grazielle de Souza Albertino OAB 10099/AM e Cirlane Figueredo Albertino OAB 8085/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e

julgamento para o dia 25/03/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 3219/AM) - Processo 0239531-02.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Isaac de Assis Ramos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Isaac de Assis Ramos, Dr.(a) Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza OAB 3219/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/03/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0240041-15.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: Valcicleia Silva Serra - Matheus Cursino Lopes - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Matheus Cursino Lopes e Valcicleia Silva Serra, Dr.(a) Otávio Dias Pedrosa Filho OAB 9559/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20/03/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0241845-86.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Christian de Araujo Santos - Gustavo Nilo Batista Chagas - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Gustavo Nilo Batista Chagas, Dr.(a) Cirlane Figueredo Albertino OAB 8085/AMSheila Mara Martins Araujo OAB 11995/AM e João Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0244760-40.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Erik Aguiar da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Erik Aguiar da Silva, Dr.(a) Íkaro Pereira Amore OAB 6350/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20/03/2019 às 09:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ALICE ARLINDA SANTOS SOBRAL (OAB 3884/AM), ADV: THIANNE SILVA SILVEIRA (OAB 8532/AM) - Processo 0245363-84.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Armando Silva de Souza - Diego Leite de Oliveira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Diego Leite de Oliveira e Armando Silva de Souza, Dr.(a) Thianne Silva Silveira OAB 8532/AM e Alice Arlinda Santos Sobral OAB 3884/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0245486-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Elias Emanuel Xavier dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Elias Emanuel Xavier dos Santos, Dr.(a) Nilson Oliveira de Andrade OAB 8687/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20/03/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ALMENILZE VALENTE SAMPAIO (OAB 5456/AM), ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM), ADV: WILSON DE LIMA JUSTO FILHO (OAB 6136/AM) - Processo 0255227-83.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Ingrid Oliveira da Silva - Jean Oliveira da Silva e outro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0255227-83.2012.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Rosângela Amorim da Silva OAB 5760/AMWilson de Lima Justo Filho OAB 6136/AMAlmenilze Valente Sampaio OAB 5456/AM e Rosângela Amorim da Silva OAB 5760/AM, advogado(a) de Ingrid Oliveira da Silva e Jean Oliveira da Silva, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: RAIMUNDO RADILHO CORREA (OAB 3723/AM), ADV: ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM), ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM), ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: THIAGO TABAL MALHEIROS (OAB 9193/AM) - Processo 0264237-83.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Aurelio Miguel dos Santos Mendes - DENUNCIADO: Carlos Augusto Cavalcante Neto - INDICIADA: Darlene Pinheiro da Silva - Samara Vanizia Costa dos Santos - Janaina Augusta da Costa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Darlene Pinheiro da Silva, Dr.(a) Thiago Tabal Malheiros OAB 9193/AM e Raimundo

Radilho Correa OAB 3723/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RAPHAEL MARTINS BORGES (OAB 7892/AM), ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: JAIRO SILVA MOURA (EXCLUÍDO DA OAB-AM) (OAB 80488/RJ), ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0265610-52.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Ana Claudia Cordeiro dos Santos - Carlos Augusto Pereira Bernardo - Ewerton Serrão de Araújo - Valdenilson Oliveira Cardoso - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Carlos Augusto Pereira Bernardo e Ana Claudia Cordeiro dos Santos, Dr.(a) Raphael Martins Borges OAB 7892/AMRonaldo da Silva Gama OAB 7900/AM e Euler Vilaça Batista Borges OAB 2428/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20/03/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUCIANO VEIERA DA ROCHA SILVA (OAB 4797/AM) - Processo 0600915-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: RODRIGO GONÇALVES ALVES - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) RODRIGO GONÇALVES ALVES, Dr.(a) Luciano Veiera da Rocha Silva OAB 4797/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0603677-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Izabele Marrie Cristine Silva de Albuquerque - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 23/04/2019 às 11:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0603880-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Breno da Silva Oliveira - Paulo Henrique Gomes Barbosa - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Breno da Silva Oliveira e Paulo Henrique Gomes Barbosa para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0604406-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Ingrid Isabelly da Silva Ramos - Elielson da Silva Campos - Santiago da Silva Campos - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Elielson da Silva Campos, Ingrid Isabelly da Silva Ramos e Santiago da Silva Campos, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Santiago da Silva Campos: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1956,74 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ter confessado (art. 65, III, “d”, CP). Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Santiago da Silva Campos em 02 (dois) anos, 06 (seis) meses de reclusão, e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “c”, e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Elielson da Silva Campos: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1956,74 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam

a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ser o Réu menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato (art. 65, I, CP). Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Elielson da Silva Campos em 02 (dois) anos, 06 (seis) meses de reclusão, e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. 3. Quanto ao réu Ingrid Isabelly da Silva Ramos: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1956,74 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos a Ré não é detentora de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ser a Ré menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato (art. 65, I, CP). Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à ré Ingrid Isabelly da Silva Ramos em 02 (dois) anos, 06 (seis) meses de reclusão, e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 02 (dois) anos, 06 (seis) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réus primários e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Expeça incontinenti Alvará de Soltura, pondo-se os condenados Elielson da Silva Campos, Ingrid Isabelly da Silva Ramos e Santiago da Silva Campos em liberdade, salvo se por outro motivo encontrar-se presos. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 07, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: VANILDE DE JESUS DUARTE (OAB 10028/AM) - Processo 0605021-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cleidson Silveira dos Passos - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 23/04/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0605195-62.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Antônio Sérgio Queiroz de Carvalho - Donizete Ramos Viana - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Donizete Ramos Viana e Antônio Sérgio Queiroz de Carvalho para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0605815-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Vital Marques Pantoja de Oliveira - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação

penal em epígrafe para CONDENAR Vital Marques Pantoja de Oliveira, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06 c/c art. 14 da Lei 10.826/03 , razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0238363-28.2016.8.04.0001. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ser o Réu menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. b) Para o delito do art. 14 da Lei 10.826/2003 (porte de arma) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa. Sem agravantes a serem valoradas, vez que já foram consideradas anteriormente. Não há atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Vital Marques Pantoja de Oliveira em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “a”, e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito e da concessão do direito de recorrer em liberdade. Tendo em vista que o réu não preenche os requisitos do artigo 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de substituir as penas privativas de liberdade. De outro giro, tendo em vista que o acusado encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s): Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 06, em favor da União. Das custas processuais: Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do Réu, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0606308-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jofre Lopes da Silva - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 23/04/2019 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0606434-04.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Joab Picanço Barbosa - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Joab Picanço Barbosa para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes. Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0607220-48.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Dariane Cristina Santos da Silva - NOTIFIQUE-SE a Denunciada Dariane Cristina Santos da Silva para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar a acusada e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0616011-40.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Mikael Natã de Vasconselos Coutinho - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0616011-40.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Carlos Alberto Barros Ferreira OAB 12374/AM, advogado(a) de MIKAEL NATÃ DE VASCONSELOS COUTINHO, CPF 701.345.342-04, RG 2811896028118960, com endereço à Rua Algalmatolita, 93, Tancredo Neves, CEP 69000-000, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 82. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 25 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: PAULO SAID HADDAD NETO (OAB 8736/AM), ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM) - Processo 0617522-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Suzana Oliveira de Souza - Suzi Oliveira de Souza - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Suzana Oliveira de Souza e Suzi Oliveira de Souza, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código

de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto à acusada Suzana Oliveira de Souza: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos a Ré é detentora de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, tendo sido condenado nos autos do processo de nº 0240527-68.2013.8.04.0001; os poucos elementos coletados permite um juízo de valor quanto a personalidade dele comprova ser esta voltada para o crime de tráfico de drogas; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0211042-57.2012.8.04.0001. Sem atenuantes. Não há causas de aumento de pena. A Ré não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência, dos maus antecedentes e da vida dedicada ao crime. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à Ré Suzana Oliveira de Souza em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto à ré Suzi Oliveira de Souza: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos a Ré é detentora de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, tendo sido condenado nos autos do processo de nº 0230410-81.2014.8.04.0001; os poucos elementos coletados permite um juízo de valor quanto a personalidade dele comprova ser esta voltada para o crime de tráfico de drogas; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência específica (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0200123-38.2014.8.04.0001. Sem atenuantes. Não há causas de aumento de pena. A Ré não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência, dos maus antecedentes e da vida dedicada ao crime. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à ré Suzi Oliveira de Souza em em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito às rés. Considerando que as Rés não preenchem os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que as acusadas encontram-se presas por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhes o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 15, em favor da União. Das custas processuais: Condeno as Rés, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0633888-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Estelionato - RÉU: Antônia Florencio de Oliveira - Janderson Aguiar Carneiro - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Antônia Florencio de Oliveira e Janderson Aguiar Carneiro, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. E DECLINAR DA COMPETÊNCIA para que os delitos previstos na Lei 10.826/03, sejam analisados pelo juiz natural. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Janderson Aguiar Carneiro: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 3136,87 g para a droga COCAÍNA e 4654,12 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, tendo sido condenado nos autos do processo de nº 0217389-04.2015.8.04.0001; os poucos elementos coletados permite um juízo de valor quanto a personalidade dele comprova ser esta voltada para o crime de tráfico de drogas; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da

Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0253275-06.2011.8.04.0001. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ter confessado (art. 65, III, "d", CP). Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Janderson Aguiar Carneiro em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto à ré Antônia Florencio de Oliveira: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 3136,87 g para a droga COCAÍNA e 4654,12 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos a Ré não é detentora de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/6 (um sexto), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu e da quantidade de droga. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à ré Antônia Florencio de Oliveira em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "b", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito aos réus Janderson Aguiar Carneiro e Antônia Florencio de Oliveira. Considerando que o Réu não preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que o acusado encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 19/20, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Remessa de cópia dos autos ao Setor de Distribuição, para que os delitos previstos na Lei 10.826/03, sejam analisados pelo juiz natural. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0638782-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ricardo Fabrício Travassos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Ricardo Fabrício Travassos Santos, Dr.(a) Amanda Karla Paiva da Silva OAB 12229/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/03/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: PEDRO HUMBERTO DE CARVALHO FIGUEIREDO (OAB 13318/AM), ADV: LISONEY MARCELICE GOMES JUNIOR (OAB 13790/AM), ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0639823-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Francilene Matos Garone - Rosimeire da Cunha Souza - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Francilene Matos Garone, Dr.(a) Luann Araujo de Paula Mendes OAB 13592/AMPedro Humberto de Carvalho Figueiredo OAB 13318/AM e LISONEY MARCELICE GOMES JUNIOR OAB 13790/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/03/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: JHULLIEM RAQUEL KITZINGER DE SENA GUIMARAES (OAB 13018/AM), ADV: JOHANN STEPHEN DE OLIVEIRA MELO (OAB 12675/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0640613-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gustavo Henrique Bricio Couto - Bruno Luiz Martins Nonato - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Bruno Luiz Martins Nonato e Gustavo Henrique Bricio Couto, Dr.(a) Jhulliem Raquel Kitzinger de Sena Guimaraes OAB 13018/AMDavid Almeida dos Santos OAB 2153/AMDeiwes Almeida dos Santos OAB 6355/AM e Fernando Almeida dos Santos OAB 2060/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch

Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/03/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0653212-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Claudio Junior do Nascimento Coelho - Wanderson Mauricio Souza de Oliveira - Raimundo Nonato da Silva Pessoa - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Claudio Junior do Nascimento Coelho, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LO das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal; CONDENAR Raimundo Nonato da Silva Pessoa, como incursos nas penas do artigo 12 da lei 10.826/03, e ABSOLVÊ-LO das penas impostas pelo artigo 33 e 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal; por fim, ABSOLVER Wanderson Mauricio Souza de Oliveira das penas impostas pelo artigo 33 e 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Claudio Junior do Nascimento Coelho: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 6070 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0208339-61.2009.8.04.0001. Sem atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Claudio Junior do Nascimento Coelho em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setescentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Raimundo Nonato da Silva Pessoa: a) Para o delito do art. artigo 12 da lei 10.826/03. Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 1 (um) ano de detenção e 100 (cem) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Raimundo Nonato da Silva Pessoa em 01 (um) ano de detenção, e 100 (cem) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do artigo 12 da lei 10.826/03. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito ao réu Claudio Junior do Nascimento Coelho. Considerando que o Réu não preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que o acusado encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 04/05, em favor da União. Ressalvada a quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) que deverá ser devolvida ao dono Raimundo Nonato da Silva Pessoa, com fundamento no art. 120 do Código de Processo Penal c/c art. 63 da Lei 11.343/06, DEFIRO o pedido de restituição de fls. 92/107. Providências de praxe. Das custas processuais: Condeno os Réus Raimundo Nonato da Silva Pessoa e Claudio Junior do Nascimento Coelho, ainda, ao pagamento das custas processuais. Em relação aos demais custas pelo Estado. Expedição de alvará Expeça-se alvará de soltura em favor dos acusados Wanderson Mauricio Souza de Oliveira e Raimundo Nonato da Silva Pessoa. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus Claudio Junior do Nascimento Coelho e Raimundo Nonato da Silva Pessoa no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alice Arlinda Santos Sobral (OAB 3884/AM)
Allan Yunes da Rocha (OAB 12748/AM)
Almenilze Valente Sampaio (OAB 5456/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM)
Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza (OAB 3219/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)

David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB 7284/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Francisco Ricarte de Sousa (OAB 7287/AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Jairo Silva Moura (EXCLUÍDO DA OAB-AM) (OAB 80488/RJ)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jhulliem Raquel Kitzinger de Sena Guimaraes (OAB 13018/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Johann Stephen de Oliveira Melo (OAB 12675/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
LISONEY MARCELICE GOMES JUNIOR (OAB 13790/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Veiera da Rocha Silva (OAB 4797/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Manoel Vicente da Silva Neto (OAB 13488/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Norma Barboza Araujo (OAB 2845/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo Said Haddad Neto (OAB 8736/AM)
Pedro Humberto de Carvalho Figueiredo (OAB 13318/AM)
Raimundo Radilho Correa (OAB 3723/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Raphael Martins Borges (OAB 7892/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Thiago Tabal Malheiros (OAB 9193/AM)
Thianne Silva Silveira (OAB 8532/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vanilde de Jesus Duarte (OAB 10028/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Werner August Karls Praetorius (OAB 1357/AM)
Wilson de Lima Justo Filho (OAB 6136/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0010/2019

ADV: TAMARA JESSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0200964-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Francisco Bastos Bastos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0200964-96.2015.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. João Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AM Cirlane Figueredo Albertino OAB 8085/AM Stephanie Grazielle de Souza Albertino OAB 10099/AM Regilson Pinto Gomes OAB 10288/AM e Tamara Jessica Neves Ferreira OAB 12363/AM, advogados de FRANCISCO BASTOS BASTOS, RG 2869276-4, com endereço à Beco Beira Mar, S/N, Mora alugado, Educandos, CEP 69000-000, Manaus - AM, condenado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 158/163, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 28 de fevereiro de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM) - Processo 0205027-28.2019.8.04.0001 (processo principal 0622815-58.2017.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - QUERELANTE: DILES DOS SANTOS LIMA - QUERELADO: Delegado de Policia Civil da Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0205027-28.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Tiago Brito Mendes OAB 7814/AM, advogado(a) de Diles dos Santos Lima, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 23. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 27 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0208252-95.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Walter Reis Rodrigues - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Walter Reis Rodrigues, Dr.(a) Luís Fernando de Almeida Lorenzoni OAB 8948/AMSuzana Pinto Lorenzoni OAB 9155/AM e Noeli de Almeida Lorenzoni OAB 2197/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: ARTUR AMARAL GOMES (OAB 9928/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: TAMARA JESSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0209102-52.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Erivalter Reis de Moura - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0209102-52.2015.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque OAB 8344/AM Artur Amaral Gomes OAB 9928/AM Cristiane Gama Guimarães OAB 4507/AM e Tamara Jessica Neves Ferreira OAB 12363/AM, advogados de ERIVALTER REIS DE MOURA, RG 117547, com endereço à Rua Taubate, 163, Beco São Francisco, Redenção, CEP 69047-060, Manaus - AM, condenado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 206/211, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 28 de fevereiro de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: KARLENO JOSÉ PEREIRA (OAB 9059/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0209855-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Adriano da Silva de Melo - Jose Jeberson da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0209855-72.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Antônio Frazão Amaral OAB 3042/AMJennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira OAB 8383/AMIgor Brandão Barbosa OAB 6598/AMKal-El Bessa Nascimento Salem OAB 6389/AMBelmiro Gonçalves Vianez Neto OAB 6846/AMCíntia Albuquerque Brito OAB 5596/AMMaria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio OAB 6541/AM e Eduardo de Souza Rodrigues OAB 5559/AM, advogado(a) de Adriano da Silva de Melo, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM), ADV: KARLENO JOSÉ PEREIRA (OAB 9059/AM), ADV: ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM) - Processo 0210998-33.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Francisco Uálace da Rocha Azevedo - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0210998-33.2015.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO da Dra. Norma Barboza Araújo OAB 2845/AM e Efigênia Generoso de Araújo OAB 4508/AM, advogadas de FRANCISCO UÁLACE DA ROCHA AZEVEDO, CPF 887.829.482-91, RG 2020986-03, com endereço à Rua S, 136, Comunidade Santa Inês, Jorge Teixeira, CEP 69000-000, Manaus - AM, condenado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 240/246, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 28 de fevereiro de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: VALDY FIALHO DO NASCIMENTO JUNIOR (OAB 13393/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM) - Processo 0212479-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Gabriela Cruz Lima - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0212479-60.2017.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. Emerson Siqueira Pereira OAB 10338/AM Valdy Fialho do Nascimento Junior OAB 13393/AM e Joao Evangelista Generoso de Araujo OAB 12394/AM, advogados de GABRIELA CRUZ LIMA, CPF 903.723.602-20, RG 1844786-4, com endereço à Rua Jucá, 63, João Paulo, CEP 69000-000, Manaus - AM, condenada como incursa no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 197/202, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 28 de fevereiro de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM), ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0216828-77.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Tony Silva do Nascimento - Jean da Silva e Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Tony Silva do Nascimento, Dr.(a) Eguinaldo Gonçalves de Moura OAB 3761/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2019 às 13:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM), ADV: TAMARA JESSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0217184-82.2009.8.04.0001 (001.09.217184-3) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Noézio Pereira Paiva de Castro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0217184-82.2009.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO da Dra. Tamara Jessica Neves Ferreira OAB 12363/AM, advogada de NOÉZIO PEREIRA PAIVA DE CASTRO, CPF 524.761.202-78, RG 1559066-6/RJ, com endereço à Rua Lauro Bitteconurt, 157, Santo Antônio, CEP 69057-002, Manaus - AM, condenado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 167/172, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 28 de fevereiro de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0219289-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: RUAN ARRUDA DE LIMA - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) RUAN ARRUDA DE LIMA, Dr.(a) Otávio Dias Pedrosa Filho OAB 9559/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/03/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: LUKE PACHECO DA SILVA (OAB 10158/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0222148-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Jackson Gonzaga Simões - Arle da Silva Doce - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Arle da Silva Doce e Jackson Gonzaga Simões, Dr.(a) João Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AMStephanie Grazielle de Souza Albertino OAB 10099/AM e Luiz Gonzaga Souza Lima Neto OAB 11160/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/03/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0222328-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Ezequiel Santos de Almeida - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Ezequiel Santos de Almeida, Dr.(a) Márcio Zendy Soares Leão OAB 10518/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/03/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0222684-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: TIAGO BATISTA DE MENEZES - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) TIAGO BATISTA DE MENEZES, Dr.(a) Davi Rodrigues de Oliveira OAB 8550/AMFábio Assunção Pavesi OAB 8754/AMGeysa Caroline de Souza Machado OAB 6149/AMRaphael Coelho da Silva OAB 7998/AMADRIEL LOPES MOTA OAB 9320/AM e Nathália Pimentel Bione de Souza OAB 8027/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SIMON DE SOUZA GUIMARÃES BESSA (OAB 8640/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: LEANDRO OLAVO DA COSTA (OAB 10565/AM) - Processo 0225155-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: JOAQUIM RAMOS NASCIMENTO - PEDRO PAULO PANTOJA CAVALCANTE - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) PEDRO PAULO PANTOJA CAVALCANTE e JOAQUIM RAMOS NASCIMENTO, Dr.(a) Simon de Souza Guimarães Bessa OAB 8640/AMGláucio Bessa de Andrade Figueira OAB 4993/AM e Michael Queiroz Leitão OAB 9714/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ARY SÉRGIO DA MOTTA (OAB 82A/AM), ADV: KARLENO JOSÉ PEREIRA (OAB 9059/AM), ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM) - Processo 0227682-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Thais da Mata Sinfronio - RÉU: Leandro Oliveira de Brito - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0227682-96.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Tiago Brito Mendes OAB 7814/AMRoberta Souza de Oliveira OAB 9466/AMNilton Mendes Pinto Júnior OAB 10346/AMAry Sérgio da Motta OAB 82A/AMKetlem Lopes de Jesus OAB 10651/AM e Roberta Souza de Oliveira OAB 9466/AM, advogado(a) de Thais da Mata Sinfronio e Leandro Oliveira de Brito, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ROGÉRIO PEREIRA DE SALES (OAB 5625/AM), ADV: HELLEN DA SILVA LIMA DE FREITAS (OAB 10961/AM), ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: ANDREA VIANA DE SALES (OAB 10050/AM) - Processo 0230181-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Daniel Neves Pereira - Breno Dourado Machado - Erison Moreira de Souza - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Breno Dourado Machado, Erison Moreira de Souza e Daniel Neves Pereira, Dr.(a) André Humberto Fortes Papaléo OAB 5688/AMIsabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo OAB 7338/AMCheine Araújo Pereira OAB 10609/AM e José Nazareno da Silva OAB 3052/AM, que nesta 1ª

Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/03/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RAIMUNDO RONALDO DE SOUZA NEVES (OAB 8499/AM) - Processo 0232542-77.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Anderson Ney Nacimento de Lima - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Anderson Ney Nacimento de Lima, Dr.(a) Raimundo Ronaldo de Souza Neves OAB 8499/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2019 às 09:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM), ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0233213-03.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Marcio Vasconcelos e Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Marcio Vasconcelos e Silva, Dr.(a) Cristiano Valente Maia OAB 10138/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM) - Processo 0233950-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alisson Gomes de Araújo - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0233950-06.2015.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Roberta Souza de Oliveira OAB 9466/AM, advogado(a) de ALISSON GOMES DE ARAÚJO, RG 2619547-0-SSP-AM, com endereço à Rua São Jose, 172, Nova Esperança, CEP 69037-541, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 132. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 28 de fevereiro de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: KARLENO JOSÉ PEREIRA (OAB 9059/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM) - Processo 0234017-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: ANDRE BERNARDO DA SILVA - JOSINEY DE SOUZA ARAUJO - FABIO COELHO DOS SANTOS - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) FABIO COELHO DOS SANTOS, JOSINEY DE SOUZA ARAUJO e ANDRE BERNARDO DA SILVA, Dr.(a) Danielle Queiroz Ribeiro OAB 9296/AMDaiana Ferreira de Sousa OAB 8527/AMAndré Humberto Fortes Papaléo OAB 5688/AM e Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo OAB 7338/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0235243-79.2013.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Amaury Santos da Silva - Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, com arrimo nos arts. 107, inciso I, do CP, e 5º, inciso XLV, 1ª Parte, da CF, DECRETO A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE de Cristian Santos da Silva da acusação do crime do art. 33 da Lei nº 11.343/06. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Com relação aos demais bens apreendidos, DECRETO o perdimento dos mesmos em favor da União, por intermédio do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), nos termos do art. 63 da Lei nº 11.343/06. Após o trânsito em julgado, cumprida as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do Autor do fato no Sistema de Automação do Judiciário. Custas pelo Estado. P.R.I.C.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0235869-30.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Elinaldo Conceição dos Santos - Rubens Pinheiro Moreira - Wallison Lima de Sousa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Rubens Pinheiro Moreira, Wallison Lima de Sousa e Elinaldo Conceição dos Santos, Dr.(a) Janaína Santos Fernandes OAB 4475/AM e Hermeson dos Santos Rodrigues OAB 8245/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ALEXSSANDER AMARAL DA SILVA (OAB 12968/AM) - Processo 0235878-89.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Outras fraudes - DENUNCIADO: Adair Castilho Rodrigues - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Adair Castilho Rodrigues, Dr.(a) Alexssander Amaral da Silva OAB 12968/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/03/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0240290-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos -

Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: E.G.S. - D.M.M. - N.M.S. - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Denilson Marques Moura e Eliton Guilherme da Silva, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06 c/c art. 14 da Lei 10.826/03, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal; e CONDENAR Natanael Mourão da Silva, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Eliton Guilherme da Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 617,15 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, tendo sido condenado nos autos do processo de nº 0246174-49.2010.8.04.0001; os poucos elementos coletados permite um juízo de valor quanto a personalidade dele comprova ser esta voltada para o crime de tráfico de drogas; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0214307-04.2011.8.04.0001. Sem atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência, dos maus antecedentes e da vida dedicada ao crime. b) Para o delito do art. 14 da Lei 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa. Sem agravantes a serem valoradas, vez que já foram consideradas anteriormente. Não há atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Eliton Guilherme da Silva em 09 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, e 933 (novecentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 11 (onze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 1133 (um mil, cento e trinta e três) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Denilson Marques Moura: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 617,15 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (quinhentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0611946-02.2018.8.04.0001. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ser o Réu menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato (art. 65, I, CP). Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. b) Para o delito do art. 14 da Lei 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa. Sem agravantes a serem valoradas, vez que já foram consideradas anteriormente. Não há atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Denilson Marques Moura em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 09 (nove) anos de reclusão e 900 (novecentos) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. 3. Quanto ao réu Natanael Mourão da Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 617,15 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ser o Réu menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato (art. 65, I, CP). Não há causas de aumento de pena. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver

adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Natanael Mourão da Silva em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito aos réus Denilson Marques Moura e Eliton Guilherme da Silva. Considerando que os Réus não preenchem os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que o acusado Denilson Marques Moura encontra-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que o sentenciado já encontra-se em liberdade. Outrossim, tendo em vista que o acusado Eliton Guilherme da Silva encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito ao réu Natanael Mourão da Silva. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se soltos (fls. 112/114). Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 33, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP/VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0242437-62.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Magdiel Cardoso de Paula - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Magdiel Cardoso de Paula, Dr.(a) Juvenal Canuto Fernandes OAB 8230/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/03/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SUELY DE MELO COSTA (OAB 1499/AM) - Processo 0244145-84.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Vanderli Ribeiro de Souza - Fábio Meireles dos Reis - Célio Francisco Lima da Silva - Camila Takafaz dos Anjos - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Camila Takafaz dos Anjos, Célio Francisco Lima da Silva e Fábio Meireles dos Reis, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Célio Francisco Lima da Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0231200-07.2010.8.04.0001. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ter confessado (art. 65, III, "d", CP). Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Célio Francisco Lima da Silva em 05 (cinco) anos

de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto à acusada Camila Takafaz dos Anjos: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos a Ré não é detentora de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação da Ré no processo de nº 00216047-94.2011.8.04.0001. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ter confessado (art. 65, III, "d", CP). Não há causas de aumento de pena. A Ré não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à Ré Camila Takafaz dos Anjos em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. 3. Quanto ao réu Fábio Meireles dos Reis: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes. Verifico a presença da atenuante da confissão, contudo, deixo de valorá-la já que esta não pode levar a pena aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ). Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Fábio Meireles dos Reis em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito aos réus Camila Takafaz dos Anjos e Célio Francisco Lima da Silva. Considerando que os Réus não preenchem os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que os acusados encontra-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhes o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que os sentenciados já encontram-se em liberdade. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito ao réu Fábio Meireles dos Reis. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto (fls. 126/127). Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 25/27, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP/VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: LIZANDRA FROTA FINICELLI (OAB 10526/AM) - Processo 0245012-43.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Ali Sena Base Junior - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Ali Sena Base Junior, Dr.(a) Shelby Moreira Finicelli OAB 5684/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/03/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: THIAGO BEZERRA DO MONTE (OAB 1055A/AM), ADV: ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0254943-75.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: ERIK MORAIS DA GAMA - HENRIQUE BRUNO FERREIRA CORREIA e outro - DENUNCIADA: Norma Alves Morais - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) HENRIQUE BRUNO FERREIRA CORREIA, Norma Alves Morais e ERIK MORAIS DA GAMA, Dr.(a) Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira OAB 2557/AM e Efigênia Generoso de Araújo OAB 4508/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/03/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0605294-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcio de Oliveira Melo - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 180, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0607258-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Augusto Ferreira Nascimento - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Felipe Augusto Ferreira Nascimento para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes. Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM) - Processo 0607482-95.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ronilson da Silva Pinto - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Ronilson da Silva Pinto para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: ROBERTO CARLOS CLEBIS (OAB 5509/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: WILLIAM SAMI RAMOS (OAB 8149/AM), ADV: NAARA BENAIA DA SILVA PINHO (OAB 8170/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: FABRÍCIO HILARICKI FERREIRA (OAB 10398/AM), ADV: PAULO MANOEL RIOS GUIMARAES DA SILVA (OAB 13741/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM) - Processo 0608029-43.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Emanoel Victor de Sousa Lira - Klinger de Paula Fortes - Rossana Kessia Passos da Silva - Carlos Eduardo Gomes Pontes Filho - Lucas Matheus de Souza Cruz - Vinicius Gomes Clementino Bondade - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0608029-43.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO da Dra. Naara Benaia da Silva Pinho OAB 8170/AM William Sami Ramos OAB 8149/AM e Roberto Carlos Clebis OAB 5509/AM, advogados de KLINGER DE PAULA FORTES, RG 2376819-3, com endereço à Rua Delfim de Souza, 99 C-1, Raiz, CEP 69068-900, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls.1344/1348. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 28 de fevereiro de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0623327-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gabriel Silveira Miranda - Luciano Pereira de Melo Neto - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Luciano Pereira de Melo Neto e Gabriel Silveira Miranda, Dr.(a) Lucimar Vidinha Gomes OAB 9318/AM e Cíntia Albuquerque Brito OAB 5596/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/03/2019 às 13:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0628860-49.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: GEOVANE COSTA BARROS - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) GEOVANE COSTA

BARROS, Dr.(a) João Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AMCirlane Figueredo Albertino OAB 8085/AM e Stephanie Grazielle de Souza Albertino OAB 10099/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/03/2019 às 13:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM) - Processo 0636110-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Eduardo de Araújo Praxedes - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Eduardo de Araújo Praxedes, Dr.(a) Sandra Regina dos Santos OAB 3455/AM e Higor Cesar de Castro OAB 12719/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/03/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0643957-89.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: GEOVANI RIBEIRO DA SILVA - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) GEOVANI RIBEIRO DA SILVA, Dr.(a) Alex Mendes dos Santos OAB 7308/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/03/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0651210-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jefferson Vasconcelos do Rozario - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 23/04/2019 às 10:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0659841-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Andrerlan Tiago de Lira Batista - Andresson de Lira Batista - Alex Lima da Gama - Brendo Correa Rolim - Adriana Peres de Castro - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Alex Lima da Gama, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0662224-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Emerson Wesley Viana Amaral - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 23/04/2019 às 12:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexssander Amaral da Silva (OAB 12968/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andrea Viana de Sales (OAB 10050/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM)
Artur Amaral Gomes (OAB 9928/AM)
Ary Sérgio da Motta (OAB 82A/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
Daiana Ferreira de Sousa (OAB 8527/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fabrício Hilaricki Ferreira (OAB 10398/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hellen da Silva Lima de Freitas (OAB 10961/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)

José Nazareno da Silva (OAB 3052/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karleno José Pereira (OAB 9059/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Leandro Olavo da Costa (OAB 10565/AM)
LIZANDRA FROTA FINICELLI (OAB 10526/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
Luke Pacheco da Silva (OAB 10158/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Naara Benaia da Silva Pinho (OAB 8170/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Norma Barboza Araújo (OAB 2845/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo Manoel Rios Guimaraes da Silva (OAB 13741/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raimundo Ronaldo de Souza Neves (OAB 8499/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Roberta Souza de Oliveira (OAB 9466/AM)
Roberto Carlos Clebis (OAB 5509/AM)
Rogério Pereira de Sales (OAB 5625/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Simon de Souza Guimarães Bessa (OAB 8640/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Suely de Melo Costa (OAB 1499/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tamara Jessica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Thiago Bezerra do Monte (OAB 1055A/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)
Valdy Fialho do Nascimento Junior (OAB 13393/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
William Sami Ramos (OAB 8149/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2019

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0206639-98.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: João Marco Santiago Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0206639-98.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Raquel Natalina Brito Silva OAB 10323/AM, advogado(a) de JOÃO MARCO SANTIAGO SANTOS, RG 2331185-1. Local de prisão: Não especificado - CEP 69000-000, Manaus - AM. Endereço: Rua Arara Azuis,, 17, Ponta Negra, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 3236 0603, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 73. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 07 de março de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: NAIRA REGINA RIBEIRO LIMA (OAB 9404/AM), ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0207734-08.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Idomar da Silva Fernandes - Samoel da Silva Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Idomar da Silva Fernandes, Dr.(a) Andrews Nascimento de Abreu OAB 4899/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/03/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de março de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: VANDERLENE SOARES BARROSO (OAB 10599/AM) - Processo 0210560-75.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Darlene Silva Vieira - Alessandro Felipe Barbosa Campos - Ageu de Lima Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0210560-75.2013.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Lucimar Vidinha Gomes OAB 9318/AMVanderlene Soares Barroso OAB 10599/AM e Elmison Rosa Bezerra OAB 10499/AM, advogado(a) de Darlene Silva Vieira, Ageu de Lima Silva e Alessandro Felipe Barbosa Campos, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de março de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0216214-72.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Sergildo da Gama Barroso - Deivid Edson Teixeira Gama - Robson Daniel de Oliveira - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 30/04/2019 às 08:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM) - Processo 0218691-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago de

Souza Nunes - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Thiago de Souza Nunes, Dr.(a) Mario Porto de Aguiar OAB 2296/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/03/2019 às 13:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de março de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0224977-62.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0206894-95.2015.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: FRANCISCO JOHNATTAN SOUSA DA SILVA - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR FRANCISCO JOHNATTAN SOUSA DA SILVA, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. (Súmula 231 STJ) Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu FRANCISCO JOHNATTAN SOUSA DA SILVA em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável ao acusado, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto (fls. 152/153). Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s): Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 15, em favor da União. Das custas processuais: Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do Réu, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Remessa de cópia dos autos ao Setor de Distribuição, para que os delitos previstos no Código Penal, sejam analisados pelo juiz natural. P.R.I.C.

ADV: FRANK SILVA DE MORAIS (OAB 6403/AM) - Processo 0231809-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alexandre Cruz de Souza - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Alexandre Cruz de Souza, Dr.(a) Frank Silva de Morais OAB 6403/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/03/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de março de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0232516-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: SERGIO MATOS SIQUEIRA - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0232516-79.2015.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Sarah Lima Toledano OAB 10106/AM, advogado(a) de SERGIO MATOS SIQUEIRA, RG 22717048, com endereço à Rua Patua, buracão., 27, Novo Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. XX. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 08 de março de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ULISSES ABTIBOL DOS REIS (OAB 11874/AM) - Processo 0233972-64.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: João Bosco Pereira Soares Filho - Ante o exposto e por tudo que consta dos autos, julgo IMPROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para ABSOLVER João Bosco Pereira Soares Filho da acusação do crime do artigo 33 da Lei 11.343/06, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, conforme fundamentação. Expeça incontinenti Alvará de Soltura, pondo-se João Bosco Pereira Soares Filho em liberdade, salvo se por outro motivo encontrar-se preso. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Com relação aos demais bens apreendidos, DECRETO o perdimento, dos bens remanescentes que permanecem apreendidos nestes autos, em favor da União, por intermédio do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), nos termos do art. 63 da Lei nº 11.343/06. Após o trânsito em julgado, cumprida as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do Réu no Sistema de Automação do Judiciário. P.R.I.C.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: JONATHAN CAMPOS CUTRIM (OAB 9855/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAUJO (OAB 2845/AM) - Processo 0235514-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Carlos Henrique de Souza Lima - Leandro Teixeira Soares - Anderson Simões de Matos - Erick de Jesus Ferreira - Marcelo Souza de Oliveira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Leandro Teixeira Soares, Erick de Jesus Ferreira, Marcelo Souza de Oliveira e Carlos Henrique de Souza Lima, Dr.(a) Antônio Frazão Amaral OAB 3042/AMVeraci Torres da Silva OAB 3162/AMCristiano Leitão Tapajós OAB 5826/AMCHARLENE DUARTE MAIA OAB 8504/AMCamila Bertolini de Paiva OAB 8223/AMMaria Elizabethe Rodrigues Jeronimo OAB 7229/AMJonathan Campos Cutrim OAB 9855/AM e Fabiano Cortez de Negreiros OAB 9281/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/03/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de março de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM), ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: WIRLENY BENEZAR FALCÃO (OAB 13837/AM) - Processo 0244082-25.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Raniel Silva Alves - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0244082-25.2015.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Sidney Ricardo Carvalho da Silva OAB 7780/AMWirley Benezar Falcao OAB 12792/AM e Wirleny Benezar Falcão OAB 13837/AM, advogado(a) de Raniel Silva Alves, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de março de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0244440-53.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0205786-94.2016.8.04.0001) - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Paulo Silva Pirangi - Rayna Cristina Braga Carneiro - Vistos... Considerando que o processo principal é o de número 0205786-94.2016, onde, inclusive, consta a inicial acusatória, bem como tem deslinde a ação penal com os mesmos réus e fatos noticiados no flagrante de fls. 01/28, ARQUIVEM-SE os presentes autos com relação aos acusados Paulo Silva Pirangi e Rayna Cristina Braga Carneiro. No mesmo ato, translade-se aos autos principais a decisão interlocutória de fls. 63/64, onde deverá ser juntada de modo a ser organizada por ordem cronológica, para que se tenha ciência que a ré Rayna Cristina Braga responde em liberdade provisória, circunscrita as cautelares do art. 319, do CPP. Ao balcão da secretaria para que junte, a partir do citado acima, os termos de compromisso mensais referentes a acusada alhures informada nos autos em trâmite. Observe-se as formalidades. Intime-se.

ADV: SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS (OAB 1852/AM), ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0257826-58.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Liodenilson Paixão de Castro - Marcelo Filemom da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0257826-58.2013.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Marcelo Nobre de Souza OAB 7089/AMSidney José Vieira de Souza OAB 5798/AM e SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS OAB 1852/AM, advogado(a) de Marcelo Filemom da Silva e Liodenilson Paixão de Castro, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de março de 2019. Eu, Rafael Luan Andrade Santos, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: JOSÉ LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 1778/AM), ADV: FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS (OAB 9550/AM) - Processo 0330096-90.2007.8.04.0001 (001.07.330096-0) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉ: Sille Coelho Cavalier - Waldiléia Bentes da Rocha - Fabrício Cordeiro Dias - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 30/04/2019 às 09:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM) - Processo 0602451-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Claudia Rodrigues Barroso - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 29/04/2019 às 12:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA NERY (OAB 12843/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0602990-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gabriel Batista da Silva - Thiago Nazaré Araujo - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias

do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 30/04/2019 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0603097-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Angelo da Costa Monteiro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Angelo da Costa Monteiro, Dr.(a) Janderson Fernandes Ribeiro OAB 7750/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 01/04/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 08 de março de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0603880-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Breno da Silva Oliveira - Paulo Henrique Gomes Barbosa - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 30/04/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM) - Processo 0607218-78.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcelo Pereira de Castro - Rayanne de Oliveira Cruz - Danrley Silva Nascimento - Luan Felipe Silva de Araujo - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Marcelo Pereira de Castro, Rayanne de Oliveira Cruz, Danrley Silva Nascimento e Luan Felipe Silva de Araujo para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes Outrossim, acautelo-me quanto a análise do pedido de fls. 168/170, até a apresentação de sua defesa prévia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0607258-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Augusto Ferreira Nascimento - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 29/04/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0607294-05.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Frank Candido Lopes Saraiva - Cristiano Rodrigues Maia - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Frank Candido Lopes Saraiva e Cristiano Rodrigues Maia para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes Outrossim, acautelo-me quanto a análise do pedido de fls. 59/73, até a apresentação de sua defesa prévia. Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0607492-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jacson Souza de Almeida - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 29/04/2019 às 11:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0608600-09.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: G.R.C. - Magno Alexsandro Nogueira Rodrigues - Janio Pereira de Souza - Juliano de Jhonne de Oliveira Freire - Jocenei Almeida da Costa - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Gilson Ramos da Cruz, Janio Pereira de Souza, Juliano de Jhonne de Oliveira Freire, Jocenei Almeida da Costa e Magno Alexsandro Nogueira Rodrigues para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes Outrossim, acautelo-me quanto a análise do pedido de fls. 234/242, até a apresentação de sua defesa prévia. Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0620913-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alessandro Pereira de Souza - Marcio da Silva Carneiro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0620913-36.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Sidney José Vieira de Souza OAB 5798/AM e Raimundo Nunes Amazonas OAB 7379/AM, advogado(a) de Marcio da Silva Carneiro, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 07 de março de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: WILLIAM LINS DE ALBUQUERQUE (OAB 13440/AM), ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0637030-05.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wellington Nunes Siqueira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0637030-05.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) William Lins de Albuquerque OAB 13440/AM e Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes OAB 13392/AM, advogado(a) de WELLINGTON NUNES SIQUEIRA, RG 2511610-0, com endereço à Rua Caiena, Qd: 23, 26, Nova Cidade, CEP 69095-000, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 248. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 07 de março de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0641163-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Gessika Souza Menezes - Isau de Oliveira Lima - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 29/04/2019 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0650457-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Mylena Viana Acácio - Darcley Cristina Dias Macedo - Raniellen dos Santos da Silva - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 02/05/2019 às 11:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: LARISSA VENANCIO COUTINHO (OAB 13943/AM), ADV: DIANA CAROLINA GALLEGOS ARMAS (OAB 13874/AM) - Processo 0661269-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: M.S.P. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Matheus da Silva Pereira, Dr.(a) Diana Carolina Gallegos Armas OAB 13874/AM e Larissa Venancio Coutinho OAB 13943/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/03/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de março de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Diana Carolina Gallegos Armas (OAB 13874/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Francisco Batista dos Santos (OAB 9550/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Frank Silva de Morais (OAB 6403/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jonathan Campos Cutrim (OAB 9855/AM)
José Luiz Vieira dos Santos (OAB 1778/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Larissa Venancio Coutinho (OAB 13943/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria da Conceição Teixeira Nery (OAB 12843/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Naira Regina Ribeiro Lima (OAB 9404/AM)
Norma Barboza Araujo (OAB 2845/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS (OAB 1852/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Ulisses Abtibol dos Reis (OAB 11874/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)
Vanderlene Soares Barroso (OAB 10599/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
William Lins de Albuquerque (OAB 13440/AM)
Wirleny Benezar Falcão (OAB 13837/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0024149-65.2006.8.04.0001 (001.06.024149-8) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Said de Souza Remedio e outro - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 10/04/2019 às 11h.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA VIEIRA FANALI (OAB 5167/AM), ADV: MÁRIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR (OAB 3731/AM), ADV: GUILHERME TORRES FERREIRA (OAB 5692/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM), ADV: VALINDA CINQUE IANTORNO DE JESUS (OAB 53797/RS), ADV: ANGÉLICA FEITOZA DO VALLE (OAB 28239/DF), ADV: RODRIGO CÉSAR BARROSO DE VASCONCELLOS DIAS (OAB 7156/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM) - Processo 0212161-19.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Janderson Torres de Lima - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 10/04/2019 às 09h.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0224314-84.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Pedro Henrique Guimarães Tavares - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/04/2019 às 10h.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0225690-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jonatha Ramos Viana - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/04/2019 às 09:30h.

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0232865-53.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins -

RÉU: Luiz Bezerra Simóes - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 11/04/2019 às 09h.

ADV: MARIA CLAUDIA BATISTA DE CARVALHO QUEIROZ (OAB 8457/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0617616-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Klinger Pereira Jonas - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/04/2019 às 09h.

ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: BRUNO GOMES ALVES (OAB 10718/AM) - Processo 0622681-31.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Euclides Nascimento dos Santos e outros - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/04/2019 às 11:30h.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM) - Processo 0626790-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cicero Alves de Moraes - Tiago da Silva Azevedo - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 10/04/2019 às 10:30h.

ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM) - Processo 0647049-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Magno Fonseca Paiva e outro - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/04/2019 às 12h.

Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Ana Virgínia Vieira Fanali (OAB 5167/AM)
Angélica Feitoza do Valle (OAB 28239/DF)
Bruno Gomes Alves (OAB 10718/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Guilherme Torres Ferreira (OAB 5692/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
maria claudia batista de carvalho queiroz (OAB 8457/AM)
Mário José Pereira Júnior (OAB 3731/AM)
Rafael Santos da Silva (OAB 9955/AM)
Rodrigo César Barroso de Vasconcellos Dias (OAB 7156/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Valinda Cinque Iantorno de Jesus (OAB 53797/RS)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0602375-47.2018
Denunciado(a)(s): Janderson Moises Maciel de Mendonça Junior, filho de Janderson Moises Maciel de Mendonça e Euziane Dutra da Silva.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0080/2019

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0649264-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Maria de Nazare Felipe de Vasconcelos - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 18/03/2019 às 11:30h.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2019

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0262881-53.2014.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Joselei Vieira da Silva - Vistos estes autos, NOTIFIQUE-SE o denunciado, no endereço declinado em fl. 33, anexando ao mandado o comprovante de residência. Intime-se ainda, via DJe, o Advogado constituído em f. 29 e f. 160, para que apresentem a defesa preliminar do denunciado. Em caso de inércia, oficie-se à OAB/AM, para providências. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0079/2019

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0236111-52.2016.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - INDICIADO: Alaim Correa Santiago - Autos nº:0236111-52.2016.8.04.0001 DESPACHO Notifique-se o denunciado Alaim Correa Santiago para oferecer DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito JB

Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)

3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSEANE DO VALE CAVALCANTE JACINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RÚBIA MARA ÁVILA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2019

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0200128-60.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kleber Vasquez dos Santos - Homologo a desistência da oitiva da testemunha Duillyo Simões da Silva. Superada a instrução processual, intimem-se, na respectiva ordem, Ministério Público e Defesa para apresentarem alegações finais mediante memoriais escritos, no prazo de 05 (cinco) dias, de acordo com o disposto no artigo 57 da Lei nº 11.343/2006. Advirta-se ao causídico as observações inerentes ao artigo 265, caput, do Código de Processo Penal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANA LÚCIA DE MORAIS COSTA SILVA (OAB 1243/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM) - Processo 0200294-24.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ramon da Silva Ferreira - Railan Ferreira dos Santos - De acordo com o art. 382 do Código de Processo Penal, qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão. Logo, conclui-se que a interposição dos embargos de declaração visa dissipar a dúvida e a incerteza criada pela obscuridade e imprecisão da decisão judicial. No caso em tela, vislumbro que estão presentes neste apelo os pressupostos objetivos e subjetivos da admissibilidade recursal, já que é cabível e adequado, estando tempestivo, não existindo fato impeditivo ou extintivo do direito, bem como restaram presentes a legitimidade e o interesse recursal, razão pela qual o seu conhecimento é medida que se impõe. No que tange à questão de fundo, os aclaratórios merecem prosperar. Ao vislumbrar a certidão de antecedentes criminais de fl. 218, verifica-se a existência de homônimo. A sentença e a certidão de trânsito em julgado juntadas às fls. 219/226 e 227 referem-se ao indivíduo identificado como Ramon Silva Ferreira, filho de Maria Aparecida Silva Ferreira. Ocorre que o réu se chama Ramon da Silva Ferreira e é filho de Irismar Alves da Silva, conforme documento de identificação de fl. 91. Logo, incorreu em erro este Juízo ao analisar os antecedentes criminais do acusado, motivo pelo qual se faz necessária a devida correção. Por essas razões, CONHEÇO dos embargos declaratórios opostos, e no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO, consoante motivação jurígena acima delineada, para o bem de aclarar o conteúdo da sentença de fls. 232/242, da seguinte forma: II. IV - Da aplicabilidade do tráfico privilegiado Interpretando o texto normativo do § 4º do art. 33 da lei em análise, tem direito subjetivo à minorante o "agente que seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integra organização criminosa" (Informativo 402 STJ). No caso em tela, o acusado não tem contra si quaisquer registros criminais, conforme fl. 47, sendo a sentença e a certidão de trânsito em julgado juntadas às fls. 219/226 e 227 referentes a indivíduo homônimo identificado como Ramon Silva Ferreira, filho de Maria Aparecida Silva Ferreira. Portanto, insta aplicar a causa de diminuição de pena ao réu. Saliente-se, por fim, que o chamado tráfico privilegiado, previsto no § 4º do art. 33 da Lei n.º 11.343/06 não deve ser considerado crime de natureza hedionda. (STF. Plenário. HC 118533, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 23/06/2016). III - DISPOSITIVO Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente o réu, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para condenar Ramon da Silva Ferreira nas sanções do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, na modalidade "vender" e do artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da

Lei n.º 10.826/03, na modalidade "possuir" e ABSOLVÊ-LO da imputação do artigo 35 da Lei n.º 11.343/06, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Passo, pois, a dosar a reprimenda ao acusado, conforme o necessário e suficiente para alcançar a tríplice função da pena, qual seja, promover a reprovação da conduta do agente, prevenção geral e especial do crime, atento ao critério trifásico estabelecido pelo artigo 68 do Código Penal. III. I - Art. 33 da Lei n.º 11.343/06 Em análise as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal e da preponderância exigida pelo artigo 42 da Lei n.º 11.343/06, verifico que a culpabilidade do acusado, consistente no grau de reprovabilidade de sua conduta, não ultrapassou aquela inerente ao tipo penal, devendo ser considerada em seu favor; a quantidade considerável e a natureza dos entorpecentes apreendidos em poder do réu não gerou maiores prejuízos que aquele previsto no tipo; o réu não é detentor de maus antecedentes, sob a ótica da Súmula 444 do STJ; a conduta social do acusado não pode ser considerada em seu desfavor, uma vez que inexistem elementos nos autos através dos quais possa ser aferida; a personalidade do agente, por seu turno, é delineada pela conjugação de elementos hereditários e socioambientais. No caso em apreço, não se verificam elementos suficientes para analisar sua personalidade, daí porque não se pode considerar tal circunstância desfavorável; os motivos do crime são próprios do tipo penal, não havendo qualquer característica excepcional; as circunstâncias são normais, próprias do tipo legal, devendo ser considerada em seu favor; as consequências entendo como graves, mas inerentes ao tipo penal, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica, não havendo que se falar em comportamento da vítima. Com base no estudo desses elementos, analisados individualmente, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Na segunda fase da dosimetria, reconheço as circunstâncias atenuantes da menoridade relativa e da confissão espontânea previstas no art. 65, incisos I e III, alínea "d" do Código Penal. Todavia, deixo de atenuar a pena por já tê-la estabelecido no mínimo legal, em observância à Súmula 231 do STJ. Ausentes agravantes. Na terceira fase, reconheço a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06, visto que o agente é primário, detentor de bons antecedentes, não há indícios de que se dedique às atividades criminosas e nem que integre organização criminosa, conforme fundamentação antes exposta, razão pela qual diminuo a pena em seu patamar máximo, isto é, em 2/3 (dois terços), e, por não haver causas de aumento de pena, passo a dosá-la concreta e definitivamente em 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão e 166 (cento e sessenta seis) dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 33 da Lei n.º 11.343/06. III. II - Do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n.º 10.826/03 Em análise à regra fixada pelo art. 59 do Código Penal, vê-se que a conduta do réu se exteriorizou de forma simples, não havendo o que se valorar. Segundo a prova dos autos, o réu não é detentor de maus antecedentes. Não foi possível colher dados acerca de sua conduta social. Poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade. O motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque. As consequências entendo como graves, mas próprias do crime, sendo desnecessário tecer comentários sobre o perigo abstrato decorrente do delito. Por fim, não há que se falar em comportamento da vítima. À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena-base em 3 (três) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. Na segunda fase da dosimetria, reconheço a circunstância atenuante da menoridade relativa prevista no art. 65, inciso I, do Código Penal. Todavia, deixo de atenuar a pena por já tê-la estabelecido no mínimo legal, em observância à Súmula 231 do STJ. Ausentes agravantes. Também ausentes causas de aumento ou diminuição de pena, motivo pelo qual fixo a pena de 3 (três) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa pela prática do crime previsto no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n.º 10.826/03. IV - Da aplicação definitiva das penas - concurso material Trata-se da hipótese de concurso material de crimes, consoante art. 69, do Código Penal, devendo as reprimendas capituladas nos tipos penais serem somadas, pelo que fixo em definitivo ao cumprimento de pena privativa de liberdade em 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão e ao pagamento de 176 (cento e setenta e seis) dias-multa, cada um dia-multa no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente à época do fato delituoso, devendo a pena privativa de liberdade ser cumprida por primeiro. A pena deve ser cumprida em regime inicial semiaberto, consoante artigo 33, § 2º, alínea "b", do Código Penal. Deixo de aplicar o artigo 387, § 2º do Código de Processo Penal pois o tempo de segregação cautelar não alterará o regime inicial. Não é possível substituir a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, tampouco faz jus ao benefício da suspensão condicional da pena (sursis), pois fixada a pena em patamar superior ao limite estabelecido nos arts. 44, inciso I e 77, do Código Penal. Haja vista a fixação de regime inicial semiaberto e por não estarem presentes os pressupostos para decretação da prisão preventiva, sem olvidar da primariedade e bons antecedentes, concedo ao réu em questão o direito de recorrer em liberdade. DISPOSIÇÕES FINAIS Do destino da droga Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga e demais petrechos impregnados com a dita substância. Aliás, encerrado o processo, OFICIE-SE à autoridade policial para proceder na forma do artigo 72 da Lei n.º 11.343/06. Após, CERTIFIQUE-SE nos autos. Do destino dos bens apreendidos Nos termos do e artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal Brasileira, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias. Dessarte, consoante norma acima transcrita e conforme o disposto no artigo 63 da Lei n.º 11.343/06 DECRETO O PERDIMENTO de todos os bens e valores apreendidos, em favor da União por intermédio do FUNAD, com exceção dos já devidamente restituídos. Das armas de fogo e munições Encaminhem-se a arma de fogo, munições e acessórios apreendidos ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma da Lei n.º 10.826/03. Das intimações Providenciem-se as intimações de sentença na forma do artigo 392 do Código de Processo Penal, com observância dos prazos, especialmente nas hipóteses dos incisos IV a VI acaso não seja encontrado o réu. Das custas processuais Condeno o réu, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das últimas diligências Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, mantida a condenação em face do réu, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; 3) Cadastre-se no INFODIP a condenação do réu, com sua identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 4) Expeça-se mandado de prisão para cumprimento de pena e a guia respectiva e remetam-se cópias das principais peças destes autos à V.E.P.; 5) Aplique-se a detração no que couber; 6) À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ e INFOSEG. Intimem-se o Ministério Público, a Defesa e o acusado. P.R.I.C.

ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ADALGISA CRISTINA COUTINHO FREITAS (OAB 10765/AM) - Processo 0202002-12.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: André de Souza Rocha - Em virtude da ausência da intimação do acusado, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 24/09/2019 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM), ADV: PRISCILLA LOPES DE ALCANTARA (OAB 8615/AM), ADV: JOÃO BOSCO RAMOS BATISTA (OAB 2739/AM) - Processo 0203301-92.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Willacy Gama Reis - Wallacy Gama Reis - Vistos, etc. Reitere-se a intimação dos advogados dos réus, via publicação no DJe, para que cumpram a deliberação presente no termo de audiência, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP e comunicação à OAB para apuração de eventual abandono de causa, além das demais providências cabíveis.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0204839-40.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alex Gomes da Silva - "Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 24/07/2019 às 11:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes."

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0204913-94.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Sérgio Gomes Pinheiro - RÉU: Sérgio Willian Cândido Vilena - Defiro como requer o MP. Dê-se vistas destes autos ao representante do Ministério Publico. Após manifestação, voltem-me os autos conclusos. Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 23/09/2019 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0205612-85.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo Sales da Silva - Bruno Breves da Silva - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 25/07/2019 às 11:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0205612-85.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Bruno Breves da Silva e outro - Vistos, etc. Acolho a juntada dos documentos trazidos ao bojo do processo por Bruno Breves da Silva. Aguarde-se a realização da audiência e instrução e julgamento ora designada para o dia 25/07/2019, às 11:00h. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0206082-53.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: ÂNGELA NASCIMENTO DA COSTA - CHARLES NUNES CABRAL - INDICIADO: Marcos Antônio da Costa Silva e outros - Vistos, etc. Considerando a manifestação positiva de Marcos Antônio da Costa Silva para restituir a coisa apreendida, conforme se depreende da certidão de fls. 441, proceda-se com o levantamento do valor apreendido devidamente atualizado. Diligências de estilo. Após, arquive-se o feito com as cautelas de praxe.

ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0206280-90.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Batalha Aragão - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM) - Processo 0206650-69.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luan Lima dos Santos - Jucelim Albuquerque Monteiro - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Jucelim Albuquerque Monteiro,

ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM) - Processo 0206667-76.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Charles Rodrigo Belo da Silva (Vulgo Bab) - Guillber Lima de Oliveira (Vulgo Pit) - Jander Goncalves dos Santos - Em face do exposto JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado na ação penal em epígrafe para: a) ABSOLVER o réu Jander Gonçalves dos Santos de todas as imputações contidas na denúncia, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal; b) CONDENAR o réu Charles Rodrigo Belo da Silva como incurso nas penas do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, conforme fundamentação e ABSOLVÊ-LO da acusação de ter praticado os crimes previstos nos artigos 35 da Lei n.º 11.343/06 e 304 do Código Penal Brasileiro, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal; c) CONDENAR o réu Guilber Lima de Oliveira como incurso nas penas do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, conforme fundamentação e ABSOLVÊ-LO da acusação de ter praticado o crime previsto no artigo 35 da Lei n.º 11.343/06, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Passo, pois, a dosar a reprimenda aos acusados Charles Rodrigo Belo da Silva e Guilber Lima de Oliveira, conforme o necessário e suficiente para alcançar a tríplice função da pena, qual seja, promover a reprovação da conduta do agente, prevenção geral e especial do crime, atento ao critério trifásico estabelecido pelo artigo 68 do Código Penal. Charles Rodrigo Belo da Silva Em análise as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal e da preponderância exigida pelo artigo 42 da Lei n.º 11.343/06, verifico que a culpabilidade do acusado, consistente no grau de reprovabilidade de sua conduta, não ultrapassou aquela inerente ao tipo penal, devendo ser considerada em seu favor; o réu não é detentor de maus antecedentes, pois a sentença condenatória existente em seu desfavor, conforme relatado anteriormente, será considerada para efeito de reincidência, em respeito a progressividade da dosimetria da pena; a conduta social do acusado não pode ser considerada em seu desfavor, uma vez que inexistem elementos nos autos através dos quais possa ser aferida; a personalidade do agente, por seu turno, é delineada pela conjugação de elementos hereditários e socioambientais. No caso em apreço não se verificam elementos suficientes para analisar sua personalidade, daí porque não se pode considerar tal circunstância desfavorável; os motivos do crime são próprios do tipo penal, não havendo qualquer característica excepcional; as circunstâncias são normais, próprias do tipo legal, devendo ser considerada em seu favor; as consequências são inerentes ao tipo penal, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. A quantidade e a natureza da droga apreendida não gerou maiores reflexos, nada havendo a se valorar. Por fim, não há falar em comportamento da vítima. Com base no estudo desses elementos, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Na segunda fase da dosimetria, ausentes circunstâncias atenuantes. Porém, incide a agravante da reincidência, motivo pelo qual passo a dosar e pena em 6 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Passando a terceira fase, não reconheço a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06, visto que o agente é reincidente em crime doloso, conforme já demonstrado. Não vislumbro causas de aumento. Ante o exposto, fixo a pena concreta e definitiva em 6 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos), sendo cada um dia-multa equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, ante a ausência de elementos para se aferir a real capacidade econômica do réu. A pena do réu deve ser cumprida em regime inicial fechado, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", do Código Penal, ante o quantum de pena aplicada, somada à reincidência. Deixo de aplicar a norma ínsita ao § 2º, do artigo 387 do Código de Processo Penal, haja vista que o regime inicial de cumprimento de pena não será modificado, não obstante

o período de segregação preventiva a que os sentenciados foram submetidos no curso do processo. Impossível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito ou aplicação de sursis, no caso, visto que o réu é reincidente e fixada a pena em patamar superior ao previsto nos artigos 44 e 77 do Código Penal. Sobre o direito de apelar em liberdade, necessárias algumas considerações. Consta informação de que é reincidente, a comprovar o perigo que o condenado representa para a coletividade se solto ficar, ante o receio de reiteração, visto que continuou a delinquir conforme observa-se nos seus registros criminais (fls. 169), tornando-se ameaça para a ordem pública, sem mencionar a possibilidade de se evadir da comarca quando ciente da condenação, pelo que se afigura clarividente a presença dos fundamentos para a decretação da prisão preventiva, a saber, a garantia da ordem pública e a segurança da aplicação da lei penal, nos termos do artigo 311 e 312 do Código de Processo Penal. Diante de tais considerações, nego o direito de recorrer em liberdade, com fundamento no artigo 59 da Lei n.º 11.343/06 e decreto-lhe a prisão como forma de garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal. Expeça-se o mandado de prisão em desfavor de Charles Rodrigo Belo da Silva. Guilber Lima de Oliveira Em análise as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal e da preponderância exigida pelo artigo 42 da Lei n.º 11.343/06, verifico que a culpabilidade do acusado, consistente no grau de reprovabilidade de sua conduta, não ultrapassou aquela inerente ao tipo penal, devendo ser considerada em seu favor; a quantidade considerável e a natureza dos entorpecentes apreendidos em poder do réu não gerou maiores prejuízos que aquele previsto no tipo; o réu não é detentor de maus antecedentes, sob a ótica da Súmula 444 do STJ; a conduta social do acusado não pode ser considerada em seu desfavor, uma vez que inexistem elementos nos autos através dos quais possa ser aferida; a personalidade do agente, por seu turno, é delineada pela conjugação de elementos hereditários e socioambientais. No caso em apreço, não se verificam elementos suficientes para analisar sua personalidade, daí porque não se pode considerar tal circunstância desfavorável; os motivos do crime são próprios do tipo penal, não havendo qualquer característica excepcional; as circunstâncias são normais, próprias do tipo legal, devendo ser considerada em seu favor; as consequências entendo como graves, mas inerentes ao tipo penal, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica, não havendo que se falar em comportamento da vítima. Com base no estudo desses elementos, analisados individualmente, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Na segunda fase da dosimetria, ausentes circunstâncias atenuantes ou agravantes. Na terceira fase, como já relatado na fundamentação, não reconheço a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06. Não concorrem causas de aumento de pena. Ante o exposto, fixo a pena concreta e definitiva de 5 (cinco) anos de reclusão e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n.º 11.343/06. Fixo cada um dia-multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, ante a ausência de elementos para aferir a capacidade econômica do réu. A pena da réu deve ser cumprida em regime inicial semiaberto, consoante artigo 33, § 2º, alínea "b", do Código Penal, não fazendo jus a fixação de regime menos gravoso, mesmo diante do lapso cumprido cautelarmente (art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal). Não é possível substituir a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, tampouco faz jus ao benefício da suspensão condicional da pena (sursis), pois é fixada a pena em patamar superior ao limite estabelecido nos artigos 44, inciso I e 77, do Código Penal. Sobre o direito de apelar em liberdade, necessárias algumas considerações. Da análise de seus registros criminais (fl. 170) verifica-se que o réu encontra-se preso, por cumprimento de pena em condenação superveniente, bem como lhe foi impingida pena em patamar suficiente a ensejar o recolhimento. O fato é que o condenado representa perigo para a coletividade se solto ficar, visto se tratar de acusado que vem se dedicando a atividades criminosas, tornando-se ameaça para a ordem pública. Assim, DECRETO a prisão preventiva do acusado com fins de assegurar a ordem pública e a aplicação da lei penal, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, não assegurando à ele o direito de apelar em liberdade. Diante de tais considerações, nego o direito de recorrer em liberdade, com fundamento no artigo 59 da Lei n.º 11.343/06, como forma de garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal. Expeça-se o mandado de prisão em desfavor de Guilber Lima de Oliveira Todavia, deve ser assegurado ao réu que seja imediatamente transferido para o estabelecimento prisional destinado ao cumprimento de pena no regime semiaberto, evitando-se que fique preso provisoriamente em regime mais gravoso, conforme jurisprudência do STJ noticiada no Informativo n.º 540: DIREITO PROCESSUAL PENAL. COMPATIBILIDADE ENTRE A PRISÃO CAUTELAR E O REGIME PRISIONAL SEMIABERTO FIXADO NA SENTENÇA. Há compatibilidade entre a prisão cautelar mantida pela sentença condenatória e o regime inicial semiaberto fixado nessa decisão, devendo o réu, contudo, cumprir a respectiva pena em estabelecimento prisional compatível com o regime inicial estabelecido. Precedentes citados: HC 256.535-SP, Quinta Turma, DJe 20/6/2013; e HC 228.010-SP, Quinta Turma, DJe 28/5/2013. (STJ, HC n. 289.636-SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 20/5/2014). Disposições finais: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga e dos demais petrechos impregnados com dita substância. Nos termos do e artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal Brasileira, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias. Dessarte, consoante norma acima transcrita e conforme o disposto no artigo 63 da Lei 11.343/06, DECRETO O PERDIMENTO dos bens e valores apreendidos em favor da União, por intermédio do FUNAD, com exceção daqueles já devidamente restituídos. Condeno os réus Charles Rodrigo Belo da Silva e Guilber Lima de Oliveira ao pagamento das custas processuais, nos termos do artigo 804, do Código de Processo Penal, assegurando-lhe o benefício da justiça gratuita com a ressalva do art. 12 da Lei n.º 1.060/50. Providenciem-se as intimações da sentença na forma do artigo 392 do Código de Processo Penal, com observância dos prazos, especialmente nas hipóteses dos incisos IV a VI acaso os réus não seja mais encontrados. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1. Lance-se o nome dos réus Charles Rodrigo Belo da Silva e Guilber Lima de Oliveira no rol dos culpados; 2. Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; 3. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos réus Charles Rodrigo Belo da Silva e Guilber Lima de Oliveira, com sua devida identificação, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 4. Encaminhem-se as peças principais à V.E.P.; 5. Aplique-se a detração no que couber; 6. Oficie-se à SENAD. 7. À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ e INFOSEG. P.R.I.C

ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM) - Processo 0207267-87.2019.8.04.0001 (processo principal 0602030-07.2019.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Valdelira da Silva Rocha - Posto isso, defiro o pedido de restituição de fls. 1/7. Devolva-se o referido bem descrito e caracterizado nos autos, devendo ser entregue à requerente, mediante comprovação da identidade, e termo nos autos (artigo 120 do CPP). Por intermédio do RENAJUD ou outro meio adequado, providencie-se o registro de restrição judicial concernente ao veículo em apreço, junto ao DETRAN/AM. À Secretaria para providenciar a emissão dos expedientes necessários à liberação. Após, dê-se a devida baixa no presente incidente. Intime-se.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: BRUNO SARAIVA CARNEIRO (OAB 9829/AM) - Processo 0207321-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alifer Hadan Ferreira Batista - Ante o teor da certidão de fls. 170, vistas dos autos ao Parquet para manifestação. Após, voltem-me conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0207534-64.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Adiel Hernandes Lima do Nascimento - Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, com arrimo nos arts. 107, inciso I, do CP, e 5º, inciso XLV, 1ª Parte, da CF, DECRETO A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE de Adiel Hernandes Lima do Nascimento da acusação do crime do art. 33 da Lei nº 11.343/06.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0208192-54.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Eduardo dos Santos Mauricio - Alessandro dos Santos Ramos - Ante o exposto, REVOGO a PRISÃO PREVENTIVA de ALESSANDRO DOS SANTOS RAMOS.

ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: MARCELO COSTA DOS SANTOS (OAB 3821/AM) - Processo 0208727-51.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Jania Carvalho Simplício - Leila Maria Praia da Costa e Silva - Marcelo Pereira França Saraiva - Rose Meire Pereira Franca Saraiva - Thaiany Braga de Araújo - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos inerentes aos recursos em geral, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse processual, recebo os apelos interpostos, nos termos do artigo 593, inciso I, do CPP, no efeito meramente devolutivo. Vista ao Apelado para apresentar razões, no prazo de 8 (oito) dias (artigo 600, caput, do CPP). Apresentadas as razões ou vencido o prazo supramencionado (artigo 601, caput, do CPP), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias. À Secretaria para providências. I.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: MARCELO COSTA DOS SANTOS (OAB 3821/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0208727-51.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Jania Carvalho Simplício - Leila Maria Praia da Costa e Silva - Marcelo Pereira França Saraiva - Rose Meire Pereira Franca Saraiva - Thaiany Braga de Araújo - Considerando as informações trazidas ao bojo da demanda por intermédio do Sistema RENAJUD, intime-se, via Oficial de Justiça, a empresa Casa dos Compressores, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira a restituição do veículo Ford Ecosport, Placa Atual OAB6H21, Placa Antiga OAB-6721, 2014/2014, Chassi 9BFZB55H5E8889440, sob pena de perdimento em favor da União. Cumpra-se.

ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0210048-87.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francionei Lima Cavalcante - "Defiro como requer a Defesa e o Representante Ministérial e designo o dia 15/08/2019 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes."

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0210364-03.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: André Adolfo da Silva e outro - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 25/09/2019 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0214022-69.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Willian Rogério Moraes do Nascimento - Ante o teor da certidão de fls. 177, vistas ao Parquet para manifestação quanto a testemunha de acusação Vivaldo de Lemos. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0214106-70.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: A.A.A. - Considerando a inércia do patrono do acusado Alexandre de Albuquerque Artine, que devidamente intimado para re-ratificar os memoriais escritos já apresentados às fls. 1222-1228, já que deixou o prazo transcorrer in albis, determino que os autos sejam encaminhados conclusos para sentença, eis que presente todas as condições e pressupostos processuais para o julgamento do mérito da causa. Cumpra-se.

ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0218985-52.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jander de Castro de Souza e outros - Vistos, etc. Em atenção à promoção de fl. 515, oficie-se ao 5º Ofício de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais a fim de que envie eventual certidão de óbito existente em nome de Jander de Castro de Souza Juntada a certidão, abra-se vista ao Ministério Público.

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM) - Processo 0220403-93.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: DANIEL MARQUES DA SILVA - Milziane Neves Marques - Beatriz Marques da Silva - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 28/08/2019 às 11:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0222098-82.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Cleide Simões da Silva - Beneto Marques da Silva - Lucas Alves de Oliveira - Eduardo Silva de Lira - Ante o teor da certidão de fls. 395, vistas ao Parquet para manifestação. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: JOSIAS DA SILVA MAURÍCIO (OAB 3859/AM), ADV: LUZILENA GOMES MOTA (OAB 9991/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM) - Processo 0222961-14.2010.8.04.0001 (001.10.222961-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: R.C.G. - C.R.H. - J.A.R.A.C. - Vistos, etc. Ao compulsar os autos em epígrafe, constatei a existência de verdadeira controvérsia entre os magistrados da 1ª e da 4ª V.E.C.U.T.E. acerca do órgão competente para substituir o juiz titular desta Especializada, que se julgou suspeito para atuar no feito. Não obstante a controvérsia, em razão do caráter subjetivo e pessoal do instituto da suspeição, e considerando o fato de esta magistrada ter sido designada pela Presidência deste Tribunal para responder cumulativamente e com

exclusividade por esta 3ª V.E.C.U.T.E. desde 24/01/2019, sem data de prescrição, conforme Portaria nº 220/2019, de 23/01/19, decido por assumir, interinamente, o processamento da presente ação penal, isto é, enquanto perdurar a mencionada portaria, a fim de evitar maior atraso na marcha processual, sobretudo porque se trata de feito em trâmite há bastante tempo e ainda sem resolução. Destarte, aguarde-se a audiência designada. À Secretaria para providências.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0224546-91.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ogelem Cortez da Silva - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0224605-79.2016.8.04.0001 (processo principal 0223650-48.2016.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INTSSADO: DAYVISON LEITE DA SILVA - A presente demanda dependente iniciou com o Pedido de Restituição de Coisa Apreendida, conforme se observa às fls. 01-03. Este Juízo de Direito deferiu mediante restrição judicial o pleito defensivo com fim de evitar que o bem se deteriorasse e perdesse o valor de mercado. Contudo, até o presente momento, o requerente e seu causídico intimados para cumprimento da ordem judicial supra permaneceram inertes. Há informação da Secretaria de que o requerente encontra-se preso. Destarte, intime-se o requerente na Unidade Prisional em que se encontrar recolhido para que constitua procurador nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, a fim de que seja procedida a restituição da motocicleta, Uma vez notificado e não havendo manifestação no prazo assinalado, decreto o perdimento da motocicleta Honda/CG 125 Fan, Placa OAI-7383, Renavan 0055967102-4, Chassi 9C2JC4110DR746815, Cor Preta, e ainda determino o arquivamento dos autos em epígrafe com as cautelas e registros de praxe. Cumpra-se.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0225387-91.2013.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Arnoldo Ramires da Silva - Vistas dos autos ao Parquet. Após, voltem conclusos.

ADV: RALLES DE ARAUJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0226175-66.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Dennis Marley Barbosa Costa - Marialdo Mendonça Camelo - Melissa Kathleen Smith da Silva - Ante o teor da certidão de fls. 153/154, vistas ao Parquet para manifestação. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM) - Processo 0226349-46.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Herverton Lima Pacheco - Paulo César Braga de Souza Júnior - Vistas dos autos ao Parquet para manifestação quanto a petição de fls. 260. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0230081-98.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: David Silva Barbosa - Defiro como requer o MP. Em virtude da ausência da testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 09/05/2019 às 08:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: ALDENIRES SILVA OLIVEIRA DE SOUSA (OAB 8105/AM) - Processo 0230286-64.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fábio Coelho Romão - Em virtude da ausência do acusado, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 22/08/2019 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0236045-53.2008.8.04.0001 (001.08.236045-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Marcondes do Nascimento Araújo - Vistos, etc. Defiro parcialmente a promoção de fl. 100 apenas para manter a suspensão do processo e do curso do prazo prescrional, como já antes definido, conforme fl. 72. De todo modo, oficie-se ao Juízo da 2ª VECUTE solicitando auxílio no sentido de que seja informado ao acusado Marcondes do Nascimento Araújo de que deverá comparecer nesta 3ª VECUTE para tratar de assunto de seu interesse, haja vista que naquele Juízo cumpre medida de comparecimento mensal. À Secretaria para providências.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0236471-89.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Eliomar Freitas dos Santos - Ewerson Gustavo de Souza Frazão - Gion Plácido Amazonas da Cunha - Mário Jorge Ferreira da Silva - Manoel Silva de Freitas - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: JIMMY DA SILVA ARAUJO (OAB 9072/AM), ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM) - Processo 0237896-49.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alex Marinho da Silva - Em seguida, o MM Juiz Decidiu: “Em virtude do não comparecimento da testemunha de acusação restante, DEFIRO a promoção ministerial. Dê-se vista destes autos ao representante do Ministério Público. Após manifestação do MP, conclusos”.

ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: JIMMY DA SILVA ARAUJO (OAB 9072/AM), ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM) - Processo 0237896-49.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alex Marinho da Silva - Vistos, etc. Homologo a oitiva da testemunha de acusação Marcelo Jean Ramos Lins. Intimem-se as partes para apresentarem alegações finais mediante memoriais escritos, no prazo de 05 (cinco) dias, de acordo com o disposto no artigo 57 da Lei nº 11.343/2006. Advirta-se ao causídico as observações inerentes ao artigo 265, caput, do Código de Processo Penal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM), ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0238658-02.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Douglas Carvalho Reis e outro - Vistos, etc. Em atenção ao teor da certidão de fl. 382 e haja vista o trânsito em julgado da sentença condenatória, determino a expedição de mandado de prisão para cumprimento de pena, na forma determinada pela Portaria n.º 271/2018-PTJ, de 2 de fevereiro de 2018. Cumpridos o mandado, enviem-se as peças pertinentes encaminhem-se ao Juízo da Vara de Execução respectiva para análise. Após, arquive-se. À Secretaria para providências.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: RACHEL NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM), ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM), ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM), ADV: ANA BETHÂNIA MARINHO LOBATO (OAB 3545/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM) - Processo 0238674-24.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes -

VÍTIMAFATO: E. - RÉU: D.S.O. - H.P.S. - A.S.S. - A.L.S.A. - J.M.A. e outros - Reitere-se a intimação do advogado do réu Antonio Leandro da Silva Alves, via publicação no DJe, para que cumpra a deliberação de fl. 1504, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP e comunicação à OAB para apuração de eventual abandono de causa, além das demais providências cabíveis. Transcorrido o prazo in albis, certifique-se e, em seguida, intime-se pessoalmente o acusado via carta, Mandado e, por último, edital, para constituir novo advogado para apresentar memoriais ou informar a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 5 (cinco) dias. Uma vez notificado e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do acusado, desde já nomeio o Defensor Público, designado para este Juízo, para apresentar alegações finais sob a forma de memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias. Po outro lado, no que tange ao acusado Douglas Seixas de Oliveira, considerando que o patrono constituído às fls. 289/290 foi devidamente intimado para apresentar memoriais escritos e permaneceu inerte, bem como que o réu também intimado às fls. 1535 para realização deste ato processual deixou transcorrer o prazo in albis, nomeio a Defensoria Pública para apresentar as alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0238887-64.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Wildyson Firmino da Silva - Jogiete Santos Vieira - Considerando o implemento de novos requisitos para a expedição da guia de execução por intermédio da Portaria nº 13/2018 - Vara de Execuções Penais, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico em 05/12/2018, determino a expedição de mandado de prisão vinculado ao sistema BNMP 2.0 com a finalidade do sentenciado iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade, consoante o disposto no artigo 2º, parágrafo único, da Portaria nº 13/2018 - Vara de Execuções Penais. Após o cumprimento positivo da ordem de custódia, expeça-se a guia de recolhimento definitiva.

ADV: KETLLEN BRAGA CASTRO (OAB 12518/AM), ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM), ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM), ADV: MARCELO GUEDES DE MELLO E SILVA (OAB 9786/AM), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079A/AM), ADV: VICTOR ALBERTO GRAÇA LINS (OAB 10562/AM), ADV: LUIS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079/AM) - Processo 0239193-67.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Investigação Penal - INDICIADO: M.J.A.V. - E.A.V. - P.H.L.P. - S.N.J.S. - Vistos, etc. Ao compulsar os autos em epígrafe, constatei a existência de verdadeira controvérsia entre os magistrados da 1ª e da 4ª V.E.C.U.T.E. acerca do órgão competente para substituir o juiz titular desta Especializada, que se julgou suspeito para atuar no feito. Não obstante a controvérsia, em razão do caráter subjetivo e pessoal do instituto da suspeição, e considerando o fato de esta magistrada ter sido designada pela Presidência deste Tribunal para responder cumulativamente e com exclusividade por esta 3ª V.E.C.U.T.E. desde 24/01/2019, sem data de prescrição, conforme Portaria nº 220/2019, de 23/01/19, decido por assumir, interinamente, o processamento da presente ação penal, isto é, enquanto perdurar a mencionada portaria, a fim de evitar maior atraso na marcha processual, sobretudo porque se trata de feito em trâmite há bastante tempo e ainda sem resolução. Destarte, paute-se data para realização de nova audiência. Expeçam-se os atos intimatórios necessários Torne sem efeito o termo de audiência de fls. 1347/1349 conforme já determinado à fl. 1354. À Secretaria para providências.

ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM), ADV: KETLLEN BRAGA CASTRO (OAB 12518/AM), ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM), ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079A/AM), ADV: VICTOR ALBERTO GRAÇA LINS (OAB 10562/AM), ADV: LUIS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079/AM), ADV: MARCELO GUEDES DE MELLO E SILVA (OAB 9786/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0239193-67.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Investigação Penal - INDICIADO: M.J.A.V. - E.A.V. - P.H.L.P. - S.N.J.S. - Certifico para os devidos fins que, conforme Despacho de fls. 1376 fica designado o dia 10/05/2019 às 09:30h para a realização da audiência de Instrução e Julgamento. Na oportunidade, certifico ainda que embora novo Despacho determinando que seja tornado sem efeito a AIJ de fls. 1347/1349, não é possível cumprir tal ordem por motivo previamente justificado em Certidão acostada às fls. 1356/1357.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM) - Processo 0239461-24.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Aida Juvanete de Vasconcelos Torres - Elismara Bulcão da Silva - Vital Coutinho da Silva Filho - Considerando o implemento de novos requisitos para a expedição da guia de execução por intermédio da Portaria nº 13/2018 - Vara de Execuções Penais, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico em 05/12/2018, determino a expedição de mandado de prisão vinculado ao sistema BNMP 2.0 com a finalidade dos sentenciados iniciarem o cumprimento da pena privativa de liberdade, consoante o disposto no artigo 2º, parágrafo único, da Portaria nº 13/2018 - Vara de Execuções Penais. Após o cumprimento positivo da ordem de custódia, expeça-se a guia de recolhimento definitiva.

ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM), ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM), ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM) - Processo 0244199-50.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Clenildo Pereira da Silva Filho - Elias Silva de Oliveira - Marcos Paulo Palheta da Silva - Raimundo Nonato da Costa Silva - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para tomar ciência da CERTIDÃO de fls. 613, com relação a(o) denunciado(a) Marcos Paulo Palheta da Silva,

ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM), ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM), ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM), ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0247071-67.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Shyrlene de Souza Cunha - Elizane de Lima Vieira - Alberone da Silva Rodrigues - Olavo Amaro dos Santos - Anderson Lima de Castro - Expeça-se mandado de intimação direcionado ao acusado Alberone da Silva Rodrigues no endereço Rua Roraima, nº 24, Próximo ao Terminal V, São José I, Manaus, Amazonas, para que justifique eventual descumprimento de medida cautelar por se ausentar do Estado do Amazonas e informe o seu real endereço no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decretação de prisão preventiva. Com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0248149-67.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fredson Cabral de Souza - Viviane Auzier de Oliveira - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos inerentes aos recursos em geral, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse processual, recebo o apelo interposto, nos termos do art. 600, § 4º, do CPP, devolvendo o conhecimento da matéria fática ao Juízo ad quem, onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais, bem como serão notificadas pela publicação oficial. I.

ADV: EUNICE VALENTE LIMA RIBEIRO (OAB 5315/AM) - Processo 0254058-27.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: João Batista de Sena Neto - Intime-se a Defesa para apresentar alegações finais mediante memoriais escritos, no prazo de 05 (cinco) dias, de acordo com o disposto no artigo 57 da Lei nº 11.343/2006. Advirta-se ao causídico as observações inerentes ao artigo 265, caput, do Código de Processo Penal.

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0254066-04.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Maria Auxiliadora Pinheiro da Costa - Manoel Pinheiro da Silva - Hebert Marinho Mesquita - Ante o teor da certidão de fls. 398, vistas dos autos ao Parquet para manifestação. Após, voltem-me conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0255343-21.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gelson dos Santos Sales - Paulo Sergio Pires de Oliveira - III - DISPOSITIVO Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo IMPROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para ABSOLVER Gelson dos Santos Sales e Paulo Sergio Pires de Oliveira da acusação de terem praticado os crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei n.º 11.343/06, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Ante a absolvição procedida, concedo aos réus o direito de recorrerem em liberdade, sendo desnecessária a expedição de alvará de soltura, por já se encontrarem em liberdade por este feito. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Aliás, encerrado o processo, OFICIE-SE à autoridade policial para proceder na forma do artigo 72 da Lei n. 11.343/06. Após, CERTIFIQUE-SE nos autos. Restituam-se os celulares apreendidos, mediante comprovação de propriedade, bem como a quantia monetária. Todavia, desde já consigno o perdimento em favor da União em caso de inércia da parte interessada. Providenciem-se as intimações de sentença na forma do artigo 392 do Código de Processo Penal, com observância dos prazos, especialmente nas hipóteses dos incisos IV a VI acaso não sejam encontrados os réus. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome dos acusados no Sistema de Automação do Judiciário. Custas pelo Estado. P.R.I.C.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0259792-22.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jefferson Ferreira de Sales e outro - Reitere-se a intimação da advogada do réu Jefferson Ferreira de Sales, via publicação no DJe, para que cumpra a deliberação presente no termo de audiência, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP e comunicação à OAB para apuração de eventual abandono de causa, além das demais providências cabíveis. Transcorrido o prazo in albis, desde já, nomeio o Defensor Público, designado para este Juízo, para apresentar alegações finais sob a forma de memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias, eis que o acusado sofre os efeitos do artigo 367 do Código de Processo Penal.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: SUZANA DE SOUZA CUNHA (OAB 7974/AM) - Processo 0260888-72.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Deivisson Gimaque de Araújo - Hudson Fonseca Macedo e outro - Ante o teor da certidão de fls. 344, vistas dos autos ao Parquet para manifestação. Após, voltem-me conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO OLIVEIRA SPOSINA (OAB 11374/AM) - Processo 0600289-29.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Isaque Macedo Barbosa - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Isaque Macedo Barbosa. I.

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0601153-67.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Elias de Souza Candido Rodrigues Junior - Bernaldino Santos Almeida - Elionardo Brito de Brito - Por essas razões, indefiro o pedido formulado em favor de Elias de Souza Candido Rodrigues Junior. Intime-se.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0601153-67.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Elias de Souza Candido Rodrigues Junior - Bernaldino Santos Almeida - Elionardo Brito de Brito - Vistos, etc. Ciente do parecer ministerial. Observo que o pedido de fls. 193-205 já foi devidamente apreciado por este Juízo de Direito, inclusive com manifestação ministerial às fls. 211-212. Aguarde-se a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 09/05/2019, às 09h45min. Após, voltem conclusos.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0601413-47.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ricardo Mendes Rufino - Wendel da Silva Alves - A necessidade da custódia cautelar já foi expressamente enfrentada, como se vê da decisão proferia em audiência de custódia. Como salientado, a partir de consulta ao SAJ (fls. 34/38), verifica-se que o acusado já responde a outros processos criminais neste Judiciário Amazonense, inclusive de execução de pena, o que, apesar de não ser suficiente para a formação do juízo de culpa, quando somado aos dados existentes nesses autos, indicam a possibilidade de reiteração criminosa e justificam a decretação da segregação cautelar. Nessa esteira, saliente-se que o próprio legislador estabeleceu maior rigorosidade no tratamento destinado ao indivíduo já condenado por outro crime doloso, com sentença transitada em julgado, consoante o caso em tela, ao admitir a decretação da prisão preventiva, nos termos do inciso II, do art. 313 do Código de Processo Penal. Por essas razões, ao voltar a delinquir mesmo depois de punido, o agente demonstra total desprezo com a aplicabilidade da lei penal, sendo, portanto, inadequadas quaisquer medidas cautelares diversas da prisão no caso em análise, haja vista a existência de risco concreto de reiteração delitiva. Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Ricardo Mendes Rufino. I.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0601508-77.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Kevin Andrade Filgueiras - Vistos, etc. Não obstante a procuração de fls. 88 e a declaração de hipossuficiência às fls. 89 estarem registradas em nome do denunciado e devidamente assinadas pelo mesmo, a defesa preliminar encontra-se em nome de pessoas diversas. Ora, resta evidente que a peça defensiva apresenta mero erro material na indicação do nome do legitimado passivo, posto que em seu bojo faz referência aos fatos narrados na exordial e ainda delimita o acusado Kevin Andrade Filgueiras como acusado da prática do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006. Portanto, aplico o princípio da instrumentalidade das formas para declarar que o ato de defesa preliminar atingiu a finalidade legal, não qualquer prejuízo para o acusado Kevin Andrade Filgueiras. Desta feita, voltem os autos conclusos para análise do recebimento da denúncia. Cumpra-se.

ADV: RAMON DOS SANTOS GOMES (OAB 10876/AM), ADV: MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0602030-07.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Machado Coloba - Victor Jersey Ladislau da Silva - Vistos. Em que pese os argumentos trazidos pela Defesa do acusado às fls. 125/127, diante do teor da certidão de fl. 132, indefiro o pedido de antecipação da audiência de instrução e julgamento, haja vista a grande quantidade de feitos criminais distribuídos a esta Vara Especializada, de modo que existem processos mais antigos com réus presos há mais tempo aguardando audiência. Intime-se.

ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0602750-42.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leonardo de Souza Lopes - Intime-se a Defesa para apresentar alegações finais mediante memoriais escritos, no prazo de 05 (cinco) dias, de acordo com o disposto no artigo 57 da Lei nº 11.343/2006. Advirta-se ao causídico as observações inerentes ao artigo 265, caput, do Código de Processo Penal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0603616-79.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: Ana Clara de Oliveira Dantas - Lizandra Paula Lopes Gomes - Vistos, etc. Não obstante o teor do pedido de providências de fls. 122, verifica-se que a denunciada Ana Clara de Oliveira Dantas foi posta em liberdade mediante monitoramento eletrônico, conforme Alvará de Soltura devidamente cumprido à fl. 128. Logo, resta prejudicado o pedido de providências de fls. 122 Por fim, cumpram-se as determinações contidas no despacho de fl. 86 a fim de garantir a notificação pessoal da denunciada Lizandra Paula Lopes Gomes. À Secretaria para providências. Intime-se.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CARLOS BRUNO GOMES LIMA (OAB 7904/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0605443-28.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Caio Cesar Gomes Agra - RÉU: Kleber Raphael de Souza - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Kleber Raphael de Souza. I.

ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0606363-02.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Natalia Silva dos Santos - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Natalia Silva dos Santos. I.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0606641-03.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luis Fernando Pedrosa dos Santos - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 18/06/2020 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0606641-03.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luis Fernando Pedrosa dos Santos - Pelo exposto, em consonância com o Órgão Ministerial, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de Luis Fernando Pedrosa dos Santos. Deverá se fazer constar a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II e IV, do Código de Processo Penal, e que o descumprimento acarretará a decretação de nova prisão. Determino que o suplicante compareça neste Juízo no primeiro dia útil seguinte a sua soltura para assinatura de Termo de Compromisso, sob pena de revogação do benefício. Ainda, deverá ser encaminhado ao PROJETO REEDUCAR. Expeça-se Alvará de Soltura a fim de que o requerente seja posto imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. Intime-se.

ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0607430-02.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Pereira da Silva - Gabriel Pereira da Silva - Sebastião Machado de Souza - Pelo exposto, em consonância com o Órgão Ministerial, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de Sebastião Machado de Souza. Deverá se fazer constar a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II e IV, do Código de Processo Penal, e que o descumprimento acarretará a decretação de nova prisão. Determino que o suplicante compareça neste Juízo no primeiro dia útil seguinte a sua soltura para assinatura de Termo de Compromisso, sob pena de revogação do benefício. Ainda, deverá ser encaminhado ao PROJETO REEDUCAR. Expeça-se Alvará de Soltura a fim de que o requerente seja posto imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. Intime-se.

ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0607430-02.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Pereira da Silva - Gabriel Pereira da Silva - Sebastião Machado de Souza - Pelo exposto, rejeito liminarmente a exordial acusatória, com fulcro no artigo 395, inciso III, do Código de Processo Penal, ante a ausência de justa causa para a propositura da ação penal. Por via de consequência, revogo a prisão preventiva de Daniel Pereira da Silva e Gabriel Pereira da Silva, fundado no artigo 316 do Código de Processo Penal, bem como revogo as medidas cautelares diversas da prisão delineadas às fls. 169/170 em favor de Sebastião Machado de Souza.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0608090-93.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Maykon Wilgner Souza Silva - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Maykon Wilgner Souza Silva via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0608090-93.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Maykon Wilgner Souza Silva - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 03/07/2019 às 11:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0608090-93.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Maykon Wilgner Souza Silva - A necessidade da custódia cautelar já foi expressamente enfrentada, como se vê da decisão proferida em audiência de custódia. A partir de consulta ao SAJ (fls. 28/31), verifica-se que o acusado já responde a outros processos criminais neste Judiciário Amazonense, inclusive de execução de pena, o que, apesar de não ser suficiente para a formação do juízo de culpa, quando somado aos dados existentes nesses autos, indicam

a possibilidade de reiteração criminosa e justificam a decretação da segregação cautelar. Por essas razões, ao voltar a delinquir mesmo depois de beneficiado com a liberdade provisória, o agente demonstra total desprezo com a aplicabilidade da lei penal, sendo, portanto, inadequadas quaisquer medidas cautelares diversas da prisão no caso em análise, haja vista a existência de risco concreto de reiteração delitiva. Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Maykon Wilgner Souza Silva. Intime-se.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0608612-23.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: José Marcos Pimentel - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Por fim, caso o vídeo não se encontre acostado nos autos, junto ao termo de audiência realizado pelo juízo plantonista, ou ainda não tenham sido remetidos, oficie-se à Secretaria de Audiências de Custória para que proceda ao envio do arquivo audiovisual à PROCEAP, ante a alegação do flagranteado José Marcos Pimentel de ter sofrido agressões físicas por parte da autoridade policial. Salienta-se que, tal medida se impõe, posto que os referidos arquivos, quando não juntados aos autos, ficam armazenados nos computadores do Plantão Judicial, sob gerência da Secretaria de Audiências de Custódia. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0608761-19.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Paula Roberta de Souza da Silva - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva. Tendo em vista a juntada do respectivo Inquérito Policial, dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Por fim, caso o vídeo não se encontre acostado nos autos, junto ao termo de audiência realizado pelo juízo plantonista, ou ainda não tenham sido remetidos, oficie-se à Secretaria de Audiências de Custória para que proceda ao envio do arquivo audiovisual à PROCEAP, ante a alegação da flagranteada Paula Roberta de Souza da Silva de ter sofrido agressões físicas por parte da autoridade policial. Salienta-se que, tal medida se impõe, posto que os referidos arquivos, quando não juntados aos autos, ficam armazenados nos computadores do Plantão Judicial, sob gerência da Secretaria de Audiências de Custódia. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0608761-19.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Paula Roberta de Souza da Silva - Posto isso, em consonância com o parecer ministerial e o mais que dos autos consta, INDEFIRO o pedido de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar formulado em favor de Paula Roberta de Souza da Silva. Na oportunidade, notifique-se a denunciada para que apresente defesa prévia nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 55 da Lei n.º 11.343/06. Intime-se.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0608761-19.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Paula Roberta de Souza da Silva - Vistos, etc. Ao compulsar novamente os autos, vislumbro que assiste razão a certidão de fls. 102, vez que o Juízo de Custódia às fls. 59 substituiu a custódia preventiva por prisão domiciliar, chamo à ordem o processo para tornar sem efeito a decisão de fls. 99/100. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Paula Roberta de Souza da Silva, via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0608839-13.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Luiz Eduardo Ferreira de Morais - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Por fim, caso o vídeo não se encontre acostado nos autos, junto ao termo de audiência realizado pelo juízo plantonista, ou ainda não tenham sido remetidos, oficie-se à Secretaria de Audiências de Custória para que proceda ao envio do arquivo audiovisual à PROCEAP, ante a alegação do flagranteado Luiz Eduardo Ferreira de Morais de ter sofrido agressões físicas por parte da autoridade policial. Salienta-se que, tal medida se impõe, posto que os referidos arquivos, quando não juntados aos autos, ficam armazenados nos computadores do Plantão Judicial, sob gerência da Secretaria de Audiências de Custódia. Na oportunidade, abra-se VISTA ao representante ministerial para que manifeste-se acerca do Pedido requerido pela Defesa às fls. 40/46. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0609201-15.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Joseney Oliveira da Silva - Raimundo da Silva Andrade - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e convertidas as prisões em flagrante em prisões preventivas. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Por fim, determino a Secretaria da Vara que envie os arquivo audiovisuais colhidos em audiência de custódia à

PROCEAP, ante a alegação dos flagranteados Raimundo da Silva Andrade e Joseney Oliveira da Silva de terem sofrido agressões físicas por parte da autoridade policial. Caso os vídeos não se encontrem acostados nos autos, junto ao termo de audiência, ou ainda não tenham sido remetidos pelo juízo plantonista, oficie-se à Secretaria de Audiências de Custória para que proceda ao envio do arquivo audiovisual à PROCEAP. Salienta-se que, tal medida se impõe, posto que os referidos arquivos, quando não juntados aos autos, ficam armazenados nos computadores do Plantão Judicial, sob gerência da Secretaria de Audiências de Custódia. Na oportunidade, abra-se VISTA ao representante ministerial para que se manifeste acerca do pedido exarado pela Defesa às fls. 55/60. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0609639-46.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Arnoldo de Araújo Ferreira - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 22/07/2019 às 11:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estandos todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0610289-25.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Danilo Santos Leite - Vistas dos autos ao Ministério Público. Após, voltem conclusos.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0610333-44.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Krystphan Luann Torres de Oliveira - RODRIGO NASCIMENTO DA SILVA - Inobstante o parecer ministerial de fls. 228, observo que o denunciado RODRIGO NASCIMENTO DA SILVA não se encontra sob custódia do Estado, conforme delineado na certidão de fls. 225. Por isso, determino nova vista da demanda ao Ministério Público para manifestação. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0617060-87.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alexsandro Mariano da Silva - Vistos, etc. Vistas dos autos ao Ministério Público. Após, voltem conclusos.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM) - Processo 0617671-06.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Raisson Ferreira do Nascimento - Alessandra Cruz de Lima - Vistos, etc. Vieram os autos conclusos em razão da petição de fl. 397, por meio da qual os advogados Williams Costa da Silva e Mozarth Ribeiro Bessa Neto requerem a exclusão de seus nomes dos autos, pois não representam o réu, que venha sendo assistido pelo advogado Elzu Sousa Alves. Não obstante a alegação, ao compulsar os autos da presente ação penal, verifica-se que os advogados Williams Costa da Silva e Mozarth Ribeiro Bessa Neto foram constituídos pela ré Alessandra Cruz de Lima, conforme fl. 82, sem que tenha havido qualquer manifestação de renúncia. Logo, mesmo que tenham sida a referida ré representada por outro advogado durante as audiências, ainda permanece válida a procuração de fl. 82 pois não existe nenhum documento em sentido contrário. Deste modo, reitere-se a intimação de todos os advogados constituídos nos autos para que apresentem memoriais no prazo de 5 (cinco) dias, conforme despacho de fl. 395. Em não sendo cumprida novamente tal determinação, voltem imediatamente conclusos.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: LEANDRO OLAVO DA COSTA (OAB 10565/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: LORENA PRINTES HENRIQUES (OAB 11196/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0618135-30.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: I.O.C. - INVESTIGAD: K.S.S. - K.S.S. - C.S.S. e outros - RÉU: A.C.S. - R.S.L. - A.P.C.G.N. - INVESTIGAD: W.S.V. - M.I.O.C. e outros - Vistas dos autos ao Parquet para que se manifeste quanto ao teor da certidão de fls. 636. Após, voltem conclusos.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0626586-10.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: João Carlos Adolfo da Silva - Fernando Cardoso Guimarães - Luiz Fernando Araújo Peres - Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente o réu, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para condenar João Carlos Adolfo da Silva, Fernando Cardoso Guimarães e Luiz Fernando Araújo Peres nas sanções do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, na modalidade "ter em depósito". Passo, pois, a dosar a reprimenda aos acusados, conforme o necessário e suficiente para alcançar a tríplice função da pena, qual seja, promover a reprovação da conduta do agente, prevenção geral e especial do crime, atento ao critério trifásico estabelecido pelo artigo 68 do Código Penal. João Carlos Adolfo da Silva Em análise à regra fixada pelo artigo 59 do Código Penal e 42 da Lei 11.343/06, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, nada havendo que valorar; segundo a prova dos autos, o réu é detentor de maus antecedentes e por isso tal circunstância judicial deve ser valorada negativamente; não foi possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as consequências entendo como graves, mas inerentes ao tipo penal, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica; a quantidade e a natureza da droga apreendida não gerou maiores reflexos, nada havendo a se valorar. Por fim, não há falar em comportamento da vítima. Com base no estudo desses elementos, fixo a pena-base em 6 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Na segunda fase da dosimetria, ausentes atenuantes. Porém, incide a agravante da reincidência, motivo pelo qual agravo a pena em 1/6, passando a dosar a pena em 7 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Passando a terceira fase, não reconheço a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06, visto que o agente é reincidente em crime doloso, conforme já demonstrado. Não vislumbro causas de aumento Ante o exposto, fixo a pena concreta e definitiva em 7 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um dia-multa equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, ante a ausência de elementos para se aferir a real capacidade econômica do réu. A pena do réu deve ser cumprida em regime inicial fechado, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", do Código Penal, ante o quantum de pena aplicada, somada a reincidência. Deixo de aplicar a norma ínsita ao § 2º, do artigo 387 do Código de Processo Penal, haja vista que o regime inicial de cumprimento de pena não será modificado, não obstante o período de segregação preventiva a que os sentenciados foram submetidos no curso do processo. Impossível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito ou aplicação de sursis, no caso, visto que o réu é reincidente e fixada a pena em patamar superior ao previsto nos artigos 44 e 77 do Código Penal. Sobre o direito de apelar em liberdade, necessárias algumas considerações. O acusado respondeu à instrução criminal preso. Ainda consta informação de que ele é reincidente, a comprovar o perigo que o condenado representa para a coletividade se solto ficar, ante o receio de reiteração, tornando-se ameaça para a ordem pública, sem

mencionar a possibilidade de se evadir da comarca quando ciente da condenação, pelo que se afigura clarividente a presença dos fundamentos para a decretação da prisão preventiva, a saber, a garantia da ordem pública e a segurança da aplicação da lei penal, nos termos do artigo 311 e 312 do Código de Processo Penal. Diante de tais considerações, nego o direito de recorrer em liberdade, com fundamento no artigo 59 da Lei n.º 11.343/06. Destarte, RECOMENDE-SE o réu na prisão onde se encontra pois deverá permanecer preso. Fernando Cardoso Guimarães Em análise à regra fixada pelo artigo 59 do Código Penal e 42 da Lei 11.343/06, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, nada havendo que valorar; segundo a prova dos autos o réu não é detentor de maus antecedentes, destacando-se a aplicabilidade da súmula n.º 444 do E. STJ quanto aos processos ainda sem transito em julgado; não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as consequências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica; a quantidade e a natureza (artigo 42 da Lei de Drogas), critérios que devem preponderar diante dos presentes no artigo 59 do Código Penal, não ganham tanto relevo diante da grande quantidade e nocividade, não podendo se olvidar que esta é a fase adequada para aplicação dos critérios retromencionados (Informativo 637 do STF). Por fim, não há falar em comportamento da vítima. À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, cada uma no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 43, caput, da Lei n.º 11.343/06. Na segunda fase, reconheço a circunstância atenuante da confissão espontânea (artigo 65, inciso III, alínea “d”, Código Penal). No entanto, deixo de atenuar a pena por já tê-la estabelecido no mínimo legal, em observância à Súmula 231 do STJ. Na última fase, ausentes causas de aumento de pena. Por outro lado, reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, motivo pelo qual reduzo a pena no patamar de 2/3 (dois terços), mormente a quantidade, natureza e diversidade da droga apreendida em poder do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva do réu em 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, ante a ausência de elementos para se aferir a real capacidade econômica do réu. A pena deve ser cumprida em regime inicial aberto, consoante artigo 33, § 2º, alínea “c”, do Código Penal. Inaplicável o disposto no § 2º do artigo 387 do Código de Processo Penal, haja vista o regime já fixado. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes conforme fundamentação já exposta, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável ao réu, razão pela qual converto a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma do artigo 44, § 2º c/c artigos 46 e 48 do Código Penal, pelo período de 1 (um) ano e 8 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento indicado pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas - VEMEPA. Diante dessas circunstâncias, concedo ao sentenciado o direito de recorrer em liberdade. Luiz Fernando Araújo Peres Em análise à regra fixada pelo artigo 59 do Código Penal e 42 da Lei 11.343/06, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, nada havendo que valorar; segundo a prova dos autos o réu não é detentor de maus antecedentes, destacando-se a aplicabilidade da súmula n.º 444 do E. STJ quanto aos processos ainda sem transito em julgado; não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as consequências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica; a quantidade e a natureza (artigo 42 da Lei de Drogas), critérios que devem preponderar diante dos presentes no artigo 59 do Código Penal, não ganham tanto relevo diante da grande quantidade e nocividade, não podendo se olvidar que esta é a fase adequada para aplicação dos critérios retromencionados (Informativo 637 do STF). À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, cada uma no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 43, caput, da Lei n.º 11.343/06. Na segunda fase, reconheço a circunstância atenuante da menoridade relativa (artigo 65, inciso I do Código Penal Brasileiro). No entanto, deixo de atenuar a pena por já tê-la estabelecido no mínimo legal, em observância à Súmula 231 do STJ. Na última fase, ausentes causas de aumento de pena. Por outro lado, reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, motivo pelo qual reduzo a pena no patamar de 2/3 (dois terços), mormente a quantidade, natureza e diversidade da droga apreendida em poder do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva do réu em 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, ante a ausência de elementos para se aferir a real capacidade econômica do réu. A pena deve ser cumprida em regime inicial aberto, consoante artigo 33, § 2º, alínea “c”, do Código Penal. Inaplicável o disposto no § 2º do artigo 387 do Código de Processo Penal, haja vista o regime já fixado. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes conforme fundamentação já exposta, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável ao réu, razão pela qual converto a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma do artigo 44, § 2º c/c artigos 46 e 48 do Código Penal, pelo período de 1 (um) ano e 8 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento indicado pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas - VEMEPA. Diante dessas circunstâncias, concedo ao sentenciado o direito de recorrer em liberdade. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS IV. I - Do Alvará de soltura Expeça-se o devido alvará de soltura em favor dos acusados Fernando Cardoso Guimarães e Luiz Fernando Araújo Peres, a fim de que sejam postos imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo estiverem presos. IV. II - Do destino da droga Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga e demais petrechos. Aliás, encerrado o processo, OFICIE-SE à autoridade policial para proceder na forma do artigo 72 da Lei n.º 11.343/06. Após, CERTIFIQUE-SE nos autos. IV. III - Dos bens apreendidos Nos termos do e artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal Brasileira, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias. Dessarte, consoante norma acima transcrita e conforme o disposto no artigo 63 da Lei n.º 11.343/06, decreto o perdimento da importância monetária e demais bens apreendidos de valor econômico em favor da União, por intermédio do FUNAD. IV. IV - Das intimações Providenciem-se

as intimações de sentença na forma do artigo 392 do Código de Processo Penal, com observância dos prazos, especialmente nas hipóteses dos incisos IV a VI acaso não sejam encontrados os réus. IV. V - Das custas processuais Condeno os réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. IV. VI - Das últimas diligências Oportunamente, após o trânsito em julgado desta sentença, e mantida a condenação, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome dos réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos réus, com sua identificação, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 4) Remetam-se cópias das principais peças destes autos à V.E.M.E.P.A. e à V.E.P., conforme o caso; 5) Aplique-se a detração no que couber; 6) À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ e INFOSEG. P.R.I.C. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0630625-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Henrique Porfiro de Souza - Vistas dos autos ao Parquet. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0634437-03.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gilson da Silva de Souza - Por força dos dispositivos apontados, indefiro o requerimento formulado pelo ilustre Advogado, o qual deve permanecer nos autos até que satisfaça os requisitos exigidos para renúncia do mandato que lhe foi outorgado.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM), ADV: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA FILHO (OAB 10667/AM) - Processo 0637473-53.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Aylson Lima de Castro - Antônio Carlos Aguiar Braga - Vistos, etc. Acautelo-me em apreciar o Pedido de Revogação de Prisão Preventiva em favor de Antônio Carlos Aguiar Braga até que haja o processamento e julgamento do Habeas Corpus nº 4000636-62.2019.8.04.09.00 em trâmite na 1ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça. Após a juntada do acórdão, voltem-me os presentes autos conclusos.

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0643317-81.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Paulo Santos da Silva - Marcel Preste Silva - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos inerentes aos recursos em geral, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse processual, recebo o apelo interposto, nos termos do artigo 593, inciso I, do CPP, no efeito meramente devolutivo. Vista ao Apelado para apresentar razões, no prazo de 8 (oito) dias (artigo 600, caput, do CPP). Apresentadas as razões ou vencido o prazo supramencionado (artigo 601, caput, do CPP), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias. À Secretaria para providências. Intime-se.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0643752-55.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gezileoson Albino Moreno - Medonei Ramires Leão - Por essas razões, SUBSTITUO a medida cautelar de monitoramento eletrônico, contida no inciso IX, do artigo 319 do Código de Processo Penal pelo comparecimento mensal em juízo para informar e justificar atividades, na forma do inciso I do dispositivo mencionado, MANTENDO, na íntegra, as demais condições impostas na decisão liberatória. À Secretaria para as providências de praxe. Oficie-se à SEAP para que proceda à retirada da tornozeleira eletrônica. Advirta-se o acusado que deverá comparecer neste Juízo no primeiro dia útil subsequente a retirada do tornozeleira eletrônica, para o fim de firmar novo termo de compromisso, sob pena de decretação da prisão preventiva. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0652914-74.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Alves da Silva - Wellington Malcher da Silva - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para: a) ABSOLVER o réu Felipe Alves da Silva da acusação de ter praticado o crime previsto no artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal; b) CONDENAR o réu Wellington Malcher da Silva nas sanções do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, conforme fundamentação. Passo, pois, a dosar a reprimenda ao acusado Wellington Malcher da Silva, conforme necessário e suficiente para alcançar a tríplice função da pena, qual seja, promover a reprovação da conduta do agente, prevenção geral e especial do crime, atento ao critério trifásico estabelecido pelo artigo 68 do Código Penal. Em análise as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal e da preponderância exigida pelo artigo 42 da Lei n.º 11.343/06, verifico que a culpabilidade do acusado, consistente no grau de reprovabilidade de sua conduta, não ultrapassou aquela inerente ao tipo penal, devendo ser considerada em seu favor; o réu não é detentor de maus antecedentes, pois a sentença condenatória existente em seu desfavor, conforme relatado anteriormente, será considerada para efeito de reincidência, em respeito a progressividade da dosimetria da pena; a conduta social do acusado não pode ser considerada em seu desfavor, uma vez que inexistem elementos nos autos através dos quais possa ser aferida; a personalidade do agente, por seu turno, é delineada pela conjugação de elementos hereditários e socioambientais. No caso em apreço não se verificam elementos suficientes para analisar sua personalidade, daí porque não se pode considerar tal circunstância desfavorável; os motivos do crime são próprios do tipo penal, não havendo qualquer característica excepcional; as circunstâncias são normais, próprias do tipo legal, devendo ser considerada em seu favor; as consequências são inerentes ao tipo penal, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. A quantidade e a natureza da droga apreendida não gerou maiores reflexos, nada havendo a se valorar. Por fim, não há falar em comportamento da vítima. Com base no estudo desses elementos, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Na segunda fase da dosimetria, reconheço a circunstância atenuante da confissão espontânea, prevista no artigo 65, inciso III, alínea “d”, visto que o interrogatório prestado em Juízo foi essencial para convicção desta magistrada. Também concorre a circunstância agravante da reincidência, conforme já relatado na fundamentação. O artigo 67 do Código Penal versa sobre o concurso das circunstâncias agravantes e atenuantes, dispondo como preponderantes aquelas que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência, devendo a opção pela prevalência de uma sobre a outra ser concretamente motivada. No caso em concreto, entendo por bem compensar a circunstância atenuante da confissão espontânea com a circunstância agravante da reincidência, motivo pelo qual mantenho o quantum de pena aplicado na fase anterior. Passando a terceira fase, não reconheço a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06, visto que o agente é reincidente em crime doloso, conforme já demonstrado. Não vislumbro causas de aumento Ante o exposto, fixo a pena concreta e definitiva em 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um dia-multa equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, ante a ausência de elementos para se aferir a real capacidade econômica do réu. A pena do réu deve ser cumprida em regime inicial fechado, consoante artigo 33, § 2º, alínea “a”, do Código Penal, ante o quantum de pena aplicada, somada a reincidência. Deixo de aplicar a norma ínsita ao § 2º, do artigo 387 do Código de Processo Penal, haja vista que o regime inicial de cumprimento de pena não será modificado, não obstante o período de segregação preventiva a que os sentenciados foram submetidos no curso do processo. Impossível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito ou aplicação de sursis, no caso, visto que o réu

é reincidente e fixada a pena em patamar superior ao previsto nos artigos 44 e 77 do Código Penal. Sobre o direito de apelar em liberdade, necessárias algumas considerações. Wellington respondeu à instrução criminal preso. Ainda consta informação de que ele é reincidente, a comprovar o perigo que o condenado representa para a coletividade se solto ficar, ante o receio de reiteração, tornando-se ameaça para a ordem pública, sem mencionar a possibilidade de se evadir da comarca quando ciente da condenação, pelo que se afigura clarividente a presença dos fundamentos para a decretação da prisão preventiva, a saber, a garantia da ordem pública e a segurança da aplicação da lei penal, nos termos do artigo 311 e 312 do Código Processual Penal. Diante de tais considerações, nego o direito de recorrer em liberdade, com fundamento no artigo 59 da Lei n.º 11.343/06. Destarte, RECOMENDE-SE o réu na prisão onde se encontra pois deverá permanecer preso. Quanto ao réu Felipe Alves da Silva, considerando-se a absolvição procedida, concedo a ele o direito de apelar em liberdade. Expeça-se o alvará de soltura em favor do acusado, a fim de que seja posto em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Nos termos do artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal Brasileira, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias. Dessarte, consoante norma acima transcrita e conforme o disposto no artigo 63 da Lei n.º 11.343/06, DECRETO O PERDIMENTO dos bens apreendidos, em favor da União, por intermédio do Fundo Nacional Antidrogas, com exceção dos já devidamente restituídos. Condeno o réu Wellington Malcher da Silva ao pagamento das custas processuais, nos termos do artigo 804, do Código de Processo Penal. Providenciem-se as intimações de sentença na forma do artigo 392 do Código de Processo Penal, com observância dos prazos, especialmente nas hipóteses dos incisos IV a VI acaso os réus não sejan mais encontrados. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1. Lance-se o nome do réu Wellington Malcher da Silva no rol dos culpados; 2. Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; 3. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu Wellington Malcher da Silva, com sua devida identificação, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 4. Expeça Guia de Recolhimento Definitiva e encaminhe-se à V.E.P.; 5. Aplique-se a detração no que couber; 6. Oficie-se à SENAD. 7. À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ e INFOSEG. P.R.I.C. Manaus, 26 de fevereiro de 2019

ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0653471-61.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Gustavo Adolfo Jimenes Coutinho - Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, DEFIRO o requerimento de fls. 201 e DETERMINO a autoridade policial que realize perícia técnica nos aparelhos de telefone celular apreendidos em poder do réu, a fim de que tenha acesso aos conteúdos armazenados, na forma em que requerida pelo Parquet. Ressalte-se a autoridade policial ao conduzir o procedimento, deverá de tudo dar ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar sua realização. Expeça-se o ofício à autoridade policial para que tome ciência do teor desta decisão, encaminhando-lhe cópia, que, desde já, servirá como mandado autorizativo. Ao final das investigações, a autoridade policial representante deverá encaminhar o relatório circunstanciado, com o resumo das diligências realizadas e das informações obtidas. À Secretaria para providências. I.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0653530-49.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Flavio Conceição da Silva Nogueira - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 24/06/2020 às 09:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0654232-92.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jorge Junio Pereira dos Santos - Vando Costa Saraiva - Em face do exposto, comprovada a materialidade e definida a autoria, e por não existir causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade ou circunstância que exclua o crime ou isente a ré, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para ABSOLVER o réu Jorge Junio Pereira dos Santos da acusação de ter praticado o crime previsto no art. 33 da Lei n.º 11.343/06, com fulcro no artigo 386, VII do CPP e CONDENAR Vando Costa Saraiva nas penas do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, nas modalidades “guardar” e “vender”. Passo a dosar a pena a ser aplicada a réu Vando Costa Saraiva, em estrita observância ao disposto no art. 68, caput, do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei n.º 11.343/06, verifico que a acusado agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova colhida nos autos, o réu é primário e detentor de bons antecedentes, não havendo o que se valorar; a conduta social do acusado não pode ser considerada em seu desfavor, uma vez que inexistem elementos nos autos através dos quais possa ser aferida; a personalidade do agente, por seu turno, é delineada pela conjugação de elementos hereditários e socioambientais. No caso em apreço, não se verificam elementos suficientes para analisar sua personalidade, daí porque não se pode considerar tal circunstância desfavorável; os motivos do crime são próprios do tipo penal, não havendo qualquer característica excepcional; as circunstâncias são normais, próprias do tipo legal, devendo ser considerada em seu favor; as consequências são inerentes ao tipo penal, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica; a quantidade e a natureza (art. 42 da Lei de Drogas), critérios que devem preponderar diante dos presentes no art. 59 do CP, ganham certo relevo diante da quantidade, nocividade e diversidade do material apreendido , não podendo se olvidar que esta é a fase adequada para aplicação dos critérios retromencionados (Informativo 637 do STF). Por fim, não há que se falar em comportamento da vítima. Com base no estudo desses elementos, analisados individualmente, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Na segunda fase da dosimetria, reconheço a circunstância atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, inciso III, alínea “d”, do Código Penal, visto que o interrogatório prestado em Juízo foi essencial para convicção desta magistrada. No entanto, deixo de atenuar a pena por já tê-la fixado no mínimo legal, em observância ao que prevê a Súmula 231 do STJ. Não há circunstâncias agravantes. Na terceira fase, reconheço a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06, visto que o agente é primário e detentor de bons antecedentes, não há indícios de que se dedique às atividades criminosas e nem que integre organização criminosa, razão pela qual diminuo a pena em 2/3 (dois terços), passando a dosá-la concreta e definitivamente em 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa . Fixo cada dia-multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, ante a ausência de elementos para se aferir a real capacidade econômica do réu. A

pena deve ser cumprida em regime inicial aberto, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal. Inaplicável o disposto no § 2º, do art. 387 do Código de Processo Penal haja vista o regime já fixado. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário, os elementos dos autos evidenciam que a substituição é socialmente recomendável a acusada, razão pela qual, converto a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 1 (um) ano e 8 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento indicado pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas - VEMEPA. Ademais, concedo ao acusado o direito de recorrer da sentença em liberdade, tendo em vista o regime de cumprimento de pena ora aplicado. Expeça-se alvará de soltura, salvo se não se encontrar preso por outro processo. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Decreto o perdimento dos demais bens e valores apreendidos em favor da União, por intermédio do FUNAD, com base nos arts. 243, parágrafo único, da CRFB/88 e 63 da Lei n.º 11.343/06. DISPOSIÇÕES FINAIS: 1) Condeno o réu ao pagamento das custas processuais; 2) Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, mantida a condenação em face do acusado, tomem-se as seguintes providências: 2.1) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 2.2) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; 2.3) Cadastre-se no INFODIP a condenação da ré, com sua identificação, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 2.4) Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; 2.5) Aplique-se a detração no que couber; 2.6) À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ e INFOSEG. Publicação e intimação em audiência. Registre-se.".

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0654588-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ricardo Amorim dos Santos - Ricardo Patreze do Nascimento Silva - Considerando a recusa de Ricardo Patreze do Nascimento Silva em assinar o mandado de intimação de sentença às fls. 234/235, expeça-se nova ordem de intimação do decreto condenatório a ser cumprida por oficial de justiça na Unidade Prisional em que o sentenciado se encontra custodiado, conforme disposto no artigo 392, inciso I, do Código de Processo Penal. Cumpra-se.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0654936-08.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Marques do Carmo - José Weliton Lisboa de Oliveira - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique-se pessoalmente Felipe Marques do Carmo para que apresente defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0654936-08.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Marques do Carmo - José Weliton Lisboa de Oliveira - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de José Weliton Lisboa de Oliveira. I.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0656977-45.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ezequias da Silva Cordeiro Junior - Vistos, etc. Ante o teor da certidão de fl. 146, abra-se vista ao Ministério Público para manifestação. Após, voltem conclusos.

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0656977-45.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ezequias da Silva Cordeiro Junior - JULGO IMPROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para ABSOLVER r Ezequias da Silva Cordeiro Junior,o réu da acusação de ter praticado o crime previsto no artigo 33 da Lei n.º 11.343/06. Haja vista a absolvição procedida, concedo ao acusado o direito de recorrer da sentença em liberdade. Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA, a fim de colocar o réu imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. Oficie-se à autoridade policial para proceder à incineração da droga. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do acusado no Sistema de Automação do Judiciário. Custas pelo Estado. Publicação e intimação em audiência. Registre-se."

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0656977-45.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ezequias da Silva Cordeiro Junior - Haja vista a inércia da parte, e nos termos do artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal Brasileira, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias. Dessarte, consoante norma acima transcrita e conforme o disposto no artigo 63 da Lei n.º 11.343/06, DECRETO O PERDIMENTO dos bens e valores apreendidos em favor da União, por intermédio da FUNAD.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0658625-60.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Matheus Pereira Matos - Felipe Silva dos Santos - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Matheus Pereira Matos. I.

Adalgisa Cristina Coutinho Freitas (OAB 10765/AM)
Adel dos Santos El Ghaoui (OAB 4838/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aldenires Silva Oliveira de Sousa (OAB 8105/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Bethânia Marinho Lobato (OAB 3545/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Ana Lúcia de Morais Costa Silva (OAB 1243/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)

Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Bruno Saraiva Carneiro (OAB 9829/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Bruno Gomes Lima (OAB 7904/AM)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Eunice Valente Lima Ribeiro (OAB 5315/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Flávio Oliveira Sposina (OAB 11374/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jimmy da Silva Araujo (OAB 9072/AM)
João Bosco Ramos Batista (OAB 2739/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Ferreira de Souza Filho (OAB 10667/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Josias da Silva Maurício (OAB 3859/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Ketllen Braga Castro (OAB 12518/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Leandro Olavo da Costa (OAB 10565/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
LORENA PRINTES HENRIQUES (OAB 11196/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
LUIS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 1079A/AM)
LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM)
Luzilena Gomes Mota (OAB 9991/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcelo Costa dos Santos (OAB 3821/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Marcelo Guedes de Mello e Silva (OAB 9786/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo Barreto de Araújo (OAB 3770/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Priscilla Lopes de Alcantara (OAB 8615/AM)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Rafael Santos da Silva (OAB 9955/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Ralles de Araujo Baldez (OAB 12429/AM)
Ramon dos Santos Gomes (OAB 10876/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberta Souza de Oliveira (OAB 9466/AM)
RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Suzana de Souza Cunha (OAB 7974/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Telma Maria Silva de Mello (OAB 10202/AM)
Thiago Rodrigues Gomes (OAB 8198/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Victor Alberto Graça Lins (OAB 10562/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0205757-39.2019.8.04.0001 (processo principal 0254507-48.2014.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Eduardo de Souza Melo - Pelo exposto, DEFIRO o requerido por Eduardo de Souza Melo, desde que não seja necessária a realização de perícia na dita arma. Situação esta que deverá ser certificada nos autos antes da expedição do competente Mandado de Restituição.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0217181-54.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: José Maria França Júnior e outro - Vistos etc, Trata-se de recurso de apelação interposto por José Maria França Júnior (fls. 245) ante a sentença penal condenatória de fls. 228/242. Certificou-se a intempestividade do apelo. É o essencial a ser relatado. DECIDO. Tendo em vista a intempestividade do recurso, consoante certidão de fls. 259, ante o exaurimento do prazo estabelecido no artigo 593, inciso I, do Código de Processo Penal, NÃO RECEBO o recurso interposto. Intime-se o recorrente e após, se não houver manifestação, providencie-se o cumprimento dos demais termos da sentença e arquivem-se os presentes. À Secretaria para providências. I.

ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM) - Processo 0622018-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Vagner Silva dos Santos - Dessarte, estando ausentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, acolho o pleito formulado pela defesa, e em dissonância com o Ministério Público, CONCEDO a Liberdade Provisória em favor do Requerente Vagner Silva dos Santos, com fulcro no art. 321, do Código de Processo Penal, mediante o cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão insertas no art. 319, I, II, IV, V e IX do CPP.

ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM) - Processo 0622018-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Vagner Silva dos Santos - Certifico que, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª V.E.C.U.T.E., Dr. Celso Souza de Paula, a audiência foi redesignada para 20/03/2019 às 11:30h.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0650459-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Eueter Cardoso de Oliveira - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 21/03/2019, às 09:30h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM) - Processo 0658468-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Alcinete Costa da Silva - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 20/03/2019, às 10:00h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0028/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0058555-20.2003.8.04.0001 (001.03.058555-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: J.J.S.S. - Diante do exposto e pelas razões acima declinadas, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva contida na Denúncia para ABSOLVER o réu, JOTACI JOSÉ SOUZA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos, e o faço com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM) - Processo 0200431-06.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: R.R.O. - Dê-se ciência às partes acerca da juntada do depoimento da testemunha de acusação via precatória.

ADV: RINALDO CUNHA COSTA (OAB 4854/AM), ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0617663-29.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: R.C.C. - JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva contida na Denúncia para ABSOLVER o réu, RONALDO CUNHA COSTA, devidamente qualificado nos autos, e o faço com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Pedro Guimarâes Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Rinaldo Cunha Costa (OAB 4854/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KELLY DA SILVA VASCONCELOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0031/2019

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0200012-88.2019.8.04.0030 (processo principal 0600348-17.2019.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Ameaça - EXCEPTO: D.H.O.N. - PARA SE MANIFESTAR SOBRE A JUNTADA DO LAUDO DE INSANIDADE MENTAL REALIZADO, NO PRAZO DE 05 DIAS.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM) - Processo 0602184-69.2018.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) - Injúria - AUTORFATO: J.E.F.A. e outro - DESPACHO Tendo em vista constar dos autos pedido de fls. 71, formulado pela vítima, requerendo a revogação das Medidas Protetivas de Urgência, determino vistas ao Ministério Público Estadual para que se manifeste. Após manifestação, retornem os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM) - Processo 0602184-69.2018.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) - Injúria - VÍTIMAFATO: V.M.F.A. - AUTORFATO: J.E.F.A. - M.X.F. - Ato Ordinatório: Intimar o(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do teor da SENTENÇA PROFERIDA nos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Cientes. Cumpra-se". 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Kelly da Silva Vasconcelos, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 27 de fevereiro de 2019

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: FRANCIELY DA SILVA MATOS (OAB 10971/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0602588-23.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0600216-04.2018.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: L.C.L.R. - AUTORFATO: S.M.H. - VISTA AS PARTES PARA SE MANIFESTAR SOBRE OS DOCUMENTOS JUNTADOS.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: LETÍCIA ELAINE LINO PEREIRA BASTOS (OAB 403745/SP) - Processo 0615646-83.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) - Ameaça - VÍTIMAFATO: E.B.S. - AUTORFATO: R.B.L.X. - Isto posto, indefiro o pedido de revogação, mantendo as medidas anteriormente deferidas, até ulterior deliberação.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
FRANCIELY DA SILVA MATOS (OAB 10971/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Letícia Elaine Lino Pereira Bastos (OAB 403745/SP)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2019

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0204842-87.2019.8.04.0001 (processo principal 0602201-61.2019.8.04.0001) - Alienação de Bens do Acusado - Ameaça - AUTOR: Fabiano Melo Ramos - SENTENÇA: Isso posto, decreto extinção do feito. Translade-se peças de fls. 01/02 aos apensos autos 0602201-61.2019.8.04.0001. Intime-se desta o Requerido, por seu advogado, via DJ. Após, independente de transcurso de prazo, baixe-se e arquive-se.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: KELLY VANESSA GURGEL MEDINA (OAB 1946E/AM) - Processo 0600081-22.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - VÍTIMAFATO: J.B.M. - RÉU: A.S.M. - De Ordem do MM. Juiz, redesignei o dia 29/05/2019, às 09:00h, para a audiência de instrução de julgamento, vez que há disponibilidade de horário na referida data.

ADV: RODRIGO BALLESTEROS (OAB 12141/AM) - Processo 0603790-88.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: Z.P.S. - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que ABSOLVO o ZULEILSON PORTELA DA SILVA das sanções penais do art. 147 do Código Penal, com base no art. 386, IV, do Código de Processo Penal.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: SANDRO MARCELO SILVA DE SOUZA (OAB 10042/AM) - Processo 0607240-39.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0646213-34.2017.8.04.0001) - Pedido de Prisão Preventiva - Contravenções Penais - INVESTIGAD: E.M.C.S.J. - Isso posto, INDEFIRO o pleito de revogação de prisão.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0646680-76.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: J.O.S. - RÉU: R.K. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 23/05/2019, às 09:00h.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0660287-59.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) - Ameaça - REQUERIDO: A.S.A. - Isto posto, verificando que tal requerimento já foi expressamente enfrentado, sendo certo que a nova manifestação processual não traz em seu conteúdo qualquer elemento novo de convicção que possa mudar o entendimento explicitado naquela ocasião, ratifico integralmente os termos da decisão de fls. 50/51, à vista do que julgo prejudicado o pleito de fl. 52.

Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
KELLY VANESSA GURGEL MEDINA (OAB 1946E/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
RODRIGO BALLESTEROS (OAB 12141/AM)
Sandro Marcelo Silva de Souza (OAB 10042/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0023/2019

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: ISABELA ESPERANÇA MACHADO (OAB 11024/AM) - Processo 0604837-34.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) - Ameaça - REQUERENTE: C.L.L.F. - REQUERIDO: M.C.F. - DECISÃO: Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência - fl.140, em razão de sua prorrogação -, razão pela qual extingo o processo. P. R. I. Após, arquivem-se.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM) - Processo 0629275-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - VÍTIMAFATO: F.R.M. - RÉU: R.B.O. - De Ordem do MM. Juiz, redesignei o dia 20/05/2019, às 09:30h, para a audiência de instrução de julgamento, vez que há disponibilidade de horário na referida data.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM) - Processo 0629275-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - VÍTIMAFATO: F.R.M. - RÉU: R.B.O. - De ordem do MM. Juiz, procedo a intimação do Advogado Diego Américo Costa Silva, OAB/AM nº. 5.819, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do não comparecimento à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 27/02/2019 às 10:30h, sob o risco de incidir a multa do art. 265 do CPP, bem como eventual infração disciplinar.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0636736-50.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) - Lesão Corporal - REQUERIDA: D.S.S. - II - Vale ressaltar que, a postura omissa da Autora, frente ao prazo que lhe foi fixado no mandado de fls. 24/25, denota sua concordância ou aceitação pela imposição sofrida de medidas protetivas, materializando preclusão temporal de vir a impugná-las neste momento processual. A sentença de fl. 36, poderá ser combatida por recurso de Apelação. Intime-se desta as partes e o MP.

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0644774-51.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) - Contravenções Penais - REQUERIDA: C.S.P. - J.C.N.S. - Isso posto, inexistindo resistência ao pleito autoral, confirmo medidas protetivas concedidas às fl. 38, pelo prazo estipulado, para extinguir o feito, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida, desde que mediante motivo plausível. Intimem-se. Caso inexista recurso, certifique-se e arquive-se.

Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Isabela Esperança Machado (OAB 11024/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0172/2019

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM) - Processo 0605112-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kleber de Jesus Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Kleber de Jesus Silva em face do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0609660-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Ricardo de Souza Mattos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ricardo de Souza Mattos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de

ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0609666-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Valdeniza Magalhaes do Carmo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Valdeniza Magalhaes do Carmo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ADRIELI RAIANI LIMA MARQUES (OAB 13897/AM) - Processo 0609752-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Marcio José Pereira Campos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcio José Pereira Campos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ADRIELI RAIANI LIMA MARQUES (OAB 13897/AM) - Processo 0609753-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jose Reinaldo Souza de Abreu - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jose Reinaldo Souza de Abreu em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MARCOS DANRLEY DA SILVA LIMA (OAB 13512/AM) - Processo 0609874-08.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Clarissa Barbosa de Albuquerque - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Clarissa Barbosa de Albuquerque em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações

contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0609889-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Robson de Souza Nunes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Robson de Souza Nunes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0609895-81.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Francisco Ribeiro dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Ribeiro dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0609896-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Ramenson Lima Mendonça - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ramenson Lima Mendonça em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0609897-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Alexandre Nascimento de Andrade - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alexandre Nascimento de Andrade em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0609899-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: José Nélio Trindade Caldas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Nélio Trindade Caldas em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos

autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0609934-78.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tempo de Serviço - REQUERENTE: Zelia Simões da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Zelia Simões da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0609943-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Samuel de Oliveira Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Samuel de Oliveira Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0609952-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Gilson Gama da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gilson Gama da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0609966-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: C.H.S.J. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Carlos Humberto da Silva Júnior em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da

Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0609984-07.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Edmar Pereira dos Reis - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edmar Pereira dos Reis em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0610024-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Orilande Nogueira dos Anjos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Orilande Nogueira dos Anjos em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WANDERSON OLIVEIRA FREIRE ALBERTINO (OAB 12862/AM) - Processo 0610087-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Maurício Lima Pires - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maurício Lima Pires em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0610114-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Anderson da Cruz Carvalho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Anderson da Cruz Carvalho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0610116-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Geovane Ribeiro Moura - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Geovane Ribeiro Moura em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0610122-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ercilio Braulio da Silva Junior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ercilio Braulio da Silva Junior em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0610123-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Raimundo Francisco Gomes Pires - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimundo Francisco Gomes Pires em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0610124-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Roberto Nogueira de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Roberto Nogueira de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0610131-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Anderson do Vale Gomes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Anderson do Vale Gomes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá

a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0610141-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Madalena de Jesus Monteiro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Madalena de Jesus Monteiro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LEONARDO BARROSO MONTEIRO (OAB 12619/AM) - Processo 0610150-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Jaqueline Siza Teixeira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jaqueline Siza Teixeira em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0610163-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Jobson da Silva Magalhães - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jobson da Silva Magalhães em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0610166-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio José Barbosa da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antônio José Barbosa da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso

não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0610203-20.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Joseane Brandão de Freitas Araújo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Joseane Brandão de Freitas Araújo em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0610209-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Geraldo Freire da Silva Junior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Geraldo Freire da Silva Junior em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0610210-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Geraldo Freire da Silva Junior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Geraldo Freire da Silva Junior em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0610324-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: C.A.S.F. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Carlos Andre de Souza Figueiredo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0610325-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licenças - REQUERENTE: Rogério Pena Bento da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rogério Pena Bento da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei

n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0610328-85.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Férias - REQUERENTE: Rogério Pena Bento da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rogério Pena Bento da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0610330-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: E.O.C.L. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edersson Oséias Cordeiro Lira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0610372-07.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: João do Nascimento Viana - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por João do Nascimento Viana em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0610373-89.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Cintia D' Aguiar Segundo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cintia D' Aguiar Segundo em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em

razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CRISTIANE VASCONCELOS RIBEIRO BASTOS (OAB 91114/RJ) - Processo 0610388-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - RECLAMANTE: Marcos Antônio da Silva Messa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcos Antônio da Silva Messa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0610402-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Oldair José de Oliveira Viana - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Oldair José de Oliveira Viana em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0610421-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Sebastião Araújo da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sebastião Araújo da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: VITOR BERENGUER BARBOSA JÚNIOR (OAB 8336/AM), ADV: PETRUCIO PEREIRA DE MAGALHAES JUNIOR (OAB 10185/AM) - Processo 0612141-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nomeação - REQUERENTE: Vitor Berenguer Barbosa Júnior - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0623813-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Delmara de Melo Monteiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0623969-77.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Dermilson Brasil de Freitas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-

SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0629729-07.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Férias - REQUERENTE: Iracema Moraes da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0636692-31.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Eduardo Henrique de Almeida - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0637400-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Josivan dos Santos Andrade - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0638041-69.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Edir Matias Cardoso - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0640417-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Katiana Paredo de Souza Andrade - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0640573-16.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Julivan Freitas Pinho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0643222-51.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Weleson Monteiro Teixeira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0643611-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Overlan Silva de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0644854-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Maria da Silva Rufino - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0645368-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Kristian Karlo Bibiano Pereira, - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0645394-63.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Darlan Nery de Sousa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0645619-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Allayn Neves da Matta - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM) - Processo 0645628-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Antonio Manoel Margarido de Andrade - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0645705-54.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Eduardo Ferreira da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora

para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0645828-52.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Joherbet Hossaine de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0647238-48.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Bruno Rodrigues Pinto - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CHARLE JOSEPH BADR (OAB 11268/AM) - Processo 0647282-67.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Berenice do Socorro Lopes Viana - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0647466-23.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Josafá Alves Leal - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0647609-12.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: José de Ribamar Pereira Soares - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0647873-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Accioly de Souza Gonçalves - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0649344-80.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Amoiz Vieira de Araujo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0650023-80.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jose Francisco Silva Binda - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM) - Processo 0650187-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Hérico de Souza Balieiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0650587-59.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Marcelo Moraes de Medeiros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0651020-63.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kássio Fernandes Alecrim - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0651341-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Eros Vieira de Santana - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0651475-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Wederson Lima Gonçalves - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0651561-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Josemar Souza de Melo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar

número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0651631-16.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Alderley da Silva Soares - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0652294-62.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: José Correia da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0652301-54.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Franklin Barbosa da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0652522-37.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Handeson Pacheco de Vasconcelos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0652551-87.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jonys Ferreira dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0652868-85.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Adrisson Ferreira da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0653028-13.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Helen Regina Avinti Pedroso - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0653036-87.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Karol Pinheiro Taumaturgo Correa Branco - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0653072-32.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jailson Gama Palheta - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653075-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - RECLAMANTE: André Brasil Araújo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653088-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Sebastiao Abensur Pinto - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653114-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Andreson Santos da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0653127-80.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Bruno Henrique de Souza Fereira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653142-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Valdemir da Costa Campos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0653187-53.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível -

Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Francisco Stênio de Magalhães - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653188-38.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Eduardo Corintima Barros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653196-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Romulo Inacio Oliveira da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0653336-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Oyama Vilas Boas Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653375-46.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Adeney Vieira Menezes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653408-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Carlisson Figueira Reis - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0653412-73.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Marconde Martins Conde - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653424-87.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Elisson Lima de Paula - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653427-42.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Anderson Siqueira de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653445-63.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Izaias Ferreira dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653476-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Wilmar Marinho da Conceição - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0653481-08.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Francinei Delfino Felix - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653494-07.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: David Rubens de Melo Valente - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653502-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Marcio de Freitas Lopes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653507-06.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais -

REQUERENTE: Claudia Barros da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0653948-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Paula Tissiana Soares de Melo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0653960-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Eliezio Carvalho da Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0653980-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Manuela da Silva Dias - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0653990-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Rayanna Brito Rodrigues - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0654125-48.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Odinei da Silva Pinheiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0654136-77.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lynael Rodrigues Plácido - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0654137-62.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ramon Leonel de Barros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0654141-02.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rainon Naftali Jecsan Manassés Barbosa Saraiva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0654155-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Jonison dos Santos Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0654156-68.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Carlos Alberto dos Santos Goncalves - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0654163-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Mario Galdino dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0654222-48.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Neil Robinson do Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0654323-85.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Marcelo Leal Gomes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0654350-68.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Huxlan Mamede Lessa Nunes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora

para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0654403-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Vandercley Lima de Alencar - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0654456-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Daniel Brito Martins - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0654515-18.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Anderson Cavalcante da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0654526-47.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Célio Roberto Silva de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0654556-82.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Carlos Antonio Olegario de Oliveira - Diante do exposto: 1) afasto a preliminar de incompetência sustada pelo requerido; 2) determino a emenda da peça de ingresso, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo a parte adequá-la para preenchimento dos requisitos dos arts. 534 do CPC, 52 da Lei n. 9.099/95 e 13 da Lei n. 12.153/09, juntar cópia da sentença do Mandado de Segurança n° 4001983-56.2015.8.04.0000, bem como de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito com indicação do índice de correção monetária adotado, juros aplicados e as respectivas taxas, termo inicial e termo final dos juros e correção monetária utilizados, periodicidade da capitalização dos juros e especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados, no prazo de 15 dias sob pena de extinção. Deve, ainda, a parte autora apresentar todos os contracheques do período postulado e, caso haja pedido de GTE, indicar os meses no qual houve percepção desta gratificação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0654560-22.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Lucas da Silva Caetano - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0654562-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Raimundo Edson Galdino do Espirito Santo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0654599-19.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Maria de Lourdes Albuquerque Fontenele - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0654605-26.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Luiz Carlos Cauper Ishikawa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0654613-03.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Edilson Souza Rodrigues - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0654691-94.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Nicson da Silva Batista - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0654906-70.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Aristóteles Moura Gama - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0654911-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Arineia Marreira Gonçalves - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de

folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0655066-95.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Arivão Sobrinho de Sousa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0655092-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Lidiane Vieira de Abreu - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0655160-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fernanda Pinheiro Rodrigues - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0655180-34.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Marcelo Ferreira Cavalcante - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0655366-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Augusto Pereira de Freitas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0655783-10.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Robert Faulkner de Castro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0655799-61.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Dirciley Corrêa da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0655804-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Elaine Mota de Faria - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0655805-68.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Anderson Pantoja Paes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM), ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM) - Processo 0655812-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Francisco Medeiros Vicente - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0655815-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Ana Cláudia Montenegro Ramos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0655817-82.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Allan Jones Santiago Caldas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0655823-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Norma Luciana Ferreira de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0655824-74.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Fábio Deivides de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar

número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0655845-50.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Alessandra de Lima Pereira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0655961-56.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aldemir Rosas da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0655998-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Hermeson Almeida de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0656074-10.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Rodolpho Carepa Alves da Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0656079-32.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Daniel Ramos de Araujo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0656095-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lady Ellen Freitas Rocha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM), ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM) - Processo 0656103-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Jeane Gomes do Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0656105-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Eliúde Fernandes da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0656113-07.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Alfredo Isaac da Costa Sicsu - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0656116-59.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Josiane Pimentel da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0656124-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Magno Souza da Cruz - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0656131-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Nelci Alves de Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM), ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM) - Processo 0656133-95.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Richardson Pessoa da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0656235-20.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Wenderson Silva Soeiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656347-86.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Marcio de Oliveira Bulbol - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656354-78.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Daniel Lima de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM), ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM) - Processo 0656367-77.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Márcio Carlos de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0656369-47.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Cíntia de Souza Pinheiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656374-69.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Helio Raimundo Nascimento de Souza Junior - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0656375-54.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Wellyson Guimarães Golvim - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0656588-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Sebastião Guara de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação.

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0657474-59.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jackson Ney Batista Garcia - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0657475-44.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jairo Cavalcante Alvarenga - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0657696-27.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Maria Eliza Barreto de Jesus - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0658184-79.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Edsel Pereira Castelo Branco - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0658186-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Anderson de Jesus Oliveira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

Adrieli Raiani Lima Marques (OAB 13897/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandre Toscano de Brito Filho (OAB 8913/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Charle Joseph Badr (OAB 11268/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Cristiane Vasconcelos Ribeiro Bastos (OAB 91114/RJ)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Leonardo Barroso Monteiro (OAB 12619/AM)
Marcos Danrley da Silva Lima (OAB 13512/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Petrucio Pereira de Magalhaes Junior (OAB 10185/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raquel Moreira da Silva Portela (OAB 13163/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Sebastião Almada da Silva (OAB 8940/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vitor Berenguer Barbosa Júnior (OAB 8336/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wanderson Oliveira Freire Albertino (OAB 12862/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO ITAMAR DE SOUSA GONZAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0173/2019

ADV: RUCILEY TAVARES VINENTE (OAB 8834/AM), ADV: LUÍSA ROCHA DUARTE (OAB 13633/MA) - Processo 0626827-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Raimundo Abnatal de Jesus - REQUERIDO: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU - Vip- Gestão e Logística Ltda - ATO ORDINATÓRIO Processo: 0626827-81.2018.8.04.0001 Requerente: Raimundo Abnatal de Jesus Requerido: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU e outro Considerando a indisponibilidade de horário para realização da audiência pautada para o dia 22/02/2019, fica a mesma redesignada para o dia 13/03/2019 às 09:00h a ser realizada neste Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal (Endereço: 2º Andar, Fórum Euza Maria Naice de Vasconcellos, Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, 69079-265), tudo em conformidade com o despacho de folhas antecedentes. Manaus/AM, 19 de fevereiro de 2019

Luísa Rocha Duarte (OAB 13633/MA)
Ruciley Tavares Vinente (OAB 8834/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000064-62.2018.8.04.6801 - Recurso Inominado, de Fórum de Santa Izabel do Rio Negro.
Recorrente : Banco Bradesco S/A
Advogado : Karina de Almeida Batisttuci (685/AM)
Recorrido : NEIDE LOPES DA SILVA
Advogado : Lorruama Justiniano e Silva (11047/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. APENAS UM CAIXA ELETRÔNICO EM FUNCIONAMENTO. LONGAS FILAS. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES. MERO ABORRECIMENTO. SENTENÇA REFORMADA.Relata o autor que no período de 18/12/17 a 04/01/18, somente um caixa eletrônico da ré no município de Santa Isabel do Rio Negro estava em funcionamento, o que ocasionou grandes filas e demora para realização de transações.Dá analise dos autos, tem-se que a pretensão autoral não merece prospera., O fato de haver apenas um caixa eletrônico no município, por si só, não enseja a indenização por danos morais, até mesmo porque a ré disponibiliza outros meios para a realização de transações, como cartão de débito/crédito, internet banking e fone fácil.Na interpretação dos fatos passíveis de serem tidos como geradores do dano moral, é pacifico o entendimento segundo o qual os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprios da vida em sociedade, não geram o dever de indenizar, ainda que tenham impregnado no atingido pelo ocorrido certa dose de amargura, pois a reparação do dano moral não tem como objetivo amparar sensibilidades afloradas ou suscetibilidades exageradas, denotando que nem toda a ofensa gratuita ou transtorno casual e passível de gerá-la, e não autoriza o deferimento de qualquer compensação em decorrência de compreensíveis deficiências nos serviços prestados ao consumidor, de forma a qualificar como sendo o

cometimento de um ilícito.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000711-78.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.

Recorrente : JARILANES DE SOUZA DA SILVA
Advogado : Francisco Batista de Lima Neto (596/AM)
Advogado : Alysson Pereira de Lima (558A/AM)
Recorrido : Tim Celular S. A.
Advogada : Christianne Gomes da Rocha (18305/PB)
Recorrente : Tim Celular S.a
Advogado : Christianne Gomes da Rocha (20335/PE)
Recorrido : JARILANES DE SOUZA SILVA
Advogado : Francisco Batista de Lima Neto (596/AM)
Advogado : Alysom Pereira de Lima (233080/SP)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. FALHA NA RECEPÇÃO OU EMISSÃO DE SINAL. DEFEITO QUE NÃO É CAPAZ DE GERAR DANO DE ORDEM EXTRAPATRIMONIAL. VEDAÇÃO DO REFORMATIO IN PEJUS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Em que pesem os razoáveis argumentos expostos na inicial, entendo que sua conclusão jurídica quanto à procedência dos danos morais não pode prevalecer.A parte requerente deduz pretensão argumentando que o serviço da ré não é prestado sem deduzir pedido de cancelamento do contrato entre as partes. Deduz-se que o serviço lhe é útil e, de alguma maneira, é prestado pela ré com algum grau de satisfação. O serviço de telefonia que não oferece a qualidade que dele se espera, qual seja, ampla cobertura territorial na recepção e emissão de sinal, não e capaz, por si só, de ensejar dano moral.Uma vez configurada a falha no serviço por parte da empresa requerida, consistente na falha de sinal, esta terá como resultado a reparação pelos danos materiais acaso ocorrentes, mas não necessariamente indenização por danos morais, o que deverá ser verificado no caso concreto. A simples interrupção ou falha na prestação de serviços de telefonia não representa ofensa à dignidade do consumidor, motivo pelo qual incabível a condenação da requerida ao pagamento dos danos morais pleiteados, uma vez que os fatos não ensejaram qualquer vexame, constrangimento, abalo moral ou negativação em cadastro restritivo de crédito a parte demandante. Como se sabe, o dano moral decorre de uma violação de direitos da personalidade, atingindo, em última análise, o sentimento de dignidade da vítima. Diante desse quadro fático, considero que a situação vivenciada pela autora/recorrida melhor se encaixa nas possíveis situações decorrentes da vida moderna que geram eventuais dissabores ou inconvenientes, aborrecimentos e prejuízos cotidianos que não configuram dano moral. Contudo, considerando que a autora foi a única que interpôs recurso, e em obediência ao princípio da vedação da reformatio in pejus, a manutenção da sentença é medida que se faz necessária.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000800-04.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.

Recorrente : SILVIA VALESCA FERREIRA NOBRE
Advogada : Monize Rafaela Pereira Almeida (7065/AM)
Recorrido : Tim Celular S/A
Advogado : Monike Ramos Rodrigues (7877/AM)
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. FALHA NA RECEPÇÃO OU EMISSÃO DE SINAL. DEFEITO QUE NÃO É CAPAZ DE GERAR DANO DE ORDEM EXTRAPATRIMONIAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Em que pesem os razoáveis argumentos expostos na inicial, entendo que sua conclusão jurídica quanto à procedência dos danos morais não pode prevalecer.A parte requerente deduz pretensão argumentando que o serviço da ré não é prestado sem deduzir pedido de cancelamento do contrato entre as partes. Deduz-se que o serviço lhe é útil e, de alguma maneira, é prestado pela ré com algum grau de satisfação. O serviço de telefonia que não oferece a qualidade que dele se espera, qual seja, ampla cobertura territorial na recepção e emissão de sinal, não e capaz, por si só, de ensejar dano moral. Uma vez configurada a falha no serviço por parte da empresa requerida, consistente na falha de sinal, esta terá como resultado a reparação pelos danos materiais acaso ocorrentes, mas não necessariamente indenização por danos morais, o que deverá ser verificado no caso concreto. A simples interrupção ou falha na prestação de serviços de telefonia não representa ofensa à dignidade do consumidor, motivo pelo qual incabível a condenação da requerida ao pagamento dos danos morais pleiteados, uma vez que os fatos não ensejaram qualquer vexame, constrangimento, abalo moral ou negativação em cadastro restritivo de crédito a parte demandante. Como se sabe, o dano moral decorre de uma violação de direitos da personalidade, atingindo, em última análise, o sentimento de dignidade da vítima. Diante desse quadro fático, considero que a situação vivenciada pela autora melhor se encaixa nas possíveis situações decorrentes da vida moderna que geram eventuais dissabores ou inconvenientes, aborrecimentos e prejuízos cotidianos que não configuram dano moral. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0003870-29.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.

Recorrente : HILDA FERREIRA DOS SANTOS
Advogado : Alysom Pereira de Lima (233080/SP)
Recorrente : RAIMUNDO NONATO SILVA DA COSTA
Advogado : Alysom Pereira de Lima (233080/SP)
Recorrida : Companhia Energética do Amazonas - Ceam
Advogado : Ediney Costa da Silva (7646/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DEFEITO QUE NÃO É CAPAZ DE GERAR DANO DE ORDEM EXTRAPATRIMONIAL. VEDAÇÃO DO REFORMATIO IN PEJUS. SENTENÇA MANTIDA.Em que pesem os razoáveis argumentos expostos na inicial, entendo que sua conclusão jurídica quanto à procedência dos danos morais não pode prevalecer.O serviço de energia que não oferece a qualidade que dele se espera, qual seja, a falta de energia em alguns momentos do dia, não e capaz, por si só, de ensejar dano moral.Uma vez configurada a falha no serviço por parte da empresa requerida, consistente na falta de energia, esta terá como resultado a reparação pelos danos materiais acaso ocorrentes, mas não necessariamente indenização por danos morais, o que deverá ser verificado no caso concreto. A simples interrupção ou falha na prestação de serviços de energia não representa ofensa à dignidade do consumidor, motivo pelo qual incabível a condenação da requerida ao pagamento dos danos morais pleiteados, uma vez que os fatos não ensejaram qualquer vexame, constrangimento,

abalo moral ou negativação em cadastro restritivo de crédito a parte demandante. Como se sabe, o dano moral decorre de uma violação de direitos da personalidade, atingindo, em última análise, o sentimento de dignidade da vítima. Diante desse quadro fático, considero que a situação vivenciada pela autora/recorrida melhor se encaixa nas possíveis situações decorrentes da vida moderna que geram eventuais dissabores ou inconvenientes, aborrecimentos e prejuízos cotidianos que não configuram dano moral. Contudo, considerando que a autora foi a única que interpôs recurso, e em obediência ao princípio da vedação da reformatio in pejus, a manutenção da sentença é medida que se faz necessária. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0203066-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Hsbc Finance (Brasil) S.a - Banco Losango S/A

Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Recorrido : Benedito Cilene dos Santos

Advogado : Paulo Roberto Arce Nicolau (8226/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DIVIDA PRESCRITA. MANUTENÇÃO INDEVIDA DE NEGATIVAÇÃO DE CRÉDITO. INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE DANO MORAL. EXTRA PETITA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.A presente lide versa sobre a inscrição de crédito em cadastro interno da ré, por dívida contraída em 2004/2005.Restou demonstrado nos autos que a dívida contestada encontra-se prescrita desde 2015, ou seja, a partir desta data, a manutenção da inscrição em cadastro interno tornou-se indevida.Nessa sentido, mostra-se cabível a declaração de inexigibilidade do débito, bem como a retirada do nome do autor da restrição interna.Quanto aos danos morais, constata-se que a sentença de primeiro grau julgou extra petita, uma vez que tal indenização não foi requerida pelo autor em sua inicial.Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente apenas a obrigação de fazer, no sentido de retirar o nome do autor do cadastro de restrição interna da ré. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600353-31.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Gleice Voni Leandro da Silva Barros

Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)

Recorrido : Sabemi Seguradora S/A

Advogado : Juliano Martins Mansur (113786/RJ)

Advogada : Joicy Costa Corrêa da Cunha Thompson (146976/RJ)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE SEGURO. ALEGAÇÃO DE DESCONTO INDEVIDO. CONTRATO APRESENTADO NOS AUTOS. ANUÊNCIA DO CONSUMIDOR. DANO MORAL E MATERIAL NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA.Muito embora a autora tenha alegado desconhecer a origem dos débitos em sua conta bancária, a parte ré comprovou a contratação do seguro, através de contrato de fls. 39, no qual consta as informações acerca da avença, bem como a assinatura da autora, demonstrando sua plena ciência acerca dos termos contratuais.Nesse sentido, restou demonstrada a legalidade dos descontos contestados pela autora, devendo os pedidos de indenização por danos morais e materiais serem julgados improcedentes.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600478-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Doralice Neves Batista

Advogada : Antonia Pereira da Silva (5841/AM)

Recorrido : Banco Bgn S/A

Advogado : Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (1183/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. AUTORA ALEGA DESCONHECER O EMPRÉSTIMO. CONTRATOS COM A ASSINATURA DA AUTORA NOS AUTOS. CONTRATAÇÃO COMPROVADA. ANUÊNCIA DA CONSUMIDORA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Sustenta a parte requerente, que vem suportando descontos em sua bancária referentes a empréstimo que não contratou.A requerida, por seu turno, alega que a parte autora realizou todas as contratações, conforme se observa nos documentos anexados junto a contestação, por livre e espontânea vontade.Da análise dos autos, tem-se que a pretensão autoral não merece prosperar. No que toca ao ônus da prova, incumbe à parte autora a prova do fato constitutivo do seu direito, o que não restou demonstrado. No caso, da análise dos documentos anexados aos autos, verifica-se que, em todas as páginas, consta a assinatura da autora, o que pressupõe sua inequívoca ciência acerca dos termos da avença. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600523-37.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A.

Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Recorrida : Lady de Oliveira Menezes

Advogado : Hader da Fonseca Almeida (10118/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. DANO MORAL. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Restou incontroverso, da confrontação da narrativa aduzida pelas partes, que, de fato, houve a indevida negativação de crédito sem a existência de qualquer causa subjacente legítima, na medida em que nenhum débito o autor possuía para com a empresa.Logo, houve defeito na prestação do serviço, porque o corte do serviço ocorreu quando não havia motivo justo para tanto, e nem espeque contratual, em que pese estarem pagas, corretamente, todas as contas relativas ao serviço, ainda que com certo atraso.É inequívoco que a restrição de crédito é motivo reconhecidamente causador de grandes consequências prejudiciais, de incontestáveis constrangimentos, quanto mais quando não é resolvido com a rapidez que necessariamente se

espera.Não se trata de mero dissabor, inerente ao inadimplemento de um contrato. Há um abalo emocional negativo do consumidor provocado pela indisponibilidade do consumo de água, sem margem para qualquer argumentação ou recurso seu.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600588-58.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Requerente : Raimunda Evaneide Farias da Costa
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA. SEGURO PRESTAMISTA E TITULO DE CAPITALIZAÇÃO NÃO CONTRATADOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. No presente caso, o recorrente não logrou comprovar a efetiva contratação do seguro prestamista e titulo de capitalização, a fim de legitimar os descontos realizados na conta bancária da autora e refutar a alegação de venda casada. Nesse sentido, mostra-se abusiva a conduta adotada pela instituição bancária ré, devendo a sentença de primeiro grau ser mantida incólume. O valor arbitrado mostra-se suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601540-37.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Carlos Decio Correa
Advogado : Dyogo Rodrigues de Oliveira (19941/PB)
Recorrido : Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A
Advogado : Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CALCULADORA DO CIDADÃO. APLICAÇÃO DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. SÚMULA 121 DO STF. JUROS PREVISTOS NO CONTRATO QUE NÃO FORAM APLICADOS PELO BANCO AO CASO CONCRETO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PRINCÍPIO NON REFORMATIO IN PEJUS. NÃO VERIFICAÇÃO, EM REGRA DE OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE, CONTUDO, DE MODIFICAR O JULGADO, PARA NÃO PREJUDICAR A AUTORA, ÚNICA RECORRENTE. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A relação jurídica estabelecida entre as partes é nitidamente consumerista, presentes os requisitos dos arts. 2° e 3° do CDC. Inteligência da Súmula 297, STJ. A responsabilidade do fornecedor de serviço financeiro, incluídas aí as instituições bancárias, é objetiva e somente pode ser afastada quando restar demonstrada a inocorrência de falha ou que eventual fato do serviço decorreu de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, à luz do que preceituam os arts. 6°, VI e 14 do CDC.Com efeito, em uma análise preliminar das provas trazidas aos autos, não se vislumbra inadequação dos valores cobrados, já que os cálculos realizados com o uso da ferramenta “calculadora do cidadão” não computam o valor do CET, da carga tributária (IOF), do prêmio de seguro eventualmente contratado e das tarifas bancárias previstas na espécie, rubricas estas que incidem no cálculo da parcela mensal a ser desembolsada pelo mutuário, por haverem sido integralmente diluídas ao longo do período de pagamento do empréstimo pessoal, conforme estabelecem as cláusulas do contrato.Como se vê, todos esses consectários acima listados influenciam no cálculo da parcela mensal do financiamento, de modo que, embora extremamente útil, a calculadora do cidadão não é suficiente para apontar o abuso de direito imputado ao fornecedor de serviço bancário pelo autor, já que a ferramenta trabalha apenas com os juros aplicados sobre a operação financeira, deixando de fora todas as demais rubricas que compõe o CET da operação.Com relação aos danos morais perseguidos, não há nos autos provas incontestes que demonstrem a ocorrência de violação a atributo da personalidade do Autor, ou a referida prática abusiva relacionada aos juros do negócio jurídico realizado entre as partes.A falta de provas implicaria, a princípio, a improcedência do pedido. Contudo, considerando que apenas a Autora interpôs recurso, e o princípio da vedação ao reformatio in pejus, a manutenção da sentença é medida que se faz necessária.Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida em seus exatos termos, porquanto o Magistrado prolator muito bem ponderou os fatos e aplicou com justiça o direito. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601566-43.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : OI - Telemar Norte Leste S/A
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Advogada : Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM)
Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)
Recorrido : Klaus Schenkel Von Nobrega
Advogado : QUÉZIA MARTINS DE PAULA (8885/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMIMANDO. CONSUMIDOR. FRAUDE. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.O dia-a-dia forense, com base nos inúmeros casos de ações cujos objetos são semelhantes ao do presente caso, levam a crer que houve fraude perpetrada por terceiros.Ainda que tenha ocorrido ato de terceiro, que falsificou documentos do autor e os utilizou para obtenção de crédito e realização de compras junto à requerida, restou evidente a culpa desta, resultante da falta de diligência e observação no momento da concessão do crédito.Portanto, não há como a ré se eximir da culpa, alegando tão somente ato de terceiro ou a validade contrato, sem, no entanto, demonstrar de forma cabal que o instrumento fora pactuado pelo consumidor. A imputação, pela empresa requerida, de débitos originários das transações consumadas pelo fraudador ao autor qualificam-se como falha grave nos serviços que fomenta, tornando-a responsável pelas consequências dela originárias, inexistindo qualquer fato passível de absolvê-la da sua responsabilidade.Nesse caso, não consiste em mero aborrecimento cotidiano a situação enfrentada pelo autor. É imperioso reconhecer que há um sentimento negativo decorrente de ato injusto de outrem que o atingiu em seu íntimo, o que configura a existência do dano moral.A natureza pedagógica cumpre a função de fazer com que o agressor muna-se dos cuidados necessários

de modo a evitar que situações semelhantes tornem a acontecer. A vista dos aspectos abordados acima, o valor de R$ 8.000,00, mostra-se dentro dos parâmetros da razoabilidade.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601668-79.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento

Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)

Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Recorrida : Ana Caroline Silva dos Santos

Advogado : Juscelino de Oliveira Melo (12546/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA DE FATURA PAGA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. REDUÇÃO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à fatura paga.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado. Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Cumpre ressaltar o descaso administrativo deliberar singela questão, pois, como se sabe, inúmeras são as dificuldades e incontáveis os passos a ser percorrido pelo consumidor que busca um atedimento capaz de deliberar os problemas como os descritos nos autos. Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602565-25.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.

Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

Recorrido : José André Luis Gomes Lima de Medeiros

Advogado : Mário Alberto da Fonseca Monteiro Junior (1431/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONSÓRCIO. CANCELAMENTO. CONTRATO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI 11.795/08. MOMENTO DA DEVOLUÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A devolução das cotas de consórcio ao consorciado desistente, nos contratos firmados até 05/02/2009, ou seja, anteriores à Lei n. 11.795/08, conforme a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, deve operar-se até 30 (trinta) dias após o prazo previsto para encerramento do respectivo grupo.Nos contratos regidos pela Lei n. 11.795/08, o consorciado desistente continua participando dos sorteios para fins de devolução dos valores pagos. Se contemplado, não receberá o bem objeto do consórcio, nem tampouco a respectiva carta de crédito, mas a restituição dos valores pagos, com os abatimentos previstos no contrato. Apenas se não for contemplado é que a restituição deverá ocorrer após o encerramento do grupo a que pertencia.No presente caso, o autor foi contemplado em 12/09/2014, porém, por não ter conseguido avalista para aprovação do financiamento, solicitou a desistência em 07/10/2014, passando a aguardar a devolução do lance.Restou demonstrado nos autos que a devolução do lance somente foi realizada após o ajuizamento da presente ação, o que demonstra descaso administrativo em relação ao requerente.Dessa forma, mostra-se cabível a manutenção integral da sentença criticada que julgou procedente o pedido de de indenização por danos morais.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602761-92.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A

Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Recorrida : Maria Laide da Paz Machado

Advogado : QUÉZIA MARTINS DE PAULA (8885/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. DESCONTOS INDEVIDOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa. No presente caso, o recorrente não logrou comprovar a efetiva contratação do aludido seguro, a fim de legitimar os descontos realizados na conta bancária do autor. Nesse sentido, mostra-se indevido os descontos realizados, devendo o autor ser indenizado na medida dos prejuízos sofridos. O valor arbitrado mostra-se suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605102-25.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S/A

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Recorrido : WANDERLEY BEZERRA VIEIRA

Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro

Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. PEDIDO DE CANCELAMENTO. COBRANÇA POSTERIOR. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A preliminar de litispendência não merece prosperar eis que a presente ação (0605102-25.2016) cuida de contrato/linha distinta daquela que é debatida na ação 0604709-03.2016.Nos presentes autos, restou demonstrado que o recorrido solicitou o cancelamento dos serviços e que não obstante tal requisição, a recorrente realizou diversas cobranças indevida de débitos referentes à suposta prestação do serviço que culminaram com a negativação de crédito imposta em desfavor da autora. Desse modo, deflui-se que houve ato ilícito por parte da empresa Requerida ao promover a negativação do nome do Requerente nos cadastros de inadimplentes.Não há que se perquirir sobre a presença ou não de dolo ou de culpa da Requerida, já que o art. 12 do CDC estabelece que a responsabilidade do fornecedor por danos ao consumidor é objetiva, isto é, independe de culpa.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605111-53.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Universidade Paulista - Unip - Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero

Advogado : Marcio Rafael Gazzineo (23495/CE)

Recorrido : Jorge Adriano Guerra de Oliveira

Advogado : Paulo Alves da Silva Neto (12368/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA DE DÍVIDA PAGA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à dívida paga.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado. Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605786-16.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Telemar Norte Leste S/A

Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)

Advogada : Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM)

Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)

Recorrido : Dercyvone da Silva Goes

Advogada : Nayana Lorena da Silva Góes (9374/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. DÉBITO AUTOMÁTICO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.No mérito, de logo, latente a solidariedade das requeridas em responder pelos prejuízos causados à requerida, à luz do art. 7º, parágrafo único, do CDC. A autora programou o pagamento de suas contas de telefonia por meio de débito automático. Não obstante o regular pagamento de suas faturas, naquela relacionada ao vencimento em outubro/17, apesar de haver saldo suficiente em sua conta bancária para o pagamento, a quantia não foi debitada conforme havia sendo feito nos meses anteriores.A empresa de água aduziu que não recebeu o repasse do valor, razão pela qual procedeu com a negativação do nome da autor e cadastro de proteção ao crédito.Impende, ainda, salientar, que não há qualquer comprovação, por parte da ré, de que notificou a autora acerca da falta de pagamento, antes de proceder com a negativação.A única certeza havida é que a autora confiou no lançamento da fatura na sua conta corrente, deixou saldo suficiente, mas somente tomou conhecimento do débito quando soube da negativação de seu nome.Logo, houve defeito na prestação do serviço de cobrança, no qual a empresa requerida deve ser compelida a ressarcir os prejuízos apontados. Quanto aos danos morais, a prova se dispensa, dada a sua impossibilidade de concreção, bastando a comprovação do ato ilícito porquanto se deduz o dano moral da própria ação ilícita. No dizer de Sérgio Cavalieri Filho: “o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto, está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum”.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607514-92.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Latam Linhas Aéreas

Advogado : Fabio Rivelli (297608/SP)

Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Recorrido : Jorge Bruno de Menezes Maia

Advogado : Jorge Bruno de Menezes Maia (8637/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. AQUISIÇÃO DE BILHETE AÉREO. DESCONTO REALIZADO NA FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO. EMBARQUE PREJUDICADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RÉ. DANO MATERIAL. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Alegou o consumidor que adquiriu passagens aéreas e, no dia do voo, foi

impedido de embarcar, em razão de falha do sistema operacional da empresa, que tinha como não confirmados os bilhetes.A requerida, por sua vez, não contestou precisamente os fatos alegados pelo autor em sua inicial, limitando-se a aduzir a falta de provas.Diante de tal quadro, é clara a falha do serviço da empresa aérea, e inadequada a pretendida aplicação do art. 14, §3º, II, da Lei n. 8.078/90. Com efeito, os consumidores fazem jus à devolução dos valores vertidos e à indenização pelos danos morais sofridos.É evidente o desrespeito ao consumidor, ora recorrido, que foi impedido de embarcar. O quadro exposto foi adequadamente valorado na origem como hábil a violar a dignidade dos consumidores, e render, assim, ensejo à pretensão indenizatória por danos morais deduzida. Registre-se, por oportuno, que é direito básico do consumidor ser indenizado na exata extensão dos prejuízos que sofrer, a teor do que dispõe o art. 6º, VI, da Lei n. 8.078/90, inspirado no princípio da indenizabilidade irrestrita albergado pela Constituição Federal no art. 5º, V e X. A indenização do dano moral foi fixada moderadamente pelo r. Juízo de origem, em atenção às circunstâncias da lide, à gravidade do ilícito praticado e aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não merecendo qualquer reparo neste grau revisor.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0609236-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Recorrido : Ricardo Agum Ribeiro
Advogado : Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (9528/AM)
Advogado : Anderson Lincoln Vital da Silva (8525/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ESPERA NA FILA DE BANCO POR PERÍODO SUPERIOR A TRÊS HORAS. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA A ESFERA DO MERO DISSABOR. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Cumpre salientar que a lei municipal criou, apenas, uma sanção administrativa para a espera exagerada nas filas dos bancos, mas não uma conduta contrária aos direitos do consumidor, ou um defeito no serviço por excelência, e nem poderia, porque fora da competência legislativa municipal.Por assim dizer, o tempo estabelecido na lei não possui qualquer relevância para a análise do processo, por consciência óbvia.A indenização perseguida, entretanto, possui respaldo no próprio CDC, quando estabelece que o serviço é defeituoso quando não garante a segurança esperada pelo consumidor no que tange ao modo de seu fornecimento, sendo certo, assim, que é a análise do caso concreto que pode indicar o cometimento de um ilícito por parte do fornecedora, a ensejar reparação, e não os limites da lei municipal.Nesse contexto, o documento de fls. 15/16 indica que o autor chegou ao banco às 11:29 horas do dia 26/01/2018, sendo atendido às 15:23 horas, representando dizer que ele levou mais de 3 horas para conseguir seu intento, o que, inequivocamente, extrapola qualquer limite de tolerância e razoabilidade, no conceito que tutela o tempo perdido pelo consumidor nas relações de consumo. A defesa nada justifica com relação à excessiva demora, provada por documento apropriado para tal mister fornecido pelo próprio banco, sendo certo, portanto, que nenhuma excludente de responsabilidade legítima se faz presente, a excluir o direito indenizatório perseguido.Quanto à fixação do valor da condenação (R$ 8.000,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 3.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 3.000,00. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0609642-85.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : José Acivaldo dos Santos Lima
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. VENDA CASADA. CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES (ART. 333, I CPC). INEXISTÊNCIA DE PROVAS, PELO AUTOR, QUANTO AOS FATOS NARRADOS. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Sustenta a parte requerente, em síntese, ser beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é destinado à estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Relata que teve sua solicitação de financiamento aprovada junto ao requerido. No entanto, para que o referido financiamento fosse concedido, lhe foi imposta a aquisição de títulos de capitalização no valor de R$ 2.000,00.A requerida, por seu turno, alega que a parte recorrida realizou todas as contratações, conforme se observa nos documentos anexados junto a contestação, por livre e espontânea vontade.De acordo com a disposição contida no art. 333, I do CPC, cabe ao autor o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, ainda que minimamente.Tal regra tem aplicação inclusive nos casos sujeitos ao regramento do Código de Defesa do Consumidor, pois a prerrogativa de inversão do ônus probandi não é absoluta, especialmente em se tratando de fatos possíveis de serem demonstrados pelo autor/consumidor. A inversão do ônus da prova exige que o juiz, usando das regras comuns de experiência, verifique a verossimilhança das alegações autorais ou a sua hipossuficiência. No presente caso, a ré demonstra através de telas de seu sistema interno a aquisição e o cancelamento, no mesmo dia, do titulo de capitalização contestado pelo autor.O autor, por sua vez, não trouxe qualquer comprovação de que o valor referente ao título de capitalização foi, de fato, descontado de sua conta bancária.Não demonstrado, por elementos mínimos de prova, os fatos alegados, correta a decisão do juiz que julga improcedente os pedidos da inicial.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0610313-11.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jean Marcelo Lima Ferreira
Advogado : Lorruama Justiniano e Silva (11047/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ESPERA EM FILA EM

AGÊNCIA BANCÁRIA. MEROS ABORRECIMENTOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Não obstante os aborrecimentos que a demora em fila de estabelecimento bancário pode causar, não vejo caracterizado prejuízo intenso à pessoa, muito menos em sua esfera íntima capaz de gerar danos morais passíveis de reparação pecuniária.O fato de haver o consumidor esperado na fila por tempo superior ao previsto na Lei Distrital n° 167/05, para ser atendido não lhe causou lesão moral, mas apenas um grande desconforto próprio da relação banco/cliente que reclama controle administrativo pelo Poder Público.O descumprimento da Lei Municipal 167/2005, que dispõe sobre o limite de tempo para atendimento ao cliente nas instituições financeiras não implica, necessariamente, na ocorrência de dano com indenização em benefício do consumidor.A sobredita lei, em seu art. 1º. e 2º. preceitua que: Art. 1.º Ficam as concessionárias de serviços públicos de água, luz e telefone, as agências bancárias, os estabelecimentos de crédito, os prestadores de serviços de saúde e os supermercados do Município de Manaus obrigados a colocar, à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de atendimento ao público, para que o atendimento seja feito em prazo hábil, respeitada a dignidade e o tempo do usuário. Art. 2.º Para os efeitos desta lei, entende-se como tempo hábil para o atendimento o prazo de até: I – 15 (quinze) minutos em dias normais; II – 20 (vinte) minutos às vésperas e após os feriados prolongados; III – 25 (vinte e cinco) minutos nos dias de pagamento de funcionários públicos municipais, estaduais e federais, não podendo ultrapassar esse prazo, em hipótese alguma.Seguindo o estudo da referida lei, tem-se que no artigo 5º. estão previstas as sanções cabíveis para o descumprimento dos artigos supra mencionados e no art. 6º. os procedimentos a serem adotados pelos consumidores que foram submetidos a longa espera nas filas. Art. 5.º O descumprimento das disposições contidas nesta lei acarretará ao infrator a imposição das seguintes sanções: I – multa de 50 UFM's; II – multa de 80 UFM's na primeira reincidência; III – multa de 100 UFM's na segunda reincidência; IV – suspensão do alvará de funcionamento após a segunda reincidência por 30 (trinta) dias; V – cancelamento do alvará de funcionamento após a terceira reincidência. § 1º O valor da multa será calculado por infração cometida pelo estabelecimento em desfavor de cada usuário. [...] Art. 6º As denúncias dos usuários, devidamente comprovadas, serão comunicadas à Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON MANAUS, ou ao órgão municipal que o suceder, bem como à Câmara Municipal de Manaus através da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Consumidor. § 1º Ao estabelecimento disposto no caput do art. 1º desta Lei que for denunciado será concedido direito de defesa. § 2º O órgão municipal fiscalizador, além de apurar de forma célere as denuncias recebidas, deverá realizar, com assiduidade, verificação direta do efetivo cumprimento desta Lei, junto aos estabelecimentos dispostos no art. 1º.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611152-70.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogada : Andrea Freire Tynan (10699/BA)
Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)
Recorrida : Edivana Melo Ferreira
Advogada : Francisca Núbia de Oliveira de Lima (4376/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA INDEVIDA DE FATURA PAGA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à fatura paga.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado.Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Cumpre ressaltar o descaso administrativo deliberar singela questão, pois, como se sabe, inúmeras são as dificuldades e incontáveis os passos a ser percorrido pelo consumidor que busca um atendimento capaz de deliberar os problemas como os descritos nos autos. Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 6.000,00).RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Custas e honorários na proporção de 10% do valor da condenação, ao recorrente. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0612915-72.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Requerente : Amanda Guimarães Gomes
Advogada : Adriana dos Santos (10252/AM)
Requerido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Kênia Bastos Andrade (4037/AM)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ESPERA EM FILA EM AGÊNCIA BANCÁRIA. MEROS ABORRECIMENTOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Não obstante os aborrecimentos que a demora em fila de estabelecimento bancário pode causar, não vejo caracterizado prejuízo intenso à pessoa, muito menos em sua esfera íntima capaz de gerar danos morais passíveis de reparação pecuniária.O fato de haver o consumidor esperado na fila por tempo superior ao previsto na Lei Distrital n° 167/05, para ser atendido não lhe causou lesão moral, mas apenas um grande desconforto próprio da relação banco/cliente que reclama controle administrativo pelo Poder Público, vejamos:O descumprimento da Lei Municipal 167/2005, que dispõe sobre o limite de tempo para atendimento ao cliente nas instituições financeiras não implica, necessariamente, na ocorrência de dano com indenização em benefício do consumidor.A sobredita lei, em seu art. 1º. e 2º. preceitua que:Art. 1.º Ficam as concessionárias de serviços públicos de água, luz e telefone, as agências bancárias, os estabelecimentos de crédito, os prestadores de serviços de saúde e os supermercados do Município de Manaus obrigados a colocar, à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de atendimento ao público, para que o atendimento seja feito em prazo hábil, respeitada a dignidade e o tempo do usuário.Art. 2.º Para os efeitos desta lei, entende-se como tempo hábil para o atendimento o prazo de até:I – 15 (quinze) minutos em dias normais;II – 20 (vinte) minutos às vésperas e após os feriados prolongados;III – 25 (vinte e cinco) minutos nos dias de pagamento de funcionários públicos municipais, estaduais e federais, não podendo ultrapassar esse prazo, em hipótese alguma.Seguindo o estudo da referida lei, tem-se que no artigo 5º. estão previstas as sanções cabíveis para o descumprimento dos artigos supra mencionados e no art. 6º. os procedimentos a serem adotados pelos consumidores que foram submetidos a longa espera nas filas.Art. 5.º O descumprimento das

disposições contidas nesta lei acarretará ao infrator a imposição das seguintes sanções:I – multa de 50 UFM's;II – multa de 80 UFM's na primeira reincidência;III – multa de 100 UFM's na segunda reincidência;IV – suspensão do alvará de funcionamento após a segunda reincidência por 30 (trinta) dias;V – cancelamento do alvará de funcionamento após a terceira reincidência.§ 1º O valor da multa será calculado por infração cometida pelo estabelecimento em desfavor de cada usuário. [...]Art. 6º As denúncias dos usuários, devidamente comprovadas, serão comunicadas à Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON MANAUS, ou ao órgão municipal que o suceder, bem como à Câmara Municipal de Manaus através da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Consumidor.§ 1º Ao estabelecimento disposto no caput do art. 1º desta Lei que for denunciado será concedido direito de defesa.§ 2º O órgão municipal fiscalizador, além de apurar de forma célere as denuncias recebidas, deverá realizar, com assiduidade, verificação direta do efetivo cumprimento desta Lei, junto aos estabelecimentos dispostos no art. 1º.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0613720-59.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (76696/MG)
Recorrida : Leda Maria Mendes de Oliveira
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE DÉBITO. COBRANÇA DE ANUIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. SERVIÇO DE CRÉDITO NÃO SOLICITADO OU DESBLOQUEADO PELA AUTORA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, a instituição bancária não logrou comprovar a solicitação ou desbloqueio do cartão de crédito, a fim de legitimar as cobranças realizadas.Nesse sentido, tem-se que os descontos realizados na conta bancária da autora são indevidos, devendo tais valores serem restituídos em dobro à autora, bem como deferida a indenização por danos morais.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0614554-96.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrido : Felipe de Souza Rodrigues
Advogado : Eudenis Dantas Pereira Filho (11147/AM)
Advogada : Juliana Santana de Oliveira (11836/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ESPERA EM FILA EM AGÊNCIA BANCÁRIA. MEROS ABORRECIMENTOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Não obstante os aborrecimentos que a demora em fila de estabelecimento bancário pode causar, não vejo caracterizado prejuízo intenso à pessoa, muito menos em sua esfera íntima capaz de gerar danos morais passíveis de reparação pecuniária.O fato de haver o consumidor esperado na fila por tempo superior ao previsto na Lei Distrital n° 167/05, para ser atendido não lhe causou lesão moral, mas apenas um grande desconforto próprio da relação banco/cliente que reclama controle administrativo pelo Poder Público.O descumprimento da Lei Municipal 167/2005, que dispõe sobre o limite de tempo para atendimento ao cliente nas instituições financeiras não implica, necessariamente, na ocorrência de dano com indenização em benefício do consumidor.A sobredita lei, em seu art. 1º. e 2º. preceitua que: Art. 1.º Ficam as concessionárias de serviços públicos de água, luz e telefone, as agências bancárias, os estabelecimentos de crédito, os prestadores de serviços de saúde e os supermercados do Município de Manaus obrigados a colocar, à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de atendimento ao público, para que o atendimento seja feito em prazo hábil, respeitada a dignidade e o tempo do usuário. Art. 2.º Para os efeitos desta lei, entende-se como tempo hábil para o atendimento o prazo de até: I – 15 (quinze) minutos em dias normais; II – 20 (vinte) minutos às vésperas e após os feriados prolongados; III – 25 (vinte e cinco) minutos nos dias de pagamento de funcionários públicos municipais, estaduais e federais, não podendo ultrapassar esse prazo, em hipótese alguma.Seguindo o estudo da referida lei, tem-se que no artigo 5º. estão previstas as sanções cabíveis para o descumprimento dos artigos supra mencionados e no art. 6º. os procedimentos a serem adotados pelos consumidores que foram submetidos a longa espera nas filas. Art. 5.º O descumprimento das disposições contidas nesta lei acarretará ao infrator a imposição das seguintes sanções: I – multa de 50 UFM's; II – multa de 80 UFM's na primeira reincidência; III – multa de 100 UFM's na segunda reincidência; IV – suspensão do alvará de funcionamento após a segunda reincidência por 30 (trinta) dias; V – cancelamento do alvará de funcionamento após a terceira reincidência. § 1º O valor da multa será calculado por infração cometida pelo estabelecimento em desfavor de cada usuário. [...] Art. 6º As denúncias dos usuários, devidamente comprovadas, serão comunicadas à Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON MANAUS, ou ao órgão municipal que o suceder, bem como à Câmara Municipal de Manaus através da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Consumidor. § 1º Ao estabelecimento disposto no caput do art. 1º desta Lei que for denunciado será concedido direito de defesa. § 2º O órgão municipal fiscalizador, além de apurar de forma célere as denuncias recebidas, deverá realizar, com assiduidade, verificação direta do efetivo cumprimento desta Lei, junto aos estabelecimentos dispostos no art. 1º.Ante ao exposto, dou provimento ao recurso para reformar a decisão a quo e julgar improcedente o pedido inicial. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0616156-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Antonio Francisco Nascimento do Vale
Advogado : Suany Mendes Fonseca Rocha (12710/AM)
Advogado : Juliana Souza do Vale (13451/AM)
Recorrido : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR.

SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. COBRANÇA DE "SERVIÇO DE TERCEIRO TELEFÔNICA DATA" NÃO CONTRATADO. VALOR COBRADO NÃO INTERFERE NO VALOR DO PLANO. NECESSIDADE DETALHAMENTO DA FATURA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. SENTENÇA MANTIDA. Insurge-se a autora quanto a cobrança denominada "serviços de terceiro telefônica data" embutida na fatura do plano controle contratado. Da análise das faturas anexadas aos autos, estas não demonstram qualquer aumento do valor do plano, sendo a denominação "serviços de terceiro telefônica data" apenas um detalhamento necessário, para fins de recolhimento de impostos pela empresa de telefonia, não havendo qualquer ilicitude nesta conduta. Desta feita, as provas dos autos demonstram que os valores cobrados da autora não ultrapassaram os limites do contratado, inexistindo valor a receber a título de repetição de indébito, não havendo, por consequência, falar em danos morais. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0616556-68.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Ana Cláudia Pereira Seixas
Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. SEGURO PRESTAMISTA NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. DANO MATERIAL NÃO COMPROVADO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.No presente caso, o recorrente não trouxe aos autos o contrato de seguro prestamista devidamente assinado pela autora, a fim de legitimar tal contratação e contrapor a alegação da autora de ocorrência de venda casada. Nesse sentido, mostra-se cabível o cancelamento do referido contrato e a indenização por danos morais.A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara.Por outro lado, quanto aos danos materiais, estes não restaram comprovados no presente caso, uma vez que a autora não juntou nenhum extrato de sua conta bancaria demonstrando os descontos indevidamente realizados.Quanto à fixação do valor da condenação (R$ 15.000,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 10.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 10.000,00. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618226-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Cynthia Gonçalves de Menezes
Advogado : Alexandre Paes Barreto Saraiva (8838/AM)
Recorrido : Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA. SEGURO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA IMPOSIÇÃO DE CONTRATO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Sustenta a parte requerente que solicitou a aquisição de cartão de crédito ofertado pela requerida, no entanto, no momento da contratação, foi imposta a aquisição de um seguro "bolsa protegida", aduzindo a ocorrência de venda casada.A requerida, por seu turno, alega que a parte recorrida realizou todas as contratações, conforme se observa nos documentos anexados junto a contestação, por livre e espontânea vontade.Da análise dos autos, tem-se que a pretensão autoral não merece prosperar. No que toca ao ônus da prova, incumbe à parte autora a prova do fato constitutivo do seu direito, o que não restou demonstrado. No caso, não restou evidenciada a imposição na contratação do aludido seguro. Em verdade, da análise dos documentos anexados aos autos, verifica-se que, em todas as páginas, consta a assinatura da autora, o que pressupõe sua inequívoca ciência acerca dos termos da avença. Cumpre salientar que se a autora alega a ocorrência de imposição, deve esta prática ser efetivamente comprovada nos autos, o que não ocorreu no caso em tela.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620254-19.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogada : Larissa Sento Sé Rossi (1079A/SE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : José Dácio Nascimento Júnior
Advogada : Rachel Paes Barreto Nadaf (5585/AM)
Advogada : Marizete de Souza Caldas (6405/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA DE FATURA PAGA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à fatura paga.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado.Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Cumpre ressaltar o descaso administrativo deliberar singela questão, pois, como se sabe, inúmeras são as dificuldades e incontáveis os passos a ser percorrido pelo consumidor que busca um atendimento capaz de deliberar os problemas como os descritos nos autos. Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano

extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0621079-60.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Recorrido : José Marcelo de Sousa Barbosa
Advogado : Adilce Pereira do Amaral (6513/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA. RECUPERAÇÃO DE ENERGIA. INDÍCIOS DE ADULTERAÇÃO QUE SE CORROBORAM COM O HISTÓRICO DE CONSUMO. LEVANTAMENTO DE CARGA NÃO COMPATÍVEL COM A MÉDIA DE CONSUMO (SEIS MESES) POSTERIOR A REGULARIZAÇÃO DA MEDIÇÃO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. Muito embora possa se questionar o procedimento unilateral adotado pela requerida durante a inspeção técnica que apontou adulteração no medidor e o respectivo levantamento de carga, a verdade é que a irregularidade constatada (medidor desligado/isolado) se coaduna com as demais provas existentes nos autos.O histórico de consumo (fls. 118) evidencia a aferição de consumo a menor por prolongado período. Nesse sentido, pouco importando se houve fraude ou defeito na medição, a verdade é que a parte requerente foi beneficiada com tal irregularidade na medida em que deixou de pagar com o que era devido. Uma vez constatada tal falha, no caso de defeito do medidor, deveria a mesma procurar regularizar sua situação, mas não! Preferiu se manter na surdina e desfrutar das faturas que lhe eram encaminhadas com valor a menor. De tal modo, não mostra-se cabível a indenização por danos morais, visto que o autor seria, dupla e indevidamente, beneficiado.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar improcedente o pedido de dano moral. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0622565-80.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : FABIO RICELLE MARTINS DE ARAUJO
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA. DESCONTOS NA CONTA BANCÁRIA SEM ANUÊNCIA DO AUTOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE CONTRATO NOS AUTOS. DESCONTOS INDEVIDOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, o recorrente não logrou comprovar a efetiva contratação do serviço “Centro Nacional de Auxilio ao ser”, a fim de legitimar os descontos realizados na conta bancária do autor. Nesse sentido, mostram-se indevidos os descontos realizados, devendo o autor ser indenizado na medida dos prejuízos sofridos. O valor arbitrado mostra-se suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0623419-74.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (A995/AM)
Advogada : Kênia Bastos Andrade (4037/AM)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)
Recorrido : Anderson Alves Ferreira
Advogada : Caroline Guimarães do Valle (6412/AM)

Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA INDEVIDA DE FATURA PAGA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO. DANO MORAL. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à fatura paga.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado.Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Cumpre ressaltar o descaso administrativo deliberar singela questão, pois, como se sabe, inúmeras são as dificuldades e incontáveis os passos a ser percorrido pelo consumidor que busca um atendimento capaz de deliberar os problemas como os descritos nos autos. Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Manaus, 11 de março de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 1ª Turma Recursal

3ª Turma Recursal
Presidente: Dra. Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz
Secretário: Jailton Andrade Martins

De ordem da Exma. Sra. Presidente da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Dr. Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, de acordo com o artigo 934 do Novo Código de Processo Civil, combinado com o artigo 45 da Lei 9.099/95, torno público que serão julgados os processos a seguir no **dia 25 de Março de 2019,** de forma presencial, ou nas sessões seguintes, **observa-se que a reunião para julgamento dos processos no qual há pedido de sustentação oral acontecerá no Auditório do Fórum Mário Verçosa, (Fórum da Aparecida), no dia 25/03/2019 às 09:00.**

Data da sessão: 25/03/2019 às 09:00

Recurso Inominado nº 0603624-45.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Advogada : Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM)
Recorrida : Valéria da Silva Andrade
Advogado : Benjamin do Couto Ramos Neto (8483/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0605073-12.2016.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrido : ULISSES AMORIM KEDEZIERSKI
Advogado : João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM)
Advogado : Débora Araújo de Queiroz (10157/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0614808-69.2016.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Rami Yuri Menezes Gama (8933/AM)
Advogada : Amanda Araújo dos Santos (6150/AM)
Advogada : Hanna Tavares Cunha (10417/AM)
Recorrida : LENIZE CORREA DE SOUZA
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0601027-06.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : Ducileide Maria Ferreira Soares
Advogada : Danielly Passos Galvão (4007/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0601664-54.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Nathacha Camara de Albuquerque (12164/AM)
Recorrida : Elizabeth Rosa de Matos
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0604544-53.2016.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : Liene Maria Mafra de Vasconcelos
Advogado : Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (7790/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0601272-17.2017.8.04.0092 . Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : Michelle da Silva Menezes
Advogado : Davi dos Anjos (9694/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0601527-46.2016.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogada : Carla Manuela Batista da Silva (20555/PB)
Recorrida : RAIMUNDA DE SOUZA RODRIGUES
Advogado : QUÉZIA MARTINS DE PAULA (8885/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0604771-46.2017.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Rami Yuri Menezes Gama (8933/AM)
Advogada : Hanna Tavares Cunha (10417/AM)
Advogada : Amanda Araújo dos Santos (6150/AM)
Recorrido : Kayo da Silva Lima
Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0615543-05.2016.8.04.0015 . Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francimar Azevedo da Silva
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0616207-36.2016.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisca Ayala de Moura Souza
Advogado : Elisély Narija Matuti Araújo (4685/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0600406-09.2017.8.04.0092 . Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Carlos Fábio Carril Ferreira
Advogado : Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0605752-94.2016.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Cleide da Silva Senhorães
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0606347-74.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Marivete do Nascimento Silva

Advogado : Orandle Redman Ambrosio (10646/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Rami Yuri Menezes Gama (8933/AM)
Advogada : Amanda Araújo dos Santos (6150/AM)
Advogada : Hanna Tavares Cunha (10417/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0611549-32.2017.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Luiz Boaes Maciel
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0616004-74.2016.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rosana de Oliveira Xavier
Advogado : Maria Lucielza Oliveira Facco (8301/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Rami Yuri Menezes Gama (8933/AM)
Advogada : Hanna Tavares Cunha (10417/AM)
Advogada : Amanda Araújo dos Santos (6150/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0001547-30.2015.8.04.4701 . Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : Banco Itau- Bmg Consignado S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Junior (392/RN)
Recorrido : UISLE ROBERTO NOGUEIRA COSTA
Advogado : Sostenes Adiel Pereira Batista (10131/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0606103-82.2016.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : Jamile de Lemos Arouca
Advogado : Wallison Daniel Dias Oliveira (8932/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Mandado de Segurança nº 4000152-02.2016.8.04.9000 . Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Impetrante : LOURDES CATARINA CALDERARO AFONSO
Advogado : Jorge Secaf Neto (1167/AM)
Advogado : Andrei Farias de Barros (6074/AM)
Impetrada : ROSA MARIA CALDERARO DE SOUZA
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0611854-84.2015.8.04.0015 . Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Brasil Norte Bebidas Ltda
Advogado : Antônio Cláudio Pinto Flores (8700/PA)
Recorrida : ELANE SOUZA FERREIRA
Advogado : Augusto Gonçalves Guimarães Neto (9830/AM)
Advogado : Patricia Pereira da Silva (3689/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0201431-59.2016.8.04.0092 . Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Telemar Norte Leste S/A
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Recorrido : Maria de Nazare da Silva Reis
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0600189-34.2015.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : (Jornal a Crítica) - Jornais Calderaro Ltda
Advogado : Júlio Antonio de Jorge Lopes (2023/AM)
Advogado : Olivar Durães Filho (2273/AM)
Recorrido : THIAGO MARREIRA MARTINS
Advogado : Bruno Oliveira Medeiros (7203/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0603132-53.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : Abimar Carneiro Bastos
Advogado : Marcio Clebson da Silva Costa (10116/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0601140-94.2017.8.04.0015 . Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisco Farias Henriques
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0602828-76.2017.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Ademar Marques Mendonça
Advogado : Marcio Clebson da Silva Costa (10116/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0606843-25.2016.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : VALDIVINO MARINHO MORAES
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0000911-64.2016.8.04.5401 . Origem: 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : SHARLES COMAP DA CRUZ
Advogado : Jose Marconi Moreira Filho (9552/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0603191-41.2017.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rogéria Pontes Brandão
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0605723-10.2017.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bonsucesso S/A
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (15410AP/A)

Recorrida : Liliana Renata Trindade Mota
Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0608425-41.2017.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bonsucesso S/A
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (15410AP/A)
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Recorrido : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Recorrido : Mauro Oliveira Cavalcante
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0600790-11.2014.8.04.0016 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Litisconsorte: Indústria e Comércio de Espuma e Colchões Belém Ltda - ORTOBOM
Advogada : Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (5211/AM)
Advogado : Helio de Xerez e Oliveira Goes Junior (20208/PA)
Advogado : Bernardo de Souza Mendes (14815/PA)
Recorrida : MARTA EDITH VELASQUEZ DAVID
Advogada : Maria Rosa S. de Lima Avila (4086/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Recurso Inominado nº 0606494-63.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Cristiane Alves dos Santos
Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0605623-70.2017.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Recorrida : Maria do Socorro Vieira de Barros
Advogado : Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (6502/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0211606-52.2016.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : OI - Telemar Norte Leste S/A
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Recorrido : Jandenil Almeida da Silva Mendes
Defensor P : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0000932-73.2017.8.04.2501 . Origem: Fórum de Autazes.
Recorrente : Banco Bradesco S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrido : Jeorge Rodrigues
Advogado : Sandro Vidal Mendonça Guimarães (11914/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0605336-29.2016.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : ZAQUEU SANDRO CASTRO DE SOUZA
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Soc. Advogados : Karina D arc Lima de Sousa (11045/AM)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0605981-20.2017.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Edson da Silva Campos
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0603600-51.2017.8.04.0016 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : Suleni Bitar Ruas
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0600201-17.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : ADERALDO MUNIZ DO CARMO
Advogada : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)
Advogada : Luana Pereira Regis (9340/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0606631-45.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : Simone Pereira da Silva
Advogado : Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (11908/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0603892-02.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria de Jesus de Souza Ribeiro
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado nº 0000314-32.2015.8.04.5401 . Origem: 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrida : MELYSSA DE SOUZA FIRMO
Advogado : Diego Humbelino Duarte (9071/AM)
Advogada : Léa Fernandes Amazonas (8612/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0607620-54.2018.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (76696/MG)
Recorrida : Leonice Bastos de Lima
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Advogada : Liozete da Silva Santos (12955/AM)

Advogado : Ladson Pereira da Silva (11039/AM)
Advogado : Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (12723/AM)
Advogado : Paulo Henrique de Souza Viana (12177/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0001181-54.2017.8.04.5401 . Origem: 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : Banco Itau- Bmg Consignado S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (392A/AM)
Recorrida : LAURA CORREA DAMASCENA
Advogado : Antonino Machado da Silva (7231/AM)
Advogado : Geysa Carolinede Souza Machado (6149/AM)
Advogado : Sabrina Larissa de Souza Machado (7061/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0601661-87.2018.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria do Socorro Pessoa
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Advogado : José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0602511-44.2018.8.04.0020 . Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rosinaldo Barbosa Rodrigues
Advogado : Isley e Souza e Souza (9703/AM)
Advogada : Flávia Mariano Façanha (9961/AM)
Advogada : Dayane Ricardo de Paiva (10592/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0608114-35.2017.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bonsucesso S/A
Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG)
Recorrido : Gilmar da Gama Pires
Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0613043-92.2018.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Sebastião Jorge Barros Mamede
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0604085-05.2018.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Afranio da Silva Lima
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0614593-25.2018.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Antonia Francicleia Ferreira de Lima
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0615647-26.2018.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Alceane Brandão França
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (76696/MG)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado nº 0605285-81.2017.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Genizia Sena Coelho
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0616711-08.2017.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Recorrida : Katia Solange Costa Vasques
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Advogado : Wagner Jackson Santana (8789/AM)
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0602584-28.2017.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisco Jerry de Melo Souza
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0608447-84.2017.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jocicley Nunes da Silva
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Soc. Advogados : Wilson Sales Belchior (1037/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0615557-52.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : Antônio Pereira dos Santos
Advogado : Joelmir Ricardo Gonçalves (509/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0602356-24.2016.8.04.0016 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogado : Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP)
Recorrida : NATALIA ROBERTA NEVES BRITO

Advogado : Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0604317-51.2017.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Claudio Otas da Silva
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0606784-78.2017.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Altejane Dantas Costa
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0602771-39.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrida : Vania Leitão Rosseti
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0623095-84.2017.8.04.0015 . Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : J. A. A. – M. (M.
Advogada : Maria Cristtiane dos Reis Sousa (12319/AM)
Advogado : Jarson Ariday da Silva Costa (741A/AM)
Recorrido : A. G. G. do A.
Advogado : Vito Sasso Filho (10344/AM)
Advogado : Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (799A/AM)
Advogado : Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Recurso Inominado nº 0605780-06.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Hudson Batalha Freitas
Advogado : Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (7790/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha

Manaus, 11 de março de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4000290-32.2017.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: MARIA SOCORRO GOMES DE SOUZA - Agravado: CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, RENATA OLIVEIRA DE SOUZA (12730/AM), advogado(a) de CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, MARIA SOCORRO GOMES DE SOUZA intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Sanã Nogueira Almendros de Oliveira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000290-32.2017.8.04.9000. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: RENATA OLIVEIRA DE SOUZA (OAB: 12730/AM) - Fórum Mário Verçosa

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000330-78.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado, de 1º Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.
Advogado : Marco Andre Honda Flores (9708/MT)
Recorrente : Centaurus Motos Ltda
Advogada : Andréa Cristina da Costa Le Sueur (616/AM)
Recorrido : FLORITA ALBUQUERQUE PEREIRA
Advogado : Michel Alex da Cunha Alvez Maia (9543/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA – – ANULAÇÃO DA SENTENÇASENTENÇA ANULADA. . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0001180-69.2017.8.04.5401 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : Banco Itau- Bmg Consignado S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Junior (392/RN)
Recorrido : LAURA CORREA DAMASCENA
Advogado : Antonino Machado da Silva (7231/AM)
Advogado : Sabrina Larissa de Souza Machado (7061/AM)
Advogado : Geysa Carolinede Souza Machado (6149/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA – ASSINATURA NO CONTRATO NEGADA – CAUSA DE NECESSITA DE PERÍCIA - SEMELHANÇA QUE NÃO PODE SER CONSTATADA DE OFÍCIO COMO TECNICASentença ANULADA . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0200578-38.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Oi S.A.
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Recorrente : UNIVERSO ONLINE S/A - UOL
Advogada : Vanessa Vilarino Louzada (215089/SP)
Recorrido : Roberto Oliveira Vieira
Recorrido : Azarias Pereira Viana
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAISE MATERIAIS. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ACOLHIDA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. . DECISÃO: Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder provimento ao recurso, conforme voto da relatora.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0600263-23.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisca Anne de Souza Resutto
Advogado : Igor Alves da Costa (9621/AM)
Recorrido : T4F Entretenimento S/A - Time For Fun Eventos
Advogado : Taís Borja Gasparian (74182/SP)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE SERVIÇOS. EXERCÍCIO DO DIREITO DE ARREPENDIMENTO. CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ RETENÇÃO DE VALOR POR QUEBRA DE CONTRATO. CLÁUSULA ABUSIVA. FATO DO SERVIÇO NÃO CONSTATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA NÃO PRESUME DANO. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0601087-64.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Arnaldo Pinheiro Cavalcante
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASIL S/S LTDA - EPP
Advogada : Edmárie de Jesus Cavalcante (3351/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: E M E N T A:RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATOS. SEGURO. VENDA CASADA. AUSÊNCIA DE PROVA. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: Acordam os Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0606372-87.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jairo Cueto Groff
Soc. Advogados : Israel Lamego de Lima Júnior (8475/AM)
Advogado : Israel Lamego de Lima Júnior (8475/AM)
Recorrido : Pemaza Amazonia S/A
Soc. Advogados : BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (222/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E MATERIAIS. EXERCÍCIO DE DIREITO DE ARREPENDIMENTO. PRAZO EXTRAPOLADO. CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR. CONFIGURAÇÃO. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0606848-88.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itauleasing S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Advogada : Greysa Mores Fragoso (12765/AM)
Recorrido : DIOGO DA SILVA PRADO
Advogado : Moises Cavalcante G. de Oliveira (5912/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DO AUTOR – SEM DANOS MORAISRecurso provido PARCIALMENTE . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 04 de março de 2011.

Processo: 0615122-78.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Telemar Norte Leste S/A
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)
Recorrido : Sebastião de Lima Botelho
Advogada : Maria Mota Acioly (175A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO E OBRIGAÇÃO DE FAZER. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO QUANTO AO PLEITO DE AFASTAMENTO DO DANO MORAL. VALOR ARBITRADO. REDUÇÃO. SENTENÇA REFORMADA SOMENTE EM RELAÇÃO AO QUANTUM, EM SEU RESTANTE MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0617849-10.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Sabrine da Costa Cordeiro
Advogada : Natividade de Jesus Magalhães Maia (5556/AM)
Recorrido : Associacao Unificada de Ensino Renovado Objetivo - UNIP
Advogado : Marcio Rafael Gazzineo (23495/CE)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE CURSO DE GRADUAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ENTREGA DO SERVIÇO. CONFLITO QUANTO A EXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. DEFESA QUE NÃO APRESENTA PROVA DA PRESTAÇÃO SUBSTANCIAL DO SERVIÇO. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE CABÍVEL EM PARTE. RECURSO INOMINADO PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA REFORMADA. SEM HONORÁRIOS, TENDO EM VISTA O DEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. . DECISÃO: Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder provimento ao recurso, conforme voto da relatora.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0620324-36.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrida : Rosa Maria Calderaro de Souza
Advogada : Mircelene Neves Souza (13603/AM)
Advogado : Luis Carlos Calderaro Souza (1991/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E OBRIGAÇÃO DE FAZER. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA. FISCALIZAÇÃO SEM A PRESENÇA DO CONSUMIDOR. IMPUTAÇÃO DE FRAUDE. OFENSA AO CONTRADITÓRIO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE PORCENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Processo: 0620912-43.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jurandi Marcelo de Lima
Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)
Recorrido : Banco Itaucard S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Advogada : Greysa Mores Fragoso (12765/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. MERA REPRODUÇÃO DA INICIAL. NÃO CONHECIMENTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não conhecer o recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.. Sessão: 19 de fevereiro de 2019.

Manaus, 11 de março de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 2ª Turma Recursal

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia 1ª Turma Recursal, Exmo(a). Dr(a). Sanã Nogueira Almendros de Oliveira, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

0000008-83.2013.8.04.2701 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : BANCO ITAUCARD S.A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : DELSON CARNEIRO DE ARAUJO COSTA
Advogado : Adriano Belém Pontes (6514/AM)

0000022-93.2013.8.04.7801 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : CASEBRAS CAIXA ASSISTENCIAL DO SERVIDOR BRASILEIRO
Advogado : NERIVALDO LIRA ALVES (111386/RJ)
Recorrido : REGINA DE JESUS DA GLORIA TAVARES
Advogado : Fábio Antônio de Souza Segundo (7966/AM)

0000023-78.2013.8.04.7801 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)
Recorrido : REGINA PINTO PINHEIRO
Advogado : Fábio Antônio de Souza Segundo (7966/AM)

0000026-33.2013.8.04.7801 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)
Recorrido : MARIA BENEDITA MOARES CARNEIRO
Advogado : Fábio Antônio de Souza Segundo (7966/AM)

0000032-96.2013.8.04.6101 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : MONIQUE DAS CHAGAS ELEUTÉRIO
Advogado : ANTONIO CLEMENTINO DO MONTE JUNIOR (1574N/AM)
Recorrido : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)

0000038-06.2013.8.04.6101 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : PEDRO MEDEIROS DOS SANTOS
Advogado : ANTONIO CLEMENTINO DO MONTE JUNIOR (1574N/AM)
Recorrido : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)

0000111-45.2017.8.04.6001 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : FABRICIO DOS SANTOS MENDONÇA
Advogado : Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (6885/AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S/A
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)

0000183-32.2017.8.04.6001 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : ROSANIA RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado : Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (6885/AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S/A
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)

0000227-95.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : NOBERTO DA SILVA MAFRA
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)
Advogado : Ewerton de Alencar Correia (8460/AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

0000230-50.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : FRANCISCO BALIEIRO DOS SANTOS
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

0000242-45.2016.8.04.6101 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)
Recorrido : DOMINGOS AUGUSTO SERRÃO FILHO
Advogado : Ronaldo Santana Macêdo (6536/AM)

0000243-30.2016.8.04.6101 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Marcelo Tostes de Castro Maia (63440/MG)
Recorrido : ELY ALFAIA DE CASTRO
Advogado : Ronaldo Santana Macêdo (6536/AM)

0000249-37.2016.8.04.6101 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : BANCO BMG S/A
Advogado : Marcelo Tostes de Castro Maia (63440/MG)
Recorrido : MARIA ELINEUZA DA COSTA GOMES
Advogado : Ronaldo Santana Macêdo (6536/AM)

0000261-70.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : ALPELINO FERREIRA FLORES
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

0000265-10.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : HALDER NERY FERMIN
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

0000269-47.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : ALDENOR SARAIVA FILHO
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

0000283-31.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : JONATHAS RAMOS COSTA
Advogado : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (358/AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

0000291-08.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : CARLOS ALBERTO TOURINHO SIMÃO
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

0000295-45.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : ALMIR DOS SANTOS DIAS
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)

Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

0000299-82.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : ALDAIR NERY FERMIN
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

0000303-22.2016.8.04.7000 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : MANOEL SEABRA BRAGA
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

0000338-13.2014.8.04.3100 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Telemar Norte Leste S/A
Advogada : Hilcia Regina Lima de Aquino (5648/AM)
Advogada : Elba Kátia Correa de Oliveira (5934/AM)
Recorrido : ADEMAR COSTA DE ALMEIDA
Advogado : Alysom Pereira de Lima (233080/SP)
Recorrido : Israel Cardozo da Silva
Advogado : Alysson Pereira de Lima (558A/AM)
Recorrida : MARIA FERREIRA DE MOURA
Advogado : Alysson Pereira de Lima (558A/AM)
Recorrido : PEDRO DE FREITAS
Advogado : Alysson Pereira de Lima (558A/AM)

0000452-63.2015.8.04.5800 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : JANILA FERNANDES LIMA
Advogado : Rafael Said e Silva (8443/AM)
Recorrido : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : Mário Adriano Cunha Maia (5860/AM)

0000498-78.2017.8.04.5801 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : SOCORRO MARIA DOS SANTOS MELO
Advogado : Ronaldo Santana Macêdo (6536/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)

0000514-89.2014.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : FRANCISCO HENRIQUE VASCONCELOS
Advogada : Francisca Jeorge Cruz (6514/AM)
Recorrido : PIETRO DO CARMO VIGANO
Advogado : Afonso Rodrigues da Silva (4353/AM)

0000693-23.2014.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : GEISSY DOS REIS CRUZ COSTA
Advogada : Francisca Jeorge Cruz (6514/AM)
Recorrido : VIVO S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)

0000768-57.2017.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Wilma Azevedo Conceição
Advogado : Rondinelle Farias Viana (12627/AM)
Recorrido : Ananias Batista da Conceição
Advogado : Max Adilson Lima Costa Junior (10314/AM)
Advogado : Aroldo Denis Magalhães Silva (2821/AM)

0000809-29.2014.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : RONALDO SALVADOR FONSECA JUNIOR
Advogado : Adriano Belém Pontes (6514/AM)
Recorrido : VIVO S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Advogado : Afonso Rodrigues da Silva (4353/AM)

0000811-57.2018.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : SEBASTIÃO SOLONIDAS DE OLIVEIRA MARTINS
Defensora : Ellen Cristine Alves de Melo (7016/AM)
Recorrido : PARINTINS TECIDOS LTDA - ME
Advogado : Rodrigo Lopes Martins (11802/AM)

0000842-77.2018.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : MAX ADILSON LIMA COSTA
Advogado : Max Adilson Lima Costa Junior (10314/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737A/AM)

0000885-19.2015.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : BANCO BRADESCO S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Recorrido : ODIRLEY PAIXÃO DAMASCENO
Advogado : Aroldo Denis Magalhães Silva (2821/AM)

0000917-92.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : DAIANA LIMA DE SOUZA
Advogada : MONIZE RAFAELA PEREIRA ALMEIDA (7065/AM)
Recorrido : TIM Celular S.A.
Advogado : Cíntia Hossokawa (7437/AM)

0000963-47.2014.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrido : MARIA DO SOCORRO MORAIS
Advogada : Ana Cláudia Conde Vieiralves (6073/AM)
Advogada : Marly Gomes Capote (7067/AM)

0000969-54.2014.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrido : ROSIVANE PEREIRA DE OLIVEIRA
Advogada : Ana Cláudia Conde Vieiralves (6073/AM)

0000970-73.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : FRANCISCA CLAUDIA SOUZA DE NORONHA
Advogada : MONIZE RAFAELA PEREIRA ALMEIDA (7065/AM)
Recorrido : TIM Celular S.A.
Advogado : Cíntia Hossokawa (7437/AM)

0001069-04.2017.8.04.6301 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Recorrido : ALTAIR RIBEIRO DOS SANTOS
Advogado : Ronaldo Santana Macêdo (6536/AM)

0001710-66.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : LUCIMAR TICO DE MIRANDA
Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)
Recorrido : Tim Celular S/A
Advogado : Christianne Gomes da Rocha (20335/PE)

0001976-26.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A
Advogado : Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA)
Advogado : Alan Sampaio Campos (37.491/BA)

Recorrido : JHESSES DYÊS GOMES DE MORAES
Advogado : Jose Marconi Moreira Filho (9552/AM)

0200110-52.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Embargante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Embargada : Francimarga Ferreira de Souza
Defensora : Hélvia Socorro Fernandes de Castro (6597/AM)

0200421-43.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Recorrida : OLGA ARAÚJO DE SOUZA
Defensor P : Gustavo Linhares Rodrigues (31361/BA)
Advogada : Adriana Vieira Ferreira (11924/AM)

0200565-80.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Recorrido : Osmar de Souza Silva
Advogado : Samuel Soares de Miranda (10370/AM)

0201332-58.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Dorivane Lopes Araújo Monteiro

0201508-34.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Wellington Guimarães de Castro
Advogado : João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM)
Advogado : Deize da Silva Vasconcelos (3058/AM)
Recorrida : Amanda Braz de Oliveira
Defensora : Kanthya Pinheiro de Miranda (18032/BA)

0201965-66.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrente : Mediclab Clínica Médica e Serviços Laboratoriais Ltda
Advogado : Jonathan Solon Melo Nunes (12119/AM)
Recorrido : Celio Souza de Carvalho Junior
Advogado : Davi dos Anjos (9694/AM)

0201975-16.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : BANCO FINASA BMC
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : Jovina Dário da Costa
Advogada : Karla Patrícia Brasil Luzzi (4714/AM)

0202184-82.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Embratel Tvsat Telecomunicacoes Sa
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : Raimundo Rocha de Andrade

0203243-08.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Daniel Oliveira de Araujo
Advogado : José Estevaõ Xavier
Advogada : Stelisy Silva da Rocha (7989/AM)
Recorrido : Banco Triangulo S/A
Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO)

0204079-78.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Recorrida : BIANCA LADISLAU ABECASSIS
Advogado : Amanda Gouveia Moura (7222/AM)

0208506-55.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrida : Maria Franca Azevedo
Advogado : Marcelo Augusto dos Santos

0208828-75.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Maria de Fatima Cavalcante da Motta
Advogada : Josiane Gomes Ribeiro (11854/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Lígia de Souza Frias (A1074/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

0600138-86.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da R. Mendes Júnior (392A/RN)
Recorrida : Suely Santana de Souza Caçúla
Advogado : Ronaldo Sperry (77222/RS)
Advogado : RONALDO SPERRY (A815/AM)

0600400-87.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : MARIA HOZALNICE FREITAS DA ROCHA OLIVEIRA
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM)

0600589-43.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Ediel Ferreira de Oliveira
Advogado : Marcos Pereira da Silva (11150/AM)
Advogado : Josué Nascimento Pimentel (9118/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

0601147-37.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Waldir Ferreira Júnior
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

0601323-91.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Branca Rosa Affonso Gonçalves
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Recorrido : BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM)

0601477-12.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado : Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA)
Recorrida : Mara Rubis S. Pedrosa
Advogado : Ari Badarane Nicolau Júnior (11935/AM)

0601621-08.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Consórcio Nacional Volkswagen S/A
Advogado : Diego Yury Tiburtino Galdino (1185/AM)
Advogado : Edson Leite Rodrigues de Oliveira Neto (36003/PE)
Advogada : Manuela Moura de Fonte (20397/PE)
Recorrido : Lins Dias Ribeiro
Advogado : Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM)
Advogado : Leandro Kazuyuki Takahashi (12343/AM)

0601928-59.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Manoel Jorge de Souza Viana
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Advogado : Adriana Caldas Vital Valeruz (11672/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)

0602176-40.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Recorrido : Renata Leiko Yshida
Advogada : Natasja Deschoolmeester (2140/AM)
Advogado : Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (140475/RJ)

0602217-89.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Elizabeth Bezerra Lima
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM)

0602288-91.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Fernando da Silva Lopes
Advogada : Kelma de Souza Lima (5470/AM)
Recorrido : Telemar Norte Leste S/A
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)

0602344-76.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Recorrida : Jucélia Castro de Oliveira
Advogado : Gamal Swami Abreu

0602422-96.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Cleilce Silva de Souza
Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)
Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

0602542-42.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Mirian Rodrigues da Silva
Advogada : Cléa Lusia Ribeiro Braga (7019/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

0602817-88.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Ozimar Aquino Francisco Castro
Advogado : Suelem Pena Bento da Silva (9796/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)

0602949-30.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Requerente : Ernesto Santos Coelho
Advogado : Janiete da Silva Monteiro (10084/AM)
Requerido : Governador do Estado do Amazonas
Procurador : Isabella Peres Russo (3198/AM)

0603235-26.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Ailton dos Santos Almeida
Advogada : Helen Mara Barroso Guedes (8481/AM)
Recorrido : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)

0603243-79.2014.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Recorrida : MARIA MISSILENE DA SILVA CRUZ
Advogado : Lindomar Lima de Souza (9739/AM)

0603271-90.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : Damiao da Silva Carvalho
Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)

0603310-39.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Alexandre Coelho da Silva
Advogado : Félix de Melo Ferreira (3032/AM)
Recorrido : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)

0603343-77.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Vanilza Mesquita de Almeida
Advogado : Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (4364/AM)
Recorrido : BERTA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - O BOTICÁRIO
Advogado : Henrique França Ribeiro (7080/AM)
Advogado : Afranio Azevedo Pereira (4434/AM)

0603381-67.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Recorrida : Laudecy Fonseca Cassimiro
Advogada : Elisa Oliveira da Silva Bentes (11261/AM)
Advogado : Wellington Guimarães Bentes (6828/AM)

0603793-20.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Jailson Fonseca Valente
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Recorrido : Banco ITAÚ Holding Financeira S.A.
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)

0603852-20.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Maria Lindomar Mercado Gonçalves
Advogado : Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG)

0603857-08.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrente : Itaú Seguros S/A
Advogado : Ana Rita dos Reis Petraroli (1013A/AM)
Advogado : Victor José Petraroli Neto (978A/AM)
Recorrida : Erika Bastos da Silva
Advogado : Davi dos Anjos (9694/AM)

0603870-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Advogado : Márcio Vinicius Costa Pereira (84367/RJ)
Recorrido : Leonardo Felipe Rebelo
Advogado : Afonso Ribeiro da Silva Junior (8455/AM)
Advogado : Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (9517/AM)

0604053-80.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Alexandre Ferreira de Queiroz
Advogado : Valdemir da Silva (30018AM)
Recorrido : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

0604086-87.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Afranio da Silva Lima
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

0604113-48.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Apelante : Francisco Edberto dos Santos
Advogado : Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (10985/AM)
Apelado : Patri Vinte e Quatro Empredimentos Imobiliários Ltda.
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Dias dos Santos Advogados (311/AM)
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)

0604143-23.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrido : Carlos Alberto da Silva
Advogado : Lindomar Lima de Souza (9739/AM)

0604200-75.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Andreza Magalhães Hipolito
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

0604522-66.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira
Advogado : Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera
Advogado : Vicente Emanuel Almeida de Paula (8569/AM)

0604610-62.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrido : Edson Jordan Medeiros da Silva
Advogado : Jano de Souza Melo (4587/AM)

0604852-55.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Izabel dos Santos Rodrigues
Advogado : Aron Pereira Whibbe (2202/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

0605156-42.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Advogada : Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (149111/MG)
Recorrida : Aline Mota de Sousa
Advogado : CHARLENE LOPES DOS SANTOS (12728/AM)

0605357-34.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Samuel Serrão de Sá
Advogado : Luiz Cláudio de Melo Frota (11291/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

0605667-86.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : MARIA FRANCIVETE CARVALHO SANTOS
Advogado : Paulo Geber da Frota (9485/AM)
Advogado : Francisco Felipe Leal Pereira (9923/AM)
Recorrido : Claro S/A
Advogado : Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM)
Advogado : André Phillipe Brito Garganta (10870/AM)
Advogado : Cesar Ituassu da Silva Neto (9506/AM)
Advogada : Lilian Karen de Souza (167344/MG)

0605843-94.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Apelante : Luiz Soriano de Jesus
Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)
Apelado : Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)

0605912-51.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Ps - Perpetuo Socorro Soares
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrido : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)

0605963-77.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : PROVER PROMOÇÃO DE VENDAS LTDA – EPP (AVANCARD)
Advogada : Priscila Caroline Borges de Almeida (13746/AM)
Advogada : Caroline Fugolari Freitas (11135/AM)
Recorrido : Antônio Dimas Silva Alves
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)

0606250-45.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : HERI KARLA TAVARES CUNHA
Advogado : Reberth da Silva Costa (8817/AM)
Recorrido : Direcional Engenharia S/A
Advogado : Humberto Rossetti Portela (91263/MG)
Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)

0606258-17.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Luiz Eduardo Silva de Souza
Advogado : Adrimar Freitas de Siqueira (8243/AM)
Advogado : Antonio das Chagas Ferreira Batista (4177/AM)
Recorrido : Simoes Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)

0606383-04.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Nielson Brazão da Gama
Advogada : Anne Karoline de Souza Rodrigues (12154/AM)
Advogada : Érica Carolina de Oliveira Castro (11174/AM)
Recorrido : E.t.r Contrutora e Incorporadora Ltda.
Advogada : Raquel dos Santos Porto (17929/PA)

0606527-56.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrido : Nelcimar de Souza Gandra
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)
Advogado : QUÉZIA MARTINS DE PAULA (8885/AM)

0606833-44.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Recorrido : Rafael Souza Melgueiro
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)

0606914-56.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Debora Cristina Rocha Castilho
Advogada : Sâmea Picanço Oliveira (10852/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)

0607204-23.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Recorrida : Danielle Sanchez Fernandes
Advogado : Waleska dos Paula e Souza (9008/AM)

0607409-37.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Recorrida : Rocilda Martins da Silva
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)

0607571-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Advogada : Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Vânia Maria Costa Paula
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)
Advogado : QUÉZIA MARTINS DE PAULA (8885/AM)

0607658-63.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Raquel dos Santos Silva
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Recorrido : Banco Itaucard S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

0608106-39.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : SKY Brasil Serviços Ldta
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Marilaine dos Santos Natividade
Advogada : Francisca Núbia de Oliveira de Lima (4376/AM)
Advogada : Camila Jatahy Araujo (12602/AM)
Advogado : João Bosco Sávio Oliveira de Lima (8622/AM)

0608518-04.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da R. Mendes Júnior (392A/RN)
Recorrente : AQGIPLAN FINANCEIRA S/A, CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado : Denise Lenir Ferreira (58332/RS)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrida : Maria de Fatima Lima da Silva
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

0608524-59.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Silvestre Borges de Carvalho
Advogado : Mirna Cristina Geber da Silva (9097/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Advogado : Andre Rodrigo Pedrosa Amorim (10978/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Andre Rodrigo Pedrosa Amorim (10978/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogada : Maria P. Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)

0609510-62.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Recorrido : Antônio Luiz Nascimento Ferreira
Advogado : William Sami Ramos (8149/AM)
Advogada : Naara Benaia da Silva Pinho (8170/AM)

0609889-03.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrida : Raimunda da Silva Furtado
Advogada : Marluce do Socorro Santana Braga e Silva (2680/AM)

0610206-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : C.m. Rodrigues Comunicação – Me (Portal Cm7)
Advogado : Cintia Rossette de Souza (4605/AM)
Advogado : Israel de Jesus Gonçalves (3051/AM)
Recorrente : Cileide Moussallem Rodrigues
Recorrida : Nejmi Jomaa Abdel Aziz
Advogado : Nilson Coronim (1925/AM)

0610426-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogado : Márcio Vinicius Costa Pereira (84367/RJ)
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Recorrido : Roicildo Pingarillho Martins
Advogado : Roicildo Pingarillho Martins (4136/AM)

0610526-36.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Francisca Ribeiro de Carvalho
Advogado : Ricardo de Jesus Colares de Oliveira
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)
Advogada : Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM)

0610601-75.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrido : Antonio Carlos Costa
Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)
Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro

0610642-23.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : Carla Caroline Coutinho Frota
Advogado : Carla Caroline Coutinho Frota (12379/AM)

0610804-18.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Condomínio Amazonas
Advogado : Tatiana Dantas Portela (6562/AM)
Advogada : Alice da Silva Welgert (12614/AM)
Advogado : Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM)
Recorrida : Ana Cristina dos Santos Chehuam
Advogado : Raimundo Nonato Fernandes Junior (4878/AM)

0610917-06.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Francisco Derblay de Araújo Bonates
Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)

0610928-98.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogada : Larissa Sento Sé Rossi (1079A/SE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogada : Larissa Sento Sé Rossi (1079A/SE)
Recorrido : Edwilson Santos Souza
Advogado : Alexandre Toscano de Brito Filho (8913/AM)

0611349-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrida : Helen Moreira de Albuquerque
Advogado : Renato Fernandes Mariano (8246/AM)

0611597-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM)
Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Recorrido : Gildo Alves de Melo Júnior
Advogado : Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM)
Advogada : Alice da Silva Welgert (12614/AM)
Advogado : Carolinne Silva Moreschi (13761/AM)
Advogado : Cristiane Mendes Furlin (6970/AM)

0611615-75.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Carlos Eduardo Mendonça da Silva
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Shopping Ponta Negra
Advogado : Victoria Dutra Alencar Arantes (10316/AM)

0611735-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps
Advogada : Sandra Marcia Lerrer (81783/RS)
Advogado : Fábio Nogueira Corrêa (5674/AM)
Advogado : Jessica Cavalheiro Muniz (107401/RS)
Recorrido : JOÃO VICENTE DE LIMA FILHO
Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro

0612101-05.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Procuradora : Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM)
Procurador : Isabella Peres Russo (3198/AM)
Recorrido : Sebastião da Silva Costa
Advogado : Amauri Vieira dos Santos (11881/AM)

0612114-04.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Procurador : Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO)
Procurador : Kerinne Maria Freitas Pinheiro
Recorrido : Mário Lima dos Santos
Advogado : Amauri Vieira dos Santos (11881/AM)

0612377-13.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a
Advogado : Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP)
Advogado : Erik Lorenzzo Marinho da Silva (4944/AM)
Soc. Advogados : Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP)
Recorrido : Felipe da Cunha Margem
Advogada : Claudia Michelle Graciano (9632/AM)

0612467-21.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Sebastião Gomes da Costa
Advogada : Adria Alves Vital (5255/AM)
Advogado : Glair Maria Alves dos Santos Vital
Recorrido : Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)

0612607-36.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Recorrido : José Marcelo de Sousa Barbosa
Advogado : Adilce Pereira do Amaral (6513/AM)

0612643-83.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogada : Dinah Amazonas de Oliveira (4667/AM)
Advogado : Patricia Gurgel Portela Mendes (5424/RN)
Recorrido : JOÃO ANTELA FERREIRA
Advogada : Rosa Maria Chaves da Silva (8436/AM)

0612688-19.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : CAROLINE PORTO
Advogado : Anneson Frank Paulino de Souza (11981/AM)

0612730-34.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Raimunda Josinete dos Santos Carvalho Buás
Advogado : Hiago dos Santos Buás (11741/AM)

0612822-12.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrente : Apple Computer Brasil Ltda
Advogado : Fabio Rivelli (297608/SP)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Victoria Luzia Carneiro Lima
Advogado : João Paulo Bezerra de Freitas (12201/AM)

0612886-22.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Ana Tereza Castro Lopes
Advogado : ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)

0613732-73.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogada : Larissa Sento-Sé Rossi (16330/BA)
Recorrida : Ivaneide da Silva Ribeiro
Advogada : Karina D arc Lima de Sousa (11045/AM)

0613973-89.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Bradesco Saúde S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Recorrido : Manoel Augusto Pinto Cardoso
Advogado : Juliane Elizabete de Souza Maia (12643/AM)
Advogado : Rafael Raposo da Câmara Auler (8000/AM)

0614197-48.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : NILTON CESÁR DA SILVA GADELHA
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrido : Bradesco Seguros S/A
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

0614219-09.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Erick Martins Lobato
Advogada : Pauline Chixaro Voss (6648/AM)
Recorrido : Serasa S.a
Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO)
Advogado : Edson Antônio Sousa Pinto (4643/RO)

0614224-31.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Eldany Andrade de Souza
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

0614257-40.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)
Recorrido : Antonio Adamor Souza Costa
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)

0614305-14.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Shirlei Regina Vilar da Costa Pineiro
Advogado : Luiz Cláudio de Melo Frota (11291/AM)
Advogada : Marianna Lira da Rocha (11244/AM)
Recorrida : Franciluce da Silva Lima
Advogada : Ana Carolina Bezerra de Freitas (7698/AM)

0614642-03.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Jonathas Bianor Brasil Maciel
Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)
Recorrido : ODONTOPREV S.A
Advogado : Karla Freixo Braga (3775/AM)
Advogado : Victoria Dutra Alencar Arantes (10316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

0614821-34.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Mirza Carla Normando Pereria
Advogado : Ana Paula Batista Garcia (8032/AM)
Recorrido : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

0616096-81.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A
Recorrida : Irene dos Santos Pedrosa do Carmo
Advogada : Antonia Tavares Correa Gonçalves (4244/AM)

0616448-10.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Empresa de Jornais Calderaro Ltda
Advogado : Carlos José Veiga Crespo (5177/AM)
Advogado : Walter Siqueira Brito (4186/AM)
Recorrido : Ivanildo Rodrigues do Nascimento
Advogado : Fábio Renam de Mello Freitas (2298/AM)

0616734-17.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Recorrido : Marllon Sousa

0617634-97.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Requerente : Romilson Abel Magno
Advogado : Hericson de Almeida Madureira (6322/AM)
Requerido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

0617942-36.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : José Roniery Trindade Miranda
Advogado : Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM)
Advogado : Leandro Kazuyuki Takahashi
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)

0618586-76.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Sonia Maria de Freitas Gaspar
Advogado : Juliana Souza do Vale (13451/AM)
Recorrido : Claro S/A
Advogado : André Phillipe Brito Garganta (10870/AM)
Advogado : Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE)
Advogada : Lilian Karen de Souza (167344/MG)
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Advogado : Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (8766/AM)

0618693-23.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Requerente : Silma Helena de Lima da Conceição
Advogado : Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM)
Advogado : Gustavo da Silva Grillo (7883/AM)
Requerido : Tim Celular S/A
Advogada : Christianne Gomes da Rocha (18305/PB)

0618745-53.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Recorrido : Raimundo José Barbosa Pereira
Advogado : Edmilson Lucena dos Santos Júnior (6030/AM)

0618969-88.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Maria Gonçalves Sodré
Advogado : Ricardo Leite Menezes (10110/AM)
Recorrente : Abinadabe Ferreira Sodré
Advogado : Ricardo Leite Menezes (10110/AM)
Recorrido : Adamilton Sena dos Santos
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogada : Lígia de Souza Frias (A1074/AM)

0619069-09.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)
Advogado : Fábio Nogueira Corrêa (5674/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Recorrida : Maria Celeste Batista de Souza
Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)

0619134-38.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Safra de Investimentos S.A. (Manaus)
Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO)
Advogado : Edson Antônio Sousa Pinto (4643/RO)
Recorrida : Michaela Nascimento de Freitas
Advogada : Alessandra Amazonas da Cunha (5780/AM)

0619169-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)
Recorrida : Maria Auxiliadora da Rocha Jaime
Advogado : Denys Falabelo Jaime (8235/AM)

0619195-59.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Requerente : Adson Cleyton Freitas Feitosa
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Requerido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

0619514-27.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Requerente : Adson Cleyton Freitas Feitosa
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Requerido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)

0619595-18.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Wenderson Lopes de Azevedo
Advogado : Rogério Pena Bento da Silva (9960/AM)
Recorrido : Governador do Estado do Amazonas
Procuradora : Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM)
Procurador : Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO)

0619931-77.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrido : Eniese Lopes Junior
Advogada : Zenize Ribeiro Tamer (5489/AM)
Advogada : Karina Tatiana da Câmara Elias (5420/AM)

0620392-83.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Mercado Livre.com Atividades de Internet Ltda
Advogado : Eduardo Chalfin (A1140/AM)
Recorrido : Q.basar Importadora
Recorrido : Anderson Junqueira Guminiak
Advogado : Daniel de Lima Cavalcante (9070/AM)

0620561-70.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Uninorte - Centro Universitário do Norte
Advogado : Marcus Pires (214737/SP)
Advogado : Roberto Trigueiro Fontes (692/AM)
Recorrida : Jéssika Kellen da Silva Teixeira
Defensor P : Everton Sarraff Nascimento (6538/AM)

0620670-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Anderson de Brito Honorato
Advogado : Letícia Dias Ponce de Leão (9099/AM)
Recorrido : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)

0622043-53.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Claro S/A
Advogado : Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (8766/AM)

Advogado : Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM)
Advogada : Lilian Karen de Souza (167344/MG)
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Advogado : Laryssa Araujo Muller (13197/AM)
Recorrida : Raquel Coupe de Oliveira
Advogado : Anna Caroline Pantoja (12111/AM)

0622176-95.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Sandra Maria Profiro Macedo
Advogado : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)
Recorrido : Omini S/A, Financiamento e Investimento
Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (38699/DF)

0622736-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : José Teixeira Mascarin
Defensor P : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Caio Cesar Fernandes da Cruz (154217/MG)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

0623879-61.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Capital Rossi Empreendimentos S/A
Advogado : Gustavo Clemente Vilela (220907/SP)
Recorrida : Maria Stela de Morais Machado
Advogada : Tatiana Soares Aguiar (9875/AM)
Recorrido : André Vinícius de Paula e Paula
Advogada : Tatiana Soares Aguiar (9875/AM)

0624441-36.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Recorrente : Bruce Lee Roqueth Pereira Souza
Advogado : Sidney José Vieira de Souza (5798/AM)
Advogada : Samia Brena Furtado Monteiro (11988/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

0625453-85.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrido : João Jorge Nogueira Pires
Advogado : Mário Alberto da Fonseca Monteiro Junior (1431/AM)

0626392-44.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Requerente : Josiene Simoes Pinto
Defensoria : Fernando Figueiredo Prestes
Requerido : Governador do Estado do Amazonas
Procurador : Alberto Bezerra de Melo (2015/AM)

0628083-17.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Recorrente : Maria da Gloria Nogueira Garcia
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.

0634189-71.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Requerente : Francisney Augusto da Silva
Advogado : Johan da Costa Araujo (12234/AM)
Advogado : Otavio Araujo Neto (10189/AM)
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Tarciano Correa Lisboa
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Ronilson Nascimento de Freitas
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Marcio de Magalhães Brasil
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Maico Bezerra de Oliveira
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Marcelo de Souza Miranda
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Juciane Pereira de Oliveira
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Giselly Lopes Passos
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Vanessa Tayanne Moreira Brito
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Fábio Rafael Cunha de Freitas
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Fabio Lima de Souza
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Debora Dalara do Nascimento Pinheiro
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Dilsoney Marques Dutra
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : André da Silva Soares
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Anderson Josias de Abreu Pereira
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Afranyo Crispim de Oliveira
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Adriano Rodrigues Pereira
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Adair de Souza Rebelo
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Recorrente : Robson Ramos de Siqueira
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerente : Thiago de Souza e Souza
Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM)
Requerido : Governador do Estado do Amazonas

0634983-92.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques
Recorrente : Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ
Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Procuradora : Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (2342/AM)
Recorrida : Damiana Mariano Sarmento
Advogado : Raphael Quintiliano Pazuello (8881/AM)

0645527-42.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado. Relator: Francisco Soares de Souza
Recorrente : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Advogado : Fabio Martins Ribeiro (A449/AM)
Recorrida : Beatriz de Araujo Lima
Advogado : Emmanuel Michel Harraquian Filho (3342/AM)

4000243-24.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira
Impetrante : PAULO CEZAR XAVIER DE SOUZA
Advogado : Willian dos Santos Silva (10232/AM)
Impetrado : JUIZ DE DIREITO DO 1º JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE ITACOATIARA
LitsPassiv : Banco Agiplan S/A

Secretaria do(a) 1ª Turma Recursal, em Manaus, 11 de março de 2019.

1ª Turma Recursal
DESPACHO DE RELATORES

1ª Turma Recursal

0000589-03.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado. Recorrente: Mislene Almeida de Souza. Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM). Recorrido: Banco Bmg S/A. Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142AC/E). Recorrente: Banco Bmg S/A. Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142AC/E). Recorrido: Mislene Almeida de Souza. Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM). Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) e Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM), Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) e Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM), advogado(a) de Banco Bmg S/A e Mislene Almeida de Souza, Banco Bmg S/A e Mislene Almeida de Souza intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000589-03.2017.8.04.4401. Manaus, 11 de março de 2019.

0603195-20.2014.8.04.0016 - Apelação Criminal. Apelante: Marcus Vinicius Bergo Coelho. Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Marcus Vinicius Bergo Coelho (138958/MG), advogado(a) de Todas as Partes Passivas Não informado, Marcus Vinicius Bergo Coelho intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Apelação nº 0603195-20.2014.8.04.0016. Manaus, 11 de março de 2019.

0603545-66.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Recorrente: Conceiçãso Fernades Lisboa. Advogado: Benjamin do Couto Ramos Neto (OAB: 8483/AM). Recorrido: Direcional Engenharia S/A. Soc. Advogados: Ana Paula da Silva Bezerra (OAB: 5797/AM). Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM). Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Ana Paula da Silva Bezerra (5797/AM) e Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM), Benjamin do Couto Ramos Neto (8483/AM), advogado(a) de Direcional Engenharia S/A, Conceiçãso Fernades Lisboa intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0603545-66.2017.8.04.0092. Manaus, 11 de março de 2019.

0604869-31.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Recorrente: Izaias do Nascimento Martins. Recorrido: SKY Brasil Serviços Ldta. Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Diego José Albino Souza (11438/AM), advogado(a) de SKY Brasil Serviços Ldta, Izaias do Nascimento Martins intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0604869-31.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de março de 2019.

0604900-51.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Recorrente: Vivo S/A. Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO). Recorrido: Edson de Souza Barroso. Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Maria Aidê Martins Monteconrado (6006/AM), Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO), advogado(a) de Edson de Souza Barroso, Vivo S/A intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0604900-51.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de março de 2019.

0606479-82.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Recorrente: Claudio Moris Dias. Advogado: Luis Alberto dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM). Recorrido: Banco Bradesco S.a.. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM). Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM), Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM), advogado(a) de Banco Bradesco S.a., Claudio Moris Dias intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0606479-82.2018.8.04.0020. Manaus, 11 de março de 2019.

0607152-24.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado. Recorrente: Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A. Recorrido: Fernando de Souza Gonçalves. Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Pablo de Paula Lima (9482/AM), Rodrigo Dias de Almeida (2518/AM), advogado(a) de Fernando de Souza Gonçalves, Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0607152-24.2016.8.04.0092. Manaus, 11 de março de 2019.

Total de feitos: 7

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0601811-39.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: JACIREMA CORREA DE VASCONCELOS - Recorrido: Águas do Amazonas S.A. - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Rosquild Azêdo Omena (A605/AM), José Alberto Maciel Dantas (3311/AM) , advogado de JACIREMA CORREA DE VASCONCELOS, Águas do Amazonas S.A., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0601811-39.2016.8.04.0020 , interposto JACIREMA CORREA DE VASCONCELOS. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Rosquild Azêdo Omena (OAB: A605/AM) - José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604313-97.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: REDE AMAZÔNICA DE RÁDIO E TELEVISÃO - Recorrida: Andrea Jane Silva de Medediros - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Afonso Negreiros da Silva (2035/AM), Afonso Negreiros da Silva (2035/AM), Claudenise Dias Almeida (4245/AM), Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (5211/AM) e Luziane de Figueiredo Simao Leal (8044/AM), Caio Tasso Gama Sampaio Callado (8208/AM) , advogado de REDE AMAZÔNICA DE RÁDIO E TELEVISÃO, Andrea Jane Silva de Medediros, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0604313-97.2015.8.04.0015 , interposto REDE AMAZÔNICA DE RÁDIO E TELEVISÃO. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Afonso Negreiros da Silva (OAB: 2035/AM) - Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB: 8044/AM) - Claudenise Dias Almeida (OAB: 4245/AM) - Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB: 5211/AM) - Caio Tasso Gama Sampaio Callado (OAB: 8208/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606254-14.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Socorro Iris de Souza - Recorrido: Banco Bradesco S.a. - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Marcela da Silva Paulo (10325/AM) e Marcela Paulo Sociedade Individual de

Advocacia (10325/AM), Karina de Almeida Batisttuci (685/AM) e Karina de Almeida Batistuci (9558/AL) , advogado de Socorro Iris de Souza, Banco Bradesco S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0606254-14.2017.8.04.0015 , interposto Socorro Iris de Souza. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM) - Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM) - Karina de Almeida Batisttuci (OAB: 685/AM) - Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607072-68.2014.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: SANTA BEATRIZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA SPE (CAPITAL ROSSI) - Recorrido: DANIEL PEREIRA CAMINHA - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP), Alessandra de Oliveira Netto (5176/AM) , advogado de SANTA BEATRIZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA SPE (CAPITAL ROSSI), DANIEL PEREIRA CAMINHA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0607072-68.2014.8.04.0015 , interposto SANTA BEATRIZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA SPE (CAPITAL ROSSI). Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Nelson Willians F. Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611077-31.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Andre Farias Ribas - Recorrido: Santa Sofia Empreendimentos Imobiliários Ltda - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Natasha Chaves Akel Hauache (9505/AM), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Andre Farias Ribas, Santa Sofia Empreendimentos Imobiliários Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0611077-31.2017.8.04.0015 , interposto Andre Farias Ribas. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Natasha Chaves Akel Hauache (OAB: 9505/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614249-78.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Banco do Brasil S/A - Recorrido: Euler da Silva Amaral - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM), Renato de Souza Pinto (8794/AM) , advogado de Banco do Brasil S/A, Euler da Silva Amaral, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0614249-78.2017.8.04.0015 , interposto Banco do Brasil S/A. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM) - José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0615774-32.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Banco Safra S.A. - Recorrido: Mário Oliveira Robustelli - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO), Francesco Robustelli Neto (8268/AM) , advogado de Banco Safra S.A., Mário Oliveira Robustelli, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado nº 0615774-32.2016.8.04.0015 , interposto Banco Safra S.A.. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO) - Francesco Robustelli Neto (OAB: 8268/AM) - Fórum Mário Verçosa

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000033-17.2016.8.04.4601 - Recurso Inominado - Iranduba - Apelado: THIAGO CECÍLIO DE ALCÂNTARA - Apelante: CONSTRÓI IMOBILIÁRIA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (10616/AM), Ikaro Pereira Amore (6350/AM) e Paula Miranda da Cunha (159369/MG), advogado(a) de THIAGO CECÍLIO DE ALCÂNTARA, CONSTRÓI IMOBILIÁRIA intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000033-17.2016.8.04.4601. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (OAB: 10616/AM) - Ikaro Pereira Amore (OAB: 6350/AM) - Paula Miranda da Cunha (OAB: 159369/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0201026-60.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Recorrido: GILCIANE VIANA GAMA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM), Alan de Oliveira Silva (208322/SP) e Luciano da Silva Buratto (179235/SP), advogado(a) de GILCIANE VIANA GAMA, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0201026-60.2016.8.04.0015. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Luis Alberto dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0203770-91.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Excipiente: Marcus Vinicius Bergo Coelho - Excepto: Felix Morais de Mendonça - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) João Antônio S. Tolentino (2300/AM), Marcus Vinicius Bergo Coelho (138958/MG), advogado(a) de Felix Morais de Mendonça, Marcus Vinicius Bergo Coelho intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0203770-91.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB: 138958/MG) - João Antônio S. Tolentino (OAB: 2300/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0204044-74.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Hapvida Assistencia Medica Ltda - Recorrida: Suzi Machado de Vasconcelos - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Silvana Maria Martins da Costa (5644/AM), Ana Clara Soares Ladeira (7289/AM), advogado(a) de Suzi Machado de Vasconcelos, Hapvida Assistencia Medica Ltda intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0204044-74.2016.8.04.0020. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Ana Clara Soares Ladeira (OAB: 7289/AM) - Silvana Maria Martins da Costa (OAB: 5644/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601926-72.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: Pneu Forte Ltda. - Recorrente: Cliniaudio Serviços Médicos & Empreendimentos Ltda. - Recorrido: Antonio Carlos Nunes da Fonseca - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Carmem Valérya Romero Salvioni (6328/AM), Carmem Valérya Romero Salvioni (6328/AM), Luiz Fernando Mafra Negreiros, Ricardo da Cunha Costa (5737/AM) e Tatiane Medina Oliveira (E1388/AM), advogado(a) de Antonio Carlos Nunes da Fonseca, Cliniaudio Serviços Médicos Empreendimentos Ltda. e Pneu Forte Ltda. intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0601926-72.2016.8.04.0016. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Ricardo da Cunha Costa (OAB: 5737/AM) - Luiz Fernando Mafra Negreiros - Tatiane Medina Oliveira (OAB: E1388/AM) - Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB: 6328/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602292-43.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: SUMAÚMA PARK SHOPPING - Recorrida: Rebecca Menezes Passos de Lima - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Jamilson dos Santos Mascarenhas (11065/AM), Humberto Rossetti Portela (91263/MG), advogado(a) de Rebecca Menezes Passos de

Lima, SUMAÚMA PARK SHOPPING intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0602292-43.2017.8.04.0092. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG) - Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB: 11065/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612904-48.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado - Manaus - Recorrente: MARCIO ANDRE FILGUEIRA DIAS - Recorrido: Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) André Gonçalves de Arruda (200777/SP) e Daniel Fábio Jacob Nogueira (3136/AM), Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), advogado(a) de Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda, MARCIO ANDRE FILGUEIRA DIAS intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0612904-48.2015.8.04.0015. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB: 3136/AM) - André Gonçalves de Arruda (OAB: 200777/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000452-90.2018.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE - Agravado: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Luciana Araújo Paes (4678/AM), advogado(a) de DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS, Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000452-90.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Luciana Araújo Paes (OAB: 4678/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000524-77.2018.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: PAULA FRANCINETTI SEABRA DA SILVA - Agravado: Crefisa S/A - Credito, Financiamento e Investimento - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Marina Rezende Lopes (12153/AM), advogado(a) de Crefisa S/A - Credito, Financiamento e Investimento, PAULA FRANCINETTI SEABRA DA SILVA intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000524-77.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de março de 2019. - Advs: Marina Rezende Lopes (OAB: 12153/AM) - Fórum Mário Verçosa

2ª Turma Recursal
DESPACHO DE RELATORES

2ª Turma Recursal

0000007-27.2013.8.04.7801 - Recurso Inominado. Recorrente: ALZANIRA MONTEIRO DA SILVA. Advogado: Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB: 7966/AM). Recorrido: Banco Industria do Brasil do Brasil _ BIB. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 2694/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Wilson Sales Belchior (2694/AM), Fábio Antônio de Souza Segundo (7966/AM), advogado(a) de Banco Industria do Brasil do Brasil _ BIB, ALZANIRA MONTEIRO DA SILVA intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000007-27.2013.8.04.7801. Manaus, 11 de março de 2019.

0000067-49.2016.8.04.7201 - Recurso Inominado. Recorrente: MARIA DE JESUS NOGUEIRA DOS SANTOS. Advogado: Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM). Recorrido: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Karina de Almeida Batistucii (OAB: 685/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Karina de Almeida Batistucii (685/AM), Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM), advogado(a) de BANCO BRADESCO S/A, MARIA DE JESUS NOGUEIRA DOS SANTOS intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000067-49.2016.8.04.7201. Manaus, 11 de março de 2019.

0000068-34.2016.8.04.7201 - Recurso Inominado. Recorrente: MARIA DOMINGAS GRAÇA DOS SANTOS. Advogado: Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM). Recorrido: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Karina de Almeida Batisttuci (OAB: 685/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Karina de Almeida Batisttuci (685/AM), Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM), advogado(a) de BANCO BRADESCO S/A, MARIA DOMINGAS GRAÇA DOS SANTOS intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000068-34.2016.8.04.7201. Manaus, 11 de março de 2019.

0000081-68.2017.8.04.3201 - Recurso Inominado. Recorrente: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887A/AM). Recorrido: ALCIVAN MAR BRANDÃO. Advogado: Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM), Mauro Paulo Galera Mari (887A/AM), advogado(a) de ALCIVAN MAR BRANDÃO, BANCO BRADESCO S/A intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000081-68.2017.8.04.3201. Manaus, 11 de março de 2019.

0000118-40.2013.8.04.3200 - Recurso Inominado. Recorrente: Banco Bradesco S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM). Recorrida: FRANCISCA LIMA PEIXOTO. Advogado: Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6885/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (6885/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), advogado(a) de FRANCISCA LIMA PEIXOTO, Banco Bradesco S/A intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000118-40.2013.8.04.3200. Manaus, 11 de março de 2019.

0000267-53.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado. Recorrente: RAIMUNDA EVARISTO FONSECA DA SILVA. Advogado: Célio Eduardo Machado (OAB: 51506/MG). Recorrido: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Célio Eduardo Machado (51506/MG), advogado(a) de BANCO BRADESCO S/A, RAIMUNDA EVARISTO FONSECA DA SILVA intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000267-53.2018.8.04.5401. Manaus, 11 de março de 2019.

0000285-56.2017.8.04.4901 - Recurso Inominado. Recorrente: MARIA MARGARETE DE OLIVEIRA. Advogado: Ewerton de Alencar Correia (OAB: 8460/AM). Recorrido: BANCO

BRADESCO S/A. Advogado: Thales Silvestre Junior (OAB: 2406/AM). Advogado: Marcondes F. Luniere Júnior (OAB: 2987/AM). Recorrente: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM). Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Recorrida: MARIA MARGARETE DE OLIVEIRA. Advogado: Ewerton de Alencar Correia (OAB: 8460/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Ewerton de Alencar Correia (8460/AM), Marcondes F. Luniere Júnior (2987/AM) e Thales Silvestre Junior (2406/AM), Ewerton de Alencar Correia (8460/AM), Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM), advogado(a) de BANCO BRADESCO S/A e MARIA MARGARETE DE OLIVEIRA, BANCO BRADESCO S/A e MARIA MARGARETE DE OLIVEIRA intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000285-56.2017.8.04.4901. Manaus, 11 de março de 2019.

0000981-40.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado. Recorrente: IVANETE COLARES DOS SANTOS. Advogado: Henrrique Eloi Barbosa (OAB: 7528/AM). Recorrido: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), Henrrique Eloi Barbosa (7528/AM), advogado(a) de BANCO BRADESCO S/A, IVANETE COLARES DOS SANTOS intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0000981-40.2017.8.04.4401. Manaus, 11 de março de 2019.

0001064-29.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado. Recorrente: NIDIA FEITOSA MORAIS. Advogado: Vanderlene Soares Barroso (OAB: 10599/AM). Recorrido: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM), Vanderlene Soares Barroso (10599/AM), advogado(a) de BANCO BRADESCO S/A, NIDIA FEITOSA MORAIS intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0001064-29.2018.8.04.5401. Manaus, 11 de março de 2019.

0002382-51.2017.8.04.2501 - Recurso Inominado. Recorrente: Banco Bradesco S/A. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Recorrida: ROQUILANE ALEXANDRE PARENTE. Advogado: Raisa de Azevedo Siqueira (OAB: 10781/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Raisa de Azevedo Siqueira (10781/AM), Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), advogado(a) de ROQUILANE ALEXANDRE PARENTE, Banco Bradesco S/A intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0002382-51.2017.8.04.2501. Manaus, 11 de março de 2019.

0002428-40.2017.8.04.2501 - Recurso Inominado. Recorrente: ELOIZA MORAES DE LIMA. Advogado: Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM). Recorrido: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Recorrente: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Recorrido: ELOIZA MORAES DE LIMA. Advogado: Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), advogado(a) de BANCO BRADESCO S/A e ELOIZA MORAES DE LIMA, BANCO BRADESCO S/A e ELOIZA MORAES DE LIMA intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0002428-40.2017.8.04.2501. Manaus, 11 de março de 2019.

0002437-02.2017.8.04.2501 - Recurso Inominado. Recorrente: BANCO BRADESCO S. A.. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Recorrente: JOSE ELMAR CAXIAS DA SILVA. Advogado: Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM). Recorrido: JOSE ELMAR CAXIAS DA SILVA. Recorrido: BANCO BRADESCO S. A.. Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), advogado(a) de BANCO BRADESCO S. A. e JOSE ELMAR CAXIAS DA SILVA, BANCO BRADESCO S. A. e JOSE ELMAR CAXIAS DA SILVA intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0002437-02.2017.8.04.2501. Manaus, 11 de março de 2019.

0002476-96.2017.8.04.2501 - Recurso Inominado. Recorrente: MILTON CARMONA MAIA DOS SANTOS JÚNIOR. Advogado: Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM). Recorrido: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Recorrente: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM). Recorrido: MILTON CARMONA MAIA DOS SANTOS JÚNIOR. Advogado: Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), advogado(a) de BANCO BRADESCO S/A e MILTON CARMONA MAIA DOS SANTOS JÚNIOR, BANCO BRADESCO S/A e MILTON CARMONA MAIA DOS SANTOS JÚNIOR intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0002476-96.2017.8.04.2501. Manaus, 11 de março de 2019.

0600143-62.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado. Recorrente: Ronilda de Vasconcelos Sena. Advogada: Dina Flavia Freitas da Silva (OAB: 8182/AM). Recorrido: Banco Bmg S/A. Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142AC/E). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E), Dina Flavia Freitas da Silva (8182/AM), advogado(a) de Banco Bmg S/A, Ronilda de Vasconcelos Sena intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0600143-62.2018.8.04.0020. Manaus, 11 de março de 2019.

0604250-64.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Recorrente: Marco Antonio Reis de Souza. Soc. Advogados: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM). Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM). Advogada: Mayra Rejane Moreira Mendonça (OAB: 12108/AM). Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM). Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Wilson Sales Belchior (1037A/AM) e Wilson Sales Belchior (17314/CE), Marcela da Silva Paulo (10325/AM), Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM) e Mayra Rejane Moreira Mendonça (12108/AM), advogado(a) de Banco Industrial do Brasil S/A, Marco Antonio

Reis de Souza intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0604250-64.2017.8.04.0092. Manaus, 11 de março de 2019.

0604518-21.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado. Recorrente: Hedrey Matos da Costa. Advogado: Antonio Jarlison Pires da Silva (OAB: 12261/AM). Recorrido: Banco Santander S.a.. Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Marco André Honda Flores (6171/MS), Antonio Jarlison Pires da Silva (12261/AM), advogado(a) de Banco Santander S.a., Hedrey Matos da Costa intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0604518-21.2017.8.04.0092. Manaus, 11 de março de 2019.

0604538-49.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado. Recorrente: Ruth Maria do Socorro Dias Rebouças. Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM). Recorrido: Banco Bradesco S.a.. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM). Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) e Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM), Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM), advogado(a) de Banco Bradesco S.a., Ruth Maria do Socorro Dias Rebouças intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0604538-49.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de março de 2019.

0605037-18.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado. Recorrente: Davi Correa da Silva. Advogada: Kênia Bastos Andrade (OAB: 4037/AM). Recorrido: Banco Bmg S/A. Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB: 63440/MG). Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM). Advogada: Kênia Bastos Andrade (OAB: 4037/AM). Advogada: Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Flávia Almeida Moura Di Latella (109730/MG), Kênia Bastos Andrade (4037/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Marcelo Tostes de Castro Maia (63440/MG), Kênia Bastos Andrade (4037/AM), advogado(a) de Banco Bmg S/A, Davi Correa da Silva intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0605037-18.2017.8.04.0020. Manaus, 11 de março de 2019.

0613033-48.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado. Recorrente: Lucimir Gomes Medeiros. Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM). Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM). Recorrido: Banco Bmg S/A. Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142AC/E). Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E) e Giacomo Dinelly Lima (9753/AM), Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), advogado(a) de Banco Bmg S/A, Lucimir Gomes Medeiros intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado nº 0613033-48.2018.8.04.0015. Manaus, 11 de março de 2019.

4000520-40.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança (Cível). Impetrante: Itavida Clube de Seguros. Advogado: Bruno Silva Matos (OAB: 99106/MG). Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL FÁBIO CESAR OLINTHO DE SOUZA,. LitsPassiv: ROBERTO RAMOS DE FREITAS. Soc. Advogados: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM), Bruno Silva Matos (99106/MG), advogado(a) de JUIZ DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL FÁBIO CESAR OLINTHO DE SOUZA, e ROBERTO RAMOS DE FREITAS, Itavida Clube de Seguros intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança nº 4000520-40.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de março de 2019.

Total de feitos: 20

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: FELIPE BARBOSA AZEVEDO (OAB 9785/AM) - Processo 0203646-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Terrestre - REQUERENTE: Antonio Silva dos Santos - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante da presença do autor perante este Diretor de Secretaria pugnando para que seja estabelecida uma data para os pagamentos, pois até o momento não sabe quando poderá receber o valor da condenação a título de danos morais, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte executada para efetuar ao pagamento da primeira parcela no prazo de 05 dias, devendo as demais parcelas serem depositadas todo dia 15 de cada mês, uma vez que já houve homologação do acordo firmado contendo o pagamento em sete parcelas.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0605449-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Rosimeire de Araújo Velnecker - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A e outro - De ordem da MMª Juíza de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 12/04/2019 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0607231-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Munique da Silva Justino Marques - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente, sob pena de penhora on-line.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM) - Processo 0611350-73.2018.8.04.0015 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Mauro Aires Rocha - REQUERIDO: Triangulo Administração e Participações

Ltda - Sandra Souza do Nascimento - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes litigantes, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, encaminhar os autos para a fila CONCLUSOS PARA SENTENÇA, pelo que, via de consequência, o processo foi retirado de pauta.

Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Felipe Barbosa Azevedo (OAB 9785/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO RICARDO RAPOSO DA CÂMARA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: ANNA CAROLINE PANTOJA PEREIRA DOS SANTOS (OAB 12111/AM) - Processo 0201685-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Francisco Alves Bezerra - REQUERIDO: J. Souza/Comercial Oliveira - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte embargada para apresentar as contrarrazões dos embargos opostos às folhas 68/71 no prazo de 5 dias. Após, irão os autos conclusos para sentença de embargos.

ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM) - Processo 0202505-54.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Suzete Alves Venâncio - De ordem da Exma. Dra.Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte embargada para apresentar as contrarrazões dos embargos opostos às folhas 137/140 no prazo de 15 dias. Após, irão os autos conclusos para sentença.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0600055-73.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Civilcorp - Incorporações Ltda e outros - De ordem da Exm.º Sr. Dr. Juíza de Direito, Dinah Câmara Fernandes de Souza, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fl. 204.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0600702-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Dinah Câmara Fernandes de Souza ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0602765-71.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: D. QUEIROZ DA SILVA ME - REQUERIDO: A RIBEIRO ME (ENZO AMBIENTES PLANEJADOS) - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Dinah Câmara Fernandes de Souza ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: JOÃO GOMES VILELA JÚNIOR (OAB 4443/AM) - Processo 0603351-37.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: INFINITI INFORMÁTICA - De ordem da Exm.º Sr. Dr. Juíza de Direito, Dinah Câmara Fernandes de Souza, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 79/80.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0603392-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes às fls. 25/27 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0604027-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Devan Carlos Araújo de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 15/07/2019 às 09:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0604827-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDA: Franciane Santos de Araújo - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0605168-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Madalena Andrade Gonçalves - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) de proteção ao crédito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 24/07/2019 às 10:30h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0605198-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Terezinha Neves da Silva Printes - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC e da SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 25/07/2019 às 08:30h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0605264-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Fernando Sttephano Vieira da Silva - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 25/07/2019 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: THOMAS BENES FELSBERG (OAB 19383/SP), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM) - Processo 0609904-40.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANDRÉ LUIZ ALBUQUERQUE LIMA - REQUERIDO: AMERICAN AIRLINES - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Dinah Câmara Fernandes de Souza ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM) - Processo 0612089-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Daniely Moraes Correa - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Dinah Câmara Fernandes de Souza ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0614286-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mariluce Lima de Almeida - De ordem da Exma. Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito, respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante dos embargos de declaração, vem esta secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM) - Processo 0615147-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rebecca Beatriz Marinho Figueira - REQUERIDO: Air France/klm S.a - De ordem da Exma. Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito, respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante dos embargos de declaração, vem esta secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões.

ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM) - Processo 0616036-79.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Manoel Kawamura Felipe - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Dinah Câmara Fernandes de Souza ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar manifestar-se acerca da penhora de fls. 129/131.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0617790-22.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Gran Vista Ponta Negra - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Dinah Câmara Fernandes de Souza ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0620574-69.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Bosque Resid. Kopenhagen - De ordem da Exm.º Sr. Dr. Juíza de Direito, Dinah Câmara Fernandes de Souza, e diante da certidão do oficial de justiça (fl. 76), vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para se manifestar com o que entender de direito.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0621444-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edianave Mendonça Lima - REQUERIDO: Pelmex da Amazonia Ltda e outro - De ordem da Exma. Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito, respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante dos embargos de declaração, vem esta secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões.

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Anna Caroline Pantoja Pereira dos Santos (OAB 12111/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
João Gomes Vilela Júnior (OAB 4443/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Thomas Benes Felsberg (OAB 19383/SP)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA SILVA SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2019

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0200072-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: BENY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - DURATEX S/A.- Deca - Louças e metais para banheiro, cozinhas e área de serviço - Intimo v.sa. a interpor embargos à execução, no prazo de 15(quinze) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de transferência do valor penhorado, em favor do exequente.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0205836-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 30/05/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0205937-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: NILDO RAMOS DE SOUZA - “Diante da insuficiência de saldo

do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0600663-39.2015.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Itau Unibanco S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM) - Processo 0602231-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Ideal Torquato - De ordem, fica designado o dia 07/06/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM) - Processo 0602793-68.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Renato dos Santos Silva - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0603024-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: F S de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 10/06/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0603342-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Osvaldo Pereira Remígio - De ordem, fica designado o dia 10/06/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM) - Processo 0603361-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: E.C.O.S. - De ordem, fica designado o dia 12/06/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0603795-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rejane Moreno Martiniano - De ordem, fica designado o dia 11/06/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0605386-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Damião de Souza Sampaio - De ordem, fica designado o dia 01/07/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0605388-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Damião de Souza Sampaio - De ordem, fica designado o dia 01/07/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0605389-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Damião de Souza Sampaio - De ordem, fica designado o dia 01/07/2019 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0605412-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: V.S.Q. - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: contracheques do período de novembro de 2016, até a presente data.

ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0605425-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Karen Beatriz Beckman Mesquita - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0605476-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Caio Jose Macedo Ramalho - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: RG e CPF do autor; comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0610651-24.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A (VIVO S.A) - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0615131-40.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Vivo S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615511-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0620255-04.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0621495-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo V.Sa para o pagamento do Saldo remanescente sob pena de prosseguimento de execução.

ADV: HELADIO DE SOUZA GOMES (OAB 11163/AM) - Processo 0622781-41.2017.8.04.0015 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: S. L. dos Santos - Epp - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, bens penhoráveis."

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0627261-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Pereira Chaves - De ordem, fica designado o dia 12/06/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0629521-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Bernadete Oliveira da Silva - De ordem, fica designado o dia 11/06/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Heladio de Souza Gomes (OAB 11163/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA SILVA SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0041/2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0205534-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: DENY AZRAK DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0205564-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0600294-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ediney Soares de Azevedo - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0600346-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Taíssa da Cruz Jezini - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM) - Processo 0600752-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudio Cardoso Palheta - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0601038-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Dagmar Mendonça de Lyra - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ALEXANDRE VIRGILIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM) - Processo 0601089-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo Leite Gome - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARIA CRISTTIANE DOS REIS SOUSA (OAB 12319/AM) - Processo 0601237-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Angela Maria dos Reis Sousa - REQUERIDO: Banco CSF S/A (Banco Carrefour S/A) - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601399-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Juracema S de Oliveira - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLA ERICA ROSA DE ARAÚJO BEZERRA LEITE (OAB 12671/AM) - Processo 0601422-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Rebecca Souza Mubarac Cavalclanti - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM) - Processo 0601747-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil do Empregador - REQUERENTE: S.S.F. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM) - Processo 0601747-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil do Empregador - REQUERENTE: S.S.F. - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0601797-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luene Rebeca Fernandes da Cunha - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: CRISTIANE AURÉLIA BARBOSA LIMA (OAB 4357/AM) - Processo 0602634-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sílvia Carla Ribeiro Catunda - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM) - Processo 0602681-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mário Carlos da Silva Pierre Me - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0602790-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jakes Camara da Costa - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603130-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Aristides Arihuela de Lá Lastra - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM) - Processo 0603531-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Anselmo Lima de Matos Filho - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0603613-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tony Bentes Desideri - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0604404-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Josenildo Pereira do Carmo - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0605045-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: C.P.P. - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0605351-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Ari Jorge Moutinho da Costa Neto - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0609054-15.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Passaredo - Verifico que a Secretaria não obteve êxito em citar a parte Executada no endereço indicado na petição inicial. Assim, intime-se a parte Exequente para indicar novo endereço para citação da parte Executada no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do feito. Sendo apresentado o novo endereço, cite-se a parte Executada no endereço indicado, na forma do despacho de fls. 64. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620235-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Sebastiao Maciel de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM) - Processo 0621295-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Evanildes Progênio da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência,

acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0621433-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ociney Almeida dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0621980-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Dorothy Ívila de Melo Pereira - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0622094-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andre da Silva Santos - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: EDIANA TORRES PAULO (OAB 12610/AM) - Processo 0622161-29.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renata Juliani Tinoco - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM) - Processo 0622210-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Mario Silva Barreiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0622411-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Hilario Neto dos Santos - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: RODOLPHO PANDOLFI DAMICO (OAB 16789/ES) - Processo 0622422-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Ana Paula Camilo Moreira Petrosino - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0622529-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Tatiana Brazao Angelino - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de

direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDY KARLA DIAS CONCEIÇÃO (OAB 10008/AM) - Processo 0622723-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Galben Gabriel Lacerda de Sousa - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0623858-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: A Martins de Vasconcelos Junior Informática Me - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0623870-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Fernanda Fernandes de Carvalho Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: REBECCA DE MOURA FERNANDES (OAB 10446/AM) - Processo 0623924-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aline Guerreiro Neves - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623970-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alessandro Ferreira Rebouças - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADAM SMITH RIBEIRO DA SILVA (OAB 10925/AM) - Processo 0624254-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sidney Ricardo Carvalho da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE SOUZA FILHO (OAB 8123/AM) - Processo 0624662-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Antônio de Souza Filho - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0625394-97.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valdenizio Paes Morais - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625462-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Jesus Silva Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida

audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0625694-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Ronaldo Jose Macedo Pereira - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625784-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elen Rose de Oliveira Pinto Muniz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625852-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato - Franklin Oliveira Barbirato - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0625926-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Nascimento da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0625972-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Mirtes Ferreira Gonçalves - REQUERIDO: Loja Riachuelo S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0625974-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Marcelo Felipe de Oliveira Ramos - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0626020-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrelina Cota Waughon - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0626021-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cassia Camila de Oliveira Araujo - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0626050-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Lilian Conegundes Moura - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM) - Processo 0626063-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Fabiana Caroline Silva - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0626092-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Leonardo Albuquerque Vieira - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MELK LEVI DA SILVA PEREIRA (OAB 12046/AM) - Processo 0626105-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Melk Levi da Silva Pereira - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0626218-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucas Sá Castro dos Anjos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se

e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0626425-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Juçara dos Santos da Silva - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM) - Processo 0626466-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Graciela Marleny Rivera Chavez - Andrea Graciela Garcia Rivera - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMOEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0626494-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Elielze de Cassia do Carmo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0626576-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valdemira Bitencourt de Moraes - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0626598-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: A N A Araujo - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0626611-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Victor Neves Fogal - Virginia Leticia Celestino de Moura Neves Fogal - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0626662-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Divanilza Devezas Batista - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ANA JÉSSICA ALVES HADDAD E SILVA (OAB 9512/AM), ADV: MIRIAN SAMARA DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9549/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0626738-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joyce Ribeiro Rodrigues - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0626811-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marina Rezende Lopes - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de

preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0626981-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Daniel Richard Bezerra de Carvalho - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0627075-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ivanete Pereira da Silva - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0627124-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francy Barroso Belem - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GILBERTO GUIMARÃES VIEIRA (OAB 8506/AM) - Processo 0627129-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Olimpia Maria Bentes Cruz - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0627224-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Elen Rose de Oliveira Pinto Muniz - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0627251-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Almir de Oliveira Nues - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: PAULA LOPES DE LIMA CAMPOS (OAB 8072/AM) - Processo 0627385-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Eunice Lopes de Lucena Bittencourt - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: JAILENE CASTELO BESSA DE OLIVEIRA (OAB 6865/AM) - Processo 0627406-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pedro Borges de Paiva Neto - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: VILMA MENDES SOARES (OAB 13766/AM) - Processo 0627470-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mayara Fonseca Alves - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM) - Processo 0627478-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Timóteo Oliveira da Silva - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0627521-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Glaucia Monteiro da Silva - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0627854-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE:

Luana Carolyne de Medeiros Ribeiro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0627917-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: João Batista de Lima Melo Filho - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0628008-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Julio Fontenelle Filho - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0628060-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Dias de Oliveira - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0628124-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raimunda Sabino de Araújo - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0628125-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Abraão da Costa Gomes - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM) - Processo 0628178-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Isaac Neumann de Oliveira - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0628256-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Bruna Moraes de Castro - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM) - Processo 0628263-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marcia Perales Mendes Silva - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0628281-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Scarleth Yoshi Oda - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM) - Processo 0628296-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jennifer Kenia de Oliveira Santos Pedreira - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: AGNES PELEGRIN DO NASCIMENTO AMORIM (OAB 10916/AM) - Processo 0628513-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Adriano Sombra de Paula - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0628539-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: V Santos de Souza - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628793-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ycaro dos Santos Correia - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Agência Sefaz - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM) - Processo 0628871-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rafael de Oliveira Alves - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM) - Processo 0628964-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0628975-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carla Pollake da Silva - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: FLAVIO EMANOEL DO ESPIRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM) - Processo 0629056-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ana Maria Guimarães de Oliveira - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: INGRA CASTELO BRANCO MENDES DE SOUZA (OAB 11953/AM) - Processo 0629069-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiana Mendes Caldeira Brandão - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM) - Processo 0629189-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leia Ferreira dos Santos - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0629301-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fatos Jurídicos - RECLAMANTE: Flavio Gomes de Oliveira Sobrinho - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: MARCIA DE SANTANA VIANA (OAB 7382/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0629477-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - RECLAMANTE: Samira Alves Vasconcelos - RECLAMADO: Sky Brasil Serviços Ltda - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0629546-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimundo Pereira de Souza - Audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 8h30 a ser realizada no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0629607-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amelia Sicsu Melo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 05/04/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADAM SMITH RIBEIRO DA SILVA (OAB 10925/AM)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Agnes Pelegrin do Nascimento Amorim (OAB 10916/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Alexandre Virgilio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Ana Jéssica Alves Haddad e Silva (OAB 9512/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio de Souza Filho (OAB 8123/AM)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carla Erica Rosa de Araújo Bezerra Leite (OAB 12671/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cristiane Aurélia Barbosa Lima (OAB 4357/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Ediana Torres Paulo (OAB 12610/AM)
Edy Karla Dias Conceição (OAB 10008/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Flavio Emanoel do Espirito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gilberto Guimarães Vieira (OAB 8506/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Ingra Castelo Branco Mendes de Souza (OAB 11953/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jailene Castelo Bessa de Oliveira (OAB 6865/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB 9953/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
MARCIA DE SANTANA VIANA (OAB 7382/AM)
Maria Cristtiane dos Reis Sousa (OAB 12319/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melk Levi da Silva Pereira (OAB 12046/AM)
Mirian Samara de Oliveira Santiago (OAB 9549/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Paula Lopes de Lima Campos (OAB 8072/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rebecca de Moura Fernandes (OAB 10446/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rodolpho Pandolfi Damico (OAB 16789/ES)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Vilma Mendes Soares (OAB 13766/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA SILVA SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0042/2019

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0205473-91.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Joellhy Pereira de Souza - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LINIKER CARMO DE HOLANDA (OAB 7893/AM), ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0208533-72.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimundo Barros dos Santos - REQUERIDO: Megamix Comercio de Eletroeletronicos LTDA-ME - Banco CSF S/A (Banco Carrefour S/A) - Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar de fls. 424/425. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Intimem-se.

ADV: THAISE LORENA SANTOS DA SILVA (OAB 12044/AM) - Processo 0208964-09.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Cloves Monteiro de Souza - Pelo exposto, Determino a parte Requerente que junte aos autos informações sobre o estado atual de processamento da recuperação judicial, no tocante as questões acima discriminadas, no prazo de 10 dias. Intimem-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0212451-84.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Intimem-se.

ADV: MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA TIRADENTES (OAB 5147/AM) - Processo 0601121-88.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Silva - Assim defiro o quanto requerido e outras providências seguintes: 1 Determinar a parte Exequente para, sob pena de abandono de causa no prazo de 30 dias, que: a) promova a juntada de certidão simplificada da parte Requerida que obtida junto a Junta Comercial, com a finalidade de indicar os nomes e qualificações dos sócios da empresa/Requerida obs.: A informação e os documentos poderão ser obtidos junto ao endereço eletrônico da Junta comercial; b) Juntar cálculos atualizados da dívida exequenda.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0601122-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sandra Maria Gama Almeida - De ordem, fica designado o dia 13/06/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: RÚBIA HELENA NASCIMENTO FERREIRA (OAB 9013/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171O/AB) - Processo 0601929-64.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Georgieta da Silva Rodrigues - REQUERIDO: Banco Santander (Brasil) S/A - À vista do exposto, Indefiro o pedido constante na petição de fls. 149/155, ao tempo que mantenho os termos da sentença de fls. 144. Intimem-se. Arquivem-se de imediato o feito. Cumpra-se.

ADV: LUCAS CEZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDIERA (OAB 8798/AM) - Processo 0603370-12.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Maestro Cláudio Santoro - Determino a Secretaria para realizar consulta via Renanjud no CPF do executado. Em caso de penhora positiva, prossiga à execução nos termos da Decisão de fls. 25. Em caso de penhora Negativa, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA TIRADENTES (OAB 5147/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0603621-98.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Hamilton Colares Azevedo Junior - REQUERIDO: ALICERCE - CURSOS DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL LTDA. - Diante do exposto, JULGO DESERTO O ALUDIDO RECURSO INOMINADO e determino que a Secretaria certifique o trânsito em julgado da respectiva Sentença.

ADV: MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA TIRADENTES (OAB 5147/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0603621-98.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Hamilton Colares Azevedo Junior - REQUERIDO: ALICERCE - CURSOS DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL LTDA. - Diante do exposto, JULGO DESERTO O ALUDIDO RECURSO INOMINADO e determino que a Secretaria certifique o trânsito em julgado da respectiva Sentença.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0603726-41.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Carlos Alberto R Almeida Jr - Vistos etc. Em análise detida dos autos, esclareço que o deferimento da desconsideração da personalidade juridica requer que esteja presente o requisito do art. 50 do Cód. Civil, qual seja: abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, fato que não restou provado nos autos. E pela narrativa da inicial, verifica-se que não é o caso de abuso da personalidade jurídica, porque a parte Requerente pretende a indenização por danos morais baseava no fato de que supostamente foi vítima de agressões verbais praticada pelo sócio da Requerida (fls. 03). Motivo pelo qual tenho por certo indeferir o pleito constante na petição de fls. 56/57 dos autos. Assim, intime-se a parte Requerente para indicar novo endereço para citação da parte Requerida no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do feito. Sendo apresentado o novo endereço, paute-se audiência una de conciliação, e instrução e julgamento, e cite-se a parte Requerida no endereço indicado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM) - Processo 0603881-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kátia Regina Reis de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 07/06/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0604070-41.2015.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Augusta de Souza Menezes - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar de fls. 202. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Torno sem efeito a penhora nos autos. Expeça-se alvará a favor da Executada para levantamento da quantia de fls. 131. Intimem-se.

ADV: JOAB HARDMAN FAGUNDES (OAB 8812/AM), ADV: ROBERT WILLIAN GAMA PORTO (OAB 13069/AM) - Processo 0604468-66.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: COND. DO EDF. ANTONIO SIMOES - Vistos etc. Processo de execução de cotas condominiais. Compulsando-se os autos, verifico que o Executado não pagou espontaneamente a dívida e nem localizados bens para garantir a execução (fls. 42/43). Em razão, disso, intime-se a parte Exequente a apresentar bens em nome da Executada, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção do feito (art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95). Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB

1069A/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0606407-18.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alvaro Nunes Maia - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar de fls. 193/222. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DA COSTA (OAB 9226/AM) - Processo 0607385-58.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: A. G. PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - EPP - Isto posto, indefiro o pedido de justiça gratuita. Dê prosseguimento ao feito. Intime-se, Cumpra-se.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0607682-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Tocantins - Verifico que a Secretaria não obteve êxito em citar a parte Executada no endereço indicado na petição inicial. Assim, intime-se a parte Exequente para indicar novo endereço para citação da parte Executada no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do feito. Sendo apresentado o novo endereço, cite-se a parte Executada no endereço indicado, na forma do despacho de fls. 33. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608390-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisca Rubim Miranda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, Julgo Improcedentes os pedidos.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0608538-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jeane Montenegro da Cruz - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Intimo V.Sa. para manifestar-se quanto aos termos do acordo de fls. 108/109, no prazo de 5 dias. Após, caso haja composição entre as partes, homologue-a e arquive-se o feito. Em caso de resposta negativa ao referido acordo, volteme os autos conclusos.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0608707-16.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Perla Fernandes Pereira - Intimo V.Sa., sob pena de abandono de causa, no prazo de 30 dias, para que: a) promova a juntada de certidão simplificada da parte Requerida que obtida junto a Junta Comercial de Manaus, com a finalidade de indicar os nomes e qualificações dos sócios da empresa/Requerida obs.: A informação e os documentos poderão ser obtidos junto ao endereço eletrônico da Junta comercial; b) Juntar cálculos atualizados da dívida exequenda.

ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM) - Processo 0609727-47.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiano Buriol - Assim, defiro os pleitos constantes na aludida petição. E determino a secretaria realizar a penhora via Bacen/jud no CNPJ da Executada, informado pelo Exequente. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0610114-57.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Intimem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0610134-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Bárbara de Araújo Folhadela - RECLAMADO: Net Serviços de Comunicação S/A - Conciliação Data: 01/04/2019 Hora 08:45 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0610134-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Bárbara de Araújo Folhadela - RECLAMADO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, fica designado o dia 01/04/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0611217-36.2015.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Celso Antônio da Silveira - Verifico que a Secretaria não obteve êxito em citar a parte Executada no endereço indicado na inicial (fls. 1) . Assim, intime-se a parte Exequente para indicar novo endereço para citação da parte Executada no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do feito. Sendo apresentado o novo endereço, cite-se a parte Executada no endereço indicado, na forma da decisão de fls. 30.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM) - Processo 0612490-16.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime-se o Exequente para juntar cálculo do valor do saldo remanescente, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de extinção da execução e arquivamento dos autos. Caso haja a apresentação de cálculo no referido prazo, haverá consulta por meio do sistema BacenJud e será juntada aos autos documento de informação de bloqueio da quantia exequenda, o qual constituirá o próprio termo de penhora (Enunciados cíveis nº 140 e 147 do FONAJE) ; Feita que seja a penhora, intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, para querendo, oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze dias) (art. 52,IX c/c os Enunciados 117 e 142 do FONAJE); Em consulta ao BacenJud, caso não haja saldo ou este seja insuficiente, determino que a Secretaria intime o exequente para que, no prazo de 30(trinta) dias, indique bens do devedor suscetíveis de penhora, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 53, §4º da Lei 9.099/95.

ADV: PETALA GODINHO PINTO (OAB 604A/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0612956-44.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: NILVA PANTOJA DE SÁ - REQUERIDO: OI MÓVEL S.A - Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Intimem-se.

ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0614961-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Onix Construção e Serviços de Manutenção Ltda - Isto posto, indefiro o pedido de justiça gratuita. Dê prosseguimento ao feito. Intime-se, Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM) - Processo 0616640-40.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Pinheiro e Pinheiro Comércio de Materiais para Pintura Ltda - Assim, determino a secretaria que realize a citação editalícia do Requerido. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0618082-07.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Eder Costa Sales - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO DESERTO O ALUDIDO RECURSO INOMINADO e determino à Secretaria que intime o Recorrido Banco Bradesco S/A para que apresente contrarrazões, no prazo legal. Após o referido prazo, com ou sem apresentação de contrarrazões, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0620604-07.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Educac - Centro de Educação Continuada e de Qualificação Profissional do Amazonas Ltda. Epp - Vistos. Trata-se de pedido alegando questão de ordem publica, contra decisão proferida nos autos de fls. 40/41. Na oportunidade, verifico que em verdade tal pleito tratasse de mera irresignação ante a aludida decisão, com o desiderato de rediscutir matéria já vencida, e devidamente fundamentada. Ademais, verifico que não padece a referida decisão de nenhum vício, sendo a matéria já exaustivamente analisada. Nada tenho a mais que dizer acerca do pleito de (fls. 44/48), desta forma determino o prosseguimento do feito nos termos da decisão de fls. 40/41 dos autos.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0628995-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elcileia Goncalves Lima - De ordem, fica designado o dia 13/06/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Débora Cristina Nascimento da Costa (OAB 9226/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hector Daniel Lobo Ferreira (OAB 12717/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Joab Hardman Fagundes (OAB 8812/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Liniker Carmo de Holanda (OAB 7893/AM)
Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (OAB 8798/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171O/AB)
Maria José da Silva Pereira Tiradentes (OAB 5147/AM)
Petala Godinho Pinto (OAB 604A/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Robert Willian Gama Porto (OAB 13069/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB 9013/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Thaise Lorena Santos da Silva (OAB 12044/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0601300-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Lucas de Sena Araújo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 09/04/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0602310-30.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Márcia Maristela Reis Moraes - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Intime-se a Autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos documentos de fls. 274/282. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0607801-52.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Andreia Fidelis Davila - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a Autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos documentos de fls. 124/134. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0043/2019

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0605637-39.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dan-tech da Amazonia Industria e Comercio Ltda - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls. 291/294, no prazo de 05 (cinco) dias

.

José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0049/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM), ADV: DIOGO VICTOR BRASIL (OAB 9693/AM) - Processo 0201316-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Admir Ferreira Ramos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0202542-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM) - Processo 0202543-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JOSÉ WALLACE MAIA DA GAMA (OAB 5626/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0204562-45.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Welington Chevreuil - REQUERIDA: SILVIA FONSECA DE SOUZA - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0206769-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0600016-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: José Martins de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: DERMEVAL DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 7475/AM) - Processo 0600432-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jhonatha Barros de Medeiros - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0600747-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alfa Cavalcante Pio de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/06/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0600792-27.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Edna Barros da Silva - REQUERIDO: Editora Três Comércio de Publicções Ltda - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0600981-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Kelly Cristina Bueno Picanço - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0601073-95.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Benedito Lourenço Conceição da Silva - De ordem, transfiro o valor voluntariamente depositado.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0601210-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Joao Eberson da Silva Flexa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM), ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM) - Processo 0601467-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gabriele Ortega Cabral - REQUERIDO: Ser Educacional - Centro Universitário Maurício de Nassau - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0601540-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE:

Condomínio do Edifício Solar da Praia - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/06/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: JEAN JAMERSON COELHO GOMES (OAB 12482/AM) - Processo 0601559-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wallase Santos Oliveira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0601649-59.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Encontro das Águas - De ordem, intime-se a parte executada a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à restituição do saldo remanescente por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Prazo de 15 dias.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM) - Processo 0604709-11.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo O de S Gemaque - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0604763-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Andre Jean Figueiredo de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/04/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 08 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL ADVERTÊNCIAS: Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM) - Processo 0605819-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Lucas dos Santos Moura - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM) - Processo 0607432-95.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleise Filgueiras Bastos - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0608450-25.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio The Place Business - REQUERIDO: Patri Doze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Rosa Batista Correa - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0609194-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Debora Amanda da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM) - Processo 0610371-48.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Reginaldo dos Santos da Silva e outro - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FROZ DE BORBA ADVOGADOS (OAB 9723/AM), ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM) - Processo 0611930-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Quinta das Marinas - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0612799-66.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alex Alves de Lima - De ordem, intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Concomitantemente, intime-se esta para que postule o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0614963-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Marias Fashion To Go Comércio de Confeccções e Acessórios Ltda Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: KATARINI OLIVEIRA GADELHA (OAB 11747/AM), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM) - Processo 0615050-91.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rogério Nogueira de Camargos - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Claro S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0615846-82.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Alpha Serviços de Contabilidade Eireli Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0616639-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Lucas Matheus da Silva de Paula Rodrigues - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0616658-61.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Vanessa Azevedo Barcelos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0616951-94.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aldeiza de Castro Avinte - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 337A/AM), ADV: JEAN MENDONÇA DOS SANTOS (OAB 10984/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0617091-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Geffeson Costa Andrade - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ourocard Visa - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN) - Processo 0617367-62.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: William Janes de Carvalho Bastos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: MAYLA TANNUS A. CARNEIRO (OAB 259730/SP), ADV: MATHEUS DE FRANCISCO LAZARIM (OAB 344299/SP), ADV: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO (OAB 12935/AM) - Processo 0620864-84.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luis Hilário Martins Mariano de Oliveira - REQUERIDO: Pole Comercio de Veiculos Ltda - LITSPASSIV: Audi do Brasil Industria e Comercio de Veiculos - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0620905-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cleide Zanotto - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0621382-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Weekend Club Ponta Negra - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 9186/AM) - Processo 0621603-23.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condominio Life Ponta Negra - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0622601-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: União Serviços de Conservação e Segurança Patrimonial Ltda - Epp - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM) - Processo 0622818-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tecnicas Construções Civis Eireli Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0624201-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE:

Marinelza Marques Rodrigues - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0624546-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Leandro da Silva Moreira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0624589-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Sapiência Serviços Educacionais Ltda (Palas Atena) - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0626334-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Carlos Evaldo Souza Júnior e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0627552-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Rayelle Cristinne Gomes Azevedo - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM) - Processo 0627866-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Antônio Carlos Ferreira de Moraes - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0628909-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Miriam Clicia Amorim de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246.

ADV: ANA LUIZA BORGES COELHO CARDOSO (OAB 13317/AM) - Processo 0629244-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Y.S.O. - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Ana Luiza Borges Coelho Cardoso (OAB 13317/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andrews Martins Siqueira (OAB 11954/AM)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Carla Condé Marques e Oliveira Araújo (OAB 9186/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Dermeval de Oliveira Nascimento (OAB 7475/AM)
Diogo Victor Brasil (OAB 9693/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Froz de Borba Advogados (OAB 9723/AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Heleno de Lion Costa da Rocha Quinto (OAB 12935/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jean Jamerson Coelho Gomes (OAB 12482/AM)
Jean Mendonça dos Santos (OAB 10984/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Wallace Maia da Gama (OAB 5626/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Katarini Oliveira Gadelha (OAB 11747/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Matheus de Francisco Lazarim (OAB 344299/SP)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mayla Tannus A. Carneiro (OAB 259730/SP)
Mirtes Rodrigues da Silva (OAB 13432/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 337A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)

Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: ENIA JESSICA DA SILVA GARCIA (OAB 10416/AM), ADV: MATEUS SOUZA CUNHA (OAB 10921/AM) - Processo 0604426-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elza Marques de Oliveira Cunha - De ordem, intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Concomitantemente, intimo a parte autora/exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

Enia Jessica da Silva Garcia (OAB 10416/AM)
MATEUS SOUZA CUNHA (OAB 10921/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM) - Processo 0200050-48.2019.8.04.0015 (processo principal 0603563-90.2018.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Laís Rejane de Carvalho Freitas - Isso posto, JULGO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, CPC. Extraídas as cópias das peças destes autos para o processo principal, faça-se conclusão dos autos principal para prosseguir com o feito. Eventual peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato, será desconsiderado em virtude da fundamentação que ora se apresenta. Arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0600303-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosilene Andrade Ribeiro - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: PATRÍCIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS (OAB 1059/AM) - Processo 0600746-87.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Renilson da Silva Barreto - REQUERIDO: Cometa Manaus Comércio de Motos Ltda - B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Banco Votorantim (Bv Financeira S/a) - Banco do Brasil S/A - Cardif do Brasil - Seguros e Previdência S.a - Isso posto, repelindo todas preliminares, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para: a) DECLARO nulo o contrato de seguro, considerando-o como venda casada; b) CONDENO as partes rés a pagar solidariamente à parte autora a cifra de R$ 591,48 em dobro, que totaliza R$ 1.182,96 a título de indébito (dano material), juros e correção monetária desde a citação; c) CONDENO as partes rés a pagar solidariamente à parte autora a cifra de R$ 10.000,00 a título de dano moral com juros e correção da data desta sentença em que foi arbitrado o referido valor.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM) - Processo 0602884-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Agostinho Almeida de Moura - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 27/06/2019 às 10:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0603563-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Telemar Norte Leste S/A - Oi - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor R$ 2.997,74, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0604746-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Danielle Fonseca de Andrade - Diante do exposto, por se tratar de procedimento especial que é inadmissível nos Juizados Especiais, não sendo possível a cumulação deste com qualquer outro pedido, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, com fulcro no art. 3º c/c 51, II, ambos da Lei 9.099/95. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e arquive-se os presentes autos. P.R.I.C.

ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM) - Processo 0604766-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Rozinete Souza Araujo - Diante do exposto, por se tratar de procedimento especial que é inadmissível nos Juizados Especiais, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, com fulcro no art. 3º c/c 51, II, ambos da Lei 9.099/95. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e arquive-se os presentes autos. P.R.I.C.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0605537-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Angela Cabral Firmino - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0605609-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Carlos Aurelio Barbosa de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP), ADV: FERDINANDO DESIDERI NETO (OAB 7322/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0607638-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Lucila Maria Porto - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Como esclarecido na decisão de fl. 108, o art. 12-A disse expressamente que o prazo é dias será contado em dias úteis, nada falou sobre quando o prazo fosse em horas, até porque seria impossível contar as horas, minutos e segundos úteis, suspendendo a contagem quando fosse em horas não úteis. eis Dito isso, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para NEGAR-LHES PROVIMENTO. Por conseguinte, haja vista o pedido de fl. 109/110, INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0608241-85.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Lindalva Salles da Costa - REQUERIDO: Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outro - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para: a) DECLARO nulo o contrato de seguro, considerando-o como venda casada; b) CONDENO a parte ré a pagar à parte autora a cifra de R$ 20,40 em dobro, que totaliza R$ 40,80 a título de indébito (dano material), juros e correção monetária desde o dia 11/03/2017; c) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a cifra de R$ 10.000,00 a título de dano moral com juros e correção da data deste arbitramento.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0614742-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jefferson Andrey Gomes Maia - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: ANALÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0616199-88.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Assad Corretagem de Imóveis Ltda - REQUERIDA: Muna Amado Ali Hajoj e outro - Ressalto que a manifestação da parte ré no processo supre a impossibilidade de citação do Oficial de Justiça de fls. 66 e 67. Diante do exposto, verificando que a parte embargante não cumpriu com o disposto, REJEITO OS EMBARGOS DE EXECUÇÃO, determinando a continuação da execução, com a imposição da multa de 10% pela ausência de pagamento e a penhora, nos termos do despacho de fls. 27 .

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0616400-51.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Josué Ribeiro da Silva - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos. RETIRE-SE o bloqueio de circulação no RENAJUD dos veículos MYL4635 e BTO1226, mantendo somente o bloqueio de transferência. Após, comprovação de pagamento de todas as parcelas proceda-se com o desbloqueio total. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0616539-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luiz Elias de Matos da Silva - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0616904-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Gerlan Batista Castro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Outrossim, verifico que a Embargante interpõe os presentes embargos em quase todos os processos em que é condenada, sem sequer trocar a peça e argumentação, limitando quase sempre a arguir ausência de fundamentação na condenação em dano moral. Deste modo, outra não poderia ser a conclusão deste Julgador, senão a de que a Embargante interpõe recurso com intuito meramente protelatório. Dito isso, CONHEÇO dos embargos de declaração para NEGAR-LHES PROVIMENTO, condenando a Embargante à multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, na forma prevista no art. 1.026, § 2º, CPC.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0620308-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francineuza Teixeira Sampaio - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0620557-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Aidê Ribeiro Pessôa - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB

44698/MG), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0620559-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Aidê Ribeiro Pessôa - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM) - Processo 0621983-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria de Lourdes da Costa - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0622371-80.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Opera de Paris - REQUERIDO: Platinum Construtora e outros - Dito isso, NÃO CONHEÇO dos embargos de declaração por serem intempestivos.CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado da sentença de mérito.Baixar e arquivar.Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente.

ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM) - Processo 0623230-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Lourdes Carioca da Silva - INTIMO a parte AUTORA para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca de petição apresentada pela parte RÉ, sobretudo para apresentar a fatura de outubro de 2018.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ÁLEFE JEMIMA MATOS MOZAMBITE (OAB 9584/AM) - Processo 0625366-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanderlei Cesar dos Reis - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Outrossim, verifico que a Embargante interpõe os presentes embargos em quase todos os processos em que é condenada, sem sequer trocar a peça e argumentação, limitando quase sempre a arguir ausência de fundamentação na condenação em dano moral. Deste modo, outra não poderia ser a conclusão deste Julgador, senão a de que a Embargante interpõe recurso com intuito meramente protelatório. Dito isso, CONHEÇO dos embargos de declaração para NEGAR-LHES PROVIMENTO, condenando a Embargante à multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, na forma prevista no art. 1.026, § 2º, CPC.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0628487-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tania Ribeiro Moco - DECISÃO A parte autora produziu pedido incompreensível quando em sua emenda apresentou pedido de obrigação de fazer de cumprir proposta, ao tempo que pede obrigação de pagar valor diluído em parcelas vincendas, propiciando sentença extra, ultra ou citra petita, bem como dificulta o direito ao contraditório da parte ré. Art. 322. O pedido deve ser certo. Art. 324. O pedido deve ser determinado. Vale ressaltar que esse seu pedido poderá perder o objeto, caso a sentença seja prolatada quando o valor das parcelas vincendas for inferior ao valor de suposto de crédito de R$ 8.000,00, pelo que também é necessário esclarecer seu pleito. Dessa forma, INTIME-SE a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para EMENDAR sua inicial esclarecendo se requer uma revisão das faturas vincendas, um pedido de dano material de R$ 8.000,00 ou um pedido de obrigação de fazer, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença. Realizada a diligência supra, voltem-me conclusos para apreciação do pedido de tutela provisória.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Álefe Jemima Matos Mozambite (OAB 9584/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Ferdinando Desideri Neto (OAB 7322/AM)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB 9331/AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Patrícia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB 1059/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0043/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0205864-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na forma do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. Arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0600611-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cândida Malvina Mascarenhas Ribeiro - Deve o autor se manifestar pela isenção das custas no processo nº 0200.429-25.2015.8.04.0016. Concedo prazo de 48 horas para manifestação. Intime-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0604038-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Não há o que se falar em ilegitimidade, eis que o processo encontra-se sentenciado. Intime-se.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0605460-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Romulo de Lima Neves - De ordem, fica designado o dia 25/04/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0605470-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Afonso Vieira Ferreira - De ordem, fica designado o dia 25/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DA COSTA (OAB 9226/AM) - Processo 0605478-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thati Guimarães Gobeth - De ordem, fica designado o dia 25/04/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605497-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ocian da Rocha Pinto - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0622414-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amarelys Del Valle Landaeta Blanco - Vistos etc... Considerando a injustificada ausência do Requerente à audiência designada, e em observância ao disposto no art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, julgo extinto o processo sem apreciação do mérito, e condeno-o(a) no pagamento das custas judiciais. (Enunciado 28 FONAJE). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0625341-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio Marcos Costa de Oliveira - REQUERIDO: Verissimo Intermediação e Agenciamentos de Serviços Eireli (Mega Multimarcas) - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na forma do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. Arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0628421-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Claro S/A - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Maria da Conceição dos Santos Proença em face de Claro S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Torno definitiva a tutela provisória deferida. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Débora Cristina Nascimento da Costa (OAB 9226/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0049/2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: LALINE RODRIGUES DUARTE (OAB 269296/SP) - Processo 0201843-41.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Policard Systems e Serviços S/A - IMPORTADORA TV LAR LTDA - Visto permanente em correição. Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Cuida-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apontando a existência de vícios no bojo da sentença de fls. 131-133, pelas razões aduzidas as fls. 134-138. ADMISSIBILIDADE: Pressupostos recursais objetivos e subjetivos observados pelo embargante, na forma dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.099/95. MÉRITO: Ao manejar os presentes Embargos, o embargante pretendeu, na verdade, rediscutir os fundamentos da r. sentença impugnada, pretensão inadmissível, na espécie, porquanto elencada no rol taxativo do art. 48 da Lei nº 9.099/95, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JUIZADOS ESPECIAIS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REJEIÇÃO ANTERIOR DA MATÉRIA, EM RECURSO INOMINADO E EMBARGOS ANTERIORES. RETARDAMENTO INJUSTIFICADO DO PROCESSO. NÍTIDO CARÁTER PROCRASTINATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO

ÚNICO DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. A questão posta, uma segunda vez, pelo Réu, é a de omissão no Acórdão, quanto a pedido de restituição de valores depositados em conta-corrente. Contudo, não somente não comprovou que os valores aproveitaram ao consumidor, como ficou, conforme se verifica às fls. 146-148, e 261-163 dos autos, definida de forma clara a condenação do Réu ao pagamento dos valores indevidamente descontados, estes sim, devidamente demonstrados. 2. Verifica-se, em síntese, que o embargante almeja a rediscussão da matéria já julgada, uma vez que fora aplicado entendimento diverso do pretendido. 3. O cabimento dos aclaratórios restringe-se às hipóteses previstas nos arts. 535 do CPC e 48 da Lei nº 9.099/95, possuindo a finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, não tendo caráter substitutivo. 4. Desse modo, inexistente qualquer obscuridade, omissão ou contradição no acórdão vergastado, visto que já restou devidamente analisada a questão suscitada. 5. Observa-se, em contrapartida, o nítido caráter procrastinatório dos presentes embargos, ao, pela segunda vez, requerer a modificação do mérito da sentença de primeiro grau, sem que estejam ausentes as hipóteses de seu cabimento. 6. Cabível, portanto, a aplicação da sanção prevista no art. 538, parágrafo único do CPC, para evitar o contínuo retardamento injustificado do feito. Nesse sentido: Embargos de Declaração. Inexistência de omissão, obscuridade e contradição. Embargos de declaração manifestamente protelatórios. Condenação da embargante no pagamento de multa. Embargos rejeitados. (9197263482004826 SP 9197263-48.2004.8.26.0000, Relator: Caetano Lagrasta, Data de Julgamento: 07.12.2011, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22.12.2011, undefined). VOTO: Pelo exposto, conheço dos Embargos de Declaração, mas REJEITO-OS, uma vez que inexiste contradição, obscuridade, ou omissão, tampouco ocorrendo erro material ou interpretação equivocada da Lei. Em razão da natureza nitidamente procrastinatória do recurso, aplico ao Embargante multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 538, do Código de Processo Civil. (Recurso Inominado nº 0603532-72.2014.8.04.0092, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais/AM, Rel. Rogério José da Costa Vieira. j. 03.03.2016). destaques não presentes no original. Não estou a afirmar a impossibilidade de que haja error in iudicando, mas que, caso haja, desafia recurso inominado, porque me falece competência funcional para reapreciar e rejulgar a causa. Neste sentido é a jurisprudência: ENUNCIADO 159, FONAJE - Não existe omissão a sanar por meio de embargos de declaração quando o acórdão não enfrenta todas as questões arguidas pelas partes, desde que uma delas tenha sido suficiente para o julgamento do recurso (XXX Encontro - São Paulo/SP). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Inocorrência de omissão, contradição ou obscuridade. Efeitos infringentes. Inviabilidade. 2. Embargos de declaração rejeitados. (Supremo Tribunal Federal STF; RE-ED 475.681-1; RS; Tribunal Pleno; Rel. Min. Gilmar Mendes; Julg. 10/04/2008; DJE 16/05/2008; Pág. 60) ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AÇÃO RESCISÓRIA. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. PREMISSA SUPOSTAMENTE EQUIVOCADA. I - Se a decisão agravada partiu de premissa equivocada e o órgão fracionário a manteve, provendo o agravo interno interposto, não há que se falar em omissão do acórdão, mas, no máximo, em error in iudicando, para cuja correção, como se sabe, não se prestam os embargos declaratórios. II - Embargos declaratórios desprovidos. (Ação Rescisória nº 2012.02.01.000824-8/RJ, 5ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, Rel. Convocado Marcelo Pereira da Silva. j. 11.09.2012, unânime, e-DJF2R 26.09.2012). Grifei. Ainda que se admita, em casos excepcionais, tenham os embargos de declaração efeitos infringentes, a hipótese dos autos não recomenda tal medida. Verifico que a parte recorrente se vale dos aclaratórios como indevido sucedâneo do recurso Inominado. A r. decisão embargada foi suficientemente clara e objetiva, quanto a exteriorização do convencimento desta julgadora sobre a causa de pedir em que repousa o litígio, corolário da livre apreciação da prova e do exercício do princípio da persuasão racional. Com efeito, assente na jurisprudência pátria mais abalizada que a julgadora não é obrigada a enfrentar todas as teses argüidas pelas partes para prestar o seu ofício jurisdicional, desde que qualquer delas seja suficiente para dirimir o conflito trazido a sua apreciação. O revolvimento de provas e o reexame do conflito de interesses são matérias próprias de recurso inominado, com amplo efeito devolutivo. DISPOSITIVO: Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO referidos, consoante fundamentação supra, mantendo íntegra a sentença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM), ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0206542-46.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: MARIA APARECIDA DUARTE LIMA - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, procedo à intimação da parte Autora, na pessoa do(a) seu advogado(a), se constituído nos autos, para, querendo, manifestar se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça às fls. antecedentes, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 185, CPC) - (art. 1º, inciso XXIV, Provimento nº 63/02-CGJ).

ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA (OAB 2482/AM) - Processo 0206952-51.2009.8.04.0020 (020.09.206952-5) - Cumprimento de sentença - Posse - EXEQUENTE: Antonio Barbosa dos Santos - EXECUTADO: Salomão Ribeiro de Azevedo - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do NCPC. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0600283-62.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luciano Pereira Andrade - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - ntimem-se as partes para que fiquem cientes da data da audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 22/04/2019 às 10:15h.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0600452-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Lindinalva Flores dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - ntimem-se as partes para que fiquem cientes da data da audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 24/04/2019 às 10:45h, oportunidade em que se poderá esclarecer os fatos no que tange às contratações e refinanciamentos de empréstimo.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0600711-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Olgarina Galucio da Conceição - Considerando as alegações da parte requerida em audiência e contestação, intime-se a parte autora para que informe se subsiste seu interesse no prosseguimento do pedido de revisão da fatura do mês de dezembro de 2018. Concedo o prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM) - Processo 0600854-67.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jailson Freitas de Lima - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, procedo à intimação da parte Autora, na pessoa do(a) seu advogado(a), se constituído nos autos, para, querendo, manifestar se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça às fls. antecedentes, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 185, CPC) - (art. 1º, inciso XXIV, Provimento nº 63/02-CGJ).

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0600968-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Geronica Ferreira de Souza - INDEFIRO o pedido

de f. 28, haja vista o documento de f.17 não suprir o solicitado no ato ordinatório de f. 29, como comprovante de residência. INTIME-SE a autora, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que, no prazo de 48 horas, cumpra na integralidade o que ordena o ato ordinatório de f. 26, ou seja, apresente comprovante de residência sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO, ou na ausência deste declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0601123-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Dulcicleia da Costa Batista - INDEFIRO o pedido da petição de f. 28. INTIME-SE a autora, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que, no prazo de 48 horas junte comprovante de água, luz ou telefone fixo em seu nome ou na ausência deste um dos comprovante supracitados junto com declaração subscrita pela pessoa que indicar mais cópia de RG e CPF, sob pena de extinção do processo por falta de interesse de agir por não cumprir na integralidade o que se foi rdenado no ato ordinatório de f. 25. Deve-se salientar que o documento acostado à f. 18 é um mero boleto expedido, não sendo possível considerar como comprovante de que a autora reside no local indicado.

ADV: JOSÉ FÉLIX DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 11862/AM) - Processo 0601170-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Harley Vilaça Maklouf - INTIME-SE o autor, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que, no prazo de 48 horas, junte declaração subscrita pela pessoa indicada (Sr. Francisco Farias Brandão) na f. 107 dos autos, cumprindo, assim, na integralidade o que foi ordenado no ato ordinatório de f. 103, sob pena de extinção do processo por falta de interesse de agir. Deve-se ser juntado além da declaração, devidamente assinada, cópia de RG e CPF da pessoa indicada, ou seja, do sr. Francisco Farias Brandão e não novamente juntar os documentos do autor da ação e declaração de vida e residência do autor.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601247-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Erickstrong Vieira de Souza - INDEFIRO os pedidos da petição de fls. 30 a 32, haja vista o documento juntado aos autos na f. 33 não supre o ordenado no ato ordinatório de f. 27. INTIME-SE o autor, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que, no prazo de 48 horas emende corretamente a inicial cumprindo na integralidade o que ordena o ato ordinatório de f. 27, ou seja, que apresente um comprovante de residência em nome do autor, SENDO APENAS ACEITO CONTA DE ÁGUA, LUZ OU TELEFONE FIXO, na ausência de um dos comprovante supracitados, comprovante de residência juntamente com declaração subscrita pela pessoa indicada no mesmo mais cópia de RG e CPF, sob pena de extinção por falta de interesse de agir.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601252-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Erickstrong Vieira de Souza - INDEFIRO os pedidos da petição de fls. 30 a 32, haja vista o documento juntado aos autos na f. 33 não supre o ordenado no ato ordinatório de f. 27. INTIME-SE o autor, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que, no prazo de 48 horas emende corretamente a inicial cumprindo na integralidade o que ordena o ato ordinatório de f. 27, ou seja, que apresente um comprovante de residência em nome do autor, SENDO APENAS ACEITO CONTA DE ÁGUA, LUZ OU TELEFONE FIXO, na ausência de um dos comprovante supracitados, comprovante de residência juntamente com declaração subscrita pela pessoa indicada no mesmo mais cópia de RG e CPF, sob pena de extinção por falta de interesse de agir.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601266-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Karla Daiany Oliveira de Araujo - INDEFIRO os pedidos da petição de fls. 29 a 30, haja vista o documento de f. 32 não suprir o ordenado no ato ordinatório de f. 26. INTIME-SE o autor, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que, no prazo de 48 horas junte aos autos o que dispõe o ato ordinatório de f. 26, ou seja, comprovante de residência em nome do autor, com data recente no máximo 6 meses sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ OU TELEFONE FIXO, na ausência de um destes comprovante supracitados, comprovante de residência com declaração subscrita pela pessoa indicada neste acompanhada de cópia do RG e CPF do declarante, sob pena de extinção do processo por falta de interesse de agir.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601303-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria da Conceicao Goncalves da Silva - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do NCPC. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601310-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Tatyane Cassiano da Silva - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do NCPC. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601313-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eneas Januario Lopes - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do NCPC. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601317-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Beatriz Colares da Cruz, - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do NCPC. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM), ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM) - Processo 0601372-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Robson da Silva Nunes Ferreira - De ordem, fica designado o dia 03/04/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601409-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Antonio Felipe Nascimento Pereira - De ordem, fica designado o dia 08/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0601564-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Osmundo Francisco Jorge - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 48 horas, emendar a inicial, indicando: (X) Cópia de RG e CPF da declarante do comprovante de residência de fls. 22 e 23 dos autos.

ADV: JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM), ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM) - Processo 0601568-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: David de Souza Feitoza - INTIME-SE o autor, na pessoa de seu advogado constituído nos autos para que no prazo de 48 horas, cumprir na integralidade o que se ordena no ato ordinatório de f. 37 dos autos, ou seja, apresentar comprovante de residência em nome do autor, SENDO APENAS ACEITO CONTA

DE ÁGUA, LUZ OU TELEFONE FIXO, na ausência de um dos comprovantes supracitados apresentar declaração subscrita pela pessoa indicada no mesmo juntamente com cópia de RG e CPF do declarante, sob pena de extinção por falta de interesse de agir. Saliento que os documentos acostados às fls. 38 a 42 dos autos não supre como comprovante de residência e o documento de f. 39 não está em nome do autor e nem consta nos autos alguma declaração subscrita pela pessoa indicada.

ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0601570-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Antonia da Silva Valente - INTIME-SE a autora, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, para que, no prazo de 48 horas, se manifeste sobre as divergências de endereços entre a petição inicial de fls. 1 a 11, declaração de f. 15 e comprovante de residência de f. 28, uma vez que realizando diligências nos sites dos correios se verificou que o CEP apresentado é de bairro diferente do que dito em sede de peça inaugural.

ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM) - Processo 0601575-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Igor Barros de Souza, - INTIME-SE o autor, na pessoa de seu advogado constituídos nos autos, para que, no prazo de 10 dias junte aos autos a comprovação de pagamento das custas o qual foi condenado na sentença extintiva sem resolução do mérito de f. 102 do processo 0609140-34.2018.8.04.0020.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0601640-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Donaio de Oliveira dos Santos - De ordem, fica designado o dia 16/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0601672-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raianny Gomes de Freitas - Herbert Nascimento da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica os Autores intimados, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome de um dos Autores, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que os autores residem no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante. Observação: O comprovante de residência de f. 26 encontra-se em nome de uma terceira pessoa e junto com a petição inicial possuem endereços divergentes.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0601676-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Salete Santos da Silva Vieira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a Autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do(a) declarante.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0601678-89.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ediel Alves de Sousa - De ordem, fica designado o dia 16/05/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM) - Processo 0601714-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Santana de Souza Junior - De ordem, fica designado o dia 09/04/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601747-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jonei Cruz Evaristo - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601770-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mateus Junio Ferreira Mota - De ordem, fica designado o dia 11/04/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601772-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Neumara Pereira dos Santos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0601778-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lindomar Nogueira da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0602778-16.2018.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Alessandra da Silva Oliveira - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do NCPC. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11330/AM), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0606704-05.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE:

Ruth Viana Oliveira - REQUERIDO: Ativos S/A - Cia Securitizadora de Créditos Financeiros - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da parte autora, por ter sido comprovada pela requerida a origem dos débitos que motivaram a negativação, e não haver comprovação dos seus respectivos pagamentos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0607135-39.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Munhoz Bandeira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei n. 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Sem custas, salvo recurso, na forma da lei de regência. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. Publique-se e intimem-se.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 13048/AM), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607655-96.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: William Ferreira de Matos - RECLAMADO: Vivo S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo requerente para declarar inexigível o débito que motivou a negativação ora impugnada e para condenar a requerida a pagar ao requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Condeno a requerida a excluir a inscrição no cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0607962-50.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Izaquiel de Andrade - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Homologo, por sentença, a avença celebrada pelas partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Anotações e comunicações de praxe pela Secretaria. Após o trânsito em julgado desta, arquivem-se os autos, dando-se baixa, mediante as cautelas de estilo, nos competentes registros. Sem custas. P.R.I.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0607977-19.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Genilson Rosa Lima - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em razão da juntada de documento de fl. 185, DEFIRO o pleito do Requerente. Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 24/04/2019 às 11:30h. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607980-71.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Genilson Rosa Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0608225-82.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Moisés Ferreira Lavareda - REQUERIDO: Consórcio Realiza - ntimem-se as partes para que fiquem cientes da data da audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 17/04/2019 às 10:15h.

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0608669-18.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Rivail da Silva Fernandes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0609142-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Francicleia Lima Barros - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Visto permanente em correição. Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Cuida-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apontando a existência de vícios no bojo da sentença de fls. 90-92, pelas razões aduzidas as fls. 97-105. ADMISSIBILIDADE: Pressupostos recursais objetivos e subjetivos observados pelo embargante, na forma dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.099/95. MÉRITO: Ao manejar os presentes Embargos, o embargante pretendeu, na verdade, rediscutir os fundamentos da r. sentença impugnada, pretensão inadmissível, na espécie, porquanto elencada no rol taxativo do art. 48 da Lei nº 9.099/95, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JUIZADOS ESPECIAIS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REJEIÇÃO ANTERIOR DA MATÉRIA, EM RECURSO INOMINADO E EMBARGOS ANTERIORES. RETARDAMENTO INJUSTIFICADO DO PROCESSO. NÍTIDO CARÁTER PROCRASTINATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. A questão posta, uma segunda vez, pelo Réu, é a de omissão no Acórdão, quanto a pedido de restituição de valores depositados em conta-corrente. Contudo, não somente não comprovou que os valores aproveitaram ao consumidor, como ficou, conforme se verifica às fls. 146-148, e 261-163 dos autos, definida de forma clara a condenação do Réu ao pagamento dos valores indevidamente descontados, estes sim, devidamente demonstrados. 2. Verifica-se, em síntese, que o embargante almeja a rediscussão da matéria já julgada, uma vez que fora aplicado entendimento diverso do pretendido. 3. O cabimento dos aclaratórios restringe-se às hipóteses previstas nos arts. 535 do CPC e 48 da Lei nº 9.099/95, possuindo a finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, não tendo caráter substitutivo. 4. Desse modo, inexistente qualquer obscuridade, omissão ou contradição no acórdão vergastado, visto que já restou devidamente analisada a questão suscitada. 5. Observa-se, em contrapartida, o nítido caráter procrastinatório dos presentes embargos, ao, pela segunda vez, requerer a modificação do mérito da sentença de primeiro grau, sem que estejam ausentes as hipóteses de seu cabimento. 6. Cabível, portanto, a aplicação da sanção prevista no art. 538, parágrafo único do CPC, para evitar o contínuo retardamento injustificado do feito. Nesse sentido: Embargos de Declaração. Inexistência de omissão, obscuridade e contradição. Embargos de declaração manifestamente protelatórios. Condenação da embargante no pagamento de multa. Embargos rejeitados. (9197263482004826 SP 9197263-48.2004.8.26.0000, Relator: Caetano Lagrasta, Data de Julgamento: 07.12.2011, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22.12.2011,

undefined). VOTO: Pelo exposto, conheço dos Embargos de Declaração, mas REJEITO-OS, uma vez que inexiste contradição, obscuridade, ou omissão, tampouco ocorrendo erro material ou interpretação equivocada da Lei. Em razão da natureza nitidamente procrastinatória do recurso, aplico ao Embargante multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 538, do Código de Processo Civil. (Recurso Inominado nº 0603532-72.2014.8.04.0092, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais/AM, Rel. Rogério José da Costa Vieira. j. 03.03.2016). destaques não presentes no original. Não estou a afirmar a impossibilidade de que haja error in iudicando, mas que, caso haja, desafia recurso inominado, porque me falece competência funcional para reapreciar e rejulgar a causa. Neste sentido é a jurisprudência: ENUNCIADO 159, FONAJE - Não existe omissão a sanar por meio de embargos de declaração quando o acórdão não enfrenta todas as questões arguidas pelas partes, desde que uma delas tenha sido suficiente para o julgamento do recurso (XXX Encontro - São Paulo/SP). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Inocorrência de omissão, contradição ou obscuridade. Efeitos infringentes. Inviabilidade. 2. Embargos de declaração rejeitados. (Supremo Tribunal Federal STF; RE-ED 475.681-1; RS; Tribunal Pleno; Rel. Min. Gilmar Mendes; Julg. 10/04/2008; DJE 16/05/2008; Pág. 60) ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AÇÃO RESCISÓRIA. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. PREMISSA SUPOSTAMENTE EQUIVOCADA. I - Se a decisão agravada partiu de premissa equivocada e o órgão fracionário a manteve, provendo o agravo interno interposto, não há que se falar em omissão do acórdão, mas, no máximo, em error in iudicando, para cuja correção, como se sabe, não se prestam os embargos declaratórios. II - Embargos declaratórios desprovidos. (Ação Rescisória nº 2012.02.01.000824-8/RJ, 5ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, Rel. Convocado Marcelo Pereira da Silva. j. 11.09.2012, unânime, e-DJF2R 26.09.2012). Grifei. Ainda que se admita, em casos excepcionais, tenham os embargos de declaração efeitos infringentes, a hipótese dos autos não recomenda tal medida. Verifico que a parte recorrente se vale dos aclaratórios como indevido sucedâneo do recurso Inominado. A r. decisão embargada foi suficientemente clara e objetiva, quanto a exteriorização do convencimento desta julgadora sobre a causa de pedir em que repousa o litígio, corolário da livre apreciação da prova e do exercício do princípio da persuasão racional. Com efeito, assente na jurisprudência pátria mais abalizada que a julgadora não é obrigada a enfrentar todas as teses argüidas pelas partes para prestar o seu ofício jurisdicional, desde que qualquer delas seja suficiente para dirimir o conflito trazido a sua apreciação. O revolvimento de provas e o reexame do conflito de interesses são matérias próprias de recurso inominado, com amplo efeito devolutivo. DISPOSITIVO: Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO referidos, consoante fundamentação supra, mantendo íntegra a sentença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0609513-65.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Thayna Gomes da Silva - REQUERIDO: Apeam (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - ntimem-se as partes para que fiquem cientes da data da audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 23/04/2019 às 10:45h.

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM) - Processo 0611846-24.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Afm Aluguel de Imóveis Próprios Eireli Me - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste se sobre a referida consulta e a certidão de fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, haja vista a superveniente inexistência de bens da parte executada.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0612046-31.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - EXEQUENTE: Manoel dos Santos Ferreira - EXECUTADO: BradesCard S/A - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Igor de Carvalho Leal Campagnolli, responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, INTIME-SE A EXECUTADA para, no prazo de 05 dias, se manifestar acerca das alegações de Descumprimento da Decisão Interlocutória de f. 13.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0616895-61.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Agassis Junio Elias de Queiroz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo parcialmente procedente o pedido de repetição de indébito, condenando o requerido a pagar ao suplicante o valor de R$ 6.320,07 (seis mil, trezentos e vinte reais e sete centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) a partir da citação; 2 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o suplicado ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês a partir da prolação deste decisum. 3 - julgo procedentes os pedidos para declarar quitado o contrato de empréstimo e determinar que seja cancelado o cartão de crédito, e para condenar a requerida a não efetuar descontos por conta do contrato de empréstimo/cartão mencionado na inicial no contracheque do requerente, sob pena de repetição do indébito em dobro dos valores descontados após a intimação desta sentença.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MÔNICA ELCIRA MERGULHÃO DAMACENA (OAB 13387/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0619179-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcos Uchoa Zik - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: ANDRÉ RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 7399/AM) - Processo 0700581-09.2012.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Rossicler Carvalho de Oliveira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, procedo à intimação da parte Autora, na pessoa do(a) seu advogado(a), se constituído nos autos, para, querendo, manifestar se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça às fls. antecedentes, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 185, CPC) - (art. 1º, inciso XXIV, Provimento nº 63/02-CGJ).

Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Ricardo Carvalho de Oliveira (OAB 7399/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)

Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11330/AM)
Gefson Hefer Antiquera Oliveira (OAB 2482/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Félix de Oliveira Brandão (OAB 11862/AM)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Laline Rodrigues Duarte (OAB 269296/SP)
Leandro Andrade Coelho Rodrigues (OAB 237733/SP)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mônica Elcira Mergulhão Damacena (OAB 13387/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM)
Viviane Teixeira de Oliveira (OAB 13048/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0605725-43.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rayra Noronha Barbosa - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda. (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de (05) cinco dias.

Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0201672-84.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 08:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM) - Processo 0600370-86.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Beviana Nascimento Ramires Sapucaia - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM) - Processo 0600563-43.2013.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - LITSPASSIV: PARADISE TURISMO E PASSAGENS LTDA. - De ordem, e Considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de quinze dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0601712-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Antonio Martins Faustino - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 08:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: PRISCILA SANTOS DE SOUZA (OAB 10605/AM) - Processo 0601743-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jhennifer Linhares de Queiroz - Analisando os autos, verifico que não foi carreado os documentos iniciais necessários para a propositura da ação, como o RG e CPF, conforme determina o art. 320, do Código de Processo Civil. Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar os referidos documentos por meio eletrônico, sob pena de indeferimento da petição inicial, em observância ao artigo 321, parágrafo único, do CPC. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601749-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Fabrielle Freitas de Moraes - Sendo assim, determino a intimação do autor para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo, comprobatório de seu endereço (faturas de água ou energia elétrica, contas de telefonia fixa ou móvel ou de serviço de tv por assinatura, correspondência com instituições bancárias ou empresas do comércio varejista etc), sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601751-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lucia Carvalho Cruz - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601754-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jussara Mesquita Brandao - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601762-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Edna Moreira Castro - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM) - Processo 0601764-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Fernando Alves da Costa - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Analisando os autos, verifico que a parte autora informa na exordial que reside no bairro Mauazinho, porém foi colacionado comprovante de residência que informa que a mesma mora no bairro Distrito Industrial, conforme fls. 13. Ocorre que o referido bairro é de competência dos Juizados Especiais do Fórum Desembargador Mário Verçosa, de acordo com o art. 3º da Resolução nº 12/2017 do Tribunal de Justiça do Amazonas. Sendo assim, determino a intimação da parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar documento idôneo, comprobatório de seu domicílio, mediante peticionamento eletrônico, comprovando a competência territorial deste Juízo para o processo e julgamento da causa, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601767-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ednaldo Lima Teixeira - RECLAMADO: Vivo S/A - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0601769-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Cosmo da Costa Sobrinho - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601773-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Neumara Pereira dos Santos - RECLAMADO: Vivo S/A - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ERICK JONHSON MAIA CAVALCANTE (OAB 13480/AM) - Processo 0601775-89.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edinaldo Pedrosa Sousa - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RÚBIA HELENA NASCIMENTO FERREIRA (OAB 9013/AM) - Processo 0601779-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nágila Beatriz Azize Pereira - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0602169-33.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gilson Soares de Araújo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0603254-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque - EXEQUENTE: Waldemar Sampaio de Araujo - De ordem, e considerando que as tentativas de bloqueio via BACENJUD de fls. 68-73 restaram infrutíferas, bloqueando apenas o valor de R$251,28 (duzentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos), intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Após o transcurso do prazo, retornem os autos para apreciação pelo magistrado.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM), ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM) - Processo 0605303-68.2018.8.04.0020 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Raimundo Nonato Miranda de Souza - Ângela Maria Falcão da Silva - REQUERIDA: Maria de Lourdes da Silva França - Defiro o pedido de fl. 98. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, CUMPRIR VOLUNTARIAMENTE a decisão de fls. 86-87, desocupando o imóvel localizando na Rua Salva, nº. 30, Comunidade Val Paraíso, Bairro Jorge Teixeira, IV etapa, sob pena de requisição de força policial para garantir a efetividade da decisão. Após o transcurso do prazo, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do cumprimento da decisão pela executada. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ DÊNIS MOURA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3827/AC) - Processo 0605725-43.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rayra Noronha Barbosa - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda. (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de (05) cinco dias.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0606004-29.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Souza dos Santos - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que se manifeste acerca da satisfação das obrigações.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 9208/AM) - Processo 0606042-41.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Serdiley de Souza Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Relatório dispensado, nos termos do art. 38, caput, da Lei n° 9.099/95. Às fls. 70/72 as partes apresentam ao juízo acordo judicial, o qual trazem para a devida homologação. Assim sendo, compulsando os autos, verifico que as partes são maiores e capazes, bem como lícito é o objeto do acordo por elas celebrado. Diante do exposto, homologo, por sentença, o acordo judicial firmado pelos demandantes, às fls.70/72, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Arquivem-se os autos.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0606350-77.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes -

RECLAMANTE: Maria Auxiliadora Nunes de Souza - RECLAMADO: BradesCard S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0607145-83.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: Elias dos Santos Oliveira - Assim, para que não ocorra divergência nas decisões entre o processo em que ocorreu o bloqueio judicial e o processo de embargos, entendo que as peças do processo de embargos deverão ser transladadas para o processo de nº 0600671-33.2017.8.04.0020, para que haja manifestação do exequente, no prazo de 15 (quinze dias), a respeito do embargos ofertados por terceiro, tendo em vista ser o principal interessado na execução. Forte nessas razões, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, enfrentado os embargos ofertados posteriormente no processo de nº 0600671-33.2017.8.04.0020.

ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0607390-94.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Lopes da Silva - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls. 228-232 nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Com a publicação, fica a parte recorrida para, no prazo de 10 dias, apresentar, querendo, suas contrarrazões. Após o transcurso do prazo acima, manifestando-se ou não a recorrida, encaminhem-se os autos à Egrégia Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0607397-86.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula Bricio Quinto - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls.169-173 nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Com a publicação, fica a parte recorrida para, no prazo de 10 dias, apresentar, querendo, suas contrarrazões. Após o transcurso do prazo acima, manifestando-se ou não a recorrida, encaminhem-se os autos à Egrégia Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0607399-56.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Roberto Silva de Moraes - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls. 109-113 nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Com a publicação, fica a parte recorrida para, no prazo de 10 dias, apresentar, querendo, suas contrarrazões. Após o transcurso do prazo acima, manifestando-se ou não a recorrida, encaminhem-se os autos à Egrégia Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0607475-17.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Letra de Câmbio - REQUERENTE: Marçal Julio Morais - De ordem, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do acordo/pedido de parcelamento apresentado na fl. 44.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608372-11.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - EXEQUENTE: Samy Cleto Freitas da Silva - EXECUTADO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0608421-52.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nubia Regina da Costa Gomes - REQUERIDO: Amazonet Serviços de Informática Ltda. Me - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608438-88.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elizandra Marques de Castro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019. Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608441-43.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Alex Sandro dos Santos Almeida - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0608581-77.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Thifany Bianca Oliveira Rodrigues - RECLAMADO: Vivo S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608582-62.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Wanderlan Oliveira Dantas - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para declarar a inexigiblidade do débito objeto desta demanda, bem como para condenar a demandada ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a serem contados a partir da prolação deste decisum. Outrossim, determino que a parte ré proceda às diligências necessárias para exclusão do nome da parte autora, dos registros dos órgão de restrição creditícia, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de dez dias. Em caso de descumprimento, converta-se a referida multa em perdas e danos. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0612091-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Etelvina Conrado de Andrade - De ordem, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca dos Embargos à Execução de fls. 170-177.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Erick Jonhson Maia Cavalcante (OAB 13480/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Dênis Moura dos Santos Júnior (OAB 3827/AC)
Lysson Alcântara Barroso (OAB 9208/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscila Santos de Souza (OAB 10605/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB 9013/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2019

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0601341-86.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Fabio Tomio Nakazaki - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM) - Processo 0200367-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Raimunda Batista Farias - LITSPASSIV: Caled Jessé Almeida Santana - Dessa forma, HOMOLOGO o pedido de parcelamento de fls. 138/140 e, como consequência, DECLARO EXTINTA A DÍVIDA em relação ao codevedor Raimundo Nonato Soutela e o excluo do cumprimento de sentença. Considero as obrigações de fazer, dos itens 2 e 3 da sentença, cumpridas, como se comprova nas fls. 125/135, embora com certo atraso que gerou a dívida ora parcelada. Assim, libere-se eventual restrição realizada no patrimônio de ambos os executados. Desde já autorizo à Secretaria que proceda à expedição dos alvarás tão longo haja os depósitos pelo devedor Calede, independentemente de nova manifestação do julgador. Quitada a multa, arquivem-se. Intimem-se as partes e a DPE, que representa Raimundo Soutela. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM), ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0203444-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDA: Iranilda Gama dos Santos - Francisca de Lourdes Vieira da Silva - De ordem, fica designado o dia 22/03/2019 às 10:00 h para a realização da inspeção judicial determinada por este juízo à fl. 95. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 161799/MG) - Processo 0600433-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lidiane da Silva Roque - Diante da petição de fls. 114, dê-se vista à Autora para proceder à entrega do produto defeituoso. No mais, cumpra-se o despacho de fls. 111, para atualização do débito e início da execução que deverá abarcar todas as devedoras, já que a condenação foi solidária (fl. 93). À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0600502-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Oneide Duarte Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que 1) DECLARO INEXIGÍVEIS os descontos impugnados nos autos sob a rubrica “Sabemi Segurado”; 2) CONDENO o requerido à repetição dobrada das parcelas descontadas na conta da autora entre 2/4/2015 e 3/1/2017, no montante comprovado de R$ 2.746,58 (R$ 1.373,29 x 2), sobre o qual deverão incidir juros legais desde a citação e correção monetária (INPC), desde as datas de cada desconto; 3) PROÍBO o demandado de permitir ou proceder a novos descontos sob a rubrica “Sabemi Segurado” ou semelhante na conta bancária titularizada pela requerente, sem a ciência e concordância expressa desta, a partir da intimação da presente sentença, sob pena de multa a ser arbitrada em execução de sentença e da devolução em dobro do descontado indevidamente; e 4) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.000,00, acrescida de juros legais e correção monetária (INPC), desde o arbitramento. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0602125-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edson Pereira Maia Junior - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo

único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: FERNANDA MARIA HUERB AZEVEDO (OAB 13737/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM) - Processo 0602182-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleomara Costa Barbosa e outro - REQUERIDO: Andre Luis Alves de Figueiredo - Cuida-se de Embargos à Execução opostos pelo devedor, pelas razões de fls. 190-200. Ao exercer o juízo de admissibilidade do incidente processual, verifico que a execução não se encontra devidamente segura, pela constrição de bens do devedor, o que impede a oposição de embargos. Inteligência do Enunciado 117/FONAJE. Ante o exposto, INADMITO os Embargos do Devedor, de fls. 190-200, ex vi do art. 53, §1°, da Lei n. 9.099/95. A seguir, cumpra-se a decisão de fls. 185, com consulta aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD (Enunciado 147/FONAJE) e demais providências ali apontadas. À Secretaria, para as providências cabíveis.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0602551-12.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: CLAUDIA VANESSA FRAZÃO CASTRO - DECISÃO Relativamente ao pedido de fls. 181-183, indefiro o pedido de novo bloqueio, via Bacenjud, considerando que a resposta de fls. 173-174 é recente, e aponta a inexistência de ativos em nome das Rés. Defiro, entretanto, o pedido de expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, no endereço indicado às fls. 183. A Secretaria, para as providências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: GILBERTO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA (OAB 22772/BA) - Processo 0602662-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Ingrid Maia Labastie - Natividade de Jesus Magalhães Maia - REQUERIDO: Ocean Air Linhas Aéreas Ltda - Submarino Viagens Ltda. - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0604649-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wislley Farias da Silva - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605152-93.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: LORENA SILVA BAHIA - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - DECISÃO Antes de apreciar impugnação do executado, à secretaria para realização de cálculos atualizados decorrentes do descumprimento da sentença, relativamente, aos descontos ocorridos entre janeiro e junho/2017 (fls. 365-370). A Secretaria, para as providências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELINE DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 7543/AM) - Processo 0605316-87.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: ERICK BACKSMANN FERREIRA - DECISÃO Diante da penhora realizada (fls. 199-207), defiro o pedido de fls. 220 e o leilão do bem, que deverá ocorrer na comarca deprecada. Depreque-se ao Juízo Deprecado a realização dos atos executórios necessários à realização do leilão. Com a comunicação do cumprimento da missiva, cientifiquem-se as partes, que poderão manifestar-se em 10 dias. A Secretaria, para as providências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0605493-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Emerson Siqueira Pereira - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0605527-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Isac Muller Gomes - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANA COSTA MATTOS (OAB 12417/AM) - Processo 0605536-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Leticia Cavalho de Cassio - Forte em tais razões, reconheço de ofício a incompetência deste juízo para processar o feito e, por tal razão, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no artigo 485, IV, do CPC. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa nos registros cartorários e arquivem-se os autos, observadas as formalidades de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM) - Processo 0605584-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Edson Oneris Ortiz Costa - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 301 do Código de Processo Civil, expedindo-se ofício informando desta decisão ao 1º Oficio de Registro de Imóveis e Protesto de Letras para que este, em 5 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, suspenda os efeitos jurídicos do protesto efetivado em nome do requerente com base no débito aqui discutido (fl. 29), em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 13/05/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JADILSOM JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0605645-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Shirlene Lima Pedrosa - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 3/5/2019, às 9h45, na sede desse Juízo. Cite-se o Réu.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0605677-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cemarp Cerviços Elétricos e Construções Eireli - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (documento retirado no site da Receita Federal); (X) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada (do ano corrente), de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte;

ADV: PEDRO HUMBERTO DE CARVALHO FIGUEIREDO (OAB 13318/AM) - Processo 0605687-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - EXEQUENTE: Regina Lúcia de Paula Mendes - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) documento de identificação com RG e com o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas da autora; (X) cópia de documento de identidade do declarante da declaração de residência;

ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM) - Processo 0605701-93.2019.8.04.0015 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Cícero Monteiro da Silva - Pelo exposto, não sendo a ação de despejo fundada em uso próprio, indicando maior complexidade da causa, prejudicada a análise do mérito, pelo que, com fundamento nos arts. 3.º, caput, e 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 55, caput). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: GISELE SIMONE LIMA CERF LEVY (OAB 7123/AM) - Processo 0605707-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Associação dos Adquirentes do Empreendimento Condominio Residencial Amazonia - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) documento de identificação com RG e com CPF do presidente da Associação, (X) documento com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

ADV: MONICA SILVA DOS SANTOS (OAB 12854/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0606818-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Portugal - REQUERIDA: Alzira Maria Maranhão da Cruz - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 10.876,05 (Dez mil, oitocentos e setenta e seis reais e cinco centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 11.963,65 (Onze mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0608810-52.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - A intimação da parte exequente deu-se em 20/6/2018 (fl. 29), o que afasta a importância de “recentes mudanças” no SAJ. Além disso, à audiência não compareceu ninguém da credora: nem o representante legal, nem o advogado e nem preposto (o que, nesse derradeiro caso, não mudaria o destino do processo, mas cito aqui para destacar o grau de absência da parte interessada). Assim, a extinção mantém-se, pelo que indefiro o pedido de fl. 35, mas isento a exequente do pagamento das custas, devido à distância de sua sede para a capital amazonense. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARCUS VINICIUS BERGO COELHO (OAB 138958/MG), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM), ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM) - Processo 0608819-48.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Marcus Vinicius Bergo Coelho - REQUERIDO: Condomínio do Centro Médico e Odontológico de Manaus - Cemom - LITSPASSIV: José Carlos de Oliveira e outro - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 215/219, consoante fundamentação supra. Em razão da natureza nitidamente procrastinatória do recurso, aplico ao embargante multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, §2º, do Código de Processo Civil. Esta decisão integra o corpo das sentenças de fls. 187/191 e 202/203, para todos os fins de direito. P. R. I. C. Manaus, 08 de março de 2019.

ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: LEONARDO FRANCO CARRAMANHO (OAB 13401/AM) - Processo 0611570-08.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elissandra Monteiro Freire Alvares - REQUERIDA: Marcelle Franco Carramanho Viana - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: BRUNO CESAR VELOSO DE SOUZA (OAB 13290/AM), ADV: SILAS DA COSTA CHAVES (OAB 13454/AM) - Processo 0612540-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rodrigo Martins de Andrade - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GLÁURIA GISELLE CHAVES HENRIQUES (OAB 6692/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0613166-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Crizolita Essucy Santana - Russein Essucy da Silva - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 2.256,70 (Dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 2.482,37 (Dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: SUZANE SOUZA RODRIGUES DA SILVA (OAB 12822/AM) - Processo 0614781-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Henrique Godoi da Silva - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0615571-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ac Almeida Entretenimento-me - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: GISELLE RACHEL DIAS FREIRE (OAB 5138/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0615833-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Izamar Angelo de Araujo - REQUERIDO: Reginaldo Moreira Paz - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 139/182, consoante fundamentação supra. Esta decisão integra o corpo da sentença de fls. 137/138, para todos os fins de direito. P. R. I. C.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0616777-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque - REQUERENTE: Emanuel Luís Lopes Montenegro - REQUERIDO: Jpa Comércio de Móveis Eireli - O H Comercio Ltda -me - Desta forma, a presente ação de execução está conexa ao processo acima redistribuído, na forma do art. 55, § 2º, I e II, do CPC, sendo inviável o seu prosseguimento perante este Juizado Especial Cível. Ante o exposto, chamo o presente feito à ordem e averbo minha suspeição para atuar nestes autos, oportunidade em que determino a sua redistribuição. Ato contínuo, libere-se o valor bloqueado, integralmente, em favor da empresa executada por meio do advogado constituído. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Manaus,28 de novembro de 2018.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618143-28.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Atento à razão veiculada na petição de fl. 38, isento o exequente do pagamento das custas, embora mantenha o arquivamento do processo.

ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM), ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0618551-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Elizabeth Campos da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia devida

e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 47,93 (Quarenta e sete reais e noventa e três centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 52,72 (Cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0619051-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliede Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando a petição de fls. 87/90 e 97/99, majoro o valor arbitrado como multa para R$ 500,00 retroativos à intimação da sentença de fls. 82/85, mantida a limitação de dias ali estabelecida no item “1)”. No mais, cumpra-se a decisão de fl. 100. Intimem-se.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0620044-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo Nunes Castro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito devolutivo e suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620456-59.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Atento à circunstância declinada na petição de fl. 39, isento a exequente do pagamento das custas, embora mantenho extinto o processo nos termos assinalados na sentença que repousa nas fls. 37/38. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: AUREO LUIS ALTENHOFEN (OAB 411760/SP) - Processo 0620870-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Augusto Gentile Neto - REQUERIDO: Moveis Kappesberg Ltda. - Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTE a presente demanda, fulcrado no art. 487, I, do CPC, e REVOGO a liminar de fls. 19/21. CONDENO o autor, outrossim, ao pagamento por litigância de má-fé de multa fixada em 5% do valor da causa, totalizando R$ 1.500,00, bem como ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que estabeleço em 15% do valor da causa. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: ÉRICA ROBERTA RÉGIS DA SILVA (OAB 4815/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0621439-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Henrique Silva do Nascimento - REQUERIDO: Bringel Medical Distribuidora de Medicamentos Ltda. - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0621561-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - Intime-se o requerente para, em 5 dias, manifestar-se sobre a proposta de acordo de fls. 35/37. Em caso de recusa, esta deverá ser devidamente fundamentada, sob pena de ser afastada e a proposta de acordo homologada pelo Juízo. Após, conclusos para sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RAFAEL FONDAZZI (OAB 58844/PR) - Processo 0621634-43.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: C G Neves Studio Fotográfico Ltda - Epp - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Libere-se eventual restrição efetuada no patrimônio da parte devedora. Arquivem-se os autos. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0621979-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Michele Fonseca Nogueira - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: DÉBORA LAURA PENHA ALMEIDA (OAB 20519/MT) - Processo 0622117-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ionilton Lima de Araujo - De ordem, intimo o recorrente para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2º, do NCPC), no prazo de 05 dias, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM) - Processo 0622491-26.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Carmem Manthey - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0622538-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Freire Salgado - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Pelo exposto, afasto as preliminares arguidas e julgo IMPROCEDENTE a presente demanda, fulcrado no art. 487, I, do CPC, e REVOGO a liminar de fls. 28/29. CONDENO, outrossim, a requerente ao pagamento de (i) multa por litigância de má-fé no percentual de 2% do valor da causa, que totaliza R$ 606,18; (ii) custas processuais e (iii) aos honorários advocatícios que ora fixo em 15% do valor da causa. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0622710-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Beatriz Cabral da Costa - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: CAIO SILVA ANDRADE (OAB 7899/AM) - Processo 0622762-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Orleane Taveira Ferreira - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0623138-84.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. L. Leite - Me (Vip Formatura) - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Informa-se ainda que, conforme o ENUNCIADO 141 do FONAJE, a microempresa ou a empresa de pequeno porte, quando autoras da ação, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito devido a ausência do autor com fulcro no art.51, I, da lei 9.099/95. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: BRUNA MARIANA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 10935/AM) - Processo 0623351-90.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Debora Grei do Nascimento - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623682-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimunda Noelza Vasconcelos da Silva - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623691-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S. A. - Primeiro, publique-se a sentença de fl. 71 para conhecimento do recorrido. Em seguida, desde já considero satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, pelo que RECEBO o RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro o pedido de AJG, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Cumpra-se, sem tardança. Manaus, 08 de março de 2019.

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0623899-18.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Life Parque 10 - À oficiala de justiça, o próprio administrador do exequente afirmou que o devedor lá não reside (fl. 57). Intime-se o exequente para ciência e manifestação em 10 dias a respeito. Retire-se da pauta do dia 20/3/2019. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0625625-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Etelvina Pereira da Silva Andrade - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que DETERMINO à ré que retire o apontamento restritivo de crédito com base na fatura com vencimento em 07/03/2018 (fl. 17), no prazo de 5 (cinco) dias da ciência desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias de incidência. Improcedente o pedido de indenização por dano moral. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Defiro o pedido de AJG, ex vi do art. 98 do CPC. P. R. I. C.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0626327-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: ANDREY CARDOSO DE SOUSA (OAB 14208/AM), ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0626920-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Diorgenes Frank de Castro Leite - REQUERIDO: A. Laborda de Carvalho - Me- Labordda Assistência Técnica - CONCLUSÃO Forte nesses argumentos, rejeito a preliminar arguida e, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais, termos em que: 1) CONDENO a Ré a ressarcir ao autor a quantia de R$ 730,00, sobre a qual deverão incidir juros legais a partir da citação e correção monetária desde 31.07.2018 - formalização do pedido de reparo (fls.16-18); e 2) CONDENO a Ré ao pagamento de R$ 4.000,00, a título de indenização por dano moral, com juros legais contados da citação e correção monetária desde o arbitramento, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0627016-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio Jose Pontes dos Santos - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628191-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Glaci Araújo da Costa - REQUERIDO: Novo Mundo Móveis e Utilidades Ltda. - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM) - Processo 0628350-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sabrina Teles Barros Maia - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0628411-44.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - AGRAVANTE: Nazareth das Gracas Otero Leitao - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se a autora. Cumpra-se.

ADV: CLEUTO COSTA DE OLIVEIRA (OAB 12238/AM), ADV: HEIDY NAINY CANTANHEDE BRANDÃO (OAB 8636/AM) - Processo 0628908-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: P H T da Costa Me - REQUERIDO: Sociedade Fogás Ltda. - O autor vem às fls. 114/117 informar o que seria um descumprimento da tutela antecipada de fls. 74/75, diante de fatos supervenientes, conforme documentos anexados às fls. 118/131. Porém, de sua leitura, verifico que o motivo do novo bloqueio para realizar novas transações comerciais é diferente daquele que fundamentou a concessão da liminar, não configurando descumprimento da decisão e o que impede a incidência da multa ali estipulada. Contudo, nesse momento o autor ficou novamente impedido de realizar mais pedidos em virtude de um erro no faturamento da compra realizada em 11/01/2019, ficando pendente, por parte do réu, o envio da cobrança retificada; como ainda não remetera ao autor a cobrança corrigida, o sistema apontou “pendência financeira” e motivou o novo bloqueio. Diante de tal circunstância e considerando que a pendência financeira ter-se-ia dado por culpa exclusiva do fornecedor, modulo os efeitos da decisão de fls. 74/75 para determinar que o réu também exclua a restrição financeira apontada na fl. 126 no prazo de 3 dias a partir de sua intimação, sob pena de incidência de multa diária, no mesmo valor e periodicidade daquela já estipulada. Já adianto ao requerente que eventual descumprimento à ordem judicial somente será examinado em sede de execução de sentença, pois adoto a compreensão do STJ que é posterior ao Enunciado 120 do Fonaje, de 2016. Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0629445-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Manoel Rosario Luz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - CONCLUSÃO: Forte nesses argumentos, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO

PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DETERMINO a sustação definitiva do protesto cambial efetivado pela requerida, sem ônus para o Autor, no prazo de 15 dias, contados do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de pagamento de multa diária de R$200,00, limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de eventual conversão em perdas e danos, ex vi do art. 52, V da Lei n. 9.099/95 c/c arts. 497 e 536 do CPC; 2) CONDENO, finalmente, a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), sobre a qual deverão incidir juros legais, a partir da citação e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Andrey Cardoso de Sousa (OAB 14208/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Aureo Luis Altenhofen (OAB 411760/SP)
Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM)
Bruno Cesar Veloso de Souza (OAB 13290/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Caio Silva Andrade (OAB 7899/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Cleuto Costa de Oliveira (OAB 12238/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Débora Laura Penha Almeida (OAB 20519/MT)
Eline de Oliveira Souza (OAB 7543/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Érica Roberta Régis da Silva (OAB 4815/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabiana Costa Mattos (OAB 12417/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Maria Huerb Azevedo (OAB 13737/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB 22772/BA)
Gisele Simone Lima Cerf Levy (OAB 7123/AM)
Giselle Rachel Dias Freire (OAB 5138/AM)
Gláuria Giselle Chaves Henriques (OAB 6692/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
HEIDY NAINY CANTANHEDE BRANDÃO (OAB 8636/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jadilsom José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jander Rubens Passos Ribeiro (OAB 13384/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Leonardo Franco Carramanho (OAB 13401/AM)
Lidiane da Silva Roque (OAB 161799/MG)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB 138958/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Monica Silva dos Santos (OAB 12854/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Pedro Humberto de Carvalho Figueiredo (OAB 13318/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Rafael Fondazzi (OAB 58844/PR)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Silas da Costa Chaves (OAB 13454/AM)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Suzane Souza Rodrigues da Silva (OAB 12822/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2019

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM) - Processo 0204373-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: RAMSONS - MIR Importação e Exportação Ltda - Seguros Sura S.a (Affinity aparelhos eletronicos portateis) - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados pela parte autora em face das partes rés, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0205100-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$10.000,00 (dez mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Ratifico em definitivo a Tutela deferida à fl. 15. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo

legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0600047-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jairo Bandeira da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 02/04/2019 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0600557-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Artur Domingos Santana da Silva - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: CAROLINE DANTAS DE ARAÚJO (OAB 6918/AM) - Processo 0600759-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joyce Pacheco Santana - Em atenção a petição de fls.97/101, verifico que a parte autora demonstrou que sua viagem já estava agendada em período anterior ao agendamento e ciência da audiência aprazada por este Juízo, razão pela qual defiro a redesignação para data posterior. Dito isso, fica a audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 24/06/2019 às 08:30h. Intimem-se.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0601350-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Livia Conceicao Nogueira de Medeiros - Face o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem análise do meritum causae, com lastro no art.485, inciso V, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: RAYANE BATISTA PINHEIRO (OAB 12959/AM) - Processo 0601449-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosangela Batista Damasceno - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, bem como ameaça de inscrição nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/06/2019 às 09:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GÉRSON MENEZES EVANGELISTA (OAB 5268/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0601533-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Celso Luiz Freire Pinto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 268,28 (duzentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LENYLCE SOUZA REIS (OAB 9488/AM) - Processo 0602044-80.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - EXEQUENTE: Leandro Venancio Coutinho e outro - Ante o exposto, julgo extinta a execução nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor penhorado via BACENJUD, em favor da parte exequente. Intime-se. Após, arquivem-se.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0602097-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Everton Vasconcelos de Carvalho - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A e outro - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: RAFHAEL FONSECA GURGEL LIMA (OAB 9327/AM) - Processo 0602425-88.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Emily Alves Rebelatto - Ante o exposto, julgo extinta a execução nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor penhorado via BACENJUD, em favor da parte exequente. Intime-se. Após, arquivem-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0602795-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Paula Gomes Mendonça - Posto isso, julgo extinto o processo

sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603313-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria do Carmo Medeiros de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 30/05/2019 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0603492-54.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: J C R Verçosa - Isto posto, julgo extinta a presente execução, com fundamento no art. 803, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0603614-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Socorro Bandeira França - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 30/05/2019 às 08:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: ANNE LOUISE VENTURA DA SILVA (OAB 8297/AM) - Processo 0603661-41.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adla Mayelle Pinto da Silva - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0603737-84.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jéssica Albano Guimarães - Ante a certidão fls. 54/55 do oficial de justiça, constato que não houve cumprimento da determinação deste Juízo, tendo em vista que o oficial de justiça não deu cumprimento ao mandado de citação, acarretando o não comparecendo da parte ré na audiência designada. Dito isso, ante o transcurso do tempo, renove-se a citação da parte ré SUMAÚMA PARK SHOPPING por meio de mandado a ser cumprido por oficial de justiça. Fica a audiência de conciliação designada para o dia 07/06/2019 às 08:30h. Intime-se.

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM) - Processo 0603875-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Laila Michaela Assa Brito - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, bem como a ameaça de inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 28/05/2019 às 09:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: DANIELLE DE AZEVEDO BARBOSA (OAB 13073/AM) - Processo 0603878-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Danielle de Azevedo Barbosa - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 28/05/2019 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0603907-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Nair da Costa Castro - Trata-se de demanda com tutela provisória de urgência. Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da ameaça de interrupção do serviço de fornecimento de energia elétrica em sua residência e de inclusão do seu nome no cadastro restritivo, estando, portanto, tal medida em conformidade com o disposto no art.300 do CPC. Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que, no tocante à fatura indicada à fl. 14, se abstenha de incluir o nome da parte autora nos Órgãos de restrição ao crédito e que se abstenha de suspender o serviço de fornecimento de energia elétrica na residência da parte autora, matrícula n.0194271-9 e, caso esteja suspenso, que restabeleça-o no prazo de 2 (dois) dias a contar do recebimento desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), limitada a 10 (dez) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora. Audiência de conciliação designada para o dia 28/05/2019 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0604023-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Everton

Pedro de Souza Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 12/06/2019 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0604032-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Cosme Morais Filho - REQUERIDO: Banco CSF S/A (Banco Carrefour S/A) - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 10/06/2019 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0604050-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria da Conceição Lima de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 29/05/2019 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0604075-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leticia Garcia - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/06/2019 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0604115-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Janeide Alves de Almeida - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da inscrição nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, bem como o perigo de dano, vez que existem outras inscrições, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 31/05/2019 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: DANIEL JOSE SAMPAIO DE BRITO (OAB 12178/AM) - Processo 0604147-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raphaela Beatriz Gomes de Lira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/06/2019 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: IANA FARIAS GUIMARÃES (OAB 12099/AM) - Processo 0604205-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rodrigo Guedes Lopes - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 30/05/2019 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: LETÍCIA CASSIA E LIMA SOUZA (OAB 144701/RJ), ADV: LETÍCIA CASSIA E LIMA SOUZA (OAB 144701/RJ) - Processo 0604213-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Igor Costa Souza - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos

de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 30/05/2019 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0604277-16.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Fechado Jardim dos Eucaliptos - Da análise dos autos, verifico que o procedimento de execução escolhido pela parte autora Condomínio, não é matéria da competência dos Juizados Especiais, vez que não prevista no art. 3º, II, da Lei n. 9.099/95, que remete ao art. 275, II, do antigo CPC, c/c art. 1.063 do CPC e Enunciado n. 9 do FONAJE, deste modo, a competência dos Juizados Especiais, cuja parte ativa seja o Condomínio, limita-se ao procedimento de conhecimento, ou seja, somente nas demandas objetivando a cobrança das cotas condominiais. Dito isso, defiro o pedido alternativo consignado pela parte autora, para receber a presente demanda como Ação de Cobrança. Paute-se audiência de conciliação. Cite-se. Intime-se.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0604277-16.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Fechado Jardim dos Eucaliptos - De ordem, fica designado o dia 07/06/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0604322-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Diego Andrade de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/06/2019 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0604424-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ariel Dotto Blind - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/06/2019 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: AUGUSTO SAMPAIO DE ARAÚJO NETTO (OAB 11809/AM) - Processo 0604429-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: S. A. Pharmacos e Cosméticos Ltda. - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 06/06/2019 às 08:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM) - Processo 0604512-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Esmaelina Costa Cancio - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/06/2019 às 08:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0604538-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Karla Lima de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, bem como ameaça de inscrição nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/06/2019 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM) - Processo 0604792-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Patrícia Peixoto Nobre - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, bem como se é indevida a inscrição nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 06/06/2019 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: BRIANA DOS REIS RIBEIRO KOSZUOSKI (OAB 20821/MT) - Processo 0604855-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - RECLAMANTE: Valdelário Farias Cordeiro e outro - De ordem, fica designado o dia 06/06/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0604862-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ari Cassio de Souza - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 24/04/2019 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0604896-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jair Cordeiro Melgueiro - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 14/06/2019 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0604906-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Leandro Rebelo de Paula - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 17/05/2019 às 08:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: ALESSANDRA MARA FIM OLIVEIRA (OAB 1370/RR) - Processo 0604929-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Franciney Nascimento Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 07/06/2019 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0605008-12.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Alessandra de Oliveira Saraiva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 07/06/2019 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0605071-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Gabriela Santiago Eufrasio - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 10/06/2019 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM) - Processo 0605112-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria de Fátima Amaral Rios - De ordem, fica designado o dia 10/06/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDREZA INGRID LIMA DOS SANTOS (OAB 11443/AM) - Processo 0605165-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: M.E.H.B. - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 11/06/2019 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0605181-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucciano Luiz Libório Almeida - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, bem como a ameaça de inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 11/06/2019 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: KENNEDY ALVES DA SILVA (OAB 5519/AM) - Processo 0605220-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: P.C.C. - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0605290-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana Eleuterio de Moraes - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, bem como a ameaça de inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 13/06/2019 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0605319-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ernane Braz Costa - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos em contracheque,, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 13/06/2019 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: PRISCILA SANTOS DE SOUZA (OAB 10605/AM) - Processo 0605345-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Doraci Evangelista da Silva - De ordem, INTIMO a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o valor depositado pela parte executada, devendo apresentar cálculo caso entenda existir saldo remanescente a ser executado, sob pena de extinção da execução pelo pagamento, nos termos do art. 924, inciso II, do CPC.

ADV: MARISSOL DOS SANTOS CARVALHO (OAB 13131/AM) - Processo 0605558-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Janete Santos da Silva - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM) - Processo 0605562-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Onety de Oliveira Fournier - De ordem, fica designado o dia 18/06/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: REBECA VEIGA DE CARVALHO PAIXAO (OAB 11958/AM) - Processo 0605565-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Samuel Hebron - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0605595-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Hailton Cardoso Pinheiro - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605605-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Marilene Matos Guerreiro - De ordem, fica designado o dia 18/06/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0605644-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Danielle Azambuja Bessone da Cruz Ferreira e outro - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0605651-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniele Pantoja Nascimento - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0605656-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Janeyla Santos Suijkerbuijk - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, adequando o seu documento em atendimento a Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607659-51.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Herbert Olivense

Cavalcantti e outro - Ante o exposto, julgo extinta a execução nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor penhorado via BACENJUD, em favor da parte exequente. Intime-se. Após, arquivem-se.

ADV: ADELSON MACIEL DANTAS (OAB 7514/AM) - Processo 0607745-22.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edmilson Marinho de Araújo - Ante o exposto, julgo extinta a execução nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor penhorado via BACENJUD, em favor da parte exequente. Intime-se. Após, arquivem-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0607928-27.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 72/73, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Em caso de descumprimento, ficam autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0607931-45.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Rômulo Mota de Assis - Ante o exposto, julgo extinta a execução nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor penhorado via BACENJUD, em favor da parte exequente. Intime-se. Após, arquivem-se.

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0607952-55.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Herbert Avelino Riker - Intime-se a parte exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre a proposta de parcelamento ofertada pela parte executada às fls. 90/91. Havendo anuência, suspendo a execução durante o prazo concedido para o cumprimento da obrigação, nos termos do artigo 922 do CPC. Expeça-se alvará do valor depositado à fl. 91 em favor da parte exequente, ficando desde já autorizado para as demais parcelas, voltem-me os autos conclusos para extinção por ocasião do pagamento da última parcela. Por outro lado, não concordando a parte exequente com a proposta ofertada, indefiro o pedido de parcelamento pois a obrigatoriedade se impõe apenas para título extrajudicial, nos termos do art. 916 do CPC. Prossiga-se conforme determinado à fl. 58, deduzindo o valor já pago pela parte executada. Intimem-se.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0609521-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Jesus Pinto de Souza - REQUERIDO: BradesCard S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de dano moral a pagar o valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido de dano material para condenar a parte ré a pagar o valor de R$ 72,00 (setenta e dois reais), referente ao dobro dos descontos indevidos demonstrados às fls. 15/18, conforme determina o art. 42, parágrafo único do CDC, incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o serviço denominado Aval. Emerg. Credito, objeto da presente demanda. Julgo improcedente os demais pedidos. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o prazo, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0609865-72.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcus Wagner de Freitas Figueiredo - REQUERIDO: Banco CSF S/A (Banco Carrefour S/A) - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 520/521, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Ante a informação quanto ao cumprimento do acordo, fl. 522, arquivem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MAYANNE BRAZÃO DE LIMA (OAB 9808/AM) - Processo 0612435-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Marilene Nobre Cavalcante de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 140/142, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Havendo cumpriemento, expeça-se o alvará judicial em favor da parte autora. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0612787-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Yuri Evanovick Leitão Furtado - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 65/67, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0615451-90.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Piauí - E.m 4ª Etapa - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 74/77 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Em caso de descumprimento, ficam autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB 9251/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0615493-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo Ricardo Raposo da Câmara - REQUERIDO: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 1.568,00 (hum mil, quinhentos e sessenta e oito reais), incidindo correção monetária a partir da data da compra, dia 23.01.2018, e juros a partir da citação.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0619528-11.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jonas de Souza Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em atenção

ao pagamento voluntário realizado às fls. 259/263, inexistindo manifestação da parte exequente desfavorável ao montante pago, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor depositado à fl. 263 em favor da parte exequente. P.R.I. Cumpridas as diligências, ARQUIVEM-SE.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0621123-79.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Joao Ricardo de Lima Madeira Junior - Ante o exposto, julgo extinta a execução nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor penhorado via BACENJUD, em favor da parte exequente. Intime-se. Após, arquivem-se.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0621264-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizangela Lima de Barros - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 2.999,00 (dois mil, novecentos e noventa e nove reais), incidindo correção monetária a partir da data da compra(doc. 13), dia 15.03.2017, e juros a partir da citação. Por derradeiro, ante a condenação por dano material, determino à parte autora que proceda a entrega do produto defeituoso, objeto da presente demanda, na Secretaria deste Juízo, no prazo de até 15 (quinze) dias, após o transito em julgado desta sentença. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0621766-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Fernando Maurício Pedrosa Castelo Branco - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de compensação por dano moral, a pagarem o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de restituição por dano material, a pagarem o valor de R$ 80,08 (oitenta reais e oito centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o contrato referente ao seguro denominado “Seg Mais Prot”, no valor de R$ 2,86 (dois reais e oitenta e seis centavos). Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo improcedente os demais pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0622048-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Portal da Cidade - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar solidariamente as partes rés a pagarem o valor de R$ 14.934,43 (catorze mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e três centavos), referente as taxas condominiais pertinentes ao período indicado à fl. 100, incidindo juros e correção monetária a partir da última atualização do débito, ou seja, 12.12.2018. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: DIEGO PEDREIRA DE QUEIROZ ARAUJO (OAB 22903/BA), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ODILON ABULASAN LIMA (OAB 158528/SP), ADV: ANDERSON APARECIDO PIROBON (OAB 198923/SP), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0622068-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Meire Elias da Silva - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Credith Cash Assessoria Financeira Ltda - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais, INTIMO a parte recorrida para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0622112-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Ante os documentos de fls.113/114, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0622916-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Naara de Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de dano moral a pagar o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido de dano material para condenar a parte ré a pagar o valor de R$ 47,88 (quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos), referente ao dobro dos descontos indevidos demonstrados às fls. 14/27, conforme determina o art. 42, parágrafo único do CDC, incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o serviço denominado “Proteção Total” objeto da presente lide. Julgo improcedente os demais pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o prazo, arquivem-se.

ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0626502-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Samira de Castro Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 1.804,00 (hum mil, oitocentos e quatro reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o contrato de seguro denominado "AQUI/DEV". Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo improcedente os demais pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA GAIA (OAB 12723/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0627398-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gicelia Maria Pereira Leal - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 1.998,20 (hum mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o contrato de seguro denominado "AQUI/DEV". Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo improcedente os demais pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0627867-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Dedirce Teles Nascimento da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 30/05/2019 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NAYANA TAYLLEN PAES DE LIMA OLIVEIRA (OAB 13851/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628002-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Fernanda Monteiro dos Santos - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em atenção a petição de fls. 159/160, verifico que a parte autora justificou sua ausência em audiência de conciliação, conforme atestado médico apresentado. Dito isso, fica a audiência de conciliação designada para o dia 31/05/2019 às 08:00h. Intimem-se.

Adelson Maciel Dantas (OAB 7514/AM)
ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Alessandra Mara Fim Oliveira (OAB 1370/RR)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Anderson Aparecido Pirobon (OAB 198923/SP)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andreza Ingrid Lima dos Santos (OAB 11443/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anne Louise Ventura da Silva (OAB 8297/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Augusto Sampaio de Araújo Netto (OAB 11809/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Briana dos Reis Ribeiro Koszuoski (OAB 20821/MT)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caroline Dantas de Araújo (OAB 6918/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniel Jose Sampaio de Brito (OAB 12178/AM)
Danielle de Azevedo Barbosa (OAB 13073/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diego Pedreira de Queiroz Araujo (OAB 22903/BA)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gérson Menezes Evangelista (OAB 5268/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Iana Farias Guimarães (OAB 12099/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)

Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Kennedy Alves da Silva (OAB 5519/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Lenylce Souza Reis (OAB 9488/AM)
Letícia Cassia e Lima Souza (OAB 144701/RJ)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB 9251/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marissol dos Santos Carvalho (OAB 13131/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayanne Brazão de Lima (OAB 9808/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nayana Tayllen Paes de Lima Oliveira (OAB 13851/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB 12723/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odilon Abulasan Lima (OAB 158528/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Santos de Souza (OAB 10605/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Rafhael Fonseca Gurgel Lima (OAB 9327/AM)
Rayane Batista Pinheiro (OAB 12959/AM)
Rebeca Veiga de Carvalho Paixao (OAB 11958/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0026/2019

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: FIGUEIRA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 572/AM), ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM) - Processo 0604954-48.2015.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: JORGE ELIAS CUNHA DA SILVA - EXECUTADO: Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Amazonas - Expeça-se o competente Mandado de Penhora e Avaliação. Cumpram-se

ADV: WALDIR EUGÊNIO DE SOUZA (OAB 11350/AM) - Processo 0605590-43.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Agostinho Rodrigues Filho - Intime-se o exequente através de seu patrono para no prazo de 10 (dez) dias, para indicar de forma correta o CPF do executado, ou juntar aos autos documentos que comprove ser dono da empresa indicada na peça 126/128. Isto posto, INDEFIRO o pedido requerido de fls.126/128.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB 572/AM)
Waldir Eugênio de Souza (OAB 11350/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0044/2019

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: VICENTE EMANUEL ALMEIDA DE PAULA (OAB 8569/AM) - Processo 0611167-10.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vicente Emanuel Almeida de Paula - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Vistos e etc. Relatório dispensado conforme art. 38 da lei 9099/95. De início, acolho a preliminar de ilegitimidade ativa do Autor para reclamar de serviços de telefonia cujo a titularidade esta em nome de terceiro, mesmo que seja sua genitora, tendo em vista a vedação de se pleitear em nome próprio direito alheio (art. 18 do CPC). Ex positis, JULGO extinto o processo sem lhe adentrar no mérito por reconhecer a ilegitimidade do Autor para figurar no polo ativo da presente demanda. Faço-o segundo o preceituado no artigo 485, VI do Código de Processo Civil. P.R.I.

Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Vicente Emanuel Almeida de Paula (OAB 8569/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0604851-58.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Centro Educacional Estrelas do Amanhã - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.
ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: AGATHA RAYZA CHRISOSTOMO DO VALLE (OAB 13636/AM) - Processo 0608753-19.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francivaldo Pereira Andrade - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Agatha Rayza Chrisostomo do Valle (OAB 13636/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: MOACIR BRILHANTE DOS SANTOS (OAB 13088/AM) - Processo 0605488-87.2019.8.04.0015 - Petição Criminal - Difamação - QUERELANTE: B.C.C.D. - Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 06/06/2019 às 11:00h.
ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0608309-98.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Dano - VÍTIMA FATO: Alcenir Silva de Oliveira - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 22/05/2019, às 09:00h.
ADV: WILLIAM BRUNO TOYODA HITOTUZI (OAB 7506/AM) - Processo 0614893-21.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Contravenções Penais - VÍTIMA FATO: Marcello Stone Lourenço Forasteiro - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 08/05/2019, às 09:00h.

João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Moacir Brilhante dos Santos (OAB 13088/AM)
William Bruno Toyoda Hitotuzi (OAB 7506/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0062/2019

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0621138-14.2018.8.04.0015 - Petição Criminal - Difamação - AUTOR: M.J.M.A. - Fica designada audiência de Conciliação para o dia 19/03/2019 às 11:15h.

Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIÁRIA 1
Decisões 1
SEÇÃO II 2
TRIBUNAL PLENO 2
Intimações 2
Decisões 2
Pauta de Julgamento Designado 3
SEÇÃO III 3
CÂMARAS REUNIDAS 3
Conclusões de Acórdãos 3
Intimações 4
Pauta de Julgamento Designado 5
SEÇÃO IV 5
CÂMARAS ISOLADAS 5
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 5
Intimações 5
Pauta de Julgamento Designado 8
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 10
Despachos 10
Decisões 11
Pauta de Julgamento Designado 11
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 13
Intimações 13
Decisões 13
Pauta de Julgamento Designado 13
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 14
Conclusões de Acórdãos 14
Despachos 31
Intimações 31
Decisões 31
Pauta de Julgamento Designado 31
SEÇÃO V 32
CONSELHO DA MAGISTRATURA 32
Pauta de Julgamento Designado 32
SEÇÃO VI 32
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 32
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 32
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 33
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 36
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 41
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 49
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 55
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 57
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 65
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 70
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 76
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 83
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 88
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 92
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 99
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 104
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 120
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 140
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 149
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 153
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 160
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 162
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 164
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 167
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 180
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 182
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 184
1ª VARA CRIMINAL 185
6ª VARA CRIMINAL 188
11ª VARA CRIMINAL 188
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 189
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 190
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 193
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 213
AUDITORIA MILITAR 215
1ª VARA DE FAMÍLIA 215
6ª VARA DE FAMÍLIA 216
1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 241
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 277
3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 279
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 295
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 295
SEÇÃO VII 296
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 296
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 296
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 296
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 297
SEÇÃO VIII 316
TURMA RECURSAL 316
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 347
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 347
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 349
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 365
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 366
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 366
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 370
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 373
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 373
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 379
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 382
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 387
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 397
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 397
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 398
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 398